

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PHILIPPE URVOY

**CIDADE EM DISPUTA: LUTAS DE MORADORES E URBANISMO
AUTORITÁRIO EM BELO HORIZONTE (BRASIL)
E PORTO (PORTUGAL) – 1960-1980**

Belo Horizonte
2020

PHILIPPE URVOY

**CIDADE EM DISPUTA: LUTAS DE MORADORES E URBANISMO
AUTORITÁRIO EM BELO HORIZONTE (BRASIL)
E PORTO (PORTUGAL) – 1960-1980**

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: História social da cultura

Orientadora: Prof^a. Dra. Regina Helena Alves da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna

Belo Horizonte
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Minas Gerais

907.2
U83c
2020

Urvoy, Philippe.

Cidade em disputa [manuscrito] : lutas de moradores e urbanismo autoritário em Belo Horizonte (Brasil) e Porto (Portugal) 1960-1980 / Philippe Urvoy. - 2020.

477 f. : il.

Orientadora: Regina Helena Alves da Silva.

Coorientador: Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2.Direito à moradia – Teses.
3.Movimentos sociais urbanos - Teses. 4. Planejamento urbano - Teses 4. Bairros – Teses. I. Silva, Regina Helena Alves da. II. Fortuna , Carlos. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"Cidade em Disputa: Lutas de Moradores e Urbanismo Autoritário em Belo Horizonte (Brasil) e Porto (Portugal) 1960-1980"

Philippe Maurice Hugo Marie Urvoy de Portzamparc

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva - Orientadora
UFMG

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso
UFMG

Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso
UERJ

Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves
PUC-RJ

Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

*Em memória de Leandro Faluba, Kadu,
Manuel Bahia, Marielle Franco e todas e todos
que, de tanto questionar os traços do desenho
planejado, deslocam a linha do horizonte, aqui
e agora.*

AGRADECIMENTOS

Assim como a rua e a cidade são feitas de encontros, uma pesquisa como esta também. E eu não poderia começar este trabalho sem agradecer àqueles que contribuíram para torná-lo possível.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Regina Helena Alves da Silva, por ter acreditado na possibilidade desta pesquisa, desde nosso primeiro encontro. A ela sou grato pela confiança em mim depositada, pela liberdade e autonomia na condução da pesquisa e por ter me incentivado a me conectar com debates e pessoas que enriqueceram minhas reflexões e minha trajetória. Agradeço também ao professor Luiz Arnaut e à Raissa Brescia, pelo precioso auxílio no momento da elaboração do projeto de pesquisa. Agradeço a meu orientador em Portugal, o professor Carlos Fortuna, pela confiança e por sua generosidade no acompanhamento das minhas pesquisas no país.

Ainda em Portugal, sou profundamente grato aos meus interlocutores nos bairros, entre os quais a Associação de Moradores de Massarelos, de Campo Alegre; o Museu Mineiro de São Pedro da Cova e sua curadora Micaela Santos; o Mazola – Serafim Gesta –, pelo seu tempo, suas palavras e sua poesia. Também agradeço ao Alexandre Alves da Costa, Manuel Correia Fernandes e Manuel Correia de Sá, pela paciência e abertura em me receber e compartilhar suas impressões e memórias em longas e riquíssimas conversas. Agradeço também à Assembleia de Ocupação de Lisboa (AOLX), bem como a Antonio Rodrigues, por seu apoio durante a minha estada nessa cidade. No Porto, agradeço a todos os amigos e amigas do Rés da Rua, que me acolheram com muita generosidade.

Em Belo Horizonte, agradeço à Vila 31 de Março, especificamente a Dona Noemi e Dona Neusa; sou profundamente grato ao Eustáquio Almeida, à Dea e ao Marcus Vieira, do Cabana do Pai Tomás, pela preciosa colaboração a esta pesquisa; à ocupação Guarani-Kaiowá, pela recepção sempre calorosa, trocas e aprendizagem; ao Pier Luigi Bernareggi e ao Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC) de Contagem. Também agradeço a todos os trabalhadores do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), que me deram assessoria na minha trajetória.

Agradeço calorosamente a meus amigos e colegas da História, André Mascarenhas Pereira, Valdeci da Silva Cunha, Leandro Faluba (*in memoriam*), Bruno Carvalho Correia, Marcus Vinicius Lage, por nossas trocas e nossas instigantes rodas de co-orientação. Ao Pedro

Silva, pelas conversas ao longo da pesquisa em Portugal, e à Carolina Fenati, pela escuta e apoio no processo de finalização do trabalho. Ao Mathias de Alencastro, pelas releituras atenciosas, pelos conselhos e pela amizade de sempre. À Lílian de Oliveira, pela dedicação no minucioso trabalho de revisão do texto. Às irmãs e irmãos de coração, Telena, Danielle, Pedro, Thabata, por estarem sempre por perto, em corpo ou em espírito. A todos os companheiros e companheiras da Kasa Invisível, pequeno território onde buscamos plantar a cada dia sementes de outras cidades e futuros possíveis; e a todas e todos os integrantes do nosso grupo de memória, arquitetura e patrimônio, que tem sido um laboratório interdisciplinar de invenção acerca de maneiras de praticar e compartilhar, coletivamente, nossas disciplinas e saberes.

Não poderia deixar de agradecer também a meus pais, Elizabeth e Christian, por terem me transmitido a sua curiosidade crítica do mundo e o cortejo de questionamentos que ela carrega consigo. A meu irmão, Serge, pelas conversas, escuta e o apoio de sempre; à Bruna e ao pequeno Joaquim. À Liliane Tanure, por sua generosidade e pela solidez do seu apoio.

Por fim, agradeço especialmente a Thaís Tanure, companheira de vida, por atravessar comigo todos os rios encontrados, sem nunca me deixar esquecer de contemplar a beleza de suas margens. Ao meu filho, Lino, por me lembrar sempre que só cabe a nós transformar qualquer rua em espaço de brincadeiras, encontros e surpresas. A eles, também dedico este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto os conflitos sociais em torno do direito à moradia nos bairros populares de duas cidades, estudadas de forma comparativa, Belo Horizonte, no Brasil, e Porto, em Portugal, nas décadas de 1960 e 1970. Tais conflitos incluem tanto a emergência de movimentos de moradores de bairros populares que se organizam pelo direito à habitação, inclusive por meio da ocupação de edifícios ou terras devolutas, quanto estratégias de repressão e controle social desenvolvidas pelo Estado nesses territórios. Para investigar o objeto através de perspectivas múltiplas, a pesquisa cruza diferentes tipos de fontes, entre as quais: imprensa de grande circulação ou comunitária, inquéritos policiais, documentos da administração municipal, fonte oral, por meio de entrevistas realizadas com moradores desses bairros. Em Belo Horizonte, a pesquisa tem por foco o primeiro movimento de ocupações de terras urbanas organizado no início da década de 1960 e a repressão que atinge tais ocupações – e todos os espaços favelados da cidade – após o Golpe Militar de 1964. Na cidade do Porto, traçando um caminho aparentemente inverso, analisa-se o projeto autoritário traçado para os bairros periféricos da cidade a partir do fim da década de 1950, no âmbito da ditadura salazarista, e a emergência de um profundo movimento social iniciado pelos moradores desses bairros após a Revolução do 25 de Abril de 1974. Ao comparar essas duas cidades no decorrer da pesquisa, a periferia aparece como espaço produzido de forma conflituosa, espaço urbano contestado, *locus* de fixação, controle e repressão dos populares pelo Estado, mas também cenário de numerosas lutas, revoltas e mobilizações sociais. Espaço de insurgências, ressignificado pelas experiências coletivas de seus moradores e reconfigurado pela intervenção do poder estatal enquanto território de exceção, alvo privilegiado de sua repressão e vigilância. As décadas de 1960 e 1970, que constituem o enfoque do trabalho, revelam-se como momento histórico crucial da *invenção* e *produção* da periferia contemporânea no seio de uma cidade em disputa, entre lutas de moradores e projetos de urbanismo e gestão autoritária experimentados pelo Estado.

Palavras-chave: Conflitos sociais urbanos. Movimento social. Luta por moradia. Bairros populares. Ocupações. Periferias. Habitação social. Políticas urbanas.

ABSTRACT

This thesis analyses, from a comparative perspective, social conflicts around the right to housing in the popular neighborhoods of Belo Horizonte, in Brazil, and Porto, in Portugal, in the 1960s and 1970s. Such conflicts include both the emergence of grassroots neighborhood movements organized around the right to housing, including through the occupation of buildings or vacant lands, as well as state strategies of repression and social control developed in these territories. The thesis draws on a variety of sources, from mainstream and alternative press, police inquiries, documents produced by the municipal administration, and also oral sources through interviews carried out with the residents of these neighborhoods. In regards to Belo Horizonte, the research focuses on the first movement of urban land occupations launched in the early 1960s and the repression that affects these occupations - and all the favelas in the city - after the 1964 military coup. In the case of Porto, the thesis analyses the authoritarian project for the peripheral neighborhoods of the city between the end of the 1950s, under the Salazar dictatorship, and the emergence of a deep social movement initiated by the residents of these same neighborhoods after the April Revolution of 1974. In the comparison between these two cities, the urban periphery appears as a space produced in a conflictual way, a contested urban space, locus of fixation, control and repression of the poorest inhabitants of the city by the state. It is also a place where numerous struggles, revolts and social mobilizations emerges. A space of insurgencies, re-imagined by the collective experiences of its residents and reconfigured by the intervention of State power as a *territory of exception*, a privileged target for its repression and surveillance. The 1960s and 1970s, the period in focus at this work, reveal themselves as a crucial historical moment of this invention and production of the contemporary urban periphery within a city in dispute, between struggles of residents and authoritarian urban planning and management projects experienced by the State.

Keywords: Urban social conflicts. Social movement. Housing struggle. Land occupations. Squatting. Urban peripheries. Urban planning. Social housing. Urban Policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Arena – Aliança Renovadora Nacional

Chisbel – Coordenação de Habitação e Interesse Social de Belo Horizonte

COPCON – Comando Operacional do Continente

CRMP – Conselho Revolucionário de Moradores do Porto

DBO – Departamento de bondes e ônibus

DBP – A sigla se refere ao Departamento de Habitação e Bairros Populares em algumas fontes

Desi – Divisão Educacional-Social e Imobiliária

DHBP – Departamento de Habitação e Bairros Populares

DMTC – Departamento Municipal de Transportes Coletivos

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DVS – Delegacia de Vigilância Social

MFA – Movimento das Forças Armadas

ID-4 – Quarta Infantaria Divisionária do Exército, sediada em Belo Horizonte

FTFBH – Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte

Plambel – Autarquia de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PREC – Período Revolucionário em Curso

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCP – Partido Comunista Português

PSP – Polícia de Segurança Pública

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SAAL– Serviço de Apoio Ambulatório Local

Sunab – Superintendência Nacional de Abastecimento

UDC – União de Defesa Coletiva

UTP – União dos Trabalhadores da Periferia

ABREVIATURAS DE FONTES IMPRESSAS E PERIÓDICOS CITADOS¹

CMBH – Documentação oriunda do arquivo da Câmara Municipal de Belo Horizonte

CMP – Documentação oriunda do arquivo da Câmara Municipal de Porto

DHBP – Documentação produzida pelo Departamento de Habitação e Bairros Populares

DM – Diário de Minas (Brasil)

DT – Diário da Tarde (Brasil)

DOPS – Documentação e relatórios produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social

EM – Estado de Minas (Brasil)

INE – Instituto Nacional de Estatísticas (Portugal)

ISP – Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro

PBH – Documentação oriunda dos arquivos da Prefeitura de Belo Horizonte

PLAMBEL – Documentação oriunda da autarquia de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

¹ A lista detalhada de fontes utilizadas e citadas se encontra no tópico **Fontes e acervos consultados**, na página 431.

SUMÁRIO

Prólogo Percorrer as ruas, pensar a cidade.....	13
Introdução	17
Escrever a história dos territórios que não cabem no mapa	22
Territórios informais: do espaço vazio ao espaço silenciado	29
Conflitos urbanos no pós-guerra em Brasil e Portugal.....	33
A perspectiva comparativa	38
Do “direito à cidade” ao “contrapoder periférico”	41
Metodologia e trabalho com as fontes.....	44
PARTE I – LUTAS PELA MORADIA E A DITADURA EM BELO HORIZONTE (BRASIL).....	49
Capítulo 1 Ocupações de terras em Belo Horizonte às vésperas do Golpe de 1964.....	50
1.1 Habitação e “invasões” de terras no Brasil urbano.....	50
1.1.1 Da desigualdade fundiária às primeiras favelas	50
1.1.2 Favelas, “invasões”, “ocupações”	56
1.2 A habitação popular em Belo Horizonte	62
1.2.1 Belo Horizonte e a habitação popular: a modernidade ambivalente	62
1.2.2 Entre planejamento e autoconstrução: um espaço urbano em disputa	69
1.3 Ocupações de terras em Belo Horizonte.....	78
1.3.1 O movimento de favelados e as primeiras ocupações organizadas.....	78
1.3.2 Ocupar, construir: uma escrita <i>oblíqua</i> da cidade	87
1.3.3 Rede de apoio e territorialidade	96
1.3.4 Favelados e ocupações às vésperas do Golpe de 1964.....	102
Capítulo 2 O golpe militar nas ocupações, vilas e favelas	114
2.1 O Golpe de 1964 e a repressão ao movimento de favelados em belo horizonte	114
2.1.1 O AI-1 e a caça aos “subversivos” após o golpe.....	114
2.1.2 A doutrina da contra-subversão.....	122
2.1.3 A construção do favelado como inimigo interno	126
2.1.4 Denuncismo e redes de informantes nas comunidades	139
2.2 A Intervenção militar nas favelas	143
2.2.1 Retomada e ressignificação dos espaços favelados.....	143
2.2.2 Intervir no campo econômico, social e psicológico	149
2.2.3. Um projeto de “reorganização” dos bairros populares.....	161
2.2.4 O fim da Intervenção.....	168
Capítulo 3 Ditadura, urbanismo autoritário e resistências nas periferias.....	170
3.1 Ditadura e projetos urbanos em Belo Horizonte (1964-1970)	170
3.1.1 Modernizar (novamente) a capital mineira	170
3.1.2 BNH e habitação popular após 1964.....	177
3.1.3 A gestão municipal da Arena	185
3.2 Viver, lutar e se organizar apesar da ditadura	188
3.2.1 “As invasões de terrenos continuam”	188
3.2.2 Fortalecer a comunidade, organizar-se localmente	190
3.3 Da Chisbel à reorganização dos movimentos de moradores (1970-1983)	199
3.3.1 A fase desenvolvimentista: da Chisbel à criação da RMBH.....	199

3.3.2 A reorganização dos movimentos: o caso da Cidade Industrial.....	212
3.3.3 Da União dos Trabalhadores da Periferia ao Profavela (1974-1983)	222
3.3.4 A ditadura e as periferias: entre repressão e gestão da pobreza urbana	226

PARTE II – URBANISMO AUTORITÁRIO E MOVIMENTOS DE MORADORES EM PORTO (PORTUGAL)..... 233

Capítulo 4 | Das Ilhas aos bairros: ditadura e habitação no Porto 234

4.1 Habitação informal e política na cidade do Porto	234
4.1.1 Uma cidade portuária em viés de crescimento	234
4.1.2 As ilhas do Porto	239
4.1.3 A “casa portuguesa” e os bairros econômicos no Estado Novo.....	244
4.2 Das ilhas aos bairros camarários	249
4.2.1 A nação contra o casebre.....	249
4.2.2 A guerra contra a “chaga habitacional”	254
4.2.3 Controle social e reordenamento moral	262
4.3 Vigilância e contestação na floresta de concreto	266
4.3.1 O fiscal, a galinha ilegal e as andorinhas	266
4.3.2 Multas, despejos e banimento urbano	269
4.3.3 A decadência de um império.....	273
4.3.4 Um barril de pólvora na cidade	282

Capítulo 5 | O Movimento de moradores após o 25 de Abril..... 288

5.1 A Revolução e os movimentos de moradores no Porto	288
5.1.1 O 25 de Abril e os bairros populares.....	288
5.1.2 O movimento pioneiro dos bairros camarários	291
5.1.3 Da Lei das Rendas ao verão quente	300
5.1.4 A “contenção pactuada” e o arrefecimento das ruas	311
5.2 O movimento narrado a partir do próprio bairro: de Massarelos a São Pedro da Cova.....	315
5.2.1 Massarelos: a transformação de um bairro próximo à região central	315
5.2.2 A emergência de outros olhares, outras paisagens	320
5.2.3 A emergência de sujeitos políticos.....	326
5.2.4 Lutas pela legitimidade e pela autonomia	331
5.2.5 Ocupar, resistir e construir	334
5.2.6 São Pedro da Cova: retomar a mina, ocupar a memória	341

Epílogo | Um percurso entre duas cidades em disputa..... 356

O espaço urbano disputado: ocupar, construir, ressignificar.....	356
A invenção da periferia contemporânea	359
Intervir nos bairros populares.....	360
Investir no campo das representações	363
A produção da exceção urbana: reordenar os corpos e os espaços	367
Ensaio coletivo de uma outra cidade	376
Evidenciar as “possibilidades suprimidas” da história urbana.....	376
Propriedade privada e transmissão do solo urbano	378
O ambiente habitado como elemento da comunidade.....	385
Os laços comunitários como força política	389
Emergência e afirmação do sujeito coletivo	394
Entre o horizonte local e a verticalidade	397
Reinventar o território urbano	400

Considerações finais.....	406
Outros territórios urbanos possíveis, ontem e hoje.....	408
A periferia: lugar da exceção permanente	417
Uma reescrita tática da história urbana.....	424
Fontes e acervos consultados.....	431
Referências.....	448
Anexos	471
Anexo 1 Tabelas: levantamento dos movimentos de bairros	471
Anexo 2 Mapas: localização geográfica dos principais bairros citados	475
Anexo 3 Roteiro das entrevistas semiestruturadas	477

PRÓLOGO | PERCORRER AS RUAS, PENSAR A CIDADE

“A rua é para (os dicionários) apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações. Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!”

João do Rio

A rua é um espaço com o qual nos relacionamos desde nossa infância, em cada passo que nela damos, e portanto sua compreensão nos é transmitida mais pelo sentido do que pelo raciocínio. A compreensão primeira que temos da cidade – e da paisagem em geral – é eminentemente física, carece de palavras. Da mesma forma, a nossa capacidade de nos orientarmos no espaço provém de um entendimento corporal – sensível deste –, algo que o controle racional adquirido pelo mapa ou pelo GPS transforma ou mesmo aniquila. Em outro trecho da obra que citamos na epígrafe, João do Rio diz que as ruas pelas quais circulamos em uma cidade não são apenas suporte para nossos passos, mas que elas são “a nossa própria existência” (DO RIO, 1995, p. 14). Em outros termos, o nosso corpo é atravessado por elas com a mesma intensidade que as atravessam. A nosso ver, essa ideia define bem o espaço urbano contemporâneo, fruto de uma época cuja compreensão profunda exige uma “impregnação”, um contato físico e sensível do sujeito para além de uma estrita análise racional (COLLAS, 2017). Em princípio, é preciso ressaltar que a minha leitura política do espaço urbano, como espaço em tensão e em conflito – perspectiva que sustenta este trabalho e que me levou ao tema desta pesquisa –, não me veio pelo viés teórico, pela leitura de ensaios de sociologia urbana ou dos dicionários evocados por João do Rio. Obviamente, eu poderia aqui estar falando das vivências que tive desde criança ao percorrer as ruas da grande cidade europeia onde cresci, sentindo suas atmosferas, seus contrastes, suas fronteiras e tensões (quase) invisíveis, porém palpáveis, cotidianas e onipresentes. No entanto, falo mais especificamente de uma relação mais direta, que tive desde minha adolescência, após ter me aproximado de certas atividades sociais, políticas e coletivas.

Tendo crescido em Paris, foi lá que tive a oportunidade de participar de alguns movimentos e conflitos urbanos que absorveram parte da minha geração: protestos nas ruas contra o avanço da extrema direita no início dos anos 2000; movimento estudantil de 2006, com suas barricadas e ocupações de universidades; redes de solidariedade com a luta dos migrantes clandestinos, conhecidos lá como *sans-papiers*; ocupações urbanas de sem-teto etc. Seria

injusto começar este trabalho sem mencionar essas experiências. Foram elas que me levaram a ter um outro olhar, radicalmente diferente, sobre o espaço urbano no qual habitava. Esse olhar nunca mais seria o mesmo a partir de tais vivências, o que, sem dúvida, inspirou um ciclo de reflexões que me levou à presente pesquisa. Não se trata de um privilégio meu, pois a maioria de nós experimenta parecido processo no ambiente em que cresce – tal como o presente trabalho almeja mostrar. Já que a cidade se revela a nós, como dito anteriormente, antes de tudo por uma compreensão sensível, no passo e nas práticas que nela imprimimos, parece-me importante lembrar que foram práticas e gestos, experiências e vivências que me levaram à reflexão teórica, e não o contrário, pois esse caminho influi diretamente nas reflexões que serão expostas ao longo deste trabalho. A presente pesquisa parte de questões relativamente amplas, que dizem respeito ao fenômeno social como um todo, e da hipótese de que, para aquela ou aquele que vive na cidade, o “espaço cotidiano”, qual seja, “a escala microlocal da moradia e seu entorno urbano” imediato (KAPP, 2012, p. 5), constitui muitas vezes o espaço privilegiado de contato sensível com o outro e portanto com o fato político. Na trama que permite esse encontro, a ideia de *moradia* aparece como ponto central que remete não apenas ao espaço habitado, mas a tudo que permite articular este com o território urbano: transporte, infraestrutura, bem como o acesso a espaços de sociabilidade que tecem as habitações e suas individualidades entre si. Nesse sentido, a rua e seu entorno, o bairro, tornam-se um espaço de alfabetização política por meio do qual ações individuais e coletivas vão imprimir mudanças sobre a cidade. Essa “politização dos gestos cotidianos” (DE CERTEAU, 1990, p. XLIV) se assemelha a “saberes informais” (BOUTINET, 2013) que, por nascerem a partir de uma experiência sensível do espaço, dificilmente se encontram nos ambientes formais de aprendizado. Ideias, gestos e ações moldam o espaço urbano, assim como elas são moldadas por ele, em uma relação dialética. Relação que ensina e que, portanto, produz. Produz reflexões e ideias. Produz gestos e práticas individuais e coletivas emancipatórias em um território atravessado por relações de poder. Produz, pois, dinâmicas de conflitos, relações sociais contraditórias. Enfim, produz, transforma, formula e reformula a cidade.

A presente pesquisa, cujo objeto e problemáticas serão detalhados nas páginas a seguir, interessa-se inicialmente pelas ações coletivas em prol da luta por moradia realizadas por movimentos locais de moradores e moradoras que emergiram em diferentes bairros das cidades de Belo Horizonte, no Brasil, e Porto, em Portugal, entre as décadas de 1960 e 1970. Para a análise desse objeto fragmentado entre contextos diversos, privilegiando perspectivas locais, a pesquisa se tece a partir de uma articulação entre diferentes tipos de fontes. Ao longo do

trabalho, as memórias de moradoras e moradores, história oral constituída por depoimentos coletados nesses bairros, dialogam com fontes impressas diversas: relatórios policiais, noticiários diários de informação, imprensa alternativa, documentação oficial produzida pelos poderes públicos municipais.

Ao confrontar a experiência desses movimentos com as fontes oficiais e ao deparar com a repressão estatal enfrentada por eles, a outra vertente da pesquisa se delineou progressivamente, sendo esta as políticas urbanas desenvolvidas pelos regimes autoritários em vigor nos dois países estudados no período, qual seja, a ditadura militar no Brasil e a ditadura de Salazar em Portugal. Revela-se, portanto, de que maneira lutas de moradores e urbanismo autoritário disputam o território urbano no âmbito de um intenso conflito social que participa em moldar a cidade contemporânea e suas periferias.

A primeira parte da pesquisa teve início em 2015 e se concentrou no levantamento bibliográfico e na coleta de fontes na cidade de Belo Horizonte. Durante os primeiros anos de doutorado, foram coletados e gravados depoimentos de moradores em diferentes bairros e favelas da cidade, bem como foram consultados diversos diários de informação – tais como *Diário de Minas*, *Estado de Minas* e *Diário da Tarde* – na Hemeroteca Pública de Belo Horizonte, assim como os anais da Câmara Municipal e Relatórios de Prefeitos disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), ou ainda a documentação do amplo acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) digitalizada pelo Arquivo Público Mineiro (APM).

No que toca à dimensão portuguesa da pesquisa, entre julho e agosto de 2016, foi realizado um primeiro levantamento de fontes em Portugal, com base na documentação e nos inventários disponíveis na Biblioteca Nacional de Lisboa. A coleta efetiva de fontes orais e impressas no local foi realizada entre setembro de 2017 e fevereiro de 2018, no âmbito de um doutorado sanduíche possibilitado graças a uma bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) brasileira. A pesquisa no local se dividiu entre a coleta de depoimentos orais junto a moradores e pessoas envolvidas nos movimentos estudados, em diferentes bairros da cidade do Grande Porto, e a consulta a fontes impressas. Esta última se concentrou principalmente no Arquivo Municipal dessa cidade, no acervo do Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca Nacional, ambos em Lisboa. A pesquisa em Portugal foi orientada por Carlos Fortuna, professor catedrático da Universidade de Coimbra e investigador permanente do Centro de Estudos Sociais dessa mesma cidade. O conjunto da

pesquisa de doutorado foi orientado pela professora Regina Helena Alves da Silva, atualmente professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sem eles, e muitas outras pessoas, o presente trabalho não teria se concretizado.

INTRODUÇÃO

“A grande cidade só cresce com invasão. Porque os ricos eles pegam essas terras, em vez de vender barato para o pobre poder se instalar, eles vendem caro, só outros ricos podem comprar. E se fosse só os ricos como que era uma cidade dessa?”

Raimunda Pereira, moradora de uma ocupação urbana.²

São Paulo, maio de 2014. Às vésperas da abertura oficial da Copa do Mundo de Futebol, que será realizada no estádio Arena Corinthians, cerca de 1.500 famílias sem-teto ocupam um terreno particular nos arredores do estádio e batizam a nova ocupação de “Copa do Povo” (ESTADÃO, 04/05/2014). A estratégia midiática escolhida pelo Movimento de Trabalhadores Sem-teto por meio dessa ação, visando aproveitar a realização do megaevento esportivo para denunciar o déficit habitacional e as injustiças socioespaciais da maior cidade da América Latina, terá forte êxito, sendo o episódio destacado pelos principais noticiários internacionais que veem nessa ocupação “o lado avesso” da Copa³. Nas semanas seguintes, cerca de mil trabalhadores sem-teto e moradores de ocupações urbanas se manifestam e acampam em frente à Câmara Municipal da cidade exigindo a aprovação do Plano Diretor Estratégico (PDE). Este será finalmente aprovado, favorecendo a regularização das cerca de 90 áreas então ocupadas ilegalmente na Grande São Paulo (G1/GLOBO, 24/06/2014).

Em Belo Horizonte, a realização da Copa do Mundo também é marcada por ações de sem-teto, que, na primeira semana de julho de 2014, ocupam simultaneamente a sede da Companhia Urbanizadora da cidade (Urbel), da Advocacia Geral do Estado (AGE) e da Prefeitura para exigir a regularização de 13 ocupações urbanas da região metropolitana da cidade. Segundo o Grupo de Pesquisa Indisciplinar, vinculado à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas

² Raimunda Pereira foi moradora da ocupação urbana batizada Mutirão, iniciada no município de Altamira, no Pará, em agosto de 2011, no âmbito de uma onda de ocupações de terras urbanas organizadas por moradores e movimentos desta cidade. Tais ocupações surgiram em resposta à inflação imobiliária e remoções provocadas pela implantação no município do Consórcio Norte Energia e pelo início das obras da hidrelétrica de Belo Monte nesse mesmo ano. Situada na zona periurbana de Altamira, a ocupação urbana foi iniciada por um grupo de mulheres, incluindo Raimunda Pereira e suas três filhas. A entrevista foi realizada pelo autor deste trabalho em setembro de 2011, na ocasião de uma pesquisa de campo sobre os conflitos urbanos e ambientais vinculados às obras de Belo Monte nessa região.

³ Nessa ocasião, artigos publicados nos jornais *The Guardian*, *The New York Times* e *Le Monde* relatam o ocorrido. Neste último, o artigo é intitulado “O lado avesso do estádio, São Paulo ou a cidade impossível” (NY TIMES, 09/06/2014; THE GUARDIAN, 11/06/2014; LE MONDE, 05/06/2017).

Gerais (UFMG), entre 2004 e 2014, o movimento de ocupações de terras urbanas construiu em Belo Horizonte mais moradias para a população mais pobre da cidade – com renda situada entre zero e três salários mínimos – do que os governos federal e estadual durante o mesmo período, permitindo o acesso à moradia para aproximadamente 24.000 famílias (INDISCIPLINAR, 2014). Esses episódios retratam o fato de os movimentos de sem-teto e de ocupações urbanas terem se tornado, nos últimos anos, um ator político incontornável do processo de transformação da cidade em algumas capitais brasileiras.

Tal protagonismo parece ter ganhado força e visibilidade a partir de 2013, impulsionado pelo ciclo de manifestações populares que emergiram em junho daquele ano e que deram novo fôlego a movimentos urbanos por serem “insurgências” nascidas da necessidade de “ocupação do espaço e circulação” (ARANTES, 2014, p. 387) em que diversas tendências e pautas encontraram uma unidade prática por meio da “ação direta sobre o funcionamento da cidade” (BELLESA, 2013). O espaço urbano ficou, naquela ocasião, inevitavelmente marcado por protestos nos quais “as ruas, o espaço vivido da cidade”, não foram “apenas cenário”, mas objeto de reivindicação e “elemento ativo” das dinâmicas políticas em curso (SILVA, 2014, p. 10).

Esta pesquisa nasceu da observação desses recentes movimentos contestatórios, que suscitaram diversos questionamentos sobre os usos e reapropriações possíveis do espaço urbano frente ao atual contexto socioeconômico que produz uma “cidade segregada rumo ao colapso ecológico” (AGUIAR ARANTES, 2015), para não dizer social. A forte atuação dos movimentos de sem-teto – e movimentos sociais urbanos de forma mais geral – que ganha visibilidade em 2013 se insere em um contexto histórico de aprofundamento das desigualdades sociais decorrentes de um projeto excludente de cidade reforçado durante os anos que antecedem a realização dos megaeventos esportivos no Brasil (ROLNIK, 2016). A partir de 2007, ano em que o Brasil é eleito para se tornar sede da Copa de 2014, as obras de infraestrutura urbana voltadas para o evento e a crescente especulação imobiliária terão por consequência o aumento drástico de remoções de favelas e bairros informais, bem como o aprofundamento do déficit habitacional. Segundo os dados fornecidos pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, cerca de 250.000 pessoas teriam sido removidas ou ameaçadas de remoção nos anos que antecederam a Copa, enquanto os dados oficiais do governo falam de 120.000 pessoas diretamente atingidas pelas obras da Copa (ANCOP, 2014).

Apesar da inegável relação entre os movimentos de ocupações urbanas e um determinado contexto social e político, observamos que o senso comum costuma negar ou

desconsiderar o protagonismo desses movimentos no processo histórico de transformação da cidade (BOULOS, 2012, p. 11). Da mesma forma que as Manifestações de Junho de 2013 geraram incompreensão não somente por parte do Estado, mas também de partidos e de organizações de todo espectro político, uma vez que elas se caracterizaram por uma radicalidade e formas organizacionais “politicamente inassimiláveis” (ARANTES, 2014, p. 435), parece-nos que a agência histórica e política das ocupações de terras urbanas foi, até pelo menos recentemente, amplamente ignorada. Por um lado, grande parte da imprensa e da classe política mais conservadora tem apontado, historicamente, as ocupações de terras como atividade criminosa promovida por “transgressores” da lei e da propriedade privada (MARICATO, 1999, p. 1). Por outro lado, uma outra perspectiva comum nos setores progressistas, mesmo que não criminalize esses movimentos, costuma entendê-los como simples efeito colateral da crise urbana, reação desesperada de uma parcela da população despojada de outra escolha para desfrutar de um lugar para morar. Nessa perspectiva, as ocupações de terras urbanas e o surgimento de favelas se tornam eventos sociais “espasmódicos”, segundo a expressão de Thompson (1998, p. 150), simples reação natural, automática – quase irracional – de pessoas diante da dificuldade econômica de uma época. Essas duas perspectivas parecem ter sido influenciadas pelo discurso de segmentos sociais “dominantes” que produziram historicamente uma “estigmatização do espaço apropriado pelas classes trabalhadoras”, que no discurso hegemônico raramente é contextualizado levando-se em conta um “processo social” (CAMPOS, 2011, p. 63). Esse discurso contribui, por sua vez, para alimentar um “imaginário social urbano” amplamente compartilhado nas grandes cidades brasileiras que tende a naturalizar as “desigualdades sociais e a segregação espacial”, tendo o duplo efeito de reforçar “preconceitos e estereótipos” e marginalizar “formas de sociabilidade tradicionais” (AGUIAR ARANTES, 2015, p. 46), o que implica a recusa da possibilidade de agência política e histórica por trás das práticas populares.

No entanto, como ilustrado pela epígrafe desta introdução, nas entrelinhas das ações humanas existem na maioria das vezes discursos e pensamentos oriundos de certa leitura sobre a realidade social. Na frase que destacamos, Dona Raimunda Pereira, moradora de uma ocupação urbana por nós entrevistada na cidade de Altamira, no Pará, expõe sua visão sobre a dimensão conflituosa intrínseca à história urbana e habitacional brasileira. Ocupar uma terra vazia e se organizar para ali residir são gestos que traduzem, inevitavelmente, uma dada maneira de enxergar o contexto social urbano, que deve ser problematizada e historicizada, como já evocamos em outros trabalhos (URVOY, 2015a).

Ao acompanhar de perto a realidade de movimentos recentes de ocupações urbanas, começamos a nos indagar sobre suas raízes históricas e deparamos com uma forte carência na historiografia sobre essas questões, mesmo no campo da história social e dos movimentos sociais. Com efeito, como já observado em diferentes trabalhos, o campo historiográfico, durante muito tempo, pouco se interessou pelos assuntos envolvendo as favelas, os espaços urbanos informais e seus moradores, enquanto a perspectiva do historiador poderia contribuir de forma decisiva acerca desse objeto de estudo (OLIVEIRA, 2011, p. 40). É somente nos últimos anos que a historiografia tem começado a se debruçar sobre o tema e colaborado para a desconstrução dos discursos hegemônicos por nós aludidos, convidando-nos a realizar novas leituras da história social urbana. Nesse sentido, esta pesquisa busca contribuir com a historiografia sobre o tema privilegiando territórios e práticas sociais silenciadas que formam o que chamamos de *cidade oblíqua*, inspirando-nos na expressão de Anne Cauquelin (1999), que propõe uma reflexão sobre os discursos *obliquos* da cidade. A cidade oblíqua, aqui evocada, torna-se visível ao se adotar uma dada leitura social e política do espaço urbano.

Nesse sentido, diante das carências historiográficas apontadas, procuramos na história rastros de práticas e ações coletivas populares que poderiam contribuir para entendermos as origens dos recentes movimentos urbanos citados. Foi esse caminho que nos levou ao interesse pelos movimentos de moradores e experiências de luta pela moradia nas décadas de 1960 e 1970, com enfoque em duas cidades estudadas de forma comparativa: Belo Horizonte, no Brasil, e Porto, em Portugal, nas décadas de 1960 e 1970. Essas cidades foram escolhidas por serem fortemente marcadas, nesse período, por dinâmicas contraditórias em seu processo de transformação urbana: a emergência de um grande número de lutas e movimentos de moradores na disputa pelo acesso à moradia, por um lado, e, por outro, a implantação de uma série de políticas autoritárias visando aos bairros populares e à cidade como um todo.

Com efeito, ao procurar entender o processo histórico que viu emergir esses movimentos de moradores nas periferias e bairros populares, percebemos que a presente pesquisa não poderia ignorar o outro lado, o modo peculiar de gestão desses territórios urbanos pelo Estado. Mais uma vez, a realidade brasileira serviu de estopim para tal constatação. Se evocamos a força das mobilizações populares ocorridas nas periferias do país no âmbito das manifestações de 2013 e 2014, não podemos considerá-las sem mencionar suas consequências, o seu lado avesso: o grau fortíssimo de repressão policial desencadeado, em diversas ocasiões, como resposta a elas. No dia 24 de junho de 2013, o primeiro episódio de repressão com consequência letal ocorrido em margem do movimento social que irrompeu no país aconteceu longe do asfalto dos centros

urbanos. Uma operação policial na Favela da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, deflagrada em retaliação a um protesto realizado mais cedo pelos moradores da comunidade na avenida Carlos Lacerda, mais conhecida como Linha Amarela – onde teria supostamente ocorrido um arrastão a motoristas –, resultou no assassinato de nove moradores da comunidade pelo Batalhão Especial da Polícia Militar (Bope). O episódio, que ficou conhecido como “a chacina da Maré”, pouco chamou a atenção da grande mídia naquela época, mas ocasionou forte mobilização por parte da comunidade local. O grau letal atingido pela violência do Estado não era novidade, naquele momento, em uma favela do Rio de Janeiro e continua uma realidade no período em que estas linhas são escritas. No entanto, as Jornadas de Junho de 2013 ocasionaram, pela primeira vez, uma mobilização nacional contra essa violência, que se despertou não após a chacina da Maré, mas no mês seguinte, após o desaparecimento de Amarildo de Souza, morador da Favela da Rocinha, durante uma operação policial que também aparentava ser uma retaliação a um protesto realizado por moradores da comunidade. Entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, o número de protestos populares nas comunidades periféricas dessa cidade cresce conjuntamente com o grau de letalidade das operações policiais. Segundo um estudo do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, apenas no primeiro trimestre de 2014, a letalidade policial aumentou em 59,3% em relação ao ano anterior (G1/GLOBO, 02/05/2014).

Apesar da visibilidade inédita dada à repressão policial nas vilas e favelas, especialmente por meio do que ficou conhecido como “o caso Amarildo”, a violência de Estado não diminuirá nos anos seguintes. De 2015 a 2019, a letalidade policial conheceu um aumento de 127% na cidade do Rio de Janeiro, fazendo a ampla maioria de suas vítimas em comunidades da periferia (EXAME, 20/10/2019). As vilas, favelas e ocupações urbanas, de modo geral, continuam sendo o principal alvo da violência policial no Brasil atualmente. Em suma, as periferias brasileiras são a parte da cidade que mais sofre a violência do Estado, sendo ao mesmo tempo o local onde emergiu o movimento social urbano mais significativo do país nestes últimos anos: o movimento de sem-teto. Esse paradoxo provocou questionamentos que inspiraram a presente pesquisa, sendo posteriormente também observado em relação ao nosso objeto histórico de estudo.

As periferias e os bairros populares estudados por nós, em Brasil e Portugal, nas décadas do pós-guerra, caracterizam-se pela mesma contradição: são locais de emergência de amplas mobilizações sociais e ao mesmo tempo a parte da cidade mais permeada pelas estratégias de repressão e controle desenvolvidas pelo Estado naquela época. Território urbano do paradoxo e da exceção, em suma. No fio da nossa pesquisa, a periferia aparece, portanto, como um espaço

produzido de forma conflituosa, cidade contestada, *locus* de fixação, controle e repressão dos populares pelo Estado, mas também cenário de numerosas lutas, revoltas e profundas mobilizações coletivas. O período do pós-guerra, mais especificamente, com destaque para as décadas de 1960 e 1970, revelou-se em nossos trabalhos um momento histórico crucial da *invenção e produção* da periferia contemporânea como território singular no seio de um espaço urbano em disputa, entre lutas de moradores e projetos de urbanismo autoritário experimentados pelo Estado. Nessa perspectiva, a correlação entre essa história recente e os tempos atuais se apresentou para nós de forma mais significativa ainda.

É justamente no intuito de adotar a perspectiva *oblíqua*, evocada anteriormente, e de entender essa relação intensa entre os tempos atuais e o passado estudado por nós que escolhemos, em nossa pesquisa, lançar mão da história oral. Articulada com as fontes escritas, a história oral nos permite trabalhar ao mesmo tempo “a dimensão fatural e narrativa, (...) o passado e o presente, e o espaço existente entre os dois” (PORTELLI, 1999). Essa escolha metodológica nos parece fundamental para abordar a história urbana recente e suas dinâmicas sociais entendidas como parte de um processo longo e ainda em curso, ou seja, como um fato histórico “não encerrado” (GARCIA, 2003, p. 22), a fim de, como disse Paul Ricoeur, “desfatalizar a história” (RICOEUR, 1993).

No próximo tópico, contextualizaremos historicamente a pesquisa e apresentaremos o seu recorte e suas problemáticas.

ESCREVER A HISTÓRIA DOS TERRITÓRIOS QUE NÃO CABEM NO MAPA

“A prática moderna não visa à conquista de terras estrangeiras, mas ao preenchimento das manchas vazias no *compleat mappa mundi*. (...) O outro do Estado moderno é a terra de ninguém ou contestada: a sub ou sobredefinição, o demônio da ambiguidade.”

Zygmunt Bauman (1999, p. 15)

A partir do fim do século XIX, o processo de modernização urbana viu emergir uma ciência que foi remanejando incessantemente as paisagens urbanas e os territórios para racionalizá-los de acordo com as necessidades econômicas. Ao longo desse processo, um discurso científico e racional sobre o espaço – integrando o urbanismo mas também a geografia e a cartografia moderna – passou a reformular o território segundo um modelo ditado por uma

visão tecnocrática da sociedade com o objetivo de produtividade e eficiência do sistema econômico capitalista que se solidificava, como identificado por Scott (1999) em seu trabalho. Essa dinâmica pela qual o espaço foi sendo redefinido e remodelado em diversos locais – aliás um aspecto pouco problematizado da questão – implicou inevitavelmente um amplo processo de *silenciamento*, análogo àquele identificado por Michel Foucault (1971) em seu trabalho sobre o surgimento da modernidade.

Com efeito, um dos objetivos de sua obra – como ele mesmo definiu em uma entrevista pouco conhecida que concedeu em 1971 – foi de buscar decifrar o processo do surgimento do Estado moderno por meio de uma “arqueologia dos discursos e dos saberes” no ocidente. Nesse sentido, uma das hipóteses na qual ele fundamenta o seu trabalho é que o ocidente, para construir o seu saber e o seu discurso sobre o outro – o que poderíamos chamar a sua escrita do mundo –, tomou a palavra a partir de um silêncio imposto à força. Ou seja, a sua relação com a alteridade se construiu reduzindo o outro ao silêncio completo. Em seu trabalho sobre a loucura, Foucault analisa a maneira pela qual o discurso sobre o louco, enquanto objeto científico – e o discurso psiquiátrico de modo geral –, emergiu a partir do “grande encarceramento” dos desviantes, no século XVII. Da mesma forma, para produzir um discurso universal, inspirado no Iluminismo, sobre as culturas e populações estabelecidas para além do continente europeu – discurso que seria a origem da antropologia –, o ocidente colonizou e escravizou esse *outro* nos quatro cantos do mundo (FOUCAULT, 1971, p. 11). Qualificando-o de bárbaro, ele lhe tirou o direito à fala e ao raciocínio para falar em seu próprio nome, gesto que o escritor martinicano Aimé Césaire qualificou de *coisificação*. Em seu *Discurso sobre o colonialismo*, o ensaísta da negritude já associa esse processo de *coisificação* não apenas a um silenciamento dos sujeitos, mas também a uma reescrita do território, na qual “terras confiscadas” e “sociedades esvaziadas” abrem espaço para uma ideia quantitativa de “progresso” imposta à força com seus “quilômetros de estradas, canais e estradas de ferro” (CÉSAIRE, 2004, p. 23).

Nesse aspecto, a ideia de cidade moderna nasce de um mesmo processo de silenciamento e *coisificação*, já que ela se apoia em um discurso de verdade sobre o espaço que a torna inquestionável. Na conquista dos grandes centros urbanos, tal ideia raramente se instala sem demolir o que se encontra em seu caminho. A destruição de tudo que não cabe nesse novo padrão que é a modernidade é um sacrifício necessário para a criação de um espaço renovado, segundo a própria definição do Barão Hausmann – responsável pela Reforma Urbana de Paris no Segundo Império Francês –, que se autoqualificava como um

“artista-demolidor” (HAUSMANN, 1890, p. 10). Seguindo a mesma linha de reflexão, podemos considerar que, na segunda metade do século XIX, o urbanismo nasce, enquanto teoria do espaço, como discurso uníssono sobre este, que vai progressivamente se encarregar de reduzir ao silêncio e ao esquecimento toda e qualquer outra forma de ocupá-lo e habitá-lo, não somente no discurso, mas também na prática. As grandes Reformas Urbanas ocorridas nesse período – seja em Paris, seja em Barcelona, seja no Rio de Janeiro – inauguram uma prática padrão, a partir de então recorrente, de aniquilamento e reformulação dos territórios indesejados, o que supõe a remoção das populações que neles habitam e a normatização do espaço segundo as exigências da economia mercantil e o ideal estético da classe que se enriquece com esta, a burguesia. As terras e locais que não eram definidos ou organizados segundo a racionalidade moderna – implicando fatores culturais, estéticos e econômicos – tornavam-se espaços do *outro*, “manchas vazias” a serem preenchidas (BAUMAN, 1999, p. 15). Essa perspectiva nos fornece chaves de leitura para entender o processo de estruturação dos grandes centros urbanos brasileiros a partir do fim do século XIX: das reformas urbanas de Rio de Janeiro e Salvador, no início do século XX, à criação de novas capitais segundo um desenho racionalmente planejado, como Belo Horizonte e Goiânia, que antecederam a construção de Brasília no âmbito de uma nova fase de modernização territorial, no meio do século. No caso da cidade do Rio de Janeiro, a reforma urbana de Pereira Passos, a partir de 1902, será o primeiro capítulo de uma luta simbólica por meio da qual o poder municipal e as elites tentarão repetidas vezes, sem nunca encontrar um sucesso completo, expulsar as populações mais pobres e as favelas do centro da cidade – disputa espacial que vai se tornar a regra na maioria das grandes cidades brasileiras (CHALHOUB, 1996, p. 26).

Tais reformas reproduziam parcialmente intervenções urbanas já em curso em outros locais do mundo, principalmente na Europa. Em Paris, as reformas encabeçadas por Hausmann durante o Segundo Império permitiram a destruição de diversos bairros populares – temidos pelo poder por abrigarem as chamadas “classes perigosas”, que espalharam barricadas pela cidade durante as revoltas de 1848. Nesse mesmo sentido, o projeto de reforma urbana de Barcelona segundo o plano de Cerdá, desenvolvido a partir de 1860, tinha como um de seus objetivos a “higienização” e “moralização” da cidade velha, o que implicava a destruição de bairros populares para permitir o emburguesamento e a entrada de capitais no centro da cidade. Algumas décadas depois, grandes cidades latino-americanas – tais como o Rio de Janeiro e Buenos Aires – seguiram o exemplo. O objetivo dessas grandes reformas sucessivas pode ser resumido pela expressão de um arquiteto francês modernista da época: preconizavam uma

“taylorização do espaço urbano” (VONAU, 2014, p. 284). Ao longo do século XX, essa taylorização da cidade prossegue, com episódios sucessivos de intervenção dos poderes públicos no espaço urbano, ganhando uma nova dimensão territorial com o processo de metropolização das grandes urbes a partir da metade do século. Em nosso trabalho, interessamos especificamente as intervenções urbanas realizadas nesse período por dois regimes autoritários, por meio de suas políticas habitacionais e territoriais: o Estado Novo português (1933-1974) e a ditadura militar brasileira (1964-1985).

Os exemplos aqui referidos integram uma forma de apreender e modelar o espaço que se apresenta e se pretende como única e que procurou – e ainda procura – se impor historicamente sobre outras, em um processo de disputa contínua entre a racionalização econômica do território e a manifestação de diversas formas de vidas que, mesmo silenciadas, sempre voltam à superfície, como veremos ao longo de nossa pesquisa. Se a ideia de “habitar” surgiu, segundo Lefebvre (1968, p. 18), na segunda metade do século XIX na perspectiva do poder público, que começou a gerenciar, definir e organizar um modo de habitação destinado a fixar os operários e transformá-los em inquilinos, esta teve de conviver espacialmente com outros modos informais ou ilegais de ocupar o espaço urbano, nos quais o “habitar produz o espaço habitado” (ZIBECHI, 2011, p. 74). Na tentativa de ordenar e padronizar a totalidade de um território ou de uma cidade, “tarefa impossível” segundo Bauman (1999, p. 17), a modernidade sempre teve de conviver com seu avesso, seu efeito colateral, que ela sempre definiu como seu contrário: espaço da (des)ordem, do (in)formal. O espaço da cidade moderna foi historicamente marcado e modelado por esse conflito, no qual outras formas de habitar nunca cessaram de surgir entre as linhas do desenho planejado, reocupando espaços vazios após cada reintegração de posse.

No entanto, a escrita da história social, e da história em geral, parece ter sido bastante silenciosa em relação à questão territorial. Isso porque a tradição marxista, desde o princípio, considerava o espaço, ou ainda a cidade, como cenário do social, objeto secundário, como nos lembra Kristin Ross (2013, p. 22). O que de fato importava, para os historiadores marxistas, eram as relações econômicas e o conflito de classes que surge a partir dessas relações. Lembremos as críticas de Engels (1976) a Proudhon, que ele considerava ingênuo por produzir uma crítica social com base na questão da habitação. Por essa razão, a historiografia marxista sempre tendeu a focar o ambiente de trabalho como único local que abrigaria uma possível transformação social radical – e conseqüentemente a se concentrar nos sujeitos que lá eram majoritários: homens, adultos, trabalhadores. Enquanto isso, as lutas enraizadas nos

bairros, a partir do local de moradia, tinham outros protagonistas, historicamente marginalizados e silenciados. Eram estes as mulheres, as crianças ou adolescentes, os desempregados – outrora chamados de vadios e mendigos. Como apontado pela antropóloga Alba Zaluar (1985, p. 50), no espaço da moradia e do bairro, a “homogeneidade das múltiplas práticas cotidianas” permite uma “troca de experiências” da qual podem emergir “múltiplos modos de oferecer resistência”. Essa disputa pelo espaço urbano, mediante a qual a cidade vem sendo sucessivamente ocupada e remodelada por grupos e atores distintos, constitui o objeto central deste trabalho, sendo analisada pela perspectiva dos conflitos sociais em torno do tema da moradia nos bairros populares de duas cidades estudadas de forma comparativa, Belo Horizonte, no Brasil, e Porto, em Portugal, nas décadas de 1960 e 1970.

Os conflitos sociais estudados incluem tanto a emergência de movimentos de moradores de bairros populares que se organizam pelo direito à habitação, inclusive por meio da ocupação de edifícios ou terras devolutas, quanto as estratégias de repressão e controle social desenvolvidas pelo Estado nesses territórios. Por nascerem no contexto político específico de duas ditaduras, tais estratégias desenvolvidas pelo Estado são qualificadas em nosso trabalho pelo termo de *urbanismo autoritário*, expressão já utilizada no campo da geografia urbana para qualificar intervenções na infraestrutura e morfologia de grandes cidades projetadas por regimes autoritários ou totalitários (HAERINGER, 2002, p. 1).

A essas intervenções do poder que imprimem suas marcas no espaço urbano, contrapõem-se no período sucessivas *lutas de moradores*. A expressão é utilizada neste trabalho para qualificar um conjunto de mobilizações pelo acesso à *moradia* no seu sentido amplo – incluindo todas as necessidades básicas que permitem de fato habitar o espaço urbano, “habitação, saneamento, transporte”, bem como “segurança da posse” do local habitado – e protagonizadas pelos principais interessados (LAVORATTI, 2009). O conceito de *lutas*, de acordo com a definição proposta pelo sociólogo Alain Touraine, remete aqui às “forças políticas” envolvidas em conflitos, que podem ser “fatores de mudança social” sem necessariamente carregar inicialmente um projeto de mudança estrutural da sociedade (TOURAINÉ, 1984, p. 5). Como veremos, grande parte das *lutas* estudadas vão permitir a emergência local de mobilizações mais perenes, que qualificaremos de *movimentos de bairros*, e que passam a carregar em suas ações e narrativas propostas de mudanças sociais estruturais e radicais.

A partir do nosso objeto, procuramos levantar as seguintes perguntas: como se traduzem, no campo social, espacial e simbólico, os conflitos em torno do acesso à moradia

nas cidades de Belo Horizonte e Porto no período analisado? Como podem ser caracterizados os territórios urbanos singulares que emergem das lutas de moradores estudadas? Quais respostas serão dadas pelo Estado no intuito de conservar um controle social sobre esses territórios e populações? Como o contexto político autoritário que caracteriza o período em exame se reflete nos bairros populares, influenciando sobre mobilizações políticas locais? De que forma a cidade contemporânea pós Segunda Guerra vai ser moldada ou reconfigurada a partir desses conflitos?

Em Belo Horizonte, a pesquisa tem por foco o primeiro movimento de ocupações de terras urbanas organizado por populares no início da década de 1960 e a repressão que atinge essas ocupações – e todos os espaços favelados da cidade – após o Golpe Militar de 1964. Na cidade do Porto, traçando um caminho aparentemente inverso, analisa-se o projeto autoritário implementado nos bairros periféricos da cidade a partir do fim da década de 1950, no âmbito da ditadura salazarista, e a emergência de um profundo movimento social iniciado pelos moradores desses bairros após a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Apesar de analisar nosso objeto na escala da cidade como um todo, dos bairros populares próximos aos centros urbanos até as suas periferias, optamos por concentrar nosso olhar em alguns bairros específicos. No caso de Belo Horizonte, o nosso estudo aprofunda-se mais especificamente em três locais da cidade: a Vila 31 de Março, o aglomerado Cabana do Pai Tomás, situados nas regiões noroeste e oeste da cidade, e a região da Cidade Industrial. Os dois primeiros bairros nascem a partir de uma série de ocupações de terras urbanas realizadas no início dos anos 1960, episódio que será o ponto de partida de nossa pesquisa no caso brasileiro. No caso de Porto, observaremos especificamente os bairros camarários, que tiveram um papel pioneiro no movimento de moradores naquela cidade, bem como os bairros de Massarelos e o bairro mineiro de São Pedro da Cova, situada no concelho de Gondomar, na região metropolitana. Nesse sentido, a perspectiva comparativa entre as duas cidades nos permite analisar espaços urbanos que se configuram a partir de realidades históricas fortemente distintas. Na cidade do Porto, os bairros populares de Massarelos e São Pedro da Cova resultam de uma implantação operária antiga, vinculada à primeira fase de industrialização da cidade e sua região. Nos bairros camarários, construídos na periferia do Porto pelo poder municipal a partir da década de 1950, essa população operária se mistura progressivamente com migrantes e imigrantes recém-chegados do interior do país ou das colônias portuguesas na África.

Por outro lado, na cidade de Belo Horizonte, os bairros estudados, em sua maioria vilas e favelas, são habitados por uma população recém-chegada do interior de Minas Gerais ou do Nordeste do país. Se a maior parte das vilas estudadas nessa cidade são de constituição recente, a implantação dessas reproduz uma disputa territorial pelo solo urbano ligada à história colonial brasileira. Com efeito, como pode ser observado em muitos países colonizados, o processo de modernização urbana no Brasil reproduz lógicas de configuração espacial e espoliação fundiária coloniais. Como evidenciado pelo geógrafo Andreilino Campos, a organização social de uma cidade como o Rio de Janeiro, desde o século XIX, reproduz historicamente aspectos do conflito territorial colonial, no âmbito do qual o quilombo se contrapunha ao espaço colonizado onde vigorava o regime escravocrata (CAMPOS, 2011). Apontando essa mesma continuidade histórica, Antonio Bispo dos Santos evidencia que a territorialidade do Brasil colônia se funda historicamente em um processo de “desterritorialização” dos povos indígenas e africanos escravizados, mas também de criminalização dos espaços sociais apropriados ou habitados por esses povos (DOS SANTOS, 2018b), processo que imprime sua marca sobre nosso objeto de estudo neste país.

Adotamos, portanto, uma perspectiva que traduza uma geopolítica da cidade – da escala local à escala metropolitana – que possa testemunhar acerca de conflitos que se manifestam por vezes de forma discreta, refletindo a violência simbólica, diluída no curso do tempo. Com efeito, acreditamos que a cidade, desde as grandes reformas do fim do século XIX, não foi somente modelada pela lógica de produção capitalista – como pretendido pela leitura clássica marxista –, ela é fruto de um conflito perpétuo entre formas diversas de se relacionar com o território.

Para adotar tal perspectiva, a pesquisa cruza diferentes tipos de fonte. A fonte oral, acessada mediante entrevistas realizadas com moradores desses bairros ou protagonistas das lutas estudadas, articula-se ao longo do trabalho com a fonte escrita: imprensa de grande circulação ou comunitária, inquéritos policiais e documentos da administração municipal, regional ou estatal. Essa confrontação de fontes de naturezas diversas nos permite analisar um conflito social que não ocorre apenas no nível territorial, mas também no campo cultural e simbólico. Nas fontes advindas do poder policial, municipal ou estatal, bem como nas palavras dos moradores e moradoras entrevistados, analisamos a produção de narrativas divergentes sobre o espaço urbano que investem o domínio moral, imaginário ou estético. Essa “luta de representação” (CHARTIER, 1990, p. 17), travada no campo do discurso e da produção de subjetividades, traduz-se no âmbito das sucessivas ressignificações do espaço

urbano, que ganham corpo por meio de formas contraditórias de habitar, ocupar, e transformar a cidade.

Em outros trabalhos, definimos esta perspectiva sobre a história urbana com o termo de *cartografia noturna*, isto é, uma história da dimensão política do espaço, que tem por foco essas outras territorialidades, muitas vezes rejeitadas nos cantos de sombra do mapa, experimentadas, produzidas ou imaginadas no seio dos conflitos sociais urbanos (URVOY, 2017). No próximo tópico, propomos uma reflexão conceitual acerca dos territórios singulares que estudamos e dos desafios que estes podem apresentar à pesquisa histórica.

TERRITÓRIOS INFORMAIS: DO ESPAÇO VAZIO AO ESPAÇO SILENCIADO

“Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua, geograficamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.”

Michel de Certeau (1990, p. 173)

Segundo Michel de Certeau (1990, p. 173), o *espaço* existe a partir do momento em que ele é praticado, vivido. Nesse sentido, ocupar um local, percorrer com nosso corpo uma rua, um terreno ou uma área construída significa projetar uma dinâmica social em um ambiente onde essa dinâmica ainda não estava presente, transformá-lo em espaço habitado. Como evocado anteriormente, modos plurais e contraditórios de ocupar o território urbano foram a origem de um conflito que perpassa toda a história da cidade moderna e contemporânea. Esse conflito emerge, segundo nos parece, primeiramente sob a forma de uma disputa em torno do espaço, mais especificamente, dos *vazios urbanos* – *manchas vazias* evocadas pelo Bauman (1999) –, e vai tomar diversas configurações em diferentes locais e momentos históricos desde o século XIX.

O caso da história urbana brasileira é particularmente impregnado por esse conflito. Desde a segunda metade do século XIX, a marginalização dos pobres nos centros urbanos vai resultar no surgimento das primeiras favelas, terrenos ocupados informalmente e ilegalmente que vão se tornar bairros consolidados com o decorrer do tempo, sem que isso signifique necessariamente “a eliminação de suas precariedades” (KAPP, 2012, p. 14). Dessa forma, os *vazios urbanos* – terrenos baldios, morros e encostas – “áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário”, foram ocupadas informalmente pelas populações mais pobres nas cidades brasileiras (GONÇALVES, 2006, p. 2).

Se o caso brasileiro é um dos mais evidentes, encontramos na verdade esse conflito em torno dos vazios urbanos em quase todas as grandes cidades, sob diversas formas. Este é geralmente resumido pelo discurso da lei e do urbanismo por meio de categorias binárias – formais/informais, legais/ilegais – que nos ajudam a entender como esse espaço *outro* foi sendo nomeado, homogeneizado e estigmatizado na história. Como bem demonstrado pelo trabalho de Licia Valladares (2005), o termo *favela* é antes de tudo uma categoria representativa socialmente construída no seio do imaginário brasileiro. No entanto, os modos *informais* do habitar, inseridos ou não nos padrões legais de ocupação do solo urbano, são múltiplos e diversos: ocupações de terras baldias, sejam elas progressivas, individuais ou coletivas, autoconstrução ou extensão informal de estruturas já existentes; ocupações de casas, edifícios ou prédios vazios ou ainda em construção etc. Na cidade contemporânea, local que concentra profundas desigualdades que se manifestam de diversas formas, esses espaços se tornam por vezes laboratórios sociais onde outros modos de habitar o espaço e outras formas de sociabilidade se concretizam, despertando recentemente o interesse e a solidariedade das novas gerações de arquitetos.⁴

Se o *vazio* se torna espaço uma vez que ele é *praticado*, segundo a aludida asserção de De Certeau, discorrer sobre tais experiências não implica somente pensar sobre o *uso* do espaço, mas sobretudo a *criação* deste. Essas experiências, a nosso ver, não somente se contrapõem ao modelo vigente de expansão urbana ou de moradia social – representando uma forma popular de conquistar o direito à cidade, tal como conceituado por Henri Lefebvre (1968) –, mas conferem existência ao espaço, criam espaços *outros* segundo uma outra lógica. É a partir dessa ideia que escolhemos pensar as ocupações, os bairros, as vilas e favelas que são objeto de nossa pesquisa como *territórios*, que o geógrafo Porto-Gonçalves (2009, p. 127) entende não como “algo anterior ou exterior à sociedade”, mas como “espaço apropriado (...) instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele”. Se entendemos que o território existe a partir “das relações sociais e de poder que os conformam”, cabe ao historiador analisar o processo histórico de emergência dessas *territorialidades* singulares que, segundo Raúl Zibechi (2011, p. 31), nascem inevitavelmente no seio do conflito social. Obviamente, esse enfoque nas dinâmicas políticas e sociais que emergem com e no seio desses territórios implica também perceber a relação destes com o restante da cidade e da sociedade, já que eles não são isolados socialmente, “mas fazem parte de um sistema maior”

⁴ Podemos citar, entre diversos outros, o Grupo MOM (Morar de Outras Maneiras), sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, em Belo Horizonte, ou ainda o Pôle d'Exploration des Ressources Urbaines (PEROU) baseado em Paris.

do qual eles são também fruto (LEEDS, 1978, p. 90). Para empreender este estudo, a pesquisa histórica e a coleta de fontes sobre tais espaços apresenta um desafio ao pesquisador, por se tratar de espaços histórica e socialmente invisibilizados, em parte pela ilegalidade e informalidade que os caracteriza.

De fato, trata-se de territórios construídos não apenas a partir de um *vazio* espacial, mas também legal, pois surgem na contramão das normas jurídicas impostas sobre o espaço pelo Estado. Na maioria dos casos, estes não são reconhecidos legalmente pelo poder público, pelo menos em um primeiro momento. Em termos práticos, essa situação pode se traduzir por uma recusa da prefeitura local em atribuir aos ocupantes um endereço oficial, a garantir o fornecimento de energia elétrica, água etc. Isso toma proporções impressionantes no caso do urbanismo informal – muito comum nas metrópoles latino-americanas, mas também asiáticas e africanas –, onde existem bairros, por vezes construídos há várias décadas, que sequer aparecem nos mapas. Uma parte do texto urbano se encontra apagado, silenciado pela escrita hegemônica da cidade, tal como caracteriza a filósofa francesa Anne Cauquelin (1979, p. 20). No caso singular da favela brasileira, paradoxalmente, esta se tornou parte da estrutura econômica da cidade, permitindo – na perspectiva do mercado – reduzir o custo da reprodução da força de trabalho além de, segundo alguns autores, normalizar a perenização das desigualdades na produção do espaço construído (SANTOS, 2006, p. 35) . Ademais, a “invisibilidade” evocada não impede um rígido regime de controle e repressão policial, característica que perpassa a maioria desses espaços (GONÇALVES, 2013, p. 77).

Além desse aspecto, o apetite insaciável do mercado imobiliário, que procura permanentemente novos espaços para investir ou escoar seu capital excedente, vê nos vazios urbanos grandes oportunidades especulativas. Esse fato constitui uma ameaça permanente para esses bairros, sob os quais ronda uma ameaça permanente de remoção, como veremos mais especificamente a seguir, quando abordarmos os programas de remoção que atingem as *favelas*, no Brasil, e as *ilhas*, vilas populares construídas informalmente no seio dos quarteirões, em Portugal. Como apontado por Perlman (1981), a consolidação de um discurso produzido pelas elites sobre a “marginalidade” desses territórios e seus habitantes reforçou historicamente sua exclusão e vulnerabilidade política. A dimensão efêmera e frágil desses espaços apresenta um desafio para a pesquisa histórica, que se encontra diante de um território permanentemente em construção, quase sempre inacabado e por vezes prestes a desaparecer. Esta é uma das importâncias do trabalho historiográfico sobre esses espaços. Delimitar espacialmente e temporalmente esses territórios, escrever seu passado e presente, é uma forma

de reconhecer não somente a sua existência, mas a sua singularidade como forma possível de cidade – diferente dos modelos propostos pelo mercado e pelo Estado, e dessa forma negar o vazio que os ameaça. Como apontam os historiadores cariocas Rafael Gonçalves, Mauro Amoroso e Mário Brum, (2015, p. 3): “arquivar documentos sobre esses bairros é reconhecer seu lugar na história e na própria cidade”. A ausência de fontes escritas e documentos produzidos por tais espaços explica, em parte, a carência de trabalhos historiográficos sobre a questão, pelo menos até recentemente. Diante desse silêncio, cabe à “criatividade do pesquisador” procurar um interlocutor possível que possa fornecer outra narrativa àquela produzida pelo discurso dominante sobre a questão (GONÇALVES; AMOROSO; BRUM, 2015, p. 3).

Em nosso caso, em busca de entender o processo de constituição desses territórios em uma perspectiva histórica, foi preciso partir de um ator, de um sujeito interlocutor que pudesse nos oferecer uma perspectiva local, que não fosse apenas aquela do poder, da repressão e da normatização do espaço. Foi a partir dessa ideia que começamos a nos interessar pelas ações de grupos de moradores envolvidos em lutas locais que surgiram de forma mais estruturada em diferentes grandes cidades a partir dos anos 1970, segundo alguns autores das ciências sociais (CASTELLS, 1975, p. 11). Como se verá, uma parte significativa das lutas de moradores aqui estudadas possibilitará a emergência local de mobilizações mais perenes, que qualificamos de *movimentos de bairros* e que formulam, por meio de suas práticas, propostas de transformação social profunda. Adotamos aqui a definição de *movimento* cunhada por Manuel Castells (1975, p. 12), que entende os movimentos sociais urbanos como “sistemas de práticas sociais que questionam a legitimidade da ordem estabelecida, a partir de contradições especificamente urbanas”, enquanto o bairro é entendido aqui como “o território de uma comunidade” (MORIN; ROCHEFORT, 1998, p. 103).

Obviamente, não nos interessa somente estudar as experiências isoladas de tal ou qual bairro, mas também as relações que diferentes movimentos estabelecem entre si. Dessa forma, a proposta da pesquisa não era escolher como objeto central grupos ou bairros específicos, mas estudar essas lutas e movimentos enquanto “redes de práticas”, para usar a expressão de Roger Chartier (1989, p. 1512), que organizam certos modos de relacionamento com o espaço urbano. A fim de elucidar como tais práticas se conformam para além do contexto sociourbano específico no qual elas se inserem, escolhemos uma perspectiva comparativa que nos permitisse analisar – em um mesmo recorte cronológico – lutas e dinâmicas coletivas de moradores em locais distantes e diferentes.

Por fim, o estudo do conflito histórico que envolve movimentos de moradores e as políticas urbanas autoritárias ao longo do período estudado nos permite melhor entender a reconfiguração da cidade contemporânea nas décadas que seguem a Segunda Guerra. No seio desse processo, observaremos a emergência da *periferia* como realidade urbana singular constituinte das metrópoles que hoje conhecemos. Como já apontado pelo geógrafo português Álvaro Domingues (1994, p. 5), o termo periferia urbana não remete apenas a um “afastamento do centro” do ponto de vista geográfico, mas pode se caracterizar também por uma exclusão do ponto de vista “físico”, “social” e “morfológico”. Antes de tudo, trata-se de um território urbano marcado pela “dependência” e “subalternidade face às áreas centrais”.

Cabe agora expor o recorte geográfico e cronológico do nosso objeto de pesquisa antes de explicar mais em detalhes a escolha da perspectiva comparativa e a bibliografia e metodologia utilizadas para discutir nosso objeto.

CONFLITOS URBANOS NO PÓS-GUERRA EM BRASIL E PORTUGAL

Com base na reflexão evocada, decidimos construir nossa pesquisa em torno dos movimentos ligados à questão da moradia em duas cidades de dois continentes distintos, Belo Horizonte, no Brasil, e Porto, em Portugal, ao longo das décadas de 1960 e 1970. Essas duas cidades foram escolhidas por serem palco, nesse período, de uma série de transformações sociais e políticas que contribuíram para a emergência de um grande número de associações e movimentos de bairros no contexto de lutas locais relacionadas às questões urbanas e, mais especificamente, à disputa pelo direito à moradia.

No caso brasileiro, a cidade de Belo Horizonte é o palco, no princípio dos anos 1960, de uma série de ocupações de terras e mobilizações em prol do direito à moradia no contexto de efervescência política e social que antecede o regime militar, com a participação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), entidade que reúne diversas associações comunitárias de favelas. Essa dinâmica sofrerá intensa repressão a partir do Golpe Militar de 1964. Os movimentos sociais urbanos passarão a ressurgir na cena pública somente na segunda metade dos anos 1970, enquanto os debates sobre a necessária redemocratização do país ganhavam visibilidade. No caso português, observaremos um caminho histórico quase que inverso: da repressão do contexto autoritário rumo à

efervescência social que segue o fim da ditadura salazarista.⁵ Enquanto o regime promove uma política de remoção e de estrito controle social nos bairros populares do Porto ao longo dos anos 1950 e 1960, a situação muda radicalmente a partir da Revolução dos Cravos de 1974, que marca o fim da ditadura. Logo após a revolução, o espaço livre deixado pela queda do regime vai liberar grande número de forças políticas locais que compartilham o desejo de criar uma sociedade nova. Nesse momento, os bairros operários de Porto conhecem uma intensa mobilização política no intuito de uma gestão popular e local das necessidades urbanas organizada pelas denominadas *comissões de moradores*, que então foram criadas.

Parte dessas dinâmicas coletivas estudadas compartilham uma característica comum no seio dos movimentos sociais que emergem nesse período em diversos países: uma busca pela autonomia e horizontalidade organizacional, ou seja, um desejo de romper com modelos políticos tradicionais fortemente hierarquizados. Portanto, essas experiências extrapolam muitas vezes a simples questão da moradia ou das necessidades imediatas para tentar abrir caminhos que poderiam levar a transformações mais profundas, questionando tanto a estrutura social e física da cidade quanto as formas tradicionais de organização política. Por outro lado, esses movimentos também sofrem uma pressão constante em direção a uma recuperação e institucionalização de suas pautas pelo poder público ou por grupos partidários. Assim, o conflito social que surge também é consequência de uma tensão constante entre autonomia e heteronomia, horizontalidade e verticalidade, independência e dependência, tensões que existem tanto internamente aos próprios movimentos quanto em relação aos outros atores sociais envolvidos.

O quadro cronológico escolhido permite observar as transformações vivenciadas pelas cidades estudadas nos anos 1960 e as políticas urbanas desenvolvidas pelos poderes públicos naquele momento, com o objetivo de orientar e controlar a expansão e o adensamento urbano. Mais especificamente, escolhemos como recorte o período compreendido entre 1960 e 1980. A década de 1960 corresponde, nos dois países estudados, ao início de uma intervenção direta do Estado no setor habitacional. Este se consolida no Brasil por meio da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964 e em Portugal, com as medidas integradas ao Plano Intercalar de Fomento, de 1965. Paralelamente, o período se caracteriza pela emergência

⁵ A Ditadura Salazarista começou com a chegada ao poder de António de Oliveira Salazar que, em 1933, cria uma nova Constituição e instaura em Portugal um regime autoritário e conservador de natureza católica e nacionalista. Salazar se manteve ao poder até 1968 quando, por motivos de saúde, ele se vê obrigado a confiar o poder a seu aliado Marcello Caetano. Este encabeçou a continuação do Regime até a chamada Revolução dos Cravos quando, em 1974, uma rebelião de jovens capitães do exército o obrigam a renunciar no intuito de reestabelecer a democracia.

progressiva de dinâmicas sociais contestatórias diretamente relacionadas à questão da moradia, dinâmicas estas que já existem parcialmente no Brasil na década de 1960 e que se concretizam de forma estruturada nos dois países ao longo dos anos 1970. Enfim, a partir dos anos 1980 observa-se a progressiva extinção das políticas intervencionistas citadas, assim como um relativo apagamento dos movimentos por moradia da cena política – consequência, em parte, de sua institucionalização. Essa situação se ilustra com a criação do Código Cooperativo em Porto, e no resto de Portugal, em 1980, e do programa PROFAVELA em Belo Horizonte, em 1983.

O recorte cronológico da pesquisa corresponde a um momento crucial na história urbana do século XX. O período que se segue à Segunda Guerra Mundial se caracteriza por uma grande expansão urbana e crescimento industrial em todos os continentes. A necessidade de mão de obra nos centros urbanos e a deterioração do mundo agrícola no campo – sendo os dois fatos consequências do impulso industrial – propiciam uma forte intensificação do êxodo rural em direção às grandes cidades. Às populações vindas do interior se adicionam, em alguns países europeus, migrantes vindos das colônias e ex-colônias. Entre 1945 e o início dos anos 1970, período chamado de Trinta Gloriosos, a maioria das grandes cidades do mundo conhece uma expansão demográfica muito intensa, que vai remodelar suas estruturas. A ausência de infraestrutura adequada e de medidas políticas para alojar essa nova população urbana terá por resultado a multiplicação do urbanismo informal. Os terrenos baldios nos centros ou nos arredores das cidades passam a ser ocupados, de forma progressiva ou coletiva, e se tornam bairros clandestinos, construídos pelos próprios moradores, recebendo diversos nomes segundo o país: *bairros de lata* em Portugal, *bidonvilles* na França, ambos semelhantes às *favelas*, que existem no Brasil desde o fim do século anterior. A expansão do urbanismo informal – que já existia, mesmo que de forma menos generalizada – aparece como uma das expressões mais concretas da crise enfrentada pela cidade na época. Essa crise é consequência de duas ações simultâneas: por um lado a carência de moradias diante do crescimento da população urbana e por outro a pressão feita pelo setor industrial cujas infraestruturas vão ocupando um espaço crescente em zonas periurbanas, em detrimento das populações (DAVIS, 2007, p. 66).

Diante dessa crise e do imperativo de reconstrução que caracteriza o período pós-guerra, começam a surgir na Europa políticas urbanas específicas destinadas à criação de moradias para a população mais pobre. No decorrer dos anos 1950, surgem na França e em Portugal projetos de construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia das cidades.

Dessa forma, sistematiza-se como política de Estado um tipo de habitação social experimentado em países da União Soviética desde a década de 1930. Tais políticas urbanas se inspiram nas teorias do arquiteto Le Corbusier sobre a cidade moderna, segundo as quais a cidade deve ser organizada em setores, correspondentes a funções específicas, de forma racional e pragmática (MANGIN, 2004). Assim, os bairros dos conjuntos são destinados especialmente à função social da moradia, aspecto que lhes dará a apelação popular de “cidades-dormitórios”. Outro aspecto dessa política é inaugurar a colaboração direta entre as empresas de construção civil e as políticas urbanas do Estado, a fim de favorecer uma industrialização da construção de moradia para corresponder aos ideais de rentabilidade da economia capitalista em plena expansão (MENGIN, 1999).

No decorrer dos anos 1960, o modelo dos conjuntos habitacionais começa a se proliferar em todos os continentes e a ser apontado como solução para a crise urbana e para erradicar as habitações informais. Nas duas cidades estudadas, as primeiras iniciativas nesse sentido foram implantadas na esfera municipal: na década de 1940, para Belo Horizonte, com a construção do Conjunto IAPI no bairro da Lagoinha, e na década de 1950, para o Porto, com a implantação do Plano de Salubridade das Ilhas. A partir da década de 1960, investimentos adotados em nível nacional promovem a ampliação dessas experiências nas grandes cidades dos dois países. No Brasil, a política que visa substituir as favelas por conjuntos habitacionais passa a ser oficialmente adotada em 1964, logo no início do regime militar, com a criação do Banco Nacional de Habitação (SANTOS, 2006, p. 50). No ano seguinte, Portugal adota as primeiras medidas que permitem a intervenção direta do Estado na política habitacional, com a instauração do Plano Intercalar de Fomento. Essas medidas se concretizam finalmente em uma política estatal de construção de conjuntos habitacionais e de repressão à construção de moradias clandestinas em 1969, com a criação do Fundo de Fomento à Habitação (BARRETO; GONTIJO; PAULA, 2010, p. 631). Essas políticas, nos níveis nacional e municipal, promovem a remoção de diversas populações oriundas de bairros considerados informais e o deslocamento delas para moradias construídas em áreas desvalorizadas, nas periferias dos centros urbanos. Ao mesmo tempo, medidas governamentais facilitam a apropriação de áreas urbanas valorizadas pelo setor privado, alimentando a especulação fundiária e aprofundando a crise urbana (MELO, 2009, p. 9; SANTOS, 2006, p. 51).

No âmbito do presente trabalho, qualificamos esse conjunto de intervenções realizadas no campo urbano e habitacional no período das ditaduras brasileira e portuguesa de *urbanismo autoritário*, expressão já utilizada no campo da geografia urbana. O geógrafo

Philippe Haeringer utiliza o termo para descrever o ambicioso processo de “reconfiguração urbana” encabeçado por regimes autoritários em algumas cidades do mundo no século XX. Por meio desse processo de reconfiguração, “a forma da cidade é amplamente marcada com o selo do autoritarismo” sob um arranjo econômico que caracteriza um “capitalismo mais estatal do que liberal” (HAERINGER, 2002, p. 1). Em nosso trabalho, o *urbanismo autoritário* analisado não se limita apenas a políticas públicas de planejamento e intervenções urbanas. Inclui também um conjunto de discursos e ideias, normas jurídicas e decretos normativos, bem como operações policiais ou financeiras no espaço urbano, oriundas do governo de Estado ou do poder municipal ou incentivado por eles, que se articulam entre si e replicam no território urbano o projeto político autoritário desses regimes. A dimensão eminentemente política e estratégica dos projetos urbanos e habitacionais no período pós Segunda Guerra – e o autoritarismo que estes podem carregar – não se manifesta apenas em regimes ditatoriais, mas também em democracias liberais do mundo ocidental. Nossos objetos de estudo revelam, no entanto, como as ditaduras que analisamos – o Estado Novo português (1933-1974) e o regime militar brasileiro (1964-1985) – serviram de laboratório para as políticas urbanas destinadas às classes populares no mundo lusófono contemporâneo, como veremos na última parte do nosso trabalho.

No mesmo período em que as grandes cidades e seus bairros são profundamente remodelados pela intervenção do Estado em muitos países do ocidente, emergem nessas mesmas cidades movimentos sociais que se articulam a partir de necessidades propriamente urbanas. Podendo ser vistos como uma das consequências da crise urbana que marca esse período, esses movimentos se estruturam principalmente a partir dos bairros populares e de seus moradores. Suas pautas iniciais se constroem em torno do acesso à habitação, mas também das necessidades coletivas ligadas a diferentes aspectos, como a saúde, o transporte e a educação. Os meios de organização e ação são muito diversos, indo da organização local e ação direta até as estratégias reivindicativas em direção ao poder público. A partir dos anos 1970, alguns autores, principalmente ligados às ciências sociais, começaram a estudar esses movimentos, reunidos sob o termo de *movimento social urbano* (CASTELLS, 1975). Uma vez contextualizado em mais detalhes o nosso recorte cronológico, cabe explicar mais a fundo nossas escolhas geográficas e o interesse da perspectiva comparativa.

A PERSPECTIVA COMPARATIVA

Duas cidades. Um porto aberto sobre o oceano e uma metrópole interiorana cercada de montanhas. Dois países separados por um oceano, cujas histórias foram marcadas durante o século XX por regimes autoritários. De 1964 a 1974, duas rupturas históricas, com sentidos simetricamente opostos. De um lado, militares derrubam um presidente e assumem o poder, inaugurando as premissas da ditadura militar que será a primeira de um ciclo de regime autoritário no Cone Sul da América, no dia 31 de março de 1964. Exatamente 10 anos depois, do outro lado do oceano, jovens capitães do exército derrubam uma das ditaduras mais duradouras da história europeia contemporânea, devolvendo o poder ao povo da nação portuguesa. A última grande revolução do século XX na Europa, dirão alguns.

Com esse cenário exposto, cabe ressaltar que nossa pesquisa se propõe a analisar esses eventos políticos singulares através de uma perspectiva pouco habitual, um olhar eminentemente local, urbano. De que modo, em duas cidades, Belo Horizonte, no Brasil, e Porto, em Portugal, esses dois momentos – o Golpe de 1964 e a Revolução dos Cravos – se refletiram nos bairros populares e influenciaram sobre dinâmicas de mobilizações locais em prol da moradia? A história comparativa é aqui pensada como um espelho invertido, que, revirando a história, possa nos ajudar a extrair dela perspectivas e sentidos novos.

Segundo Marc Bloch (1928), o método comparativo na história se revela particularmente interessante para estudar sociedades próximas – no tempo ou no espaço – que apresentam aspectos semelhantes, permitindo assim “descobrir fenômenos pouco visíveis, verificar hipóteses pelo alargamento do campo de estudo e elaborar conceitos transversais” (JULIEN, 2005, p. 5). No entanto, o historiador dos Annales não entende o método comparativo como ferramenta exclusiva da macro-história, já que no famoso texto em que convida ao uso dessa prática histórica ele insiste sobre o fato de que essa deve “penetrar as pesquisas dos detalhes (BLOCH, 1928, p. 15)”. De certa forma, tal afirmação anuncia um dos objetivos da micro-história, que aponta diretivas metodológicas na tentativa de estabelecer um vínculo entre o nível microscópico da pesquisa histórica e o nível mais elevado das observações gerais (SZIJÁRTÓ, 2012, p. 9). Outro membro da Escola dos Annales, George Espinas, apontava o interesse dessa ferramenta na história urbana sem a qual o historiador da cidade corre o risco de que as “muralhas de sua cidade fechem seu horizonte”, impedindo perspectivas mais amplas (PINOL, 2006). Segundo Espinas, a história urbana local fortalece o seu interesse quando integrada à compreensão de processos mais gerais. Assim, acreditamos que vários pequenos fragmentos resultantes de estudos feitos na escala local – dentro de um

bairro ou de uma comunidade – podem compor um mosaico que possibilitaria perceber, de forma inovadora, a história das lutas e dos movimentos de bairros e, de maneira mais geral, a história social urbana das décadas após a Segunda Guerra Mundial.

Estabelecer um paralelo entre Belo Horizonte e o Porto é interessante em vários aspectos. Primeiro, porque, apesar de suas distâncias e diferenças, as duas cidades conhecem, nas mesmas épocas, fenômenos históricos parecidos. Se as semelhanças dos dois contextos representam um dos interesses do estudo comparativo, obviamente as diferenças também. Nesse aspecto, interessa-nos não somente as divergências entre os contextos urbanos e sociais das duas cidades, mas também entre os próprios movimentos. O fato de estudar por um lado um movimento encabeçado principalmente por moradores de favelas, no caso de Belo Horizonte, e por outro lado um movimento cujos principais atores são oriundos de moradias operárias, no caso do Porto, levanta uma série de questões pertinentes para a perspectiva comparativa.

Enfim, a visão comparativa entre os dois países permite também questionar a relação entre movimentos ocorridos no espaço urbano e um contexto político nacional específico. Na introdução de um trabalho coletivo sobre os movimentos urbanos no Brasil, nos anos 1980, o sociólogo Renato Boschi (1983, p. 19) exprimia justamente o interesse que poderia ter um estudo comparativo entre os movimentos da época no Brasil com o que ocorria em outros países do mundo, notadamente em Portugal, para levantar a questão de saber até que ponto o contexto político influencia, ou não, o surgimento dos movimentos políticos urbanos. No intuito de deixar em destaque a complexa cronologia dos acontecimentos históricos que influem em nosso objeto nesse período, em dois contextos políticos específicos, optamos por dividir o presente trabalho em três partes. A primeira, composta por três capítulos, é dedicada a Belo Horizonte, e a segunda, constituída de dois capítulos, à cidade do Porto. A terceira parte, denominada Epílogo, consiste em uma análise conclusiva e comparativa das análises realizadas em cada cidade. Essa contextualização minuciosa da realidade dos dois locais estudados torna-se necessária para entender a relação entre o contexto político nacional e os movimentos estudados. No entanto, não pretendemos focar apenas nosso estudo sobre as relações entre os movimentos de moradores e a esfera política institucional – como já feito em outros trabalhos. Interessa-nos analisar a atuação desses movimentos enquanto sujeitos e protagonistas da história urbana. Com efeito, no seio da bibliografia sobre o tema, é comum ser considerado central o papel ou a presença da figura da instituição estatal. Alguns autores, mesmo não ignorando a cultura interna aos movimentos, consideravam ser o Estado o

principal foco de suas ações (CASTELLS, 1983, p. 307), enquanto outros enfatizam a relação de alguns desses movimentos com a esfera política institucional analisada unicamente sob o prisma do *populismo*, como apontado por Samuel Silva Rodrigues de Oliveira. Segundo essa leitura, as mobilizações de sujeitos populares seriam em sua grande maioria subordinadas às relações clientelistas com “políticos carismáticos e estruturas de poder”, sendo portanto “incapazes de produzir um lugar para a negociação da cidadania” (OLIVEIRA, 2012, p. 119). Consideramos, pelo contrário, na linha de Éder Sader (1991, p. 53), que o centro de atividades desses movimentos, a sua razão primeira de ser, se baseia em motivações locais: o bem viver dos moradores e as necessidades cotidianas que muitas vezes estão satisfeitas em uma dinâmica de luta sem que haja interação ou reivindicação em direção ao Estado.

As posturas citadas muitas vezes ocultam a complexidade da dinâmica interna própria aos grupos envolvidos nos movimentos, as relações sociais e os valores que os movem, ou, como diria Chartier (1989, p. 1508): “as relações contraditórias pelas quais os indivíduos conferem sentido ao seu mundo” assim como às suas práticas. É precisamente essa teia complexa de experiências, desejos e subjetividades que compõe o movimento e que por vezes se enraíza em um território urbano específico, que nos interessa estudar. De certa forma, adotar uma perspectiva local sobre essas lutas e seus integrantes nos permite perceber as dinâmicas políticas e sociais próprias em gestação nesses territórios, negando que estes seriam apenas fruto da “espontaneidade do social” e considerando-os testemunhos da “universalização do político” proposta pelo antropólogo Pierre Clastres em seu trabalho (CLASTRES, 1974; ABENSOUR, 2011, p. 11). A perspectiva que escolhemos nos propicia estudar os movimentos – ou pelo menos parte de sua ação – enquanto experiência de transformação social movida por dinâmicas culturais específicas e voltada para o local, que não passa necessariamente pela conquista do poder institucionalizado simbolizado pela figura do Estado. A meio caminho entre o ideal político de autonomia e as necessidades imediatas das pessoas, que não estão sendo atendidas pelo poder público, são diversos bairros que, desde o princípio ou em um dado momento de suas histórias, se auto-organizaram para atender diferentes tipos de necessidade coletiva. Esse processo começa, por vezes, antes mesmo de o bairro existir de fato: ocupar um terreno, construir as casas, responder às demandas mais elementares, furar um poço para ter água, puxar a energia do bairro vizinho e espalhá-la, reunir-se para organizar a guarda e educação das crianças, resolver os conflitos locais; resumindo: gerenciar um bairro sem a participação do Estado. Essa visão aponta a singularidade cultural e política dessas experiências de luta, empenhadas em realizar em seus próprios territórios outra proposta social, enquanto, como

apontado por David Harvey (2011, p. 85), a maioria dos movimentos marxistas da época tinham dificuldade em enxergar uma possibilidade de transformação social que não necessitasse da conquista do Estado, seja pelas urnas seja pelas armas. Tal aspecto dialoga com recentes trabalhos na esfera da antropologia política que levantam a questão de como pensar o social além do Estado, o que se torna um desafio especialmente grande quando se trata da realidade social contemporânea (ABÉLÈS, 2014), acrescentaríamos mesmo: urbana.

No entanto, essa perspectiva não nos leva a ignorar o Estado enquanto ator determinante do contexto social no qual esses movimentos emergem. De fato, a norma imposta social e legalmente por ele é um fator incontestável de surgimento dos territórios informais evocados, já que “o Estado, como dispositivo encaixado na vida cotidiana, se produz ao produzir suas margens” (GONÇALVES, 2013, p. 13). Portanto, é imprescindível entender a relação entre esses territórios marginalizados e o Estado. Tal aspecto constitui o outro objetivo deste trabalho, ao analisar a atuação dos regimes autoritários – no Brasil e em Portugal – nos bairros pobres e periféricos. No período analisado, podemos observar como o modo de controle social e policiamento desses espaços passa a se tornar uma ferramenta decisiva para a gestão política e econômica da cidade como um todo (VALENTE, 2016, p. 162). Nesse sentido, procuraremos observar tanto a política desenvolvida por esses regimes para os bairros populares como a repressão que visa aos movimentos de bairros nos dois países. Isso nos ajudará a entender esse período como etapa histórica para configuração de novos “métodos de gestão” políticos dos bairros populares desenvolvidos no período contemporâneo – na sua dimensão social, jurídica e policial ou até militar, no caso do Brasil – semelhantes àqueles identificados pelo sociólogo Matthieu Rigouste (2017).

DO “DIREITO À CIDADE” AO “CONTRAPODER PERIFÉRICO”

Apontamos anteriormente uma carência de pesquisas historiográficas sobre o assunto em exame no presente trabalho, o que não deve nos fazer esquecer que outras áreas das ciências humanas já se debruçaram sobre o tema. Existe, com efeito, principalmente no âmbito das ciências sociais e da geografia, uma gama de pesquisas que tocam direta ou indiretamente a temática que nos interessa e que alimentaram esta pesquisa, as quais podem ser divididas em três grupos.

Primeiramente, as reflexões iniciadas pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu livro *O direito à cidade* abriram caminho para uma série de trabalhos interessados em estudar a

cidade como campo do conflito político e social. Uma das grandes novidades do livro de Lefebvre, publicado no ano simbólico de 1968, foi identificar que a cidade e seus bairros se tornaram, desde a emergência da cidade moderna, locais da luta de classes. Nesse contexto, a noção de direito à cidade por ele conceituado surgia como o direito de cada cidadão urbano se tornar agente da produção e transformação da cidade, um direito universal “a uma vida urbana transformada, renovada” (LEFEBVRE, 1968, p. 132). Outro legado importante da obra do Lefebvre reside na análise que faz do conflito que atravessa historicamente a cidade decorrente da contradição entre o “valor de uso” intrínseco ao espaço urbano e o “valor de troca” imposto a ele pela economia mercantil (LEFEBVRE, 1968, p. 5). A obra de Lefebvre inspirou diversos outros trabalhos e pesquisadores, entre os quais o geógrafo britânico David Harvey, que, com base na noção de direito à cidade, analisa a reconfiguração urbana operada pelo capital na cidade contemporânea. Segundo ele, o principal motor da urbanização e da expansão urbana seria a necessidade de escoamento de capitais excedentes pelo mercado e a “expansão do terreno da atividade lucrativa”. A esse modelo de crescimento urbano ditado pelo capital, ele opõe o direito à cidade pensado como “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2012, p. 74). Na mesma linha de reflexão, citamos também o antropólogo estadunidense James Holston, que, fundamentado em seu trabalho sobre bairros autoconstruídos da periferia de São Paulo, desenvolveu a noção de “cidadania insurgente”. Segundo ele, as mobilizações de moradores em torno de necessidades urbanas propiciam a emergência na esfera pública de novos atores políticos que, a partir da linguagem dos direitos, vão expandir a cidadania democrática, concretizando o que chama de “cidadania insurgente” para alcançar o direito à cidade (HOLSTON, 2013). Essa linha de pesquisa exerce forte influência em nosso trabalho, principalmente a partir da mudança de perspectiva operada pela reflexão de Lefebvre, passando a entender a cidade enquanto palco histórico de um conflito social ligado a questões especificamente urbanas.

Em segundo lugar, citamos outra gama de trabalhos, no campo das ciências sociais, construídos em torno da ideia de movimento social. Entre eles, mencionamos o trabalho do sociólogo francês Alain Touraine, que define o movimento social como “condutas coletivas e ações conflictuais que procuram transformar relações de dominação social” e que trazem propostas de “orientações culturais e formas de organizações sociais” (TOURAINÉ, 1984, p. 5). O principal autor que aplica essa teoria ao espaço estritamente urbano é o sociólogo espanhol Manuel Castells, que por sua vez se interessou em estudar diversos movimentos de bairros e comunitários reunidos sob o conceito de “movimentos sociais urbanos”, entendidos como

“sistemas de práticas sociais que questionam a ordem estabelecida a partir de contradições urbanas”, já citado anteriormente neste trabalho (CASTELLS, 1975, p. 12). No Brasil, a partir dos anos 1960 e 1970, surge uma série de trabalhos realizados por cientistas sociais interessados em estudar os movimentos urbanos no contexto da história brasileira contemporânea. Entre eles, destacamos os trabalhos de Maria da Glória Gohn (GOHN, 1991; 1995). Segundo o teórico uruguaio Raúl Zibechi, a expressão de “movimento social” estaria adequada mais especificamente à realidade europeia ou estadunidense, sendo sociedades “relativamente homogêneas” onde “o controle e a exploração se concretizam sobretudo através do salário”. Ao considerar a “heterogeneidade histórico-estrutural” das populações no continente latino-americano, ele sugere para este continente a expressão de “sociedades em movimento”, caracterizando lutas sociais que emergem no território, traçando por vezes caminhos rumo à autodeterminação ou auto-organização (ZIBECHI, 2003).

Enfim, devemos citar teóricos de movimentos sociais que escolheram uma perspectiva ao mesmo tempo cultural, local e territorial ao buscar entender movimentos e práticas contestatórias como frutos e/ou produtores de uma outra semântica política, alheia às normas de regulação espacial definidas pelo Direito ou pelo Estado. Entre esses, citamos o trabalho do britânico Colin Ward (2005), que examina o fenômeno do *squatting*, ocupação de terras sem propriedade formal na Inglaterra rural do século XIX, a partir das representações sociais e de um imaginário popular compartilhado sobre o espaço. Vale também mencionar novamente o trabalho do Zibechi. Em sua “cartografia geopolítica das periferias latino-americanas”, o autor intenta traçar as características dos territórios singulares que surgem a partir dos movimentos sociais populares em diversos cantos da América Latina ao longo do século XX. Segundo ele, ao produzir uma parcela da cidade que funciona segundo uma lógica econômica ou política enraizada em modelos culturais populares e divergente do modelo social hegemônico, as ocupações urbanas e periferias autoconstruídas na América Latina podem ser consideradas em certos aspectos um “contrapoder periférico” (ZIBECHI, 2011, p. 47). Mesmo não sendo historiadores de formação e adotando perspectivas transdisciplinares, os trabalhos dos dois autores constam – a nosso ver – entre poucos exemplos de pesquisas que se empenharam em realizar uma historicidade mais sistemática de dinâmicas locais de ocupações informais ou contestatórias do território desde o século XIX. Eis o motivo pelo qual os seus trabalhos tiveram forte influência em nossa própria reflexão.

Como última parte desta introdução, exporemos agora em detalhes as fontes de pesquisa e a metodologia utilizadas.

METODOLOGIA E TRABALHO COM AS FONTES

Apesar de analisarmos os conflitos sociais urbanos na escala da cidade como um todo, dos bairros populares mais próximos aos centros urbanos até as periferias mais distantes, escolhemos concentrar nossa atenção em alguns bairros específicos. Em cada cidade estudada, esses bairros se destacam, ao nosso ver, por seu protagonismo histórico, motivo pelo qual os elegemos como foco da pesquisa. No caso de Belo Horizonte, concentramos mais especificamente nossa atenção em três locais da cidade: a Vila 31 de Março, o aglomerado Cabana do Pai Tomás, localizados nas regiões noroeste e oeste da cidade, e a região da Cidade Industrial. Os dois primeiros bairros surgem a partir de ocupações de terras urbanas ocorridas em 1963, episódio que será o ponto de partida de nossa pesquisa no caso brasileiro. Em Porto, Portugal, observaremos especificamente o caso dos bairros camarários, que tiveram um papel pioneiro no movimento de moradores nessa cidade; os bairros populares de Massarelos, na região central; e o bairro mineiro de São Pedro da Cova, situado no concelho de Gondomar⁶.

Para alcançarmos nossos objetivos, priorizamos quatro tipos de fontes. No intuito de alcançar a perspectiva *obliqua*, recorreremos ao uso da história oral, que permite um acesso privilegiado às subjetividades dos atores envolvidos nos movimentos, atores cujas vozes foram muitas vezes silenciadas por outros tipos de fontes. Segundo Robert Frank (1992), por meio do uso da fonte oral, a memória dos sujeitos pesquisados se torna uma matéria-prima para o trabalho do historiador. No entanto, Alessandro Portelli aponta que a fonte oral não pode ser tratada apenas como “memória” ou “relato” em sua essência, pois ela não é um “documento” inerte e estático, mas remete sempre a um “ato”, ato de “lembrar” e “contar”. Trata-se, portanto, de uma fonte sempre em movimento, que implica o diálogo com o entrevistado, matéria polimórfica e viva a partir da qual o historiador tem de trabalhar (PORTELLI, 1999). Ainda que a história oral não constitua nossa única fonte, articulada com os documentos escritos, artigos e relatos, ela nos permite principalmente “integrar dentro da linguagem a dimensão turva da experiência, do olhar” (MONS, 2014). Nesse sentido, reunimos diversos depoimentos de pessoas que acompanharam essas lutas ou participaram delas. Nossos principais interlocutores foram moradoras e moradores dos bairros mencionados. No Brasil, trabalhamos com entrevistas de 10 moradores, em sua

⁶ A localização geográfica dos principais bairros citados nesta pesquisa é indicada nos mapas que constam no Anexo 2, nas páginas 475 e 476.

maioria oriundos da Vila 31 de Março e do aglomerado Cabana do Pai Tomás, mas também de outras favelas e ocupações urbanas, parte dos quais entrevistamos pessoalmente. As entrevistas referentes ao Cabana do Pai Tomás foram cedidas por Marcus e Dé Vieira, cineastas e moradores do aglomerado. Privilegiamos em primeiro lugar as vozes dessas pessoas por compreender, como apontado por Silva e Souza (2001, p. 973), que a memória dos moradores desses bairros é o caminho que melhor nos permite entender “os lugares como fomentadores de relações sociais”, para além de tal ou qual associação ou organização política que por vezes privilegia a atuação de apenas algumas lideranças. Em Portugal, trabalhamos também com entrevistas de 10 moradores, oriundos dos bairros de Massarelos, Campo Alegre, Pasteleira e de São Pedro da Cova, a maioria dos quais pudemos entrevistar pessoalmente. Uma das entrevistas utilizadas por nós na cidade de São Pedro da Cova foi cedida por Micaela Santos, curadora do Museu Mineiro de São Pedro da Cova. Entrevistamos também pessoas que apoiaram os movimentos ou estiveram em contato com eles. No caso de Belo Horizonte, citamos Pier Luigi Bernareggi, conhecido como padre Pigi, que participou da Pastoral das Favelas nos anos 1970 e 1980; em Porto, os arquitetos Alexandre Alves da Costa, Manuel Fernandes Correia e Manuel Correia de Sá, que estiveram estreitamente vinculados com o movimento de moradores daquela cidade. Além de estudarmos os discursos dos entrevistados sobre a temática da pesquisa, interessou-nos em alguns casos recompor a *trajetória* deles, utilizando o conceito proposto por Pierre Bourdieu (2006, p. 189) que a define como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Nesse aspecto, não privilegamos a busca por um número muito elevado de depoimentos, pois acreditamos, tal como preconizado pelo historiador Carlo Ginzburg (1989, p. 214), que uma “leitura atenta” de um número pequeno de casos “pode dar mais frutos do que um amontoado” de depoimentos.

A segunda categoria de fontes utilizadas são publicações, panfletos e documentos produzidos pelos movimentos de moradores ou por militantes engajados na causa. No caso de Portugal, trata-se de boletins e jornais publicados pelas *comissões de moradores*, mas também panfletos, comunicados, correspondências e fotografias consultadas no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, ou obtidos diretamente do acervo pessoal de nossos entrevistados. Utilizamos também o jornal *Combate*, periódico militante de orientação marxista com tendência libertária que circulou entre Lisboa e Porto de 1974 a 1978, e que acompanhou de perto os movimentos sociais urbanos nas duas cidades. No caso

do Brasil, onde as produções escritas oriundas dos movimentos de moradores são mais escassas, utilizamos principalmente o *Jornal dos Bairros*, periódico criado por militantes de esquerda com participação comunitária que circulou nas regiões do Barreiro, Cidade Industrial, Contagem e Ibirité entre 1976 e 1981.

O terceiro tipo de fonte utilizado em nossa pesquisa é constituído por periódicos e jornais de imprensa. No caso do Brasil, consultamos diferentes diários de notícias, que nos possibilitaram acompanhar as ações e os conflitos mais visíveis envolvendo movimentos de moradores no período estudado: resistências a tentativas de despejos, ocupações de terras ou imóveis, manifestações públicas etc. Essa fonte se revelou particularmente rica e fértil para nossa pesquisa por ser ao mesmo tempo um “registro fragmentário do presente” que retrata o “cotidiano” da cidade e uma caixa de ressonância de conflitos políticos atravessados pela sociedade, construindo narrativas envolvendo “interesses diversos” em que “formulam-se, discutem-se e articulam-se projetos de futuro” (LUCA, 2005, p. 112-120). Devido à ênfase dada por esse jornal às questões sociais na capital mineira, utilizamos em grande medida o jornal *Diário de Minas* e outros diários locais, tais como o *Estado de Minas*, além de consultas pontuais a jornais de outros estados, como o *Jornal do Brasil* e *O Globo*. No caso português, por não encontrar matérias sobre nosso objeto em jornais de maior circulação, concentramo-nos principalmente nos periódicos e publicações militantes já citados.

Baseando-nos na metodologia proposta pela história cultural, muitas das informações presentes nos jornais e periódicos se apresentam como uma rica fonte para compreender as diferentes representações da época acerca da cidade e seus grupos sociais, considerando, tal como Roger Chartier (1990, p. 17), que os discursos sobre o social não são, de forma alguma, neutros mas “produzem estratégias e práticas” em prol de interesses específicos.

Por fim, para entender os discursos e práticas oriundos dos poderes públicos, utilizamos uma série de documentos produzidos por órgãos ligados ao governo ou ao poder municipal. A maior parte da documentação levantada nesse sentido emana dos arquivos municipais das duas cidades estudadas: atas e relatórios das Câmaras Municipais, relatórios de prefeitos, mapas ou ainda publicações oficiais encontradas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e no Arquivo Histórico Municipal do Porto. No caso do Brasil, consultamos também inquéritos e relatórios policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Minas Gerais – órgão que funcionava como polícia política durante a ditadura brasileira – disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Ainda no caso brasileiro, integram também as nossas fontes um conjunto de relatórios e mapas estabelecidos pela Plambel, autarquia

estadual responsável pelo Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir de 1971, consultados por intermédio da Fundação João Pinheiro. Em Portugal, tivemos acesso a relatórios acerca das questões urbanas oriundos da Presidência do Conselho do Regime salazarista consultados no Arquivo da Torre de Tombo, em Lisboa. Nos dois países também consultamos leis e decretos relativos ao objeto de estudo publicados no *Diário Oficial da União* (Brasil) e no *Diário da República* (Portugal). A articulação entre as fontes escritas e orais, cruzadas e confrontadas pelo historiador, aparenta-se à “história impregnada pela antropologia”, o que Ginzburg considera indispensável, e nos permitiu apreender a riqueza do que ele chama “o contraste entre a complexidade das relações sociais reconstituídas pelo método antropológico e a unilateralidade dos depósitos de arquivos do historiador” (GINZBURG, 1989, p. 173). Esse cruzamento entre a fonte oral e diversos tipos de fontes escritas se revelou, em nossa pesquisa, uma abordagem muito rica, que nos levou a adotar uma perspectiva local sobre os movimentos e agentes envolvidos, sem passar apenas pela perspectiva do poder ou da imprensa, e dessa forma contornar a habitual carência de fontes relativas aos territórios pesquisados evocada anteriormente.

As diferentes fontes utilizadas são articuladas entre si ao longo do trabalho, de acordo com a perspectiva geográfica e o enfoque conceitual adotado em cada capítulo. Por se tratar de um trabalho comparativo, optamos por uma divisão do trabalho em três partes. As duas primeiras partes correspondem respectivamente às duas cidades estudadas.

A primeira parte, composta por três capítulos, concentra-se na cidade de Belo Horizonte, no Brasil, tendo por objeto os movimentos de luta por habitação que emergem em espaços periféricos da cidade nas décadas de 1960 e 1970, bem como a repressão operada pela ditadura militar brasileira contra esses movimentos e nesses territórios a partir do Golpe Militar de 1964. No Capítulo 1, examinamos o primeiro movimento organizado de ocupações de terras urbanas na capital mineira no início da década de 1960, que conta com o apoio da Federação dos Trabalhadores Favelados e de diversos movimentos comunitários de favelas da cidade. No capítulo 2, analisamos a repressão deflagrada pelo regime militar contra esses movimentos e contra as favelas da cidade a partir do Golpe de 1964. No terceiro capítulo, investigamos a evolução das políticas urbanas desenvolvidas durante a ditadura em relação às periferias até o fim da década de 1970, bem como a reorganização de movimentos e lutas locais de moradores apesar do autoritarismo que vigora nesse período.

A segunda parte da tese, composta por dois capítulos, concentra-se na cidade de Porto, em Portugal. O Capítulo 4 tem por objeto as políticas urbanas desenvolvidas no âmbito da

ditadura de Salazar, mediante amplo plano de remoção contra as habitações populares informais que povoam o centro da cidade – as *ilhas* – e do realojamento de seus moradores em conjuntos habitacionais periféricos – os bairros camarários –, entre o fim da década de 1950 e a década de 1960. O Capítulo 5 tem por tema a emergência de um amplo movimento de moradores em luta por habitação e melhores condições de vida a partir da Revolução dos Cravos, de 1974, movimento que emerge primeiramente nos recém-criados bairros camarários para em seguida se espalhar por todos os bairros populares do Grande Porto.

A terceira parte da tese, denominada Epílogo, confronta entre si as análises elaboradas para as duas cidades estudadas. Por fim, a tese se encerra com nossas Considerações finais, seguidas de Referências e Anexos.

**PARTE I – LUTAS PELA
MORADIA E A DITADURA
EM BELO HORIZONTE
(BRASIL)**

CAPÍTULO 1 | OCUPAÇÕES DE TERRAS EM BELO HORIZONTE ÀS VÉSPERAS DO GOLPE DE 1964

1.1 HABITAÇÃO E “INVASÕES” DE TERRAS NO BRASIL URBANO

“Hoje as pessoas passam por essas ruas, encostam nessas casas, nesses prédios, mas nem sabem quem construiu tudo isto não é”

Alfredo Maurício Gonçalves, pedreiro e morador da favela do Barro Preto, em Belo Horizonte, no início do século XX.

1.1.1 Da desigualdade fundiária às primeiras favelas

Neste capítulo, analisaremos historicamente uma série de ocupações de terras urbanas realizadas em 1963 na cidade de Belo Horizonte e que recebem posteriormente o apoio da Federação dos Trabalhadores Favelados, entidade formada por movimentos locais oriundos de diversas favelas da cidade desde 1959.⁷ Tais ocupações de terras urbanas inauguram um conflito social que se estende por cerca de um ano, envolvendo por um lado os ocupantes e moradores desses espaços, com apoio da FTFBH, e por outro lado os proprietários dos terrenos ocupados, além de diferentes segmentos de representantes do poder público municipal e estadual, incluindo a Polícia Militar e o Departamento de Ordem e Política Social de Minas Gerais (DOPS). Além de contextualizar o surgimento histórico dessas ocupações, procuraremos identificar os efeitos desse conflito sobre um território urbano disputado no contexto político peculiar que antecede o Golpe Militar de 1964 no país. Entre esses efeitos, analisamos as representações contraditórias sobre o espaço urbano trazidas à tona por esse episódio e legíveis por meio de nossas fontes.

Antes de adentrar no cerne do nosso objeto, abordaremos a história urbana brasileira analisando as primeiras ocupações de terras urbanas baldias pelas camadas populares que

⁷ A Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte foi constituída em 1959. Inicialmente, ela federava e coordenava associações de nove favelas, núcleos locais batizados de União de Defesa Coletiva (UDC). Cinco anos depois, ela representava 55 favelas da cidade, quando foi extinta pelo regime militar, logo após o Golpe de 1964. Entre suas lideranças constam alguns militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tais como Dimas Perrin ou Francisco Nascimento, presidente da UDC da Vila Nosso Senhor dos Passos, no aglomerado Pedreiro Prado Lopes, que também foi presidente da federação.

formam as primeiras favelas na segunda metade do século XIX. Em seguida, entraremos nas especificidades da história social, habitacional e urbana de Belo Horizonte.

No Brasil, desde a segunda metade do século XIX, a marginalização dos pobres nos centros urbanos foi a origem de uma dinâmica peculiar de ocupação do espaço que teve como base a ilegalidade e a informalidade, cuja forma mais conhecida é resumida pelo termo *favela*. Diante da dificuldade do acesso à moradia formal na região central das cidades, as populações mais pobres se apropriaram progressivamente de espaços ainda não ocupados pela expansão urbana. Dessa forma, as zonas *a priori* não adequadas para construção – terrenos baldios, morros e encostas, beiras de córregos – foram historicamente o local de implantação das classes subalternas, que, pela autoconstrução e uso de materiais reciclados, transformaram esses espaços em locais de vida, que se tornaram bairros consolidados com o passar das gerações.

No entanto, essa realidade foi o reflexo, no ambiente urbano brasileiro – na época em pleno crescimento –, de conflitos e contradições fundiárias herdadas do Brasil colônia. Enquanto o regime colonial e escravista ainda vigorava, a apropriação do espaço pelos mais pobres, tal como praticada pelos escravos fugitivos estabelecidos em quilombos⁸ ou pelos pequenos agricultores posseiros, já era considerada uma transgressão ao ordenamento do solo (CAMPOS, 2011, p. 22) A ocupação do solo urbano fora das normas previstas pela lei já existia, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde “os charcos” e “encostas de morro com cobertura florestais” serviam “como lugares (ocultos) para construção de mocambos” que abrigavam escravos fugitivos assim como brancos que por algum motivo queriam fugir da lei. Décadas antes da abolição da escravidão, grupos de escravos foragidos se estabeleceram, de forma clandestina, em algumas comunidades quilombolas espalhadas nos arredores da zona urbana: na região da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Andaraí, na Tijuca ou em Inhaúma, como demonstra Campos (2011, p. 34).

Em 1850, é instaurada a Lei de Terras, que obriga que a posse fundiária seja oficializada e regularizada mediante título de propriedade, enquanto as terras devolutas, que não tinham dono e não estavam sob os cuidados do Estado, poderiam ser obtidas somente por meio da compra junto ao governo. Essa lei é votada num momento histórico de pressão de grupos econômicos para flexibilizar a posse da terra para que ela possa ser mais facilmente

⁸ Segundo o geógrafo Andreino Campos, os quilombos existiam desde o princípio da escravidão no Brasil, e surgiram da “ocupação de áreas ainda desabitadas” por “escravos fugitivos e libertos” que ali viviam em comunidades que eles mesmos chamavam de “cerca” ou “mocambo”, inclusive em regiões urbanas como nos arredores do Rio de Janeiro (CAMPOS, 2011: 33).

comprada, vendida e adquirida como mercadoria, sendo uma etapa importante da transição histórica do poder de antigo regime para o poder da burguesia, marca do capitalismo que se consolidava no Brasil. Nesse contexto, similar ao que aconteceu na Europa do século XIX, a burguesia financeira emergente nos centros urbanos pressionava as autoridades para que a propriedade – outrora transmitida pelo sangue e repassada no seio das famílias poderosas da colônia – passasse a se tornar um bem comercializável, possível objeto de especulação e negócios. Segundo Raquel Rolnik, a nova legislação tem duas consequências imediatas: “a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria” (ROLNIK, 1997, p. 23).

Consequentemente, a posse de terra devoluta, tal como praticada pelos quilombolas, agricultores posseiros assim como por muitos senhores, tornava-se ilegal, enquanto o único meio de se tornar proprietário para quem não tinha título de propriedade oficial era de comprar as terras nas mãos do governo. Nessa época, muitos fazendeiros produziram documentos falsos ou conseguiram, mediante contatos ou por intermédio de familiares nas autoridades locais, obter títulos para continuar em posse de suas terras. Por outro lado, tornava-se impossível para um escravo alforriado ou um trabalhador pobre que não possuía título formal de propriedade ser reconhecido legalmente como proprietário de um pedaço de terra. É nessa época, na década de 1850, que começam a aparecer os primeiros cortiços, amontoados de casas construídas no quintal ou ao fundo de antigas casas, ou em lotes comprados e alugados pelos proprietários aos mais necessitados (CHALHOUB, 1996, p. 29). Nas décadas seguintes, o cortiço constituirá a principal opção de moradia para a população mais pobre – alforriados, escravizados ou trabalhadores pobres, inclusive imigrantes europeus. Esse tipo de moradia não é exclusivo ao Rio de Janeiro, aparecendo em outras cidades do país.

Além dos cortiços, que eram a opção de moradia mais comum para a população urbana pobre na época, existem algumas iniciativas de políticas públicas de moradia social, desde 1853, inclusive através das isenções de impostos oferecidas pelo governo para as companhias e estabelecimentos que pudessem construir vilas operárias ou moradia para seus trabalhadores. No entanto, essas experiências são minoritárias, relativamente isoladas e muito aquém da demanda e da necessidade real em termos de habitação (GUIMARÃES, 1991, p. 71).

Após a propagação de epidemias na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, o discurso higienista toma força na cidade a partir da década de 1860, apresentando as

moradias pobres e habitações coletivas como focos de doença. Com esse discurso, a prefeitura toma medidas para restringir a proliferação das habitações coletivas. Diante da ineficiência das multas e posturas municipais que não conseguiam impedir a proliferação dos cortiços, muitos desses são fechados na década de 1890. Em 1893, um dos maiores cortiços da cidade, o Cabeça de Porco, é demolido pelas autoridades (VAZ, 1994, p. 584). A demolição dos cortiços nessa época teria deixado cerca de 4.000 pessoas desabrigadas, o que teria contribuído para a ocupação ilegal de terras urbanas baldias e o surgimento das primeiras favelas nos arredores da região central (CAMPOS, 2011, p. 61).

O surgimento histórico da primeira favela costuma ser associado à edificação de barracos num morro da região portuária do Rio de Janeiro, ocupado a partir de 1897 por soldados que tinham acabado de voltar da campanha de Canudos, durante a qual o Exército brasileiro enfrentou o movimento popular liderado por Antônio Conselheiro no interior da Bahia (CAMPOS, 2011, p. 58). Segundo alguns autores, além da necessidade de moradia, os soldados teriam se estabelecido nesse local para pressionar o Ministério da Guerra a pagar os salários atrasados. O local passou então a ser conhecido como Morro da Providência ou Morro da Favela, termo que aos poucos vai ser usado para nomear “qualquer conjunto de barracos aglomerados (...) sobre terrenos públicos ou privados invadidos” (VALLADARES, 2005, p. 26). No entanto, modos similares de ocupação ilegal do solo urbano já existiam na região central e na zona sul da cidade desde o início da década de 1880, na Quinta do Caju, Mangueira e Serra Morena, onde moravam principalmente imigrantes portugueses, italianos e espanhóis. Alguns autores consideram também plausível que, desde a década de 1870, soldados retornados da Guerra do Paraguai já tenham construído casebres em morros da região central ilegalmente ocupados (CAMPOS, 2011, p. 56). No entanto, o Morro da Providência ou da Favela entrou no imaginário popular como a primeira favela da história. O termo *favela* tem por origem um tipo de planta comum no interior da Bahia, que dava ao morro ocupado pelo vilarejo de Canudos o apelido de *morro da favela*. O nome teria sido trazido pelos soldados, que teriam passado a usá-lo como nome alternativo ao Morro da Providência (VALLADARES, 2005, p. 29).

Interessante observar que essa continuidade histórica e semântica entre o episódio de Canudos e as primeiras favelas alimentarão as representações culturais sobre elas. Para grande parte das elites governamentais e intelectuais, o vilarejo de Canudos representava a encarnação da barbárie, que precisava ser aniquilada pelo Exército brasileiro para preservar a civilização. Essa mesma dicotomia *barbárie-civilização* marcará historicamente o imaginário

social sobre a relação entre a cidade formal e a favela, vista como antítese da modernidade e do progresso, como se esta representasse um novo Canudos surgido no coração da capital da República (VALENTE, 2016, p. 34).

Como lembrado por Valladares em seu trabalho, a favela, desde essa época, será considerada culpada pelos diversos males urbanos, tanto na imprensa quanto nos discursos do poder público municipal: sendo representada como antro de “malandros e preguiçosos”, “lepra da estética”, espaço insalubre produtor de miasmas e possível foco de contaminação para o resto da cidade. Baseados sobretudo em ideias higienistas em voga na época, diversos projetos políticos empreendidos durante a República Velha, da Campanha de Saneamento de Oswaldo Cruz, em 1906, ao Plano Agache de embelezamento, no fim dos anos 1920, prometem no mínimo controlar e organizar a favela, no máximo aniquilá-la do mapa, em razão do problema social, sanitário, moral ou estético que ela representa (VALLADARES 2005, p. 36). Ao mesmo tempo e paradoxalmente, à medida que as favelas se espalham na paisagem carioca, elas se tornam “um elemento estrutural do desenvolvimento econômico da cidade”. Em certo aspecto, a sua existência se torna vantajosa para o mercado, pois permite “a redução do peso dos fatores moradia e transporte sobre o custo da mão-de-obra” (GONÇALVES, 2006, p. 2).

Pelo preconceito negativo atribuído a esses espaços, poucos trabalhos acadêmicos ou sociológicos se interessaram de perto pela realidade da favela até meados do século XX. Somente a partir dos anos 1960 e 1970, uma série de trabalhos acadêmicos de grande qualidade e diversidade começarão a ser realizados, principalmente no âmbito da sociologia urbana. Sobre as favelas do Rio de Janeiro, citamos os trabalhos de Lícia Valladares e de Anthony e Elizabeth Leeds (VALLADARES, 1978; LEEDS, 1978). Com enfoque mais geral na habitação popular, no urbanismo informal e na formação da periferia na época, alguns trabalhos dedicados à cidade de São Paulo são também publicados a partir dos anos 1970, tais como os de Bonduki, Kowarick, além de vários outros (KOWARICK, 1980; BONDUKI, 1988; 2004). No entanto, a maioria dos trabalhos consiste em obras de sociólogos, arquitetos ou urbanistas. Somente recentemente começaram a surgir mais pesquisas de historiadores sobre o tema. Além disso, a grande maioria desses, especialmente aqueles que se dedicam em estudar as favelas, concentra-se sobre a experiência do Rio de Janeiro. Essa carência de literatura sobre o tema, porém, tem diminuído devido a trabalhos recentes feitos por historiadores tanto sobre a realidade carioca (BRUM, 2011; AMOROSO, 2012;

GONÇALVES, 2013) quanto sobre outras cidades, tal como o trabalho de Samuel Silva Rodrigues de Oliveira sobre Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2014a).

Resta que a centralidade regional em torno do Rio de Janeiro que caracteriza a maioria dos trabalhos acadêmicos acabou tornando o caso carioca o mais emblemático. Bem antes dos trabalhos sociológicos mencionados, a favela carioca foi se tornando símbolo da cultura nacional, já desde os anos 1920, sendo retratada tanto na canção popular como na arte pictórica por pintores modernistas, tais como Tarsila do Amaral ou Portinari (VALLADARES, 2005, p. 46). Dessa maneira, o vocábulo *favela*, carregando consigo a imagem da realidade especificamente carioca, acabou se tornando o termo genérico citado na imprensa, nos noticiários, na música, na literatura ou na academia para designar uma pluralidade de realidades, o que por vezes contribuiu para apagar especificidades regionais. De fato, é importante mencionar que, se o urbanismo informal é uma constante em todas as grandes cidades brasileiras – e mesmo latino-americanas –, este toma diversos aspectos em locais distintos do Brasil, incluindo particularidades arquitetônicas próprias a cada um. Uma cidade como São Paulo, por exemplo, destaca-se historicamente pela forte presença de cortiços em seu centro urbano, que constituem a principal opção de moradia para população mais pobre da cidade até meados do século XX (LUCCHESI, 2015). A partir da década de 1940, surgem na cidade os primeiros loteamentos periféricos irregulares, nos quais os trabalhadores compram geralmente um lote para depois ser responsável pela construção da própria casa. Essa solução atrairá muitos dos trabalhadores que migram para a capital paulista na época, bem como aqueles expulsos dos cortiços e das moradias populares demolidos para a modernização do centro urbano e empurrados periferia afora. Enquanto isso, a favela será um elemento minoritário que passa a se tornar presente na cidade de forma mais significativa a partir da década de 1960 (BONDUKI; KOWARICK, 1988, p. 133). Em Belo Horizonte, como veremos mais adiante, ainda no processo de fundação da capital mineira, no fim do século XIX, a população mais pobre construirá em áreas baldias suas próprias *cafuaas*, casas simples construídas com estruturas de madeira cobertas de barro e capim, conforme a tradição de moradia popular rural mineira.

No Norte e Nordeste do país, o crescimento urbano verá também o surgimento de formas locais de moradias precárias e informais. Nas grandes cidades do Ceará, como em Fortaleza, parte dos migrantes pobres que chegam à cidade constroem suas *palhoças* – casas com estrutura da madeira muito simples e coberta de palhas ou colmos, que eles estabelecem à revelia das leis municipais em terrenos baldios ou na beira das estradas de ferro (NETO, 2016). Em Manaus,

maior cidade da região amazônica, as populações que não têm condição de acessar uma moradia formal vão se estabelecer a partir da década de 1920 em casas precárias de palafitas construídas pelos próprios moradores nas beiras dos igarapés, rios e córregos, formando uma “cidade flutuante”. Esta será em grande parte removida e desmanchada a partir da década de 1960 (HEIMBECKER, 2015, p. 2). Esse padrão habitacional se observa até os dias de hoje em quase todas as grandes e médias cidades da bacia amazônica.

Como evocamos na introdução, as *favelas*, *cafiuas*, *palhoças* e os bairros de palafitas constituem diversos modos de habitar o espaço urbano desenvolvidos por aqueles que, econômica e socialmente, eram excluídos dos centros urbanos desde o fim do século XIX. A ocupação ilegal dos vazios urbanos, a autoconstrução com materiais orgânicos – ou com materiais recuperados – envolvendo saberes-fazeres próprios da cultura local e o trabalho coletivo compõem as grandes linhas da estratégia usada pelas populações mais pobres para se estabelecer em áreas próximas aos centros urbanos. Desde então, essas *redes de práticas* habitacionais configuram um modo coletivo de “reapropriação” do espaço urbano, segundo expressão usada por De Certeau (1990, p. 146), caracterizado pela ilegalidade e informalidade, na contramão do modo hegemônico de “gestão” da cidade – pelo menos em um primeiro momento.

1.1.2 Favelas, “invasões”, “ocupações”

Além de ter silenciado peculiaridades regionais, parece-nos que o uso mais generalizado do termo *favela* – tanto no uso cotidiano como nas pesquisas acadêmicas – tendeu a apagar a complexidade histórica e política por trás da constituição de tais bairros, reunindo realidades diversas sob um único termo. Olhemos, por exemplo, para a história do bairro Primeiro de Maio, situado na região norte de Belo Horizonte. Segundo um mapa produzido em 2010 pela Prefeitura de Belo Horizonte ilustrando as áreas de atuação da Urbel na cidade, o bairro Primeiro de Maio é representado em sua quase totalidade como sendo uma “favela” (Urbel, 2010). No *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte*, publicado em 1966 pelo Departamento de Habitação e Bairros Populares do Estado de Minas Gerais (DHBP), o bairro já era classificado como uma ampla favela batizada na época Minaslândia (DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR, 1966). Um olhar rápido de um transeunte poderia assimilar de fato boa parte do bairro a uma grande favela, em parte urbanizada. No entanto, quando olhamos para a realidade histórica do local, observamos uma convivência entre realidades urbanísticas e habitacionais bem diversas. A primeira ocupação corresponde à criação de uma vila operária, na década de 1940, destinada aos trabalhadores

do Matadouro Municipal, que se mudou para essa região em 1937. Essa vila foi se densificando e se expandindo, em um processo de ocupação informal e não planejado do espaço. Mais acima da vila, diversos loteamentos irregulares e clandestinos foram criados a partir dos anos 1950, para responder ao crescimento populacional do bairro. No entanto, diversas famílias que não tinham condição ou se recusaram a comprar um lote em um desses loteamentos capinaram e ocuparam terrenos vizinhos. Da articulação entre essas diversas dinâmicas de ocupação do espaço que conviveram durante esses anos, nasceu um único bairro, considerado pelo DHBP uma única e grande favela no levantamento de 1966. No fim dos anos 1960, os diferentes bairros, vilas e favelas se unem e se tornam o bairro Primeiro de Maio, nome escolhido pelos moradores. Em meados dos anos 1980, após forte mobilização dos movimentos locais de moradores, o Primeiro de Maio foi um dos primeiros bairros a se beneficiar do programa municipal PROFAVELA, criado na época para a regularização fundiária e a urbanização de favelas em Belo Horizonte⁹.

Diante da história do bairro, uma questão de ordem semântica e metodológica nos vem à tona. Claramente o termo *favela*, por si só, não dá conta de retratar a pluralidade de realidades sociais, históricas e políticas que seu uso tende por vezes a uniformizar ou apagar. Do ponto de vista do historiador, trata-se de um termo que sempre deve ser problematizado ou, no mínimo, pensado no plural, “devido à multiplicidade de estatutos jurídicos fundiários entre as favelas e mesmo dentro de cada uma” (GONÇALVES, 2013, p. 13).

A partir dos anos 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passa a definir favela como “agrupamentos residenciais” com predominância de “casebres ou barracões de aspecto rústico”, construídos “sem licenciamento e sem fiscalização em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida” e em “área não urbanizada” (VALLADARES, 2000). Para além dessa definição “oficial”, o senso comum costuma entender a favela como elemento que surge de forma “espontânea”, a partir de “invasões de terras” realizadas progressiva e isoladamente por indivíduos ou famílias que constroem barracos que, conseguindo permanecer no local e se juntando uns aos outros, acabam formando uma favela. Essa ideia da “espontaneidade” se encontra em trabalhos de acadêmicos ou de profissionais de diversas épocas (AGACHE, 1930, p. 20; MARICATO, 2003). Enquanto a espontaneidade caracteriza um fato “que se manifesta como que por instinto, sem premeditação ou desvios”, ela transforma os atos dos sujeitos em gestos mecânicos, comportamento “irracional”

⁹ Entrevista realizada com Pier Luigi Bernareggi, na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte), em 09/06/2015.

desprovido de “organização prévia” e portanto de agência histórica ou estratégia (PEREIRA, 2013, p. 14). Não intentamos aqui pretender que as favelas, em muitas ocasiões, não possam ter surgido de forma relativamente espontânea, mas esse termo nos parece problemático, já que ele implica negar a existência de qualquer *possível* historicidade por trás do processo de ocupação ilegal do solo que cria a favela – por mais rápido e informal que este se opere.

Esse modo popular de ocupação do solo urbano pode ser lido de outras formas e entendido historicamente como uma dinâmica peculiar de expansão do espaço urbano no Brasil. Ao ser indagada sobre os motivos que a levaram a ocupar um terreno, Dona Raimunda Pereira, por exemplo, moradora de ocupação urbana já citada na introdução, responde que “a grande cidade só cresce com invasão”, já que esta seria a única forma de os mais pobres terem acesso à moradia própria na cidade grande, e acrescenta: “se fosse só os ricos, como que eram uma cidade dessa? (...) eu não vou querer ir aonde eles quiserem, eu tenho que ir pra onde eu quiser”.¹⁰ A declaração de Dona Raimunda nos lembra como, por trás dos gestos e das ações daqueles que decidem ocupar uma terra vazia para ali morar, conscientes da ilegalidade do gesto e dos possíveis riscos, existe inevitavelmente uma certa leitura sobre a realidade social e urbana. A escolha que provém dessa leitura implica necessariamente uma organização prática mínima ou um planejamento prévio, por mais modesto que seja.

Com a visibilidade que os movimentos de sem-teto e de ocupações de terras urbanas tem ganhado em grandes cidades como São Paulo e Belo Horizonte, tornou-se mais comum hoje ver favelas que nascem a partir de “ocupações urbanas”. Estas são o resultado de um processo de ocupação de terras realizado de forma coletiva, preparado de antemão, enquanto ação coletiva planejada e politicamente reivindicada. Enquanto o termo “invasão” era utilizado historicamente para caracterizar a posse ilegal de terras baldias, cujos ocupantes eram chamados pejorativamente de “invasores”, os recentes movimentos de sem-teto passaram a substituir essa nomenclatura pelo termo “ocupação”, carregando uma reivindicação política: o direito de tomar posse, para fins de moradia, de um terreno que não cumpre sua função social. No decorrer deste trabalho, usaremos preferencialmente o termo ocupação. Por sua vez, o termo “invasão” virá entre aspas, no intuito de destacar seu uso pelas fontes ou por nossos entrevistados.

Em todo caso, entre as primeiras favelas da Velha República e as experiências contemporâneas de “ocupações urbanas”, o olhar do historiador não pode deixar de perceber

¹⁰ Entrevista realizada com Raimunda Pereira, em Altamira (Pará), em 20/09/2011.

uma evolução, progressiva, em que “práticas” – outrora mais informais – foram se formalizando em “combinatórias de operações” (DE CERTEAU, 1990, p. XXXVI), afinando-se, desenvolvendo-se e se revestindo de referências e discursos políticos novos. Um referencial de ação foi se aprimorando e passando, direta e indiretamente, de geração em geração.

É difícil, no entanto, encontrar um trabalho que historicize de forma clara o processo de formalização dessas práticas e o surgimento histórico das “ocupações urbanas” enquanto ato político encabeçado ou apoiado por movimentos sociais urbanos. Parece haver uma lacuna a ser preenchida pela historiografia, que pode talvez se explicar pelo fato de os trabalhos de historiadores ainda serem minoritários nesse tema. Em sua bibliografia analítica sobre as favelas do Rio de Janeiro, as sociólogas Lícia Prado Valladares e Lídia Medeiros apontam que, sobre 668 títulos levantados na área das ciências humanas, apenas 3% pertenciam à disciplina histórica (VALLADARES; MEDEIROS, 2003). Quase duas décadas se passaram desde esse levantamento e os recentes trabalhos realizados por historiadores sobre o tema com toda certeza mudaram essa percentagem, apesar de ainda representarem uma minoria em comparação a outras áreas de estudo.

Isso talvez nos ajude a entender por que não encontramos trabalhos históricos que conceituem de fato uma continuidade temporal entre a existência da favela antes da Segunda Guerra e as ocupações organizadas de terras urbanas que são citadas em trabalhos de ciências sociais a partir da década de 1980 (BOSCHI, 1983). Se é ainda rara no Brasil, essa reflexão tem sido desencadeada recentemente em outros países latino-americanos. O teórico uruguaio Raúl Zibechi esboçou um trabalho nesse sentido, ambicioso por sua dimensão continental. Nele o autor aponta que, se a favela enquanto fenômeno urbano existe na América Latina desde o fim do século XIX, surge a partir do fim dos anos 1950 uma nova modalidade de ocupação ilegal e informal do solo, dessa vez planejada, organizada e carregando um discurso político pronunciado e assumido. A seu ver, 1959 é uma data marcante que veria a primeira “toma massiva y organizada de tierra urbana” da América Latina, quando 1.200 famílias de sem-teto ocupam cerca de 55 hectares em Santiago do Chile, formando um acampamento que se tornará posteriormente uma favela: La Victoria. A partir dessa data, esse modo de ação pode ser observado em diversos outros locais do continente, onde sem-teto e favelados vão passar a encarnar o que os sociólogos da época qualificarão, poucos anos depois, de *movimento social urbano*, valendo-se da ocupação coletiva de terras urbanas como reivindicação política popular e modo de conquista da casa própria (ZIBECCHI, 2011, p. 33). De fato, o primeiro caso histórico de ocupação urbana organizada ou planejada com o apoio

de um movimento político estruturado que encontramos em nossa bibliografia no Brasil também ocorre em 1959, quando a ocupação do terreno que ia se tornar a favela Parque União, na zona norte do Rio de Janeiro, foi coordenada pelo movimento da União dos Trabalhadores Favelados carioca. No entanto, essa foi realizada mediante uma organização fortemente centralizada em torno de um advogado e militante externo à favela e próximo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Antônio Margarido Torres, como apontado por Amoroso e Gonçalves (2016, p. 714).

A historiografia sobre movimentos sociais no Brasil costuma situar as primeiras ocupações de terras rurais por camponeses no fim da década de 1950, enquanto os primeiros movimentos mais sistemáticos de ocupações de propriedades urbanas surgiram em São Paulo a partir do fim da década de 1970 (GOHN, 1995, p. 48). De fato, é difícil encontrar na historiografia um trabalho consistente sobre movimentos sociais urbanos no Brasil anterior a esse período. Diversos pesquisadores estão de acordo em afirmar que tais movimentos começaram a aparecer, de forma clientelista ou ainda imatura, no pós-guerra, durante o período populista, e que, após terem sido forçados a desaparecer do cenário político durante a primeira década da ditadura, eles ressurgem de forma mais madura e autônoma a partir dos anos 1970 (KOWARICK, 1988). É também nessa época que o assunto começou a suscitar interesses de vários autores, principalmente oriundos da sociologia.

Como se observa, parece haver uma lacuna histórica a ser preenchida no período anterior à década de 1970. O presente trabalho visa contribuir com o debate, já que ilustra – assim como também comprova a recente bibliografia por nós citada – a existência de movimentos de ocupações de terras organizados no período anterior ao regime militar. O objeto do presente capítulo é perscrutar uma série de ocupações de terras urbanas reivindicadas como gesto político pelos movimentos de favelados que ocorreram em 1963 nas zonas oeste e noroeste de Belo Horizonte. Não pretendemos, no entanto, afirmar que essa ação ou que os movimentos de favelas que a tornaram possível – aqueles formados a partir dos anos 1950 – correspondem necessariamente ao surgimento histórico de movimentos populares coletivos ou ocupações organizadas de terras na periferia das cidades brasileiras. Parece inegável que existiam já nos bairros populares antes desse período “condutas coletivas”, segundo o termo proposto por Alain Touraine (1984, p. 4), que, de forma minimamente organizada ou planejada, questionavam, enfrentavam e burlavam as leis e normas sociais impostas no sentido de alcançar o acesso à terra ou à moradia no espaço urbano.

Nesse sentido, a história de Belo Horizonte nos interessa pelo fato de ser uma cidade projetada no fim do século XIX que já em sua primeira década de existência é marcada pela presença de associações de moradores organizadas nos bairros populares em prol de melhorias urbanas. De fato, conflitos decorrentes de desigualdades espaciais, em torno do acesso à moradia ou vinculados a tentativas de remoções por parte do poder público, já aparecem nas fontes nessa época. Décadas depois, o relato de um ex-morador da favela da Barroca referente aos anos 1940 traduz – anos antes do surgimento formal dos movimentos de favelados contra os despejos – estratégias coletivas de resistência às tentativas de remoção realizadas pela polícia (OLIVEIRA, 2009, p. 91). Em nossas fontes, o Sr. Inácio, morador do Cabana do Pai Tomás e descendente de escravos que trabalhavam em uma fazenda vizinha, conta como ele e seus colegas se organizaram para “invadir” um terreno vizinho, sendo a tentativa frustrada pela intervenção da polícia, e isso anos antes das ocupações organizadas na região que analisaremos neste capítulo.¹¹ Isso demonstra que poderia ocorrer – e ocorria – a organização entre um grupo de vizinhos ou conhecidos, mesmo que de forma relativamente improvisada, para ocupar uma área inabitada. Podemos até pensar que boa parte das favelas mais antigas existentes nas grandes cidades brasileiras surgiram dessas pequenas ações coletivas de ocupação – reunindo grupos de famílias ou de vizinhos minimamente organizados –, mas isso resta ainda no campo da hipótese e objeto de outro trabalho de pesquisa.

No entanto, tais reflexões sobre o processo histórico de surgimento desses bairros não deve obviamente nos fazer esquecer que a expansão das favelas mais antigas se deu, e ainda se dá, mediante a expansão de um mercado local de aluguel (GONÇALVES, 2006, p. 19). Ao estudar de perto as ocupações de terras urbanas organizadas, tanto aquelas da década de 1960 mencionadas neste trabalho quanto as mais recentes, observamos que algumas delas se destacam justamente por ocasionar debates internos que visam impedir ou limitar o surgimento de um mercado local de aluguel ou de especulação imobiliária.

Ressaltamos que se tivermos acesso, para o período que nos interessa, a fontes escritas e orais, tal investigação se torna mais difícil no período anterior aos anos 1950, pela ausência de movimentos de favelados organizados – e portanto produtores de documentos – ou de testemunhas ainda vivas. No entanto, temos certeza de que a criatividade dos pesquisadores que queiram se aventurar nesse caminho poderá, um dia, contornar tais dificuldades. Em todo caso,

¹¹ Entrevista realizada próximo ao domicílio do entrevistado, no bairro Cabana do Pai Tomás, em 2013. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida. A entrevista do Sr. Inácio é reproduzida parcialmente no filme de Déa e Marcus Vieira: VIEIRA, Déa; VIEIRA, Marcus. *Da lona ao pai Tomás*. Filme documentário, Produção: Estúdio Arte Imagem, 2016.

além de abrir caminho para outras pesquisas historiográficas possíveis, tais perspectivas nos permitem entrever a origem e a regularidade de práticas políticas coletivas nos bairros populares que, ao se formalizarem e se aperfeiçoarem ao longo das gerações, deram origem aos movimentos organizados que surgiram a partir dos anos 1950 e que nos interessam na presente pesquisa.

O enfoque no protagonismo histórico e político dos grupos de sem-teto enquanto agentes de transformação da cidade à revelia – pelo menos num primeiro tempo – das normas legais ou do mercado imobiliário não pode nos fazer entrar em uma “perspectiva dualista” que oporia a realidade da favela ou da ocupação ao contexto urbano ou social no qual ele se insere. Como apontado em outros estudos, pelo fato de a favela ser também o produto de normas sociais e legais excludentes, existe uma relação dialética entre Estado e favela que de certa forma se “coproduzem” (GONÇALVES, 2013, p. 13).

Ademais, se evocamos algumas carências historiográficas no que toca ao nosso objeto específico de reflexão – a ocupação organizada de terras urbanas –, devemos citar alguns trabalhos que contribuem para conceituar essa problemática. Primeiramente, é preciso mencionar que desde o momento em que as ciências sociais começaram a se interessar pelo tema da favela, na década de 1970, foram realizados estudos que visaram compreender o processo sociológico e político de surgimento da favela no cenário urbano, a partir da perspectiva dos seus moradores. Podemos citar os trabalhos dos antropólogos americanos Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978), James Holston (2014) ou ainda do arquiteto britânico John Turner (1976), que tentaram entender o fenômeno sociológico de ocupação de terras urbanas e do urbanismo informal no Brasil e na América Latina. Uma vez definido e problematizado o objeto que nos interessa, é preciso agora contextualizar a história da habitação popular na capital mineira.

1.2 A HABITAÇÃO POPULAR EM BELO HORIZONTE

1.2.1 Belo Horizonte e a habitação popular: a modernidade ambivalente

Avenida Afonso Pena, centro de Belo Horizonte. No meio da semana, talvez uma quarta-feira, 18h13. Horário inquieto no coração da metrópole. Movimento incessante, multidões se deslocam apertando o passo. Grupos pequenos expelidos pelas portas de prédios que abrigam escritórios ou faculdades engrossam a multidão de transeuntes de forma ininterrupta, homens de terno e gravata andam apressados, terminando durante a marcha um

lanche comprado no caminho. Não atrasar o ritmo da rotina. Como se, logo após sair do trabalho, estivessem indo correndo para outro. O trânsito segue lento e intenso, buzinas e motores impacientes apressam os passos dos pedestres que atravessam as faixas em meia corrida, apavorados ou inexpressivos. Motociclistas costuram em meio aos carros quase parados, pontuando o movimento com suas buzinas breves e agudas. Multidões se aglutinam debaixo dos pontos de ônibus. Além da conversa de duas senhoras que debatem sobre a demora crescente da linha circular, a maioria está em silêncio, mergulhada num mundo virtual inviolável. Clicam, ouvem, visualizam, curtem, postam, comunicam-se com outras redes que as afastam do tédio da espera, do barulho do trânsito, das dores de pernas cansadas de aguardar em pé um ônibus lotado após um dia de expediente. Rotina útil de uma metrópole latino-americana em pleno século XXI, numa grande avenida central, via simbólica da cidade moderna. Caminho obrigatório do centro para as zonas periurbanas.

Não longe dali, em frente à sede da prefeitura – que se assemelha a um prédio fantasma –, um movimento destoa da sinfonia, grupos esparsos conversam, recolhem barracas e faixas enquanto terminam um resto de almoço com gestos lentos, sem pressa. Tem fim uma manifestação de sem-teto, reunindo integrantes de dezenas de ocupações urbanas da região metropolitana. Destes, escapou um elemento intruso que vem causar estranhamento no meio da avenida. Transeuntes apressados param para olhar. Adolescentes de uniforme escolar gargalham. O menino do ponto de ônibus interrompe o seriado assistido no celular para filmar o inusitado, quase uma miragem.

Na pista de ônibus, na contramão da avenida, um menino – morador de uma ocupação urbana – anda a meio galope num cavalo de forte estatura, sem cela, de pés descalços, parecendo alheio ao cenário que o circunda, passeando. Comparado ao tamanho do cavaleiro, o animal pareceria até um corcel gigante e poderoso tirado de um conto mitológico, se não fossem as suas costelas aparecendo para revelar a fina espessura de sua carne. Um grupo de crianças, aparentemente amigos, tentam acompanhar a leve cavalgada, rindo da brincadeira, esperando sua vez de montar no animal. Alguns adultos com ares de seriedade não parecem achar nenhuma graça naquilo e se zangam com os meninos tentando em vão expor o perigo da expedição. Com a chegada de um ônibus, a montaria e seu jóquei sobem no passeio, continuando viagem, abrindo espaço no meio do mar de gente, subindo um rio de pessoas na contracorrente.

A cena – que poderia sair da imaginação de um cineasta – nos marcou por expor, melhor que quaisquer palavras poderiam fazer, uma singularidade belo-horizontina: cidade onde convivem os contrários – o tradicional e o moderno, o rural e o urbano, a ordem e sua

subversão – em um mesmo espaço-tempo. Belo Horizonte é uma capital fruto de uma modernidade sonhada, incompleta, sempre atualizada porém nunca alcançada, *ambivalente*. Segundo Andrade, essa ambivalência se reflete até na literatura belo-horizontina e é intimamente ligada às “tensões internas” devido à “passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna” que marca a origem histórica da cidade (ANDRADE, 2004, p. 17). Essa ambivalência vai se imprimir também na própria morfologia da cidade e se concretizar na questão habitacional e arquitetônica no espaço urbano onde projetos de arquitetura modernista ou contemporânea se alternam com espaços moldados pela indústria e com o urbanismo informal e os bairros autoconstruídos. Nesse processo, diversas escritas do urbano se sobrepõem no preenchimento da mesma página, produzindo uma paisagem-palimpsesto (MONGIN, 2005), um espaço que – sonhado inicialmente para ser claro e racional – vai se tornar ao longo do século cada vez mais complexo e múltiplo. Como assinala Anne Cauquelin (1982, p. 25), a cidade pode ser pensada como um papel vegetal cujos diversos estratos temporais podem ser observados em um mesmo ponto; superposição de memórias urbanas que cabe ao historiador decifrar.

Tal ambivalência nos parece resumir não apenas a história da habitação popular na capital mineira, mas também delimitar as bordas de um conflito incessante entre as diversas temporalidades que coabitam e disputam o mesmo espaço urbano. A história da habitação popular em Belo Horizonte se assimila a um longo embate – territorial e ao mesmo tempo simbólico – entre diferentes formas de habitar o espaço. Tal embate remete tanto às primeiras cafuas construídas sem autorização nas margens da região central da cidade planejada – no início do século – quanto às recentes ocupações de terras por sem-teto no Barreiro, passando pelos loteamentos irregulares que se multiplicaram nas últimas décadas. Até a construção de conjuntos habitacionais e a definição de políticas urbanísticas para as favelas foram objeto e/ou fruto de conflitos ou mobilizações populares, realidade que continua viva na atualidade.

A origem das contradições evocadas pode ser encontrada nas raízes históricas mais remotas da fundação da cidade. Projetada e erguida no fim do século XIX para se tornar a capital política de Minas Gerais, a cidade de Belo Horizonte – inicialmente chamada Cidade de Minas – foi desenhada segundo um plano urbanístico que deveria traduzir a eficiência, o racionalismo e a modernidade da República brasileira, que nascia (GUIMARÃES, 1991, p. 1). O “projeto de modernização” (AGUIAR, 2006, p. 5) que ela representava devia oferecer um contraste não somente com a antiga capital, Ouro Preto, mas também com a pobreza e a cultura rural e tradicional que caracterizavam a maior parte do estado. De certa forma, a

Cidade de Minas era a cidade moderna que deveria surgir no meio do *sertão*, para se tornar um oásis de modernidade e civilização no meio do cerrado, a “lutécia sertaneja” evocada pelo escritor Pedro Nava (1977, p. 119)

Após diversos debates entre tendências contraditórias no seio da classe política mineira sobre a necessidade ou não de mudança da capital e sobre a definição do local, escolhe-se finalmente a região do Curral del Rey, perto de Sabará. A mudança definitiva da capital foi promulgada oficialmente em 1895. O Curral del Rey à época era um pequeno arraial, existente havia 150 anos, que reunia cerca de 4.000 habitantes, que deveria ser inteiramente desapropriado e destruído para a construção da nova capital (AGUIAR, 2006, p. 82). Surgida em meio rural, num estado ainda enraizado nas tradições do Antigo Regime, a Cidade de Minas nasce, pois, de um paradoxo: a negação perpétua de sua origem. Surgida como extensão e superação da antiga capital colonial, em meio ao sertão mineiro que abrigava pequenas comunidades rurais, enquanto seu plano moderno previa refletir uma realidade política ainda por vir: a nova e recém-nascida República, ainda em construção.

A cidade, simbólica “Porta do Sertão” (GOMES, 2011, p. 72), representava uma fronteira simbólica entre passado e futuro, rural e civilizado. Limiar entre dois mundos, como sugerido até hoje por seu clima paradoxal, alternando entre as secas vindas do sertão mineiro semiárido, ar quente que relembra perpetuamente à cidade as suas raízes rurais crescidas no meio da caatinga, e as pancadas de chuvas tropicais, umidade vinda em massa do litoral, de um espaço aberto para o mar e o mundo, e portanto para o novo. Porosa, como toda cidade fronteira, entre cerrado e mata atlântica, que coabitam sem se misturar – como informalidade e modernidade –, os dois mundos sempre tiveram de conviver num *locus* de paradoxo e de contradições.

Em 1894, é criada por decreto a Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, que estabelece então a planta geral da cidade. Iniciam-se as obras de construção, que vão se estender para além da inauguração oficial da cidade, em 1897 (LE VEN, 1977, p. 25). Durante a obra, foi estabelecido o prazo de um ano para a desocupação das cafuas do antigo arraial, que foram desapropriadas e demolidas em seguida. Interessante notar que a cidade já nasceu de um processo de desapropriação fundiária, realizado em nome do progresso e do bem comum, gerando por vezes conflitos e resistências que supostamente legitimaram a “atuação enérgica” de Adalberto Ferraz, ex-delegado de polícia de Ouro Preto, que se tornaria o primeiro prefeito da cidade (GUIMARÃES, 1991, p. 88), em uma época em que os prefeitos eram nomeados pelo presidente do estado, o que viria a ocorrer durante o primeiro meio século de existência da capital.

A planta original da cidade (Fig. 1) era dividida em três zonas. A zona urbana, situada dentro do perímetro de uma avenida circular, atualmente conhecida como avenida do Contorno, era o coração da cidade, contando com diversas praças, ruas geométricas e avenidas largas que dividiam uma série de lotes e quarteirões que deveriam acolher, principalmente, os funcionários do estado vindos de Ouro Preto. Em volta dessa zona urbana, localizava-se uma zona suburbana que a partir de 1898 foi pensada para receber diversos núcleos agrícolas, que iriam produzir os alimentos para a subsistência da cidade. Esta devia ser povoada principalmente por imigrantes europeus – em sua maioria italianos e portugueses –, cuja vinda foi incentivada pelo governo da época. Esse “cinturão verde” da zona suburbana deveria representar uma transição entre as zonas urbana e rural, entre o campo e a cidade. No entanto, essa dimensão agrícola presente no projeto original será completamente abandonada. Os núcleos agrícolas mais próximos à zona urbana serão rapidamente subdivididos e loteados e formarão os primeiros bairros periurbanos – Prado, Carlos Prates, Lagoinha. Alguns núcleos agrícolas conseguirão manter suas atividades até os anos 1930, época em que foram loteados e urbanizados (AGUIAR, 2006, p. 396).

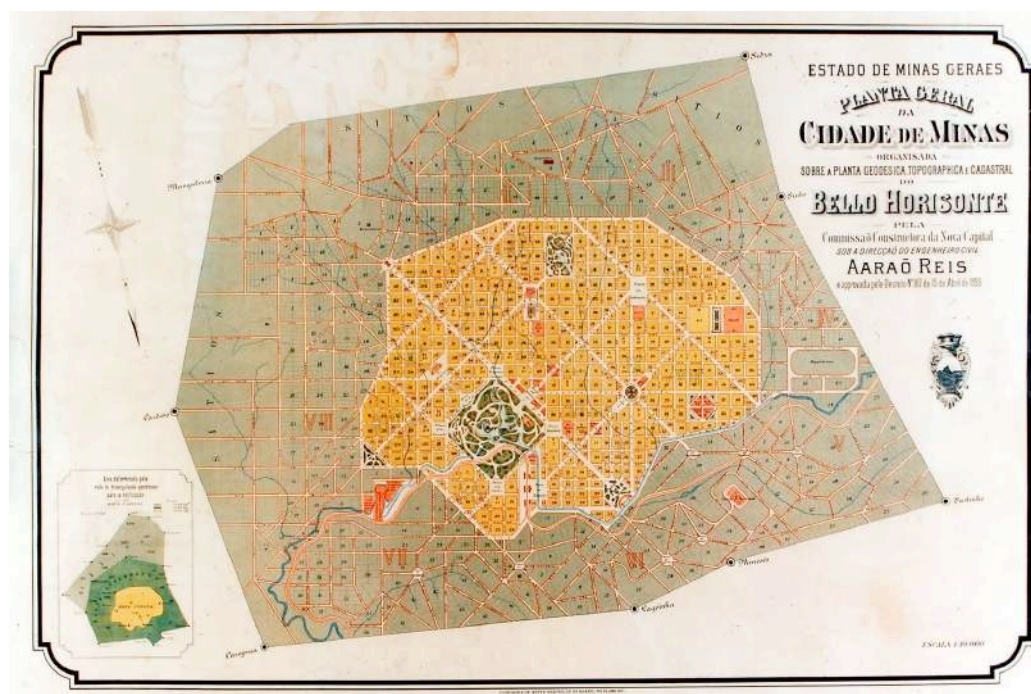


Fig. 1: Planta geral da Cidade de Minas, 1895. (APCBH, Acervo CCNC)

A planta original não previa espaço para o estabelecimento dos operários e trabalhadores manuais que iriam atuar nas obras de construção da cidade. Para estes foi construído um

“grande edifício de madeira”, um amplo “barracão” sem conforto ou espaço suficiente, que deveria ser demolido após o fim das obras. Incentivou-se apenas a vinda de trabalhadores solteiros para que estes não se estabelecessem na cidade e a deixasse após o término das obras (GUIMARÃES, 1991, p. 69). Na planta original realizada pelo engenheiro Aarão Reis, na qual não foi determinado local específico para a instalação desses trabalhadores e suas famílias, pode-se ler o desejo da não permanência desses operários na cidade, provavelmente porque o seu estatuto social de trabalhadores pobres provenientes do interior ou ex-escravos não condizia com a “população desejada” no projeto da cidade moderna.

Como nos lembra Campos (2011, p. 46), a fundação da República no Brasil, logo após a abolição da escravidão, foi marcada por uma visão eugenista e racista compartilhada por boa parte das elites. Sob essa visão, a vinda maciça de imigrantes brancos europeus, imigração seletiva incentivada pelo governo, possibilitaria “embranquecer” a população e apagar em seus genes sua componente negra e africana, rastro do seu recente passado colonial e escravocrata. De forma intencional ou não, o incentivo à instalação de imigrantes europeus na nova capital e a ausência de um espaço perene para os operários e suas famílias revelam o perfil social – e talvez racial – que as elites almejavam para a nova capital do estado, isto é, local de uma cultura moderna e “europeizada”. Nessa tentativa de povoamento seletivo, não cabiam nem os antigos moradores do arraial, representados pejorativamente pela elite da época como selvagens e atrasados, nem os trabalhadores pobres vindos do interior. Esse aspecto nos ajuda a entender a já referida função simbólica da cidade como uma fronteira que permitiria a implantação da modernidade e da civilização no meio do sertão. Essa abertura para as ideias e para os trabalhadores provenientes da Europa em detrimento da cultura e dos migrantes do interior retrata o imaginário das elites da época em que se confrontavam o mundo *litoral* – civilizado e aberto quanto ao futuro e ao mundo europeu – e o *sertão* – *locus* da barbárie voltado para o passado, povoado por uma população “imbuída de ideias perigosas” que mal respeita “a força das leis” e a autoridade (VALENTE, 2016, p. 34). Esse imaginário social e espacial alimentará historicamente os discursos e as representações sociais sobre a pobreza urbana e os bairros populares na capital mineira, assim como aconteceu em outras grandes cidades brasileiras.

No entanto, as previsões segundo as quais a presença dos operários pobres seria apenas temporária foram frustradas. Antes mesmo da inauguração oficial da cidade, muitos deles passam a se instalar ilegalmente, com suas famílias, em terrenos ainda não construídos, na zona urbana ou nos arredores, onde erguem ilegalmente suas cafuas. Surgem dessa maneira

as duas principais primeiras favelas de cafuas da cidade, uma situada na região central, na beira do córrego que lhe dará o nome: Córrego do Leite – entre o atual Mercado Novo e o Barro Preto – e a outra próxima à estação de trem Alto da Estação, também conhecida apenas como Favella – perto da atual Praça da Estação. Enquanto isso, os trabalhadores pobres que tinham as mínimas condições de pagar um aluguel se instalam nos primeiros loteamentos destinados a operários, nas já citadas vilas da zona periurbana, em regiões ainda desprovidas de infraestrutura.

Enquanto a busca por um lugar para morar representava uma grande dificuldade para as famílias mais pobres da cidade, alguns membros da elite ouro-pretana recentemente instalada já concentravam grande número de lotes devido à dinâmica de especulação imobiliária em curso antes mesmo da inauguração oficial da cidade. Essa especulação foi incentivada pelo próprio poder público por meio da Comissão Construtora, que entregou nessa época diversos lotes ao mercado imobiliário e permitiu sua transação (GUIMARÃES, 1991, p. 81). Esse contraste e essa iniquidade nas condições do acesso à terra refletiam, na escala local e urbana da nova capital mineira, o regime brasileiro de acesso à terra, que, desde o fim da colônia, incentivava a concentração de terras nas mãos de uns por um lado e proibindo a maioria do acesso à propriedade por outro.



Fig. 2: Cafua construída próxima à região central, no pé da Serra do Curral. Fotografia datada de 1920. (APCBH, Coleção José Goes)

A realidade da habitação popular nas primeiras décadas da história de Belo Horizonte nos mostra como a capital mineira, enquanto arauto da modernidade urbana, vai concretizar uma ambivalência tipicamente moderna: tentativa perpétua de impor uma ordem sempre frustrada pelo surgimento de sua negação. Podemos até dizer que a modernidade que a cidade deveria representar tem por mote esta promessa impossível, de eliminar a ambivalência para produzir um mundo “definido com precisão”, de ordenar e reprimir um caos que é “seu efeito colateral, seu resíduo e, no entanto, condição *sine qua non* da sua possibilidade” (BAUMAN, 1999, p. 15). A cidade de Belo Horizonte parece materializar desde essa época, como poucas outras cidades, a promessa sempre repetida e frustrada de encarnação da *ordem*, sempre no horizonte e jamais alcançada. A questão do “habitat”, que segundo Zygmunt Bauman é um aspecto central da utopia moderna, reflete precisamente a condição paradoxal, a tensão que caracteriza a modernidade brasileira (BAUMAN, 1999, p. 12). Se a própria fundação da capital mineira nos parece exemplificar perfeitamente a dimensão paradoxal e ambivalente da modernidade urbana, essas características não são exclusivas a Belo Horizonte. Pelo fato de a cidade moderna ser “uma rede complexa e intensa de relações sociais”, tanto “antagônicas” e “conflitantes” como “complementares”, ela pode ser pensada como “processo complexo de articulações de culturas”, local que, em sua essência, concilia os contrários (SILVA; ZIVIANI, 2016, p. 4).

1.2.2 Entre planejamento e autoconstrução: um espaço urbano em disputa

Durante a primeira década de existência da capital mineira, a intensa especulação imobiliária e o alto preço dos terrenos situados nas áreas centrais dotadas de infraestrutura fizeram com que a grande maioria dos trabalhadores se instalasse na zona periurbana, que conheceu maior crescimento demográfico. Por esse motivo, ao contrário do que estava previsto no planejamento inicial do Aarão Reis, o espaço urbano foi sendo povoado da periferia para o centro, produzindo uma cidade “dividida, segregativa” (AGUIAR, 2006, p. 397). Entre o crescimento dos bairros informais de cafuas e a instalação de trabalhadores pobres nas primeiras vilas da zona periurbana, em áreas ainda desprovidas de infraestrutura urbana, a cidade foi sendo marcada desde seus primeiros anos de existência por fortes desigualdades sociais e materiais entre as suas diversas regiões. Já nessa época, surgem em bairros populares da cidade associações de moradores que reivindicam melhorias urbanas ou se organizam para atender necessidades locais. Em 1902, é fundada a União dos Moradores do Santa Efigênia, com o objetivo de construir uma capela no local, bem como as associações

de moradores do Floresta, Lagoinha ou Calafate, que exigem melhor abastecimento de água e a extensão das linhas de bondes (GUIMARÃES, 1991, p. 95). Nessa mesma época, incentivada pela presença de trabalhadores imigrantes europeus que trouxeram para o Brasil ideias inspiradas no marxismo e no anarquismo, surgem também na cidade as primeiras associações de trabalhadores e jornais operários (LE VEN, 1977, p. 88).

Antes mesmo da inauguração da cidade, o primeiro destacamento militar que atuaria na cidade foi transferido de Sabará e instalado no quartel do bairro Santa Efigênia com a função, entre outras, de vigiar e conter possíveis agitações e movimentos nos bairros operários (PLAMBEL, 1979, p. 106). A instalação nessa época dos primeiros quartéis militares nas zonas habitadas principalmente pelos operários – como o Santa Efigênia e o Barro Preto – pode ser lida como uma escolha estratégica para facilitar o controle social e policial nessas regiões (LE VEN, 1977, p. 155).

Em 1900, as autoridades começam a demonstrar uma preocupação concreta com o urbanismo informal, e o prefeito da época, Bernardo Monteiro, promulga uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão, decisão que será criticada pelos jornais operários da época. Algumas cafuas serão removidas e demolidas e alguns moradores serão indenizados, recebendo lotes na região periurbana. No mesmo ano, é criada uma seção de higiene na prefeitura que estabelece normas sanitárias rígidas para as moradias operárias, proibindo habitações coletivas e comunicações internas entre as moradias (GUIMARÃES, 1991, p. 96). Apesar dessa tentativa, parte das cafuas continuará no local e outras serão apenas deslocadas no mesmo bairro, passando a formar a favela da Barroca, ainda próxima à região central e ao ribeirão Arrudas. Em 1902, a favela do Alto da Estação é inteiramente removida e parte de seus moradores se mudam para a região central, na favela da Barroca (COTTA; SILVA, 2016).

Em 1909, houve nova tentativa do poder público de acabar com as cafuas da região central com a criação da Vila Operária do Barro Preto. Foram realocados nessa vila alguns moradores de cafuas, sob condição de esses obedecerem às normas morais e de higiene exigidas aos inquilinos. Ao mesmo tempo, as construções feitas sem autorização passaram a ser suscetíveis a multas (LE VEN, 1977, p. 96). No entanto, essa tentativa será em grande parte frustrada, uma vez que boa parte da favela da Barroca permanecerá, reflexo da resistência dos moradores em deixar o local apesar dos decretos municipais e da demolição de diversos barracos pelas autoridades. As últimas cafuas do Barro Preto serão removidas somente na década de 1930, no momento da industrialização e reurbanização do bairro, como

averiguado em consulta a nossas fontes.¹² Esse caso foi o primeiro capítulo de uma luta contínua, ao longo da história da cidade, pela qual o poder público tenta por todos os meios possíveis promover a higienização social do centro da cidade, afastando dali as populações pobres, enquanto estas se mobilizam para permanecer nas imediações e viver de forma digna.

Essa primeira série de ocupação de terras baldias por trabalhadores, que se inicia ainda antes da inauguração da capital mineira, deixará rastros na memória do movimento favelado da cidade. Em uma entrevista realizada por Samuel Silva Rodrigues de Oliveira com Vicente Gonçalves,¹³ figura histórica do movimento de favelas da capital mineira desde a década de 1940, vemos como este invoca essa memória urbana para legitimar politicamente os movimentos de ocupações de terras:

(...) na fundação de Belo Horizonte, Aarão Reis trouxe gente do mundo todo para construir aqui. (...) Então, acontece o seguinte, as favelas não foram invadidas. O pessoal veio, construiu Belo Horizonte e foi largado as traças. Então, isso foi um dos fatos que mais impulsionava os argumentos que a gente usava para falar que aquilo era de trabalhador, não de bandido, de mendigo e miseráveis. Eram trabalhadores que construíram essa cidade, portanto, nós tínhamos direito a participação igual aos moradores que moram nos bairros chiques daqui.¹⁴

Esse capítulo inicial da história social de Belo Horizonte pode ser contado acompanhando-se o percurso de uma das famílias que migrou do interior para capital de Minas nessa época. Hoje falecido, Alfredo Maurício Gonçalves,¹⁵ nascido em 1906, era provavelmente um dos moradores mais antigos de Belo Horizonte no momento em que começamos esta pesquisa, em 2015. Homem dotado de uma memória notável, que tivemos

¹² Entrevista realizada com Alfredo Maurício Gonçalves, no domicílio do entrevistado, no bairro Cachoeirinha (Belo Horizonte), em 13/10/2015.

¹³ Nascido no município de Ouro Fino, Vicente Gonçalves (1931-2016), também conhecido como Vicentão, mudou-se para Belo Horizonte ainda criança. Cresceu na favela da Barroca, de onde foi removido pela Prefeitura em 1945, passando depois a morar no Morro do Querosene, onde foi ativo no movimento comunitário local. Atuou como advogado em apoio às favelas e ocupações urbanas de Belo Horizonte da década de 1980 até o fim de sua vida.

¹⁴ Entrevista realizada com Vicente Gonçalves por Samuel Oliveira Rodrigues de Oliveira, em 2008. Citada pelo entrevistador em OLIVEIRA, 2014b, p. 43 – Ao longo do trabalho, para diferenciar as fontes escritas das fontes orais, estas últimas serão citadas sempre em nota de rodapé.

¹⁵ Nascido em Casa Branca, na região de Ouro Preto, em 1906, Alfredo Maurício Gonçalves mudou com sua família para a nova capital de Minas Gerais em 1911. Nesta década, instalaram-se em uma das cafuas da favela do Barro Preto. Desde jovem, Gonçalves trabalhou na construção civil participando de obras no centro da cidade ainda em processo de formação. Além do ofício de pedreiro, trabalhou também na indústria da mineração, em Nova Lima, como lavrador e revendedor de verduras. Após deixar o Barro Preto na década de 1930, viveu no bairro Carlos Prates, e posteriormente no bairro Cachoeirinha onde permaneceu até o fim de sua vida. Faleceu em 2018 com 112 anos sendo então um dos moradores mais velhos da cidade de Belo Horizonte.

oportunidade de conhecer e entrevistar, acompanhou quase um século de existência da capital mineira. Filho de pais agricultores, nasceu em um vilarejo chamado Casa Branca, perto de Ouro Preto. Veio pela primeira vez à capital em 1911 e se estabeleceu definitivamente com sua família a partir dos anos 1920. A sua vida pode ser tomada aqui como uma metáfora da condição social da população pobre do interior que veio morar na cidade em suas primeiras décadas de existência. A fixação da família, como aconteceu com muitos dos migrantes vindos do interior, foi possibilitada pelo urbanismo informal. Seus pais se instalaram primeiro na favela de cafuas do Barro Preto, extensão da favela da Barroca, perto do ribeirão Arrudas, no início da atual rua dos Tupis. Pela proximidade do Arrudas, ele se lembra da relação social intensa que o córrego propiciava: espaço de brincadeiras para as crianças enquanto as mulheres aproveitavam a abundância de água para lavar roupas.¹⁶ Vale lembrar que, ao trabalhar com a história oral, o historiador depara com uma ressignificação subjetiva do passado. Assim, o ato de *lembrar* desenvolvido pelo entrevistado se torna “objeto histórico” (DOSSE, 1995, p. 22). Nesse sentido, ele deve estar atento às aproximações ou contradições num discurso “susceptível às variações e sentidos múltiplos típicos da construção da memória” (AMOROSO; GONÇALVES, 2016, p. 715).

Já moço, Alfredo Gonçalves teria trabalhado na época como operário na abertura de algumas ruas do centro ainda em processo de construção, tal como a rua dos Timbiras e a rua Guajajaras. Depois do trabalho, ou nos dias de folga, ele relata os passeios que fazia então pelo centro, indo comprar produtos com os tropeiros que ocupavam ainda a praça da rodoviária, ou passeando pela avenida Afonso Pena, onde, na esquina com a rua da Bahia, um alto-falante – objeto raro na época – emanava, segundo seu depoimento, informações e música clássica todos os dias às 18 horas para a multidão que ali se amontoava para ouvir.¹⁷ Naquela época, a proximidade das cafuas do Barro Preto facilitava a presença popular na zona central da cidade, o que provocava certas tensões, configurando os espaços públicos e as praças da cidade como espaços em disputa.

Enquanto as elites tentavam “impor suas exigências de civilidade à vida pública”, grande parte da população que residia e circulava na região central, tal como Alfredo Gonçalves, não correspondia ao “povo idealizado” para o projeto modernista e elitista da capital (OLIVEIRA, C., 2014, p. 11). Em 1925, um decreto municipal emite novas regras de

¹⁶ Entrevista realizada com Alfredo Mauricio Gonçalves, no domicílio do entrevistado, no bairro Cachoeirinha (Belo Horizonte), em 13/10/2015.

¹⁷ *Ibidem*.

posturas nas praças públicas, onde não poderiam mais circular pessoas “ébricas”, “indigentes”, “descalças” ou carregando consigo “volumes excedentes de 30 centímetros de largura por 40 centímetros de comprimento” assim como “vendedores ambulantes”, sob risco de ser repreendido pela polícia. Tal decreto ilustra a tentativa de “cerceamento de populares na cidade e categorização política e policial dos espaços” (OLIVEIRA, C., 2014, p. 18). Alfredo Gonçalves se lembra das transformações impostas nessa época à praça onde começa a avenida Afonso Pena, localização da atual rodoviária da cidade, conhecida na época como o mercado dos tropeiros. Naquele período, o espaço central e aberto da cidade era investido pelas *tropas*, vendedores itinerantes que chegavam do interior para vender produtos diversos, passando pela cidade apenas alguns dias, dormindo na própria praça até seguir viagem. A praça se assemelhava então a um vasto mercado informal onde se podia comprar diversos produtos do interior, cumprindo um papel análogo ao Mercado Central que temos hoje no centro da cidade. Nosso interlocutor lembra como, em meados dos anos 1920, as tropas foram expulsas do local e a praça foi remanejada, sendo construída em volta dela diversos bancos e comércios em previsão do futuro mercado que ali seria construído. Já que esse período não constitui o foco da nossa pesquisa, não se trata aqui de entrar em detalhes nas recordações de nosso entrevistado ou de aprofundar a confrontação dessas com outras fontes. Cientes que estamos das armadilhas subjetivas das memórias, podemos apenas nos indagar se as recordações de Alfredo Gonçalves não evidenciaríamos fatores marcantes de mudança no espaço urbano no qual ele evoluía. Acreditamos que a remoção progressiva das cafuas do Barro Preto e a reconfiguração das praças e espaços públicos participam na época de uma mesma tentativa política de diminuir ou cercear ao máximo a presença das camadas populares na região central da cidade. Enquanto isso, nesse mesmo período, a povoação do subúrbio é deixada principalmente para a iniciativa privada. Diversos loteamentos são criados por proprietários em toda a zona suburbana e aprovados pela prefeitura, enquanto a especulação imobiliária começa a atingir os terrenos situados para além da cintura periurbana – na região do Calafate, Padre Eustáquio, Cachoeirinha, Cidade Nova ou Sagrada Família. Esses loteamentos se tornam então vilas voltadas para a população operária (AGUIAR, 2006, p. 441). Ainda na década de 1920, ocupações de terras públicas por famílias pobres no entorno da região central ocasionam o surgimento de novas favelas, consideradas hoje as mais antigas da cidade ainda existentes: a Pedreira Prado Lopes, na Lagoinha; a Vila Nossa Senhora da Conceição, que faz hoje parte do aglomerado da Serra, ou ainda o aglomerado Santa Lúcia (Fig. 3), também conhecido como Morro do Papagaio. Essas vilas terão um papel importante no movimento de favelados na cidade, nas décadas seguintes, como veremos posteriormente.

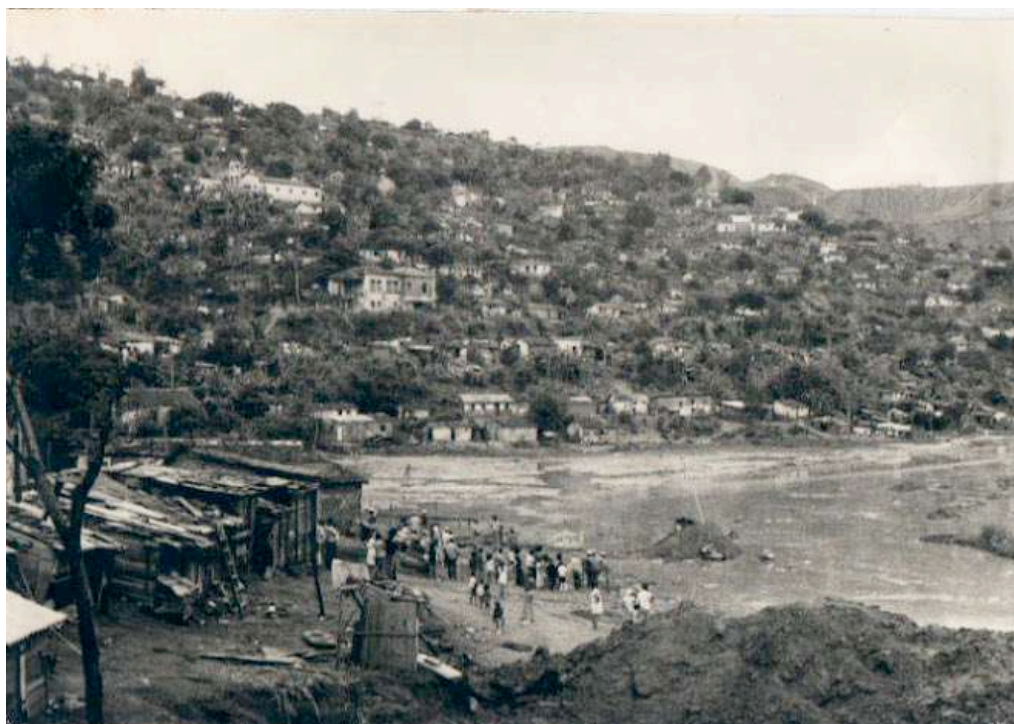


Fig. 3: Aglomerado Santa Lúcia (Morro do Papagaio) perto da represa da barragem Santa Lúcia, região centro-sul de Belo Horizonte. (APM, s.d.)

Em vista da industrialização da região do Barro Preto ocorrida nessa época, as últimas cafuas da área serão retiradas da zona no decorrer dos anos 1930. Parte dos moradores se deslocam um pouco mais ao sul, seguindo a avenida do Contorno, formando nas proximidades do atual Gutierrez uma vila que continuará conhecida como Barroca. Com a remoção das últimas cafuas que restavam no centro da cidade – que significa o fim da última grande favela que existiu na região central – e o crescimento urbano, diversos novos terrenos são ocupados ilegalmente na zona periurbana, nas imediações da avenida do Contorno. Surgem então as favelas Santo André, Nosso Senhor dos Passos e Palmital, na Lagoinha – que se agregarão ao aglomerado Pedreira Prado Lopes –, bem como Pindura Saia e Acaba Mundo, na região centro-sul (COTTA; SILVA, 2016, p. 6). De fato, nessa época, a maioria das famílias de trabalhadores pobres que ainda moravam na região do Barro Preto ou na área central se desloca para a zona periurbana. É o caso de Alfredo Gonçalves, que muda para a região do Carlos Prates, dessa vez em casa alugada numa vila operária.¹⁸

Mesmo trabalhando regularmente como pedreiro na capital em diversas obras, este conserva nessa época um vínculo forte com a região de Ouro Preto, de onde ele veio, indo

¹⁸ *Ibidem.*

frequentemente lá trabalhar nas lavouras e trazendo produtos da roça que por vezes comercializava na cidade para completar sua renda. Esse aspecto ilustra uma característica muito comum nas camadas populares da cidade, constituídas por pessoas que, na sua maioria, vieram do interior e conservaram com seu local de origem um laço forte – familiar, afetivo, cultural e por vezes econômico, como no caso de nosso entrevistado.

O hábito de nosso entrevistado nos ajuda a entender um aspecto da cultura popular da capital mineira: uma terra urbana, moderna e – sobretudo a partir dos anos 1930 – industrializada, mas onde a cultura, o imaginário e as concepções da vida conservam traços da vida rural, num fenômeno semelhante ao que Raymond Williams (2011, p. 13) observa para a sociedade inglesa do século XX. Esse aspecto é importante para entender como o mapa social e afetivo de muitos dos moradores da cidade concilia espaços urbanos e rurais bordados em uma mesma rede territorial, tal como Alfredo Gonçalves ou grande parte dos moradores que entrevistamos em nosso trabalho. Isso contribui para reforçar a ambivalência que evocamos anteriormente como característica da capital mineira. Por ser constituída, historicamente, por migrantes que vieram do interior, Belo Horizonte reflete “a tensão entre os valores de um mundo do qual o indivíduo se afasta física e socialmente, mas cujos valores permanecem sedimentados na memória” (ANDRADE, 2004, p. 17).

Ademais, a vida de Alfredo Gonçalves reflete outro aspecto importante que caracteriza a dinâmica popular de ocupação da cidade. Além de ter habitado, durante grande parte de sua juventude, um bairro popular de cafuas construído pelos próprios moradores, ele trabalhou na maior parte de sua vida como pedreiro e operário da construção civil, tendo participado, ao longo de seus mais de 60 anos de serviço, da construção de inúmeras ruas, edifícios e casas em toda a cidade.

Em suas próprias palavras: “hoje as pessoas passam por essas ruas, encostam nessas casas, nesses prédios, mas nem sabem quem construiu tudo isto, não é?”.¹⁹ Além de utilizar parte de seu tempo de folga para construir suas próprias casas, a maioria dos moradores das vilas e favelas trabalhava como pedreiros ou operários da construção civil. De diversas formas, seja pela dinâmica de ocupação de terrenos e autoconstrução das casas ou da infraestrutura urbana, seja pela organização dos moradores em associações para reivindicar melhorias ou exigir realocação após as remoções, essas pessoas participaram diretamente do processo histórico de expansão e urbanização da cidade.

¹⁹ *Ibidem.*

Nesse aspecto, os movimentos de moradores de Belo Horizonte tiveram, ao longo da história da cidade, um papel fundamental na criação, construção e consolidação de inúmeros de seus bairros no decorrer do tempo. Isso ilustra outro paradoxo da condição habitacional que se encontra em outras grandes cidades brasileiras, isto é, “os seus habitantes participam ativamente do processo de reprodução do capital e do desenvolvimento urbano, mas, paradoxalmente, não têm pleno direito à cidade que ajudam a erigir” (GONÇALVES, 2006, p. 2). Essa injustiça espacial que marca a história urbana de Belo Horizonte vai se aprofundar nas décadas seguintes, enquanto a crescente especulação imobiliária na região central e seu adensamento vão empurrar cada vez mais as populações pobres em direção às periferias, especificamente a partir da década seguinte.

Durante os anos 1940, a cidade passa por uma etapa importante em seu processo de expansão. Enquanto as grandes cidades brasileiras entram em uma expressiva fase de crescimento, Belo Horizonte receberá alguns projetos do poder público no sentido de repensar a sua estrutura e o seu funcionamento em larga escala. Nesse sentido, a articulação entre a capital mineira e as cidades-satélites que iriam formar a sua periferia passa a ser planejada e pensada segundo objetivos econômicos e políticos específicos. Esse planejamento também é fortemente inspirado pelas concepções dos arquitetos modernistas da época, como o francês Le Corbusier, segundo o qual a cidade moderna devia ser organizada em setores, correspondentes a funções específicas, de forma racional e pragmática, ideia que vai também guiar a construção de Brasília na década seguinte (MANGIN, 2004). Acompanhando o processo de periferação de Belo Horizonte, o urbanismo informal e as favelas passam a surgir ou se estender no entorno da cidade.

Em 1941, o governador de Minas Gerais Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek, então prefeito da cidade, assinam o decreto que cria o primeiro distrito industrial de Minas Gerais, em Contagem, cidade-satélite de Belo Horizonte. Nos anos seguintes, esta vai se tornar a Cidade Industrial de Contagem. O projeto visava fazer da capital mineira um polo regional da produção industrial, apostando na indústria para substituir a economia tradicional do estado, baseada em parte na produção cafeeira, que entrou em crise com a Grande Depressão de 1929. Entre 1942 e 1944, é construído na região norte da cidade o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, em torno da lagoa de mesmo nome, projetada pelo arquiteto modernista Oscar Niemeyer sob encomenda do prefeito Kubitschek para se tornar local de lazer e turismo. No entanto, esse novo bairro precisava de uma cidade-satélite que pudesse servir de reservatório de mão de obra. Esta será a função de Venda Nova, que vai ser, nesse momento, administrativamente incluída no município de Belo Horizonte para esse fim

(MOURA, 1994). Nas palavras de prefeito Otacílio Negrão de Lima, que tomou posse como prefeito em 1947:

Belo Horizonte não tem possibilidades de oferecer os serviços de infraestrutura demandados pela população crescente. Esta é a razão principal porque entendemos ser necessário criar as cidades satélites ao redor da cidade. O Barreiro está destinado a ser a cidade-satélite agrícola. A Cidade Industrial a meio caminho do Barreiro e de Belo Horizonte será o centro fabril, temos como cidade de turismo e diversão a Pampulha. Venda Nova constituirá um belo centro residencial, uma verdadeira cidade popular. (PBH – RELATÓRIOS, 1948)

É interessante perceber que, se o crescimento das metrópoles é por vezes apresentado como fenômeno relativamente aleatório provocado pelo crescimento demográfico e êxodo rural, a forma de crescimento de Belo Horizonte orientada para os eixos oeste e norte – como podemos observar na Fig. 4 – foi fruto de decisões políticas visando a um zoneamento funcional da cidade e suas periferias.

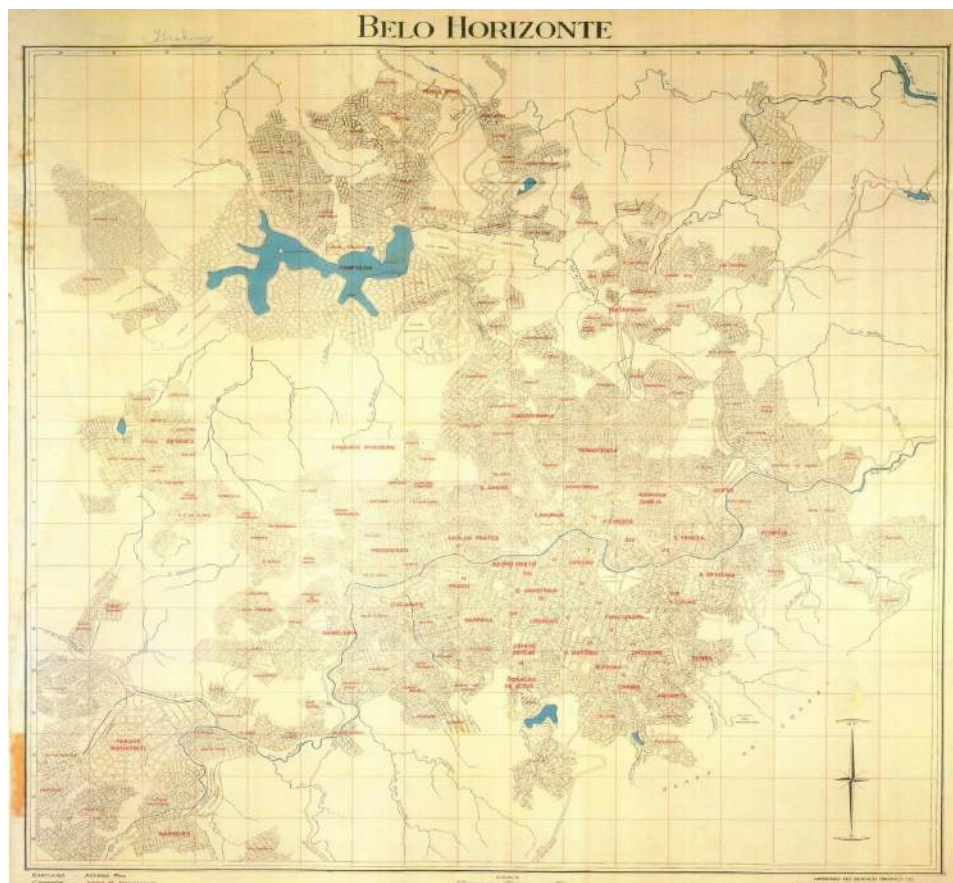


Fig. 4 - Mapa do município de Belo Horizonte em 1953. Pode-se observar a expansão urbana para os eixos oeste e norte motivada respectivamente pela Cidade Industrial e pela Pampulha. (FJP, 1997)

Esse momento marca o início de crescimento e adensamento da periferia da capital mineira e de suas cidades-satélites. Em decorrência das escolhas políticas citadas, a expansão urbana se dará principalmente em direção ao vetor norte, no eixo da avenida Antônio Carlos, rumo à Pampulha e Venda Nova, e no vetor oeste, no eixo das avenidas Dom Pedro II e Amazonas, com destino ao que estava se tornando o polo industrial de Contagem (OLIVEIRA, 2011, p. 44).

Conseqüentemente, o período também será marcado pelo surgimento de novas favelas nessas direções e novas periferias da cidade, ou pelo crescimento de vilas já existentes. No eixo oeste, citamos principalmente a Vila dos Marmiteiros, no bairro Padre Eustáquio; a Vila São Vicente, na Gameleira; e o aglomerado Cabana do Pai Tomás, no entorno da avenida Amazonas. Essas favelas surgem ao longo dos anos 1940 e são em parte constituídas por moradores expulsos na mesma época da favela da Barroca. Em meio a esse contexto de crescimento demográfico, de expansão e reestruturação do cenário urbano em larga escala, a pressão do setor imobiliário também vai se fazer mais premente sobre o urbanismo informal nas regiões centrais ou nas imediações periurbanas. Voltaremos, em nosso próximo tópico, a esse aspecto e às vilas que nascem então no oeste do centro cidade, que vão desempenhar um papel importante nos movimentos de favelados belo-horizontinos nos anos seguintes.

1.3 OCUPAÇÕES DE TERRAS EM BELO HORIZONTE

1.3.1 O movimento de favelados e as primeiras ocupações organizadas

Como demonstrado nos tópicos precedentes, a questão da habitação popular na capital mineira foi sempre um campo de disputas desde sua fundação. No entanto, a tradição de associativismo de bairro e de movimentos de moradores se manifesta de forma relativamente localizada e informal até meados do século XX. O período que se segue à Segunda Guerra Mundial e ao fim da Era Vargas corresponderá, de fato, à emergência de diversos movimentos urbanos estruturados oriundos dos bairros populares em um momento específico da história urbana brasileira, que cabe contextualizar brevemente.

O período pós-Segunda Guerra se caracteriza por uma grande expansão urbana e por um crescimento industrial em todos os continentes. A necessidade de mão de obra nas grandes cidades e a deterioração do mundo agrícola no campo – sendo os dois fatos consequências do impulso industrial – propiciam uma forte intensificação do êxodo rural em direção às grandes cidades. Entre 1945 e o início dos anos 1970, período chamado Os Trinta Gloriosos, a maioria das grandes cidades do mundo conhece uma expansão demográfica muito intensa, que vai remodelar suas estruturas (DAVIS, 2007, p. 66), o que ocorre também nas grandes cidades brasileiras, onde o período entre o fim dos anos 1940 e anos 1950 se caracteriza por um certo “*laissez-faire* urbano”, como apontado por Bonduki e Kowarick (1988, p. 133). É também nessa época que, logo após o fim da Segunda Guerra, começa a surgir um descompasso entre o salário do trabalhador e os custos de vida, consequência da forte inflação causada pela diminuição das exportações e pelo aumento das importações devido à guerra (BONDUKI, 1988, p. 95). Nos anos seguintes, esse descompasso se reforça, principalmente porque o nível do salário real do trabalhador não acompanhava o ritmo do crescimento econômico, de tal modo que para boa parte da população o salário não garantia sequer os custos de reprodução da força de trabalho urbana (KLINK; ROLNIK, 2011). Como demonstra Ermínia Maricato, essa situação socioeconômica influi diretamente sobre a forma das cidades que crescem vertiginosamente e são remodeladas nesse período:

A produção ilegal das moradias e o urbanismo segregador são produtos deste descompasso e das características do mercado imobiliário e fundiário nas cidades – sobre cujos agentes não pesa nenhum constrangimento antiespeculativo – e das características dos investimentos públicos, que favorecem o mercado concentrado e restrito. (MARICATO, 1996, p. 43)

Na fila da procura por moradia, a população recém-chegada do campo soma-se aos expulsos das áreas centrais em decorrência do aumento dos aluguéis devido à inflação. A ausência de infraestrutura adequada e de medidas políticas para alojar a população mais pobre tem por resultado a multiplicação do urbanismo informal: ocupação de terras baldias, crescimento das favelas existentes, surgimento de loteamentos periféricos irregulares. A expansão desse urbanismo aparece como uma das expressões mais concretas da crise enfrentada pela cidade na época. Para além dessas opções de moradia para as populações pobres, cresce o número de sem-teto e de moradores de rua. De forma generalizada, esse período se caracteriza por um forte crescimento da miséria urbana e por uma consequente expansão do mercado de trabalho informal, que será uma importante estratégia de subsistência por parte dessa população.

À medida que as grandes cidades brasileiras se afirmam como espaço de desigualdades, território fértil para a emergência de contradições sociais próprias, eminentemente *urbanas* (CASTELLS, 1975, p. 12), tais questões vão se tornar focos de disputa política mais acirrada entre diferentes atores. Se as disputas políticas e revoltas populares em torno de reivindicações urbanas, ligadas à moradia ou ao transporte, existiram pelo menos desde a segunda metade do século XIX, estas passam, a partir do pós-guerra, a ser mais frequentes ou a se expressar de forma mais estruturada.

Em Belo Horizonte, isso também é incentivado pela democratização da vida política na cidade a partir de 1947. Segundo Silva, é nesse momento que a cidade adquire “autonomia e instituições políticas características da democracia: uma prefeitura e uma assembleia de representantes eleita por voto secreto dos cidadãos alfabetizados” (SILVA, 1998, p. 49). Em tal contexto as lutas ligadas à moradia começam a se organizar politicamente de forma mais ampla nas favelas de Belo Horizonte, como demonstrado por Oliveira (2010).

Com o processo de periferização da cidade descrito anteriormente, na década de 1940, e a expansão e estruturação da indústria local, a demanda do setor imobiliário por áreas onde construir e investir aumenta fortemente, pressionando o urbanismo informal nas regiões que passam a ser valorizadas. Em 1949, a Vila São Vicente de Paulo, situada no bairro Padre Eustáquio, na região noroeste da cidade, é alvo de um processo de despejo movido pelos interesses da Empresa Mineira de Terrenos. Diante dessa situação, os moradores da vila decidem se organizar para impedir a remoção e criam a primeira “associação de defesa coletiva”, inaugurando um “repertório de ação” que vai se difundir em diversas favelas da cidade nos anos seguintes. Enquanto se beneficia do apoio de representantes eclesiásticos para pressionar as autoridades públicas, a associação – que é em seguida rebatizada de “União de Defesa Coletiva” (UDC) – consegue transformar a questão do despejo em “fato político de relevo na cidade”. Essa estratégia permite aos moradores impedir o despejo, inaugurando uma experiência pioneira por estruturar “uma associação civil” com objetivo específico da “luta por moradia” na cidade (OLIVEIRA, 2011, p. 46). Inspiradas no exemplo da Vila São Vicente, associações similares surgem em outras vilas e favelas nos anos seguintes. Em 1950, a União de Defesa Coletiva da favela Pedreira Prado Lopes, no bairro Lagoinha, é criada tendo como foco a luta contra o despejo e a melhoria do bairro. Existente desde a década de 1920, a favela tinha sido parcialmente removida na década de 1940 para a construção do IAPI da Lagoinha, primeiro conjunto habitacional vertical construído na cidade. Desde então, os moradores da favela lutavam contra uma ameaça de despejo (AFONSO; SOMARRIBA;

VALADARES, 1984, p. 62). Em 1952, o Comitê de Defesa coletiva criado no Morro do Querosene, na região centro-sul da cidade, consegue impedir um despejo que o Exército tentava empreender. As diferentes UDCs e associações criadas passam a organizar passeatas em conjunto na cidade ao longo dos anos 1950 para reivindicar pautas ligadas à luta dos favelados.



Fig. 5: Cafuas da Vila Nossa Senhora dos Anjos, também conhecida como favela dos Perrela, na beira do ribeirão Arrudas, na década de 1960, no bairro Santa Efigênia. A UDC da favela, nesta época, atua fortemente no seio da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. (APCBH – ASCOM)

Em 1955, na tentativa de dar uma resposta à questão das favelas, é criado em Belo Horizonte o Departamento de Habitação e Bairros Populares (DHBP), órgão municipal com a função de iniciar uma política de “desfavelamento”. O seu papel é principalmente definir, entre as vilas e favelas da cidade, as áreas regulares e irregulares para decidir quais seriam removidas, teoricamente tendo como objetivo a realocação de moradores para conjuntos habitacionais. Na prática, poucos conjuntos são construídos nesse período e a maioria das remoções não prevê realojamento dos moradores (COTTA; SILVA, 2016, p. 4). Em 1959, são 9 UDCs criadas em diversas favelas da cidade que se organizam entre si para formar a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2010, p. 15). A

população da cidade cresce vertiginosamente nesse período, passando de 338.585 moradores em 1950 a 642.912 em 1960; enquanto a população favelada da cidade segue uma dinâmica similar, passando de 36.432 a 70.000 em 1961. Em 1964, a população favelada representaria 14,75% da população da cidade (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

A eleição de Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC), nas eleições presidenciais de 1960, e sua renúncia em 1961, deixando o cargo para o vice-presidente João Goulart, abrem uma era de instabilidade política no nível nacional. Pela defesa das reformas trabalhistas enquanto ministro do Trabalho no início da década de 1950 e por suas posições à esquerda, os ministros militares e setores próximos ao empresariado se opõem à posse de Goulart como presidente. Diante dessa crise político-militar, este se vê obrigado a tomar posse em um sistema parlamentarista, no qual o governo é chefiado por um primeiro-ministro, Tancredo Neves, do Partido Social Democrata (PSD) de Minas Gerais. Após a demissão deste em 1962, Goulart restabelece o regime presidencialista e lança o Plano Trienal, que inclui uma série de reformas institucionais que devem atuar sobre problemas estruturais do país: as chamadas Reformas de Base. Entre elas, uma das mais emblemáticas é a Reforma Agrária, que prevê a democratização do acesso à terra e a possível desapropriação das terras inutilizadas para garantir a função social da propriedade. Existe também um projeto de Reforma Urbana que prevê “a justa utilização do solo urbano (...) e fornecimento de habitação condigna a todas as famílias” (RIBEIRO; PONTUAL, 2009). Nesse período, “as tensões e coexistências entre os diferentes níveis de poder começam a repercutir nas políticas públicas em relação às favelas, oscilando estas entre a erradicação e a remoção das mesmas” em previsão de realojamento de seus moradores (GONÇALVES, 2006, p. 5).

Em 1962, a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, que já reúne 31 associações, organiza o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, no qual é reforçada a ideia de que cabe ao próprio povo realizar a Reforma Urbana, ou seja, a redistribuição, de maneira igualitária, dos “latifúndios urbanos”, terras concentradas na mão de poucas famílias poderosas (OLIVEIRA, 2010, p. 150). Na ocasião do congresso, a FTFBH organiza a primeira ocupação planejada de terra, no bairro São Lucas, onde será então fundada a Vila Nossa Senhora da Aparecida, que conseguirá se manter no local apesar de uma intervenção policial no intuito de remover os ocupantes.

Após o congresso e como tentativa de conter o crescimento das favelas, a prefeitura tenta realizar diversas remoções mediante a “Operação-Favela”, que terá por consequência indesejada o incentivo à criação de novas UDCs e a realização de passeatas pelos movimentos

de favelados. Estes, além de repudiar os despejos, começam a denunciar a cobrança de aluguel nas favelas por alguns proprietários pouco escrupulosos que eles batizam de “tubarões de tamanco” (OLIVEIRA, 2010, p. 101). Diante dos episódios repetidos de resistência popular aos despejos, os fiscais da prefeitura passam a ser sistematicamente acompanhados da Polícia Militar para realizar remoções de favelas. Enquanto o movimento de favelados consegue se mobilizar para impedir o despejo da Vila Santana, no alto da avenida Afonso Pena, a Vila Camponesa, situada no Horto, é removida e derrubada após intervenção de 300 soldados armados (ÚLTIMA HORA, 20/07/1962).

É precisamente nesse contexto que ocorre a série de ocupações de terras que analisaremos nas páginas a seguir. Em pleno período de tensão social em torno da questão favelada, o tema da habitação popular entra nos debates da campanha política pelas eleições municipais de 1963. O candidato Jorge Carone, do Partido Social Democrata (PSD), durante a sua campanha, promete desapropriar terras para habitações populares, como tentativa aparente de conquistar votos entre a população favelada. A promessa de Carone se refere a uma lei aprovada pelo governo federal no ano anterior, a Lei n. 4.132, que estabelecia a “desapropriação por interesse social” para “promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social” (BRASIL, 1962). Se a lei foi aprovada em vista da Reforma Agrária, tema de forte relevância nos debates nacionais da época, ela também serviu à aplicação da Reforma Urbana (OLIVEIRA, S., 2014a, p. 292).

Eleito como prefeito da cidade, Jorge Carone²⁰ assina em julho de 1963 um decreto fazendo uso da legislação federal de desapropriação para 19 áreas em diversas partes da capital mineira:

Art. 1º Ficam declarados de interesse social para efeito de desapropriação, os imóveis abaixo, atualmente plantados de eucaliptos, com áreas, limites e confrontações constantes da planta cadastral de Belo Horizonte de propriedade de Fayal S.A e Antônio Luciano Pereira Filho (...).

Art. 2º Os imóveis referidos no artigo anterior na forma dos incisos V e VI, do artigo 2o da mencionada Lei 4132, se destinam à construção de casas populares e de obras e serviços públicos. (PBH, Decreto nº 1.105, 08/07/1963)

²⁰ Filiado ao Partido Social Democrático (PSD) como deputado estadual em Minas Gerais de 1959 a 1963, Jorge Carone (1919-2010) foi eleito prefeito de Belo Horizonte em 1963. Ocupou o cargo até início de 1965, quando teve seus direitos políticos cassados pela ditadura. Na sua eleição para prefeitura da capital mineira, Carone se destacou por prometer a desapropriação de áreas urbanas não construídas para destiná-las à habitação social. Ele voltará a atuar na vida política a partir de 1982, sendo então eleito deputado federal pelo PMDB.

Segundo o jornal *Estado de Minas*, esta teria sido a primeira vez que a Lei federal nº 4.132 de desapropriação por interesse social foi usada no país (EM, 10/07/1963). Como mencionado no decreto, todas as áreas desapropriadas eram plantações de eucaliptos e pertencentes ao deputado e empresário Antonio Luciano²¹ ou à Fayal S.A – empresa da qual ele era o maior acionista (EM, 10/09/1963). Esse personagem era conhecido na época por possuir grande número de terras no interior do estado e na capital mineira e denunciado pelos movimentos de favelados por ser um dos maiores “latifundiários urbanos”. Como apontado por Samuel Oliveira (2014a), havia, sem dúvida, interesses políticos e econômicos por trás do gesto de desapropriação do prefeito Jorge Carone:

O deputado plantava as áreas com eucaliptos, com a finalidade de evitar as “invasões” e também o pagamento de impostos municipais. Ele explorava uma brecha na legislação tributária da cidade e justificava que os “eucaliptos” eram importante “zona verde”, contribuindo para a arborização da cidade e para o seu ambiente. Ao desapropriar os terrenos, o prefeito buscava forçar Antônio Luciano a pagar impostos e também se aproximava dos grupos de esquerda que estavam em franca ascensão política no período. (OLIVEIRA, S., 2014a, p. 292)

Seguindo uma tendência clientelista e paternalista em voga na política mineira da época, o prefeito se apresentava como “independente das organizações partidárias” e buscava angariar apoio político no seio das classes populares, mais na sua pessoa do que num projeto político coerente. Em seu projeto de moradia popular apresentado pelo DHBP na época, já se refletia a sua dimensão personalista. Após pagar a indenização ao proprietário e concluído o processo de desapropriação, seriam construídas nas áreas “vilas operárias” com habitações de “três quartos, o retrato de Jorge Carone na parede e uma árvore na frente de cada moradia”, a serem atribuídas mediante preço econômico a quem tiver feito inscrição no DHBP, segundo artigo publicado no Diário de Minas (DM, 22/08/1963).

No mesmo mês em que é feita a desapropriação, a Federação dos Trabalhadores Favelados anuncia uma passeata a ser realizada para cobrar que as desapropriações sejam efetivadas de maneira breve e que as favelas contempladas sejam realocadas em regiões

²¹ Antonio Luciano Pereira Filho (1913-1990) foi um médico, industrial e político brasileiro. Filho de uma família de grandes proprietários de terras, desenvolveu negócios e um colossal patrimônio a partir da herança deixada pelo pai. Foi proprietário do maior complexo de usinas de açúcar e álcool de Minas Gerais, de centenas de fazendas em todo o estado, bem como de numerosos lotes na capital mineira. Considerado o maior proprietário de terrenos urbanos da história de Belo Horizonte, a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) estimava seu patrimônio em cerca de 60 mil a 80 mil lotes na região metropolitana da cidade. Integrou o Partido Social Democrático (PSD) e foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1962. Enquanto apoiador do Golpe Militar de 1964, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado para dar sustentação política à ditadura militar, tendo finalmente seus direitos políticos cassados em 1969.

próximas ao centro, além de denunciar ameaças de despejos e violência policial nas favelas (DM, 10/08/1963). No dia 25 de julho, o vereador Dimas Perrin, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), próximo à FTFBH, apresenta na Câmara Municipal um projeto que prevê que todos os terrenos das favelas já existentes sejam desapropriados e vendidos aos posseiros a preço econômico mediante pagamento de prestações mensais de até 5% do salário mínimo, com o apoio da federação (DM, 26/07/1963).

Seja pela desconfiança acerca da efetividade da desapropriação prometida, seja pela demora do processo, seja por não concordar com a proposta de habitação popular feita pelo DHBP, no mês de agosto de 1963 grupos de pessoas começam a invadir terrenos de Antonio Luciano na região noroeste da cidade. No dia 17 desse mês, um primeiro terreno é ocupado no Alto dos Pinheiros, próximo ao Seminário Coração Eucarístico, local tradicional de formação dos padres católicos que abriga hoje a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Se os primeiros barracos construídos são removidos pelo DHBP, nova ocupação é realizada nos dias seguintes por diversas famílias. Em poucos dias, a ocupação cresce e se estende a outros terrenos, reunindo cerca de 2.000 famílias. Diante desse número, o secretário de Segurança suspende qualquer ação policial, “temendo causar um problema social de grandes proporções” (DM, 23/08/1963). Enquanto os ocupantes derrubam os eucaliptos para construir seus barracos, o general Carlos Luís Guedes, comandante militar da região, afirma que o Exército não intervirá sem ordem do governo do estado (DM, 25/08/1963).

No dia 27, a maioria das famílias é removida após intervenção da polícia. O Seminário do Coração Eucarístico, a prefeitura e Antonio Luciano se comprometem a doar um terreno vizinho, onde apenas 183 famílias poderão ser alojadas em 100 lotes (DM, 28/08/1963). Insatisfeitas com a proposta, no início do mês de setembro, famílias removidas ocupam outro terreno vizinho e conseguem se mobilizar para impedir a tentativa de remoção policial (DM, 03/09/1963). Enquanto isso, parte das famílias que tinham participado da primeira ocupação é levada pela Secretaria do Trabalho à região conhecida como Cabana do Pai Tomás, onde lotes serão doados pelo estado. Diante da quantidade irrisória de lotes doados, os sem-teto se organizam para ocupar os terrenos vizinhos. Cinquenta anos depois, José do Carmo,²² que se tornaria vice-presidente da UDC da vila fundada na “invasão”, ainda se lembra:

²² Nascido em Contagem, José do Carmo mudou-se jovem para Belo Horizonte, onde viveu na Vila Oeste até participar das ocupações de terras de 1963 que deram origem à Vila Operário-Estudantil, no aglomerado Cabana do Pai Tomás, na região oeste da cidade. Tornou-se vice-presidente da União de Defesa Coletiva local até seu fechamento pela intervenção militar, em 1964. Continuou ativo na vida comunitária da vila, onde desenvolveu vários negócios próprios, tendo administrado um bar no local durante mais de vinte anos. Ainda vivia na vila no momento de seu falecimento, em 2016.

Então eles puseram a gente aqui, lá em baixo. (...). Aí era um beco, e corria água também. A gente pegava um lote dividido pra 9 família. Eu por exemplo falei “Olha, um lote pra 9 família? 1 lote pra 2 até vai... 1 lote pra 3 já é pequeno né? Não! Vamos dar um jeitinho”. Aí chegou o dia da parada do 7 de setembro, a polícia toda saiu pra parada, então a gente aproveitou, juntei uma turma e a gente saiu. Eu por exemplo entrei aqui, já cerquei. Fiz a cerca. Desse lado era meu cunhado, do outro a minha sogra. Ali do outro lado era do meu irmão. E nós ficamos aqui.²³

Durante esse período, o deputado Antonio Luciano contrata “homens fortes e dispostos” para ajudar a proteger suas propriedades ameaçadas. Os “capangas” – como os chamam os favelados – contratados por Luciano realizam diversas ofensivas tentando forçar os ocupantes a renunciar aos terrenos, o que causará diversos conflitos, mas sem sucesso.²⁴

A partir de outubro de 1963, os terrenos ocupados formarão quatro favelas distintas: as vizinhas Vila Frei Josafá e Vila Padre Alípio, a Vila Operário-Estudantil e a Vila Padre Lage. A maior parte dessas vilas ainda existe: as vilas Frei Josafá e Padre Alípio, conhecidas hoje como Vila 31 de Março e Castelo, estão situadas na divisa entre os bairros Dom Bosco e Dom Cabral, sendo interligadas por uma passarela que atravessa o Anel Rodoviário – construída graças à mobilização do movimento local de moradores. A Vila Operário-Estudantil passou a integrar o vasto aglomerado Cabana do Pai Tomás, próximo à avenida Amazonas. Do outro lado do Cemitério Parque da Colina, a Vila Padre Lage – rebatizada posteriormente Vila Pio XII – permaneceu como parte do bairro Vista Alegre²⁵. Essa série de ocupações de terras urbanas iniciadas em agosto de 1963 inaugura um conflito que vai durar meses, tendo por principais protagonistas os ocupantes que lutam pela desapropriação efetiva e pela permanência nos terrenos, Antonio Luciano e seus funcionários, a Polícia Militar, a Prefeitura de Belo Horizonte e o governo estadual.

Nos próximos tópicos, analisaremos a evolução desse conflito social e territorial com base nas narrativas produzidas pelos diferentes atores envolvidos e a forma pela qual o conflito se reverbera no espaço urbano da capital mineira para além dos terrenos ocupados.

²³ Entrevista realizada com José do Carmo no domicílio do entrevistado, no bairro Cabana do Pai Tomás, em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

²⁴ Entrevista realizada com Neuzolina Antonia da Silva, na Vila 31 de março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

²⁵ A localização geográfica dos principais bairros citados nesta pesquisa é indicada nos mapas que constam no Anexo 2, nas páginas 475 e 476.



Fig. 6: Ocupantes do eucaliptal, no Alto dos Pinheiros, erguem suas ferramentas em meio ao processo de construção dos barracos. (DM, 22/08/1963)

1.3.2 Ocupar, construir: uma escrita *oblíqua* da cidade

Em nossa pesquisa, a confrontação de fontes de naturezas diversas sobre as ocupações de terras de agosto de 1963 em Belo Horizonte – artigos de noticiários, relatos policiais do DOPS, memória dos moradores envolvidos, censos municipais – nos levou a refletir sobre o discurso e as perspectivas produzidas por cada uma dessas fontes. Nesse sentido, percebemos que os diferentes atores com os quais nosso trabalho dialoga produzem não somente um discurso, como também uma *escrita* distinta do espaço urbano.

No dia 4 de maio de 1964, início do segundo mês após o golpe civil-militar, o delegado de Segurança Pública Raimundo Tomaz emitiu em Belo Horizonte uma portaria que visava abrir um inquérito sobre as “invasões” de terras realizadas na capital mineira desde agosto de 1964. A portaria aponta a necessidade de realizar investigações para apurar a responsabilidade dos indivíduos que lideravam tais ações e colher depoimentos dos “proprietários [dos terrenos] ou representantes destes” (DOPS, 3932, p. 8), e é seguida de uma compilação de relatórios realizados com base em depoimentos dos proprietários e seus funcionários, bem como de

indivíduos que são apontados pelos agentes do DOPS como lideranças do chamado movimento “subversivo”.

Esse modo de construção do saber desenvolvido pelos agentes do DOPS parece traçar as grandes linhas do que já qualificamos em outro trabalho de discurso *plano* sobre o urbano (URVOY, 2015b). Tal como o discurso da planificação urbana, a estratégia de investigação desenvolvida pelos agentes aparenta com que De Certeau (1990, p. 146) chama de “administração panóptica” do espaço urbano. Esse ideal, utopia de um espaço que seria inteiramente legível e visível a partir de um mesmo local, aparenta-se ao desejo de poder “ver o conjunto”, “superar”, “totalizar” qualquer texto humano (DE CERTEAU, 1990, p. 140). Nesse sentido, o discurso policial se aproxima da prática cartográfica moderna, sendo uma “forma de organização do conhecimento sobre o espaço (...) uma forma de articular saberes e poderes, isto é, uma configuração imaginária construída a partir de uma perspectiva que privilegia determinados elementos (...) em detrimentos de outros” (SILVA *et al.*, 2008, p. 2). Essas duas formas de discurso se aproximam portanto do ideal panóptico que, segundo Michel Foucault, não “é da ordem da realidade mas da ordem do discurso, que organizaria, daria sentido a um real múltiplo e contraditório” (GIARD, 2012, p. 180; FOUCAULT, 1971). No entanto, a cartografia, assim como o discurso policial, enquanto discursos *planos*, “achata qualquer coisa dentro de uma superfície plana em duas dimensões” (FARINELLI, 1992, p. 7 *apud* MAGNAGHI, 2014, p. 12), aplanando o território e seus atores para encaixá-los em suas grades de leitura e interpretação, e desta mesma forma os apaga.

Ademais, é interessante observar que, segundo a portaria emitida pelo delegado Raimundo Tomaz, busca-se recolher em prioridade depoimentos dos “proprietários dos terrenos e de seus representantes”. Esse fato ilustra justamente outra característica do *discurso plano* sobre a cidade, que se constitui como uma rede de saberes-poderes articulados entre si. Essa rede de discursos obviamente não é homogênea, mas se organiza segundo distintas posições de autoridade e legitimidade. A investigação realizada nesse caso pelos agentes do DOPS ilustra uma rede de “vigilância hierárquica”, segundo a expressão de Foucault (2013, p. 165). Porém, parece-nos que o discurso *plano* sobre o urbano vai além, pois visa permitir não somente controle, vigilância e legibilidade, mas define os passos futuros de gestão do espaço, ou seja, as grandes linhas do planejamento urbanístico, ilustrando o que De Certeau (1990, p. 146) chama de “modo coletivo de gestão da cidade”.

Em diferentes níveis, esses discursos distintos produzidos sobre o urbano acabam marginalizando as outras vozes e escritas que circulam e se praticam na cidade. No caso aqui

estudado, o discurso dos agentes do DOPS invisibiliza a voz dos ocupantes dos terrenos. Ocultando essas vozes, é a própria condição desses indivíduos enquanto sujeitos políticos e históricos que é silenciada, ou mesmo aniquilada. De fato, o discurso policial sobre os ocupantes se resume a uma breve descrição de chamados: “desocupados” que, não contentes com a “invasão” e a “pilhagem” do terreno, “erigiram barracos toscos para ali residir” (DOPS, 3932, p. 14). Esses “invasores” aparecem geralmente como marginais manipulados por “agitadores” e “comunistas”. Ao negar a dimensão política e a agência por trás das ações das populações urbanas pobres, estas se tornam, por meio desse discurso, apenas um conjunto de corpos “inertes”, “passivos e marginalizados” (GONÇALVES, 2013, p. 14). As grandes linhas desse discurso não são muito distantes das narrativas mais comumente veiculadas, até os dias de hoje, sobre as ocupações urbanas – seja na imprensa seja em grande parte da opinião pública. Esse fato aponta como a rede de saberes constituída pelos discursos dominantes evocados impõe e difunde, com o tempo, determinada leitura sobre o espaço urbano e sua construção, alimentando um “imaginário social urbano” que naturaliza “a segregação espacial”, reforçando “estereótipos” e marginalizando “formas de sociabilidade” populares (AGUIAR ARANTES, 2015, p. 46).

A constituição em redes desses *saberes-poderes* mencionados explica em parte as dificuldades que se apresentam ao historiador do urbano, já que a maioria dos discursos produzidos e escritos sobre a cidade – e portanto disponíveis como fontes – se insere nessa rede e se constitui numa estreita relação. Isso, inevitavelmente, tem influenciado e pesado sobre o trabalho historiográfico relativo ao espaço urbano, como apontado por Berenice Guimarães (1991, p. 4), o que torna ainda mais urgente e importante a reflexão e a busca acerca dessas outras vozes, que qualificamos aqui de narrativas *obliquas* sobre a cidade. Tais narrativas, em nosso entendimento, remetem à “cidade *transumante*, ou metafórica” produzida pelas práticas cotidianas de seus moradores, que compõem dessa forma uma espacialidade singular no espaço urbano (DE CERTEAU, 1990, p. 142).

Adotemos agora outra perspectiva, tentando ler a história desse episódio nas entrelinhas do que chamamos de “discurso oblíquo” sobre a cidade, por meio da subjetividade e da memória de uma moradora que participou das ocupações de agosto e setembro de 1963. Neuzolina Antonia da Silva,²⁶ mais conhecida como Dona Neusa, é moradora da Vila 31 de

²⁶ Neuzolina Antonia da Silva, originária da região de Curvelo, no interior de Minas Gerais, mudou-se para Belo Horizonte na década de 1950, instalando-se inicialmente com seu marido no bairro Dom Bosco, no alojamento previsto para os trabalhadores da olaria onde ele trabalhava, e posteriormente no bairro Glória. Em agosto de

Março, situada no bairro Dom Bosco, na região noroeste de Belo Horizonte, e uma das vilas e favelas que nasceu a partir das ocupações realizadas no ano de 1963. Chamada inicialmente de Vila Frei Josafá, o seu nome foi mudado para Vila 31 de Março pelas autoridades militares após o Golpe de 1964, fato sobre o qual voltaremos mais adiante em nosso trabalho. Mais de 50 anos depois da ocupação dos terrenos, Dona Neusa relembra como ela participou da “invasão” que deu origem à vila:

[Um dia meu irmão me] falou: “o pessoal lá tá invadindo o Eucalipto”. A gente nem sabia o que era invadir. “Invasão, Favela?”. Oh meu deus. (...) Eu perguntei: “Mas como que eu vou?” Ele falou: “A gente dá um jeito e vai. (...) Vão! Vamos porquê, vai dar certo”... Meu marido tinha medo, eu que enfrentei, tudo. (...) Vim com a mochila e dois meninos. O mais velho e o quinto, que era mais novinho. Eu já tinha cinco. O resto eu deixei para trás lá. E meu marido ficou lá. E eu vim, como dizem, com a cara e a coragem.²⁷

Se a fonte oral foi por nós escolhida como um dos caminhos para acessar a memória do espaço urbano, é justamente porque o depoimento oral não é uma fonte direta sobre um evento passado, mas impregnada inevitavelmente da subjetividade e da vivência da pessoa entrevistada. Segundo Cauquelin (1982, p. 20), essas memórias “pessoais”, subjetivas, impregnadas pelo “provável” são uma das matérias-primas que constituem a cidade, mais especificamente as práticas e as culturas que nela emergem e devem ser problematizadas como tal por quem deseja compreender a história urbana. Dona Neusa, em suas palavras, é a única moradora da Vila 31 de Março ainda presente a ter participado desde o início da ocupação do terreno.

No âmbito de nossa pesquisa, o fato de a memória da moradora entrevistada estar – obviamente – impregnada de lembranças íntimas e afetivas nos permite entender uma dimensão profunda de sua relação com os espaços urbanos vividos. Enquanto o discurso policial faz uma descrição do espaço geográfico urbano que se reduz ao mínimo de elementos visíveis e aparentes, o discurso da Dona Neusa nos permite enxergar um espaço urbano impregnado por sua dimensão afetiva, pela sensibilidade e pelas experiências do vivido, o que poderíamos chamar de “paisagens sensíveis” (CORBIN, 1994 *apud* LANGUE, 2006, p. 20).

Recém-chegada do interior, da região de Curvelo, Dona Neusa conta as dificuldades dos primeiros anos: “Eu sou de Curvelo, tinha uns dois anos que eu estava aqui. Não sabia

1963, mudou-se com o marido e os filhos para a Vila Frei Josafá-31 de Março após tomar a iniciativa de participar da ocupação de terreno que deu origem à vila. Ela vive no local até os dias de hoje.

²⁷ Entrevista realizada com Neuzolina Antonia da Silva, na Vila 31 de Março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

nem ir na cidade. Era só sofrer, e chorar. Só o que eu sabia fazer”. Ela e o marido viviam com os filhos em uma pequena casa destinada aos trabalhadores de uma olaria onde o marido trabalhava, no bairro Dom Bosco. “Era chão, terra bruta e só os tijolos empilhados, era uma tristeza”. Mudaram-se depois para outra casa, em outra olaria, no bairro Glória, “pior ainda do que aquela, e longe”. Segundo Dona Neusa, ela sofria principalmente por estar isolada, longe da família, especialmente dos dois irmãos que ela tinha na cidade.

Aí [um dia] meu irmão chegou lá e falou comigo assim: “O, comadre Neuza, o povo tá invadindo o eucalipto...” (...) A gente chamava ele de Preto. Eu falei: – Para quê, compadre Preto? – Para morar. Aí eu falei: – Vai morar debaixo dos pés de eucalipto?... Ele falou: – Não. Tá invadindo. Se dono do eucalipto ceder, vai ficar lá. Se ele não ceder, vamos ver o que vai acontecer né? E ele falou: – Eu vou. (...) Vamos porque vai dar certo! Aí eu animei.²⁸

Dona Neusa teria decidido participar da “invasão” com dois de seus filhos, deixando para trás o marido e os outros filhos em casa:

Meu marido tinha medo, eu que enfrentei tudo (...) Aí eu pedi para Nossa Senhora da Aparecida: “Ó, minha mãe, se for para minha felicidade, felicidade dos meus filhos (...) me ajuda (...) vai na minha frente e conceda para mim. Me dá a sua bença...” Aí foi como se ela falasse assim: “Vai, seu pedaço tá lá”.²⁹

A paisagem urbana descrita no discurso de Dona Neusa é intimamente associada, e mesmo indissociável, de sua própria experiência de vida. As suas escolhas de vida no meio urbano são também impregnadas das diversas experiências espaciais que vivenciou anteriormente, tanto em Curvelo – onde ela vivia mais próxima da família e, nas suas palavras “conhecia todo mundo” – quanto em sua primeira experiência na cidade, que se caracteriza pela total precariedade habitacional vivendo nas olarias e por um vazio afetivo. Em suas próprias palavras, a cidade, então, teria sido para ela “o fim do mundo, o maior deserto”.

Seu discurso sobre o espaço urbano nos permite vislumbrar uma paisagem complexa, múltipla, na qual convivem diferentes dimensões espaciais – e temporais – entre as experiências dos espaços passados e o desejo de um lugar melhor onde morar e criar os filhos. Por meio das palavras de Dona Neusa, a esquematização simplificadora do discurso dos agentes do DOPS sobre os “vagabundos” manipulados por “agitadores” se dissolve diante de uma outra realidade, bem mais complexa.

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ *Ibidem.*

Segundo as palavras da Dona Neusa, ela teria chegado a participar da ocupação do terreno após ter sido chamada por seu irmão, que tinha ele mesmo sido avisado e incentivado a participar pelo pai de sua namorada. Mais adiante, em seu depoimento, Dona Neusa relata que esse personagem, que ela chama de “sogro” do irmão, seria o funcionário que oficialmente tomava conta da plantação do eucalipto para o proprietário do terreno, Antonio Luciano. O “sogro”, graças ao acesso e ao conhecimento privilegiado do terreno que lhe conferiria seu trabalho, teria levado muita gente a participar da ocupação do terreno e teria tido um papel importante em sua realização. Se levarmos em consideração o relato de Dona Neusa, diferentemente do que afirma o discurso do DOPS, podemos concluir que as escolhas dos atores envolvidos são fruto de situações específicas e decisões próprias, influenciadas ou permitidas por uma complexa rede de parentesco e de relações nas quais eles se inserem. Além de permitir compreender a complexa relação dos atores entre si e desses com o espaço, essa relação íntima do sujeito e de sua memória com a cidade envolve ainda uma outra dimensão: as temporalidades distintas que permeiam o espaço urbano e nas quais evoluíam seus moradores, caminho já apontado pelas reflexões de Anne Cauquelin (1982, p. 10).

Enquanto o discurso policial apresenta uma temporalidade linear e simplificada para expor os fatos que resultaram na criação da Vila 31 de Março, nos discursos das entrevistadas, especialmente de Dona Neusa, há uma temporalidade complexa, dividida entre as incertezas e dificuldades do dia a dia e a esperança num futuro melhor, sustentada pela crença no tempo eterno da fé e nas preces à Nossa Senhora de Aparecida. Além de expressar duas espacialidades diferentes, os dois discursos ilustram temporalidades do urbano distintas. Enquanto um certo discurso oficial sobre o urbano busca criar, como dizia De Certeau (1990, p. 143), um “não-tempo”, é negada a pluralidade de temporalidades que coexistem no espaço urbano.

Além disso, o discurso *plano* dos agentes do DOPS, pelo uso óbvio do masculino genérico e por optar em não especificar em detalhes a identidade dos “invasores”, acaba retratando uma presença invariavelmente masculina no seio dos ocupantes dos terrenos. No entanto, o relato de Dona Neusa, que nos diz ter “enfrentado tudo” sem o marido, “que tinha medo”, traduz um protagonismo feminino importante no movimento de “invasões”. Essa forte presença feminina é observada em outras fontes, inclusive nos relatos de Pier Luigi Bernareggi, também conhecido como padre Pigi,³⁰ que chegou da Itália na década de 1960 e

³⁰ Pier Luigi Bernareggi, mais conhecido como padre Pigi, é um padre italiano instalado no Brasil desde a década de 1960. Originário da região de Milão, mudou-se para o Brasil em 1964, ainda como seminarista.

atuou na Vila 31 de Março após a ocupação do terreno. Em suas lembranças, padre Pigi evoca um movimento comunitário local no qual “as mulheres estavam à frente de tudo”.³¹ Nas lembranças de Dona Neusa, ela evoca igualmente a importância da solidariedade feminina. Ela se recorda de seu primeiro contato extrafamiliar na “invasão”: Dona Ana, que morava no barraco vizinho ao seu, com quem ela “logo fez amizade” e que olhava seu pedaço de terra quando Dona Neusa tinha de se ausentar. Esse fato reflete um aspecto comum à maioria dos movimentos de bairros dessa época. Enquanto os movimentos sociais que emanavam do mundo do trabalho se concentravam em locais predominantemente ocupados por homens – a fábrica ou os sindicatos –, os movimentos de bairros que se estruturam a partir dos anos 1960 vão se caracterizar por um protagonismo maior de outros atores, historicamente oprimidos ou marginalizados: principalmente as mulheres, mas também as crianças, os adolescentes e os idosos. Essa dimensão, sobre a qual voltaremos adiante, já foi objeto de estudos que abordam o tema pela perspectiva de gênero (VERSCHUUR, 2007).

Em outro momento, Dona Neusa resume em poucas palavras como ela percebia o terreno antes de ele ter sido ocupado:

Aqui era um eucaliptal lindo (...) tudo era mato (...) Na época eles falaram que era do Luciano, um senhor que dizia que era dono do mundo, eu acho que era dono era de nada (...) Uns diziam que era do Luciano, uns diziam que era da prefeitura, ninguém era dono.³²

Essa menção específica à “ausência de dono” nos chamou a atenção pois ela se encontra em diversas falas dos ocupantes, como evidencia a reportagem realizada pelo jornal *Diário de Minas* após a primeira “invasão”:

O deputado Antonio Luciano comunicou a invasão de suas terras ao DPB: como a PBH se recusou a retirar os posseiros, ele mandou ao local agentes do DOPS que tentaram em vão descobrir o líder do movimento. Os favelados ocupantes das terras se unem para resistir à força qualquer ameaça de desalojamento (...) **Falaram que a terra “é de ninguém”** e só sairão de lá depois que a Prefeitura os colocar em outro terreno”. (DM, 22/08/1963, grifo nosso)

Atuou por muitos anos junto à população favelada nos bairros Dom Cabral, Suzana, na Cidade Industrial e no bairro Primeiro de Maio, na paróquia em que atua até os dias de hoje. Foi um dos fundadores da Pastoral de Favelas, em 1979, sendo atualmente o coordenador diocesano da Pastoral Metropolitana dos Sem-Casa.

³¹ Entrevista realizada com Pier Luigi Bernareggi, na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte), em 09/06/2015.

³² Entrevista realizada com Neuzolina Antonia da Silva, na Vila 31 de Março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

Mais adiante na reportagem, o artigo cita um dos ocupantes do terreno, o Sr. Manuel Alves Sobrinho, de 65 anos, que teria afirmado “que o terreno (...) estava vazio há mais de 30 anos, segundo soube com outras pessoas que moram ali, e que depois a área foi cercada pelo deputado Antonio Luciano” (DM, 22/08/1963). Em outro depoimento ao qual tivemos acesso, José do Carmo, citado anteriormente, relata a primeira ocupação realizada no Alto dos Pinheiros fazendo questão de mencionar que “o terreno ali tava vazio (...) Invadimos lá porque não tinha ninguém. A gente antes estava num lugar muito ruim, não tinha luz, não tinha água então nós fomos pra lá”.³³

Não nos interessa aqui especificamente saber se de fato a propriedade reivindicada por Antonio Luciano era grilada – como afirmam indiretamente os ocupantes citados – e se a terra tinha ou não dono no âmbito jurídico. Interessa-nos, sim, perceber a recorrência no discurso das afirmações segundo as quais “a terra é de ninguém”, “estava vazia”, “não tinha dono”. Todos que tenham alguma familiaridade com movimentos de ocupações urbanas nos dias de hoje sabem como esta é uma das frases mais ouvidas no primeiro contato que se tem com posseiros que acabaram de ocupar um terreno. É interessante perceber como, em uma representação popular compartilhada sobre o espaço, o fato de a terra estar desocupada, inutilizada há 20 ou 30 anos – fato comprovado geralmente pelos vizinhos tomados como testemunhas oculares –, a afirmação oral segundo a qual a terra “era de ninguém” parece ter força de lei mais legítima do que possíveis títulos de propriedade.

Isso traduz uma concepção popular compartilhada sobre o território, que alimenta toda uma cultura histórica de ocupação de terras, em contexto rural ou urbano, segundo a qual a *posse* – o uso efetivo da terra para plantar ou morar, por exemplo – tem legitimidade acima da *propriedade* – comprovada por título. Essa concepção não é exclusiva ao caso brasileiro e corrobora as observações feitas por Colin Ward (2005) em seu trabalho sobre as representações populares compartilhadas sobre o espaço no seio dos *squatters*, ocupantes ilegais de terras no interior da Inglaterra no século XIX.

³³ Entrevista realizada com José do Carmo no domicílio do entrevistado, no bairro Cabana do Pai Tomás, em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.



Figs. 7 e 8: Ocupantes constroem suas casas na primeira ocupação no Alto dos Pinheiros (DM, 25/08/1963). Criança ajuda a cortar lenha na ocupação do eucaliptal no Cabana do Pai Tomás (DM, 11/09/1963).

No caso do Brasil, parece que essa representação foi alimentada também por uma concepção religiosa herdada de uma leitura popular do cristianismo e reativada no seio da Doutrina Social da Igreja em voga a partir dos anos 1960, segundo a qual a terra – como criação divina – é um bem comum. A esse respeito, o padre Paulo Fernandes emite em novembro de 1963 uma nota no jornal *Diário de Minas* defendendo as “invasões” de terras segundo a ideia de que “a propriedade privada” tem de cumprir “função social”, princípio que segundo ele “não é marxista, mas é genuinamente cristão” (DM, 03/11/1963). No depoimento de Dona Neusa e de outros entrevistados, encontramos essa marca da visão religiosa cristã, segundo a qual a terra a ser ocupada é prometida ou ofertada pela divindade ao necessitado. De fato, essa dimensão religiosa que assimila o ato de “ocupar uma terra” – vista como “lugar sagrado” – a uma “mística libertadora” visando fundar uma comunidade baseada na “solidariedade humana” é um aspecto cultural que teve um papel importante nas ocupações de terras de 1963, como identificado por Corrêa (2004, p. 15) em seu trabalho sobre o aglomerado Cabana do Pai Tomás.

O fato de ocupar implica uma certa leitura social e espacial sobre a cidade articulada com representações culturais e relações afetivas e subjetivas com o espaço. Portanto, entendemos esse processo como um exemplo de escrita *obliqua* do urbano. Nesse sentido, trata-se a nosso ver de uma forma de se apropriar e modelar a cidade que funciona segundo

uma lógica antagônica à “cidade planejada e legível” evocada por De Certeau (1990, p. 142). Podemos concluir que o discurso *plano* e o discurso *oblíquo* que mencionamos anteriormente traduzem dois níveis de escritas diferentes do urbano, que convivem no mesmo espaço, numa situação conflituosa e contraditória. Essas duas perspectivas se cruzam incessantemente em duas escalas diferentes, a partir de linguagens distintas nas malhas de uma rede urbana em que ambas contribuem para desenhar e escrever.

No entanto, apesar da superioridade da técnica e da força, o discurso planejador e profissional sobre o urbano, por mais que ele tente alisar e unificar o tempo-espaço urbano segundo sua lógica organizadora, parece sempre ser derrotado ao tentar alcançar seu ideal panóptico e totalizador. Como diz De Certeau (1990, p. 144): “A vida urbana deixa cada vez mais aparecer na sua superfície tudo o que o projeto urbanístico pretendia excluir”.

1.3.3 Rede de apoio e territorialidade

Mais de 20 anos após o episódio descrito anteriormente, a ideia de legitimidade da “posse” e da necessária “função social” da propriedade – mencionada na nota do padre Paulo Fernandes – será confirmada na lei por meio do artigo 5.º, inciso XXIII, da Constituição federal de 1988, sendo reforçada a função social do solo urbano a partir da chamada Lei do Estatuto da Cidade, de 2001 (MELO, 2013). Até hoje, tal artigo é a principal ferramenta jurídica utilizada pelos movimentos de ocupações de terras urbanas para defender a legitimidade de seus atos perante a lei e conquistar a desapropriação oficial dos terrenos ocupados. Dessa sorte, a relação histórica das favelas e dos movimentos de moradores com a lei evidencia como “o direito não é um fenômeno exterior à sociedade e interage profundamente com o ambiente social em que está inserido” em uma relação “dialética” (GONÇALVES, 2006, p. 3). O movimento de ocupações de terras de 1963 em Belo Horizonte – como os movimentos de ocupações urbanas que surgirão desde então – demonstra como o Direito se torna também um campo de embate político (THOMPSON, 2014, p. 109). As ações jurídicas dos advogados da Federação dos Trabalhadores Favelados, tais como o projeto do vereador Dimas Perrin, produzido em conjunto com o movimento, pela mudança da lei municipal sobre favelas e habitações populares, tornam-se ferramentas concretas do embate político em curso.

Observemos como o discurso produzido pelo movimento em Belo Horizonte vai articular diferentes referências discursivas radicalmente distintos, que traduzem a diversidade

dos atores que apoiavam o movimento. Às ações que travam um embate no campo do Direito se adicionam a produção de um discurso no campo dos valores religiosos e cristãos, como acabamos de demonstrar. Em paralelo, o movimento também produz um discurso situado no campo político, no qual as ocupações de terras seriam um primeiro passo dado pelo próprio povo no caminho das Reformas de Base, defendidas na época pelo governo e pela esquerda, aspecto sobre o qual voltaremos em nosso próximo tópico. Isso ilustra o fato de que as representações que compõem as práticas culturais dos grupos estudados se alimentam em fontes diversas. Estas traduzem o importante papel desempenhado pelos valores tanto religiosos e espirituais quanto políticos – marxistas ou libertários – que muitas vezes se confundem para produzir hibridismos tais como a teologia da libertação.

Tal articulação de referências ideológicas e culturais diversas também traduz a ampla e diversa rede de atores que se mobilizam e atuam em torno do movimento. Nas palavras de Dona Neusa, os religiosos tiveram um papel importante no início da “invasão” do Alto dos Pinheiros, que era próxima ao Seminário do Coração Eucarístico. Segundo ela, quando havia na Vila Frei Josafá algum problema que os moradores não pudessem resolver sozinhos, eles pediam ajuda dos religiosos. Ela relembra, por exemplo, um dia em que o proprietário da terra ocupada, Antonio Luciano, “mandou os capangas dele pra tirar o povo, tudo armado com arma pesada, e tudo a cavalo. Aquela cavalaria imensa. (...) tinha muitos homens aqui na invasão, eles foram no seminário e pediu ajuda lá no seminário. Aí veio os estudantes de lá, e depois o Exército interveio”.³⁴ Em outras ocasiões, os próprios moradores tiveram de se defender e teriam conseguido, segundo nossas fontes, expulsar os homens contratados por Antonio Luciano (DM, 27/08/1963).

Dona Neusa evoca também a presença cotidiana das religiosas: “Veio as irmãs do Pio XII, uma turma que vinha todo dia cedo pra cá. A gente ficou aqui uns 2 meses alimentados com elas. Fizeram uma barraca, uma cozinha na rua de baixo, pra fazer sopa pro pessoal”.³⁵ O apoio de religiosos continuará ativo alguns anos ainda depois da ocupação. O padre Pigi, já citado anteriormente, seguia nessa época a formação de padre no Seminário. Alguns meses depois da ocupação, ele descobre a vila – que se chamava então Vila 31 de Março – e passa a frequentá-la quase cotidianamente. Em suas palavras, sempre que podia, deixava o Seminário para participar dos mutirões e das reuniões do movimento

³⁴ Entrevista realizada com Neuzolina Antonia da Silva, na Vila 31 de Março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

³⁵ *Ibidem*.

comunitário na vila.³⁶ Essa forte presença e influência de padres da Igreja Católica podem ser lidas nos próprios nomes que os moradores darão às vilas nascidas das ocupações: Vila Padre Lage, Vila Padre Alípio, Vila Frei Josafá – futura Vila 31 de Março.

Outra vila que nasce das ocupações, que passará a compor o aglomerado do Cabana do Pai Tomás, é a Vila Operário-Estudantil, cujo nome homenageava a participação do movimento estudantil nas ocupações. Décadas depois, o Sr. Vicente³⁷, morador do Cabana do Pai Tomás, recorda-se da participação dos estudantes na luta comunitária nessa época:

A influência que (os estudantes) tiveram foi na questão da consciência política. Porque quando a pessoa toma consciência política ela avança, porque ela sabe que tem direitos. (...) Essas pessoas ajudaram nesse ponto. (...) Eu mesmo, se eu entendo de política hoje, é que pessoas me empurraram nisso aí. Depois a gente passou a ocupar posição dentro da associação de moradores; a gente avançava.³⁸

Com efeito, estudantes da Faculdade de Ciência Econômica, Ciências Sociais ou ainda do curso de Medicina participaram do movimento não somente na Vila Operário-Estudantil, mas também em todas as outras, como mencionado pelo jornal *Diário de Tarde* (DT, 31/08/1963). Dessa rede de apoiadores, constam alguns militantes de organizações de esquerda tais como Ação Popular (AP)³⁹ ou do próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), que esperavam implantar células de seus movimentos nas comunidades. Por sua vez, a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte demorou algumas semanas antes de prestar oficialmente apoio às ocupações realizadas, temendo que isso pudesse comprometer algumas de suas “conquistas” como “a boa relação com o DBHP” ou ainda “as melhorias em favelas” anunciadas pela gestão Carone, segundo apontado por Oliveira (2006, p. 161). Em setembro de 1963, no entanto, a FTFBH decide em assembleia apoiar as

³⁶ Entrevista realizada com Pier Luigi Bernareggi, na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte), em 09/06/2015.

³⁷ Sr. Vicente nasceu e cresceu no Cabana do Pai Tomás, onde atuou junto ao movimento comunitário a partir da década de 1960, tendo sido vice-presidente da associação de moradores do bairro na década de 1970. Seu engajamento social e político foi inspirado pelo contato com padres da Congregação Salesiana, que faziam um trabalho socialmente engajado na comunidade. Vive atualmente na cidade de Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte.

³⁸ Entrevista realizada com o Sr. Vicente no domicílio do entrevistado, no bairro Cabana do Pai Tomás, em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

³⁹ A Ação Popular (AP) foi uma organização política de esquerda extraparlamentar criada por militantes estudantis em junho de 1962 em Belo Horizonte a partir de um congresso organizado pela Juventude Universitária Católica (JUC), fruto da aproximação da JUC com o Partido Comunista Brasileiro e outros movimentos de esquerda. A AP associava uma matriz de pensamento marxista com ideias de inspiração cristã.

ocupações e se colocar como intermediário entre o poder público e os ocupantes para reivindicar a legalização dos terrenos ocupados.

Essa rede diversificada de apoio permitirá experimentar na Vila Frei Josafá – atual Vila 31 de Março – um método de organização sofisticado e original da comunidade em que diferentes grupos de apoio se articulavam com os moradores segundo funções diversas. Uma reportagem feita pelo jornal *Diário de Minas* na vila em novembro de 1963, na ocasião da visita do dominicano frei Josafá à vila que porta seu nome, revela em detalhes esse modo de organização. Além das Irmãs do Pio XII, que, como lembra Dona Neusa, cuidavam da cozinha comunitária no início da “invasão”, podemos perceber a participação ativa de outros protagonistas externos:

A favela possui hoje uma organização que está sendo exportada para outras favelas da Capital. O “governo da comunidade” está entregue ao Sr. Pedro Teixeira, membro da União de Defesa Coletiva. Há um órgão central denominado “Comissão de Assistência e Orientação” que congrega 4 departamentos. A C.A.O é composta pelo Pe. Frederico Ozanam e pelos universitários Paulo Braga e Maria Inês. O departamento de cultura é entregue ao Centro Popular de Cultura que empregará o método Paulo Freire para a alfabetização da favela. O Departamento de Engenharia conta com participação de estudantes de engenharia que ajudam na construção de barracos, e o Departamento de Saúde está sob os cuidados de estudantes das duas escolas de medicina de Belo Horizonte. Tem também um Departamento de Abastecimento que “fornece víveres em troca de trabalho para comunidade”. (DM, 26/10/1963)

Tal articulação exigia uma forte organização e reuniões constantes, como ressaltado por padre Ozanam, entrevistado pelo jornal: “tem reuniões frequentes de todos os departamentos para que não se caia num paternalismo”. É interessante observar como, nesse primeiro tempo de existência da vila, se constitui toda uma rede de apoio, em que diversos saberes técnicos e políticos se articulam para fazer funcionar a comunidade sem a presença dos serviços básicos a princípio garantidos pelo Estado. Se esse grau de participação externa e de organização não se manteve com o tempo, talvez em parte pela desarticulação do movimento de favelados devido à repressão que se seguiu ao golpe, ela teve influência na organização interna da comunidade. No tocante à Vila Frei Josafá-31 de Março, como ressaltado por nossas entrevistadas e entrevistados nesse bairro, a organização comunitária vai se manter ativa ao longo dos anos 1960, aspecto sobre o qual voltaremos no Capítulo 3.

A organização em rede também é observada na época entre diferentes favelas, que, articuladas entre si pela FTFBH, realizam entre setembro de 1963 e março de 1964 diversas manifestações públicas e assembleias em conjunto para organizar a luta dos favelados e exigir

a desapropriação dos terrenos (DM, 17/11/1963). Essa articulação inclui não apenas as comunidades recém-constituídas e ameaçadas de remoção, mas estas também recebem, no momento de ocupar os terrenos, o apoio de moradores de favelas mais antigas – tais como o Morro do Papagaio – que participaram das primeiras ações de “invasão” (DOPS, 3932, p. 31). Mesmo após a extinção da federação dos favelados, alguns movimentos comunitários – tal como a associação dos moradores do Cabana do Pai Tomás – conseguirão manter minimamente essa rede de apoio e prestar solidariedade a núcleos de sem-teto de outras regiões da cidade, como averiguado em nossas fontes.⁴⁰

Esse aspecto que aparentemente se consolida por meio do movimento de favelados e das invasões de terras nesse período continua sendo uma característica importante do movimento de ocupações urbanas atuais em Belo Horizonte, mesmo considerando as fortes diferenças entre os movimentos da época e de hoje. O exemplo da Vila Frei Josafá ressoa fortemente em experiências recentes de organização interna de ocupações urbanas, tal como a ocupação Dandara, surgida em 2011 no bairro Céu Azul, ou a ocupação Eliana Silva, que nasce em 2012 na região do Barreiro. Nessas três comunidades, podemos observar uma experiência similar na qual o terreno ocupado se torna por um tempo um laboratório urbano a céu aberto onde, juntos, movimentos sociais, moradores, estudantes e profissionais de diversas áreas experimentam modalidades de organização social e construção coletiva singulares como forma de contornar a precariedade material do espaço.

Como analisado por nós em outro trabalho, no movimento de ocupações urbanas – dos anos 1960 como de hoje – acima da “rede de práticas” (CHARTIER, 1989, p. 1512), que se articulam entre si no movimento, vai se tecer uma outra rede “de trocas de informações, de conhecimento e de saberes”, com a presença e atuação de apoiadores externos (URVOY, 2016). Esta se aparenta à “rede de troca recíproca” identificada pela antropóloga Larissa de Lomnitz (1975, p. 223) como uma característica importante dos movimentos populares na América Latina. Obviamente, a dimensão da *reciprocidade* deve ser relativizada pelos distintos regimes de *saber-poder* envolvidos num processo de troca entre atores de classes sociais ou níveis de estudo diferentes, como apontado por Tiago Lourenço (2014, p. 152) em seu trabalho sobre o urbanismo participativo nas ocupações urbanas.

⁴⁰ Entrevista realizada com o Sr. Vicente no domicílio do entrevistado, no bairro Cabana do Pai Tomás, em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida. Abordaremos mais em detalhes este episódio no Capítulo 3.

De toda forma, essa organização em rede – não somente das ocupações urbanas entre elas com o apoio do movimento de favelados, mas também com os diversos atores externos que as apoiam – expande a territorialidade política de cada comunidade para além do terreno ocupado. Aceitando aqui a definição do geógrafo Claude Raffestin (1982), que define a *territorialidade* como “um sistema de relações construído entre coletividades pelo viés do espaço”, podemos dizer que essa nova territorialidade política e estratégica construída pelo movimento de ocupações de terras permite reforçar a inserção das favelas criadas no seio do espaço urbano e dessa forma amenizar a fragilidade e a precariedade que caracteriza tradicionalmente esse tipo de espaço.

A experiência política e coletiva que se traduziu a partir dessa série de ocupações de terras constitui, a nosso ver, um marco histórico que inaugurou um modo singular de ação da população periférica sobre o espaço urbano, disputando e construindo territórios onde se desenvolveram modos específicos de se fazer a cidade. Tais dinâmicas foram, sem dúvida, raízes históricas de práticas que se transmitiram no tempo e deixaram sua marca, em diversos aspectos, nos modos de organização dos movimentos de sem-teto e de ocupações urbanas existentes hoje em Belo Horizonte.

No entanto, a dinâmica política e espacial inaugurada pelas ocupações do outono de 1963 poderiam, talvez, ter se aprofundado e se espalhado pela periferia se não fossem algumas dificuldades encontradas por elas principalmente devido às ingerências políticas ligadas ao contexto nacional. A compreensão da relação entre esse contexto político e o espaço urbano se torna fundamental para entender a evolução histórica das vilas e favelas que nasceram em meio a esse processo, como veremos em nosso próximo tópico.



Fig. 9: Assembleia de moradores na Vila Operário-Estudantil. (DM, 01/11/1963)

1.3.4 Favelados e ocupações às vésperas do Golpe de 1964

Para compreender a evolução histórica das vilas recém-criadas pelas “invasões” a partir de agosto de 1963 em meio a um contexto político nacional bem peculiar, é preciso analisar como estas se inseriam no ambiente urbano e político de sua época. Sairemos da escala estritamente local escolhida no último tópico para observar como esse episódio eclodiu e ecoou no seio de uma cidade atravessada pelos conflitos políticos próprios do início dos anos 1960 no Brasil. As ocupações de terras nas regiões oeste e noroeste da cidade também nos oferecem uma leitura original – pelo viés da questão urbana e da perspectiva periférica – do contexto histórico no qual elas se inserem e que leva ao Golpe Militar de 1964.

De certa maneira, nesta dimensão da pesquisa, a cidade se torna não estritamente o quadro e objeto da pesquisa, mas também ferramenta, *lente* de pesquisa para entender o contexto, e analisar acontecimentos políticos e históricos sob nova perspectiva. Se consideramos que a cidade pode ser pensada como “escrita” e “alfabeto”, abordaremos neste tópico o que podemos ler na cidade que nos ensina sobre a história política desse momento histórico singular (CAUQUELIN, 1979, p. 19). A ideia é de que esta mudança de escala nos permita justamente explicitar como os debates e conflitos políticos que permeavam a sociedade brasileira ao longo dos anos 1960 se traduziam em diversas questões eminentemente urbanas: do desejo de subversão de uma ordem considerada injusta à reação conservadora, dando a ver, nas ações locais de moradores e do poder público, a “politização das práticas cotidianas” evocada por De Certeau (1990, p. XLIV). Tal visão, focada na escala cotidiana e rotineira da realidade urbana, pode ajudar a desespectacularizar o fato político do golpe militar, geralmente contado do ponto de vista da história política clássica. Essa perspectiva pode contribuir para alargar a compreensão de um momento político crucial e complexo da história brasileira, ao mesmo tempo “excepcional” – pela instauração de um estado de exceção – e no entanto “banalizado” – pela forma como a exceção durou e se tornou “regra”, ilustrando o “paradoxo da soberania moderna” identificado por Agamben (2014, p. 171). Para tanto recorreremos a periódicos de notícias, pois eles constituem ao mesmo tempo “registros fragmentários” de uma “enciclopédia do cotidiano” e de narrativas marcadas por “interesses e paixões” (LUCA, 2005, p. 112) que refletem “batalhas” entre ideias e projetos políticos distintos (CAMARGO, 1969, p. 230).

Primeiramente, é importante lembrar que essa série de ocupações se inscreve diretamente na dinâmica da época de radicalização dos movimentos populares em prol das Reformas de Base defendidas pelo governo de João Goulart e criticadas pela oposição, que

via nelas um primeiro passo para a “comunização” do país. Uma das reformas mais desafiadoras e discutidas era justamente a já mencionada Reforma Agrária, que implicava uma redistribuição das terras rurais monopolizadas pelo latifúndio. O movimento camponês estava se organizando desde a década de 1950, inclusive com a criação das Ligas Camponesas, e começava a se articular nacionalmente a partir do Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros, realizado em Belo Horizonte em 1962 (GOHN, 1995, p. 45). Nesse contexto, com o debate nacional sobre a necessidade das Reformas de Base como pano de fundo, ocupações de terras e fazendas são realizadas por camponeses em diversas partes do estado de Minas Gerais, tais como nas regiões de Três Marias, Sete Lagoas ou ainda no Vale do Rio Doce (DM 11/07/1963 – 27/12/1963 – 19/02/1964), inspiradas na palavra de ordem “reforma agrária, na lei ou na marra”, em voga em alguns setores da esquerda radical da época (REIS FILHO, 2014, p. 37). Inclusive, nos diversos conflitos registrados no interior à época, um deles vai opor trabalhadores rurais aos “jagunços” do deputado Antonio Luciano – proprietário do eucaliptal ocupado pelos sem-teto na capital – em Lagoa da Prata e Luciânia, onde ele possuía amplas fazendas (DM, 25/11/1963).

De fato, a série de ocupações urbanas que acontecem em 1963 em Belo Horizonte ocorrem nesse mesmo contexto político e vão contribuir fortemente para importar no cenário urbano as reivindicações em torno das reformas sociais e um modo de ação inspirado na luta camponesa. Já em 1962, durante o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Favelados realizado em Belo Horizonte, reforçava-se a ideia de que cabe ao próprio povo realizar a Reforma Urbana, ou seja, a redistribuição, de forma igualitária, dos “latifúndios urbanos”, terras concentradas nas mãos de poucas famílias poderosas (OLIVEIRA, 2010, p. 150).

A partir das ocupações de terras em agosto de 1963, a pauta da Reforma Urbana será retomada com vigor pelo movimento de favelados e diversos debates públicos sobre o tema serão realizados na cidade. Essa discussão será também enfatizada em diversas discussões realizadas nas próprias ocupações, inclusive pelo frei Josafá em sua visita aos terrenos ocupados. Padre dominicano nascido no interior de Minas Gerais, o frei fundou nessa época o jornal *Brasil Urgente*, que se afirmava “economicamente independente” e a “serviço da verdade e da justiça social”. Sua linha editorial era dedicada à defesa das Reformas de Base. O jornal chegou, inclusive, em abril de 1963 – exatamente um ano antes do Golpe Militar de 1964 –, a denunciar “o Golpe em marcha” tramado pelos setores conservadores do país, denunciando ameaças às “liberdades democráticas e liberdades públicas” (COHN, 2009). Em

razão de sua trajetória de engajamento político e social, frei Josafá será homenageado pelo movimento de favelados, sendo seu nome atribuído a um dos terrenos ocupados em agosto de 1963 no Alto dos Pinheiros. Em sua visita à então chamada Vila Frei Josafá, o religioso, de pé em uma pilha de caixotes formando um palanque improvisado sob os olhares de centenas de moradoras e moradores da vila, realizará um discurso enfatizando que “está na hora de resolver essa história em que poucos tem tudo e a maioria nada (...) o problema urbano não pode ser deixado à chamada livre concorrência”, que não é outra coisa senão “a especulação imobiliária” (DM, 26/10/1963).

Além da Vila Frei Josafá, os outros nomes dados às vilas criadas a partir das ocupações – Vila Padre Lage, Padre Alípio – inserem simbolicamente estas no seio de um debate político mais amplo que ultrapassa a questão da luta por moradia. Nasce nesse momento uma prática que se tornará sistemática nos movimentos de sem-teto em Minas Gerais até os dias de hoje, isto é, rebatizar os espaços ocupados com uma nomenclatura simbólica, o que se constitui em uma forma de inscrever, de forma perene, o sentido político da ação dos movimentos populares na pele a na história da cidade. Trata-se de intervir nas entrelinhas do texto urbano, geralmente escrito e imposto de antemão nas cidades modernas e contemporâneas (CAUQUELIN, 1979, p. 22). Ao mesmo tempo, a homenagem a uma ou outra figura religiosa aliada à luta política dos favelados pode ser entendida como a tentativa de construir “um personagem símbolo” cujo nome possa encarnar “uma visão coerente e completa do destino coletivo” (GIRARDET, 1987, p. 70 *apud* AMOROSO; GONÇALVES, 2016, p. 711).

As ocupações de terras na cidade vão também promover debates para além dos próprios terrenos ocupados: na Câmara Municipal (CMBH, Anais, 21/08/1963), nos debates da Assembleia Legislativa (EM, 10/09/1963) e nas universidades, onde discussões são organizadas na época pelo movimento. Em novembro de 1963, é realizada na Escola de Arquitetura a Semana de Estudos sobre a Reforma Urbana, evento do qual participam estudantes, professores, membros do movimento de favelados e moradores das áreas recentemente ocupados ou ainda o padre Francisco Lage⁴¹, que é um dos apoiadores do movimento (DM, 12/11/1963).

⁴¹ Francisco Lage Pessoa, mais conhecido como Padre Lage, nasceu em 1917 em Ferros, na região de Ipatinga. Após ter concluído sua formação de sacerdote no seminário de Mariana, viveu no Rio de Janeiro e na Bahia antes de se fixar em Belo Horizonte na década de 1940. Nesta época, atuou em apoio aos moradores da Vila São Vicente de Paulo, no bairro Padre Eustáquio, onde surgiu a primeira União de Defesa Coletiva em 1948. Desde então, esteve envolvido diretamente com o movimento de favela prestando seu apoio à diversas vilas da

As páginas da imprensa da época também se tornarão locais para essas discussões. Nos maiores noticiários do estado, era possível ler reflexos do debate político levantado pelas chamadas “invasões”, em que se confrontavam ideias e opiniões contraditórias em ressonância com o momento político singular que o país atravessava, por exemplo, em torno da essência ou da legitimidade histórica da propriedade privada. No dia 10 de setembro de 1963, o deputado Antonio Luciano publica uma nota no jornal *Estado de Minas* em que lamenta a “indiferença” e “omissão” das autoridades em garantir a “segurança da ordem”:

Com relação aos lamentáveis atos de vandalismo que vem se verificando em áreas plantadas de eucaliptos pertencentes a firmas de que sou acionista (...) Foi solicitada, inutilmente, a presença da polícia. Devido a essa inexplicável omissão, a pilhagem foi se agigantando. (...) Agrava-se a situação pela intromissão de agitadores comunistas que incitam ao saque, ao incêndio, à violência e à posse criminosa de novas áreas invadidas (...) Tenho reclamado insistentemente ao Secretário de Segurança e, até, ao Sr. Governador do Estado, mas nenhuma providência foi tomada pelas autoridades. Agora vamos recorrer mais uma vez ao judiciário, poder em que repousam as garantias constitucionais, a segurança da ordem e da paz civil (...) Diante da indiferença das autoridades governamentais, os invasores, depois de saquearem e incendiarem, ainda estão construindo suas habitações nas áreas espoliadas. (EM 10/09/1963)

Por sua vez, após ter manifestado uma vontade de assistencialismo às novas favelas, com a visita do governador Magalhães Pinto à Vila Frei Josafá no início de setembro de 1963, o governo do estado responde publicamente às acusações que apontavam sua “omissão” e permissividade excessiva diante das “invasões” realizadas. Na segunda semana de setembro, logo após a publicação da nota de Antonio Luciano e das novas ocupações ocorridas na região do Cabana, o governo estadual publicará uma nota no *Diário de Minas* negando qualquer complacência com o ocorrido e afirmando que “todas as medidas de policiamento indicadas pelas circunstâncias” foram tomadas. “Desordeiros foram presos (...) Todas as áreas ameaçadas estão sob completo controle das autoridades. A propriedade legítima acha-se perfeitamente assegurada, na forma da Lei e da constituição” (DM, 12/09/1963). Na mesma semana, a Secretaria de Trabalho publica e distribui uma nota condenando as “ocupações na periferia” insufladas por “elementos externos” e avisa que o dispositivo policial está de prontidão para intervir (DM, 11/09/1963). Em novembro do mesmo ano, padre Paulo Fernandes publicará outra nota no mesmo jornal levantando questões profundas e ousadas sobre a “propriedade privada” defendida pelo governo e pela lei:

cidade. Esteve diretamente implicado no apoio às novas vilas que surgem em 1963 a partir das ocupações, até ser preso em 1964 pelos militares. Durante a Ditadura, exilou-se para o México onde decidiu se afastar da Igreja e se casar. Faleceu em 1989 em Belo Horizonte.

No momento presente, mais do que nunca, é em torno da propriedade que se estabelecem os maiores conflitos entre os homens como é igualmente em torno dela que brotam ou florescem os mais variados tipos de colonialismo político e econômico entre povos e nações (...) a posse da terra não pode tornar-se um privilégio de pequenas minorias, em detrimento de multidões que mal conseguem pagar o pão de cada dia. (...) Tratando-se da propriedade particular, seu uso esta condicionado a uma função social. (DM, 03/11/1963)

O autor da nota acrescenta ainda que a sociedade em que vive está bem longe de um “autêntico espírito de justiça”. Note-se que nos termos e argumentos utilizados por ambas as partes podemos entrever nas discussões dessa época as raízes históricas de debates que vigoram ainda hoje – na imprensa e nos tribunais – quando os movimentos de sem-teto ou sem-terra defendem suas ações perante a sociedade, a Justiça ou o governo.

Por sua vez, o jornal *Estado de Minas* denuncia a “incúria das autoridades” como origem das novas invasões, afirmando que o “direito de propriedade está sendo desrespeitado acintosamente em Belo Horizonte, diante dos olhares complacentes das autoridades tanto municipais quanto estaduais”. Segundo o jornal, as invasões teriam trazido “centenas de favelados que perambulam pela cidade” causando “intranquilidade aos belo-horizontinos”. Os deputados da oposição Valdomiro Lobo e Hermelindo Paixão denunciam na Assembleia Legislativa “a omissão da polícia e do governo” alimentando o “perigo das invasões [que] se alastraram ao interior” (EM, 08/09/1963).

Essas acusações nos permitem entrever o temor de instabilidade política e social que as “invasões” representavam nas elites e na classe política. Elas visavam não apenas ao governo estadual, mas também à prefeitura de Jorge Carone e à Secretaria de Segurança, que igualmente serão acusadas na imprensa de laxismo excessivo em relação aos favelados (DM, 12/09/1963) enquanto vereadores da oposição acusam o prefeito e seus aliados de ter “incentivado as invasões” por motivos eleitorais (CMBH, Anais, 21/08/1963). Posteriormente, a gestão de Jorge Carone na prefeitura será denunciada pelos militares por ter “permitido” o alastramento das favelas, que teriam triplicado durante o primeiro ano de sua administração (DM, 31/07/1964). Com efeito, a gestão do prefeito Jorge Carone foi regularmente associada, por seus opositores e parte da imprensa, a certa permissividade que seria fruto de seu populismo e de sua relação clientelista com as classes populares, o que, no discurso dominante, teria sido extremamente danoso para a cidade.

Por sua vez, a postura do governo de Minas Gerais⁴² traduz uma ambiguidade em relação aos favelados. Apesar das notas publicadas condenando as “invasões” e os “desordeiros”, o próprio governador Magalhães Pinto fez questão de demonstrar publicamente sua preocupação com a situação social dos favelados. Como já mencionado, ainda no início de setembro de 1963, o governador visita a Vila Frei Josafá, onde faz questão de se declarar “muito impressionado” com a situação dos habitantes, a quem ele promete “mandar roupas e alimentos” assim como determinar a “construção de fossas”. Nessa ocasião, o *Diário de Minas*, que apoia abertamente o governador e apoiará publicamente o golpe alguns meses depois, relata a maneira como “as crianças da vila voltaram a sorrir ao receber a visita do Governador” (DM, 06/09/1963). Além de as principais promessas feitas por Magalhães Pinto aos favelados nesse período no tocante à desapropriação dos terrenos não serem realizadas, essa posição ambígua reflete, a nosso ver, uma escolha estratégica de sua família política. Isso porque a União Democrática Nacional (UDN), partido que nasceu da aliança de diversas forças políticas antigetulistas na década de 1940, optou, em Minas, por defender as pautas dos favelados e da população pobre em geral como forma de buscar apoio político e votos no seio dessas comunidades (OLIVEIRA, S., 2014a, p. 269). Vale também lembrar que no fim de 1963 Magalhães Pinto se posicionava publicamente como “defensor da ordem” perante a radicalização das esquerdas e possível recurso à nação em caso de “golpe” comunista (DM, 23/08/1963). Podemos nos indagar sobre os diversos objetivos políticos dessa demonstração de apoio aos chamados “invasores” pelo governador. Ao mesmo tempo que visaria evitar a radicalização do movimento social, portanto o avanço do comunismo, ele também visaria buscar apoio popular já tendo em mente um possível golpe a ser realizado ou apenas as eleições presidenciais que deviam ocorrer em 1965? Mesmo não dispondo de elementos suficientes para responder a essa pergunta, constatamos que as ocupações se constituíram também em espaços de disputa envolvendo diversas discussões e “projetos políticos”, tornando-se “local de batalha de significados” (AMOROSO; GONÇALVES, 2016, p. 709), muito além da questão da moradia, espelho local de conflitos que se davam no nível nacional.

Nos primeiros meses de 1964, pouco tempo antes da deflagração do golpe militar, tais debates e conflitos se intensificam. Essa tensão se traduz nas próprias ruas da cidade, enquanto mobilizações políticas em prol das Reformas de Base, que têm a participação de

⁴² De 1961 a 1966, o governador do Estado de Minas Gerais é José de Magalhães Pinto, político e advogado mineiro, fundador do partido União Democrática Nacional (UDN). Este será um dos principais articuladores civis do Golpe de 1964, tornando-se um símbolo da aliança entre o campo militar e civil nesse episódio, aliança que fez ao historiador Daniel Aarão Reis Filho sugerir a expressão de “golpe civil-militar” (REIS FILHO, 2014, p. 49).

membros e lideranças do movimento de favelados, transformam-se em confronto. No dia 25 de fevereiro, a Mobilização pelas Reformas, que conta com a presença de Leonel Brizola, eminente figura da esquerda na época e próximo do João Goulart, é cercada por militantes conservadores incitados por integralistas e fazendeiros e termina em confronto aberto intensificado por uma violenta intervenção da Polícia Militar. Nessa ocasião, há mais de 30 feridos, entre os quais Sinval Bambirra, liderança da FTFBH, que é hospitalizado após “receber uma porretada” na nuca, e o vereador Dimas Perrin, também próximo ao Movimento de Favelados, que é “agredido a murros”. Nos dias seguintes, a Secretaria de Segurança baixa uma portaria proibindo concentrações e comícios em prédios públicos para “evitar novos incidentes” (DM, 26/02/1964)

Pouco tempo depois, no início de março de 1964, o jornal *O Globo* revela uma suposta conspiração promovida por favelados com a ajuda de “oficiais do exército cubano” visando assassinar soldados da Polícia Militar, na Vila Operário-Estudantil. Segundo o jornal, o presidente da União de Defesa Coletiva da vila, Raimundo Gil, teria organizado reuniões em sua casa com “cubanos” e planejado “contratar pistoleiros” para eliminar os soldados do posto policial do Cabana do Pai Tomás. Segundo o artigo, “os militares seriam mortos por não deixar em paz os homens do Gil” após ter interrompido uma reunião clandestina destes e por vingança contra o cabo que teria desarmado os guarda-costas de Leonel Brizola na manifestação do dia 25. O artigo também expõe tensões, no seio da favela do Cabana, entre a UDC e grupos de paroquianos conservadores contrários à ação de elementos “subversivos” na favela que teriam atuado para impedir a realização de reuniões políticas (O GLOBO, 02/03/1964). Esse tipo de disputas políticas internas era comum em favelas naquela época, como identificado por Amoroso e Gonçalves (2016, p. 715), o que demonstra como as comunidades não eram necessariamente coesas e homogêneas politicamente, ao contrário do que o discurso dos movimentos comunitários pretende por vez demonstrar.

No mesmo dia, a notícia sobre a conspiração e a presença de agentes cubanos na vila é desmentida no *Diário de Minas* por Raimundo Gil e José do Carmo, então vice-presidente da UDC da vila. Além de refutar a existência de qualquer conspiração, eles acusam os soldados de provocarem os favelados para obter alguma reação e ter um pretexto para acabar com as lideranças e a organização política na favela. Na versão deles, um dos sargentos “prende alguns favelados sob ameaça de metralhadores quando eles realizavam pacífica reunião”. Eles ainda declaram ter recebido ameaças por “grupos que tem por finalidade destruir qualquer enquadramento social de pessoas menos favorecidas pela sorte” (DM, 04/03/1964). Nos dias

seguintes, dois moradores são presos sob acusação de participar da conspiração. Segundo os favelados, essa prisão seria outro passo da perseguição da Polícia Militar contra lideranças e moradores da vila (DM, 06/03/1964).

Esses episódios revelam as crescentes tensões políticas no seio dos terrenos ocupados, em meio ao contexto político nacional. Pelo fato de as acusações terem sido reproduzidas por um único jornal a partir de uma única fonte – o testemunho de policiais militares – e por elas não gerarem inquérito, podemos nos indagar se estas não teriam por mote apresentar publicamente as organizações políticas faveladas como elemento subversivo e socialmente perigoso. Como apontado pelos favelados, a acusação teria justificado prisões de moradores. Assim, podemos nos questionar se a ação não visava neutralizar possíveis focos de subversão na cidade em previsão do iminente golpe, sendo que o general Carlos Luís Guedes, responsável pelo Comando Militar da Região Militar de Belo Horizonte, era um dos principais articuladores da operação de derrubada do presidente Goulart. Em todo caso, a leitura política desse período na escala da cidade assinala como o conflito político por trás do golpe militar já estava manifesto tanto nas ruas da cidade como nas colunas da imprensa local nos meses que o antecederam. Um dos interesses da mudança de escala aqui proposta é nos permitir entender melhor a “complexidade do real e das temporalidades” em que se inserem os eventos históricos, implicando “descontinuidades” e sutilezas temporais que a escala macro muitas vezes não nos deixa perceber (ANHEIM; GATTINARA, 2009, p. 677).

As tensões políticas e sociais levantadas pelas ocupações de terras se manifestavam em torno de outras questões urbanas na mesma época. O exercício de mudança de escala realizado nos permite perceber como a situação política conflituosa atravessada pelo país, o aprofundamento dos problemas sociais, o questionamento da ordem e a mobilização conservadora se refletiam em diversos aspectos nas ruas e bairros de uma grande cidade como Belo Horizonte. Outro ponto de tensão que mobilizava disputas políticas em torno de questões urbanas era a questão do mercado informal no centro da cidade. Como explicitado anteriormente, o comércio informal cresce com o aprofundamento da pobreza urbana ao longo da década de 1950. Da mesma forma que em relação ao tema das favelas, a gestão de Jorge Carone na prefeitura é denunciada como responsável pela proliferação do mercado informal no centro da cidade a partir de 1963.

Nesse contexto, no período de 1963-1964, a imprensa publica semanalmente matérias que denunciam a presença crescente de camelôs e carrinhos de vendedores ambulantes no centro da cidade e relatam a repressão realizada pela polícia contra essas práticas. Nessas

matérias fica clara a pressão realizada por grupos de comerciantes por meio do Sindicato dos Lojistas de BH, que denunciam os inúmeros “carrinhos”, “barracas” e “vendedores” que transformam o centro da cidade e espaços públicos em um “grande mercado persa” (DM, 20/11/1963). Em diversas matérias se diz que os camelôs “sujam a cidade” e trazem “doenças com mercadorias duvidosas e vencidas”. O representante da Federação do Comércio de Minas Gerais chega a mandar um ofício ao prefeito exigindo a “imediata retirada das barracas” das ruas, que segundo ele prejudicam o “aspecto de cidade moderna e culta” da capital mineira “em prejuízo do conceito cultural da população” (DM, 08/12/1963). O conflito vai se cristalizar em torno de uma feira popular que se instala na época na rua Aarão Reis, próxima à Praça da Estação, e que é batizada pelos oponentes do prefeito de “Feira Carone”, como símbolo do seu suposto laxismo e de sua falta de cuidado com a cidade. No ano de 1964, sindicatos de lojistas da região e parte da imprensa começam uma cruzada contra a feira, solicitando a sua proibição (DM, 26/06/1964).

Ao mesmo tempo, observamos uma propagação de reportagens enfatizando uma necessária “limpeza” e “moralização” do centro da cidade, tomado cada vez mais por “vadios e malandros” e pela “prostituição”. No fim de 1963, enquanto a prefeitura anuncia começar uma “guerra contra os camelôs”, como resposta às críticas recebidas, o Secretário de Segurança Pública Caio Mario da Silva Perreira promete uma “limpeza da cidade” para livrá-la de “desocupados”, “transviados” e “malandros” que finam nas esquinas e incomodam “os pedestres” (DM, 07/11/1963). Além da Secretaria de Segurança e Polícia Militar, esse discurso é reforçado pelos sindicatos de comerciantes e parte da imprensa focando alguns espaços específicos e simbólicos. Em uma matéria intitulada “Polícia devolve Praça Raul Soares às famílias de Belo Horizonte”, publicada em novembro de 1963, anuncia-se a instalação de guardas permanentes na praça, “centro geográfico de Belo Horizonte”, além de batidas regulares da Delegacia de Vadiagem para ajudar a polícia a livrá-la de: “maus elementos, maconheiros, ladrões de carros, aliciadores de meninas e mulheres que fazem o trottoir”, “mendigos (...) tomando banho na fonte”, além dos “moços de falas macia” e prostitutas que desrespeitam as famílias mineiras obrigando-as a “ver casais trocando carinhos escandalosos” (DM, 09/11/1963). Como em quase todos os artigos levantados por nós sobre o tema no período, é retratada uma ordem moral, estética e urbana desvirtuada e em perigo que deve – com urgência – ser restabelecida e protegida.

É importante ressaltar que todas as questões por nós evocadas – favelas, mercado informal, vadiagem, prostituição – estão sempre situadas na mesma página nos jornais

consultados – *Diário de Minas*, *Diário da Tarde* e *Estado de Minas* –, isto é, na página dedicada aos informes policiais. É patente, em vista disso, como essas questões, no discurso da imprensa e de parte da elite da cidade, compunham um mesmo problema, que deveria ser resolvido pela polícia. Em um artigo publicado no *Estado de Minas*, o jornal explica como esses problemas sociais estariam interligados, já que as invasões se assimilariam a uma “indústria da miséria”, atirando para a capital “lavradores de diversos pontos do Estado” que “vão mendigar ou engrossar os bandos de vagabundos e meliantes que infestam a vida belo-horizontina”, além de aumentar “os números de assaltos” (EM, 08/09/1963). Na época em que começam as primeiras ocupações de terras urbanas, um discurso com teor similar é pronunciado na Câmara Municipal da cidade pelo vereador Meroveu da Rosa e Silva, conhecido como Grilo, segundo o qual a perspectiva de se estabelecer numa favela teria incentivado “a migração de homens pobres do interior” e o “aumento da pobreza na capital”, que se tornaria um “problema para as autoridades policiais”. Segundo ele, era necessário pôr “um paradeiro às construções clandestinas”, pois, uma vez que o “operário decente” experimenta a vida num “barraco” e se acostuma com “esse estado de coisa, não volta ao que era antes” (CMBH, Anais, 21/08/1963). Essas narrativas refletem o imaginário social das elites brasileiras desde o surgimento das primeiras favelas no qual, segundo Valladares, estas seriam “fontes de imoralidade”, incentivando um modo de vida “alheio a ação fiscal”, “estimulando a indolência”, levando a vadiagem e insegurança “aos quatro cantos da cidade” (VALLADARES, 2005, p. 42). Para combater práticas e modos de vidas das chamadas “classes perigosas”, a intervenção e repressão policial eram defendidas. Nesse sentido, podemos ler nos discursos citados os anseios, compartilhados por grupos representantes da elite belo-horizontina, em prol de uma intervenção das autoridades nas questões da cidade com o intuito de preservar ou restaurar uma ordem urbana ameaçada. Essa ordem seria social, mas também estética e simbólica, e esse ideal de higienização social do espaço urbano, que já marca a história de Belo Horizonte desde sua fundação – como demonstramos anteriormente –, vai não somente ganhar ênfase nesse período, como também receber uma resposta política e policial significativa, e em alguns aspectos inéditas, após o Golpe de 1964.

Sem entrar em detalhes nos acontecimentos do pós-golpe, que serão objeto do nosso próximo capítulo, vale antecipar as respostas que serão dadas às questões urbanas mencionadas a partir de abril de 1964, no contexto do regime militar. No que toca ao mercado informal, o general Luís Carlos Guedes, comandante da IV Divisão Militar e um dos articuladores do golpe, toma as frentes da reordenamento urbano afirmando a necessidade de

“organizar a cidade”, que “chegou a um ponto vergonhoso”. Para tanto, ele exige, por exemplo, a extinção da feira da rua Aarão Reis, que conseguirá finalmente se manter, mediante intensa fiscalização e policiamento (DM 12/07/1964 - 18/07/1964). Ao mesmo tempo, as outras feiras existentes, assim como o Mercado Municipal, são alvo de intenso controle policial para fiscalizar os feirantes e prender quem tiver mercadoria não declarada ou não respeitar o tabelamento decidido pelo interventor militar da Sunab – Superintendência de Abastecimento (DM, 31/07/1964). Enquanto isso, a prefeitura ordena a retirada de todas as barracas espalhadas pelo centro para que a cidade “deixe de parecer um grande mercado” (DM, 14/04/1964). Ainda no sentido de promover uma higienização social do centro da cidade, sucessivas operações de polícia são realizadas ao longo do inverno de 1964: em julho, é realizada a chamada Operação Canoada – sob o pretexto de responder à onda de assaltos na região –, na qual são presos mais de 80 “vadios”, “maconheiros, assaltantes e malandros” (DM, 16/07/1964). Outra ampla “batida” é realizada no início do mês de agosto, “em vilas, bairros e no centro da cidade”, que resulta na prisão de “115 pessoas” por estarem “em atitude suspeita”, “sem documento” ou “portando armas nas ruas e dentro de bares” (DM, 07/08/1964). Operações desse tipo vão se multiplicando como forma de repressão das práticas informais dos populares no espaço urbano: a polícia instaura um fichamento obrigatório de todos os “lavadores de carros” que atuam na capital mineira sob pretexto de que cerca de metade deles seriam “ladrões” e “vadios”; “blitz” policiais são anunciadas nas “pensões suspeitas” da cidade que “alugam quartos para casais” com objetivo de “moralização” desses espaços; a prefeitura lança campanha contra as “ligações ilegais de água” (DM, 08/08/1964 – 19/08/1964).

As questões propriamente políticas em torno da subversão e da manutenção ou endurecimento da ordem social vigente em Belo Horizonte se traduzem, no contexto urbano, em diversos níveis. A cidade, enquanto reflexo da sociedade, não será apenas o palco de um conflito social – em torno da manutenção de privilégios –, mas também de uma disputa que se dará em outros campos. Primeiramente, observamos uma disputa territorial que opõe diversos grupos e classes sociais, em torno de espaços nitidamente localizados, seja os terrenos e propriedades invadidas por sem-teto, seja o espaço público ou praças tomados por “vadios” e “camelôs”. Em segundo lugar, podemos dizer que a disputa toma também a forma de uma “luta de representação”, para utilizar a expressão de Chartier (1990, p. 17), eminentemente simbólica e estética, que se concretiza no espaço urbano. Da mesma forma que a questão estética foi historicamente levantada para justificar a necessária erradicação das favelas

(VALLADARES, 2005, p. 36), a cruzada contra o mercado informal ou a presença de corpos indesejados – mendigos, homossexuais ou prostitutas – visa “limpar” o rosto de uma cidade supostamente desvirtuada de sua moral. As dimensões territoriais, políticas e estéticas desses conflitos são fortemente interligadas pois, como apontado por Walter Benjamin (2013, p. 192), as operações de “embelezamento” do urbano na cidade moderna possuem muitas vezes um caráter “estratégico” ligado a determinados projetos sociais e políticos.

Esse entendimento do contexto e das disputas políticas e simbólicas manifestas na capital mineira no período analisado é fundamental para evidenciar o que o Golpe de 1964 vai representar para os movimentos de favelados, os moradores dos terrenos ocupados e as populações pobres da cidade de forma mais geral. Esse momento histórico, em que se intensificam a moralização e a repressão a práticas populares no espaço urbano, anuncia a operação de disciplinarização dos territórios favelados a partir do golpe, por meio da intervenção militar que atinge as favelas e o movimento favelado nos meses seguintes. Analisaremos esses aspectos no próximo capítulo. Veremos como esse processo repressivo terá por principal efeito inviabilizar a territorialidade singular e as redes de organização social que se consolidam por meio dessas novas ocupações, abrindo caminho para um amplo reordenamento do território urbano pelo regime militar.

CAPÍTULO 2 | O GOLPE MILITAR NAS OCUPAÇÕES, VILAS E FAVELAS

2.1 O GOLPE DE 1964 E A REPRESSÃO AO MOVIMENTO DE FAVELADOS EM BELO HORIZONTE

2.1.1 O AI-1 e a caça aos “subversivos” após o golpe

“Governar é mandar prender”

Francisco Campos
Jurista responsável pela elaboração do AI-1

No dia 4 de maio de 1964, no início do segundo mês após o golpe militar, o delegado de Segurança Pública Raimundo Tomaz emite em Belo Horizonte uma portaria que se inicia com estes termos:

Elementos conhecidos nos núcleos favelados nesta capital vêm, já de algum tempo, organizando invasões de terrenos criando novas favelas com propósitos ainda não de todo esclarecidos, porquanto, segundo suspeita, êste movimento se integrava no plano de subversão da ordem e comunização do país (DOPS, 3932, p. 8)

Em seguida, ele aponta a necessidade de investigações para apurar a responsabilidade dos indivíduos que lideram tais ações. Essa portaria marca a abertura do inquérito nº 96, iniciado pelo Departamento de Vigilância Social (DVS),⁴³ no segundo mês do regime militar, cujo objetivo é investigar o conjunto de “invasões de terras” realizadas no ano anterior na capital mineira. A primeira parte do inquérito, de cerca de 170 páginas, é composta por uma compilação de depoimentos recolhidos principalmente com indivíduos presos ou intimados por serem acusados de terem liderado o movimento “subversivo” ou participado das “invasões”, mas também com proprietários de terrenos ocupados ou simples testemunhas.

Trata-se de um inquérito histórico que marca o início da intervenção política do regime militar – com objetivo de repressão e controle – nas vilas e favelas da capital mineira. A instauração desse inquérito é o primeiro passo de uma sequência de ações repressivas encabeçadas pela ditadura contra as organizações políticas e comunitárias nas favelas da

⁴³ Nome adotado a partir de 1964 pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). Por se tratar da mesma instituição, e para não confundir o leitor, utilizaremos o termo DOPS ou DOPS/MG ao longo deste trabalho.

cidade. Se essa operação repressiva visa primeiramente aos terrenos recém-“invadidos” e suas organizações de moradores, ela se desdobra – como veremos – em uma intervenção militar tendo como alvo o conjunto de territórios favelados da cidade, assim como suas entidades comunitárias, consideradas perigosas pelo regime.

No presente capítulo, analisaremos esses dois momentos distintos da repressão às favelas e aos movimentos que envolvem seus moradores. Em um primeiro momento, investigaremos o citado inquérito do DVS sobre as “invasões”, que resulta em uma série de investigações, buscas, apreensões e prisões. Em seguida, analisaremos mais detalhadamente a intervenção militar visando à FTFBH e às favelas da cidade, chefiada pelo coronel Gradinor Soares Filho, a partir do fim de mês de maio de 1964. Apesar de o inquérito começar antes da intervenção e se encerrar antes do seu fim, parte das duas ações acontece paralelamente, entre maio e agosto de 1964. No entanto, trata-se de duas etapas distintas do processo repressivo da ditadura contra as ocupações e o movimento favelado, como veremos ao longo do capítulo.

Para melhor compreender a atuação política do regime militar em relação às favelas em Minas e o inquérito aberto pelo delegado Raimundo Tomáz, primeiramente o contextualizaremos como parte do projeto repressivo deflagrado pela ditadura em seus primeiros meses de existência. No dia 31 de março, o governo de João Goulart é derrubado por uma conspiração civil-militar integrando generais e oficiais do Exército, assim como importantes figuras do mundo político civil, tal como os governadores de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, José de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. Segundo os articuladores do golpe, essa “revolução”⁴⁴ permitiria salvar o país da iminente ameaça de revolução comunista tramada pelo presidente deposto e seus apoiadores. Dez dias depois, em 9 de abril de 1964, é instituído pela Junta Militar – que reúne os Comandantes em chefe do Exército da Marinha e da Aeronáutica – o Ato Institucional nº 1, mais conhecido como AI-1. Este define publicamente os principais objetivos do regime militar que se apodera do Estado brasileiro a partir do golpe, batizado por seus articuladores, no próprio texto, de “revolução vitoriosa” (BRASIL, AI-1, 1964). Entre os autores do referido ato institucional, encontra-se o famoso jurista mineiro Francisco Campos. Defensor de uma concepção jurídica autoritária, Campos também participou anteriormente do aparato de governo da ditadura varguista. As concepções filosóficas e jurídicas de Campos acerca do poder marcam fortemente o estado de exceção

⁴⁴ Segundo a retórica dos articuladores do Golpe Militar de 1964, este devia ser qualificado como “Revolução do 31 de março” por representar um passo histórico que teria libertado o país de um processo de “comunização” em curso sob o Governo de João Goulart, com influência direta de governos do bloco soviético que almejavam impor um regime socialista no Brasil.

instaurado pela ditadura militar a partir do Golpe de 1964, que contou também com o jurista como um de seus articuladores.

O AI-1, em sua essência, enumera as emendas constitucionais feitas à Constituição vigente, datada de 1946, pelo novo regime, e sintetiza as principais linhas políticas da ditadura no momento histórico em que ela se define politicamente: “O Ato Institucional (...) se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução” do país “de maneira a poder enfrentar de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem e do prestígio internacional da nossa Pátria”. No parágrafo seguinte, após a destituição do ex-governo que deliberadamente “se dispunha a bolchevizar o país”, declara-se que a missão do novo regime se resumia a tomar as “urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” (BRASIL, AI-1, 1964).

A missão assumida pela ditadura militar em sua primeira fase vai portanto se resumir a expurgar da sociedade, em todos os níveis, os indivíduos ou organizações suspeitos de comunismo ou que representariam ameaça interna ao país. Esse uso da metáfora médica e biológica tem uma grande importância para a análise e a plena compreensão histórica do discurso e das medidas adotadas então pelo regime. As concepções políticas e jurídicas que inspiram a redação do AI-1 emanam da Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida e ensinada nas escolas militares brasileiras na época, que fundamenta o pensamento estratégico das autoridades militares no momento do golpe. Tal doutrina parte da ideia de que haveria no Brasil uma guerra revolucionária em curso, promovida por grupos comunistas infiltrados no seio da população, que teria por objetivo instaurar no país um regime de inspiração socialista alinhado com o bloco soviético. A partir de tal constatação, as elites militares definem uma linha estratégica de ação inspirada na teoria da guerra contra-subversiva, ou contra-revolucionária, desenvolvida inicialmente na França e posteriormente nos Estados Unidos. Segundo a teoria, a população de um país ameaçado pela subversão seria como um corpo contaminado por uma doença. Para tal, a guerra contra-subversiva tem por alvo a população cível e deve se beneficiar de um quadro jurídico de exceção para poder operar (GUIMARÃES, 2015, p. 143). Se a teoria da guerra contra-subversiva foi desenvolvida inicialmente pelo exército francês na Guerra da Argélia, na década de 1950, e utilizada pelos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã na década seguinte, as ditaduras militares sul-americanas foram talvez o mais amplo laboratório de sua

aplicação. Tendo sido introduzida no continente com ajuda de oficiais franceses e estadunidenses, o comando militar brasileiro será o primeiro a aplicá-la e um dos principais responsáveis por sua difusão no continente a partir do Golpe de 1964. No país, a teoria, conjuntamente à Doutrina de Segurança Nacional, foi institucionalizada e consolidada ao longo da década de 1960 no seio da Escola Superior de Guerra (ESG), baseada no Rio de Janeiro. A contribuição teórica dessa escola ajudou a forjar a versão latino-americana da ideologia de segurança nacional, que enfatiza o combate à “ameaça de subversão interna”, representada inclusive pelo “crescimento de movimentos de classe trabalhadora” na sociedade (ALVES, 2005, p. 40). Entre os métodos de atuação preconizados pela doutrina, encontramos algumas das práticas que serão recorrentes ao longo da ditadura brasileira, assim como nas outras ditaduras militares do Cone Sul: prisões arbitrárias e vigilância permanente da população – inclusive mediante difusão de uma cultura de denunciamento contra os indivíduos suspeitos de oposição, guerra psicológica por meio da manipulação da informação via controle dos veículos de comunicação ou ainda a prática generalizada da tortura, sobretudo a partir da promulgação do AI-5, em 1968, no caso brasileiro.

Para atribuir-se os meios legais e práticos desse projeto, a Junta Militar enumera, portanto, por meio do AI-1, uma série de emendas constitucionais que entram em vigor no momento de publicação do ato. Entre elas, o artigo 8 estipula: “Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente” (BRASIL, AI-1, 1964).

Algumas linhas adiante, no artigo 10, completa-se que os comandantes em chefe editores do ato poderão “suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos” (BRASIL, AI-1, 1964). Esses curtos trechos resumem a linha de ação repressiva aplicada pela ditadura militar já em seus primeiros meses de existência. A partir da publicação do AI-1, na prática, a repressão – em sua dimensão visível e oficial – vai se manifestar principalmente em três níveis: emissão de uma série de inquéritos individuais e coletivos visando a pessoas ou grupos suspeitos de subversão; cassação de mandatos de políticos ou exoneração de funcionários públicos suspeitos de afinidades com o comunismo; e, por fim, intervenção federal contra órgãos públicos, privados ou associações de sociedade civil julgadas suspeitas de subversão política ou de corrupção – ideias associadas no discurso do regime. Com efeito, além de extirpar o comunismo e a subversão da sociedade, a ditadura se

apresentava oficialmente como imbuída da missão de moralizar a vida política que estaria gangrenada pelo populismo e pela corrupção. Dessa forma, o regime militar assumiria a missão de abrir uma nova era política marcada pelo patriotismo, pela restauração da ordem e pela reificação dos valores morais, responsabilidade autoatribuída que lhe confere “forças militares de poder praticamente ilimitadas sobre a população” (ALVES, 2005, p.48). Esse discurso da caça à corrupção e às práticas políticas imorais servia como uma luva para justificar – quando necessário – a cassação ou prisão de figuras ou grupos considerados inimigos pelo regime militar. Nesse aspecto, o AI-1 vai moldar a primeira pedra da era que Paulo Arantes qualifica de “exceção brasileira”. Segundo o filósofo, ainda não acusamos suficientemente o sentido histórico da “ruptura irreversível de época” representada por 1964, ruptura que “muda de vez” a lógica de governo a partir de um Estado que se autoatribui – de forma sistemática – um poder de arbitrariedade e repressão pautado em critérios de exceção por ele mesmo definido (ARANTES, 2014, p. 282).

Obviamente, o projeto repressivo do regime militar se estende para muito além dessas ações judiciais, investigativas e policiais que se manifestam de forma mais transparente nas fontes escritas acessíveis ao historiador – no nosso caso, inquéritos policiais e seção criminal de periódicos de ampla circulação. Como lembrado ainda por Arantes (2014, p. 282), essa nova “lógica de exceção” se aplica desde o campo da política institucional até a realidade cotidiana do “povo miúdo e descartável” e seus “ilegalismos” que se tornam alvo da repressão. Em vista disso, nosso objeto de estudo nos revela também todo um aparato de repressão e vigilância que se instala no ambiente cotidiano das populações, na vida corriqueira da capital mineira e principalmente de seus bairros populares e periféricos. Como veremos mais adiante, essa forma de repressão opera também no nível social e/ou simbólico, por vezes de forma mais discreta, mas não menos violenta. O relatório da Comissão Nacional da Verdade elucida que “O novo regime não esperou sua formalização para dar início à onda repressiva depuradora” (CNV, 2014a, p. 98). Apenas nos primeiros dias, milhares de pessoas foram alvo da repressão. Segundo levantamento divulgado pela referida comissão, nos dias que se seguem ao golpe e à publicação do AI-1, em torno de 5.000 pessoas foram presas, já com algumas ocorrências de brutalidades e práticas de torturas, especialmente no Nordeste. Em paralelo a inúmeras cassações de direitos políticos, essa primeira onda de prisões visa sobretudo os movimentos sociais e organizações consideradas de esquerda. Naquele período “sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos tiveram suas diretorias depostas” (CNV, 2014a, p. 98).

Em Minas Gerais, assim como nos outros estados, as medidas repressivas concretas anunciadas pelo AI-1 serão assumidas e encabeçadas por diferentes entidades. O trabalho de coordenação das investigações será assumido pela Delegacia de Vigilância Social (DVS), nome adotado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Minas Gerais a partir de 1964. No decorrer da ditadura, o DOPS⁴⁵ funcionará, em Minas Gerais e no resto do país, como a principal polícia política de investigação do regime, especializada na perseguição aos movimentos de esquerda e membros da oposição, sendo essa instituição diretamente implicada na generalização da tortura como método investigativo sistemático a partir de 1968, após a promulgação do AI-5. No decorrer da ditadura militar, o DVS/DOPS de Minas Gerais se caracterizou por uma intensa colaboração com a Polícia Militar para a realização de inúmeras prisões e violentas operações repressivas contra opositores do regime (CNV, 2014a, p. 773). Durante esse processo, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais é responsável principalmente pela prisão e condução dos suspeitos. Todas essas operações de repressão e investigação são coordenadas pelo governo militar federal, por meio de suas representações locais. Em Belo Horizonte, o Exército federal é representado localmente pela Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar – mais conhecida como ID-4 – chefiada então pelo general Carlos Luís Guedes⁴⁶ desde 1961. Este último, ferrenho opositor à posse do presidente João Goulart, esteve entre os principais articuladores do golpe em Minas Gerais, conjuntamente ao então governador do estado, Magalhães Pinto, e ao general Olímpio Mourão Filho, como escreve em suas memórias (GUEDES, 1979). O general Carlos Luís Guedes assumirá pessoalmente, como comandante do ID-4, a coordenação da repressão em Minas a partir de abril de 1964.

Na semana que se segue à publicação do AI-1, a “restauração da ordem” anunciada se desencadeia sob a forma de uma caça aos “subversivos” e “comunistas” por todo o país. Para coordená-la e centralizá-la, é criada em Brasília uma Comissão Geral de Investigações que visa apurar “todos os casos ligados às causas da revolução”. Dessa forma, todos os

⁴⁵ Em Minas Gerais, o DOPS existia desde 1927, tendo sua sede em Belo Horizonte no bairro Funcionários, na avenida Afonso Pena, e mantinha desde sua fundação uma “tradição anticomunista” atuando especificamente na vigilância e repressão de movimentos sociais (ASSUNÇÃO, 2006, p. 50).

⁴⁶ Carlos Luís Guedes nasceu em 1905 em São João Del Rei. Após se formar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, ingressou no exército em 1925. Promovido a tenente-coronel em 1947, foi designado para chefia de seção do Serviço Militar da 4ª Região Militar (4ª RM), sediada em Juiz de Fora (MG). Em 1961 passou a comandar a Infantaria Divisionária da 4ª RM (ID-4), em Belo Horizonte já como general-de-brigada. A partir deste cargo, foi um dos principais articuladores do Golpe Militar de 1964 em Minas Gerais. Em agosto de 1969 foi transferido para a reserva como general de exército. A partir de então dedicou-se às atividades empresariais, como vice-presidente da Valeriza, companhia de exploração de minérios. Faleceu em Londres em 1976.

inquéritos tendo por objetivo a apuração de atividades consideradas subversivas, em todo o território brasileiro, são transferidos para a responsabilidade das Forças Armadas, sendo o general Estevão Taurino de Rezende Neto encarregado de chefiar as investigações no âmbito federal. Em Minas Gerais, o ID-4, dirigido pelo general Guedes, assume o comando à repressão, começando – nas primeiras semanas de abril de 1964 – por enviar à Comissão de Brasília todos os inquéritos em curso contra “comunistas” e “subversivos” em todo o estado (DM, 22/04/1964).

No mesmo período, uma série de novos inquéritos são abertos pelo DOPS/MG para apurar atividades consideradas suspeitas, em sua maioria contra indivíduos já identificados ou vigiados pelas autoridades, principalmente na capital mineira. Na primeira semana do mês de maio, já constam cerca de 240 “pessoas consideradas subversivas” presas apenas em Belo Horizonte. Quase todos são homens – apenas cinco mulheres constam na lista –, sendo em sua maioria lideranças ou membros de algum sindicato ou movimento social, inclusive do movimento favelado. Na “relação dos presos em Minas” divulgada publicamente pelo DOPS constam: “José do Carmo” e “Raimundo Gil da Silva⁴⁷”, moradores da Vila Operário-Estudantil e membros da direção da UDC local; “Francisco do Nascimento”, morador da Vila Nosso Senhor dos Passos, no bairro Lagoinha, presidente de sua UDC e presidente da Federação dos Trabalhadores Favelados;⁴⁸ e o já citado “Padre Francisco Lage”, que atuava nas vilas recém-criadas. Constam também da mesma lista alguns estudantes ou professores universitários, tal como o professor da Escola de Arquitetura Sylvio de Vasconcellos, preso “sob denúncia” e “a pedido da ID 4” (DM, 06/05/1964). Em relação aos sindicatos e movimentos sociais, a repressão atinge diversas entidades, tais como o Centro Social

⁴⁷ Nascido em 1937 em Santa Cruz do Escalvado, na Zona da Mata, no interior de Minas Gerais, Raimundo Gil da Silva veio para Belo Horizonte no meio da década de 1950. Ele trabalhou como empregado de restaurante e operário da Indústria Mineira de Moagem em Contagem, tendo residido nos bairros Santo André e Monsenhor Messias antes de se juntar em 1963 às ocupações na região do Cabana do Pai Tomás nas quais três de seus irmãos participavam e onde se fixou. Ele foi então eleito Presidente da União de Defesa Coletiva da Vila Operário Estudantil, sendo ativo na vida comunitária da vila até seu falecimento. Casou-se em 1959 com Maria Conceição da Silva, que também se tornará uma figura ativa no movimento comunitário da vila. Faleceu na década de 1980.

⁴⁸ Francisco Farias do Nascimento, nasceu em 1926 em Prado, no Estado da Bahia. Na década de 1950, mudou-se para Belo Horizonte onde se instalou na Vila Nosso Senhor dos Passos, na favela Pedreira Prado Lopes, na região da Lagoinha. Em 1956, ele participou da fundação da Sociedade Pró Melhoramento da Vila, e posteriormente da sua UDC. Trabalhou como comerciário até se tornar funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos em 1961. Em 1959, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). No mesmo ano, participou da criação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte da qual foi eleito presidente em 1960, função que ele ocupa até ser preso e indiciado pelo DOPS no inquérito contra as ocupações de terras em maio de 1964. Após deixar a prisão, voltará a ser ativo no movimento comunitário de sua Vila, participando, com outras lideranças de favelas, da criação da União dos Trabalhadores da Periferia em 1974 da qual também se tornará presidente.

Ferrovário, o Sindicato dos Bancários, o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Mineiros de Nova Lima.

Aos poucos, as buscas coordenadas pelas autoridades militares de Minas passam a se estender para o interior de Minas, ou até mesmo fora do estado. Uma série de mandados de prisão é então lançada para núcleos urbanos ou cidades pequenas do interior, nas regiões de Governador Valadares, Caxambu, Coronel Fabriciano e Ipatinga (DM, 27/06/1964). Nesse período, identificamos uma única operação da polícia mineira fora do estado, com participação de agentes de Minas em uma operação federal visando dismantelar um suposto foco guerrilheiro no estado de Goiás que teria ligação com suspeitos procurados em Belo Horizonte (DM, 07/05/1964).

Além dessas prisões, é desencadeado o processo de expurgo na administração pública do estado e da capital. No nível estadual, um conselho é formado por secretários do Estado – tal como o secretário do Interior, Oswaldo Pierucetti, futuro prefeito da capital – e o comandante geral da Polícia Militar para apurar casos de funcionários públicos estaduais suspeitos de subversão. Na escala municipal, uma Comissão Interpartidária da Câmara Municipal é encarregada de examinar um conjunto de fichas fornecidas pelo DOPS e pelas autoridades militares relativas a vereadores, suplentes e funcionários da Câmara suspeitos de “ligações com entidades subversivas” (DM, 30/04/1964). Entre eles, o já citado vereador Dimas Perrin, advogado da FTFBH e defensor das novas favelas criadas pelas “invasões”. Perrin foi inclusive um dos primeiros vereadores belo-horizontinos a ter seu mandato cassado, pelo fato de sua ficha “revelar todas suas ligações com o Partido Comunista, e também as suas atividades subversivas” (DM, 30/04/1964).

Para além das comissões internas de expurgos instituídas em órgãos públicos, é decretada uma série de intervenções federais para apurar o funcionamento interno e as atividades de diversas entidades suspeitas de “subversão” ou “corrupção”, sejam elas públicas, privadas ou oriundas da sociedade civil. Instituições dos tipos mais diversos são alvos de intervenção nesse período, desde a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), o Instituto de Associados da Previdência (IAPI) ou ainda, em Belo Horizonte, a Faculdade de Filosofia (FAFI) da Universidade de Minas Gerais – conhecida hoje como FAFICH (DM, 13/06/1964). Seguindo as diretrizes e medidas anunciadas pelo AI-1, cada intervenção federal é decretada pelo comando local das Forças Armadas, que entrega a determinado representante – geralmente um oficial de alta patente do Exército ou da Polícia Militar – a direção da entidade visada com missão de apurar seu funcionamento interno. Este podia então decretar a suspensão

– permanente ou temporária – de suas atividades ou redefinir seu funcionamento interno caso julgasse necessário. Uma das intervenções federais realizadas na capital mineira terá por alvo a FTFBH e as favelas – recentes e antigas – da cidade, episódio que analisaremos em detalhes no segundo tópico deste capítulo.

No final do primeiro trimestre que se segue ao golpe, em julho de 1964, o balanço publicado oficialmente na imprensa relata um total de 882 prisões por averiguação em todo o estado, realizadas pelo DOPS, resultando em 34 prisões preventivas (DM, 05/07/1964). Entre os 34 suspeitos mantidos presos após o inquérito, encontram-se o padre Lage e Francisco Farias do Nascimento, sendo este acusado de responsabilidade criminal perante a Lei de Segurança Nacional por sua atividade na favela onde morava, em companhia de outras lideranças faveladas tais como Raimundo Gil, Felipe Cupertino e Vicente Gonçalves (DOPS, 3932, p. 151).

Uma vez contextualizado o período de forte repressão que se segue ao Golpe Militar de 1964, analisaremos nos próximos tópicos o inquérito contra as ocupações de terras urbanas, por meio das estratégias e discursos policiais desenvolvidos contra esses territórios visando mais especialmente a algumas figuras do movimento favelado. A repressão do DOPS contra as vilas e favelas recém-criadas será analisada como parte da guerra “contra-subversiva” desencadeada pelo regime contra os movimentos sociais populares e de esquerda, que implica a definição – pelo poder – do “favelado” enquanto inimigo interno a ser neutralizado.

2.1.2 A doutrina da contra-subversão

No início do mês de maio de 1964, no âmbito da operação repressiva desencadeada pelos militares em todo o país, o DOPS de Minas Gerais – então rebatizado Delegacia de Vigilância Social – abre inquérito a fim de apurar os acontecimentos daquele “período de intranquilidade” que viu acontecer, nos dizeres do próprio inquérito, um “surto incontrolável de invasões” de terrenos em diversos locais da capital mineira, em 1963 (DOPS, 3932, p. 142). Não se trata do primeiro inquérito realizado pela polícia mineira contra as atividades do movimento favelado, já que alguns membros já estavam sendo investigados pelo DOPS desde 1961 (OLIVEIRA, 2014, p. 269). No entanto, este será o mais importante não só por seu volume, mas também por suas repercussões políticas, ao resultar na extinção e proibição da FTFBH e das entidades faveladas, assim como na prisão de suas principais lideranças.

A estratégia desenvolvida pelo DOPS nesse inquérito vai significar uma aplicação prática da Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela ditadura militar a partir dos conceitos formulados no seio da Escola Superior de Guerra brasileira. Como já evocamos, no “processo de legitimação” do golpe militar e da ditadura, o Exército apresentava o golpe e a repressão deflagrada contra a população como um passo histórico inevitável para salvar o país de uma suposta “guerra revolucionária comunista” (COSTA; DIRSCHNABEL, 2013, p. 538). Segundo os oficiais do Exército brasileiro, essa precisaria ser combatida graças à aplicação, em todo o território, de estratégias militares de contra-subversão.

Tal conceito foi desenvolvido por oficiais do exército francês durante a Guerra de Independência Argelina. Entre 1954 e 1962, essa guerra opôs o exército francês aos grupos armados nacionalistas argelinos, representados principalmente pela Frente de Libertação Nacional (FLN). Estes lutavam pela independência total da Argélia, tornada uma colônia francesa desde sua invasão pelas tropas francesas em 1830, sendo então a mais antiga colônia da França no continente africano. Após oito anos de guerra ao longo dos quais o exército francês não conseguiu vencer a luta armada dos independentistas, este será finalmente obrigado a se retirar do país enquanto o povo argelino logra conquistar a independência do país. A vitória da guerrilha argelina tem forte impacto político no mundo inteiro, sendo vista como mais uma revolução vitoriosa de uma população oprimida contra o imperialismo ocidental, poucos anos após a Revolução Cubana.

A principal dificuldade de combater a guerrilha argelina decorria de sua forte inserção em meio às comunidades urbanas e rurais e à população em geral, que na sua maioria apoiava seu combate. Desde os primeiros anos da Guerra da Argélia, oficiais do exército francês procuraram desenvolver estratégias para combater a ação da guerrilha. Essas estratégias se condensaram na teoria da chamada doutrina da guerra “contra-insurrecional” ou “contra-subversiva”. Como apontamos anteriormente, os oficiais militares adeptos de tal doutrina defendem que a principal tarefa do exército que enfrenta uma guerrilha ou uma guerra revolucionária é localizar – no seio da população civil – os elementos e focos responsáveis pela subversão para em seguida erradicá-los. Nesse sentido, as principais etapas estratégicas a seguir são: identificar o perfil dos elementos subversivos responsáveis pela “contaminação” do corpo social e localizá-los; ensinar o restante da população a reconhecer e denunciar tais elementos, de forma a permitir a “imunização” do corpo social; realizar intervenções localizadas visando extirpar tais elementos da população –através seja da prisão seja de sua execução (RIGOUSTE, 2009, p. 54). Em seu trabalho sobre o assunto, o sociólogo francês Matthieu Rigouste identifica

uma série de dispositivos concretos aplicados pelo exército francês para levar a cabo essa doutrina, dos quais destacamos alguns principais (RIGOUSTE, 2009, p. 63): instalação de um regime de exceção jurídica; levantamento o mais detalhado possível da população para maior vigilância e controle (identidades e relações sociais); deslocamento forçado de parte da população ou prisão massiva dos suspeitos e prática generalizada da tortura para intimidar e obter informações (seguida por vezes do desaparecimento dos corpos dos presos); ação de guerra psicológica e de propaganda (controle e uso dos meios de comunicação, criação ou deformação de notícias divulgadas etc.).

Como pano de fundo de aplicação desse dispositivo estratégico, a identificação do perfil do cidadão potencialmente subversivo pelo poder resulta muitas vezes na produção da figura do “inimigo interno”, indivíduo-tipo a ser vigiado e controlado. Enquanto alvo central da guerra contra-subversiva, seus traços e características devem ser divulgados no seio da população e nas escolas militares para facilitar sua localização. Essas grandes linhas da estratégia militar contra-subversiva são de grande interesse para entender a lógica que vai estruturar o projeto repressivo desenvolvido pela ditadura no Brasil. Mais especificamente, ela constitui um elemento essencial para analisar e compreender historicamente a política desenvolvida pelo regime militar em relação às favelas e terrenos ilegalmente ocupados em Belo Horizonte. Tal política será analisada no decorrer deste capítulo em seu aspecto repressivo, em um primeiro momento, mas também em suas dimensões socioeconômicas e habitacionais.

A Argentina e o Brasil serão os principais responsáveis pela introdução e disseminação prática da doutrina militar da contra-subversão no continente. A primeira transmissão efetiva dessa doutrina para Forças Armadas sul-americanas ocorre em 1958, quando cerca de 60 oficiais argentinos são recebidos – no auge da Guerra Argelina – na França e na Argélia para receber cursos de formações junto ao exército francês. Nos anos seguintes, oficiais franceses também serão enviados para a Argentina para oferecer formações a oficiais de todo o continente, inclusive do Brasil (TENENBAUM, 2018).

Enquanto isso, no Brasil, a primeira menção às teorias da contra-revolução é feita em 1957 na revista *Mensário da Cultura Militar*, publicação do Estado-Maior do Exército, com a tradução de um artigo de uma revista ligada ao Ministério da Defesa Francesa (GUIMARÃES, 2015, p. 144). A vitória da Revolução Cubana em 1959 vai de fato concretizar, na visão das Forças Armadas brasileiras, a realidade de uma ameaça comunista no continente (PATTO, 2000, p. 288). A partir de 1960, em revistas militares como *Defesa Nacional* e *Noticiários do Exército*, oficiais do Exército brasileiro passam a publicar uma

série de artigos sobre o possível perigo de uma “guerra revolucionária” em curso no Brasil, refletindo sobre métodos para enfrentá-la (GUIMARÃES, 2015, p. 145). O Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira define o conceito de *guerra revolucionária* como um “conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação”, como identificado pela historiadora Maria Helena Moreira Alves (2005). Portanto, tal conceito se diferencia da ideia de *guerra insurrecional*, que remete a qualquer conflito interno em que uma população armada busca a deposição do governo. A *guerra revolucionária* não envolve necessariamente a opção pela luta armada, mas pode incluir as mais diversas iniciativas da oposição visando à desestabilização da ordem social e política vigente. Justamente para “evitar o confronto armado”, ela assumiria de preferência “formas psicológicas” com o intuito de “conquistar as mentes do povo” e “disseminar as sementes da rebelião” (ALVES, 2005, p. 44). É justamente por esse motivo que os movimentos sociais e os movimentos estudantis de esquerda serão vistos pelos militares brasileiros como um elemento central da chamada *guerra revolucionária* que estaria em curso no país. Ainda segundo o mesmo manual, a população, de maneira geral, é constituída de potenciais “inimigos internos”, “que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados” (ALVES, 2005, p. 45).

Em 1961, o Exército brasileiro organiza, na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) do Rio de Janeiro, o primeiro curso de formação realizado sobre o tema no país. A partir desse ano, diversos oficiais brasileiros viajam para o exterior para receber cursos de formação sobre a estratégia contra-revolucionária na escola de guerra School of Americas (SOA), criada pelos Estados Unidos na região do Canal de Panamá, ou em centros de formação militar dos Estados Unidos, com instrutores americanos e franceses que atuaram na Guerra da Argélia (CHIRIO; JOFFILY, 2018).

Em um artigo publicado em 1964, o major Kleber Frederico de Oliveira afirma que “a universalidade dos campos de operação da guerra revolucionária permite afirmar que ela atua muito mais no âmbito civil do que no militar” desenvolvendo-se “nos sentimentos e no pensamento da população” (GUIMARÃES, 2015, p. 145). Neste texto, o major indica os dois campos basilares para a ação repressiva da ditadura: a população civil e o campo psicológico. Essa importância da “ação psicológica” sobre a população no intuito de enquadrar o “inimigo interno” constitui outro elemento fundamental para entender a especificidade da repressão contra a população favelada, analisada neste capítulo.

2.1.3 A construção do favelado como inimigo interno

No Brasil de 1964, podemos observar a progressiva aplicação dos princípios básicos da doutrina de guerra contra-subversiva. O primeiro deles é a instauração de um estado de exceção, que vai se concretizar primeiramente no país com o AI-1. Este já anuncia a deflagração de uma guerra atípica contra sua própria população, baseada nas teorias da contra-subversão, ao considerar a nação brasileira um corpo infeccionado pelo comunismo que devia ser curado e “drenado” mediante ações drásticas e excepcionais.

Já que o corpo da nação brasileira se encontraria doente, a primeira tarefa das Forças Armadas do Estado – Exército e forças policiais – será identificar e localizar os elementos que causam tal doença. Consequentemente, a produção pela ditadura de narrativas visando caracterizar a figura do “inimigo interno” no Brasil de 1964 terá um papel central na onda repressiva desencadeada. Isto não constitui uma novidade, já que, como lembrado por Paulo Arantes, a identificação e a caça aos indivíduos definidos como inimigos do Estado são um traço recorrente na história contemporânea brasileira, tendo sido instituído de fato como “escola de governo” pela ditadura varguista, a partir de 1935. Esse aspecto representa inclusive um ponto de continuidade histórica entre esta e a ditadura militar iniciada em 1964, continuidade encarnada pela participação do jurista Francisco Campos nos dois regimes autoritários (ARANTES, 2014, p. 282). O AI-1, elaborado sob sua supervisão após o Golpe de 1964, configura um mecanismo jurídico-formal que visa à construção da “legalidade do inimigo” definido pelo regime militar como principal alvo da sua repressão (COSTA, DIRSCHNABEL; 2013, p. 538). No entanto, a construção dessa figura do inimigo interno pela ditadura militar não pode se limitar à esfera jurídica, pois tal figura precisa ser difundida sobretudo no imaginário compartilhado pelo conjunto da sociedade, convidada a colaborar com o regime na caça a esse inimigo. Para além do aparato jurídico que serve de sustento à repressão, produz-se paralelamente uma narrativa – publicizada em propaganda e alguns grandes veículos de comunicação – que visa esclarecer e definir publicamente o perfil do “inimigo”. Por meio de tais narrativas, o principal “inimigo” da nação segundo o regime, isto é, o “comunista”, desdobra-se em uma série de perfis e figuras que serão alvos da repressão.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, em seu trabalho sobre os conflitos urbanos no Recife no fim da década de 1970, cita como epígrafe a seguinte afirmação pronunciada por um delegado do DOPS: “o povo só não agita” (SANTOS, 1983, p. 21). Essa declaração resume bem a essência da missão que será conferida aos agentes do DOPS, especialmente na primeira fase da repressão da ditadura: se a população civil é por natureza

boa e ordeira, há necessariamente alguns elementos nela que são responsáveis por incitá-la a entrar no caminho da subversão e da desordem. No contexto brasileiro, há também uma visão romantizada e paternalista, cultivada pela elite do país desde a época colonial, de que o pobre – além de ordeiro e obediente – é um coitado que, por sua ignorância, não teria capacidade de se organizar politicamente para algum tipo de ação ou de reivindicação sem a influência de algum agente externo. Como bem resumido no discurso de um proprietário de terras, também citado por Santos:

É impossível uma invasão (...) sem uma organização por trás. Eles sozinhos não teriam capacidade para se organizarem. Eles sabem que a terra tem dono. Respeitam essa verdade, mas não sabem o certo e o errado. Não entendem nada. Logo, algum dedo está por trás... (SANTOS, 1983, p. 41)

É a partir dessa ideia que, no âmbito dos conflitos por terra, é construída tanto no discurso da classe proprietária como do DOPS a figura do “agitador”, que deve ser o verdadeiro alvo da repressão. Resta, então, aos investigadores a tarefa de identificar e localizar tais elementos para extirpá-los e isolá-los do resto da população. Já que “o povo só não agita”, há de haver por trás algum “agitador” responsável. É precisamente nesse sentido que podemos entender a importância da figura do “agitador” ou “insuflador”, que constitui uma referência central no inquérito do DOPS. A portaria que abre o inquérito sobre as ocupações de terras, desde suas primeiras linhas, aponta para o papel central dos “elementos conhecidos” nos núcleos favelados que organizariam e liderariam as “invasões” e o “plano de agitações nas favelas” (DOPS, 3932, p. 10).

A missão do inquérito é, precisamente, estabelecer essa distinção entre o povo ordeiro e os “agitadores”, fontes da atividade subversiva, que devem ser localizados e presos. Ao analisar o inquérito na sua integridade, percebemos que o alvo das investigações não é exatamente o militante comunista externo à comunidade, provavelmente por este ser mais facilmente identificável pela sua atuação pública junto à FTFBH e outros movimentos. Dessa forma, figuras tais como o vereador Dimas Perrin ou o sindicalista Sinval Bambilra são citados e investigados no âmbito do inquérito, mas não parecem estar no cerne da investigação do DOPS. Percebemos que o inquérito se interessa mais em identificar e interrogar os moradores de favelas que se encontram envolvidos diretamente no movimento, aquele favelado que teria permitido a entrada dos “insufladores” profissionais na comunidade e assumido a implantação de ideias subversivas nela. Como afirmado na conclusão do próprio relatório, o inquérito realizado leva os agentes a considerar que a principal fonte de agitação e

subversão se encontrava na própria favela: “Os núcleos favelados de certa maneira são agitados por categoria de sua população, pobre, miserável, irritadiça, inconformada, onde alastra a prostituição, o vício e a delinquência” (DOPS, 3932, p. 146). A ideia de que haveria necessariamente um agente interno à favela responsável por introduzir elementos externos no seio da comunidade vai servir de base, ao longo do inquérito, à construção de um perfil peculiar de “inimigo” do regime: o *líder favelado*, responsável por contaminar as comunidades faveladas ou ameaçar a ordem urbana ao espalhar a agitação e a subversão. Este seria responsável por fomentar a subversão nas favelas, assim como aliciar ou mesmo obrigar, pela intimidação, o restante da comunidade a segui-lo em suas ações, corrompendo até os “bons elementos”:

Há de se reconhecer que elementos de bem ali residem (...) esses que são honestos e não endossam ou apoiam atitudes e movimentos coletivos de perturbação, de pressão ou desafio, mas sofrem e resgatam com maior sofrimento a ousadia de pensarem e agirem diferentes daqueles que acompanham e protegem o líder (DOPS, 3932, p. 146).

Se tal figura se torna um alvo central no discurso do DOPS, ela se desdobra e se articula com outras figuras de inimigos internos atuantes nas comunidades, como veremos. Dois exemplos são a *mulher favelada*, representada com a predisposição natural para a prostituição e o rebaixamento moral da comunidade, e o *agente estrangeiro*. Tais personalidades do inimigo construídas pelos discursos analisados nas fontes não se constituem apenas como figuras simbólicas que alimentam o imaginário das elites brasileiras da época. Trata-se de perfis-tipo cuja construção cumpre um papel indispensável para a estratégia política repressiva da ditadura. Como veremos mais adiante neste capítulo, a descrição detalhada dos perfis dos “agitadores”, “insufladores” e “favelados subversivos” configurou-se como um instrumento indispensável para o trabalho repressivo do DOPS e para a aplicação de seu método baseado na construção de uma rede de informantes civis e na difusão de uma cultura de denunciamento e vigilância comunitária. A principal figura do inimigo construída pela investigação do DOPS é o “líder dos favelados”. Citada diversas vezes ao longo do inquérito, a expressão é utilizada pela primeira vez publicamente em um artigo do *Diário de Minas* que retrata as conclusões das investigações chefiadas pelo delegado Raimundo Tomás (DM, 28/06/1964). O retrato mais preciso da figura de “agitador” local nas comunidades será finalmente – após o encerramento da investigação – publicizado, representado pela figura de Francisco do Nascimento, apontado por ser o principal “líder”

organizador das “invasões”, que comandava as comunidades com mão de ferro para seu próprio benefício político e financeiro.

Com 38 anos no momento do inquérito, é funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos e presidente da FTFBH desde 1960. Morador da Vila Nosso Senhor dos Passos, na região da Lagoinha, ele participou da criação da principal entidade comunitária, ainda na década de 1950, inicialmente batizada Sociedade Pró Melhoramento, sendo depois renomeada como União de Defesa Coletiva, da qual ele também era presidente (DOPS, 3932, p. 63). Ao longo do artigo do *Diário de Minas*, intitulado “Polícia revela Plano que explorava favelas”, Francisco do Nascimento é apontado como um dos “líderes favelados” e um dos principais articuladores de um projeto financeiro e político que existiria por trás das invasões. Segundo o texto, ele teria “transformado o movimento não só para fins políticos pessoais e a serviço de comando comunistas, como também para exploração financeira em interesse próprio”, explorando a comunidade para seu benefício (DM, 28/06/1964). Sua sede de poder e de lucro seria tão ilimitada que ele “não parava: constantemente descobria, aumentando o problema e proporcionalmente seu rendimento”. Descrito como “extremista” e meticuloso no seu modo de preparar invasões, “feitas em estilo militar”, “tudo obedecia a um esquema” preciso elaborado por ele. Uma vez criada a nova comunidade, comandava-a de forma autoritária e cobraria de cada morador um valor “para a Federação” que na verdade “se revertia para ele” (DOPS, 3932, p. 63).

É importante lembrar que o artigo do *Diário de Minas* pretende retratar os resultados do inquérito realizado pelos agentes do DOPS, tal como estes foram comunicados à imprensa. Em outros termos, as linhas desse relato sobre como funcionava o plano de “exploração das favelas” e quem era seu líder foram provavelmente de autoria do próprio delegado Raimundo Tomás, responsável pela coordenação do inquérito. O perfil traçado no periódico, do “agitador” favelado, corresponde àquele que emerge das perguntas elaboradas pelos agentes do DOPS em diversos trechos do inquérito. A mesma expressão “líder dos favelados”, para se referir à figura de Francisco do Nascimento, será utilizada, além da imprensa e do próprio inquérito, pelo general Guedes em suas memórias sobre os acontecimentos em torno do Golpe de 1964 em Minas. Em seu texto, ao se referir a Nascimento como “líder dos favelados”, Guedes afirma que o porta-voz de Nascimento nas reuniões importantes costumava ser o vereador Dimas Perrin, já que o líder seria, assim como Sinval Bambirra e vários de seus companheiros, “semi-analfabeto” (GUEDES, 1979, p. 139).

Resumindo e sintetizando os grandes traços do *líder favelado* com base nas fontes: este é apresentado como um bruto inculto, manipulador, esperto e ganancioso, agindo não por ideologia política ou convicção, mas em favor de seu benefício pessoal, principalmente financeiro, sendo extremista, meticuloso e autoritário em suas práticas. Ele também estaria articulado com redes comunistas internacionais, tendo atraído para as favelas a visita de agentes comunistas chineses, que também o auxiliariam financeiramente em suas práticas. O artigo também menciona a participação no plano subversivo de militantes comunistas externos às favelas, principalmente Dimas Perrin, apresentado como principal aliado de Nascimento. No entanto, a participação de Perrin é minimizada, já que teria agido principalmente para “fins eleitoreiros” (DM, 28/06/1964).

Como se vê, a imagem construída em torno da figura do *líder favelado* nas vozes de representantes do regime militar, como elemento perigoso para a ordem social, reproduz diversos aspectos historicamente recorrentes no discurso policial e das elites, e identificados por estudiosos do tema, sobre os moradores de favelas. A socióloga Lícia Valladares (2000, p. 8), por exemplo, evidencia como, desde o alvorecer do século XX, quando as primeiras favelas passam a ocupar as manchetes de jornal, sua população já é retratada – tanto no discurso da grande imprensa quanto da polícia – como sendo composta por “vagabundos”, “ladrões” e “desertores”, alheios à moral, à ordem social e ao respeito das leis. O geógrafo Andreilino Campos (2011, p. 63), por sua vez, vê nesses tipo de discurso a herança de um estigma construído pelas elites em relação à população negra escravizada, que levou historicamente essas mesmas elites a enxergar a população favelada como a própria “classe perigosa”, vivendo à margem da sociedade e do trabalho formal por sua “incapacidade a se adaptar à dinâmica do capitalismo”. O retrato analisado em nossas fontes do *líder favelado* dialoga também com as reflexões da escritora e estudiosa em literatura brasileira Conceição Evaristo (2019), que identifica um processo recorrente, na história da cultura da elite brasileira, de “animalização” e “infantilização” do sujeito popular – principalmente do sujeito negro –, que, por “não saber falar” nem raciocinar corretamente, agiria muitas vezes sob a ordem ou influência de um sujeito oriundo de outra classe mais privilegiada. A imagem do povo humilde influenciado por agitadores externos é expressa pelo general Guedes, conforme analisado anteriormente, segundo o qual Francisco do Nascimento precisava do vereador Dimas Perrin como porta-voz público por não saber se expressar corretamente.

A figura do *líder*, “mentor na favela”, é amplamente descrita na conclusão do inquérito do DOPS, que aponta os “líderes” locais como os principais responsáveis pela subversão nas

comunidades, a começar por Francisco do Nascimento, qualificado de “comandante”, formado “na Escola Comunista da Bahia”, primeiro citado na lista conclusiva de responsabilidade criminal do inquérito. Dela constam também os nomes e descrição dos outros principais líderes favelados identificados como perigosos no inquérito sobre as invasões, todos presidentes de UDC em suas comunidades. Sete deles são apontados como as lideranças faveladas mais influentes no seio do movimento: Raimundo Gil e José do Carmo, respectivamente presidente e vice-presidente da UDC da Vila Operário-Estudantil criada na região do Cabana a partir das “invasões” analisadas no Capítulo 1; Luiz Francisco de Souza, da UDC da Vila São Vicente, primeira criada na cidade, no Padre Eustáquio; José Bonifácio de Oliveira e Joaquim de Carvalho, presidente e vice-presidente da Vila Santa Rita de Cássia, localizada no Morro do Papagaio; Dionísio Nunes Folgado, ex-presidente da UDC da Vila Carioca; e Felipe Cupertino, presidente da Vila Nossa Senhora dos Anjos, no bairro Santa Efigênia.

Pelas informações que constam do inquérito, traçamos o perfil das lideranças investigadas: todos são homens adultos – entre 25 e 50 anos – e casados; quase todos são descritos como de pele escura ou morena – exceto em dois dos depoimentos, nos quais a informação não é especificada. A maioria é designada no inquérito como pedreiro ou carpinteiro, no entanto, ao ler suas trajetórias, percebemos que a maioria já realizou diversos tipos de trabalhos: operário na indústria, empregado em comércio ou restaurante ou ainda “biscates”, segundo o termo usado no inquérito (DOPS, 3932) Por meio dos depoimentos, principalmente das perguntas feitas pelos investigadores, fica evidente o teor das suspeitas e possíveis crimes atribuídos ao *líder favelado*. Além de organizar as “invasões” de terra – tendo em vista seu benefício pessoal –, ele incitaria a agitação local contra a ordem e a moral, sendo acusado também de comandar execuções de representantes das autoridades, profanação de templos religiosos ou ainda de implantar o proxenetismo nas comunidades. Na imagem construída pelo discurso do DOPS, este aparece como imbuído de um poder de articulação e subversão quase que sem limites. Em seu depoimento aos investigadores, Antonio Luciano, proprietário dos terrenos “invadidos”, que também aponta Francisco do Nascimento como primeiro nome na lista de “agitadores” favelados, afirma ter sido informado que este e seus aliados, especialmente no Cabana do Pai Tomás, utilizariam os terrenos para esconder “armas e munições”, além de realizar “treinamento de guerrilhas” por “grupos especializados” e “planejamento de invasões de outros terrenos” (DOPS, 3932, p. 10). O DOPS também suspeita – o que se evidencia pelos questionamentos feitos no inquérito – que haveria uma articulação, da qual participariam lideranças faveladas, responsável por trazer para a capital os interioranos

que se instalam nos terrenos ocupados. Segundo o relatório do inquérito, ao ser questionado sobre esses pontos, Raimundo Gil nega “saber de que maneira estes [interioranos] foram atraídos para esta capital”. Ademais, em outro momento do inquérito, lhe é perguntado se confessa, ou não, ter incentivado a prostituição de “mulheres de vida fácil” naquela vila “com o fim único de desmoralizar a polícia possibilitando, com isso, o seu afastamento do local” (DOPS, 3932, p. 46). Essa última acusação, que assimila também a liderança local à figura do proxeneta, faz aparecer o perfil de outra personagem que também seria causadora da “desordem” na comunidade, vinculada diretamente ao personagem do *líder favelado* e o apoiando em suas ações subversivas: seu alter-ego feminino, de certa forma. A figura da mulher favelada de baixa moralidade que apoia as ações do *líder* vem se desenhando em diversas ocasiões no discurso das autoridades, sendo esta capaz, segundo o delegado do DOPS, de corromper um cidadão de bem ou o policial e de causar o rebaixamento moral da comunidade.

Nota-se que, tanto no discurso do DOPS como do interventor nas favelas, as mulheres nas favelas são sempre associadas ao vício ou à vulnerabilidade social, em uma narrativa segundo a qual elas se dividem entre as condições de mães solteiras, moças desassistidas e prostitutas – muitas delas adolescentes. Essas mulheres também seriam expostas à má influência de elementos externos, tal como “a comunista Adamastora Andreazzi”, que, junto à Federação dos Trabalhadores Favelados, teria promovido “a arregimentação da mulher favelada”, atraindo-as para organizações subversivas criadas nas vilas, as chamadas “Ligas Femininas”,⁴⁹ que também serão objeto da repressão da intervenção militar (DOPS, 3932, p. 145).

Em artigo publicado na imprensa no decorrer do inquérito, é publicizada a figura da *mulher favelada*, amante do líder da comunidade. Trata-se da divulgação de uma queixa – relatada à imprensa pelo interventor militar nas favelas – feita supostamente pela esposa de Francisco do Nascimento. Segundo a nota publicada, a esposa deste, Alice Ferreira do Nascimento, teria se queixado da amante dele, Edir Maria da Silva, quem, após ter apoiado as “atividades subversivas” do líder favelado antes de sua prisão, estaria a ameaçando sob pretexto de Alice ter denunciado Francisco às autoridades, enquanto ela enfrenta dificuldades para cuidar sozinha dos sete filhos, abandonados pelo pai (DM, 13/06/1964). Nessa narrativa, Edir, amante do “líder favelado”, encarna a figura da mulher de poucas virtudes, destruidora

⁴⁹ Criada em 1962 e coordenada pela professora Adamastora Andreazzi, a Liga Feminina de Minas Gerais tem por objetivo formar movimentos femininos em luta pelas Reformas de Base e contra a carestia. Aproximando-se nesta época da Federação dos Trabalhadores Favelados, a Liga Feminina participa da criação de associações femininas em diversas favelas e em algumas ocupações iniciadas em 1963 dentre as quais a Vila Frei Josafá ou ainda a Vila Operário Estudantil, no Cabana do Pai Tomás. Após o Golpe Militar, tais associações bem como a Liga Feminina serão extintas pelos militares.

do lar e inimiga da família, teimosa e encenqueira, cúmplice da desordem e da subversão do seu alter-ego masculino. Tal como um espelho, a sua imagem remete também à imoralidade da vida íntima e familiar do *líder favelado*, que abandona a esposa e os filhos para frequentar sua – ou suas – amante. Não se trata aqui de questionar a veracidade dos fatos citados ou de minimizar a realidade da condição, tristemente recorrente, de mães solteiras abandonadas pelos maridos, mas de evidenciar o uso político dessa informação naquele momento histórico.

A queixa divulgada a partir do interventor foi realizada no âmbito de seu trabalho de “assistência social”. No âmbito dessa função, que ele assume temporariamente enquanto ocupa a sede da FTFBH – sob intervenção –, o interventor militar recebia alguns moradores de favelas, ouvindo suas demandas, queixas e denúncias. Por se tratar de assistência social, ofertada pelo poder público às pessoas vulneráveis, o conteúdo dos atendimentos deveria ser mantido em sigilo. Com efeito, como lembrado por Rayanne de Oliveira, as profissões vinculadas ao Serviço Social tinham desde 1947 um código de ética que estipulava a estrita obrigatoriedade do sigilo profissional, considerando “sigilosas” todas as informações com a qual o profissional toma contato em razão de seu ofício” (OLIVEIRA, 2011, p. 28). A publicização do conflito familiar feita pelo interventor militar à imprensa – com detalhes e nomes das envolvidas – não é evidentemente fortuita e participa da campanha midiática, paralela ao inquérito realizado, que visa denunciar as atividades das UDCs – e de seus integrantes – nas favelas, assim como construir uma imagem negativa de Francisco do Nascimento perante a opinião pública. No próximo tópico deste capítulo, abordaremos em detalhes tal campanha, assim como a dimensão estratégica e política do trabalho de assistência social desenvolvido pelo regime militar junto às comunidades alvo da repressão.

Esse caso oportunamente publicizado pela Interventoria militar e pela imprensa pode ser lido como uma síntese dos estereótipos construídos e divulgados sobre a mulher favelada, personificados em Alice e Edir, por representantes do regime militar. Tais estereótipos dialogam com uma narrativa historicamente construída no imaginário das elites brasileiras em relação às mulheres da classe popular. Nesse aspecto, a análise do discurso feita pela escritora e estudiosa em literatura brasileira Conceição Evaristo é bastante esclarecedora. Em seu trabalho sobre a construção de estereótipos acerca da mulher negra na literatura brasileira, a autora identifica a fabricação de alguns ideais-tipo, que dialogam bastante com a representação da *mulher favelada* que observamos nas fontes que analisamos. Segundo ela, a figura da mulher negra e popular predominante ao longo da história da literatura brasileira se articulava em torno de três padrões principais: a mulher infecunda, solteira e de vida imoral,

que não possui progeneratura; a mulher excessivamente fecunda, que, possuindo muitos filhos, não dá conta de criar sua própria prole; e a “mãe preta”, que, dócil, generosa e altruísta, tem como sina cuidar da prole do mestre branco (EVARISTO, 2019). Esta última, que tem sua origem na história da escravidão e se desdobra no período contemporâneo na figura da babá, é retratada geralmente, mesmo que de forma discreta, como parte agregada no retrato da sociedade branca, colonial e abastada. Em compensação, as duas primeiras encontram-se na vida cotidiana dos bairros populares, seja nos cortiços do fim do século XIX descritos por Aluísio Azevedo seja, no século seguinte, nas favelas. Ambas dialogam diretamente com as representações produzidas pela ditadura – por meio da Interventoria e do DOPS – acerca da figura feminina nas favelas mineiras. Tendo isso em conta, Edir, amante do *líder favelado*, encarnaria a figura da mulher infecunda, imoral e sem prole, enquanto Alice, esposa infeliz de Francisco do Nascimento, evoca a imagem da mãe solteira, incapaz de cuidar de seus próprios filhos. Em outros termos, mesmo que invisibilizada socialmente, a *mulher favelada*, de acordo com o discurso construído pelos agentes da ditadura, de uma forma ou de outra, é responsável pelo rebaixamento moral da sociedade.

Tais discursos e representações nos ajudam a entender a importância dada à dimensão moral e familiar no projeto traçado pela Intervenção militar nas vilas e favelas, como veremos mais adiante. Outra figura peculiar de inimigo interno que atravessa, mesmo que em segundo plano, o inquérito sobre as favelas é a do *agente estrangeiro*. Sejam eles chineses ou cubanos, menciona-se diversas vezes a visita nas favelas de espíões vinculados a governos socialistas estrangeiros, que teriam se infiltrado nas favelas graças à ajuda de intermediários locais. Essa narrativa vai de par com a ideia segundo a qual a população humilde – mesmo que miserável e desesperada – seria ordeira por natureza, mas facilmente influenciável pelo vício e pela subversão devido a sua ignorância. Nesse sentido, as autoridades e as elites mineiras, para não contradizer o seu imaginário compartilhado sobre a população humilde e dócil, relutante à agitação, tem tendência a considerar que a subversão nos núcleos favelados é sempre influenciada por algum poderoso elemento “externo”. Se a figura do *líder favelado* é representada como o principal agitador no local, a encarnação mais próxima do inimigo e do perigo, este seria apenas uma peça em meio a uma conspiração mais ampla.

Trata-se de uma construção discursiva semelhante àquela identificada por Michel de Certeau (2008) quando analisa a visão das elites francesas sobre o movimento de Maio de 1968. Segundo ele, para a elite, o fato de uma parcela da população que considerava bem integrada socialmente, aliada ou submetida a seus interesses, transgredir e desafiar a ordem social é

“intolerável” pois significa virar a “sociedade pelo avesso – a partir dela mesma”. Para conjurar a ideia pavorosa de uma ameaça vindo de dentro, ela “precisa disfarçar esta com uma aparência menos perigosa, mais compreensível. Ela deve necessariamente vir de fora”. Nasce então uma propaganda que denuncia elementos estrangeiros à sociedade como fonte do problema, “é preciso jogar a culpa sobre um inimigo alheio ao ‘nós’; obedecendo ao velho instinto que sempre criou bruxas para poder lançar a caça contra elas” (DE CERTEAU, 2008, p. 633).

Em relação à repressão aos movimentos de favelas em Belo Horizonte, essa figura já vinha se delineando antes do golpe militar, com as informações divulgadas na imprensa em março de 1964, baseadas em declarações de um oficial da Polícia Militar, que afirmava que agentes do governo cubano estariam escondidos nas favelas recém-criadas, caso já citado por nós anteriormente. Ainda segundo a imprensa, estes teriam inclusive apoiado Raimundo Gil no planejamento de um atentado contra oficiais da polícia que atuavam no Cabana do Pai Tomás (O GLOBO, 02/03/1964). No período que se segue ao golpe, a caça aos subversivos vai permitir a reprodução, em escala nacional, da narrativa contra o *agente estrangeiro*, que também deve ser alvo de uma repressão implacável, segundo os militares. Falsas notícias circulando nos meios oficiais, e divulgadas na imprensa, sobre a suposta presença de agentes do Partido Comunista chinês no país terão por resultado uma severa repressão e uma série de prisões arbitrárias contra imigrantes desse país. No dia 19 de maio de 1964, nove chineses são presos no Rio de Janeiro, “dando-os como elementos úteis para a propagação das ideias comunistas no Brasil” (DM, 19/05/1964). Nas semanas seguintes, alimentando a circulação desses boatos, sucedem-se notícias na imprensa sobre o “caso dos chineses” sem que seja apresentada qualquer prova ou fato relevante que justifique a prisão e o inquérito contra eles. Nesse contexto, a construção midiática da figura do agente chinês infiltrado no país para espalhar a subversão comunista será invocada e utilizada em diversos inquéritos contra brasileiros. Em Belo Horizonte, membros da comunidade chinesa domiciliados na rua Tupis também são presos, considerados “suspeitos” sob a alegação que alguns deles estariam preparando trâmites para deixar o país. Pouco tempo após a prisão, o ID-4 divulga publicamente na imprensa o relatório do inquérito do DOPS sobre “a atividade dos chineses em Belo Horizonte”, segundo o qual estes teriam tramado “um plano de ação”, incluindo uma “série de greves”, bem como “corte de água e luz, sob o pretexto de pressão popular pelas reformas de base” (DM, 22/07/1964).

No fim de junho de 1964, um artigo apresentando as principais conclusões do inquérito sobre as “invasões” – construído com base nas informações divulgadas pelo DOPS

– afirma que pelo menos dois dos chineses presos no Rio por espionagem estiveram em “grande atividade com o movimento favelado”. Também haveria indícios de que estes teriam auxiliado “financeiramente as invasões”. O artigo ainda aponta a proximidade entre estes e algumas das lideranças faveladas, especialmente Francisco do Nascimento, que “chegou até a receber os chineses na sua casa” (DM, 28/06/1964). Ao ler a íntegra do inquérito do DOPS, percebemos como esse fato político foi construído. Ao longo de todo o inquérito, não aparece nenhuma menção aos agentes chineses nas vozes dos investigados e testemunhos. A respeito da visita de estrangeiros nas favelas, Raimundo Gil afirma, em seu depoimento, que a Vila Operário-Estudantil teria recebido “padres chilenos”, em visita ao Brasil”, que realizaram no local “uma palestra”, “ao qual foi traduzida aos favelados pelo Padre Ozanam” já que estes “conversavam em castelhano” (DOPS, 3932, p. 46). Nas conclusões do inquérito do DOPS publicado pela imprensa, os padres chilenos se tornaram, na comunicação feita ao jornal, supostos “espiões chineses (...) em grande atividade com o movimento favelado”. Estes teriam “visitado vários dos terrenos ocupados”, proferindo no local “conferências”, “falando espanhol, que já sabiam, pela sua longa permanência a serviço da China comunista na América Latina”, e por isso teriam sido confundidos pelos favelados com chilenos (DM, 28/06/1964).

Enquanto a prisão dos chineses em Belo Horizonte não resultou em condenações por falta de materialidade, os nove chineses presos no Rio de Janeiro ficarão detidos quase um ano antes de serem expulsos para a China, acusados de serem “missionários comunistas” do governo chinês. Dois deles eram jornalistas que trabalhavam no Brasil como repórteres para jornais chineses desde 1961, enquanto os outros participavam de uma missão comercial visando facilitar a importação de produtos chineses, como lembrado no livro escrito sobre o caso pelos jornalistas Ciça Guedes e Murilo Fuzia de Melo (GUEDES; MELO, 2014, p. 54). O livro se concentra sobre o caso mais emblemático dos nove chineses presos no Rio de Janeiro, também mencionado no relatório da Comissão Nacional da Verdade, mas não aponta a ocorrência de perseguições em outros locais do Brasil (CNV, 2014a, p. 98). A repercussão, da prisão de membros da comunidade chinesa na capital mineira – imigrantes de origem mais humilde que os chineses presos no Rio de Janeiro – e a menção recorrente aos “vínculos com chineses” em diversos inquéritos revelam como a perseguição à comunidade chinesa ocorreu para além do Estado da Guanabara.

A ocorrência dessa perseguição em Minas, onde a comunidade chinesa era muito reduzida, leva-nos a questionar se não houve também perseguições em outras capitais, que

pesquisas futuras poderiam ajudar a revelar. Em todo caso, é notório que, mesmo que muito minoritária no país, a comunidade migrante chinesa foi um alvo, na escala nacional, da política repressiva da ditadura. No Brasil, assim como em outros locais do ocidente, ao longo da chamada Guerra Fria, foi construído e reproduzido o discurso racista representando a figura do “chinês” como a alteridade discreta, porém suspeita e perigosa. Como concluído por De Certeau em suas reflexões, quando todas as figuras imaginadas do inimigo e do perigo se encontram esgotadas, os olhares se voltam para o estrangeiro, e frequentemente para o oriente: “toda culpa seria finalmente de grupelhos dos quais “nossas crianças” seriam vítimas (...) tudo vinha da China” (DE CERTEAU, 2008, p. 633).

As notícias veiculadas pelo DOPS sobre a ação dos chineses nas favelas destacam o vínculo pessoal entre os chineses e aquele que é apontado como a principal liderança favelada, Francisco do Nascimento, que teria inclusive os recebido em sua própria casa. A narrativa policial procura, com tais insinuações, apresentar um vínculo suposto entre essas distintas figuras do inimigo interno: o *agente estrangeiro* e o *líder favelado* constituem parte de um mesmo conluio, intimamente articulados. Já evocamos como o conceito de “guerra revolucionária”, tal como definido pela ESG e formulado pelos oficiais do Exército brasileiro, considerava decisiva a influência dos governos comunistas estrangeiros para estimular e apoiar a subversão praticada e disseminada pelos “agitadores” espalhados no seio da própria população brasileira.

Seguindo a mesma estratégia discursiva, aludida anteriormente, visando criar uma separação entre os elementos “subversivos” e a população, que deve ser protegida deles, essa narrativa contribui para desvincular a imagem do *líder favelado* de sua própria comunidade. Este trabalharia, na verdade, não para responder aos anseios da população local, mas para atender ordens vindas de outro mundo, muito distante. Seu pertencimento àquela comunidade seria, na verdade, apenas uma aparência, um teatro, já que este se alia e se confunde com a alteridade mais extrema que possa existir: o estrangeiro.

Dois meses antes da redação da conclusão do inquérito, que ocorrerá no fim de agosto de 1964, o DOPS já encaminha à imprensa diversas “revelações” sobre a atividade subversiva nas favelas que apontam supostas evidências da culpabilidade de Francisco do Nascimento, cuja figura é utilizada para traçar e publicizar o perfil do *líder favelado* (DM, 28/06/1964). Ao ler as perguntas feitas pelos agentes do DOPS ao longo do inquérito, legíveis através das respostas enumeradas na transcrição dos depoimentos, estas parecem muitas vezes procurar respostas específicas no intuito de encaixar o interrogado em uma ou outra categoria

preestabelecida de suspeito. Como bem identificado pela historiadora Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 48), a guerra “contra-ofensiva” idealizada pelos militares incluía as seguintes etapas fundamentais: implantação de um aparato repressivo e de controle armado, capaz de prender ou impor a vontade do governo quando necessário; formação de uma “rede de informações” capaz “de detectar os inimigos” no seio da população; e, por fim, uma guerra psicológica visando neutralizar a influência desse inimigo na sociedade. No caso da repressão visando às favelas, a operação e o inquérito do DOPS permitem a articulação dessas três etapas, da prisão dos suspeitos à divulgação pública dos culpados na imprensa.

Como lembrado por Foucault (2004), o inquérito é uma prática política que visa “estabelecer e determinar” um tipo de “verdade” que atende aos interesses de quem a produz, uma forma de produção do saber que é ao mesmo tempo um exercício do poder. Segundo o autor, quando esse regime de saber-poder passa a se articular, na época moderna, com o exame do perfil psicológico do indivíduo: cria-se o perfil de “indivíduo perigoso”. O que importa na produção de tal perfil não é tanto o infrator em si, o indivíduo culpado a ser punido, mas a identificação padrão do “sujeito a vigiar, controlar e corrigir” (FOUCAULT, 2004, p. 382). Nesse sentido, o papel do inquérito em relação ao nosso objeto de estudo, além de determinar alguns culpados a serem responsabilizados pelas “invasões”, será traçar o perfil do favelado potencialmente perigoso para melhor localizá-lo e vigiá-lo no contexto da guerra contra-subversiva em curso, difundindo publicamente seu perfil no intuito de envolver a população ordeira nesse processo de vigilância. A ideia de uma necessária triagem inicial entre os “bons” e “maus” elementos existentes nas favelas é um elemento fundamental para compreendermos o sentido político da repressão e da Intervenção militar, que será analisada na segunda parte deste capítulo. Se a construção pelo poder de uma narrativa sobre o inimigo interno não é um fato novo, essa narrativa é crucial para entender – no alvorecer da ditadura – o surgimento histórico de teorias e políticas produzidas pelo regime militar, em escala nacional, visando a favela como um espaço urbano que deve ser erradicado – ou radicalmente ressignificado, como veremos a seguir.

No próximo tópico, analisaremos um último aspecto da estratégia repressiva implementada pelo DOPS nas favelas, a constituição de uma rede de informantes composta por civis que atuam ou moram nas comunidades.

2.1.4 Denuncismo e redes de informantes nas comunidades

Além de construir as características das figuras do inimigo interno no contexto das vilas e favelas e defini-las publicamente via discurso midiático-policial, são necessárias a identificação e localização dos indivíduos que correspondem a esse perfil. A circulação interna da informação visando localizar os elementos “perigosos” ou suspeitos constitui outra etapa fundamental no intuito de expurgá-los da população pacífica, que será dessa forma protegida contra a subversão. Para esse fim, a “rede de informações” constituída pelo regime militar inclui um conjunto de informantes e contatos no seio da população civil que terá um papel central na tarefa de identificação e localização dos suspeitos.

Ao analisar de perto o decorrer das investigações realizadas pelo DOPS nas favelas, podemos identificar quais redes de relações e informações são acionadas pelos agentes, incluindo moradores das próprias comunidades. Percebemos como a guerra psicológica tece, no nível local e cotidiano, sistemas de controles, vigilância, propaganda e repressão que visam garantir o sucesso do golpe militar em curso. Por meio da análise de nossas fontes, vemos como a constituição de tal rede contribuiu para a ação da ditadura nas vilas e favelas. Uma vez que essas comunidades populares e periféricas são um espaço social à margem do quadro legal, onde o Estado muitas vezes não possui representantes, o poder militar necessitou dessas figuras mediadoras para penetrar naquele ambiente. Nesse sentido, a rede de informantes e apoiadores vai também atuar para difundir o discurso anticomunista do regime em meio à população civil e no seio das comunidades.

Em nossas fontes, identificamos alguns dos atores que, vinculados aos setores conservadores ou às Forças Armadas, se tornaram agentes locais de vigilância e propaganda com o intuito de facilitar a derrubada do governo Goulart ou garantir a consolidação da ditadura. Em primeiro lugar, citamos alguns indivíduos que exerceram um papel local de informantes. Devotos ou voluntários religiosos de tendência conservadora, membros das Forças Armadas, policiais do baixo escalão que moravam nas favelas desempenharam diversas vezes o papel de informante nas favelas para o DOPS. Além da ação desses indivíduos, houve grupos específicos que dedicavam seu trabalho a esse fim.

No dia 5 de junho de 1964, o delegado Raimundo Tomás registra o depoimento do estudante Jacob Lopes de Castro Máximo, procurado como testemunha no âmbito do inquérito sobre as ocupações realizadas pelos favelados na região do Cabana e do Alto dos Pinheiros. Jacob afirma ser integrante do Grupo Gente Nova (GGN), que ele descreve como

“grupo formado por jovens católicos, secundaristas e universitários” desempenhando em algumas comunidades trabalho de “serviço social”, apoiado pela Cáritas, a fim de “formar líderes para as comunidades”, trazendo “catecismo, assistência religiosa e assistência médica” para os moradores (DOPS, 3932, p. 40). O estudante resume os objetivos do grupo da seguinte forma: “colocar favelados desempregados em empregos, reabilitar mendigos e prostitutas, fazendo-os procederem honestamente”, além de zelar pela moralidade das relações afetivas entre os moradores, tendo conseguido, segundo o estudante, que “mais de trinta casais que viviam irregularmente se casassem” (DOPS, 3932, p. 40). O trabalho do grupo religioso tem por foco influir sobre as principais preocupações e males enumerados pelo discurso das autoridades e de boa parte da classe política municipal sobre as favelas e população urbana pobre: desemprego e vadiagem, mendicância, prostituição e vida imoral. Nesse mesmo sentido, o discurso de parte da classe política e da Polícia Militar de Belo Horizonte – perceptível nas colunas de imprensa que se tornam porta-voz da instituição – sobre as favelas e a pobreza urbana convergia em um principal objetivo e preocupação: a necessidade de intervir para realizar um reordenamento moral e social do território urbano, reordenamento que seria facilitado pelo golpe militar.

Como demonstrado em nosso último capítulo, a higienização social e moral do espaço urbano era esperada pelos setores conservadores da população que apoiavam o golpe como um desdobramento necessário dessa mudança histórica na escala da cidade. Desse modo, não é de se estranhar que um discurso e anseios semelhantes sejam compartilhados por grupos que trabalhavam lado a lado: como esclarecido pelo próprio estudante, as atividades do GGN eram naturalmente conhecidas pela polícia pelo fato de diversos membros do grupo serem vinculados “a organismos policiais”, tendo alguns deles sido obrigados a paralisar temporariamente suas atividades no grupo por estarem ativamente envolvidos na “Revolução” em curso (DOPS, 3932, p. 40). Entendemos, portanto, que não se trata apenas de um grupo católico conservador que pregava o evangelho e seus preceitos nas favelas, mas de uma entidade próxima aos setores policiais que, por meio do trabalho social e religioso, atuava politicamente nas periferias. Esse fato se torna nítido nas palavras do jovem Jacob Lopes, segundo o qual o grupo organizava também reuniões na favela com o intuito de esclarecer “ao povo os motivos da Revolução”, por vezes depois da prece proferida na igreja pelo “Padre Maia”. Ainda segundo ele, as preces do padre, “às vezes moral, às vezes políticas”, também procuravam, naquele período, esclarecer os motivos da “revolução democrática” (DOPS, 3932, p. 40). O grupo, portanto, desempenhava um papel local estratégico que, conjuntamente

com a Igreja e devido à sua inserção religiosa, podia se tornar um veículo de informações e propaganda em favor do regime militar recém-instaurado. No período que se segue ao golpe, a atuação religiosa se torna um terreno particularmente disputado, uma vez que grupos de tendência conservadora, vinculados direta ou indiretamente às autoridades militares, procuram ocupar o espaço vago deixado pelos representantes da ala esquerdista da Igreja, que a repressão afastara das vilas e favelas, como a Ação Católica (AC) ou figuras religiosas como o padre Lage, preso e interrogado no âmbito desse mesmo inquérito.

O jornalista Luís Nassif, que integrou à época o GGN, no qual iniciou seus primeiros trabalhos na área da comunicação, ainda adolescente, descreve-o como um grupo de formação “de liderança cristã” de tendência conservadora, criado inicialmente pelo jesuíta padre Maia para combater a influência de grupos católicos de esquerda, tais como a Juventude Estudantil Católica, mais conhecida como JEC, e outros. No ano anterior ao golpe, Nassif se lembra como o grupo já praticava a assistência social como forma de se fixar nas vilas e favelas: “aos domingos, subíamos na favela do Serrote, levando alimentos da Cáritas (...) e orientação social. Voltávamos no final do dia, para a missa das 6 horas, na Matriz. Às segundas, eram as reuniões para discussões políticas de formação de lideranças cristãs” (NASSIF, 1999). Ironicamente, e contra a vontade de Maia, alguns núcleos do GGN serão aos poucos tomados pelo JEC, que por sua vez defendia a doutrina social da Igreja, inspirada na Encíclica *Mater e Magister*, do papa João XIII, combatendo ao mesmo tempo o radicalismo comunista das reformas janguistas. Outros núcleos do Gente Nova, mais fortemente ligados ao padre Maia, como aquele integrado por Jacob Lopes de Castro, mantinham sua linha conservadora realizando trabalhos de base pró-golpe militar no momento da derrubada de Jango.

Na sequência do depoimento do estudante, ficam mais claros os motivos que justificam sua convocação como testemunha do inquérito. Na segunda parte de seu relato, Jacob denuncia ao delegado os nomes daqueles que, segundo ele, se envolviam em atividades subversivas na comunidade onde seu núcleo atuava, a Vila Santa Rita de Cássia. Pertencente ao aglomerado conhecido hoje como Morro do Papagaio, a vila possuía uma UDC estruturada havia alguns anos, cujos membros eram ativos no movimento favelado da cidade. Em seu depoimento, Jacob Lopes descreve com minúcia os grupos e indivíduos que se envolveram desde o princípio nas “invasões” e os perfis de cada membro da coordenação da UDC. Nessa ocasião, ele descreve, por exemplo, José Bonifácio de Oliveira como uma “pessoa que gosta de falar em qualquer momento”, tendo o hábito “de interromper o sermão do padre” para dar sua opinião sobre política; ou ainda Joaquim Tavares, que, apesar de ser “pessoa calada”,

“ditava as normas políticas comunistas” da UDC (DOPS, 3932, p. 40). Poucos dias depois dessas declarações, José Bonifácio de Oliveira é intimado pelo DOPS para depor. Ao ler seu depoimento, percebemos como as acusações dirigidas contra ele foram visivelmente estruturadas com base nas denúncias de Jacob Lopes (p. 31).

Além de revelar o trabalho de base realizado por grupos civis a favor do golpe militar, o depoimento deste último nos mostra o papel central da rede de informantes na caça aos subversivos e na identificação e localização dos inimigos internos procurados pelo novo regime nas favelas. Além de Jacob Lopes, pelo menos quatro outras figuras consultadas no âmbito do inquérito parecem ter assumido o papel, de forma pontual ou recorrente, de informantes, contribuindo para identificação dos suspeitos de “agitação” nas vilas e favelas. Entre eles, dois são moradores de favelas e dois são funcionários públicos: Geraldo Alencar Santana, funcionário do Departamento de Trânsito (Detran), e Raimundo Tinti, ex-chefe do Departamento das Habitações e Bairros Populares. O primeiro diz ser ex-membro do grupo esquerdista Ação Popular, do qual afirma “ter se afastado depois da Revolução” (DOPS, 3932, p. 75). O segundo parece ter delatado especificamente uma liderança favelada, Felipe Cupertino da Silva, presidente da UDC da Vila Nossa Senhora dos Anjos, no bairro Santa Efigênia, e membro ativo na Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. A delação de Tinti foi provavelmente uma retaliação no âmbito de um conflito pessoal entre os dois, o qual se manifesta nos depoimentos de ambos. Ao se referir à prisão de Felipe Cupertino, Tinti afirma ao delegado ter colaborado diretamente para a detenção e condução desse “elemento esquerdista e perigoso agitador” logo após a eclosão do “Movimento Revolucionário do 31 de Março” (DOPS, 3932, p. 66). Mais adiante, neste capítulo, veremos também como, para além do inquérito, membros da corporação policial ou da guarda civil que viviam em favelas atuavam também como informantes e vigilantes dos comportamentos locais. Esses exemplos refletem o papel central da colaboração de setores da sociedade civil para a vitória do Golpe Militar de 1964, “aliança” em certos aspectos “heterogênea e contraditória”, como lembra Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 47). Se a atuação de grupos civis e de uma rede local de informantes teve um papel central no desenrolar da repressão contra os movimentos comunitários nas vilas e favelas, esses também foram usados para facilitar a penetração dos agentes do regime militar nas comunidades, que se formaliza a partir da Intervenção militar decretada na FTFBH, nas vilas e favelas, que analisaremos em nosso próximo tópico.

2.2 A INTERVENÇÃO MILITAR NAS FAVELAS

2.2.1 Retomada e ressignificação dos espaços favelados

Após a deflagração da repressão e do inquérito sobre o movimento favelado, a atuação do regime militar em relação às favelas de Belo Horizonte vai se desdobrar em uma outra etapa: a Intervenção militar. Em meados de maio de 1964, o comando militar decreta uma Intervenção federal que mira a Federação dos Trabalhadores Favelados e as favelas da cidade. Essa Intervenção, que se estenderá por cerca de três meses, será analisada detalhadamente a seguir. Trata-se de um fato histórico singular e de grande importância, no âmbito de nossa pesquisa, pelo fato de a Intervenção representar a tentativa da ditadura de ocupar politicamente o território das favelas, justificada inicialmente pelo combate à subversão. Em outros termos, a Intervenção foi a continuação da repressão analisada no tópico anterior, mas com a particularidade de representar uma retomada política do poder do Estado dos espaços urbanos informais que constituem as vilas e favelas.

No dia 18 de maio de 1964, o Comando Militar nomeia o coronel Gradinor Soares Filho como interventor da FTFBH (DM, 19/05/1964). Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, Gradinor Soares Filho foi escolhido para assumir o posto de interventor devido à sua experiência de atuação nas favelas recentemente criadas em Belo Horizonte, tendo sido ele responsável por acompanhar a série de “invasões” de terrenos realizadas a partir de agosto de 1963. Sendo principal responsável e coordenador da Intervenção, o coronel não trabalha de forma isolada, contando com a assessoria contínua de uma equipe de funcionários e fiscais do Departamento de Habitações e Bairros Populares, com a colaboração direta da Polícia Militar – por meio do cabo Geraldo Magela – e do DOPS. Ele conta ainda com o apoio político de vereadores da Câmara Municipal, como do presidente, Rui da Costa Val, além da imprensa local, principalmente o *Diário de Minas*. Se essa rede de atores e entidades participam ou auxiliam o trabalho da Interventoria, o coronel Gradinor acaba personalizando-a tomando a frente das decisões e sendo seu principal porta-voz.

As duas primeiras decisões tomadas pelo coronel como interventor na FTFBH são oficializadas mediante duas portarias: a extinção de todas as Uniões de Defesa Coletiva e a mudança de nome das favelas recém-ocupadas. Essa última decisão, tomada no primeiro dia da Intervenção, 19 de maio, tem um caráter simbólico e significativo: decreta-se a substituição de nome das favelas criadas a partir das ocupações de terras, retirando o nome que o movimento e

as comunidades deram a elas. Como publicado em nota na imprensa nesse mesmo dia, as Vilas Padre Lage, Frei Josafá, Padre Alípio e Operário-Estudantil passam então a se nomear respectivamente “Pio XII, 31 de Março, Castelo e Curral Del Rey (...) por determinação do Interventor Federal (...) que considerou de origem comunista as denominações anteriores” (DM, 20/05/1964). A escolha dos nomes atribuídos por ele também reflete a dimensão política da decisão. À primeira vila, é retirado o nome do padre Lage, então preso pela ditadura acusado de comunismo e de agitação nas favelas. Em substituição ao nome do padre, o interventor decide homenagear o papa Pio XII. Além de a escolha representar uma homenagem à suprema autoridade da Igreja Católica, como forma de afirmar a autoridade da alta hierarquia da Igreja em detrimento dos padres acusados de deturpar a fé em nome de ideologias políticas, a escolha específica desse papa não é fortuita. De fato, Pio XII, cujo pontificado se estendeu de 1938 a 1958, representou historicamente a ala mais conservadora da Santa Sé, tendo encarnado inclusive o silêncio da Igreja Católica ante os crimes cometidos pela Alemanha nazista, com a qual o papa manteve relações. Pio XII também teve papel central no alinhamento da hierarquia da Igreja Católica com a cruzada anticomunista, durante a Guerra Fria, tendo publicado em 1957 a Encíclica *Frei Daum*, que incentivava os bispos europeus a enviar seus sacerdotes a uma missão de evangelização na América Latina, como forma de conter o avanço das ideias socialistas (MONTENEGRO, 2007, p. 8).

No entanto, uma vez no continente americano, muito desses padres optaram por uma prática religiosa engajada social e politicamente e foram acusados, após o golpe, de comunismo pela ditadura. Um deles, o padre italiano Pier Luigi Bernareggi, ou padre Pigi, será inclusive, por meio de suas ações, o sucessor de padre Lage em uma das favelas rebatizada, após a prisão deste, como veremos no próximo capítulo. Esse episódio evidencia como, no contexto de censura e ressignificação política operado pela ditadura, a mudança de nomenclatura atua muitas vezes apenas na superfície, sendo insuficiente para eliminar as ideias ou práticas de que o nome apagado estava imbuído. Dito em outras palavras, a proibição ou o apagamento do significante não representam necessariamente o fim do significado (BURGELIN, 1967, p. 124).

À segunda vila, situada no bairro Dom Cabral, próxima à BR-31 – conhecida hoje como Anel Rodoviário –, é retirado o nome de Frei Josafá, que fazia referência a um religioso publicamente engajado pelas mudanças sociais e pelas Reformas de Base propostas pelo governo deposto de João Goulart. No ano do golpe, frei Josaphat, de acordo com a grafia correta, encontrava-se fora do país, tendo se instalado na França no fim do ano anterior. O

jornal fundado por ele, *Brasil Urgente*, que defendia o engajamento social e as Reformas de Base, foi fechado pelos militares logo após o golpe, no dia 1º de abril de 1964. Substituindo o nome do padre, o interventor opta por rebatizar a vila com o nome “31 de Março”, que denomina também uma avenida do bairro vizinho Dom Cabral. Claramente, esta foi uma forma de homenagem ao golpe militar que marca a queda de Goulart, ocorrido nessa data do ano de 1964. É possível observarmos como a escolha desses nomes significa também a imposição, por meio do decreto do interventor, de uma narrativa sobre a história que permanece inscrita – até os dias de hoje – no espaço urbano. Nessa narrativa, o interventor busca articular diversas realidades históricas: a memória do recente golpe militar, a do ex-papa Pio XII e a da fundação da capital mineira – através do nome Curral Del Rey, conferido a outra vila. Ademais, ao se apagar o nome de dois religiosos considerados subversivos e inimigos do regime, essa ação também pode ser lida como uma continuação da repressão política, agora deflagrada também no nível simbólico. Por meio do gesto de renomear essas quatro vilas, a ditadura – representada pela autoridade local que é o interventor – afirma a vontade política de ressignificar esses espaços. A mudança de nome anuncia o que a Intervenção, de fato, vai executar historicamente. Ao nosso ver, essa ação pode ser entendida como um projeto de reordenamento e retomada – no nível simbólico e real – desses territórios urbanos periféricos pelo poder militar, visando não apenas a essas quatro vilas, mas ao conjunto de favelas da cidade. O fato de a Interventoria iniciar sua tarefa de ressignificação e retomada desses espaços urbanos com esse gesto simbólico está longe de ser fortuito. O gesto operado pelo poder de apagar o nome dado a um espaço e renomeá-lo é um ato eminentemente político, sendo muitas vezes o primeiro passo de um processo de dominação territorial. Isso remete inclusive a um ato recorrente no processo histórico colonial da América Latina pelo qual “o poder dizer e nomear o que é e o que não é e, assim, fazer de seu mundo algo próprio, rigorosamente, dele se apropriar, escapa aos lugares, escapa aos que são dos lugares” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 41). De fato, como veremos, esse primeiro gesto sintetiza a essência da ação da Interventoria, visando fazer do território favelado uma página em branco na qual novas nomenclaturas, proibições e normas – conjuntamente com uma sequência de prisões, buscas e apreensões – podem ser impostas, criando uma situação jurídico-territorial singular.

A outra decisão tomada pelo interventor logo após a sua posse terá um efeito político mais concreto: o coronel Gradinor decreta a dissolução de todas as Uniões de Defesa Coletiva que existem nas favelas de Belo Horizonte. A portaria editada por ele também prevê que todo material que pertence a essas instituições seja recolhido por meio de buscas e apreensões e

reunido na sede da Interventoria, “no interesse comum de extirpar a subversão nas vilas e favelas” (DM, 20/05/1964). No momento em que essa decisão é tomada, existiam cerca de 55 UDCs e organizações de moradores em favelas vinculadas à FTFBH, segundo levantamento de Samuel Silva de Oliveira (2018). Todas essas vilas foram alvo, portanto, dessa determinação.

Se observamos a atuação da Intervenção nas semanas e meses seguintes, conforme análise de nossas fontes, é explícito que essa decisão representa não apenas a extinção das referidas organizações, ela vem acompanhada da proibição de qualquer organização comunitária local criada pelos próprios favelados. Para exemplificar, alguns dias depois do encerramento das UDCs, moradores de favelas solicitam a autorização da criação de novas associações locais para substituir aquelas extintas, demanda que é negada pela Interventoria. Nessa ocasião, o interventor afirma que “não permitirá a volta das agitações dos favelados” e acrescenta que vai se encarregar ele mesmo da criação, em cada favela, de “um departamento para resolver todos os problemas” (DM, 26/05/1964). A extinção das UDCs e a proibição de criar outras entidades comunitárias – assim como a mudança de nome das vilas – são oficializadas pelas duas primeiras portarias editadas pelo interventor. Essas portarias têm efeito imediato de lei, sem passar pelo crivo da Câmara Municipal, como seria normalmente o procedimento padrão para realizar mudança nas legislações ou nomenclaturas na esfera municipal. São, portanto, decisões que operam por “determinação” do interventor, sem qualquer embasamento legislativo, e que se inserem no âmbito do estado de exceção inaugurado pela ditadura, graças ao limbo jurídico criado pelo Ato Institucional nº1.

Como formulado pelo jurista alemão Carl Schmitt e lembrado pelo filósofo Giorgio Agamben, o estado de exceção é o ordenamento jurídico-político por meio do qual se revela o paradoxo do poder soberano e de suas decisões que demonstram “não ter necessidade do direito para criar o direito” (AGAMBEN, 2014, p. 25). No caso da recém-instaurada ditadura brasileira, o AI-1 foi o principal mecanismo responsável por facilitar e definir o quadro de decisões “excepcionais” que se tornariam em alguns aspectos a “regra” no tempo histórico inaugurado pelo golpe militar. No entanto, existe, no caso da Intervenção federal por nós analisada, um aspecto bem específico. Na medida em que as decisões do interventor se aplicam ao conjunto de favelas da capital mineira, a sua Interventoria *espacializa* o estado de exceção, aplicando-o exclusivamente a esses territórios urbanos. A extinção das entidades locais faveladas, determinada pela Portaria nº 1, e a proibição da criação de novas associações para as substituírem, consequência tácita da referida portaria, cria um ordenamento jurídico excepcional que se aplica *apenas* aos espaços favelados da cidade. Existe nesse aspecto uma

ambiguidade, contida na natureza da própria Intervenção, pois se essa visa oficialmente apenas à Federação dos Trabalhadores Favelados, vemos em suas primeiras decisões – e naquelas que seguem – que se trata na verdade de uma Intervenção que atinge o conjunto dos territórios favelados da cidade. Pelo fato de impedir a criação de outras entidades faveladas, a Interventoria extrapola a esfera dos assuntos vinculados diretamente à FTFBH para se afirmar como autoridade que decreta o que não será mais tolerado daquele momento em diante, no âmbito do novo regime militar, na vida social e política das favelas da cidade.

Nos dias que se seguem, o interventor também determina a extinção de outras entidades existentes em favelas, tais como a Liga de Defesa Feminina de Minas Gerais e a Liga de Defesa Coletiva, que, segundo ele, cumpriam funções semelhantes às UDCs, como “pregar a subversão, agitar e incentivar invasões nas vilas e favelas de BH” (DM, 03/06/1964). Além de decretar a proibição de determinado tipo de associação civil, a sua decisão delimita e define os territórios específicos sobre os quais essa proibição se aplica. Em outros termos, o interventor cria uma situação jurídica singular que reforça, na cidade, as favelas como *espaços de exceção*.

Para executar o que determina a portaria, é deflagrada uma ampla operação policial de busca e apreensão nas favelas visando todas as sedes das ex-UDCs e a apuração de outras eventuais atividades ilegais. O primeiro objetivo da operação é recolher todo o material existente nas sedes das UDCs e garantir seu encerramento (DM, 20/05/1964). Até o fim do mês de junho, essas “batidas” são realizadas em 58 favelas da cidade, a começar pelas recém-criadas, com uma quantidade limitada de material apreendido – principalmente cartazes e documentos internos, como atas de reuniões (DM, 04/06/1964). Com base nesses documentos e outros encontrados na sede da Federação dos Trabalhadores Favelados, a Interventoria estabelece uma lista com “54 nomes de pessoas envolvidas em subversão nos meios favelados” que é encaminhada ao DOPS para integrar o inquérito sobre “invasões” e “subversão” em favelas. Trata-se muito provavelmente da primeira ampla operação policial coordenada em todas as favelas da cidade. Para além dessa apuração de suspeitos e das buscas visando às UDCs, a operação acaba também por apurar e reprimir outras atividades julgadas ilegais nas favelas.

Os resultados dessa caça às atividades ilegais parecem, no entanto, escassos: em uma das vilas, uma cerca construída ilegalmente em um terreno da prefeitura é demolida; em outra, um morador é preso por estar jogando “cunca”, jogo de baralho (DM, 28/05/1964 – 04/06/1964 - 10/06/1964). Tais casos menores de repressão refletem o clima de restrição à liberdade e de controle social que se instaura paulatinamente nas periferias belo-horizontinas, no âmbito da

Intervenção militar nas favelas. Com efeito, para impedir o ressurgimento de atividades “subversivas” ou de entidades locais semelhantes às UDCs, essas operações pontuais de busca e apreensão não eram suficientes. Não podendo contar com uma presença policial permanente nessas áreas, e para garantir o cumprimento do regulamento de exceção, a Interventoria vai se apoiar em uma rede – não formalmente constituída – de informantes implantados nas comunidades, semelhante àquela acionada pelo DOPS no decorrer de seu inquérito.

Em alguns episódios localizados, detalhados na imprensa, destaca-se a atuação de moradores de favelas vinculados às forças de segurança pública, que vão assumir localmente a tarefa de vigiar e policiar suas comunidades. As ações desses indivíduos vão principalmente no sentido de impedir que, após o vazio deixado pelo encerramento das UDCs, outras atividades ou reuniões suspeitas de moradores continuem a ocorrer em outros locais. Na favela Santa Rita, por exemplo, um morador da comunidade, guarda civil de profissão, denuncia ao interventor seu vizinho, ex-liderança da UDC local, e o padre local, que, segundo ele, continuavam a praticar “agitação” e “atos subversivos”, promovendo reuniões de cunho político na igreja da comunidade (DM, 05/06/1964). Essa vigilância e repressão visavam não apenas às reuniões de caráter político, mas também aspectos da vida cultural julgados indesejáveis por representantes das autoridades. Assim, na favela da Boa Vontade, na Cidade Industrial, um delegado local decide barrar o projeto de alguns moradores que previa criar um Clube de Dança na comunidade, sob o pretexto de que este iria “transformar a favela em ponto de desordeiro”. Mobilizando parte da comunidade contra o projeto, o delegado obteve a proibição do projeto, enquanto seus organizadores foram convocados para a Delegacia de Jogos e Diversões para prestar esclarecimentos (DM, 27/05/1964.) Esse clima de vigilância não se aplica apenas às realizações de agrupamentos indesejados nas comunidades, mas também extrapola os territórios favelados, para evitar que novas favelas sejam criadas na cidade.

Após extinguir as entidades consideradas principais responsáveis pelas ocupações de terrenos realizadas, a Intervenção também enseja impedir novas “invasões” em toda a cidade, centralizando e encaminhando denúncias a respeito. No fim do mês de junho de 1964, o coronel Gradinor alerta publicamente que as “invasões” continuavam no perímetro urbano de Belo Horizonte, onde, em suas palavras, a “propriedade privada estaria seriamente ameaçada”, solicitando intervenção do Exército para reverter a situação. No mesmo período, ele também recebe e encaminha denúncias de uma comissão de moradores do bairro Bonfim, que estaria “esperando uma solução policial” para conter “invasões” e “construções” de

barracos irregulares no bairro. Outra denúncia similar é feita no bairro Santa Efigênia, a partir da qual um suspeito é intimado depor a (DM, 10/06/1964 - 25/06/1964).

Uma vez desencadeada essa ação especificamente coercitiva nas vilas e favelas, com ações concretas e simbólicas – da mudança da nomenclatura das vilas às batidas policiais nas sedes extintas das UDCs –, a Intervenção militar que atinge as ocupações, vilas e favelas da capital mineira entra para uma segunda fase. Como analisaremos no próximo tópico, em um segundo momento de sua atuação, a Intervenção vai procurar, através de ações apresentadas como “positivas”, interferir na dimensão social, econômica e psicológica da vida das populações que habitam os bairros visados.

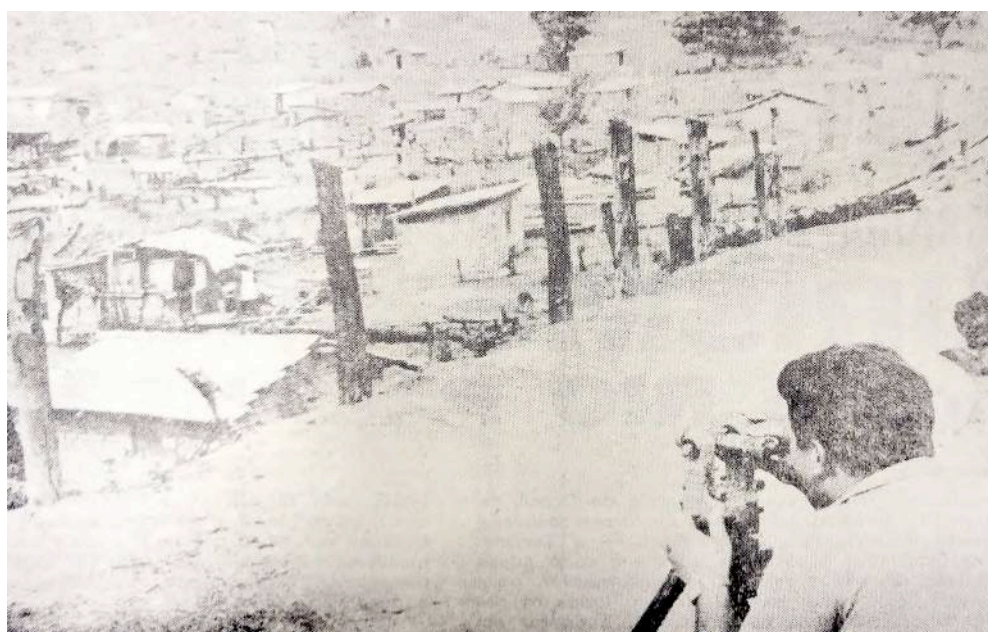


Fig. 10: Funcionário da prefeitura realiza levantamentos na Vila Operário-Estudantil (DM, 09/11/1963).

2.2.2 Intervir no campo econômico, social e psicológico

Após ter realizado as primeiras ações, o trabalho da Interventoria vai se orientar também para as dimensões econômicas e sociais da vida nas favelas. Ao mesmo tempo que tem a intenção de fiscalizar e controlar a circulação financeira nessas partes da cidade, pretende também oferecer “assistência” aos favelados como forma de ocupar o vazio deixado pelas extintas UDCs. A sua primeira ação nesse sentido será o combate à prática do aluguel de barracos nas favelas.

No início de junho de 1964, as autoridades militares abrem um inquérito sobre o aluguel nas favelas intimando todos os donos de barracos alugados a se identificarem. A Portaria nº 5, então publicada pela Interventoria militar, tem por efeito “extinguir os aluguéis nas vilas e favelas” de Belo Horizonte, considerando que “as construções foram feitas em terrenos da União, do Estado, da Municipalidade e de particulares através de invasões e sem obediência às mínimas exigências do Departamento de Obras da Municipalidade” (DM, 05/05/1964). Segundo o próprio interventor, essa portaria seria o primeiro passo de uma “limpeza” cuja próxima etapa seria a “desapropriação” pela prefeitura de todos os barracos alugados. Ainda segundo ele, em todas as favelas, quase “40% dos barracos seriam alugados” por “pessoas ricas”, morando muitas vezes fora da capital mineira ou em outras capitais do Sudeste, que lucrariam confortavelmente com a exploração dos favelados. Ainda segundo ele, vários desses barracos seriam ainda usados “como casas suspeitas” (DM, 06/05/1964). Essa ordem será divulgada publicamente por meio de uma campanha amplamente veiculada pela imprensa sobre o fenômeno de especulação imobiliária nas favelas e as medidas tomadas pelo interventor para enfrentá-lo. Nessa mesma semana em que o inquérito sobre o aluguel é aberto, são publicadas três matérias sucessivas sobre o tema no jornal *Diário de Minas*, assim como outras nas semanas seguintes, divulgando a intimação destinada aos donos de barracos alugados ou reproduzindo, na íntegra, a Portaria nº 5 no momento de sua publicação.

Algumas semanas depois, os resultados parciais do inquérito do DOPS contra as favelas, publicados na imprensa, apontam a Federação dos Trabalhadores Favelados e seus “líderes favelados” como principais articuladores do mercado de aluguéis de barracos. Nessa ocasião, afirma-se que os “líderes” locais “exploravam” os favelados pelo direito de morar em barracões “construídos por eles próprios” em “terrenos alheios”, ameaçando ainda de “expulsão” com “uso da força” aqueles que atrasavam ou se recusavam a pagar o aluguel (DM, 28/06/1964).

A repetição das notícias na imprensa, ao longo de mais de um mês, sobre o tema da especulação imobiliária nas favelas belo-horizontinas parece se justificar inicialmente pela importância do fenômeno descoberto pelas autoridades em termos quantitativos. Segundo estas, cerca de 40% dos barracos seriam alugados nas favelas da capital mineira, o que representaria cerca de 24 mil barracos alugados, movimentando um mercado de aproximadamente 300.000 cruzeiros por mês. Segundo o projeto elaborado pelo interventor a respeito, todos esses poderiam ser desapropriados pela prefeitura, que poderia depois dispor destes ou revendê-los “mediante pagamento em prestações a longo prazo”. Em outros termos, com a repressão ao mercado de

aluguel, cerca da metade das favelas de Belo Horizonte se tornaria passível de remoção pela prefeitura, que por sua vez se tornaria proprietária dos lotes desapropriados (DM, 11/06/1964).

No entanto, esses números divulgados não correspondem aos levantamentos que acessamos em outras fontes. Ironicamente, o censo realizado entre o segundo semestre de 1964 e o início de 1965 a pedido do próprio interventor virá revelar publicamente a fragilidade das informações e números divulgados por ele sobre o aluguel nas favelas. Segundo o censo, que será publicado e divulgado ao público somente em 1966, o número de barracos alugados nas favelas de Belo Horizonte representaria na verdade apenas uma pequena minoria do total das habitações faveladas da cidade. Um ano após essa campanha promovida contra os aluguéis nas favelas, os autores do censo tornam públicos números que desmentem as afirmações publicizadas pela Interventoria, apontando inclusive explicitamente pelo teor sensacionalista da campanha:

Há cerca de um ano atrás, houve um grande celeuma em relação ao problema do aluguel de barracos nas favelas: a imprensa noticiou com grande alarido que havia uma exploração generalizada nesse setor e chegou-se a proibir a cobrança de tais aluguéis. Entretanto, os dados do presente levantamento não confirmam tais afirmações, pois apenas 1,5% das famílias faveladas declararam morar em casas alugadas. (DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR, 1966, p. 50)

Mesmo considerando a possível margem de erro desse tipo de levantamento, a diferença entre esse número e os 40% anunciados no ano anterior pelo porta-voz do regime em relação às favelas é demasiado importante para ser consequência de uma imprecisão. Quanto ao valor dos aluguéis, a diferença entre os números também é abissal. Enquanto a Interventoria falava de aluguéis mensais de barracos que variavam entre 15.000 e 20.000 cruzeiros, segundo os dados colhidos pelo censo, a maioria das famílias faveladas sob regime de aluguel pagaria um valor que oscilava entre 1.000 e 6.000 cruzeiros (DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR, 1966, p. 52). Se o interventor não esclarece as fontes ou os métodos de cálculos que permitiram a ele chegar aos números anunciados, a comparação entre estes e o levantamento feito pelo censo nos mostra que a campanha contra o aluguel nas favelas não é fruto de mero exagero imbuído de sensacionalismo, mas de uma distorção significativa dos fatos, criando e replicando nos veículos de imprensa um fato fabricado.

Em outros termos, a campanha lançada pela ditadura sobre o aluguel nas vilas e favelas se revela ter sido construída a partir de uma distorção da realidade, uma notícia falsa que, no entanto, foi repetida pela imprensa ao longo de semanas. Mas quais seriam os objetivos e intenções por trás de tal notícia? Ao nosso ver, o primeiro objetivo dessa campanha contra o aluguel é servir de base para o projeto político de desfavelamento e

combate às “invasões”. Além de utilizar esse argumento para delinear um amplo projeto de desapropriação de barracos e terrenos pela prefeitura, como já evocamos, tal campanha será usada para justificar o projeto de lei desenvolvido pela Interventoria para as favelas, que deve permitir segundo ela um “desfavelamento progressivo”, além de estrito controle social das comunidades, como analisaremos mais adiante neste capítulo (DM, 27/05/1964). Em 1963, enquanto o coronel Gradinor Soares Filho havia sido nomeado pela Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social para acompanhar as favelas recém-criadas na região do aglomerado Cabana do Pai Tomás, este já tinha divulgado semelhante notícia. Nessa ocasião, ele afirmava em relatório enviado a seus superiores que, segundo seu levantamento, o grupo “dos invasores” era composto por “pelo menos 30% de pessoas possuidoras de imóveis nesta capital, que estão se submetendo à aquela situação simplesmente por ganância” (DOPS, 3932, p. 103).

Naquela época, o argumento era utilizado para deslegitimar a necessidade dos ocupantes e justificar uma repressão rígida contra as “invasões”. No fim do ano de 1963, decepcionado pela “falta de cobertura” que recebeu “para agir contra os invasores, que nada mais são do que comunistas, desordeiros e agitadores”, o coronel Gradinor pede “exoneração” de todas as funções que ocupava até então na secretaria (DOPS, 3932, p. 107). Podemos perceber que apenas seis meses depois ele retoma uma estratégia discursiva já utilizada para embasar sua ação política nas favelas. Outro argumento apresentado pelo coronel e pelo DOPS, segundo o qual as ocupações de terras urbanas, a Federação dos Trabalhadores Favelados e a presença das UDCs teriam estimulado um mercado ilegal de aluguel nas favelas, também é desmentido pelo censo publicado em 1966. Conforme o documento, a percentagem de barracos alugados nas favelas teria diminuído entre 1955 e 1964 – de 2,30% para 1,50% (DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR, 1966, p. 52) – período em que as UDCs foram mais ativas nas favelas da cidade e durante o qual as primeiras ocupações de terras organizadas ocorreram, como relatado no capítulo anterior.

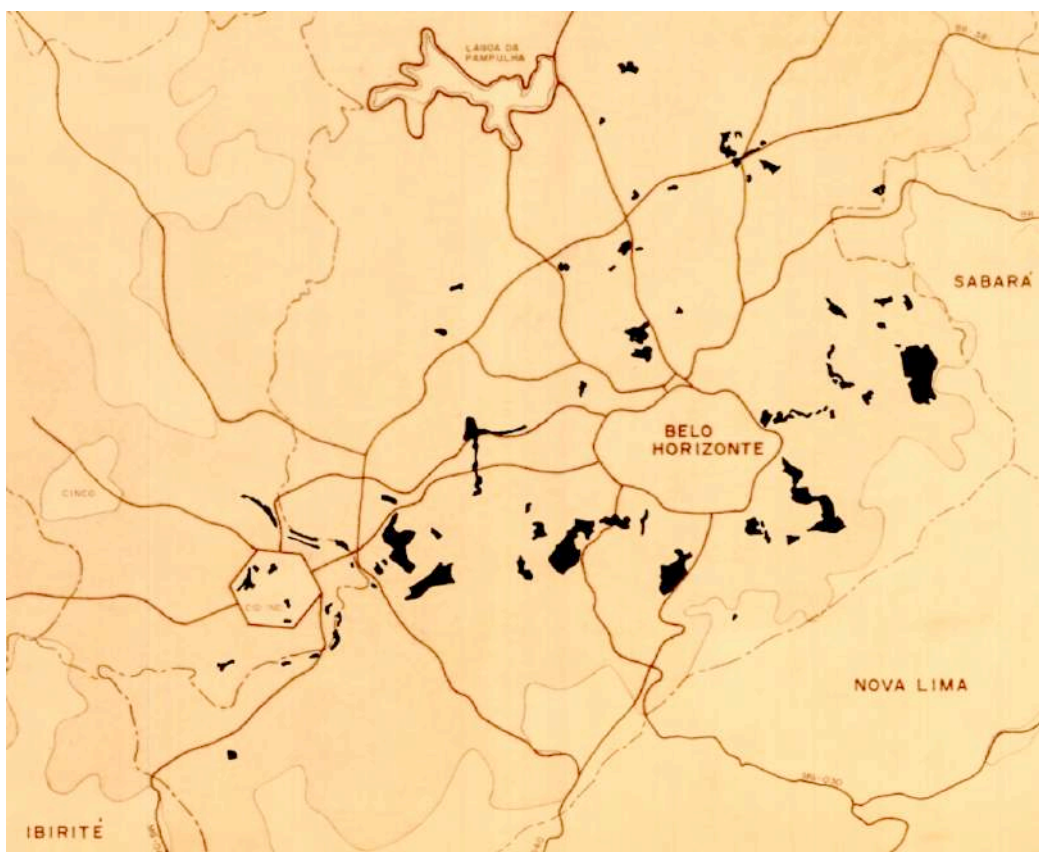


Fig. 11: Localização das principais favelas em Belo Horizonte e região, a partir de um levantamento realizado em 1967 (PLAMBEL, 1967).

A respeito do combate à especulação imobiliária nas favelas, os agentes militares e policiais que se expressam então sobre o assunto também optaram por omitir – ou talvez ignoravam – que a primeira campanha lançada contra o aluguel de barracos nas favelas tinha sido iniciada pela própria Federação dos Trabalhadores Favelados. Com efeito, entre 1962 e 1963, o movimento lançou uma campanha contra o que designava como a “odiosa exploração da cobrança de aluguel” feita pelos “tubarões de tamanco” que exploram os “trabalhadores favelados”. Por meio de um panfleto distribuído nas comunidades, começando por estas palavras: “NÃO PAGUEM ALUGUEL”, o movimento incentivava os moradores que pagavam aluguel a denunciar o suposto dono na Justiça (OLIVEIRA, 2010, p. 139). Diante desse fato, podemos considerar que a leve diminuição quantitativa do regime de aluguel nas favelas, ao longo dos anos em análise, possa ter sido influenciada pelas ações e discursos da FTFBH e das UDCs, que valorizavam o fato de viver em favela como concretização de um direito incondicional à moradia. Por mais que não possamos avaliar com precisão os efeitos práticos dessa campanha contra “os tubarões de tamanco”, diante dela, a narrativa construída pelo interventor e pelo DOPS, com apoio da imprensa, sobre a FTFBH e o mercado de

aluguel se revela mais uma vez como uso político de uma versão não comprovada da história. Tal campanha serve também politicamente para deslegitimar as ações da FTFBH e das UDCs, entidades que a Interventoria procura substituir a fim de se afirmar como autoridade legítima agindo em favor dos moradores de favelas.

A campanha contra os aluguéis atenderia portanto aos seguintes objetivos: promover uma imagem positiva do regime militar perante as favelas; reforçar a campanha de condenação pública das UDCs e da federação, apontadas, de maneira distorcida, como articuladoras desse mercado do qual elas se beneficiavam; intervir na economia interna das favelas, que poderá ser parcialmente fiscalizada; e, por fim, sendo provavelmente este o aspecto mais importante, justificar perante a opinião pública uma legislação de exceção que permitiria a desapropriação de enorme quantidade de barracos, disfarçada de ação em prol das comunidades. Em consequência dessa última ação, seria possível o início do desfavelamento e da implantação das autoridades municipais nas favelas, sendo estes os dois fundamentos do projeto político da Intervenção. Trata-se de uma das “falsas notícias” estrategicamente divulgadas no período que se segue ao golpe, prática comum do modo de atuação da ditadura brasileira, que tem entre seus pilares a censura, a propaganda e o controle rigoroso da informação. Tal prática – que pressupõe uma articulação estreita do poder e dos meios de comunicação – é identificada em diversos momentos do período contemporâneo, principalmente em contextos de guerras e regimes autoritários.

O uso de “falsas notícias” enquanto instrumento político visando influenciar a opinião pública em tempos de guerra ou em momentos históricos específicos constitui-se em uma prática recorrente ao longo do século XX. Mesmo que o fenômeno das *fake news*, facilitado pelas novas mídias atuais, seja considerado atualmente um fato político característico do momento que atravessamos, a prática que consiste em fabricar notícias a partir de uma distorção da realidade no intuito de se aproveitar politicamente do efeito delas sobre a opinião pública corresponde a uma tradição histórica. O trabalho de Marc Bloch sobre as “falsas notícias da guerra” propõe uma reflexão preciosa sobre o assunto. O historiador francês identifica uma categoria específica de construção artificial dos fatos: a “falsa notícia de imprensa”, que seria, segundo ele, na maioria dos casos, “um objeto fabricado”, “forjado”, em vista de um “objetivo preciso”, geralmente para “agir sobre a opinião, respondendo a uma palavra de ordem”, quando ela não é simplesmente criada para “enfeitar a narração” (BLOCH, 2012, p. 19).

Assim, no contexto que analisamos, desde as notícias divulgadas sobre a suposta presença de agentes cubanos em favelas na véspera do golpe até a campanha sobre o aluguel nas favelas, notícias não verificadas ou inventadas envolvendo a atuação dos movimentos favelados e que visavam a uma repercussão política foram práticas comuns naquele momento. Em todos os casos, tais notícias são oriundas de uma fonte semelhante: um representante da polícia ou do regime militar. Porém, no presente caso, trata-se de um fato histórico mais importante por não se tratar apenas de um boato construído que, dialogando com o imaginário das elites mineiras, visa difamar os grupos favelados ou justificar a repressão contra eles. Da forma como ela é colocada e considerando a decisão política – excepcional – que ela visa justificar, a notícia construída sobre o mercado de aluguel nas favelas revela um uso estratégico claro e consciente da desinformação por parte da Interventoria. Não se trata somente de manipular ou influenciar a opinião com informações inexatas, mas de divulgar – como sendo reais – dados supostamente levantados para justificar um projeto de lei que poderia desencadear a maior ação de desapropriações de barracos e desfavelamento já realizada na cidade.

Tal iniciativa da Interventoria parece ter-se inspirado diretamente em debates que floresciam na cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1950 sobre uma necessária regulação do mercado imobiliário nas favelas. Em 1959, o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) da cidade chegou a emitir uma circular visando “coibir a especulação e abuso contra a população pobre” de favelas ao proibir a cobrança de aluguel nesses bairros. Como apontado por Rafael Soares Gonçalves (2013), essas leis tiveram sobretudo o efeito de aumentar as tensões sociais nas favelas e de reforçar o *status* jurídico *sui generis* ilegal e vulnerável delas. Tal paradoxo pode ser lido mais adiante na mesma circular do SERFHA, que acrescenta que: “O Poder Público não está obrigado a reconhecer qualquer direito que decorra de uma construção clandestina e que se efetiva contra as leis” (GONÇALVES, 2013, p. 193). No caso analisado por nós, a peculiaridade do gesto do interventor militar nas favelas de Belo Horizonte consiste em utilizar essa iniciativa como forma de deslegitimar as UDCs e a FTFBH em benefício de sua própria ação, a fim de conquistar o apoio dos moradores e da opinião pública.

As primeiras ações sucessivas da Interventoria – das batidas policiais que se seguem ao encerramento das UDCs à campanha falsa sobre os aluguéis – são exemplares do binômio estratégico que fundamenta o método político pelo qual a ditadura brasileira opera, lembrado pela Comissão Nacional da Verdade: “a violência e a mentira” (CNV, 2014a, p. 99) – dois

pilares interligados. Nesse sentido, a ditadura constrói a justificativa de suas ações autoritárias por meio do discurso, seja orientando a realidade de acordo com seus interesses seja construindo notícias falsas que são difundidas pela mídia em função de suas necessidades narrativas. Tal fato evidencia a correlação, já assinalada por Foucault (1977), entre o estabelecimento de um “regime de poder” e de um “regime de verdade”, o primeiro necessitando irremediavelmente de construir o segundo para poder se afirmar como autoridade legítima. No prisma de sua reflexão, a narrativa produzida pela ditadura sobre as favelas reproduz uma estratégia que consiste em criar “efeitos de verdade (...) com o objetivo de justificar racionalmente” determinadas “relações de poder” (CANDIOTTO, 2006, p. 69).

No caso da ditadura brasileira, tal construção é permitida por um uso intenso da propaganda e uma colaboração ativa dos grandes veículos de imprensa. O próprio interventor, na conclusão de seu relatório entregue ao comando militar do ID-4, faz questão de ressaltar “o apoio constante que recebeu”, em suas ações, “da imprensa escrita e falada da capital” (DOPS, 3932, p. 115). Nesse sentido, a campanha contra o aluguel de barracos será também o primeiro passo dado pela Interventoria na construção de uma narrativa que procura conquistar o apoio da opinião pública, principalmente da população favelada, para suas ações. Após ter se apresentado como defensor dos favelados explorados pelos donos de barracos e pelas UDC, o interventor vai se colocar publicamente à disposição da população favelada para receber “suas queixas” e lhe oferecer assistência em suas necessidades. No mesmo período, o coronel Gradinor convoca uma reunião com “assistentes sociais de todas as entidades de Belo Horizonte” com o objetivo de discutir e pensar “soluções para os graves problemas relacionados com as vilas e favelas da cidade” e estudar “fórmulas de desfavelamento progressivo” (DM, 26/05/1964 – 27/05/1964). A partir desse momento, diversos artigos publicados na imprensa relatam as “queixas” de favelados recebidas e acolhidas pelo interventor, que revelariam o estado de desespero e desamparo em que o DHBP e as UDCs locais teriam deixado a população das vilas.

Em diversos artigos de imprensa, menciona-se o apoio supostamente manifesto às ações promovidas pela Intervenção federal tanto por moradores de favelas como por setores políticos, incluindo representantes da Igreja Protestante na Assembleia Legislativa (DM, 13/06/1964). Em alguns deles, faz-se menção a um “abaixo-assinado” que estaria circulando entre moradores de diversas favelas para que o interventor Gradinor fosse nomeado novo chefe do DHBP, para prosseguir em longo prazo com sua ação nas favelas da capital, já que “o coronel realmente entende do problema e quer de fato resolvê-lo” (DM, 27/06/1964). Ao

mesmo tempo, diversos artigos publicados no período no jornal *Diário de Minas*, e analisados por nós, parecem assumir um papel de assessoria de comunicação da Interventoria, seja listando e esclarecendo suas ações e projetos para as favelas seja cumprindo um papel de informação comunitária ao divulgar suas portarias, intimações e informes destinados aos moradores das vilas (DM, 10/06/1964 a 17/07/1964). Essa ação psicológica sobre as populações visadas pela ação militar, por viés da propaganda de imprensa, remete a outro aspecto central da guerra contra-subversiva. Sobre esse aspecto, observamos que diversos métodos de “guerra psicológica” no combate à subversão identificados por Rigouste (2009) remetem diretamente à estratégia de comunicação assumida pela Interventoria nas favelas da capital mineira. Segundo o sociólogo, a “colaboração direta entre o Exército e a Imprensa” deve responder primeiramente à “necessidade de informação sobre o Exército” e suas ações. Sempre que possível, essa comunicação deveria passar pela “voz de terceiros” para evitar que o veículo utilizado seja associado a “um órgão de propaganda oficial”. No intuito de ganhar o “apoio da opinião pública”, tal narrativa deveria difundir uma “informação mais comunitária” articulada às “demandas de cada categoria de população visada”, com “linguagem acessível a eles”, a fim de “agarrar a comunicação ao campo visado” (RIGOUSTE, 2009, p. 200).

Em relação ao trabalho de contra-subversão desenvolvido pela ditadura brasileira, o historiador Plínio Ferreira Guimarães (2015) relembra como o Exército brasileiro agiu para “conquistar as massas” e controlar os “sentimentos e pensamentos das populações” para combater o avanço das ideias revolucionárias. Alguns oficiais defendiam que as ações das Forças Armadas deveriam considerar as “condições de existência da população”, cujos sofrimentos e dificuldades constituíam o fermento que facilitaria a adesão a ideias subversivas e grupos revolucionários. Nesse sentido, “a preocupação com as condições sociais da população civil torna-se um dos aspectos centrais nas discussões referentes à guerra revolucionária” e à ação de contra-subversão preventiva. As ações social e psicológica deveriam, portanto, ser as primeiras armas no combate à ameaça comunista e revolucionária, já que, como afirmado pelo tenente coronel João Perboyle de Vasconcelos Ferreira, na revista *Defesa Nacional*: “a solução da força é o remédio derradeiro para quem não soube prevenir” (GUIMARÃES, 2015, p. 148).

Para além dessas ações preventivas, poderia haver, segundo o coronel, a aplicação de intervenções e soluções secundárias “no caso de uma área já se encontrar em fase pré-insurrecional (...) principalmente por meio de propagandas e campanhas de esclarecimento”, mas também por meio do “combate ao subdesenvolvimento”, que seria a ação local mais

eficiente para combater o “avanço do comunismo” (GUIMARÃES, 2015, p. 148). No levantamento que fez, Guimarães identifica que essas ideias se concretizaram, durante a ditadura, em ações de assistência junto às populações civis, principalmente por meio das Ações Cívico-Sociais (ACISO). As ações da ACISO, analisadas por ele, sistematizam-se principalmente a partir de 1966, sendo implantadas em várias regiões do país, principalmente em comunidades rurais. Trata-se de cursos de capacitação profissional, assessoria na área de agropecuária, cursos de alfabetização, ambulatório de saúde médica e odontológica, campanhas de vacinações, distribuição de remédios etc., promovidas pelos próprios militares. Algumas dessas intervenções eram estreitamente articuladas com operações de repressão ao movimento subversivo, mirando áreas consideradas suspeitas ou vulneráveis, como será feito, por exemplo, no âmbito do combate às Guerrilhas do Caparaó ou do Araguaia em regiões limítrofes aos focos de guerrilha (GUIMARÃES, 2015, p. 157). Se o trabalho de assistência social será sistematizado pela ditadura como ferramenta política no âmbito de sua guerra “contra-subversiva”, é importante lembrar no entanto que o Serviço Social já cumpria um papel de controle dos trabalhadores desde a década de 1940, visando “zelar pela moralidade e adaptar o trabalhador a sua função no trabalho” (DE OLIVEIRA, 2011, p. 17).

Essa chave de leitura é fundamental para compreendermos o sentido da ação da Interventoria militar, mas também, de forma mais ampla, a estratégia desenvolvida pelo DOPS e pelas Forças Armadas nas favelas. Percebemos que, enquanto áreas urbanas consideradas permeáveis à ameaça subversiva, as vilas e favelas foram, no início da ditadura, alvo de um trabalho específico de contra-subversão. Como vimos ao longo deste capítulo, todos os métodos citados foram rigorosamente aplicados nas comunidades faveladas de Belo Horizonte: propaganda e ação psicológica “para ganhar a simpatia da população”; campanhas de esclarecimento sobre a ação das Forças Armadas – inclusive por meio de grupos civis; ações de assistência social etc. O último campo visado por essa ação, o “combate ao subdesenvolvimento” – que seria a dimensão mais importante – será justamente o principal foco da ação social do coronel Gradinor Soares Filho, concretizando-se a partir do projeto de lei por ele desenvolvido e que analisaremos nas páginas que se seguem.

A ação social junto às favelas tem também outra vantagem, já que permite à Interventoria aprofundar o levantamento de informações, consignado periodicamente pelo coronel Gradinor em seus relatórios enviados regularmente ao Comando Militar da ID-4 e encaminhados ao DOPS (DOPS, 3932, p.110). Algumas dessas informações recolhidas serão estrategicamente divulgadas no âmbito da guerra psicológica que utiliza as páginas dos meios

de comunicação como um de seus campos de batalha. Esse é o caso do encaminhamento à imprensa da queixa feita pela ex-esposa de Francisco do Nascimento. Esse encaminhamento, citado por nós anteriormente, é estrategicamente publicizado na ocasião no intuito aparente de desmoralizar publicamente a imagem do “líder dos favelados” (DM, 13/06/1964). Após esse primeiro levantamento informal de dados, a Interventoria projeta um levantamento amplo a respeito da população favelada via censo, que permitiria conhecer com precisão o número de favelas, sua localização e realidade demográfica e o perfil dos moradores: bens de consumo, fonte de renda, regime de moradia – casa própria ou alugada etc. Esse censo seria o primeiro passo para o projeto de “desapropriação e urbanização” das favelas, “em colaboração com a Interventoria”, sendo ainda em preparação como afirmado pelo servidor Luiz Viana, assessor do interventor, já que “o momento não é psicológico para sua aplicação” (DM, 09/06/1964). Esse último comentário reforça a importância estratégica das etapas consideradas por ele em sua ação: após a fase mais claramente repressiva e antes de realizar o levantamento detalhado que permitirá a desapropriação de barracos, é necessário haver uma aproximação e uma “ação psicológica” que propiciaria um ambiente mais favorável às novas intervenções decisivas do poder público nas favelas.

Se a primeira intervenção de assistência social realizada pelo Exército aos moldes das ACISO identificada por Plínio Ferreira Guimarães é realizada em 1966 no sul de Minas, mediante cooperação entre a Polícia Militar de Minas Gerais e a Força Aérea Brasileira, a Interventoria nas favelas realizada em 1964 já anunciava diversos aspectos do *modus operandi* de tais intervenções. Nesse sentido, esta constitui talvez um dos primeiros casos de aplicação prática da assistência social como ferramenta de contra-subversão pela ditadura em Minas Gerais. No entanto, é importante mencionar que tal articulação entre operação policial e ação pretensamente social não era um fato totalmente novo e já existia sob outras formas, antes de ser sistematizado pela ditadura como arma anticomunista e contra-subversiva.

O próprio coronel Gradinor Soares Filho já havia se utilizado de uma abordagem semelhante com objetivo de penetrar as favelas recém-ocupadas em 1963 e dessa forma realizar uma vigilância dessas comunidades para impedir a ocorrência de outras ocupações. No segundo semestre de 1963, ele tinha sido nomeado no Centro de Assistência Social do Cabana em uma comunidade vizinha à Vila Operário-Estudantil, oficialmente como representante da Secretaria de Trabalho e Bem-estar Social. Como afirmado por ele nos relatórios enviados aos seus superiores naquela época, sua verdadeira missão era então de vigiar as atividades da vila recém-“invadida”, identificando os indivíduos envolvidos

politicamente, além de controlar a entrada de materiais de construção ou de novos moradores para prevenir a expansão das “invasões” (DOPS, 3932, p. 108). Ao ler os depoimentos de moradores da vila no inquérito do DOPS, percebemos que houve, em diversas ocasiões, resistências locais à implantação de um posto policial na vila. Nesse contexto, a nomeação do coronel no Centro Social de uma comunidade vizinha permitiria um tipo de vigilância no local de maneira mais discreta e aceitável, com a presença de um representante do Estado e da Polícia Militar nas redondezas.

No entanto, cabe ressaltar que essa presença do Estado, mesmo por meio de um assistencialismo social, não foi sempre recebida passivamente ou sem desconfiança por parte dos favelados. Naquela época, na Vila Operário-Estudantil, grupos de moradores se mobilizaram contra a presença fiscalizadora do coronel Gradinor ou ainda para protestar contra a distribuição de alimentos, já vencidos, trazidos pelo SERVAS (DOPS, 3932, p. 46-108). Esse conjunto de ações estratégicas visando investir a vida cotidiana e o campo psicológico das populações que habitam as favelas e ocupações, enquanto alvo de uma operação contra-subversiva, desenvolve-se no quadro de exceção aberto pela Intervenção militar. Contudo, como veremos no próximo tópico, a própria Intervenção previa sistematizar essa experiência de controle social nos espaços favelados da cidade de maneira a torná-la perene e mais sofisticada. Tal projeto seria possibilitado por meio de um novo instrumento de governo local criado para esse fim: a Divisão Educacional-Social e Imobiliária (DESI).



Fig. 12: Soldados da Polícia Militar vigiam os arredores da Vila Operário-Estudantil no intuito de impedir novas ocupações (DM, 12/09/1963).

2.2.3. Um projeto de “reorganização” dos bairros populares

Enquanto interventor nas favelas, vimos que o coronel Gradinor Soares Filho endossa a ambiguidade de uma postura dividida entre uma narrativa de assistência social aos necessitados e uma missão de fiscalização, policiamento e repressão, semelhante àquela ocupada por ele no aglomerado Cabana do Pai Tomás no ano anterior. Dessa vez, a parceria entre a Intervenção encabeçada por ele e a operação deflagrada pelo DOPS, no contexto da repressão aos movimentos sociais articulada pelo regime militar, vai lhe permitir adotar diversas medidas proibitivas que terão incidência na vida social, política e econômica das vilas e favelas. Para além dessas medidas, observamos a construção de uma agenda positiva visando conquistar a simpatia das populações locais, deslegitimando ao mesmo tempo as ações das UDCs extintas e de suas ex-lideranças.

A dimensão política por trás da ação do interventor torna-se mais nítida ainda por meio do ambicioso projeto de lei por ele desenvolvido, que prevê dar continuidade e perenidade às ações iniciadas nas favelas a partir da Interventoria. O projeto de lei municipal apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte no dia 15 de junho de 1964 pelo vereador Rui da Costa Val, assinado por ele e sete outros vereadores, visa criar uma entidade municipal, a Divisão Educacional-Social e Imobiliária (DESI), que seria dependente do Departamento de Habitações e Bairros Populares (DHBP) e implantado em cada favela da capital mineira. Esse departamento seria composto por funcionários do DHBP de diversas áreas, em sua maioria fiscais, mas também “assistentes sociais” e “educadores familiares”, e interviria em diversos aspectos da vida cotidiana, tendo estas seguintes funções:

- impedir, por meios legais ao seu alcance, os aluguéis de casas ou barracões em Vilas ou Favelas, inclusive propondo ao Prefeito a desapropriação daqueles que, construídos em terrenos da Prefeitura, estejam sendo destinados a aluguéis (...)
- promover a instalação de sedes da DESI em Vilas ou Favelas, para funcionamento de ambulatórios, compreendendo serviços médicos, dentário e social, podendo, para esse fim, serem aproveitados os prédios já construídos pelo DBP⁵⁰
- promover a construção de prédios, em Vilas ou Favelas, destinados à instalação de Postos Policiais e Telefone Públicos (...)
- promover, através do DBP, contratos com Caixas econômicas ou estabelecimentos de crédito, para empréstimo aos moradores de Vilas e Favelas, com a finalidade exclusiva de melhoria das habitações.

⁵⁰ Em diversas fontes oficiais, a sigla DBP é utilizada para se referir ao Departamento de Habitações e Bairros Populares (DHBP).

- instituir, através do serviço social, uma secção destinada a inscrever pessoas desempregadas e prestar-lhes ajuda para obtenção de trabalho (...) (CMBH, 15/06/1964, p. 18)

O projeto prevê ainda a implantação de “armazéns destinados a vendas de gêneros” em convênio com o “Departamento de Abastecimento da Prefeitura” (CMBH, 15/06/1964, p. 18). Tal medida encontra-se na continuidade da ação do Interventor, que tinha prometido, poucas semanas antes da apresentação do projeto, uma “severa fiscalização” das atividades comerciais nas favelas, graças ao trabalho de fiscais da Superintendência Nacional de Abastecimentos (Sunab), com intuito de acabar, segundo as próprias palavras do Interventor, “com a ganância de comerciantes desonestos” e a “exploração” dos “donos de armazéns” (DM, 23/05/1964). Por fim, a Desi deve também propor, com apoio do Conselho Técnico Consultivo do DHBP, “obras de urbanização em Vilas e Favelas”, podendo para esse fim remover as habitações “cuja localização prejudique a comunidade ou impeça a realização de serviços para sua melhoria”. Para financiar tais operações, seria criada a “Taxa Educacional Social de Favelas, que incidirá sobre toda habitação construída no terreno da prefeitura, em Favela (...) anual, cobrada na base de Cr\$ 2000 (dois mil cruzeiros)”⁵¹ em contrapartida das realizações da Desi (CMBH, 15/06/1964, p. 19).

Ao analisar o projeto de lei, que defende uma contundente intervenção estatal do regime militar nas favelas, por meio do poder municipal, identificamos três eixos principais de atuação: a dimensão econômica, por meio da fiscalização e de uma intervenção na economia local; a possibilidade de controle social e demográfico desses territórios, por meio de algumas medidas que destacaremos mais adiante; e, por fim, um enquadramento moral e sanitário das famílias faveladas.

Primeiramente, percebemos que diversos elementos que compõem o projeto da Interventoria dizem respeito à realidade econômica das vilas e favelas: fiscalização dos comércios locais e mercado interno, combate a atividades profissionais informais ou ilegais – inclusive prostituição, combate ao desemprego e orientação na busca de empregos, proibição do aluguel e desapropriação dos barracos alugados pela prefeitura – que passaria portanto a ter controle sobre parte do mercado fundiário local etc. Nesse sentido, uma parte importante do projeto visa à racionalização econômica e laboral do território favelado. Esse aspecto nos elucidada como a questão do trabalho e da produtividade era o cerne do projeto político-

⁵¹ Com fins de comparação, o salário mínimo na época era de 42 000 Cruzeiros, enquanto que – segundo o censo de 1965 – o valor do aluguel de um barraco na favela variava geralmente entre 1000 e 6000 cruzeiros.

econômico comum que as elites civis e militares foram definindo e implantando após o golpe. Como informa a Comissão Nacional da Verdade: “na cidade e no campo, as elites civis entendiam que era preciso reprimir, disciplinar, submeter e tornar os trabalhadores mais produtivos, com o fim de possibilitar uma maior acumulação de riqueza, bem como manter os privilégios existentes” (CNV, 2014b, p. 62). Podemos entender, portanto, os sucessivos processos de repressão, disciplinarização e reordenamento econômico operados por representantes do regime militar nas áreas faveladas da cidade não como tentativas isoladas de intervenção estatal, mas meticulosamente articulados em um mesmo projeto.

Outra dimensão importante do projeto visa permitir o controle social da população favelada, principalmente em dois aspectos. Primeiramente, um controle social direto da população local seria facilitado pela instalação, em todas as vilas, de postos policiais. Em segundo lugar, a Desi também permitiria, por parte das autoridades, o controle demográfico sobre a população das favelas belo-horizontinas. Trata-se de um efeito indireto, e não claramente anunciado do projeto. Como já evocamos, uma vez o aluguel proibido, parte dos barracos desapropriados pela prefeitura passaria “a integrar o Patrimônio do DBP”, o que configuraria por si só uma retomada importante da propriedade fundiária nas favelas pelo poder público. No entanto, a prefeitura teria a possibilidade de revender esses barracos “pelo mesmo preço da desapropriação, mediante pagamento em prestações e a longo prazo, **aos ocupantes na época do ato ou a outros, indicados pelo Serviço Social**, desde que os primeiros não se interessem” (CMBH, 15/06/1964, p. 19, grifo nosso).

Ao proibir a prática do aluguel e desapropriar os barracos alugados, a prefeitura já diminuiria consideravelmente a flutuação das populações e a entrada de novos moradores nas favelas, mantendo, *grosso modo*, a população original. Essa primeira medida já teria por efeito certa estabilização dessa população, após suas características sociais e demográficas terem sido levantadas pelo censo encomendado pela Interventoria. Em um segundo momento, ao revender preferencialmente os barracos aos ex-ocupantes ou a novos moradores que seriam selecionados e indicados pelo Serviço Social, a prefeitura conseguiria ter um relativo controle sobre a entrada de novos moradores e famílias nas vilas e favelas. Conseqüentemente, o projeto da Interventoria permitiria estabelecer um relativo controle demográfico da população, favelada dando uma margem de manobra ao poder público para dificultar ou filtrar a instalação de novos moradores nas favelas. Essa política de controle populacional – com uma dimensão ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, por meio da seleção de novos

moradores – parece responder a uma preocupação central das autoridades em relação às flutuações e ao crescimento da população favelada na cidade.

Já evocamos, no capítulo anterior, o discurso das elites locais e de alguns setores políticos que se preocupavam com o fato de as novas favelas incentivarem uma vinda crescente de migrantes pobres do interior para a cidade. Essa preocupação também pode ser lida no discurso policial. Como mencionamos na primeira parte do capítulo, alguns dos depoimentos colhidos pelo DOPS com as lideranças faveladas refletem o interesse dos investigadores em esclarecer a suposta vinda de grupos de pobres interioranos para participar das “invasões” de 1963. Nessa ocasião, vimos como a FTFBH ou as lideranças das UDCs são consideradas suspeitas de ter facilitado, materialmente, a vinda desses migrantes.

O discurso do interventor reflete semelhante preocupação quando ele aponta a correlação preocupante entre a chegada permanente dessas populações humildes na cidade e o crescimento das favelas. Ele alerta explicitamente as autoridades sobre esse aspecto afirmando na imprensa que “o problema das favelas em Belo Horizonte torna-se cada vez mais grave, com a chegada de 10 famílias por dia do interior”, sendo preciso, com urgência, “uma ação conjunta dos poderes públicos (...) antes que (o problema) atinja proporções insuperáveis” (DM, 17/07/1964). Portanto, percebemos que sua ação vai procurar impedir – ou pelo menos controlar – o crescimento demográfico das favelas de duas maneiras. Por um lado, ele afirma o desejo de coibir o surgimento de “novas invasões” e a expansão territorial das favelas existentes, encaminhando queixas a respeito ou solicitando intervenção militar do ID-4 para impedir tais ações. Por outro, ele preconiza, por meio de seu projeto, a proibição de aluguéis nas favelas e a futura seleção, pelo Serviço Social, dos novos moradores que poderão integrar os imóveis existentes desapropriados pela prefeitura.

Por fim, um último aspecto do projeto remete ao enquadramento moral e familiar dessa população, inscrevendo-se na continuidade do discurso emanando das autoridades militares sobre o necessário combate aos vícios – identificados como problema crucial nas favelas. Segundo o interventor, entre os principais males dos quais sofre a população favelada, estariam o alcoolismo, o desemprego, a prostituição alimentados pela desestruturação familiar, o grande número de “mães solteiras”, além da “mal-nutrição” e dos problemas de saúde recorrentes. Sobre esse tema, a Interventoria aponta a falta de “orientação espiritual” da população, mais especificamente das moças, que: “convenientemente encaminhadas, poderiam garantir seu sustento como domésticas” (DM, 17/07/1964). As referências recorrentes, nesse discurso, ao corpo feminino, que se torna um dos alvos

privilegiados desse trabalho de reeducação moral, remetem ao discurso produzido pelos agentes da ditadura sobre a *mulher favelada* – analisado por nós anteriormente neste capítulo – que tende a considerar esse corpo responsável pelo rebaixamento moral da comunidade e pelo seu crescimento demográfico descontrolado.

Há uma dimensão do projeto que visa, portanto, permitir o enquadramento moral e familiar a partir de diferentes aspectos: a “fiscalização rigorosa” dos estabelecimentos comerciais via Departamento de Assistência e Saúde da prefeitura, que deve permitir que todos “os botequins sem licença de funcionamento sejam fechados imediatamente”, representando dessa forma um controle acerca da venda de álcool (DM, 27/06/1964); uma reeducação moral e social visando às famílias e aos jovens – principalmente as moças – através da presença em todas as comunidades de educadores familiares, que integrariam a equipe do DESI, com a ajuda de entidades religiosas e beneficentes convocadas (tais como o movimento jesuíta do Graal ou ainda o Servas); o combate ao desemprego e à prostituição por meio de um levantamento feito pelo Serviço Social, que deverá auxiliar a população desocupada na “obtenção de trabalhos”; e, por fim, uma assistência sanitária por meio de equipes de saúde, vacinações, ambulatórios médicos, dentários e distribuição de remédios (CMBH, 15/06/1964, p. 17).

Levando em consideração a leitura social feita pela Interventoria militar, que identifica e qualifica os corpos favelados a partir da doença, do defeito ou do vício a ser tratado pelo poder público, os moradores das comunidades encontram-se classificados e definidos segundo o desvio específico a ser corrigido pela intervenção estatal. Essa perspectiva é corroborada pela afirmação de Paulo Arantes, inspirada pelas reflexões de Edson Teles, segundo a qual a ditadura brasileira abre um tempo histórico singular, no continente sul-americano, tempo em que “o corpo passa a ser fundamental para [a] ação do regime” (ARANTES, 2014, p. 284). Se a análise do filósofo se refere a práticas explicitamente *negativas* do poder da ditadura sobre os corpos, tal como a generalização da tortura e do desaparecimento forçado a partir do fim da década de 1960 – no Brasil como no restante do Cone Sul da América –, observamos aqui outra forma de investida dos corpos pelo regime militar brasileiro. A reabilitação moral dos corpos corrompidos e/ou viciados prevista no projeto do interventor, que prefigura a ação social e sanitária das Ações Cívicas Sociais nos anos seguintes, revela que a ditadura considerou também o corpo – tanto social como individual – objeto a ser subordinado por meio de uma ação *positiva*, configurando o que Michel Foucault (2004, p. 629) qualifica de *biopolítica da população*. Segundo o autor, a inclusão da vida humana na esfera de decisão

política, permitindo a gestão da vida e dos corpos da população pelo Estado, resumido por ele pelo termo de biopolítica, constitui uma característica fundamental da soberania moderna. Com todos esses eixos de atuação – fiscalização econômica, acompanhamento moral e médico, proibição do regime de aluguel, taxa exclusiva para as favelas etc. –, o projeto da Intervenção conduzido pelo coronel Gradinor sistematiza o estado de exceção territorial inaugurado por ela, já que o projeto de lei municipal tornaria permanentes medidas, programas e restrições que se aplicam apenas ao território favelado.

Se em sua comunicação pública divulgada na imprensa a Interventoria sempre insiste na dimensão social e filantrópica do seu trabalho, cujo fim principal seria, nas próprias palavras do coronel, combater “a situação” de “miséria total” em que se encontram os moradores de favelas (DM, 17/07/1964), as palavras endereçadas por ele aos seus superiores nos documentos internos nos permitem melhor compreender as motivações políticas por trás de sua ação. A análise do coronel, compartilhada no relatório final encaminhado por ele ao Comando Militar, leva-nos a interpretar a intervenção nas favelas como parte de um projeto político e urbano amplo que permitiria uma ampla “reorganização” dos territórios favelados com o objetivo de controle social (DOPS, 3932, p. 115). Essa expressão é utilizada pelo próprio interventor para resumir o trabalho de sua equipe. Em uma carta enviada ao Comando Militar, no momento de deixar o cargo, este afirmará que a Intervenção “[expurgou] os agitadores e exploradores dos favelados” e “reorganizou os núcleos favelados” (DM, 20/08/1964).

Ao concluir o relatório, o coronel afirma considerar urgente a intervenção conjunta das “autoridades federais, estaduais e municipais”, com apoio de “associações de cunho cultural e beneficente” para solucionar o “cruciente problema das vilas e favelas”, cujas populações seriam, segundo ele, “constituídas na grande maioria de ladrões, alcoólatras, vadios, exploradores da mendicância, mães solteiras, meninas de 13 a 14 anos já prostituídas, onde o incesto é coisa banal” (DOPS, 3932, p. 115). Em seguida, ele insiste sobre o fato de tais espaços urbanos representarem uma potencial ameaça à frágil ordem política e social que a ditadura visaria assegurar:

Não nos devemos esquecer que nos graves períodos de agitação e subversão por que ultimamente passou a nossa Pátria, os baderneiros, a tropa de choque das arruaças, o “quebra-quebra”, era toda ela recrutada pelos profissionais de agitação nas Vilas e Favelas e, no interior do Estado, nos núcleos de trabalhadores rurais. Se nossos homens públicos não agirem agora, abandonando a letargia que os domina em relação ao problema, na hipótese de novos distúrbios, que Deus nos livre, esses serão em proporção imprevisíveis pois os favelados não acreditam mais em “ninguém”, vivem desesperados e procurando “alguém” que os tire da miséria e da ignorância (DOPS, 3932, p. 115)

Nesse sentido, a Intervenção da ditadura nas favelas assume a tarefa de uma ação seletiva e organizadora do poder, que procura ordenar e disciplinar uma população que se dividiria entre “ladrões”, “alcoólatras”, “vadios”, “mães solteiras”, “prostitutas” e “moças desassistidas” – segundo as palavras do interventor –, além do “profissional de agitação” que lidera tal população por interesse próprio. Tendo sido esse último o primeiro alvo da ação policial deflagrada nesses territórios, como figura principal do inimigo interno nas favelas, resta enquadrar os outros, o restante da “tropa de choque da arruaça”, figuras igualmente problemáticas da classe perigosa que a população favelada representa, na perspectiva do regime militar. Cada adjetivo utilizado para categorizar tais indivíduos define o ponto a partir do qual a governabilidade poderá operar para reinseri-los na esfera da produtividade e da governabilidade. Essa reflexão também é útil para analisar – de forma mais ampla – os projetos habitacionais, sociais e urbanos da ditadura, aspecto sobre o qual voltaremos a falar no próximo capítulo.

A Intervenção do regime militar nas favelas visa, portanto, a um reordenamento desses espaços periféricos mediante o emprego de um “dispositivo disciplinar” criado especificamente para esses espaços urbanos, reforçando-os como *territórios de exceção*. Tal dispositivo é instaurado nas comunidades desde o início da Intervenção, em suas primeiras ações – mudança de nomes de favelas e fechamento das UDCs –, e deveria, caso o projeto fosse aplicado, tornar-se ao mesmo tempo permanente e total. Entendemos aqui a ideia de “dispositivo disciplinar” com base na definição de Michel Foucault (2013), que o analisa como um ideal, desenvolvido pelo poder moderno, de gestão dos indivíduos “até nos mais finos detalhes da existência”. Segundo o filósofo, esse dispositivo passa inevitavelmente pela organização dos corpos e pela “determinação a cada um de seu ‘verdadeiro’ nome, de seu ‘verdadeiro’ lugar (...) e da ‘verdadeira’ doença”. Apenas dessa forma seria possível reintegrar, no domínio da ordem, a vida incontrolável das pessoas “que vivem e morrem na desordem”, desses corpos propensos para o “crime” e a “vadiagem” (FOUCAULT, 2013, p. 188).

A articulação, no projeto de lei, de aspectos distintos que atravessam todas as dimensões da vida das comunidades – econômica, social, sanitária, moral, urbana e espiritual – evidencia de forma mais profunda as diversas linhas de ação da Intervenção nas favelas. O objetivo de “desfavelamento progressivo” que norteia sua ação aparece, portanto, como um processo de ingerência, controle e transformação pelo poder de um espaço social em todos os aspectos da vida cotidiana. Dessa forma, a particularidade da Intervenção militar e do projeto de lei aqui analisado é de articular um plano de reordenamento e disciplinarização que se

aplica a todas as dimensões sociais de um mesmo território. O *território de exceção* idealizado pela Intervenção a partir de maio de 1964 se tornaria um pequeno laboratório de gestão populacional-territorial encabeçado pela ditadura militar nas periferias. Considerando a ação do interventor como um todo, aliando medidas policiais, repressivas e arbitrárias a ações e projetos de assistência social, vemos também se delinear o modo de governar “paternalista-punitivo” que se tornará um traço característico da ditadura e das elites que a compõem em relação aos populares (ARANTES, 2014, p. 292).

2.2.4 O fim da Intervenção

No dia 31 de julho de 1964, a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte é oficialmente extinta pelas autoridades militares. Essa extinção marca o fim do processo de repressão e intervenção nas favelas no período pós-golpe. Nessa altura, o interventor ainda aguardava a aprovação de seu projeto de lei, que permitiria a criação da DESI. É especificamente por esse motivo que ele permanece no cargo após essa data, procurando apoios políticos para seu projeto e, como vimos, à espera de uma possível nomeação na direção do DHBP. No entanto, os projetos do interventor não caminham no sentido por ele almejado. A tramitação do seu projeto de lei na Câmara não encontra o apoio esperado e, em razão da conjuntura política municipal do momento, acaba sendo finalmente engavetado. Isolado politicamente, o coronel interventor vê também se dissipar a esperança de ser nomeado à direção do DHBP. Diante dessa derrota política, anuncia sua demissão do cargo no dia 20 de agosto de 1964 afirmando estar “desgostoso com as autoridades que não o ajudam em seus planos” (CORREIO DA MANHÃ, 20/08/1964). Em resposta, o comandante do ID-4, coronel Dióscoro do Vale, lamenta a exoneração e lhe agradece pelos serviços prestados “ao longo de quatro meses, com dedicação, altruísmo, espírito patriótico, a serviço dos ideais revolucionários”, segundo suas próprias palavras (DM, 20/08/1964). Esse episódio marca o ponto final da Intervenção militar nas favelas, assim como o fim do projeto do DESI, e de um período político de forte atuação da ditadura nas favelas da capital mineira.

O desencadeamento do processo repressivo contra as ocupações urbanas, favelas e o movimento favelado pelo regime militar se deu em sucessivas etapas. Primeiramente, identificamos uma ingerência estritamente policial, resultando na prisão de lideranças comunitárias e no encerramento dos espaços de organização política com uma presença física da força policial nas comunidades. Essa etapa se acompanhou de uma ofensiva no campo do discurso e das representações contra a atuação política dos favelados e a favor do regime

militar. Tal ofensiva foi possibilitada pela construção e divulgação midiática da figura do chamado *líder favelado* enquanto perigoso inimigo interno. Em paralelo à prisão das principais lideranças e do fechamento das UDC, vimos também que grupos civis vinculados ao regime militar passaram a atuar nas comunidades no sentido de facilitar a aceitação do golpe militar pelas populações.

Em um segundo momento, a Intervenção militar decretada nas favelas iniciou um processo de reordenamento jurídico e moral das comunidades por meio de decretos e medidas que visavam ressignificar politicamente esses territórios, inserindo-os na esfera de controle social do regime militar. Ao urbanizar esses espaços, estes poderiam ser progressivamente “desfavelados”. Seus moradores seriam vinculados ao poder municipal por uma taxa excepcional criada apenas para eles, sendo transformados com o tempo em pequenos proprietários ou em força de trabalho fiscalizada econômica e moralmente enquadrada. Se as favelas brasileiras sempre se beneficiaram de um *status* jurídico *sui generis* na cidade brasileira, como lembrado por Gonçalves (2013), a Intervenção militar nas vilas e favelas de Belo Horizonte delimita e oficializa um quadro jurídico de exceção singular em sintonia com o projeto repressivo desencadeado pelo regime.

Como veremos no próximo capítulo, o reordenamento territorial iniciado pela Intervenção nas favelas e o silenciamento do movimento favelado e dos movimentos sociais urbanos de modo geral anunciam a reorganização do espaço urbano da capital mineira que será desencadeada nos anos seguintes, de acordo com os interesses das elites que apoiam a ditadura. Analisaremos essa investida da ditadura – por meio da gestão municipal da ARENA – no campo urbano e sua atuação nas vilas e favelas de Belo Horizonte, bem como a rearticulação de movimentos comunitários na luta por moradia na cidade, dos anos que seguem o golpe militar até o fim da década de 1970.

CAPÍTULO 3 | DITADURA, URBANISMO AUTORITÁRIO E RESISTÊNCIAS NAS PERIFERIAS

Após analisarmos a retomada de um controle político sobre as ocupações e favelas pelo regime militar por meio da repressão aos movimentos de moradores e à Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), neste capítulo abordaremos os desdobramentos desse conflito ao longo da vigência da ditadura, de 1964 até o início da década de 1980. Em um primeiro momento, veremos como os projetos urbano e habitacional elaborados nos níveis nacional e municipal pelo regime militar e seus aliados afetam as comunidades periféricas, enquanto alguns movimentos de moradores encontram formas de prosseguir localmente com suas lutas, nos anos que seguem o Golpe de 1964. Em um segundo momento, estudaremos a política remocionista desenvolvida em Belo Horizonte a partir de 1971, bem como a rearticulação dos movimentos de luta por moradia na escala metropolitana. No tópico a seguir, analisamos brevemente os debates existentes no seio da elite mineira que apoiou o golpe militar sobre as políticas urbanas a serem adotadas em relação à cidade e suas periferias.

3.1 DITADURA E PROJETOS URBANOS EM BELO HORIZONTE (1964-1970)

3.1.1 Modernizar (novamente) a capital mineira

A mudança política ocorrida após o golpe militar vai ocasionar, no seio das elites e dos setores que apoiam o novo regime, debates acerca da política econômica a ser implementada no país, que vão se refletir em nível local, no estado de Minas Gerais e em sua capital. Nesse contexto, os anseios do setor privado e da classe empreendedora mineira, que apoiaram abertamente o golpe, não tardam a guiar o rumo das discussões. Como consequência, as políticas urbanas e territoriais nos níveis municipal e estadual serão progressivamente reorientadas de acordo com os interesses do setor empresarial do estado. O engavetamento do projeto de lei sobre a criação da Divisão Educacional-Social e Imobiliária (DESI) nas favelas intervém nesse contexto, em meio aos debates intensos entre as elites mineiras e os setores políticos que apoiam o golpe, nos âmbito dos quais se confrontam diferentes ideias acerca do

projeto urbano e econômico a ser adotado pelo regime militar. Nesse sentido, o abandono do projeto resulta, em nossa análise, de uma escolha política, sancionada pela Câmara Municipal, que atende às demandas da bancada política vinculada à classe empresarial. Trata-se de optar por um desinvestimento financeiro no Departamento de Habitações e Bairros Populares e nas favelas da cidade em benefício das áreas consideradas prioritárias pelo setor privado, quais sejam, o transporte e as telecomunicações, principalmente.

Os debates e as reviravoltas políticas em torno do projeto do interventor que levarão ao seu engavetamento revelam a existência de dissensos sobre o tema no seio dos setores políticos que apoiam e compõem a ditadura. Esse episódio nos ajuda a perceber as divergências de opiniões e de projetos compartilhados pelas elites mineiras para lidar com o que muitos qualificavam na época como o “problema favela”, e com a questão urbana de modo mais geral. Os debates ocorridos na Câmara Municipal de Belo Horizonte no período em que o projeto é apresentado nos permitem, inclusive, melhor entender as políticas urbana e habitacional adotadas na capital mineira nos anos que se seguem ao golpe. Tais debates possuem como pano de fundo a forte mobilização da oposição municipal contra o prefeito Jorge Carone. Segundo seus oponentes políticos, a gestão do prefeito seria marcada pela corrupção, pelo populismo e pela irresponsabilidade, sendo essas as características de um mundo político desmoralizado que o golpe militar pretendia sanear.

Em 16 de junho de 1964, dia que segue a apresentação do projeto do interventor Gradinor pelo vereador Rui da Costa Val na Câmara Municipal, o vereador Antonio Dutra, líder da bancada do Partido Libertador e figura importante de oposição ao prefeito Carone, pronuncia um discurso que, em suas entrelinhas, responde de forma crítica ao projeto da DESI. Em sua fala, Dutra sinaliza suas ressalvas ao projeto do interventor enfatizando a prioridade de investimentos públicos em outros setores urbanos que deveriam permitir a real “modernização” da capital em direção “ao progresso”. Nessa ocasião, ele defende que o ano de 1964, “ano em que vimos o Brasil livrar-se de uma situação das mais difíceis (...) livrar a nação do jugo comunista”, seja também o ano de novos investimentos urbanos na capital mineira no intuito de modernizá-la. Ainda segundo ele, esse momento em “que a nação novamente encontra o seu caminho e parece viver tranquila e pacificamente para felicidade de todos”, já que “há três ou quatro meses não temos notícias de uma greve”, deveria representar também um momento de mudanças na política urbana, com investimentos em áreas economicamente estratégicas.

O principal objetivo destacado por ele nesse sentido é a “expansão dos serviços telefônicos”, representando segundo ele “um dos problemas mais graves” da cidade, já que “Belo Horizonte é uma cidade que cresce assustadoramente em ruas sem calçamento e sem esgotos, mas que continua com uma rede telefônica diminuta. A solução deste problema é de real interesse para Minas e para o Brasil, para o progresso que ela significa”. Em segundo lugar, ele aponta para a necessidade de maiores investimentos em vias de transportes e no ampliamiento das avenidas que ligam o centro da cidade ao resto do estado e do país, inclusive na avenida Antônio Carlos, “importante via de acesso à Brasília” para resolver os “angustiosos problemas de tráfego” na capital, que cresce “não só em número de pessoas como em números de veículos” (CMBH, 16/06/1964, p. 61). Em suas conclusões, ao priorizar os investimentos em tais setores:

(...) a Câmara terá cumprido o seu dever, dando a sua parcela de ajuda para a grandeza da nossa terra, e contribuindo para que Belo Horizonte seja realmente a cidade que mais cresce, a cidade que mais se desenvolve no Brasil, mas não somente no crescimento de favelas. Belo Horizonte precisa de crescer, mas com melhoramentos, com obras realizadas, com ruas asfaltadas, precisa crescer harmonicamente, crescer ampliando a contribuição de melhorias necessárias para o desenvolvimento de uma metrópole (CMBH, 16/06/1964, p. 61)

O discurso do vereador Antonio Dutra nos interessa especialmente pelo fato de traduzir os anseios e as expectativas da elite empresarial e industrial mineira, bem como da bancada política que a representa, em relação aos investimentos urbanos esperados após o golpe. O Partido Libertador (PL), que tinha Antonio Dutra por líder na Câmara, constitui então um dos grupos políticos que representa os interesses do setor empresarial. Fundado no fim da Era Vargas, o partido tem historicamente como um de seus princípios a defesa absoluta da propriedade privada como “princípio elementar da orientação da vida social”, que permitiria assegurar a função elementar do Estado, sendo esta “orientar, estimular e assistir a produção, cooperando, apenas em casos excepcionais e intervindo quando tal atitude fosse legitimada”, sem nunca entrar em “concorrência no campo da iniciativa privada” (CPDOC, “PARTIDO LIBERTADOR”, 2010). Nesse mesmo sentido, o discurso do líder do PL na Câmara reflete as aspirações da “elite industrial mineira”, que se queixava naquela época de um atraso da economia do estado em relação a Rio de Janeiro e São Paulo, denunciando inclusive por vezes um favorecimento das políticas federais em relação a esses dois estados.

Nessa época, alguns economistas, tais como o professor Paulo Camilo de Oliveira Pena, então presidente do BDMG, popularizam a ideia de “subdesenvolvimento mineiro”, que seria

consequência da “marginalização de Minas em decorrência da ‘atuação federal’ que tende a afastar o Estado “de suas esferas de benefícios”. Vendo como um desafio urgente “a integração territorial” de Minas à “rêde rodoviária brasileira”, as chamadas “classes produtoras”⁵² do estado criam a Frente de Defesa da Economia Mineira, que defende a “nova industrialização” regional (DM, 16/08/1964). Além da falta de integração rodoviária, percebia-se como um dos principais motivos do atraso na economia mineira o fato de sua “urbanização” não ter acompanhado o projeto de “industrialização” do Estado (GOMES, 2012, p. 203). Se a implantação pelo governo federal da Usiminas em Ipatinga, inaugurada em 1962, abria promessas de crescimento industrial em Minas, com destaque para o setor siderúrgico, a infraestrutura física do estado ainda havia, segundo o empresariado, de se “modernizar” à altura de tal projeto, a começar pela nova capital.

Após a derrubada do governo de Goulart e a consequente repressão aos sindicatos e movimentos sociais da cidade, a classe política local vinculada ao regime militar esperava ansiosamente a implantação de um projeto de modernização urbana que favoreceria a atração industrial, com prioridade para os setores de comunicação e do transporte. Ainda restava, contudo, um último obstáculo prático, que era a conquista efetiva do Poder Municipal com a retirada de Jorge Carone da Prefeitura. É nesse contexto político que podemos ver, nos meses de junho a agosto de 1964, se multiplicar na Câmara Municipal veementes discursos contra o prefeito, proferidos por Dutra e seus colegas da bancada oposicionista. Nesse contexto, é aberto um processo de impeachment contra Jorge Carone, acusado de má gestão e práticas de corrupção. No seio desses debates, as críticas feitas à gestão de Carone se dirigem mais especificamente em direção ao Departamento de Habitações e Bairros Populares (DHBP), assim como ao Departamento Municipal de Transporte Coletivo - DMTC (antigo DBO - Departamento de Bondes e Ônibus), acusados de serem utilizados pelo prefeito e seus aliados para desvio e uso indevido de dinheiro público (CMBH, 17/08/1964, p. 1307).

Esse contexto político nos ajuda a entender a fragilidade, nesse recinto, de um projeto de lei tal como o do coronel Gradinor, que representaria, caso fosse aprovado, um importante direcionamento de verba pública em relação ao DHBP, assim como maior autonomia e força política do órgão. Ademais, os investimentos previstos pelo projeto de criação da Desi

⁵² Desde a década de 1940, a expressão de “classe produtora” é utilizada como autodenominação no Brasil por parte do grande empresariado brasileiro. Em 1959, é formado o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), reunindo grandes industriais, banqueiros e comerciantes em defesa de seus interesses econômicos e políticos. Esta se tornará opositora ferrenha ao governo de João Goulart e à Intervenção do Estado na economia. Se a CONCLAP perdeu sua expressão política após o golpe militar de março de 1964, a expressão de “classe produtora” permaneceu no uso ao longo do período da ditadura.

visavam a favorecer uma parte da cidade que não era considerada prioridade pela bancada que representava o empresariado: as favelas. Paralelamente ao arquivamento do projeto, o processo de impeachment contra Jorge Carone será efetivamente reaberto e concluído, sendo este deposto no fim do ano e substituído por Oswaldo Pieruccetti,⁵³ que assume então a Prefeitura como representante do partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena).⁵⁴ Em consequência, o DHBP será politicamente marginalizado em suas funções, enquanto o DMTC será alvo de Intervenção, como veremos no próximo tópico.

Além de ter uma bancada influente que a representa na Câmara Municipal, a elite industrial e empresarial mineira tem nessa época uma influência direta sobre a esfera política. Ela desempenha um forte protagonismo na articulação do golpe militar que derruba o governo Goulart e também passa a ocupar uma posição central na aliança civil-militar que assume o poder durante a ditadura. De fato, o papel da elite empresarial e ruralista mineira pode ser considerado decisivo para deflagração do Golpe de 1964. No fim de janeiro desse ano, o general Guedes é solicitado por uma comissão de mais de 60 representantes das “classes conservadoras” do estado, composta por “fazendeiros, médicos, industriais”, que o convocam para uma reunião privada no Sindicato Patronal da Indústria Têxtil, situado no 11º andar do Edifício Acaiaca, no centro de Belo Horizonte. Na ocasião, estes expressam ao general suas preocupações com a situação política, cobrando uma intervenção do Exército contra o governo Goulart, cujas ações estariam ameaçando a legalidade assim como a estabilidade econômica do país. Em resposta, este pede aos interlocutores um pouco de paciência, afirmando que logo chegaria o momento certo para o “recurso à força” e concluindo com dois apelos que serão devidamente levados a sério por sua plateia: “TOMEM A RUA DE JANGO” e “mobilizem a opinião pública”, adicionando ainda “se preciso gastem do próprio bolso”, segundo relatado pelo general Guedes em suas memórias (GUEDES, 1979, p. 126). Com essas palavras, a aliança estratégica entre a elite empresarial mineira e os militares rumo a um golpe de Estado se encontrava selada. Felicitando-se por ter encontrado ouvidos

⁵³ Oswaldo Pieruccetti foi um advogado e político mineiro, filiado à União Democrática Nacional (UDN). Próximo do governador Magalhães Pinto, ele foi um dos articuladores civis do Golpe Militar de 1964 ao lado deste. Em 1965, ele é nomeado prefeito de Belo Horizonte por Magalhães Pinto, sendo o primeiro prefeito a assumir em nome da Arena, partido de sustentação da ditadura, até 1967. Ele é novamente designado prefeito da capital mineira pela Arena em 1971, função que ele ocupa até 1975.

⁵⁴ Fundada em 1965, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) foi um partido político criado com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do Golpe de 1964. Com a extinção do multipartidarismo durante a ditadura, foi instaurado um bipartidarismo no qual a Arena encarnava a situação frente a um único partido que representava a “oposição”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1979, nos últimos anos da ditadura, a Arena foi extinta e rebatizada Partido Democrático Social (PSD).

receptivos e respostas concretas frente aos seus apelos, o general Guedes cita, mais além em suas memórias, uma lista dos nomes das mais ativas figuras civis do “atuante grupo revolucionário” que “colocando-se na vanguarda da opinião pública em Minas (...) propiciara as indispensáveis condições psicológicas para a eclosão do movimento do 31 de março”. Entre eles, constam alguns dos principais diretores dos setores de Telecomunicação e infraestrutura do estado: Augusto de Lima Neto, presidente da Companhia Telefônica de Minas Gerais; Gabriel Bernardes Filho, diretor da Companhia de Força e Luz de Minas Gerais; além de diretores e altos funcionários de bancos, seguradoras e grandes companhias como a Siderúrgica Belgo-Mineira ou a Magnesita, bem como ruralistas (GUEDES, 1979, p. 152).

Com efeito, a aliança com as elites empresariais e industriais dava ao movimento militar as garantias de um apoio logístico e financeiro, inclusive para realização da intensa guerra psicológica que, por intermédio dos principais veículos de comunicação, devia assegurar o apoio de parte da opinião pública ao projeto golpista. Tal aspecto não poderia ser melhor resumido por outras palavras a não ser aquelas do próprio general Guedes, que, às vésperas do Golpe, em uma reunião preparatória na casa do Oswaldo Pieruccetti, ironiza em direção ao senador Milton Campos, enquanto dosa cuidadosamente seu uísque: “É muito confortável fazer revolução com banqueiros” (GUEDES, 1979, p. 195).

Em sua análise sobre o apoio norte-americano aos regimes autoritários na América Latina, o linguista estadunidense Noam Chomsky salienta a ruptura aberta pelo Golpe Militar de 1964 no Brasil, que ele identifica como o primeiro de um ciclo histórico de implantação de regimes autoritários que articulavam os interesses do mercado com o maior nível de repressão já experimentado nessa parte do planeta. Nesse aspecto, Chomsky cita o próprio embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, que, após o golpe que depôs o Goulart, teria expressado seu entusiasmo nestes termos: “trata-se da vitória mais significativa para liberdade neste meio de século XX”, adicionando que: “as forças democráticas que assumiram o poder vão poder criar um ambiente favorável para investimentos privados” (CHOMSKY, 2009)⁵⁵.

A partir dessa aliança entre as elites mineiras e os militares no processo do golpe, a ditadura brasileira vai delinear um projeto político-econômico singular que associa autoritarismo político com incentivo a um crescimento econômico direcionado em função dos interesses desses dois grupos políticos:

⁵⁵ “(it is) the most decisive victory for freedom in the mid twentieth century (...) the democratic forces that had taken over would create a greatly improved climat for private investments” (CHOMSKY, 2009).

A despeito de defenderem interesses próprios, civis e militares que planejaram e executaram o golpe e, posteriormente, construíram a ditadura, perceberam as vantagens de um projeto político-econômico comum e de uma ação articulada para a realização de seus objetivos específicos. (...) Na cidade e no campo, as elites civis entendiam que era preciso reprimir, disciplinar, submeter e tornar os trabalhadores mais produtivos, com o fim de possibilitar uma maior acumulação de riqueza, bem como manter os privilégios existentes. (CNV, 2014b, p. 62)

Essa possibilidade de investimentos e crescimento da produtividade permitida pela repressão e pelo autoritarismo estava clara tanto para o campo militar como para o campo civil. Tal fato ressaí não apenas no depoimento do general Guedes, como também nas palavras do vereador Antonio Dutra, que, perante seus colegas da Câmara, se felicita do fato que doravante, uma vez “afastado os comunistas”, não corre mais o risco que “em qualquer hora do Dia D, a nação seja parada pela CGT”, e que dessa forma as autoridades se encontrem com as mãos livres para garantir o seu “progresso” e o “crescimento” (CMBH, 16/06/1964, p. 61). Esse discurso nos permite melhor entender o sentido histórico da onda repressiva que se abate sobre os movimentos sociais de esquerda a partir do golpe, inclusive sobre as favelas e seus movimentos de moradores. Portanto, entendemos o processo repressivo analisado por nós no capítulo anterior como parte fundamental de um projeto político-econômico em gestação, projeto que tinha como condição prévia “a tutela sobre a classe política e o controle policial e judicial dos movimentos sociais” (CNV, 2014a, p. 99). Segundo Paulo Arantes (2014, p. 282), o Golpe de 1964 representaria, nesse aspecto, “um passo histórico” pela abertura dos “vasos comunicantes que se instalam desde a primeira hora entre o mundo dos negócios e os subterrâneos da repressão”, afetando desde a política institucional até a vida cotidiana dos populares e os “ilegalismos” que lhes permitem resistir localmente à violência social e estrutural. Nesse sentido, a Intervenção militar contra as ocupações e favelas participa desse “primeiro regime de violência” da ditadura, que Arantes (2014, p. 311) identifica como “momento crucial da guerra contra a organização política das ‘pessoas comuns’” deflagrada pelo regime após o golpe. Esse “primeiro regime de violência” se desdobra ao longo da ditadura por meio da banalização de operações de repressão e remoção, como veremos ao longo deste capítulo.

No seio desse processo, vimos como a Intervenção militar encabeçada pelo coronel Gradinor Soares se destaca como um momento histórico singular, em meio à efervescência repressiva da jovem ditadura. É nesse mesmo sentido que podemos entender a dimensão fortemente econômica do projeto do Gradinor, segundo o qual, como já mencionado, a neutralização dos movimentos sociais favelados devia permitir, na sequência, um

reordenamento e uma racionalização econômica dos territórios das favelas. Podemos, portanto, observar duas posturas divergentes entre o projeto da Interventoria e a argumentação do vereador Dutra, dois projetos urbanos distintos defendidos por apoiadores do regime que entram em choque. De acordo com a postura defendida pelo líder do Partido Libertador na Câmara, uma vez reprimidos os movimentos sociais favelados, que ameaçam a propriedade privada, os investimentos nas zonas periféricas e pobres da cidade não eram vistos como prioridade, provavelmente por não representarem nenhuma dimensão lucrativa imediata.

Como veremos mais adiante, na linha do discurso feito por ele, o projeto urbano adotado pela Arena na capital mineira irá no sentido de priorizar investimentos que atendem diretamente o setor privado, desmantelando progressivamente o DHBP e os canais de diálogo entre os poderes públicos e as favelas. Após a Intervenção militar, a presença do Estado nessas partes da cidade se fará sobretudo mediante vigilância policial e ações pontuais de repressão ou de remoção, como forma de conter a expansão da cidade informal.

3.1.2 BNH e habitação popular após 1964

Enquanto os vereadores de Belo Horizonte debatiam acerca do futuro da capital mineira, de seu centro e de suas periferias, o governo federal lançava as bases de uma nova política nacional de habitação social. No mesmo dia em que o interventor Gradinor deixa o cargo em Belo Horizonte, no mês de agosto, em decorrência da rejeição de seu projeto, Sandra Cavalcanti, então secretária de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, assinava com o embaixador americano Lincoln Gordon um acordo que previa um auxílio dos Estados Unidos, em torno de 424 milhões de cruzeiros, por meio da Aliança para o Progresso,⁵⁶ em vista da urbanização de favelas no Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 20/08/1964). No dia seguinte, será oficialmente criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que permitirá concretizar a política habitacional do novo regime, sendo Sandra Cavalcanti nomeada para chefiá-lo. Enquanto ex-assessora do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, Cavalcanti participou da elaboração e realização da política de remoção de favelas praticada naquela cidade

⁵⁶ A Aliança para o progresso foi um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico implementado pelos Estados Unidos em toda América Latina a partir de 1961. A implantação do Programa, iniciado pelo governo de John F. Kennedy, devia permitir reforçar a influência política norte-americana no continente, como forma de conter o avanço do comunismo na região, pouco tempo após a vitória da revolução socialista em Cuba. A cooperação econômica entre os EUA e o Brasil através deste programa inicia-se de forma significativa após o Golpe de 1964, a partir do governo de Castelo Branco, através de investimentos em áreas como habitação, infraestrutura e industrialização. Ela é extinta em 1971 por Richard Nixon, sendo alguns de seus projetos transferidos para a Organização dos Estados Americanos (OEA).

desde o início de sua gestão, em 1961. A partir de 1964 e da nomeação da Sandra Cavalcanti para a presidência do BNH, a política remocionista naquela cidade será fortemente intensificada.

Encabeçada pelo então ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, a criação do Banco Nacional de Habitação durante o governo de Castelo Branco⁵⁷ tinha como objetivo centralizar o financiamento e a política de execução do novo Plano Nacional de Habitação lançado pelo regime militar. Segundo o seu texto oficial, a Lei de 21 de agosto de 1964 estabelecia a execução da “política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda”. Para tal, os recursos liberados pelo BNH e pelas Caixas Econômicas Federais deveriam ser aplicados em prioridade para a: “construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitação” (BRASIL, Lei n. 4.380, 21/08/1964). Além da “difusão da propriedade residencial para as classes menos favorecidas” e da “eliminação das favelas”, o Plano também previa o “estímulo à poupança privada e, conseqüentemente, ao investimento” e o “aumento de investimentos nas indústrias de construção civil” (CPDOC, “BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO - BNH”, 2010).

Como apontado por Rafael Soares Gonçalves, o Plano Nacional de Habitação, (PNH), segundo alguns de seus idealizadores, deveria constituir a principal “mensagem” e “referência” da chamada “revolução de março de 1964 (...) para o povo”, procurando responder às “reivindicações sociais expressas na retórica política das reformas de base no governo anterior”. Como esclarecido neste trecho da carta enviada por Sandra Cavalcanti ao presidente Castelo Branco, em abril de 1964, e citada pelo Gonçalves:

(...) nós achamos que a Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para desenvolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre as suas feridas cívicas. (CAVALCANTI, 1978, *apud* GONÇALVES, 2013, p. 221)

⁵⁷ Humberto de Alencar Castelo Branco, militar de formação e general do Exército brasileiro, foi o primeiro presidente do período da ditadura militar, eleito pelo Congresso Nacional em abril de 1964, função que ele ocupou até março de 1967. Antes da ditadura, enquanto chefe do Estado-maior do Exército do presidente deposto João Goulart, ele foi um dos principais articuladores e o principal líder militar do Golpe de 1964.

Nesse aspecto, tal política de habitação tem como um de seus objetivos controlar os anseios das classes pobres, participando da formação de uma “cultura urbana (...) em que a aquisição da casa própria teria o sentido político e ideológico de ‘domesticar’ as camadas de menor poder aquisitivo”, criando dessa forma uma base de apoio popular para o regime, como lembrado por Cynthia de Souza Santos (SANTOS, 2006, p. 50).

A sequência desses acontecimentos, da demissão do interventor à criação do BNH, não é fortuita, já que a rejeição do projeto de lei da Interventoria também pode se explicar pelo fato de este não se enquadrar no projeto federal para habitação, então em gestação, que centralizava a condução do “desfavelamento” em torno do Banco Nacional de Habitação e das Companhias de Habitação estaduais (COHABs). Tal parceria acabará ainda por privilegiar a construção de novas unidades em detrimento da urbanização de favelas existentes, inclusive no sentido de abrir horizontes lucrativos para o mercado da construção civil, como veremos em detalhes mais adiante.

Em reação ao lançamento do Plano Federal de Habitação e à criação do BNH, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, anuncia como “prioridade”, em setembro do mesmo ano, um vasto programa de “construção de casas populares em bairros projetados para incentivar o desfavelamento” e “combater o déficit habitacional” nas zonas urbanas do estado, a serem financiados pela Caixa Econômica Estadual. Na contramão do projeto da Interventoria, que previa o enquadramento e a reabilitação das favelas existentes, o governador do estado defendia, na linha da política federal de habitação, um amplo programa construtivo para permitir um “desfavelamento” a médio e longo prazos. As metas quantitativas de seu programa são então resumidas desta forma nas linhas do Jornal do Brasil: “O desfavelamento será feito em longo prazo em Minas onde, a cada ano, são necessárias mais cem mil novas casas para atender o crescimento” (JORNAL DO BRASIL, 09/09/1964).

Anunciado pelo governador como forma de remediar as carências habitacionais do estado, as consequências efetivas do PNH em termos de acesso à habitação para as populações mais necessitadas serão limitadas, em Minas Gerais assim como no resto do Brasil. Semelhante contradição também se manifesta no âmbito da política municipal com a tentativa infrutuosa de criação de uma “Superintendência de Terras Urbanas do Município de Belo Horizonte (Sutur), pela Lei 1.072, de 18/9/1964”, anunciada inicialmente como forma de concretizar “medidas para a implementação da tão propalada Reforma Urbana, entre elas o lançamento no mercado de lotes a preços acessíveis aos mais pobres”. Como esclarecido pela socióloga Maria das Mercês Somarriba (2004, p. 51): “Essa lei nunca chegou a ser aplicada,

tornando-se letra morta. E nem poderia ser diferente, dada a total incompatibilidade entre seu conteúdo pretensamente redistributivo e a natureza do novo modelo político-económico, marcadamente excludente, implantado no País”.



Fig. 13: Conjunto Habitacional Dale Coutinho, na cidade de Santos (SP), concluído em 1979 e financiado via BNH (Acervo UNISANTOS).

No contexto da política habitacional do BNH, não será muito diferente. A política de remoção de favelas e construção de conjuntos habitacionais destinados ao “desfavelamento”, na prática, vai atingir uma minoria da população favelada da capital mineira, tendo um efeito mínimo sobre o quadro habitacional da população mais pobre da cidade. Como lembrado por Cynthia de Souza Santos, em Belo Horizonte, como nas outras grandes capitais, o processo de financeirização da política habitacional do BNH e o aumento das prestações acabarão excluindo a população mais pobre. Na capital mineira, os principais conjuntos construídos nesse período são os seguintes: Vale do Jatobá I, II, III, concluídos em 1967 no região do Barreiro; o Conjunto Campo Alegre, concluído em 1970, na zona norte da cidade; Visconde do Rio Branco I (1977), perto do bairro Santa Mônica; e Túnel de Ibirité (1979), também no Barreiro, todos produzidos pela Companhia Habitacional de Minas Gerais (Cohab/MG), com recursos do BNH.

Ainda segundo Santos (2006, p. 51), durante todo o período, cerca de 2.500 famílias teriam sido removidas de favelas para reassentamentos nesses conjuntos habitacionais, em áreas muito distantes do centro (SANTOS, 2006, p. 51). A autora evidencia que esses

reassentamentos realizados em Belo Horizonte são exemplos nítidos da dimensão excludente da política habitacional do BNH, que acabou atendendo principalmente os anseios do setor empresarial, ao estimular o mercado da construção civil e imobiliária. Nas próprias palavras da Ermínia Maricato, tratava-se principalmente de implantar novas unidades “em áreas desvalorizadas, em zonas rurais ou periféricas, alimentando a manutenção de vazios e a expansão horizontal urbana. Dessa forma a política pública preservava as áreas valorizadas para o mercado privado e alimentava a especulação fundiária” (MARICATO *apud* SANTOS, 2006, p. 51).

No quadro geral, a população-alvo desses reassentamentos representa uma fração bastante reduzida da população favelada. Em 1973, a autarquia responsável pelo Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel) estabelece um levantamento geral da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), criada enquanto entidade territorial nesse mesmo ano e composta por 13 municípios além de Belo Horizonte. Tal levantamento inclui a periferia urbana da cidade em via de crescimento em volta da capital mineira. No que tange à questão habitacional, o levantamento nos mostra que a grande maioria da população mais pobre da RMBH – ganhando na época até 1 salário mínimo (entre 0 e 299 cruzeiros) – vive em favela ou situação semelhante. Segundo o levantamento, 27,4% vivem em barraco de favela e 10,3%, em “favela de quintal”; 26,3% dessa mesma categoria econômica da população vive, quanto a ela, em barracão, apelação ambígua que denomina um tipo de casa modesta alugada no fundo de um lote alheio, podendo configurar também um tipo de moradia precária ou insalubre. Em compensação, menos de 0,3% dessa população reside em conjunto habitacional (PLAMBEL, 1974b, p. 101).

Dez anos depois, uma vez concluídos todos os conjuntos habitacionais financiados com recursos do BNH em Belo Horizonte e seu entorno, outro levantamento acessado por nós nos permite realizar um balanço do efeito da política de reassentamento para a população favelada da cidade. Ao consultar o levantamento realizado pela Plambel em 1983 sobre a população favelada no município de Belo Horizonte, percebemos que, após duas décadas do lançamento do BNH, uma pequena minoria da população moradora de favela foi de fato removida para conjuntos habitacionais na capital mineira. Com base nos dados fornecidos pelo estudo, concluímos que a política de reassentamento das duas décadas anteriores atingiu menos de 5% da população favelada, que totaliza em 1983 cerca de 233.500 pessoas e 52.000 domicílios (PLAMBEL, 1983, p. 8).



Fig. 14: Vila Betânia (Belo Horizonte). Conjunto habitacional de casas populares financiado pelo BNH. Em 1976, alguns moradores tentarão se articular contra a desapropriação de parte da vila para permitir a duplicação do Anel Rodoviário (JORNAL DOS BAIRROS, n. 4, 1976, p. 7).

Cabe, no entanto, lembrar que, para as famílias mais pobres que conseguiam vagas em conjuntos habitacionais construídos via BNH, a segurança da posse não era totalmente garantida, já que estava condicionada ao pagamento de prestações previstas pelo plano de habitação. As famílias que não estivessem em condição de pagar as prestações em dia recebiam multas, podendo sofrer despejo em caso de inadimplência, ocasionando por vezes conflitos. Francisco Gonçalves de Almeida (2017, p. 61) cita um caso ocorrido em 1971 no Conjunto do Vale do Jatobá em que o DOPS é convocado a intervir para remover, o “cidadão Adão Gomes”, morador “da casa 113, da rua 203, daquele Bairro”, que após ter sofrido “ação de despejo” motivado por inadimplência “invadiu a mesma casa”.

Se o episódio aqui relatado parece isolado, encontramos casos de conflitos e ocupações em conjuntos habitacionais que remontam ao período anterior à criação do BNH. As burocracias e dificuldades de acesso às moradias dos conjuntos habitacionais construídos por meio das políticas públicas já eram objeto de lutas pelo direito à habitação no início da década de 1960. Em maio de 1963, uma centena de famílias ocupa um conjunto habitacional ainda devoluto do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), próximo à Cidade industrial de Contagem, conhecido como IAPI - Gameleira. Um ano depois, mesmo após o Golpe de 1964, os ocupantes, qualificados de “favelados” pela imprensa, tinham-se recusado em acatar a reintegração de posse do conjunto, afirmando ainda ter eles mesmos “construído a rede de água e esgoto” e assumido, com mutirão, “o acabamento do prédio”, enquanto o Interventor militar do IAPI tentava negociar uma saída pacífica do conflito. Enquanto ocorria essas negociações, um outro conjunto

habitacional do IAPI também ocupado por famílias à procura de moradia, na cidade de São Paulo, estava sendo despejado (DM, 23/05/1964).

Durante o período da ditadura, observamos também alguns casos de mobilizações coletivas de moradores em conjuntos habitacionais do BNH, como identificado pelas autoras Mariza Rezende Afonso, Maria das Mercês Somarriba e Maria Gezica Valadares (1984, p. 81). Em seu trabalho sobre as lutas urbanas em Belo Horizonte nessa época, as autoras estudam a formação da associação de moradores no conjunto habitacional Nações Unidas, situado em Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e construído graças a recursos do BNH. Segundo as autoras, a associação do bairro, formada em 1971, atuou para resistir frente às ordens de despejos por atraso no pagamento das prestações contra muitos dos moradores do conjunto, já que se tratava do “conjunto habitacional de Belo Horizonte que apresentava o maior índice de inadimplência”. Tais mobilizações, no entanto, não lograram impedir o despejo de 120 moradores nos anos seguintes, por falta de pagamento. Após a desmobilização desse primeiro movimento, uma nova associação será formada a partir de 1977, passando a atuar na reivindicação de carências sofridas pelo conjunto: falta de abastecimento de água, saneamento e transporte coletivo, principalmente (AFONSO; SOMARRIBA; VALADARES, 1984, p. 81). Tais tipos de ocupações ou mobilizações em conjuntos habitacionais não eram muito comuns após 1964, devido ao alto grau de vigilância que vigorava nesses bairros.

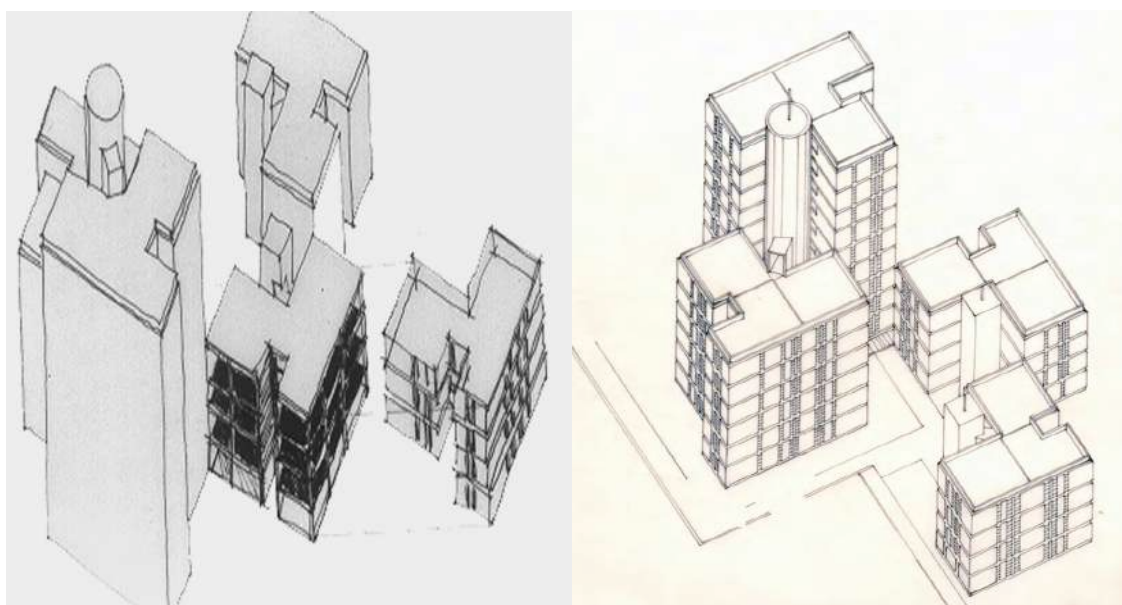


Fig. 15: Estudos e desenhos para construção do conjunto habitacional Estrela d'Alva (Belo Horizonte), financiado via BNH (Acervo do arquiteto Joel Campolina).

Com efeito, como demonstrado em seu trabalho por Francisco de Almeida (2017), os conjuntos habitacionais construídos durante o regime militar, enquanto espaço urbano, permitiam um estreito controle social dos moradores. A vigilância constante do DOPS nesses bairros podia, por vezes, contar com a presença no local de oficiais da Polícia Militar ou de moradores que, fazendo o papel de informantes, relatavam minuciosamente os comportamentos suspeitos. Nesse aspecto, Almeida cita em seu trabalho caso em que o Sr. Jaime Andrade de Carvalho, tenente da Polícia Militar, enquanto representante nomeado das autoridades no Conjunto Vale do Jatobá, encaminha ao DOPS um expediente relativo a um possível “movimento de arregimentação de elementos daquele Bairro, para atacar e incendiar os ônibus que servem àquele núcleo”. De acordo com a denúncia, um grupo de moradores estaria tramando “reuniões” com o intuito de incentivar uma reação popular contra o aumento da passagem de ônibus que desservia aquele bairro. Em outro trecho citado da investigação do DOPS, é mencionada a intervenção direta de agentes daquela delegacia naquele conjunto habitacional em busca de moradores envolvidos, como podemos ver no relatório do agente responsável:

a respeito da comunicação feita pela a C.O.H.A.B, MG (...) tenho a informar que: Edgar Alves Rodrigues (...) informou-me que realmente no dia 4/09/71, as 18hs, no Bar de propriedade do Sr. Antônio Rodrigues (...) ouviu de pessoas que ali tomavam cervejas, comentários – que iriam apedrejar os Ônibus da linha Vale do Jatobá, caso cobrassem a passagem com a majoração de 0,04 centavos, mas que tudo não passou de conversas de Botequim, sem maiores consequências, ficando apenas na ameaça. Que Edgar, ficou surpreendido com a presença de policiais do “DOPS” em sua casa, mas se prontificava a trazer a êste Departamento, qualquer informações, caso houvesse novamente outras ameaças (...) (DOPS, 0934, 10/09/1971 apud. ALMEIDA, 2017, p. 63)

Ao facilitar o controle social dos estratos populares e das classes médias que eram removidos para os novos conjuntos de moradia, por um lado, a política habitacional do BNH também favoreceu em alguns aspectos o trabalho de contra-subversão assumido pela ditadura nos bairros populares desde o Golpe de 1964, e analisado por nós no contexto específico das favelas de Belo Horizonte. Por outro lado, a política de construção de novas unidades em larga escala e em terrenos periféricos pouco valorizados atendia os interesses do mercado da construção civil. Dessa forma, o Plano Federal para habitação da ditadura encontrava-se em sintonia com as políticas urbanas adotadas no nível municipal pelas sucessivas gestões da Arena, partido do regime militar, a partir de 1965, que vem atender as principais demandas do setor privado em termo de infraestruturas, como veremos no próximo tópico.



Fig. 16: Conjunto habitacional Estrela d'Alva, região oeste de Belo Horizonte. Um dos maiores conjuntos financiados pelo BNH na cidade (Acervo do arquiteto Joel Campolina).

3.1.3 A gestão municipal da Arena

Em paralelo às iniciativas ainda escassas de produção de habitação social, percebemos que as iniciativas de políticas públicas urbanas nesse período serão direcionadas, quase que exclusivamente, para atender as demandas e os interesses do setor privado. Os debates acalorados na Câmara Municipal em meados de 1964, mencionados por nós anteriormente, em torno do impeachment do prefeito Jorge Carone como forma de salvar a administração municipal da corrupção e da demagogia terão êxito no fim do mesmo ano. Para além da forte mobilização da oposição local contra o prefeito, o impedimento de Carone reflete as consequências do autoritarismo do regime militar sobre as instâncias municipais no país. No decorrer de 1965, em muitas capitais do país, os prefeitos não alinhados com o regime são substituídos por políticos do partido da ditadura, a Arena. Em Belo Horizonte, essa função será incumbida a Oswaldo Pieruccetti, que assume a prefeitura no início do ano. Esse momento marca uma ruptura na orientação das políticas de gestão municipal de Belo Horizonte, que virão atender exclusivamente os anseios e as demandas dos setores empresarial e industrial e da bancada que os representam na Câmara Municipal, configurando uma política urbana de inspiração desenvolvimentista.⁵⁸

⁵⁸ No Brasil, a primeira fase de políticas “desenvolvimentistas”, caracterizando uma participação ativa do Estado na economia tendo como meta o fomento industrial, o crescimento econômico e da infraestrutura, é associada ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), inclusive por meio de um forte incentivo à indústria

A gestão municipal inaugurada pela Arena, a partir de 1965, acatará, por meio de suas políticas urbanas, as principais demandas da classe empresarial mineira que apoiou o golpe. No caso de Belo Horizonte, a linha política de gestão municipal de Pieruccetti alia modernização da infraestrutura da cidade – principalmente no âmbito do transporte e da comunicação – e repressão à expansão de favelas. No início do ano, ele decreta a intervenção no Departamento Municipal de Transporte Coletivo (Lei Municipal Decreto n. 1.290, 25/02/1965). Por outro lado, retira a dimensão social teoricamente atribuída ao Departamento de Habitações e Bairros Populares, dando ao serviço nova missão, focada sobretudo na fiscalização e remoção de favelas. Criada como órgão vinculado ao DHBP, a Coordenação Municipal para o Desfavelamento das Áreas Urbanas e Suburbanas será oficialmente responsável pela “planificação e execução do desfavelamento de áreas públicas” (PBH; RELATÓRIOS, 1965, p. 24). Como lembrado por Somarriba (2004, p. 51): “Até fevereiro de 1966, em três meses portanto, a coordenação removeu muito mais moradias do que o DHBP em toda sua existência anterior”, remoções acompanhadas muitas vezes de “queixas sobre a violência da polícia e de fiscais da prefeitura” endereçadas à Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, sediada no Fórum Lafayette.

A criação da Coordenação Municipal para o Desfavelamento, no entanto, pelas limitações do orçamento atribuído ao DHBP, não representa ainda a implantação de uma ampla política remocionista na capital mineira. No mesmo ano, Pieruccetti publica um decreto autorizando a Companhia Telefônica de Minas Gerais a ampliar a rede de telecomunicação urbana de Belo Horizonte e publica regimentos no Código de Obra no sentido de tornar obrigatória a instalação da rede telefônica em novas construções, segundo padrão decretado (PBH; RELATÓRIOS, 1965, p. 21). Devido à curta duração da primeira gestão de Pieruccetti, seu sucessor, Luiz Gonzaga de Sousa Lima, ainda sob a sigla da Arena, assumirá a continuidade do projeto, com destaque para a questão do transporte e a modernização da malha urbana.

A administração Sousa Lima (1967-1971) terá como um de seus focos de política urbana a realização de obras para agilizar o trânsito no entorno do centro e seu

automobilística e abertura de estradas. No início da década de 1970, o regime militar inaugura uma nova fase desenvolvimentista a partir do governo Médici (1969-1974), resultando em um vasto programa de obras de infraestrutura em todo o país, com aumento da participação do capital privado nacional e incorporação de capital estrangeiro. Ao ser implantada em um contexto de forte repressão aos movimentos sociais e trabalhistas, esta política econômica do regime militar é qualificada por alguns autores de “desenvolvimentismo autoritário” (PRADO, 2011), tendo reflexos nas políticas municipais da Arena em algumas capitais do país.

descongestionamento. Sob sua gestão, a prefeitura reforçará a ideia de racionalizar um espaço urbano em via desordenada de crescimento, assumindo como primeiro objetivo “a ampliação de circulação de automóveis à margem do centro”, “procurando dotar a cidade dos melhoramentos de que necessita para sua movimentação, para o exercício de seu próprio progresso e para dar-lhes as condições de crescer racionalmente” (PBH; RELATÓRIOS, 1969, p. 63). Em 1969, Sousa Lima cria a Superintendência Municipal de Transporte Coletivo, substituindo o antigo DMTC, como forma de modernizar a gestão do transporte urbano, implicando a autarquia na “execução das obras rodoviárias e reparação de vias públicas” (Lei Municipal, Decreto n. 1.745, 03/12/1969).

Esses anos de políticas urbanas voltadas principalmente para a modernização do centro e das infraestruturas de transporte e comunicação terão por efeito aprofundar ainda mais a desigualdade entre a região central da cidade e suas periferias. Quase dez anos após o início da gestão da cidade pela Arena, as contradições geradas pela orientação desenvolvimentista das políticas municipais se refletem em diversos aspectos nas periferias da cidade. Em 1976, um artigo do *Jornal dos Bairros*, criado no mesmo ano, publica uma reportagem sobre o bairro Lindéia, na região do Barreiro, intitulada: “Lindéia, onde o telefone chegou primeiro que a água”. No artigo, os autores ironizam o contraste entre o fato de que “o cabo telefônico já chegou à Lindéia” enquanto, no entanto, “o bairro não possui água encanada nem rede de esgoto”, “em várias ruas ainda não existe rede elétrica”, carências que também se refletem “no que diz respeito à saúde” e “educação” (JORNAL DOS BAIRROS, n. 3, 1976, p. 6). O título do artigo nos lembra os apelos feitos, uma década antes, pelo líder da bancada do Partido Libertador na Câmara Municipal, Antonio Dutra, para investir na “modernização” da cidade, através da rede telefônica e de transporte, e “não em favelas”. Tais investimentos, concretizados por anos de gestão municipal da Arena, que vinham atender principalmente o setor empresarial, em detrimento das populações mais carentes, acentuaram o crescimento desigual da capital, que se reflete no cotidiano de muitos bairros de sua periferia. À medida que as desigualdades urbanas vão se aprofundando, e que as poucas políticas públicas destinadas aos investimentos em bairros populares e áreas faveladas se encontram desativadas, alguns núcleos de moradores e populares continuam se organizando localmente para suprir suas necessidades em termos de moradia e recursos urbanos. Como veremos no próximo tópico, apesar da repressão que se instalou a partir do Golpe de 1964, movimentos comunitários seguem ativos localmente em algumas vilas, tentativas de ocupações de terras continuam ocorrendo, enquanto elos de

articulação política entre diferentes bairros vão se reestruturar progressivamente, de forma clandestina.

3.2 VIVER, LUTAR E SE ORGANIZAR APESAR DA DITADURA

3.2.1 “As invasões de terrenos continuam”

No segundo semestre de 1964, apesar da forte repressão desencadeada contra o movimento favelado, ocupações de terras urbanas por populares continuam ocorrendo. Entre maio e julho de 1964, a Interventoria militar nas favelas solicita repetidas vezes ao Comando Militar do ID-4 a tomada de providências que permitam conter as ocupações de terras, já que, segundo ela, “as invasões de terrenos continuam no perímetro urbano de BH”, constituindo, em suas palavras, uma séria ameaça à “propriedade privada”: na região do Cabana do Pai Tomás e nos arredores da Vila Pio XII – no atual bairro Vista Alegre –, no bairro Bonfim, Santa Efigênia, na Serra, na região da Gameleira, ou ainda na Pampulha e Cidade Industrial (DM, 27/05/1964, 25/06/1964, 22/07/1964). Tal fato vai na contramão das conclusões do inquérito realizado pelo DOPS sobre as “invasões” de terras, segundo as quais a Federação dos Trabalhadores Favelados seria responsável pela organização e articulação das ocupações de terras urbanas na capital mineira, sendo as suas lideranças –principalmente o Francisco do Nascimento – a fonte da mobilização subversiva dos favelados a partir de seu poder de organização dos populares. A população pobre, que sofria de carências habitacionais, em diferentes regiões da cidade, não dependia da existência da FTFBH e de suas lideranças para ocupar, em pequenos ou grandes grupos, terras devolutas. Assim, a estratégia escolhida pelo DOPS de concentrar a repressão contra a federação como forma de impedir a ocorrência de “invasões” na cidade se revelou inoperante, ou pelo menos insuficiente.

A persistência de pequenas redes informais de organização e circulação de informação entre populares e favelados na capital mineira, mesmo durante o período de intensa repressão que se segue ao golpe, pode ser exemplificada pelo caso da “Favela dos Baianos”, resultante de uma ocupação realizada em agosto de 1964, ainda sob a gestão do prefeito Carone, no bairro Carlos Prates e relatada pela imprensa.

No início do mês de agosto de 1964, moradores do Carlos Prates, bairro situado a oeste do centro de Belo Horizonte, lançam um abaixo-assinado para denunciar às autoridades uma “invasão” realizada em um terreno próximo à linha férrea da Rede Mineira de Viação –

na qual circula nos dias de hoje a única linha de metrô da cidade – e à avenida Tereza Cristina. Os moradores envolvidos na denúncia qualificam a ocupação como um “esconderijo de ladrões e marginais que a noite provocam brigas e promovem barulhos importunando os moradores”, afirmando ter medo de que suas casas sejam em breve “cercadas por favelados”. O encaminhamento do abaixo-assinado à Câmara Municipal é então noticiado pela imprensa regional e nacional, sendo reportado no jornal carioca *Correia da Manhã* (CM, 20/08/1964). Nessa ocasião, o jornal *Diário de Minas* realiza uma reportagem no local, indo ao encontro de alguns dos ocupantes. Segundo os moradores entrevistados, a ocupação teria começado a partir de um primeiro barraco, construído por um “cachaceiro” do bairro, que, uma vez abandonado, teria sido ocupado por um casal que passou a construir outros barracos adjacentes “para receber amigos que vieram da Bahia”. Segundo esse relato e os outros depoimentos que constam da reportagem, a organização da ocupação teria sido possibilitada por uma rede de relações e de solidariedade entre migrantes baianos e capixabas recém-chegados à capital, sendo que alguns deles, aparentemente, já mantinham laços em suas terras de origem. No momento da reportagem, haveria no local 40 barracos abrigando cerca de 110 pessoas, a maioria “de fora”, em grande parte da Bahia, mas também do Espírito Santo, “sem trabalho e sem condições de voltar à sua terra” (DM 16/08/1964, 19/08/1964).

Um deles, entrevistado pelo jornal, é Enedino Soares, baiano de 42 anos que, apesar de ter um braço atrofiado, trabalha como amolador de facas. Ele afirma ao jornal ter montado seu barraco sem pedir autorização a ninguém já que:

A arma do favelado é construir seu barracão da noite para o dia, e entrar dentro dele já que segundo a lei, um casebre habitado, ninguém pode derrubá-lo (...) o ladrão luta para não ser preso, o favelado luta para não ser posto para fora de barraco construído com sacrifício. Daqui só saio morto, não tenho nada a perder. (DM, 19/08/1964)

Outro morador, João Francisco de Lima, capixaba de 48 anos, lavrador da região de Vitória, teria vindo com sua mulher para Belo Horizonte “à procura de dias melhores” e estaria “construindo um carrinho com o qual pretende vender frutas caso a PBH lhe dê a licença necessária”. Ainda segundo o jornal: “Os favelados estão pensando em pôr o nome na Favela de ‘Prefeito Jorge Carone’, caso este não tome qualquer providência contra eles, ou então ‘Favela dos Baianos’, pois a maioria dos seus moradores veio da Bahia” (DM, 19/08/1964). Com base nessas falas, percebemos as táticas utilizadas, individualmente e coletivamente, pelos ocupantes através de suas práticas, construídas a partir de uma apropriação das leis, mas também de um conhecimento do contexto político municipal local.

A eventualidade, anunciada pelos ocupantes, de batizar a vila criada a partir da ocupação de “Jorge Carone”, em um momento em que o prefeito enfrentava fortes críticas da oposição e perda de base eleitoral, pode ser vista tanto como uma forma de fazer um apelo – através da reportagem – ao apoio do prefeito quanto uma provocação para forçá-lo a tomar conhecimento do caso.

O conflito envolvendo os moradores da região que se mobilizam contra a presença da nova favela, por sua vez, indica a emergência de outro tipo de associativismo urbano, no seio dos estratos de classe média, em sintonia com o contexto político vivido no país. Com efeito, como já identificado por Afonso, Somarriba e Valadares (1984), enquanto a repressão ao movimento favelado condena grande parte dos movimentos comunitários de favelas e bairros populares à extinção ou clandestinidade, estrutura-se, nos bairros de classe média ou classe média-alta, outro tipo de associativismo de tendência conservadora. Enquanto algumas das associações criadas nesses bairros, incluindo os chamados Comitê Pró-melhoramentos, afirmavam-se como “apolítica”, outras se declaravam publicamente como “anticomunista”, assinalando dessa forma seu alinhamento político com a ditadura (AFONSO; SOMARRIBA; VALADARES, 1984, p. 47).

A Favela dos Baianos foi posteriormente removida pela prefeitura, ao que tudo indica no decorrer dos meses após a reportagem, atendendo dessa forma ao pedido expresso no abaixo-assinado dos moradores das adjacências. Sua existência já não consta do Levantamento da População Favelada, realizado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular em 1965 (DHBP, 1966). A remoção completa foi provavelmente uma das primeiras do período, inaugurando uma prática cada vez mais comum a partir da criação da Coordenação de Desfavelamento, em 1965, pela Prefeitura de Belo Horizonte. Enquanto a intolerância governamental dificultava as novas tentativas de ocupação de terras, veremos no próximo tópico como algumas das vilas existentes conseguem manter localmente uma mobilização comunitária para atender as necessidades dos moradores.

3.2.2 Fortalecer a comunidade, organizar-se localmente

Em decorrência da extinção da Federação dos Trabalhadores Favelados e das UDCs, bem como da proibição de movimentos favelados com atuação política, as fontes escritas acessíveis que nos permitiriam acompanhar a vida comunitária a partir de 1964 se fazem mais raras. Ações e mobilizações públicas, bem como reuniões e assembleias de favelados vão deixar de marcar a

rotina da cidade durante alguns anos. Em vista disso, o recurso à fonte oral se torna uma ferramenta preciosa no intuito de acompanhar a realidade local das comunidades faveladas após a onda repressiva marcada pela Intervenção militar nas favelas.

Em nossas pesquisas, fizemos contatos com moradoras, moradores e figuras ativas no movimento comunitário daquela época que nos permitiram esclarecer a realidade vivida em algumas ocupações e favelas nos anos seguintes ao golpe militar. Entre elas, nós nos debruçamos mais especificamente sobre a Vila 31 de Março, antiga Vila Frei Josafá, onde pudemos constatar a persistência de uma mobilização comunitária local apesar da repressão vivida em 1964. Uma parcela das reflexões que constam deste tópico, como também da segunda parte deste capítulo, já foi exposta em um artigo publicado por nós (URVOY, 2015a).

Com a prisão das principais lideranças da FTFBH e a Intervenção nas favelas, a repressão que atinge o movimento comunitário tem também por consequência uma desmobilização da rede de apoiadores externos que atuavam nas vilas recém-ocupadas. Para não correr o risco de serem presos e investigados, muitos daqueles que prestavam seu apoio voluntariamente – sejam estudantes, seminaristas ou vizinhos – deixam de atuar nas vilas. Na Vila 31 de Março/Frei Josafá, onde, como vimos, houve inicialmente participação do movimento estudantil, essa rede de apoiadores se mantinha sobretudo por intermédio de alguns padres engajados, próximos ao padre Lage, entre os quais o padre Ozanam, que será forçado a se afastar da comunidade a partir de 1964. Dona Neusa, moradora da vila desde a primeira ocupação realizada pelos moradores em agosto de 1963, já citada neste trabalho, recorda-se nestes termos desse momento:

O padre Raul e o padre Ozanam estavam largando o trabalho aqui porque diz que eles eram comunistas, eu principalmente nem sabia o que era comunista, que que podia ser isso, mas então eles já estavam saindo daqui, saindo fora porque diz que senão eles iam ser preso né?... Aí foi nessa época, que o Padre Pigi entrou. Não tinha água, não tinha luz na época... Aos poucos as coisas foram aparecendo, melhorando.⁵⁹

Pela proximidade com o Seminário Coração Eucarístico, a vila vai passar a receber o apoio de outra geração de seminaristas, à frente dos quais se destaca a atuação de Pier Luigi Bernareggi, popularmente conhecido como padre Pigi. O padre, enquanto jovem seminarista,

⁵⁹ Entrevista realizada com Neuzolina Antonia da Silva, na Vila 31 de março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

sempre que podia, ia à Vila 31 de Março – vizinha do seminário – participar dos mutirões e das reuniões do movimento. Segundo suas recordações:

Ao contrário de muitos dos meus amigos que se engajaram na Ação Popular ou na guerrilha, eu escolhi ir conhecer a favela e seus moradores para poder construir alguma coisa junto com eles. Ao longo desse anos, construímos uma série de experiências lá (...) como uma forma de organização popular.⁶⁰

Com apoio do padre Pigi e de alguns outros seminaristas, enquanto os canais de diálogos que existiam com a prefeitura se encontravam inoperantes no contexto da ditadura, a organização comunitária se volta intensamente para a resolução coletiva e local das principais carências da vila. Uma das primeiras realizações coletivas empreendidas nesse sentido foi a edificação de uma pequena escola, construída e organizada pelos próprios moradores. Em seguida, como lembra outra moradora entrevistada por nós, Dona Noemi,⁶¹ os trabalhos se voltaram para resolver a falta de água e de saneamento, com o intuito de construir uma rede de água que pudesse atender toda a vila: “Aí que começou, o povo aqui tudo sem água, aquela coisa etc. Aí o padre Pigi começou a furar um poço artesiano. (...) Fizemos uma caixa enorme de onde saía uns encanamentos pra cá. As mulheres e ele é que furavam as valas para passar a borracha para vir a água lá de baixo”.⁶² Dona Noemi também relata as dificuldades financeiras no decorrer do processo e as soluções encontradas coletivamente para superá-las:

(...) o povo era muito pobre, e não tinha meio nem de comprar material para puxar a água pra casa, [o padre Pigi] me disse: “Dona Noemi, tem muita gente que não pode comprar nem a borracha para instalar a água, como que nos vamos fazer?”. E respondi: “Vamos fazer baile, Pigi”. Então ele disse: “Você toma conta disso”. Aí então passou a fazer baile, eu ficava na portaria, para não deixar bêbado entrar. Era dez mil reis a entrada, ou algo assim, nem sei mais que dinheiro que era. Aí no outro dia, juntava esse dinheiro e usava para comprar as borracha e os trem para o povo que não tinha condição.⁶³

⁶⁰ Entrevista realizada com Pier Luigi Bernareggi na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte) em 09/06/2015.

⁶¹ Noemi da Silva é moradora da Vila 31 de Março desde a década de 1960, onde vive quase desde a fundação da vila, tendo se instalado no local pouco depois da ocupação do terreno, que ocorreu em agosto de 1963. Ela foi fortemente ativa no movimento comunitário, especialmente em seus primeiros anos de existência, e vive na vila até os dias de hoje. É casada com Gonçálvo Vicente da Silva.

⁶² Entrevista realizada com Noemi da Silva, na Vila 31 de março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

⁶³ *Ibidem*.

Por meio das recordações de Dona Neusa sobre a mobilização comunitária para construir uma rede de água, percebemos que uma nova rede de apoio vai se constituindo em torno da vila, formada pelas relações de vizinhança e por apoiadores externos:

Aí fez o poço artesiano, aquela aguinha muito pouquinha, mas já melhorou, fez os esgotos, tudo foi braçal, os próprios moradores que faziam o serviço com ele. [Padre Pigi] trazia também pessoal da favela lá de baixo, trazia lá pra cima para poder ajudar, porque ia beneficiar eles também. (...) Aí as coisas foram ficando mais no controle, porque a gente foi conhecendo melhor as pessoas, as pessoas que vinham aqui ajudar: os estudantes, as irmãs, ele trouxe mais seminaristas da Itália para ajudar também. Foi muito bom, muito sofrido mas muito divertido também.⁶⁴

Na ausência de um espaço amplo o suficiente para abrigar todos os participantes, ela ainda relata que as reuniões de organização comunitária ocorriam na própria rua: “O pessoal se reunia na rua mesmo para conversar. Todo mundo que trabalhava, dia de domingo tinha que tá lá pra ajudar no serviço...”.⁶⁵

Na dinâmica de organização popular local, as pessoas entrevistadas ressaltam o papel preponderante das mulheres da vila. Segundo as palavras do padre Pigi: “A força maior [do movimento] lá eram as mulheres. Até porque a maioria não trabalhava fora, era gente que ficava dentro de casa, com muitos meninos. A grande maioria era lavadeira”.⁶⁶ O papel das mulheres foi fundamental na construção das infraestruturas básicas, contando também com a participação de crianças e adolescentes nos trabalhos: “quem tinha menino maior, eles ajudavam também, iam levar água, carregavam areia”.⁶⁷ Pelo fato de os homens da vila trabalharem durante a semana, a população que permanecia na vila a maior parte do tempo tomou a frente da organização comunitária. Essas mulheres se organizaram e criaram nesse período uma cooperativa para gerenciar coletivamente a carga e os frutos do próprio trabalho:

Muitas famílias lá, sobretudo as mulheres que tinham sido abandonadas pelos maridos, sobreviviam com lavagem de roupa na maior dificuldade (...) No lugar onde o poço artesiano foi feito, criamos um galpão em volta, a mesma água que subia para as casas, saía para a lavanderia. Foram instaladas lá duas grandes máquinas de lavar industriais, que nós compramos baratinho num Topa Tudo. Em vez de lavar as trouxas de roupas nas casas das madames nas maiores dificuldades,

⁶⁴ Entrevista realizada com Neuzolina Antonia da Silva, na Vila 31 de março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Entrevista realizada com Pier Luigi Bernareggi na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte) em 09/06/2015.

⁶⁷ Entrevista realizada com Neuzolina Antonia da Silva, na Vila 31 de março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

essas duas máquinas industriais, em pouquíssimo tempo, faziam o trabalho que as mulheres demoravam o dia todo para fazer. (...) É um exemplo típico de luta solidária pela vida.⁶⁸

Esse aspecto ilustra outra singularidade interessante dos movimentos de bairros estudados nesse período. O fato de o espaço doméstico e seus arredores – o bairro – se tornar um local de formação cultural e política vai provocar mudanças nas relações sociais existentes. Enquanto a fábrica e os sindicatos – principais locais de organização política da população de baixa renda segundo a perspectiva marxista – são espaços quase que exclusivamente masculinos, assim como o movimento operário, o espaço doméstico e o bairro são o local privilegiado de atores sociais historicamente oprimidos: as mulheres, as crianças e adolescentes ou ainda os trabalhadores informais, figuras cujas vozes emergem em nossas fontes, tanto na ocupação da Favela dos Baianos como na Vila 31 de Março. Dessa forma, a existência de uma forma de organização social política no bairro pôde propiciar a emergência de outros atores políticos, tradicionalmente marginalizados nos movimentos sociais. Nas entrelinhas das palavras da Dona Noemi, como da Dona Neusa, podemos perceber críticas à postura dos homens da comunidade, ou de seus próprios maridos, que nem sempre assumiam as tarefas comunitárias, levando as mulheres a tomar a frente da mobilização.⁶⁹

Em algumas ocasiões, padre Pigi usava de suas relações sociais com representantes da Igreja Católica e de seu título de sacerdote para pressionar pessoalmente as autoridades municipais ou as empresas estatais responsáveis pela infraestrutura urbana. No entanto, ele rememora a dificuldade de estabelecer algum diálogo com as autoridades municipais que, nessa época da ditadura, optavam deliberadamente por ignorar a existência de favelas consolidadas e suas reivindicações, no intuito de se eximir de investimentos e de não favorecer a legalização desses bairros. Tal postura pode ser lida através desta anedota relatada por padre Pigi, na ocasião de uma tentativa de contato com representantes do poder público:

(...) quando nós fomos lá pedir alguma participação do governo na escola que construímos, o nosso interlocutor olhou no mapa e disse: “mas aqui nesta área que estão me falando não existe nada”. Havia, de fato, lá no mapa dele uma área em

⁶⁸ Entrevista realizada com Pier Luigi Bernareggi na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte) em 09/06/2015.

⁶⁹ Como mencionado em nosso primeiro capítulo, a Dona Neusa afirma ter assumido sozinha a decisão de participar da ocupação porque, segundo ela, o seu marido “tinha medo”. Por sua vez, a Dona Noemi relata um episódio no qual ela teve de mobilizar de última hora as mulheres da vila a participar de um mutirão de domingo, devido à ausência dos homens da comunidade que tinham sido convocados a participar. (Entrevistas realizadas com Neuzolina Antonia da Silva e Noemi da Silva, na Vila 31 de março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015).

branco, que era na verdade onde era favela. Eles nos ignoravam completamente. Esse era o governo da época da Ditadura militar.⁷⁰

O depoimento de padre Pigi corrobora a postura adotada oficialmente pela Prefeitura de Belo Horizonte na época. Alguns anos depois, o arquiteto e urbanista José Carlos Laender, que se tornará presidente da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), lembrará nestes termos o discurso do prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima, que assumiu a gestão municipal pela Arena de 1967 a 1971: “favelado mora em favela, que é um aglomerado clandestino, não consta nem na planta da cidade, portanto não é munícipe e não sendo munícipe a PBH nada tem a tratar”. Ainda segundo Laender, nessa época, nos mapas oficiais da prefeitura: “as favelas eram buracos brancos e considerados aglomerações clandestinas, apesar de serem naquela época constituídas por cerca de 400.000 a 450.000 favelados” (FREITAS, 2018, p. 996).

O discurso oficialmente adotado pelo Executivo municipal sobre essa parte da cidade traduz a ideia de perspectiva *plana*, já evocada por nós anteriormente, que “achata” os sujeitos e seus territórios em uma perspectiva espacial que facilita uma apropriação do espaço pelo poder. Com essa leitura e representação *plana* do espaço, a ênfase dada a certos espaços urbanos – como o centro da cidade e as grandes vias de circulação destacados nessa época nos vídeos de propaganda da gestão Sousa Lima (PBH, Fundo audiovisual, 1970) – tem por corolário o apagamento e silenciamento de outros, entre os quais as vilas e bairros populares. Tal narrativa produzida sobre o espaço nesse período pela prefeitura da capital mineira reflete um arranjo territorial associado a um determinado projeto político-econômico. No mesmo momento, a atuação do movimento de moradores da Vila 31 de Março, do Cabana do Pai Tomás – como veremos – ou dos ocupantes da Favela dos Baianos contribuía para a expansão de uma escrita *obliqua* da cidade, estruturando uma parte do território urbano cujo crescimento não constava dos mapas oficiais.

A presença do Estado nessa parte da cidade, quando ocorria, fazia-se sobretudo com episódios de fiscalização e remoção. Em seu trabalho, Afonso, Somarriba e Valadares apontam o fato de que, após a forte repressão que marcou o ano de 1964, o movimento comunitário se encontra desmobilizado nos primeiros anos da ditadura, ou condenado à discrição e clandestinidade. A relação do Estado com as favelas se resume então à estreita vigilância e fiscalização, por vezes a episódios pontuais e violentos de remoção ou repressão

⁷⁰ Entrevista realizada com Pier Luigi Bernareggi na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte) em 09/06/2015.

(AFONSO; SOMARRIBA; VALADARES, 1984, p. 45). No entanto, as autoras também identificam que alguns movimentos comunitários de favelados que sofreram repressão em 1964 continuam mobilizados localmente e passam a se rearticular “de maneira clandestina” nos anos seguintes. No fim da década de 1960, passam a organizar algumas reuniões para discutir “os despejos sofridos pelo favelado”. Em 1970, a primeira manifestação pública de favelados desde o golpe é realizada, mediante uma concentração na frente do Departamento de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da UFMG, “na tentativa de impedir a desapropriação das favelas Abadia, Alecrim e Andradas”, situadas na região do Horto, na zona leste da cidade (AFONSO; SOMARRIBA; VALADARES, 1984, p. 48).

Entre as comunidades que conhecem essa reorganização clandestina, está a favela Pedreira Prado Lopes. Nesse período, moradores voltam a se reunir e se organizar clandestinamente, refundando uma nova associação e reconquistando uma nova sede a partir do fim da década de 1960, com participação ativa do ex-presidente da UDC local, Francisco Nascimento (AFONSO; SOMARRIBA; VALADARES, 1984, p. 62). Será também o caso do aglomerado Cabana do Pai Tomás, onde ex-membros da UDC da Vila Operário-Estudantil se reorganizam localmente e clandestinamente. O movimento de moradores da vila continua inclusive a prestar apoio a novas ocupações de terras urbanas, mantendo uma postura de solidariedade que já adotava antes do golpe. Seu Vicente, ex-membro da UDC local, lembra que o movimento comunitário da vila participou, de forma clandestina, da organização de uma ocupação realizada por dezenas de famílias no bairro Ribeiro de Abreu. Ele relembra a dificuldade de organizar uma ação de envergadura bem-sucedida no contexto de vigilância e repressão que então vigorava, bem como a solidariedade que se mantinha entre as famílias envolvidas:

(...) a associação participou daquilo lá. Com a mão escondida. Demos caminhão pra levar o pessoal pra lá. Saiu caminhão daqui do Cabana, nos enganamos a polícia aqui dentro, eles ficavam caçando a gente aqui em baixo, mas nós estávamos reunidos lá em cima no centro cultural, escondidos, e eles não achavam a gente. (...) naquela noite, nós mandamos pra lá pelo menos umas 50 famílias, no Ribeiro de Abreu. Quando as famílias chegaram lá, a polícia já estava... Tinha espião no movimento, sabe, e os espião já tinha avisado eles. Quando deu 3 horas da manhã, as famílias foram despejadas e voltaram aqui no Cabana. Pelo fato da associação de moradores não estar envolvida diretamente no processo, nós pudemos ajudar essas famílias. E sobrou famílias pra nós aqui mais de dez meses. Tivemos que abrigar elas no nosso espaço (...) e depois cada um foi indo pro seu canto, mas tinha gente que realmente não tinha nada.⁷¹

⁷¹ Entrevista realizada com o Sr. Vicente no domicílio do entrevistado, no bairro Cabana do Pai Tomás, em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

No âmbito dessa organização política local que se mantinha na clandestinidade, Seu Vicente também menciona a participação de militantes próximos da extinta Federação dos Favelados e de membros de grupos de extrema-esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Ele salienta as divergências que existiam entre os dois grupos e com o próprio movimento comunitário: “MR8 e PCdoB tinha uma rixa, mas quando falava que era uma ação contra o governo, eles estavam juntos, lutavam juntos”. Em seguida, ainda acrescenta:

(...) mais tarde, quando a associação veio tomando posições políticas dentro do bairro, esses movimentos, inclusive o PCdoB, queria nos atrapalhar aqui, porque a gente tinha uma posição democrática, de oposição ao governo, é claro, mas no mais nós não lutava pelo sangue não, enquanto o PCdoB e o MR8 lutavam pela guerra armada, enquanto nós, na nossa educação social, não passava por aí. Nós já era do diálogo. A gente cultivava o diálogo. Porque nós vinham com uma educação que vinha mais da Igreja. E todo esse movimento, tinha Igreja como obstáculo. Olhavam a Igreja com maus olhos.⁷²

Em 1974, um levantamento realizado pela Plambel tendo por objeto “a vida associativa” e as “associações de defesa de interesse” em Belo Horizonte nos permite ter um panorama das organizações comunitárias ativas e registradas oficialmente na cidade nesse período, dez anos após o Golpe de 1964 e o fechamento de cerca de 55 entidades comunitárias faveladas pelos militares. Em introdução ao relatório feito pela Plambel, que procurou levantar apenas associações “de base comunitária” e com “caráter local” “com exclusão de associações dirigidas de fora ou patrocinadas por uma entidade qualquer, privada ou pública”, “os pesquisadores responsáveis pelo trabalho” já apontam que não se deve superestimar “o grau da vida associativa na cidade que lhes pareceu baixo”.

Das 30 associações levantadas, e com as quais os pesquisadores conseguiram fazer contato, 16 são classificadas como “dedicadas total ou parcialmente à defesa de interesses comunitários” e 14 como “dedicadas totalmente a atividades de assistência social”. Destas últimas, a grande maioria é vinculada a obras sociais da Igreja Católica.

Das 16 associações vinculadas à “defesa de interesses comunitários”, que nos interessam mais diretamente em nosso trabalho, a maioria está localizada em bairros de classe média, média baixa, sendo algumas situadas em bairros de estratos populares ou mistos. A localização é bem diversa, já que o levantamento inclui associações situadas na zona norte (São Bernardo, Primeiro de Maio ou Providência), oeste (Glória e Alto dos Pinheiros), leste (Pompeia e Nova

⁷² *Ibidem*

Vista) ou próximas à região central, na Serra. A maioria atua principalmente no âmbito de “melhorias urbanas” locais, mas também no campo da educação comunitária. Em todos os bairros envolvidos, tais associações mobilizaram os moradores para providenciar “instalação de luz elétrica”, “rede de água”, “esgotos e tratamento de água”, assim como para construção de “grupo escolar”, “posto médico” e “realização de curso de alfabetização”. Uma delas declara ter atuado mais especificamente em um embate na luta contra remoção, sendo esta a associação do bairro São Bernardo, que afirma ter, em 1966, mobilizado “todo o bairro contra uma decisão da Prefeitura de tomar casas de várias famílias” (PLAMBEL, 1974d, p. 38).

Apenas uma entre elas é estabelecida explicitamente em uma favela: a associação da Vila Santa Lúcia, que atua na organização local de “mutirão para construir barracos, consertar ruas e redes de água”, com recursos provenientes “de coletas entre a população”. Afirmando não possuir vínculos com “instituições públicas ou privadas” ou “políticos”, seus representantes dizem receber apenas o apoio de “irmãs do colégio Sacre Coeur” (PLAMBEL, 1974d, p. 39). Nesse sentido, o modo de atuação e organização da associação comunitária dessa vila parece em muitos pontos semelhante com o da Vila 31 de Março naquela época. Vale ressaltar que o movimento desta última vila não é mencionado na referida lista, assim como os outros movimentos comunitários citados por nós, que ainda atuavam localmente em favelas que sofreram repressão em 1964, no Cabana do Pai Tomás ou na Pedreiro Prado Lopes. Isso se explica provavelmente pelo fato de esses movimentos adotarem, ainda a essa altura, uma postura de discrição perante os poderes públicos ou de deliberada clandestinidade.

O levantamento confirma, portanto, na escala da cidade, as informações apontadas localmente pela fonte oral e pela bibliografia sobre a vida associativa nos bairros populares de Belo Horizonte ao longo dos dez primeiros anos da ditadura militar. Após a repressão a todas as entidades faveladas mais ativas na cena política, a vida associativa pública se encolhe fortemente nesses bairros, passando a florescer sobretudo em bairros de classe média e média baixa e através de algumas solidariedades locais de vizinhança. No entanto, a organização comunitária se mantém de forma discreta ou clandestina em algumas vilas, atuando sobretudo na auto-organização local para resolver as principais carências sociais e urbanas. Algumas poucas linhas da rede de solidariedade que atuava no campo da luta por habitação antes de 1964 conseguem também se manter. A manutenção dessas dinâmicas comunitárias contribuirá para a retomada de um movimento associativo politicamente combativo no decorrer dos anos 1970, como veremos no próximo tópico. Na parte seguinte do capítulo, analisaremos essa rearticulação progressiva de movimentos de moradores nos bairros populares, perante uma

gestão municipal que assume a intensificação das remoções de vilas e favelas por meio da Coordenação de Habitação e Interesse Social de Belo Horizonte (Chisbel), criada em 1971.

3.3 DA CHISBEL À REORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADORES (1970-1983)

3.3.1 A fase desenvolvimentista: da Chisbel à criação da RMBH

Ao priorizar exclusivamente investimentos nas áreas que atendem os interesses do setor privado, eximindo-se de atuar em bairros populares, as políticas municipais encabeçadas pela Arena têm por consequência um aprofundamento das desigualdades urbanas. No mesmo período, as periferias pobres de Belo Horizonte conhecem uma importante expansão geográfica e demográfica. A orientação dada às políticas urbanas e econômicas na primeira década da ditadura não diminuiu o êxodo de pessoas à procura de empregos para as favelas da grande cidade, tendo mesmo talvez por efeito indireto de incentivá-lo. A escolha das autarquias municipais por priorizar as demandas do setor privado para que a capital pudesse, como dizia o deputado Dutra, “crescer mais, mas não em favelas”, trazia com ela o efeito reverso ao desejado, já que onde se atraem capitais também se atrai mão de obra precarizada. Como indicado por um relatório da Plambel de 1974, os investimentos em transportes e comunicação são, justamente, dois fatores que contribuíram na época para aumentar o êxodo rural para a cidade e o crescimento da cidade informal. De certa forma, este também é efeito colateral:

(...) da modernização que, graças às facilidades de transporte e comunicação, alcança os pontos mais afastados (do país) atuando como desencadeador das migrações que alimentem a inflação demográfica das aglomerações, criam em nossas cidades o sério problema do déficit habitacional. (PLAMBEL, 1974a, p. 1)

Nesse aspecto, a evolução urbana da capital mineira no período ilustra bem o processo de “modernização excludente” que caracteriza a ditadura, segundo expressão usada por alguns autores para qualificar o crescente descompasso entre crescimento econômico, “evolução nacional” – que configuraria o chamado “milagre econômico brasileiro” – e o “progresso social” deixado à margem desse crescimento (MELO, 2014). Esse incentivo governamental a um crescimento econômico excludente chega a seu ápice a partir da década de 1970, em um contexto político nacional marcado pelo “desenvolvimentismo” do governo de Emílio

Garrastazu Médici⁷³ (1969-1974). Na capital mineira, tal período é caracterizado por uma outra fase da gestão municipal da Arena, com o retorno à prefeitura de Oswaldo Pieruccetti.

Em setembro de 1971, Pieruccetti é nomeado novamente prefeito de Belo Horizonte, pela Arena. No início de sua gestão, é criada, pela Lei municipal n. 1.966, a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (Chisbel). Como consta do relatório final da gestão Pieruccetti, a Chisbel “começou a funcionar normalmente no ano seguinte, iniciando a execução de um programa sistemático de remoção de favelas, com vistas, sobretudo, à desobstrução de áreas onde deveriam ser realizadas obras públicas” (PBH; RELATÓRIOS, 1971-1974, p. 95). A Chisbel será, de fato, o primeiro instrumento político efetivo para implantação de uma política de remoção de favelas na capital mineira nesse período, como especificado no citado relatório: “cabe-lhe (...) coordenar-se com repartições federais e estaduais, envolvidas no problema, para a execução de uma política objetiva de desfavelamento”. A criação da Chisbel reflete a postura do governo da ditadura no período, que assume então um novo passo em direção a uma “política sistemática de erradicação das favelas” como nunca visto antes na escala nacional. Tal postura também se manifesta em outras capitais, principalmente no Rio de Janeiro, com a criação da Chisam (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana) em 1968, ou ainda em São Paulo, com a implantação do primeiro amplo Programa de Desfavelamento, no início da década de 1970.

Como assinalado por Mário Brum (2013), essas amplas políticas de remoção são um dos traços da radicalização política do regime militar a partir do Ato Institucional nº5 (AI-5),⁷⁴ que permitiu “o fechamento total dos canais de expressão e organização da sociedade civil, com as organizações comunitárias de favelas entre elas”, nas cidades onde estas ainda subsistiam. Enquanto, por um lado, a intenção, visível desde o início do regime, “de eliminar em definitivo as favelas da paisagem urbana” vai se traduzir com medidas concretas, por outro lado, “o projeto de desenvolvimento nacional vai propiciar as condições para a execução do propósito de ordenar o território urbano numa escala jamais vista” (BRUM, 2013, p. 180).

⁷³ Militar de formação, Emílio Garrastazu Médici foi o terceiro presidente do período da ditadura brasileira, ocupando o cargo de 1969 a 1974.

⁷⁴ Considerado o mais extremo de todos os Atos Institucionais instaurados pela ditadura brasileira, o Ato Institucional nº 5, emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, marca a sua radicalização ao permitir ao regime militar o fechamento do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa, além de institucionalizar a tortura contra opositores como política de Estado, generalizar a repressão, a censura ou ainda a cassação de direitos políticos de integrantes da oposição.

Com efeito, a criação da Chisbel reflete também a realidade do contexto nacional em termos de política econômica. No início dos anos 1970, a política econômica do governo Médici (1969-1974), que alguns autores qualificam de “desenvolvimentismo autoritário” (PRADO, 2011), vai fortemente contribuir para remodelar a estrutura urbana do país. Nesse período, o governo de Médici lança vastos programas de incentivo a obras de médio e grande portes no contexto urbano e rural, por intermédio de seus ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, Delfim Netto e João Paulo dos Reis.

Além do Programa de Integração Nacional iniciado em 1970, que previa aproveitamento da mão de obra nordestina e construção de rodovias em regiões com pouca ocupação demográfica, é lançado em 1972 o Primeiro Plano de Desenvolvimento. Este previa uma série de grandes obras infraestruturais para atender as demandas dos setores industrial e privado em todo o território nacional: hidrelétricas, rodovias de integração regional, vias rápidas de circulação nas grandes cidades etc. Como uma de suas consequências, essa política econômica vai contribuir para remodelar fortemente as estruturas urbanas das grandes capitais segundo os interesses da indústria e do setor privado, acelerando ao mesmo tempo o crescimento das cidades ao incentivar a migração interna de mão de obra. No entanto, como lembrado por Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 90), muitos são os excluídos desse chamado “milagre econômico”.

O período será marcado por um aprofundamento das desigualdades estruturais do país entre seus centros e suas periferias, tanto no nível regional – principalmente entre a privilegiada região Sudeste e o Nordeste do país – como no nível macrourbano local – entre o centro e as periferias das grandes capitais, onde vem se instalar grande parte da mão de obra oriunda das regiões mais pobres, alojando-se principalmente em favelas e loteamentos informais. Como demonstrado por Pedro Henrique Pedreira Campos em seu trabalho, entre os principais beneficiários da política de incentivo estatal a obras públicas e ampliação de infraestrutura, estavam o mercado da construção civil e as grandes empreiteiras nacionais que atuavam nesse mesmo mercado. Em 1969, pouco tempo depois do AI-5, é votado, em Congresso Fechado, o Decreto n. 64.345, que transforma todos os grandes projetos levados a cabo pelo governo em “reserva de mercado”, atendendo dessa forma a uma reivindicação do grande empresariado brasileiro, que defendia o incentivo governamental à indústria nacional (CAMPOS, 2012, p. 302).

Essa intensificação das transformações e investimentos no nível urbano também se manifesta na capital mineira, tornando-se inclusive um lema destacado no discurso de

autopromoção da gestão municipal do prefeito Pieruccetti. Em 1973, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), criada em 1969, lança um vídeo de propaganda que exalta o desenvolvimentismo levado a cabo pelo então prefeito em uma capital novamente em via de modernização e expansão que vinha se afirmando como terceiro centro urbano do país. No vídeo, imagens aéreas e cinematográficas do centro da cidade são ritmadas por uma música que evoca um filme de espionagem sobre a qual vem sobrepôr a voz do narrador:

Belo Horizonte, 1973, uma cidade do nosso tempo, moderna, bonita, imponente. Hoje com 1 milhão e 500 000 habitantes, é a terceira cidade do país em população, seu espantoso crescimento nos últimos anos gerou problemas: água, transporte, vias de escoamento, escolas, locais de lazer. Para todos esses setores, a administração Oswaldo Pieruccetti volta sua atenção e através da Sudecap desenvolve um arrojado plano de obras. Em 3 anos as frentes de trabalho multiplicaram-se pela cidade, dando-lhe uma nova fisionomia.

Entre os “problemas” citados como consequência do crescimento urbano da cidade, um deles não é mencionado pelo narrador e não aparece nas imagens do vídeo, o aumento da miséria urbana e o crescimento de favelas, inclusive nas adjacências das regiões centrais e nobres da cidade. Nesse aspecto, a “nova fisionomia” trazida à cidade pela gestão Pieruccetti também era resultado do trabalho da Chisbel, que desde 1972 já removia entre 3.000 e 5.000 pessoas moradoras de favelas por ano (PBH; RELATÓRIOS, 1971-1974, p. 98).

Em seus três primeiros anos de existência, de 1972 a 1974, a Chisbel realizou a “remoção de 2 480 famílias, de 146 áreas, envolvendo 10 671 pessoas”. Ao percorrer as sucessivas tabelas das remoções realizadas nesses primeiros anos de atuação, podemos observar que as remoções mais importantes atingem predominantemente favelas situadas em áreas valorizadas da cidade, nas imediações das regiões nobres e centrais: entre elas, a favela do Acaba Mundo, próxima ao bairro Sion, o aglomerado da barragem Santa Lúcia ou a favela do Pintura Saia, próxima à avenida Afonso Pena, ambas situadas na região centro-sul. Outro alvo dessas remoções eram favelas situadas próximas a vias de transporte em processo de expansão e que ligavam o centro da cidade a zonas suburbanas estratégicas: as avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo, que ligam as regiões centro-sul e oeste com a rodovia BR-040 – que interliga a capital mineira com Brasília e com o estado do Rio de Janeiro –, ou ainda as avenidas dos Andradas, Amazonas e Tereza Cristina, que ligam o centro da cidade ao polo industrial e fabril de Contagem.

Em teoria, as remoções da Chisbel se acompanhavam de um mínimo amparo social das famílias removidas com a concessão de uma indenização aos removidos e de um acompanhamento por um serviço social. As famílias a serem removidas eram visitadas por assistentes sociais, que faziam um levantamento de sua situação e ofereciam algumas opções de indenizações em dinheiro ou sob forma de material de construção. Para os três primeiros anos de atuação do órgão, o relatório da prefeitura especifica que a Chisbel concedeu indenização “através de fornecimento de material de construção a 1062 famílias, de dinheiro e material a 322 famílias, e exclusivamente dinheiro a 1364 famílias, proporcionando justa indenização”.

Desde o início das atividades da Chisbel, foi também criado “um Centro de Triagem, destinado às famílias em processo de remoção e que não possuam opção imediata de residência própria”, localizado na Gameleira (PBH; RELATÓRIOS, 1971-1974, p. 95). Retemos nossa atenção sobre o uso do termo “triagem”, que, vindo do vocabulário médico, era comumente utilizado nessa época na linguagem policial para qualificar o processo que determinava o destino dos suspeitos e indivíduos presos por averiguação após uma batida policial, como aquelas que ocorriam frequentemente nas zonas urbanas frequentadas pelos populares.

Na prática, os recursos previstos pela Chisbel limitavam a realização efetiva dessa política de acompanhamento e “triagem”. A atuação do serviço social e o processo de triagem visavam sobretudo realizar um sumário levantamento dos favelados e ter um mínimo controle sobre o paradeiro dessas populações flutuantes que os removidos passavam a integrar. O acompanhamento social praticado pelo órgão visava garantir a retirada das famílias e seus pertences das áreas desocupadas, no intuito de evitar uma tentativa de reocupação da área, além de deixar claro que o provimento de futura habitação incumbia a elas mesmas, e não aos poderes públicos. Como afirmado pelo próprio Serviço no âmbito de seu relatório para o ano de 1973:

O favelado removido recebeu ajuda no serviço da demolição de seu barraco e no carreto para transporte de material resultante dela e de seus pertences. Em todos os desfavelamentos, as famílias foram orientadas e trabalhadas para assumirem responsabilidade frente ao problema vivenciado. (PBH; RELATÓRIOS, 1973, p. 153)

O chamado “Centro de Triagem”, portanto, acolhia uma pequena minoria de casos, enquanto a grande maioria dos removidos ia se juntar a outras favelas ou a loteamentos clandestinos, em periferias afastadas do centro. O mesmo relatório citado descreve o

levantamento operado pela Chisbel sobre o destino dos removidos para aquele ano: “1,8% encaminhados ao ‘centro de triagem’; 8,2% em situação de aluguel; 14% em situação de moradia em lote próprio; 76% em situação de lote recém-adquirido, com recursos provenientes das indenizações recebidas” (PBH; RELATÓRIOS, 1973, p. 153). Entre as ações da Chisbel, a remoção quase que por completo da favela do Pindura Saia, situada na região centro-sul, nas imediações da avenida Afonso Pena, permitirá o início do loteamento do bairro Mangabeiras, que hoje é um dos mais valorizados da capital. Em seu livro *Becos da memória*, a escritora Conceição Evaristo – ex-moradora da favela até sua remoção – relata a progressiva remoção da favela do ponto de vista de uma jovem moradora – a Maria Nova, evocando inclusive o dilema da escolha entre as duas formas de indenizações propostas:

Os tratores da firma construtora estavam cavando, arando a ponte norte da favela. Ali, a poeira se tornava maior, e as angustias também. Algumas famílias já estavam com ordem de saída e isto precipitava a dor de todos nós. Cada família que saía, era uma confirmação que chegaria a nossa vez. Ofereciam duas opções ao morador: um pouco de material, tábuas e alguns tijolos para que ele construísse outro barracão num lugar qualquer, ou uma indenização simbólica, um pouco de dinheiro. A última opção era pior. Quem optava pelo dinheiro recebia uma quantia tão irrisória, que acabava sendo gasta ali mesmo. (...) Quem escolhia os tijolos e as tábuas, pelo menos, tinha um pouco de material que permitia erguer um barraco em outra favela qualquer. (EVARISTO, 2017, p. 71)

No fio de suas memórias, a narradora evoca o caráter irrisório das indenizações perante a perda das relações estabelecidas e da vida ali construída, às vezes ao longo de várias gerações. Ao lembrar a partida dos caminhões repletos dos pertences e da vida dos seus vizinhos e amigos, Evaristo evoca também o destino mais comum dos removidos: a partida para outras favelas em periferias mais afastadas: “O caminhão levantava as últimas nuvens de poeira. Ganhava o asfalto que o levaria para o outro lado da cidade, onde uma nova favela florescia” (EVARISTO, 2017, p. 85).

Em 1976, a política de atuação da Chisbel intenta uma mudança a partir da gestão do novo prefeito, Luís Verano (1975-1979), ainda nomeado pela Arena. Segundo o relatório de gestão da prefeitura para o ano de 1976, o órgão teria então passado por uma “modificação de suas normas de trabalho” visando a uma “evolução e modernização de seus métodos”. Observando o processo de refavelização da mesma área ou de outra área – seja vizinha, seja afastada – pelos removidos após as operações do despejo, o órgão visa a partir de então investir “na abordagem e mobilização das famílias a ser removidas” com “orientação a construção de nova moradia, em lote próprio, mudando assim, o ‘STATUS’, da família”. Com esse discurso, introduz-se a ideia do que o *desfavelamento*, além de acabar com a *favela*,

deveria – na medida do possível – acabar com o *favelado* enquanto categoria social. Essa ideia é ligada à preocupação, levantada pelo relatório, do “processo crescente de ‘marginalização’ da população que não participa do processo produtivo”, sendo o caso de grande parte da população favelada segundo seus autores. O mesmo relatório aponta que “das 4.703 pessoas removidas no ano de 1976, 91% eram procedentes do interior de Minas Gerais”, recém-chegadas à capital. Desta, o relatório afirma que 20% dessa população em condição de constituir “força de trabalho” – homens de 14 a mais de 56 anos – “não trabalha”, enquanto 7% “vive de benefícios” (PBH; RELATÓRIOS, 1976, p. 321).

Na prática, a mudança de abordagem vai também ocasionar a realização de um levantamento sociológico e acompanhamento mais metódico da população removida, e por vezes de “entrevista concedida ao favelado em remoção, com o intuito de conscientizá-lo da importância da obra programada para a área, conseguindo assim, diminuir sua resistência para a saída do local” (PBH; RELATÓRIOS, 1978, p. 239). Tal discurso adotado pela prefeitura não deve fazer esquecer que os episódios de remoção se acompanham sempre de diversas formas de violência, física ou social, por meio da ação da polícia ou dos fiscais da Chisbel, como veremos em detalhes. Dessa forma, da ideia de “triagem” e acompanhamento social dos favelados ao objetivo de “mudança de status” a fim de reinserir a população marginalizada no “processo produtivo”, podemos ver uma continuidade entre o tipo de atuação projetada pela Interventoria militar em 1964 e a atuação efetiva da Chisbel.

Essa ênfase à dimensão ideológica dada à política remocionista, em que o processo de *desfavelamento* deveria significar não apenas a destruição dos barracos, mas também uma transformação interna dos corpos removidos, que deveriam ser de certa forma *desfavelados*, aparenta-se à postura já adotada pela política remocionista nessa época na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a linha de atuação da Chisbel passava a se nivelar com os objetivos assumidos pelo órgão responsável pela política de remoção na capital fluminense, a Chisam (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana). Como apontado por Mário Brum, a Chisam possuía desde sua criação, em 1969, a ideia de transformar socialmente o “favelado” por meio da aquisição da casa própria e dessa forma extraí-lo de sua situação de marginalidade:

Como objetivo primeiro, está a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas. Pretende-se também a transformação da família favelada, da condição de invasora de propriedades alheias – com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam – em titular de casa própria. Como consequência, chegar-se-ia à total integração dessas famílias na comunidade,

principalmente no que se refere à forma de habitar, pensar e viver. (CHISAM, 1971, p. 40 *apud* BRUM, 2013, p. 185)

Nessa mesma linha de raciocínio, podemos melhor compreender as divergências entre aqueles que defendiam a remoção para conjuntos habitacionais e os que apoiavam a urbanização de favelas ao ler esta afirmação do primeiro coordenador do Chisam, Gilberto Goufal, feita em 1971:

Chegou-se à conclusão de que o sistema da urbanização da favela não era psicologicamente favorável, pois os favelados continuavam pensando, agindo e vivendo como favelados. Então, o filho daquele homem que morava na favela, vai crescer mentalmente um favelado. (JORNAL DO BRASIL, 06/12/1971 *apud* BRUM, 2013, p. 182)

Esse argumento pode ser mais um motivo pelo qual a proposta de “desfavelamento progressivo” defendida pelo interventor militar nas favelas de Belo Horizonte em 1964, mediante urbanização das áreas faveladas, não encontrou muitos ouvidos favoráveis na cidade. No entanto, cabe lembrar que a ideia da remoção de populares para uma nova moradia como introdução de um “novo modo de ser, reeducado, civilizado, urbano” não foi inventada pela ditadura e já integrava as experiências de remoção anteriores influenciadas por preceitos cristãos, tais como a Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro (1955), e a Cruzada Pio XII, em São Paulo (1959) (BUENO, 2000, p. 53).

No entanto, as políticas de remoção aplicadas pela Chisbel em Belo Horizonte ou pela Chisam no Rio durante a ditadura têm a peculiaridade de articular esse discurso civilizador e moral com objetivos de controle social e de ordenamento econômico do território, que atende a interesses específicos. Cabe ressaltar que a Chisam, no Rio de Janeiro, foi criada como entidade vinculada diretamente ao governo federal por meio do Ministério do Interior, o que lhe conferia uma força de atuação e possibilidades financeiras que a Chisbel não possuía em Belo Horizonte. Na capital mineira, devido aos escassos recursos destinados ao realojamento de favelados removidos na cidade, nenhuma das duas opções – realojamento em conjunto ou urbanização de favelas – foi adotada de forma significativa. Os objetivos principais cumpridos na prática se resumem sobretudo à liberação de áreas urbanas para favorecer o mercado imobiliário em zonas valorizadas ou para expansão da infraestrutura de transporte, atendendo dessa forma a principal meta das políticas remocionistas da ditadura, isto é, “normalizar o espaço urbano dentro da ordem capitalista” (BRUM, 2013, p. 185).

Na realidade, a aquisição de lote próprio para os removidos idealizada pelo órgão era uma possibilidade apenas para uma pequena parte deles, e não necessariamente representava o fim da exclusão social sofrida. Em suas memórias sobre a remoção do Pindura Saia, Conceição Evaristo também evoca a realidade da minoria dos favelados que conseguiam se mudar para um lote próprio, que muitas vezes se situava em uma periferia mais afastada ainda, confrontando as famílias a novos tipos de carências urbanas:

A família de Maria-Nova já tinha para onde ir. Logo que começou o desfavelamento, Maria-Velha e Joana começaram a comprar um lote lá onde Deus tinha pensado iniciar o mundo. Era um lugar de mato e bichos, bem calmo. Era longe. A primeira dificuldade seria vir trabalhar, ganhar a vida. Havia também a escola que era muito distante. Maria-Nova e os irmãos iriam parar de estudar. (EVARISTO, 2017, p. 172)

Para a família da personagem principal, cujo destino provavelmente se confunde com o destino da família da própria autora, o custo da aquisição de uma morada própria após a remoção da favela se equipara a uma desistência da vida urbana, simbolizando o caso de parte das famílias removidas na vida real, que, por falta de condições de permanecer materialmente na cidade, foi literalmente empurrada para fora dela.

Ao analisar os sucessivos mapas produzidos pela Plambel sobre a implantação de favelas entre o fim da década de 1960 e a década de 1980, temos uma noção geral dos efeitos geográficos da política remocionista do período. Tal realidade é especialmente legível por meio de um mapa datado de 1981, que apresenta a evolução da presença favelada observada por sucessivas fotografias aéreas entre 1967 e 1980. Ao analisarmos o mapa (Fig. 17), observamos a forte intensificação de remoções completas de vilas e favelas situadas em zonas de forte expansão urbana entre 1972 – ano em que a Chisbel inicia suas atividades – e 1977: ao longo dos eixos da avenida Amazonas, da avenida Tereza Cristina, da BR-31 ou da avenida Antônio Carlos. Por outro lado, observamos que a maioria das novas favelas que se consolidam a partir da segunda metade dos anos 1970 se situam em regiões afastadas da periferia: Barreiro, Contagem, Betim, região de Venda Nova e do Céu Azul, na zona norte da cidade.

Cabe ressaltar que a maior parte das remoções realizadas nessa época na região central não aparece no mapa. Isso se explica pelo fato de muitas dessas remoções atingirem grandes aglomerados já solidificados historicamente, sem no entanto eliminá-los por completo – tal como a já mencionada remoção parcial do Pindura Saia, a remoção da favela Nossa Senhora dos Anjos – no bairro Santa Efigênia, que será concluída somente na década seguinte – ou de

parte do aglomerado Santa Lúcia, que permanece até hoje na região centro-sul. Dado que o mapa sistematiza a presença ou o desaparecimento por completo de aglomerados informais, essas remoções parciais acabam não aparecendo (PLAMBEL, 1981).

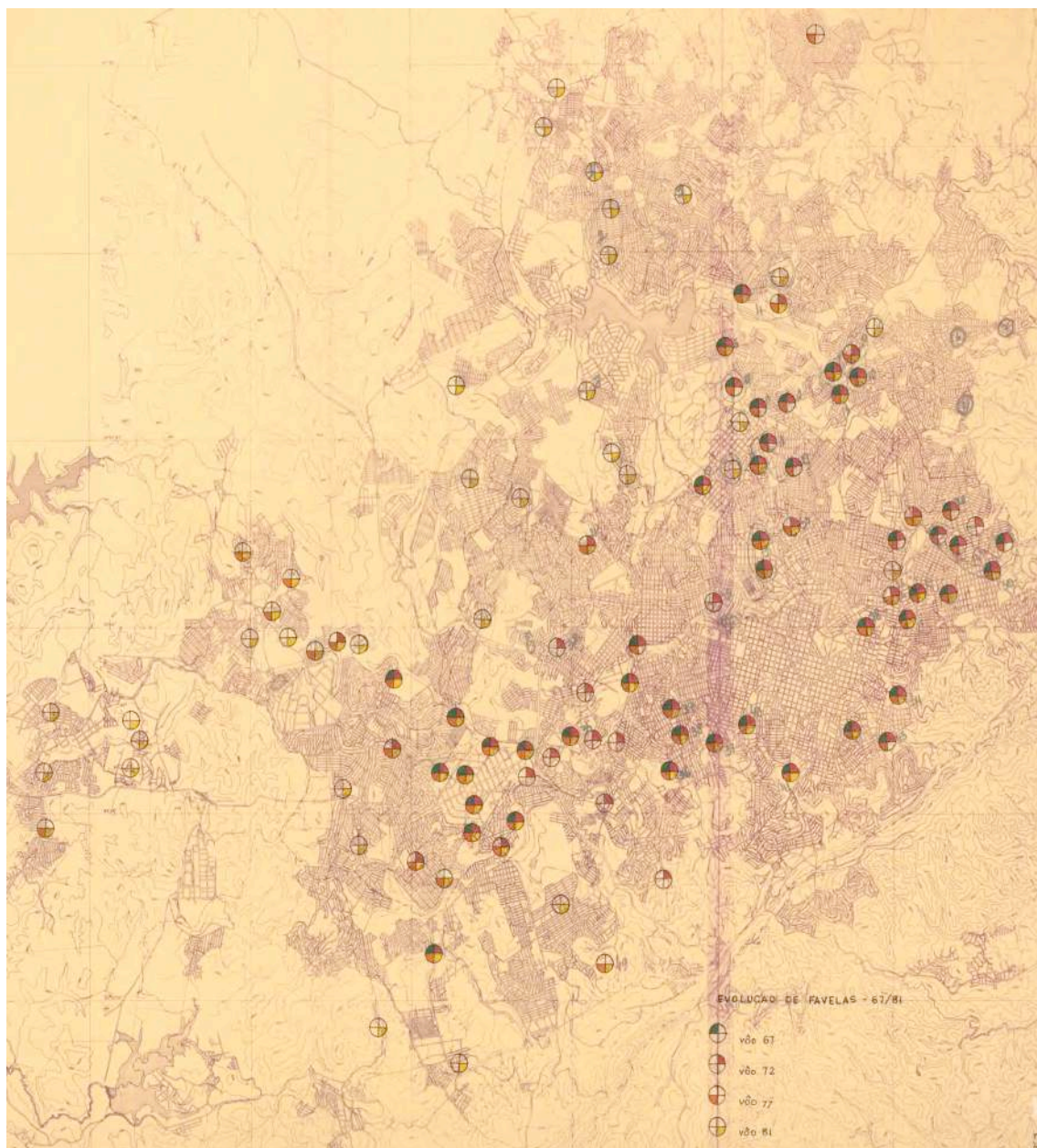


Fig. 17: Evolução da presença de favelas na RMBH entre 1967 e 1981. Os círculos marcados com as cores laranjas e amarelo sinalizam as favelas mais recentes. Os círculos em ambas as cores sinalizam os núcleos posteriores a 1972 e àqueles apenas em amarelo os núcleos posteriores a 1978 (PLAMBEL, *Evolução de favelas 1967-1981*, s.d. - Detalhe).

Nas suas grandes linhas, a política de remoção da Chisbel facilita investimentos imobiliários na região central, promovendo ao mesmo tempo maior abertura das vias que conecta esta às cidades periféricas para onde é empurrada uma parte crescente da mão de obra pouco qualificada. Nesse aspecto, a política de remoção coordenada pela Chisbel pode ser

entendida como parte da política de metropolização da capital mineira, que se concretiza a partir de 1973 com a criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nesse ano, a Lei Federal complementar n. 14 criou regiões metropolitanas em oito capitais estaduais do país, incluindo Belo Horizonte, que abrange inicialmente 14 municípios.

A política de metropolização e urbanização em larga escala aplicada nessa época pode ser entendida como um “processo hegemônico” que contribui para garantir uma alta concentração de recursos financeiros e imobiliários nas mãos da elite da capital, como assinalado por André Veloso (2017). Ao longo da década, tal “processo de concentração se evidencia espacialmente a partir de um monocentrismo nas formas urbanas: a concentração de empregos, serviços e equipamentos urbanos em geral” na zona central, criando “altíssimos graus de dependência na conurbação”. Em Belo Horizonte, assim como nas outras grandes capitais do Brasil, “a produção do espaço das periferias é a contrapartida sistemática da urbanização e da criação de centralidades daquele momento” (VELOSO, 2017, p. 202).

A ideia de uma organização urbana pautada pela dependência em torno dos grandes centros será reforçada pela política de metropolização. Tal política é baseada na ideia da especialização de cada cidade limítrofe de acordo com as necessidades econômicas da metrópole, enquanto o município central conserva, naturalmente, seu caráter polivalente. Um exemplo de elaboração, na prática, desse planejamento funcional pode ser lido em uma pesquisa da Plambel publicada em janeiro de 1974. Realizada junto às “elites dos municípios componentes da região metropolitana”, esta visa a uma “avaliação do esquema de estruturas” desses municípios no intuito de definir a “especialização de funções entre os vários núcleos” no “sistema regional” da “área metropolitana”. Avaliando como principal critério o direcionamento econômico a ser dado a cada cidade estudada, o inquérito traz indicadores que já apontam para repartição das funções regionais de acordo com cada município. Em suas conclusões, o relatório sintetiza a visão das elites locais como favoráveis ao desenvolvimento das seguintes funções: a função industrial para Contagem, a função turística para Caeté, Sabará ou Lagoa Santa, a função mineradora para Rio Acima e Nova Lima ou ainda a função hortigranjeira para Ibirité ou Ribeirão das Neves (PLAMBEL, 1974c, p. 35).

Se parte das conclusões apontadas já vão no sentido das especializações mantidas ou desenvolvidas em cada município desde então, observamos que a cidade de Betim ainda não era vista como importante polo fabril e industrial potencial, aspecto da cidade que será impulsionado a partir de 1974, com a implantação da fábrica da Fiat na cidade. Nesse período, o “processo hegemônico” de urbanização e metropolização que transforma a capital mineira é

fortemente influenciado por uma pequena e poderosa parcela do setor privado, representada pelas grandes empreiteiras do estado. Com efeito, a época do chamado “milagre econômico”, que marca o auge do processo de “modernização excludente” levado a cabo pela ditadura, será também caracterizado por uma crescente imbricação entre os setores público e privado. Nesse aspecto, a ditadura soube proteger os interesses das grandes empreiteiras brasileiras ao praticar um “protecionismo” que permitirá, ao longo da década de 1970, a “concentração de obras em poucas empresas”, como lembrado por Pedro Henrique Pedreira Campos (2015). Refletindo a proximidade entre grandes empresários e os setores políticos que compunham os governos estaduais e federal durante a ditadura, esse protecionismo permitirá a ascensão vertiginosa do capital das grandes empreiteiras de construção civil do país, entre as quais a Camargo Correia, a Odebrecht ou ainda as mineiras Andrade Gutierrez e Alcindo Vieira-Convap (CAMPOS, 2015, p. 16).



Fig. 18: Principais aglomerações de favelas na RMBH em 1977. No centro do mapa, nota-se a forte concentração de aglomerados no entorno do polo fabril da Cidade Industrial, sinalizado pelo hexágono branco (PLAMBEL, 1977 - Detalhe).

Por outro lado, a proximidade crescente entre a lógica e os interesses público e privado permite melhor entender a lógica quantitativa e tecnocrática que guiava a política remocionista da Chisbel, sendo que as operações de remoções eram por vezes financiadas pelo capital privado dos próprios proprietários dos terrenos (PBH; RELATÓRIOS, 1978, p. 98). Essa interligação entre entidades públicas e privadas, por sua vez, confundia os moradores visados pelas remoções quanto à identidade efetiva de quem estava por trás da

operação: Estado ou empresa. Essa situação nebulosa é também retratada por Conceição Evaristo em suas memórias sobre a remoção da favela do Pindura Saia, tornando-se mais um fator que dificulta a resistência dos moradores, pela falta de clareza do inimigo contra quem se deveria lutar:

(...) o plano de desfavelamento também aborrecia e confundia a todos. (...) Dava a impressão que nem eles sabiam direito porque estavam erradicando a favela. Diziam que era para construir um hospital ou uma companhia de gás, um grande clube, talvez (...) De tempos em tempos, apareciam por lá engenheiros para medir a área. Não se sabia se os pretensos donos seriam de uma companhia particular ou se gente do governo. Vinha o medo. E quando o plano de desfavelamento aconteceu na prática é que fomos descobrir que os pretensos donos eram nós (EVARISTO, 2017, p. 116)

Mais além, na incipiente tentativa de os moradores protestarem contra a situação que sofriam, a autora relata a dificuldade em encontrar um interlocutor: “um dia, um grupo decidiu ir ao escritório da firma construtora responsável pelo desfavelamento (...). A comissão não foi sequer atendida, retornando em estado total de desamparo e desespero” (EVARISTO, 2017, p. 153).

Os anos de política desenvolvimentista que se seguem à criação da Chisbel na década de 1970 representam um novo passo no que toca à aproximação entre os setores público e privado, entre os interesses políticos e industriais, partidários e empresariais. A aproximação desses interesses imprime em diversos aspectos sua marca no projeto de metropolização e crescimento urbano de Belo Horizonte no período. Um exemplo é a implantação da montadora italiana Fiat em Betim e a consequente consolidação da cidade enquanto importante polo fabril, que teria sido resultado de uma troca irregular de favor entre o então governador de Minas, Rondon Pacheco, e o consórcio italiano Impreglio (CAMPOS, 2012, p. 73). Ao se expandir e se adensar em direção às suas periferias, a capital mineira em processo de metropolização levava progressivamente às contradições político-sociais que carregava historicamente para os municípios limítrofes. A cidade de Betim, sobretudo após a implantação da Fiat, mas também municípios vizinhos como Contagem, Ibirité, ou Ribeirão das Neves, e Venda Nova, no vetor norte da cidade, vão abrigar nesse período uma crescente população pobre que se instala principalmente em favelas ou loteamentos populares.

Nesse contexto de aprofundamento das desigualdades sociais na Grande Belo Horizonte, muitos bairros populares verão emergir ou se reorganizar movimentos de moradores que se mobilizam para fazer valer seus direitos e suas necessidades cotidianas, como veremos no próximo tópico.

3.3.2 A reorganização dos movimentos: o caso da Cidade Industrial

Como vimos, ao longo da primeira década da ditadura, alguns movimentos de moradores mantinham atividades locais, enquanto outros reorganizavam aos poucos suas atividades políticas de forma clandestina, como ocorria na favela Pedreira Prado Lopes ou no aglomerado Cabana do Pai Tomás. Ao longo da década de 1970, em muitos locais da cidade, movimentos de moradores se rearticulam de forma significativa e passam a se expressar publicamente contra a política de remoção promovida pela prefeitura ou ainda para denunciar carências urbanas.

Essa reorganização dos movimentos comunitários será influenciada principalmente por dois fatores do contexto político do período. O primeiro é ligado ao contexto local. A onda crescente de remoções orquestradas pela prefeitura a partir de 1965, fortemente impulsionadas pela criação da Chisbel na década de 1970, leva moradores a formar frentes de resistências contra os despejos. Vale lembrar que a intensificação das remoções não ocorre apenas em Belo Horizonte, mas também em outros municípios de sua região metropolitana em processo de crescimento urbano, tal como Contagem. O segundo fator, ligado ao contexto nacional, resulta da chamada “distensão progressiva” da ditadura militar, iniciada a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)⁷⁵ em meio a intensos debates sobre a necessária redemocratização do país, que favorece a emergência de movimentos sociais oriundos da sociedade civil. Nesse período, movimentos sociais urbanos voltam a ter visibilidade e protagonismo na cena pública em diversas grandes cidades brasileiras, como já evidenciado pelo trabalho de autores como Holston (2013), Sader (1991) e Boschi (1983).

Na cidade de Belo Horizonte, também se observa a emergência de novos movimentos de moradores em regiões periféricas em viés de expansão nessa época, como na região da Cidade Industrial, situada em Contagem e próxima à região do Barreiro. Na esteira dessa dinâmica, alguns militantes de esquerda ativos na região criam em 1976 o *Jornal dos Bairros*, que servirá de porta-voz a diversas lutas de moradores nos anos seguintes. Sediado na região do Barreiro, o jornal, que circulou até 1981, fornece uma fonte profícua para analisar a emergência e articulação de movimentos comunitários nessa época nos arredores da Cidade Industrial, mais especificamente, na região do Barreiro e na zona leste de Contagem.

⁷⁵ Ernesto Geisel, militar de formação, formou-se na Escola Militar do Realengo, atual Academia das Agulhas Negras. Foi o quarto presidente do período da ditadura brasileira, ocupando o cargo de 1974 a 1979.

Criada no município de Contagem, no início dos anos 1940, a Cidade Industrial Juventino Dias, mais conhecida como a Cidade Industrial de Contagem, é o primeiro distrito industrial implantado em Minas Gerais. É instituída oficialmente em 1941 pelo governo estadual de Benedito Valadares, com apoio do então prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek, como um “polo industrial” que deveria permitir reativar a economia mineira, em declínio desde a crise de 1929. A sua localização é vizinha à região do Barreiro, extremo sul do município de Belo Horizonte, sendo ligada ao centro da capital pela avenida Amazonas.

A Cidade Industrial conhece uma importante fase de crescimento entre os anos 1950 e 1960. No início dos anos 1970, no âmbito da política de investimentos e expansão industrial adotada pela ditadura, grandes indústrias passam a procurar novos espaços para se expandir na zona visando inclusive a terrenos ocupados informalmente pelos trabalhadores das fábricas ao longo das décadas anteriores (Fig. 18). Essa situação provoca uma intensificação das remoções e dos conflitos sociais na região, em uma parte da cidade onde os moradores já sofrem inúmeras carências urbanas. Essa realidade pode ser observada nas páginas do *Jornal dos Bairros* nesse período, que denuncia a partir de 1977 o convênio entre a Prefeitura de Contagem e o setor industrial que resulta na intensificação das remoções:

Os moradores das vilas e favelas localizadas na Cidade Industrial estão ameaçados de despejo porque a Prefeitura de Contagem e a Companhia dos Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI/MG – pretendem desapropriar os terrenos ocupados pelas vilas e favelas para entregá-los às indústrias da região. De acordo com um convênio assinado entre a Prefeitura e a CDI, todas as vilas e favelas existentes dentro dos limites da Cidade Industrial devem ser desapropriadas. (...) Algumas destas Vilas que a Prefeitura quer acabar existem há mais de 20 anos (JORNAL DOS BAIRROS, n. 17, 1977, p. 6)

Entre as vilas da Cidade Industrial ameaçadas de despejo nesse período estão a Vila Cemig, a Vila do Estado, a Vila Santo Antônio, a Vila Itaú ou ainda a Vila Barraginha e da Vaquinha. Estas são formadas por trabalhadores que vieram do interior do estado e se instalaram na localidade, mas também por famílias removidas da região central. Os despejos realizados são muitas vezes feitos com violência e sem proposta de realocação dos moradores em conjuntos habitacionais. Diante dessa violência, grupos de moradores dessas vilas passam a se organizar para tentar barrar o despejo, para exigir alguma indenização, mas também para construir laços de solidariedade e promover mutirões para melhorar a situação das áreas mais precárias. A criação do *Jornal dos Bairros*, em 1976, participa na época dessa dinâmica. Em sucessivas denúncias divulgadas pelo jornal ao longo desses anos, oriundas de moradores que se organizam localmente para enfrentar os despejos, podemos ler as críticas formuladas por

moradores em relação à política habitacional promovida naquele período ou ainda às indenizações propostas aos removidos. Segundo as palavras de José Vieira, originário da cidade de Teófilo Otoni e morador da Vila Santo Antônio, situada no coração da Cidade Industrial, perto da companhia Frigodiniz:

Se desapropriar, ouvi dizer que a Prefeitura vai dar uma casa popular. Dizem que é pra pobre, mas tem que ganhar três salários. E qual o pobre que ganha isso? Tem gente na Vila que não ganha nem um. Casa popular é palavra bonita, mas ela fica fechada e os pobres não entram. E quando entram são tirados pela polícia. (JORNAL DOS BAIRROS, n. 17, 1977, p. 7)

Ou ainda a Dona Iris, de 55 anos, que habitava uma das 300 casas da Vila do Estado, situada atrás da fábrica Magnesita:

Não me interessa receber lote nem dinheiro. Exijo a casa pronta, com água, luz, como a que eu tenho aqui. Acho que tenho algum direito sobre este terreno, afinal de contas, moro aqui há 21 anos, ajudei a fundar tudo isso. O pessoal quase todo da Vila também. Sozinha eu não sei o que fazer, só sei que uma onda só não faz um mar. (JORNAL DOS BAIRROS, n. 17, 1977, p. 7)

Segundo nosso levantamento, de todas as vilas citadas, apenas a Vila do Estado foi completamente despejada pela prefeitura ao longo dos anos seguintes, enquanto as outras permanecem até os dias de hoje.



Fig. 19: Vila da Vaquinha (1977), uma das vilas ameaçadas de remoção perto da Cidade Industrial (JORNAL DOS BAIRROS, n. 17, 1977, p. 1)

Para além das mobilizações contra os despejos, associações de bairros ou assembleias de moradores florescem em diversos bairros da região, tendo por foco resolver as carências urbanas e as necessidades cotidianas dos moradores, como no Eldorado (Contagem), no Camargos (região noroeste), ou ainda no Lindéia (Barreiro), todos os três situados próximos à divisa entre Belo Horizonte e Contagem⁷⁶. O crescimento populacional desses bairros, fruto de parcelamentos de fazendas e loteamentos populares iniciados a partir das décadas de 1950 e 1960, é fortemente ligado ao desenvolvimento da Cidade Industrial e à instalação de trabalhadores no seu entorno. O parcelamento e loteamento de fazendas da região a partir da década de 1950 teriam sido iniciados pelo medo, por parte de seus proprietários, de terem seus terrenos “invadidos” por trabalhadores que vinham se instalar na região.

Entre os bairros citados, o movimento comunitário do Lindéia se destaca como um dos mais ativos, atuando não apenas nas pautas da habitação e das carências urbanas, mas também nas temáticas do transporte, da saúde e da educação. Com mutirões e trabalho coletivo, moradores do bairro se organizam para erguer casas para os necessitados ou ainda para construir um ambulatório de saúde que possa atender a população do bairro (JORNAL DOS BAIROS, n. 3, 1976, p. 6). O movimento local também se destaca por participar da intensa vida cultural do bairro, com a manutenção de tradições da cultura popular como viola caipira, música sertaneja e prática do congado, ou outras formas de expressão cultural que se tornam por vezes porta-vozes das demandas dos moradores. Entre elas está o grupo de teatro Teatro Conquista Jovem, formado em 1974 por moradores do Lindéia, que elabora peças inspiradas no cotidiano do bairro, apresentando-se nas ruas ou em praças da região.

Mas o Lindéia não é o único bairro onde a mobilização comunitária participa da manutenção de tradições culturais trazidas por moradores oriundos do interior, permitindo seu reflorescimento no contexto urbano. No bairro Flamengo, por exemplo, um dos mais antigos da Cidade Industrial, atua nessa época a Guarda de Moçambique, grupo de congadeiros criado por João Firmino, que implantou no bairro a cultura do congado na qual ele havia sido criado em sua cidade natal, Pará de Minas (JORNAL DOS BAIROS, n. 3, 1976, p. 7; n. 4, 1976, p. 4).

⁷⁶ A localização geográfica dos principais bairros citados nesta pesquisa é indicada nos mapas que constam no Anexo 2, nas páginas 475 e 476.



Fig. 20: Constituído a partir de um loteamento popular, o bairro Camargos também conhece um importante movimento comunitário nesta época. Em segundo plano, as chaminés da fábrica de cimento Portland Itaú (JORNAL DOS BAIROS, n. 5, 1976, p. 3).

Associações e coletivos de moradores também se estruturam em vilas e favelas da região, como na Vila dos Marimbondos ou na Vila Santo Antônio, a partir da qual é formado um grupo de discussão itinerante que visa fortalecer os laços e a conscientização dos moradores nos diferentes bairros do entorno. A partir dessas experiências, algumas iniciativas procuram reunir os movimentos de moradores dos diversos bairros entre si. Com esse objetivo, a associação comunitária do Lindéia passa a organizar uma federação das associações de bairros da região enquanto a associação comunitária, Vila Imperial, iniciada a partir de 1967, reúne representações de cinco bairros: Vila Imperial, Vila Cemig, Magnesita, Conjunto IAPI e Vila São José (AFONSO; SOMARRIBA; VALADARES, 1984).

Tais espaços de articulação política e debates, dos quais também participa o *Jornal dos Bairros*, vão favorecer a ampliação da luta contra as remoções para discussões mais abrangentes que integram um conjunto de demandas: a precariedade do transporte público e das infraestruturas básicas – saneamento, água, luz –; a falta de creches e escolas; o acesso à saúde pública ou ainda a degradação do meio ambiente, que impacta diretamente na vida dos moradores.

Esta última pauta motiva a mobilização de movimentos comunitários da região, com o encaminhamento de denúncias públicas e mobilizações contra os efeitos da saturação industrial sobre o meio ambiente. Tais mobilizações denunciam inclusive os efeitos da poluição atmosférica provocada pelas fábricas. Como lembrado por Araújo: (2011, p. 5): “diversas vezes os cidadãos comuns isoladamente ou organizados em grupos”, por vezes com apoio de “acadêmicos, políticos, imprensa e padres promoveram ações que visaram à instalação de filtros ou mesmo o fechamento” de algumas fábricas por esse motivo. Inúmeras ações como essas foram organizadas contra a Companhia de Cimentos Portland Itaú, no bairro Água Branca, ou ainda contra a usina de siderurgia da Mannesman, no Barreiro, acusadas de causar doenças respiratórias aos moradores da vizinhança devido à toxicidade do pó expelido diariamente de suas chaminés. A mobilização dos moradores acabou tendo êxito com o fechamento da primeira, enquanto a segunda foi obrigada, em 1978, a instalar filtros em suas usinas (ARAÚJO, 2011, p. 5).

Além dessas mobilizações, denúncias recorrentes são publicadas no *Jornal dos Bairros* contra a poluição e os riscos de contaminação causada pelo despejo cotidiano de lixo, tanto pelas indústrias como por moradores. Em alguns locais, para além dessas denúncias, os moradores procuram coletivamente soluções para o problema. É o que ocorre no bairro Camargos, onde a coleta de lixo é efetivada graças à mobilização dos moradores, que também realizam mutirão de plantio de árvores na zona (JORNAL DOS BAIRROS, n. 3, 1976, p. 6; n. 5, 1976, p. 3; n. 13, 1977, p. 3). Essas denúncias públicas e iniciativas, de certa forma, foram as primeiras a alertar e mobilizar publicamente sobre os efeitos ambientais da expansão urbana e industrial desenfreada nesse período nas periferias da cidade.

Com efeito, a urbanização desigual e o adensamento urbano em áreas irregulares em decorrência da falta de opção habitacional para grande parte da população terão um impacto cada vez mais significativo sobre o ambiente natural na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como identificado então por um relatório da Plambel publicado em 1984, a respeito do crescimento urbano da década anterior: “com a saturação das melhores áreas para o uso urbano, a tendência é aumentar cada vez mais os impactos negativos sobre o sítio natural”, impactos que “se mostram cada vez mais acentuados e irreversíveis” (PLAMBEL, 1984, p. 48).

Nesse sentido, a urbanização informal em áreas não regulares, em algumas regiões, é também uma consequência da concentração dos terrenos em melhores condições entre as mãos da indústria e do mercado privado, o que reduz drasticamente as opções de instalação

para os moradores mais pobres. Por sua vez, estes vão se instalar cada vez mais em zonas irregulares para construção, como beiras de córregos, terrenos acidentados ou de forte declividade.

Essa situação é bem retratada por uma reportagem publicada pelo *Jornal dos Bairros* em abril de 1977, em que é relatada a situação de 25 famílias que, desabrigadas por enchentes, instalaram-se em terrenos “nas proximidades da fábrica Itaú”, sendo logo em seguida forçadas pela prefeitura a “saírem imediatamente” por se tratar de “área reservada à indústria” (JORNAL DOS BAIRROS, n. 13, 1977, p. 3). Em outras situações, é comum que a irregularidade dos terrenos ocupados por favelados, considerados impróprios para construção, seja usada como argumento no momento da remoção. No entanto, cabe salientar que a não adaptação de alguns desses terrenos para destiná-los à habitação popular é fruto de uma escolha política no âmbito do desinvestimento deliberado do município na área social, como lembrado por um morador da Vila Cemig. Enquanto a prefeitura afirma que ela “vai tirar as vilas e favelas para evitar que moradores sofram com as enchentes”, este responde que “se a preocupação da Prefeitura fosse o problema das enchentes, o que devia ser feito é a canalização e limpeza dos córregos” para tratar “as causas” do problema (JORNAL DOS BAIRROS, n. 17, 1977, p. 6-7).

Vale lembrar que nessa mesma época o governo estadual autoriza a instalação de indústrias em terrenos irregulares, intervindo fortemente no ambiente natural local a fim de adaptar o terreno às suas necessidades. Será inclusive o caso da instalação da Fiat em Betim, como assinalado pelo já citado relatório da Plambel que menciona o exemplo da: “Fiat, situada em terrenos originalmente irregulares que foram bastante alterados por movimentações de terras”, lembrando inclusive que tais “intervenções sobre o solo” geraram “desequilíbrios e potencialidades para a instalação de processos erosivos” (PLAMBEL, 1984, p. 43).

Entre os efeitos desse tipo de intervenções, da saturação urbana e do crescimento da atividade industrial próxima à área urbana, o mesmo relatório menciona a degradação da “vegetação remanescente” e “dos vários cursos de água por assoreamento e poluição causada por influentes industriais e domésticos”, bem como a contaminação do lençol freático por efluentes industriais, destacando especialmente os aquíferos de regiões com forte presença industrial (PLAMBEL, 1984, p. 43). Como consequência dos processos erosivos, da retirada da vegetação e da “impermeabilização” de bacias devido ao avanço da ocupação urbana, enchentes se tornam cada vez mais recorrentes, principalmente no entorno do ribeirão Arrudas, do córrego Riacho das Pedras, em Contagem, mas também do córrego Vilarinho e

ribeirão da Onça, na região norte. O mesmo relatório ainda destaca que esse conjunto de fenômenos é causado sobretudo pelo “modo de implantação dos novos loteamentos”, pelo “congestionamento industrial e pela defasagem entre as medidas de proteção ambiental adotadas e os reais problemas existentes” (*Idem*, p. 48).

Em meio a esse quadro, as áreas periféricas, vilas e favelas são as primeiras a sofrer as consequências dessas transformações, a começar pelas enchentes, que, já nessa época, atingem predominantemente os bairros populares, tais como as vilas e favelas situadas nas imediações da bacia do Arrudas ou do córrego Riacho das Pedras. A partir de 1976, casos de enchentes em vilas e favelas são mencionados regularmente no *Jornal dos Bairros*, causando, de forma cada vez mais frequente, “destruição de casas” e até “mortos” em diferentes locais: seja na Vila Cemig, no Bairro Amazonas, na Vila dos Marimbondos, ou ainda no Bairro Palmares, situado em Ibirité. Nessas ocasiões, os moradores ouvidos pelo jornal denunciam o descaso da prefeitura diante do assoreamento de córregos com “lixos e entulhos” e a ausência de “escoamento para água” (JORNAL DOS BAIRROS, n. 1, 1976, p. 3; n. 3, 1976, p. 6; n. 6, 1976, p. 8; n. 13, 1977, p. 3). Em outro artigo, o periódico relata a construção, pelos próprios moradores, de uma passarela sobre o rio Arrudas, no Bairro Industrial, com os restos da antiga ponte destruída pelas chuvas, para evitar os acidentes em um local onde já aconteceu de “crianças caírem dentro do rio e quase [morrerem] afogadas”, mostrando a organização local dos moradores para adaptar-se às condições de um ambiente urbano precário e adverso (JORNAL DOS BAIRROS, n. 4, 1976, p. 6).

Entre os efeitos da transformação acelerada do ambiente natural na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os moradores de bairros populares e periféricos são também afetados diretamente pela poluição de nascentes e mananciais, que torna as fontes disponíveis de água potável cada vez mais escassas. As torneiras públicas, as chamadas “biquinhas”, oriundas de nascentes naturais remanescentes no ambiente urbano, com sua “água escorrendo como canção” — homenageada pela canção sertaneja *Biquinha de água limpa* do Duo Glacial em 1969 —, constituíam o principal acesso dos populares a água limpa na cidade, especialmente na maioria das vilas e favelas que não possuíam água encanada, onde a biquinha era um ponto de sociabilidade importante da comunidade. Tais fontes naturais passam a ser cada vez mais inutilizáveis nesse período, seja por terem sido tornadas impróprias ao uso devido à poluição dos mananciais seja por serem deliberadamente retiradas pelo poder público. Nessa época, um grupo de jovens do bairro Lindéia se mobiliza para alertar a comunidade sobre o estado avançado de contaminação da água da biquinha situada

na avenida central do bairro, “usada por moradores que não tem condição de construir cisternas”, após ter feito um “exame bacteriológico da água no laboratório da UFMG” (JORNAL DOS BAIRROS, n. 3, 1976, p. 6).

Em suas memórias sobre a remoção do Pindura Saia, Conceição Evaristo relembra a retirada progressiva das biquinhas que abasteciam de água os moradores da favela, descrita por ela como forma de forçar a saída dos moradores:

Ainda havia muitas famílias na favela, a metade, talvez. Eles estavam dificultando cada vez mais a nossa sobrevivência. As torneiras públicas foram sumariamente arrancadas. (...) [As três únicas] que ainda existiam passaram a jorrar pouca água durante poucas horas do dia. As lavadeiras começaram a perder a freguesia. Os que resistiam não sabiam como e por quê (EVARISTO, 2017, p. 152).

Ao mesmo tempo, o adensamento urbano cada vez maior das favelas de médio e grande porte dificulta para a maioria a possibilidade de manter um quintal, que permitia nas vilas mais antigas um sustento alimentar mínimo para muitos moradores, como lembrado também por Evaristo (2017, p. 160).

Por meio dos movimentos de moradores que emergem nessa época na região da Cidade Industrial e no Barreiro, podemos observar uma multiplicidade de pautas que se cruzam, relacionando-se com todos os aspectos da vida cotidiana: habitação, segurança da posse, saúde, educação, transporte, cultura e ainda proteção do ambiente natural urbano. Em suma, observamos nessa diversidade de pautas um conceito expandido de luta por moradia, deixando-nos entrever um conceito de moradia que significa não apenas o teto debaixo do qual se abrigar, mas que inclui também a necessidade de estruturas básicas, o desejo de se beneficiar de um quadro de vida sadio e digno onde morar, criar os filhos etc. A luta pela moradia representa então para esses movimentos uma luta ampla que tem por problemática não somente: “Onde nós vamos morar?”, mas: “Qual é a cidade que queremos?”.

Por outro lado, uma vez que o espaço urbano disponível se encontra saturado, o valor do solo urbano aumenta em zonas estrategicamente situadas e as remoções fazem-se mais violentas e expeditivas, especialmente nas áreas periféricas. Se a remoção do Pindura Saia narrada por Conceição Evaristo acontece de forma progressiva, sendo facilitada através de privações indiretas por elas relatadas, não menos violentas, a política remocionista na RMBH também recorre frequentemente à violência física e direta. No município de Belo Horizonte, como lembrado por Somarriba (2004, p. 52), a Chisbel será aos poucos conhecida pela “brutalidade das ações de desfavelamento”. Isso também ocorre nas cidades periféricas da

RMBH. Devido à ausência da atuação da Chisbel nesses municípios, os despejos são conduzidos exclusivamente pela força policial, sendo realizados muitas vezes com violência e independentemente de um processo jurídico legal. Tais situações são denunciadas em diversas ocasiões nas páginas do *Jornal dos Bairros*. Os episódios de violência, que continuam ocorrendo mesmo no chamado período de “redemocratização”, enfrentam por vezes uma resistência por parte dos moradores.

Citamos como exemplo o caso da favela do Imbiruçu, situada em frente à recém-implantada fábrica da Fiat, em Betim, que sofreu em 1980 violentas tentativas de “expulsão”, denunciada nas páginas do *Jornal dos Bairros*, com a chegada de agentes do DOPS “armados de metralhadores e fuzis”, em “uma verdadeira operação de guerra”, segundo os dizeres dos moradores. Ainda de acordo com as denúncias reproduzidas pelo jornal, além de deter arbitrariamente um morador e “destruir vários barracos em construção”, os agentes teriam entrado em várias casas, ameaçando seus moradores. Segundo uma moradora entrevistada:

Iam entretanto nas casas dagente, empurrando quem encontravam e dizendo que com a polícia ninguém pode, que se alguém encarasse vinham mais de 100. Depois arrumaram uma picareta por aí, e começaram a quebrar os barracos. Mas teve barraco que eles derrubaram foi com o pé mesmo. Você sabe né, casa de pobre cai até com um sopro. (...) E ameaçaram a gente para não contar nada a ninguém. No dia seguinte, voltaram. Quebraram mais um barraco, e gritaram que os moradores tinham um prazo de 30 dias para sair, e que diariamente eles estariam lá (JORNAL DOS BAIRROS, n. 86, 1980, p. 5)

Após sofrerem ação semelhante repetidas vezes pelos mesmos agentes, os moradores se mobilizam para levar uma denúncia e procurar explicações no Fórum de Justiça de Betim, onde são informados “que não havia nenhuma ordem de despejo por parte da justiça ou da prefeitura”. Em decorrência dessas informações, decidem então se mobilizar para conseguir um diálogo com a prefeitura. Nos dias seguintes, um grupo de cerca de 200 moradores ocupará o saguão da Prefeitura de Betim para exigir uma solução do caso. No local, passam a encontrar outro movimento, o Movimento Pró-Federação das Associações Comunitárias da Grande Belo Horizonte, do qual receberão apoio para travar uma luta contra as ameaças de remoção que vêm sofrendo (JORNAL DOS BAIRROS, n. 86, 1980, p. 5).

Esse episódio evidencia um tipo de violência e arbitrariedade policial que se torna prática comum em áreas periféricas nesse período, desde as pontuais operações do Serviço Municipal para o Desfavelamento às sucessivas operações de remoção conduzidas pela Chisbel ou pelo próprio DOPS, gerando denúncias recorrentes de moradores no período, como já apontado por Afonso, Somarriba e Valadares (1984, p. 47). Por meio das denúncias trazidas

pelos moradores da favela do Imbiruçu, o caráter de exceção do tratamento policial reservado aos favelados pode ser lido nitidamente. As falas e práticas dos agentes do DOPS representam um braço armado do Estado, que pode agir sem mandado judicial e contra quem “ninguém pode”, postura que parece anunciar um tipo padrão de prática da Política Militar em áreas periféricas nos dias de hoje. Ao mesmo tempo, o episódio também retrata um exemplo de rearticulação de movimentos, que passam a se federar mais facilmente entre si, inclusive nas regiões periféricas, a partir do fim da década de 1970, como veremos no próximo tópico.

3.3.3 Da União dos Trabalhadores da Periferia ao Profavela (1974-1983)

Nos últimos anos da década de 1970, os movimentos comunitários se rearticularam de forma significativa e se encontravam ativos não apenas na Cidade Industrial, como também nas outras regiões da Grande Belo Horizonte. A maioria desses movimentos emergem na fase de reestruturação nacional dos movimentos sociais urbanos, durante a gestão Geisel. Segundo Maria das Mercês Somarriba, havia em 1980 262 associações de moradores ativas em toda Região Metropolitana de Belo Horizonte, incluindo as vilas e favelas. Entre elas, 167 estavam baseadas no próprio município de Belo Horizonte, número bastante elevado quando comparado com as 30 associações em atividade levantadas no início da década de 1970 pelo relatório da Plambel citado anteriormente (PLAMBEL, 1974d). Das 262 associações ativas na RMBH em 1980, “181 (69%) haviam surgido a partir de 1974” (SOMARRIBA, 2004, p. 53).

Nesse contexto, algumas entidades criadas para federar diferentes bairros e movimentos comunitários começam a se formar em diversos locais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em Contagem, como já evocamos, existe uma forte colaboração entre as associações e movimentos de bairros (AFONSO; SOMARRIBA; VALADARES, 1984, p. 51), que se organizam por vezes em entidades federadoras como aquela formada a partir da Vila Imperial. Em Ibitaré, cria-se um conselho que agrupa 17 associações. Enquanto isso, as associações comunitárias de favelas mais antigas, que tinham mantido uma articulação na clandestinidade, oficializam, a partir de 1974, sua rearticulação enquanto União dos Trabalhadores da Periferia (UTP).

No mesmo ano, padres e seminaristas engajados junto aos movimentos locais de favelas, entre os quais o padre Pigi, criam a Pastoral de Favela. Segundo Pigi, a experiência comunitária em curso na Vila 31 de Março desde os anos 1960, onde reinava um “ambiente de muita participação” dos moradores, foi inspiradora para organização da Pastoral. Segundo

seus dizeres: “foi lá que a gente começou a imaginar a Pastoral de Favela da Arquidiocese, que trabalhou a partir de 1978 até 1982, 1983, abrangendo todas as favelas de BH: Morro do Papagaio, Pedreira Prado Lopes, o alto da Serra, Vila Marçola, todas as maiores”.⁷⁷

Ele ainda relembra a articulação estreita entre a Pastoral e a UTP, criada no mesmo ano, e o tipo de atividades por elas desenvolvidas:

Nos reunimos na época com a União dos Trabalhadores da Periferia, que era coordenada por um nordestino, baixinho, que era fantástico. Fazíamos todo mês um encontro da UTP e da Pastoral em uma favela diferente, e vinham participar lideranças de todas as outras favelas, ficávamos o dia todo lá com encontros, debates, oração, com música, dança, passávamos o domingo inteiro naquela favela.⁷⁸

Ao rememorar esse “nordestino”, “baixinho”, padre Pigi faz referência à principal liderança da associação da Pedreira Prado Lopes, o próprio Francisco Nascimento, ex-liderança da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte até ser preso e condenado no inquérito do DOPS contra as “invasões de terras” em 1964. Após sua libertação, Francisco continuou ativo em sua comunidade, tendo tido um papel central na rearticulação do movimento local e na cidade. Com efeito, a criação da UTP partiu da iniciativa de associações comunitárias e lideranças que já eram as mais ativas no seio da FTFBH até 1964: além de Francisco Nascimento, e da associação da Pedreira Prado Lopes, que contava ainda com forte participação de Vicente Gonçalves, liderança da associação do Morro do Querosene; Felipe Cupertino, da favela Nossa Senhora dos Anjos, situada no bairro Santa Efigênia; ou de membros da Vila Santa Rita de Cássia, situada no Morro do Papagaio. Na prática, a UTP representa uma continuação direta da FTFBH, sob outro nome, a tal ponto que conseguirá recuperar a antiga sede do movimento favelado, situada na rua Rio de Janeiro, que tinha sido tomada pela Intervenção militar em 1964.

Nas palavras de padre Pigi, a centralidade de Francisco Nascimento se explicaria principalmente por sua popularidade e articulação no seio do movimento favelado e da militância da capital mineira, enquanto membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Segundo as palavras do padre: “Todo mundo gostava dele. Chico Nascimento era um dos fundadores do PCdoB, mas ele dizia assim: daquela porta para cá cada um deixa sua ideologia lá fora, aqui nós temos que cuidar do bem dos favelados. E morava na favela, naquela favela

⁷⁷ Entrevista realizada com Pier Luigi Bernareggi na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte) em 09/06/2015.

⁷⁸ *Ibidem*.

Prado Lopes”.⁷⁹ No entanto, outra liderança comunitária, Dona Lúcia Bruzaferro, citada por Samuel Silva Rodrigues de Oliveira (2014b), associa a centralidade de Nascimento à sua personalidade autoritária, descrevendo-o como uma figura que “não aceitava muito o palpite” dos outros e dizia “que não tinha que dar satisfação a ninguém”. Ainda segundo ela, tal situação levaria à criação de outra associação comunitária na Pedreira Prado Lopes, por ela e outros moradores, sem a participação de Nascimento, que foi denominada Associação Comunitária da Vila Nosso Senhor dos Passos, em 1984 (OLIVEIRA, S., 2014b, p. 31).

Nesse momento, a mobilização dos movimentos favelados envolvidos na UTP e da Pastoral de Favelas tem entre seus principais objetivos garantir uma segurança absoluta da posse aos favelados da cidade. Segundo as palavras de padre Pigi: “sobretudo batalhamos para que pudesse o governo legalizar todas as favelas de Belo Horizonte, dar o título de propriedade aos favelados”.⁸⁰

A mobilização desses movimentos para pressionar o poder público municipal pela regularização das favelas e pela realização de melhorias urbanas nessas áreas se concretiza no período por meio de alguns programas governamentais. Em 1979, é criado pelo governo estadual o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (Prodecom), com objetivo de propiciar “intervenções urbanas nas vilas e favelas com a participação ativa das associações comunitárias na definição de obras prioritárias”. Ao restringir seus contatos e iniciativas com favelas e bairros populares “que contassem com associações de moradores legalmente constituídas”, o Prodecom impulsiona a estruturação do associativismo local (SOMARRIBA, 2004, p. 54), ao mesmo tempo que incita os movimentos de moradores a se institucionalizar e se constituir em uma relação de dependência perante os poderes públicos. Por outro lado, o poder estadual também se interessa em se aproximar da vida política comunitária, ao incentivar a criação em 1980 da Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais (Facemg), que permitirá exercer certa tutela sobre algumas das associações criadas no período. Como lembrado por Afonso, Somarriba e Valadares (1984, p. 53), essa iniciativa e a criação de novas políticas urbanas destinadas às vilas e favelas nessa época traduzem a vontade pelo poder público – tanto municipal como estadual – de impor um controle político sobre o movimento associativo que se tornava progressivamente mais dependente da esfera institucional.

⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁰ *Ibidem.*

Em 1983, é criado por lei municipal o Programa Municipal de Regularização de Favela (Profavela) que, contando com envolvimento de militantes e lideranças comunitárias, devia permitir a regularização fundiária das favelas da capital mineira. Tal regularização representaria uma segurança irreversível da posse para os moradores. Como lembrado por padre Pigi, uma das primeiras comunidades a ser “legalizada” e “urbanizada” pelo programa é a Vila Primeiro de Maio, situada na região norte de Belo Horizonte, na Paróquia da qual o padre é ativo até os dias de hoje. No entanto, apesar de ter participado diretamente das mobilizações que permitiram a criação da lei, o padre expõe um olhar crítico sobre a eficiência do programa em longo prazo, a respeito do qual disse ter sido rapidamente desiludido: “funcionou para umas dez favelas, e depois parou, virou cabide de emprego”.⁸¹

Segundo Afonso e Azevedo, citados por Flávio Salíba Cunha, as dificuldades encontradas quanto à aplicação efetiva desse programa em longo prazo podem se explicar pelas resistências perante um instrumento que colocava em questão a propriedade privada no contexto urbano:

(...) apesar de esse instrumento legal representar um avanço significativo na forma de tratamento da questão pelo poder público (...) sua implantação vem enfrentando fortes resistências. Mesmo com toda a retórica oficial favorável, na prática, o Estado não tem sido capaz de superar os constrangimentos de ordem política e burocrática que vêm impedindo a concretização da Lei. Isso só confirma quão delicada é a questão da propriedade da terra urbana: os interesses envolvidos, que acarretam resistências explícitas ou veladas, e o risco que uma proposta desse tipo corre de não sair do papel, tornando-se letra morta. (AFONSO; AZEVEDO *apud* CUNHA, 1993, p. 140)

Como lembrado por Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas (2018), a experiência do Profavela gerou um precedente ao permitir o reconhecimento oficial das áreas faveladas pela prefeitura, abrindo caminho para outra fase de mobilização, articulada em escala nacional pela efetivação da Reforma Urbana e que terá por um de seus resultados a Lei do Estatuto da Cidade, de 2001.

Por outro lado, a criação da lei do Profavela e a entrada de lideranças faveladas no seio das instituições municipais, colocando o enfoque das mobilizações comunitárias na legalização da posse a ser obtida através da institucionalidade, tiveram por efeito prático um arrefecimento das lutas populares na cidade. Como apontado por Cunha:

⁸¹ *Ibidem.*

Por sua vez, a eleição da legalização da posse da terra como prioridade única e absoluta, se, por um lado, leva à conquista da lei que institui o Pró- Favela, por outro lado, contribui para o esvaziamento do movimento favelado na medida em que suas lideranças nada têm a fazer, durante quase uma década, senão esperar pela duvidosa aplicação daquela lei. (CUNHA, 1993, p. 142)

Como observado também por Freitas (2018, p. 1019), a legislação acabará sobretudo permitindo “a cooptação de lideranças dos movimentos sociais para ingressarem nos quadros da administração pública e em partidos políticos”, alimentando “arrefecimento das mobilizações e atos políticos” na década de 1980. Com efeito, o ressurgimento de movimentos significativos de moradores na luta por moradia ou de ocupações de terras urbanas organizadas na RMBH ocorrerá somente de forma pontual na década de 1990, voltando a se verificar em uma escala ampla a partir de meados da década de 2000.

3.3.4 A ditadura e as periferias: entre repressão e gestão da pobreza urbana

Como conclusão do presente capítulo, propomos uma breve reflexão sobre a atuação da ditadura em relação às periferias e aos bairros populares, no intuito de delinear as características desse “urbanismo autoritário” atrelado à “modernização excludente” do regime militar. Em seguida, procuramos trazer algumas conclusões sobre a evolução do conflito social em torno do tema da moradia popular em Belo Horizonte, das ocupações de terras de 1963 à lei do Profavela, de 1983.

Após a fase mais claramente repressiva que se segue ao Golpe de 1964, vimos como a linha política adotada em relação às favelas é sujeita, nesse período, a debates atravessados por tendências contraditórias, no seio de grupos políticos que apoiam o regime militar. De que maneira, em meio a essas discussões, estava em gestação diversos projetos políticos para as periferias e favelas, e para a cidade de modo geral? Percebemos que, da Intervenção militar de 1964 à atuação da Chisbel na década de 1970, sucessivas formas de atuação do poder público em Belo Horizonte reforçam os espaços favelados enquanto território alvo de um tratamento social, policial e jurídico próprio. Rompendo com o discurso mantido pelo DHBP até 1964, que defendia uma inclusão dos espaços favelados na cidade formal, por meio de intervenções sobretudo estruturais, a ditadura assumirá ora uma clara política de exclusão – com o fechamento das organizações comunitárias ou a política remocionista – ora uma inclusão seletiva por meio de um tratamento específico e triagem de seus moradores no intuito de reeducá-los e incluí-los como força de trabalho no quadro legal de produção.

Sobre esse aspecto, salientamos o fato de que não encontramos trabalhos de historiografia que tenham se dedicado a descrever a linha política de atuação da ditadura para os espaços favelados e periféricos, e para a cidade, para além de sua política federal de habitação concretizada por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH). Afinal, como podemos resumir a atuação da ditadura em relação às favelas e bairros populares em Belo Horizonte? Podemos dizer que ela corresponde a um padrão de atuação coerente na esfera nacional? Quais foram os projetos de fato aplicados para as periferias urbanas e para as cidades pelo regime militar? Houve um projeto mais amplo, para o território urbano, capaz de conciliar os interesses e as ideais dos setores militares e civis que compunham o regime?

De fato, como lembrado por Gonçalves (2013, p. 231), “a política urbana brasileira foi profundamente alterada após o Golpe militar de 1964”. No entanto, a maior parte dos trabalhos que encontramos sobre o tema concentra-se na política habitacional do regime militar e na trajetória do BNH. Citamos os textos de Ermínia Maricato (1987) e de Nabil Bonduki (2004), com enfoque na construção dos conjuntos habitacionais e nas transformações urbanas no período, ou ainda, para a cidade de Belo Horizonte, o trabalho de Cynthia de Souza Santos (2006). No que diz respeito à política urbana da ditadura destinada mais especificamente às favelas e periferias urbanas, existem alguns ricos trabalhos, que se concentram principalmente na realidade do Rio de Janeiro, analisando a política do “remocionismo”, como tentativa de erradicação por completo das favelas (BRUM, 2013), mas também a situação das entidades faveladas perante o regime militar (AMOROSO; GONÇALVES, 2014).

A concentração de muitos trabalhos sobre o tema com foco na cidade do Rio de Janeiro tende a dar a impressão de que a postura do regime militar em relação aos bairros periféricos informais se resumiria apenas pela prática “remocionista”. Assinalando novamente a dificuldade da historiografia sobre favelas, isso não nos ajuda a delinear o que seria a linha de atuação da ditadura sobre a questão urbana periférica, para além do governo da Guanabara.

Diversos fatos históricos mostram como os poderes públicos vinculados ao regime militar demonstram um interesse na questão das favelas e dos bairros populares nos grandes centros urbanos país. No caso de Belo Horizonte, já vimos como a agenda local do regime militar contava a questão favelada entre os problemas iniciais a serem enfrentados. Para além da Intervenção militar federal nas favelas e no movimento favelado em 1964, outros fatos históricos significativos – não só em Belo Horizonte, como em outras capitais – revelam que as favelas e o urbanismo popular informal foram vistos como questão política a ser tratada

com diligência nesse período, seja pelo regime militar seja por políticos atuantes na esfera municipal e estadual vinculado a este. Em 1965, é realizado o primeiro Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte, a pedido inicial da Interventoria Militar, como já mencionado. Alguns anos depois, a Plambel desenvolve, a partir de 1971, os primeiros mapas feitos a partir de fotografias aéreas da presença favelada em toda a RMBH.

Como já evocamos, é também nesse ano que é criada na capital mineira a Chisbel, primeiro órgão a aplicar uma política de remoção de grande envergadura na cidade. No mesmo período, é elaborado em São Paulo um Projeto de Desfavelamento e realizado o primeiro censo em favelas, levado a cabo pela Secretaria de Bem-Estar Social em 1973 (BUENO, 2000, p. 59). Ainda na mesma época, o primeiro grande projeto de remoção de favelas da cidade de Brasília é lançado, com a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), iniciada em 1970 por Vera Prates, esposa do governador da época, Hélio Prates da Silveira. A campanha resultou na remoção de “cerca de 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto” da cidade em direção à cidade periférica de Ceilândia, criada para acolher esses moradores, como indica seu nome criado a partir da sigla CEI (GOUVÊA, 1995, p. 71).⁸²

Tais fatos nos ajudam a perceber como as favelas e o “desfavelamento” foram objeto de amplas políticas públicas desenvolvidas no nível municipal por autarquias vinculadas politicamente ao regime militar. De certa forma, tais iniciativas refletiam localmente a ideia de “eliminação de favelas” contida desde 1964 na lei que instaura o Plano Federal de Habitação lançado pelo primeiro presidente da ditadura, Castelo Branco. Entre as análises feitas com base em nossas fontes e na bibliografia consultada por nós sobre outras cidades, procuramos traçar as principais linhas de atuação da ditadura em relação às favelas e aos bairros periféricos. Obviamente, estas reflexões têm apenas por objetivo apontar alguns caminhos de pesquisa sobre o tema e poderiam ser desenvolvidas com um levantamento mais completo acerca das políticas urbanas do período da ditadura em outras regiões do país.

As três grandes principais tendências identificadas por nós nas fontes e na bibliografia são as seguintes:

⁸²No entanto, é importante salientar que as políticas de remoção de favelas e bairros informais não eram novidades no período da ditadura, sendo que as primeiras iniciativas nesse sentido já tinham sido aplicadas em diversas cidades desde a década de 1940: no Rio de Janeiro, os primeiros Parques Proletários destinados a receber favelados removidos foram construídos a partir de 1941. Na cidade de Recife, o primeiro projeto governamental de erradicação dos mocambos, a Liga Social Contra o Mocambo, data de 1939. Em Belo Horizonte, a construção do Conjunto Habitacional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), na Lagoinha, cuja construção se iniciou a partir de 1944, devia permitir o realojamento de parte dos moradores da favela Pedreira Prado Lopes, sendo parte dela removida para a construção do conjunto. Ao final, os apartamentos construídos foram destinados aos contribuintes do Instituto.

- A primeira pode ser definida por meio da expressão de “desfavelamento progressivo”, expressão utilizada pelo próprio interventor militar Gradinor Soares ao defender seu projeto para as favelas em Belo Horizonte. Tal tendência pode ser caracterizada como uma superação progressiva do espaço favelado mediante a urbanização das áreas ou a criação de loteamentos nas áreas vizinhas. Ela pode também se associar com uma entrada do Estado nos bairros populares no intuito de “reeducar” os habitantes, que, dessa forma, seriam também *desfavelados*. Tais ideias constituem a essência do projeto elaborado pela Interventoria Militar nas favelas em Belo Horizonte em 1964, projeto que será finalmente rejeitado. Em termos estritamente urbanos, a política de desfavelamento mediante urbanização será aplicada de forma parcial e muito isolada, graças a investimentos do BNH, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

- A segunda tendência, defendida sobretudo por grupos políticos próximos do setor privado, sugere um completo desengajamento financeiro nos territórios favelados, não considerando prioridade a implantação de políticas de remoção ou de urbanização dessas áreas. Tal postura de desinvestimento implica necessariamente uma invisibilização social desses espaços. Essa tendência não impede, no entanto, episódios de remoções pontuais e pragmáticos, de acordo com as demandas fundiárias do setor privado. Tal política será aplicada pela gestão municipal da Arena em algumas capitais até o início ou o meio da década de 1970, inclusive na cidade de Belo Horizonte, como vimos, mas também na cidade de São Paulo. Nesta última, como identificado por Laura de Mello Bueno (2000, p. 59), até a década de 1970, a postura adotada consistia em “ignorar as favelas e tratar de removê-las somente quando o incômodo fosse muito grande”. Com o intenso crescimento da capital paulista a partir de 1970, a manutenção dessa postura se torna inviável, sendo substituída por iniciativas concretas de remoção, como ocorre em Belo Horizonte (BUENO, 2000, p. 59).

- A terceira tendência, por fim, que se destaca principalmente na cidade do Rio de Janeiro, é a linha estritamente remocionista, que defende uma erradicação completa das favelas. O historiador Mário Brum utiliza o termo *remocionismo* para qualificar as políticas públicas de erradicação de favelas e remoção de seus habitantes, por vezes realojados em conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas, na cidade do Rio de Janeiro. As políticas de remoção em larga escala serão implantadas nessa cidade a partir do início da década de 1960, na gestão do governador Carlos Lacerda, e retomadas de forma sistemática e com uma violência inédita pela ditadura, sobretudo a partir de 1968, com a criação da Chisam (BRUM, 2013). A lógica remocionista será também aplicada a partir da década de 1970 em

outras cidades como Belo Horizonte, Brasília e São Paulo, mesmo que de forma menos significativa que no Rio de Janeiro. Tais políticas, como vimos, são acompanhadas de um discurso ideológico sobre a desejada transformação do favelado removido através do processo, no intuito de retirá-lo da situação de marginalidade e torná-lo um sujeito ativo e produtivo economicamente.

Se essas três grandes tendências, apresentadas aqui de forma bem sintética, permitirem-nos ter uma noção dos distintos projetos defendidos pelas elites políticas vinculadas ao regime militar para lidar com o “problema favela”, parece-nos que nenhuma delas foi aplicada em uma cidade de forma unilateral e estanque. De certa forma, essas três posturas foram parcialmente aplicadas em dado momento da ditadura em diferentes capitais do país. Ao mesmo tempo, outras soluções eram propostas, tais como o “controle das migrações”, sugerido pelo interventor Gradinor Soares em Belo Horizonte, bem como em outras cidades do país (BUENO, 2000, p. 58).

Em nossa pesquisa sobre a cidade de Belo Horizonte, observamos uma alternância entre a aplicação das diferentes tendências expostas. Da Intervenção nas favelas de 1964 à atuação da Chisbel ao longo dos anos 1970, sucedem-se formas experimentais de atuação do poder a fim de encontrar um modo político de atuação em relação ao território favelado: da erradicação pura e simples à ideia de uma pretensa inclusão progressiva dos moradores na cidade formal e no processo produtivo; da invisibilização completa ao estrito controle social investindo os mais diversos aspectos da vida, passando pelos episódios pontuais de violência ocasionadas pelas batidas e operações do DOPS. Nesse sentido, consideramos que a Intervenção Militar nas favelas de Belo Horizonte abriu, em 1964, um precedente a instaurar, oficialmente e através de suas portarias, a favela como *território de exceção* na cidade, espaço urbano à parte alvo da contra-subversão operada pelo regime. No sentido contrário das políticas anunciadas pelo DHBP a partir da década de 1950, que pretendiam – em teoria – normalizar as áreas faveladas progressivamente integradas ao resto da cidade, a Intervenção Militar de 1964 instaura para esses territórios um tratamento jurídico, policial e sociopolítico de exceção – facilitado pela instauração do AI-1.

Percebemos neste ponto uma continuidade entre a Intervenção e a evolução da atuação municipal da Arena, com destaque para as políticas de remoção desenvolvidas ao longo da existência da Chisbel. Trata-se, por parte do poder e através de diferentes formas de atuação, de delinear o favelado como um sujeito *à parte* em um território *à parte* para os quais um modo de governabilidade *sui generis* deve ser inventado. Essa governabilidade experimentada

ao longo da ditadura para os espaços periféricos alia um tratamento *negativo* – punição, privações e repressão exclusivas a esses espaços – a uma atuação *positiva*, mediante um discurso que pretende extirpar o favelado do campo da marginalidade, com o apoio de profissionais do Serviço Social.

Ao longo desta primeira parte do nosso trabalho, composto por este capítulo e pelos dois anteriores, analisamos a evolução do conflito social em torno da habitação popular na cidade de Belo Horizonte. Da primeira grande leva de ocupações de terras urbanas organizadas por populares, e com forte repercussão política, em 1963, à criação da Lei do Profavela, em 1983, são 20 anos de conflitos que opõem diversos grupos e movimentos de moradores de vilas e favelas ao poder municipal e estadual, bem como às entidades e órgãos a estes vinculados. Ao nos debruçarmos sobre esses conflitos, observamos a emergência de territorialidades singulares em vilas organizadas graças a uma rede de movimentos de moradores de bairros populares e militantes. Analisamos a forma pela qual tais territórios foram subitamente retomados pelo poder a partir do Golpe de 1964, sendo então ocupados fisicamente, ressignificados simbolicamente – inclusive com a mudança de seus nomes. Ao mesmo tempo, estes vivenciaram nesse momento um regime repressivo de exceção que resultou no fechamento de seus espaços associativos e na proibição de se organizar politicamente em associação.

O silenciamento então imposto pelo regime militar aos movimentos de moradores de vilas e favelas, e à Federação dos Trabalhadores Favelados, vai abrir espaço para um longo processo de reordenamento do território urbano. Tal reorganização política do espaço urbano caracteriza-se, em um primeiro período (de 1965 a 1971), por remoções e repressão pontual às ocupações de terras urbanas, desinvestimento em favelas já constituídas e sua invisibilização. Também observamos nesse momento investimentos prioritários em infraestruturas urbanas que permitem maior circulação de capital na cidade formal. Em um segundo momento, na década de 1970, a atuação do poder sistematizará as operações de remoção em vilas e favelas, com a criação da Chisbel, procurando ao mesmo tempo instituir incipientes ferramentas de controle e transformação social dos favelados removidos. A política de remoção praticada nesse período coincide com o processo de metropolização da capital mineira, oficializado em 1973 com a criação da RMBH, facilitando a abertura de vias de acesso entre o centro e as cidades metropolitanas, por um lado, e reforçando o processo de periferização dos populares em direção a essas cidades, por outro.

No mesmo período, observamos também a rearticulação de movimentos de moradores, na escala metropolitana, com emergência de ações e pautas diversificadas, mais especificamente na Cidade Industrial de Contagem, e na região vizinha do Barreiro. Com isso, ressurgiu nessas periferias uma territorialidade política e insurgente, constituída em rede, que é reforçada por apoiadores externos e possibilitada por relações sociais estabelecidas, na escala dos bairros, entre vizinhos e familiares. Nesse sentido, observamos que os espaços periféricos da cidade de Belo Horizonte se alternam ao longo do período entre duas condições contraditórias: sendo palco de mobilizações locais de seus moradores, propiciando por vezes uma reinvenção coletiva do território comunitário na cidade, mas também progressivamente configurados como espaços urbanos de exceção, onde diferentes formas de controle social serão experimentadas e aplicadas pelo Estado.

**PARTE II – URBANISMO
AUTORITÁRIO E
MOVIMENTOS DE
MORADORES EM PORTO
(PORTUGAL)**

CAPÍTULO 4 | DAS ILHAS AOS BAIRROS: DITADURA E HABITAÇÃO NO PORTO

Após ter descrito em detalhes as dinâmicas de ocupações de terras urbanas e de repressão ao urbanismo informal em Belo Horizonte no período que nos interessa (1960-1980), propomos aqui uma mudança radical de contexto geográfico e cultural, o que pode gerar no leitor um estranhamento. Assim como acontece com o viajante entrando em uma cidade desconhecida, o estranhamento nos leva primeiramente a aguçar o olhar e a aprofundar a observação do que se apresenta diante de nós, para além de ideias e conceitos previamente formados sobre determinado objeto ou situação. Esse “estranhamento salutar” do olhar do pesquisador, tal como qualificaram Bourdieu e Raphael (1995, p. 119), permite muitas vezes contornar ideias preconcebidas e conclusões apressadas induzidas pelo conforto de um objeto que nos é, tanto para o leitor como para o pesquisador, familiar.

Atravessando o Oceano Atlântico, focalizaremos, nesta segunda parte do trabalho, na cidade do Porto, no Norte do Portugal, sob o prisma de um recorte temático e cronológico semelhante ao que foi feito em relação a Belo Horizonte.

4.1 HABITAÇÃO INFORMAL E POLÍTICA NA CIDADE DO PORTO

4.1.1 Uma cidade portuária em viés de crescimento

Antes de mergulharmos em nosso segundo objeto de estudo, convém apresentar as grandes linhas da realidade urbana de uma cidade que, diferentemente de Belo Horizonte, é fruto de uma ocupação humana muito antiga. Se a cidade do Porto possui origens situadas nos tempos remotos da ocupação celta naquela parte da Península Ibérica, na época pré-romana, é ao longo do século XVIII que ela se destaca como centro econômico, político e populacional do Norte de Portugal. Nessa época, desenvolve e amplia sua indústria em torno da produção vinícola da região. Nas últimas décadas do século XIX, a cidade conhece outra importante

fase de crescimento, sendo impactada pela construção do Porto de Leixões, maior porto artificial de Portugal, inaugurado em 1890, ao norte do Porto.⁸³

No âmbito do lento e progressivo processo de industrialização e modernização de Portugal no fim daquele século, a urbanização do país será fortemente marcada pela “bipolarização e litoralização” (COSTA, 1993, p. 5) e se concentrará em suas duas principais cidades: Lisboa e Porto. Nessa época, a vida social urbana de ambas é marcada por uma forte desigualdade: de um lado, uma classe alta minoritária composta por nobres conservadores e membros da alta burguesia; de outro, uma ampla população trabalhadora pobre, sendo em grande parte composta por emigrantes provenientes de regiões rurais em busca de empregos nas zonas portuárias e nas indústrias locais. Entre as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, a população da cidade do Porto cresce em grandes proporções, passando de 89.349 habitantes para 229.794 (INE - Censos 1864/1930), atingindo já na época número semelhante à sua população atual (INE – Censo 2011). Com isso, o principal polo industrial e operário do Norte do país registra um adensamento dos bairros populares com condições de vida e de habitação muito precárias. A realidade urbana é marcada por uma forte desigualdade social e contradições crescentes que se refletem no campo habitacional, que nesse período passa a ser visto pelas autoridades municipais como um desafio urgente. Como apontado por Paulo Almeida (2010b), Porto se torna um “mosaico” das políticas habitacionais e das problemáticas urbanas do país.

A forte densidade populacional nos bairros populares da cidade se reflete na multiplicação de habitações promíscuas, coletivas e informais. Consequência do crescimento demográfico, espalha-se, em diversos bairros da cidade, um tipo de “alojamento barato (...) baseado na sobre-ocupação das casas existentes ou fomentado no interior dos quarteirões através da construção de filas de pequenas habitações insalubres” (GONÇALVES, 2016, p. 11). Esse tipo de habitação popular é então batizado de “ilha”, sendo esta uma característica da cidade do Porto. As “ilhas” podem ser comparadas aos cortiços que se multiplicam nas grandes cidades brasileiras na mesma época, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Um fenômeno similar surgirá também na cidade de Lisboa, sendo denominado de “pátios” ou “vilas” nessa cidade (MATOS; RODRIGUES, 2009, p. 2).

Esses tipos de habitações, de modo geral, relacionam-se a um urbanismo informal que ainda foi objeto de poucas pesquisas específicas pelos estudiosos do tema e que já

⁸³ Algumas das reflexões e análises trazidas ao longo deste capítulo já foram expostas em artigo publicado na revista *O Social em Questão*, em 2018 (URVOY, 2018).

qualificamos, em outro trabalho, de *compartilhamento informal* do espaço urbano, definindo-o da seguinte maneira:

(...) processo de subdivisão informal e adensamento de um dado espaço por um proprietário imobiliário ou fundiário, ignorando parte das normas legais de habitação em vista de rentabilização máxima da superfície habitável para um maior lucro. Este tipo de ordenação informal do espaço habitável pode ser feito em terrenos ainda virgens, no caso dos loteamentos irregulares, ou se agregar a espaços já construídos – produzindo os chamados *cortiços*, *ilhas* ou *pátios*, segundo o local. (URVOY, 2018)

Se esse modo de habitação existe em diversas cidades do mundo, constituindo um dos numerosos “regimes de urbanismos e de organização social da cidade” onde modelos “formais” e práticas “informais” se articulam (JACQUOT; SIERRA; TADIÉ, 2016, § 34), ele marca fortemente a história do Porto ao longo do século XX, onde se declina em outras variantes – tais como as chamadas casas-colmeias, ou subalugas, como veremos mais adiante.

Vale ressaltar que, apesar de sua dimensão informal, que implica burlar propositalmente as normas legais e/ou fiscais em vigor, a lógica que sustenta esse modo de produção da moradia reproduz aquela do mercado imobiliário formal e legal de construção e especulação imobiliária. Nesse sentido, o compartilhamento informal do espaço urbano pode ser entendido como “espelho” (HERRERA-VEGA, 2006) e reflexo local da macroeconomia capitalista. Essa observação se revela também pertinente no caso das “ilhas” e “pátios” de Porto e Lisboa. Com efeito, a multiplicação desse tipo de habitação durante as primeiras décadas do século XX somente foi possível porque a sua existência beneficiava a influente classe proprietária, incluindo desde parte da pequena burguesia aos membros das elites políticas, econômicas e religiosas locais. O Estado ditatorial salazarista que ocupa o poder a partir da década de 1930 vai tolerar a informalidade até o momento em que a sua expansão comece a ser vista como uma ameaça, tanto pelos poderes municipais quanto estatais.

Na cidade do Porto, já existiam, desde o final do século XIX, debates sobre uma necessária intervenção dos poderes públicos no campo da habitação. Em 1885, diante de rumores acerca de vagas epidêmicas que se alastram nos bairros proletários portugueses, o médico portuense Ricardo Jorge publica o livro *Hygiene Social aplicada à Nação portuguesa*, primeira obra a preconizar o higienismo⁸⁴ urbano em Portugal, discurso em

⁸⁴ Desenvolvido sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, o higienismo reúne um conjunto de teorias e ideias segundo as quais a doença e a proliferação de bactérias no seio das populações constitui um fenômeno

voga na Europa e no Brasil. Nesse livro, ele defende que a higiene é a ciência que deve servir ao estrito controle dos hábitos sociais para o saneamento das cidades portuguesas e de seus bairros mais adensados. Ricardo Jorge terá grande influência na difusão das ideias higienistas em Portugal, que constituem, segundo ele, “a filha diletta da civilização moderna” (JORGE, 1885 *apud* PINTO COSTA, 2018, p. 141). Para o médico, a ciência da higiene representa o fundamento do bem-estar físico e moral do indivíduo e da sociedade, e da necessária “salvação corporal dos povos” (PINTO COSTA, 2018, p. 158). Seu discurso se inscreve na continuidade de outras figuras do higienismo português que debatem sobre o tema, ao longo da segunda metade do século XIX. Um deles, José Ferreira de Macedo Pinto, já defendia, na década de 1860, a ideia de criar, pelo bem da nação, uma legislação baseada nos preceitos higienistas com objetivo de “regular a acção dos modificadores da vida social” e dessa forma “conservar a saúde, prolongar a vida e promover a civilização dos povos”. Entre seus benefícios, a higiene deveria, segundo Macedo Pinto, “esclarecer o legislador (...) sobre a divisão, constituição e transmissão da propriedade privada” (MACEDO PINTO, 1862, p. 10).

As ideias defendidas por Ricardo Jorge e seus predecessores não surtirão muito efeito até a virada do século XX, devido à reticência da elite em aceitar uma intervenção estatal na esfera da habitação e da propriedade privada. A questão habitacional e urbana no Porto se configura, já nessa época, como um campo permeado por conflitos entre diversos projetos políticos, por meio dos quais se confrontam necessidades e aspirações de diferentes classes sociais.

Na mesma época, membros da classe política vão também alertar as autoridades sobre a questão urbana e habitacional no país. Em maio de 1884, o deputado Augusto Fuschini apresenta à Câmara dos Deputados um projeto que prevê a “construção de casas econômicas destinadas para habitação das classes pobres” (GONÇALVES, 1978, p. 21). No contexto do conservadorismo liberal que vigorava na esfera política da Monarquia constitucional portuguesa naquela época, Fuschini bem sabia o pouco de apoio que receberia um projeto que poderia ser considerado de inspiração marxista. Por esse motivo, seu discurso de apresentação do projeto se defende de antemão de qualquer filiação desse tipo. Segundo ele, as suas ideias “nada tem de socialistas (...) é, se assim o quereis,

social vinculado a todos os aspectos da vida humana. Para evitá-las, médicos, teóricos e políticos defensores das ideias higienistas preconizam uma intervenção do Estado no intuito de regulamentar a organização da vida urbana e dessa forma proteger a saúde pública. As teorias higienistas serão mais amplamente difundidas e aplicadas a partir das descobertas feitas pelo cientista francês Louis Pasteur, sobre o papel dos microorganismos nos processos de contaminação microbiana, a partir de 1865.

cristianismo prático, sem frases. Trata-se de dar aos necessitados não ocios discursos, mas alguma coisa positiva e real”. Em suas palavras, as reformas propostas por ele no campo habitacional seriam, pelo contrário, “medidas atentatórias da ordem pública”, uma vez que o Estado “deve na ordem econômica desfazer as desigualdades flagrantes entre classes, e fomentar o justo equilíbrio das condições, sem o qual a ordem e a paz pública são apenas superficiais e sempre sujeitas a comoções perigosas e violentas” (GONÇALVES, 1978, p. 21). Com efeito, o adensamento dos bairros pobres e o crescimento de moradias informais nas grandes cidades geravam debates no seio das elites portuguesas, inspirando preocupações proferidas não apenas por higienistas, mas também por aqueles que viam o crescimento do proletariado urbano como potencial ameaça à ordem social.

Apesar dessas inquietudes, a ideia contida no projeto de lei do deputado, de o Estado interferir em um domínio tradicionalmente reservado à iniciativa particular, não era bem recebida em meio a uma classe política na qual predominava na época a ideologia liberal, baseada nos princípios do livre-mercado. Não é difícil de entender, portanto, o motivo pelo qual o projeto do sr. Fuschini, assim como os outros apresentados na época nesse mesmo sentido, não encontravam apoio nem votos suficientes.

De fato, as primeiras poucas iniciativas de produção de habitação popular nas cidades portuguesas são exclusivamente oriundas da iniciativa não estatal. Os poucos incentivos que existem naquela época para construção de moradias populares são financiados principalmente pela iniciativa privada ou por entidades filantrópicas. Assim ocorreu nas grandes cidades portuguesas, tanto no Porto como em Lisboa. Nas últimas décadas do século XIX, as primeiras vilas operárias são construídas por algumas empresas e fábricas que financiam alojamentos para seus assalariados nos arredores do local de trabalho. Em nível nacional, destacam-se como iniciativas pioneiras nesse sentido a construção da Vila da Rua Rodrigues Faria, em 1873, pela Fábrica de Tecido Lisboense, na região de Alcântara, ou ainda a Vila Flamiano, construída em 1887 pela Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas, ambas situadas em Lisboa (PEREIRA, 1994, p. 520). No Porto, a construção de vilas operárias em Monte Pedral, Lordelo do Ouro e Antas, a partir de 1899, através da iniciativa do jornal *O Comércio do Porto*, constitui uma primeira experiência consistente em termos de habitação popular. Essa se destaca por ser fruto de um projeto filantrópico, tendo o jornal promovido uma subscrição pública para reunir o montante necessário à realização do projeto. No entanto, essas iniciativas, por serem muito

isoladas e limitadas numericamente, não impactam de forma significativa o adensamento dos bairros populares, como veremos no próximo tópico.

4.1.2 As ilhas do Porto

Pela raridade desse tipo de iniciativas nessa época, especialmente na cidade do Porto, o adensamento urbano e a informalidade continuam sendo as principais características da habitação popular na cidade. Conseqüentemente, estende-se, ano após ano, em toda a cidade, o fenômeno das ilhas, já explicitado anteriormente. No fim do século XIX, as ilhas do Porto são estudadas e descritas do seguinte modo pelo já citado Ricardo Jorge:

São renques de cubículos, às vezes sobrepostos em andar, enviados de coxia de travesso. Este âmbito, onde se empilham camadas de gente é por via de regra um antro de imundície; e as casinhas, em certas ilhas desassoalhadas e miseráveis, pouco acima estão da toca lóbrega do troglodita. (JORGE, 1899 *apud* CONCEIÇÃO; VAZQUEZ, 2015)

Segundo o levantamento do médico referente ao ano de 1899, haveria 1.048 ilhas na cidade, perfazendo 11.129 casas, o que representaria aproximadamente 50 mil moradores, provocando, em suas palavras, uma “acumulação insalubérrima” (JORGE, 1899 *apud* CONCEIÇÃO; VAZQUEZ, 2015). No decorrer de sua análise, as ilhas são representadas como inadequadas em relação ao que seria, segundo ele, o padrão de um grande centro urbano da virada do século XX. É importante salientar a importância quantitativa que representa esse modo de habitação para a história de transformação urbana do Porto naquela época. Segundo Manuel Teixeira (1992, p. 68), as casas construídas em ilhas representaram 65,5% do volume total de construção imobiliária na cidade entre 1864 e 1900. Entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, a cidade crescia adensando-se por dentro de seus quarteirões.

Convém também lembrar que a existência das ilhas é intimamente associada à realidade do trabalho informal e clandestino. Empresários das indústrias têxteis, por exemplo, instalavam teares nas próprias casas que construíam para seus trabalhadores, dentro de ilhas, no intuito de escapar da fiscalidade do trabalho. Dessa forma, alguns dos trabalhadores da indústria tinham nas ilhas ao mesmo tempo seu local de moradia e de trabalho clandestino (CONCEIÇÃO; VAZQUEZ, 2015, p. 12).

O estudo das ilhas então elaborado por Ricardo Jorge é acompanhado de conclusões aterradoras sobre as conseqüências da insalubridade urbana no Porto que acabarão tendo repercussão na política municipal. De acordo com os dados recolhidos pelo médico portuense,

as taxas de mortalidade que a cidade registrou nas décadas de 1870, 1880 e 1890 foram, respectivamente, de 28,4%, 32,9% e 29,5%, razão que o leva a chamá-la de “cidade cemiterial”, designada como uma das mais mortíferas e insalubres da Europa (JORGE, 1899b). Como se a história viesse corroborar as suas inquietações, a cidade do Porto é atingida em 1899 por uma epidemia de peste bubônica que ele, conjuntamente a seu colega Luís da Câmara Pestana, serão os primeiros a evidenciar bacteriologicamente. Sinal dos caminhos cruéis e diversos do destino, tal estudo e descoberta gerarão amplo reconhecimento profissional para a carreira do primeiro e um desfecho trágico para o segundo, que morrerá nesse mesmo ano vítima da doença que ele contribuíra para identificar.



Fig. 21: Ilhas do Porto na década de 1950, acervo da Câmara Municipal (CMP, 1956).

Serão contabilizados ao longo da epidemia 320 casos na cidade, sendo 132 mortais. As análises de Ricardo Jorge e seus colegas vinculam diretamente a origem da epidemia com a insalubridade urbana. Segundo suas declarações, as primeiras vítimas da doença no bairro da Ribeira, a partir do qual a epidemia se alastrou, viviam “em prédios miseráveis e imundíssimos” (JORGE, 1899 *apud* ROQUE, s.d.). Uma vez a natureza da epidemia evidenciada publicamente, medidas drásticas são tomadas pelas autoridades para contê-la. Um cerco sanitário é imposto à cidade. Todos os seus principais pontos de entrada são fechados pelo exército, enquanto a circulação de pessoas e mercadorias é firmemente controlada e restrita. As consequências sociais do cerco são desastrosas, especialmente para as populações

mais pobres da cidade, trazendo “instabilidade econômica, desemprego e fome” onde já vigorava uma forte miséria urbana. Visto como uma imposição autoritária oriunda das altas esferas da Monarquia constitucional instalada em Lisboa, o cerco gerará forte descontentamento popular e revolta, sendo considerado por alguns uma retaliação, pelos monarquistas no poder, ao levante revolucionário republicano ocorrido na cidade no 31 de janeiro de 1891 (ROQUE, s.d., p. 4).

Por outro lado, a epidemia de peste de 1899 terá por efeito tornar visível para todo o país o grau de insalubridade vivido por muitos portuenses, realidade que até então permanecia oculta no interior dos quarteirões urbanos. Nos anos que se seguem à epidemia, os poderes municipal e estatal decidem adotar medidas para combater o urbanismo informal. Essas primeiras reformas e medidas tomadas pelos poderes públicos visam desde a “conformação do espaço doméstico até ao controle dos hábitos” populares, com objetivo de reduzir o adensamento populacional das habitações modestas (GONÇALVES, 2016, p. 10).

Em 1901, um projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados visa regulamentar, em nível nacional, as normas de construção para moradias operárias. Tal projeto propõe a moradia isolada e unifamiliar como norma, dando preferência à construção de “casas térreas” separadas por uma distância mínima de “1,20 metros” e com jardim de “6 metros”. Nesse sentido, o projeto já prenuncia os primeiros projetos de casas econômicas que serão empreendidos na Primeira República. Segundo o seu autor, essas normas serviriam também para aprimorar e proteger, além da higiene, valores familiares e morais que beneficiariam os indivíduos e toda a população. Segundo o autor do projeto, o tema da regulamentação da habitação popular seria vinculado a todos os outros aspectos, inclusive econômicos, da vida da sociedade:

[Q]uestão primacial porque encarada sobre o aspecto da legal constituição da família, ela nos mostra, nos ensina como essa situação e essa manutenção se efectuam segundo as leis da moral e da higiene; como o seu poder de orientação se reflecte nos destinos dos indivíduos como membro da coletividade, e, por consequência, como acção produtora determinativa de um aperfeiçoamento constante e de uma maior e melhor distribuição, consumo e circulação da riqueza de um país. (GONÇALVES, 2016, p. 9)

Nessa mesma época, Ricardo Jorge, então responsável pelos serviços centrais de saúde, participa da edição do Regulamento Geral de Saúde, em 1901, e do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, em 1903. Por meio desses regulamentos, eram definidas as condições sanitárias e ambientais as quais os novos edifícios construídos

deveriam obedecer, além de ser permitida a inspeção das obras pelas autoridades sanitárias municipais. Todas as novas construções urbanas realizadas deveriam a partir de então possuir licença, baseada em um parecer das autoridades sanitárias. Em nível municipal, é publicado no Porto um novo Código de Posturas, que estipula a obrigação dos construtores privados de submeter qualquer projeto imobiliário à aprovação prévia da Câmara Municipal, independentemente de seu tamanho e localização urbana, o que incluía, portanto, as ilhas (TEIXEIRA, 1992, p. 73). Por outro lado, surgem também no início dessa década as primeiras iniciativas para construção de bairros operários na cidade, através do projeto, mencionado anteriormente, dos bairros projetados pelo jornal *O Comércio do Porto*, em reação ao desfecho trágico da epidemia de 1899.

Teoricamente, o novo regulamento aprovado nos níveis estatal e municipal tornava a construção das ilhas ilegal. Esperava-se que esse, conjuntamente com o controle das autoridades sanitárias sobre as habitações existentes, permitiria acabar com esse modo de habitação. No entanto, pela dificuldade em fiscalizar construções que eram feitas dentro do espaço predial, geralmente em pequenas escalas, bem como por ainda não existirem alternativas para a habitação operária, as ilhas continuam a ser construídas ilegalmente. Apesar da fiscalização, a presença delas na cidade seguem aumentando. Um levantamento feito em 1909 aponta que o número de ilhas teria aumentado para 1.200, representando cerca de 12.000 casas (TEIXEIRA, 1992, p. 74).

Na década de 1910, surgem as primeiras iniciativas municipais de construção de bairros sociais, com a criação de algumas colônias operárias entre 1915 e 1919. No entanto, essas atendem apenas a uma pequena minoria da população (FERREIRA, 1999, p. 6). Apesar de algumas iniciativas dos poderes públicos visando promover a construção de moradias populares segundo normas definidas ao longo da Primeira República, o setor privado não se mostra interessado em investir nesse mercado formal da habitação social. Pelo fato de as rendas serem fixadas pela Lei de Inquilinato, limitando a possibilidade de rendimento, a atividade não interessava ao setor. Segundo o arquiteto Fernando Gonçalves, a ausência de uma política municipal de maior envergadura no país para resolver a questão das ilhas e moradias similares – tanto no Porto quanto em Lisboa – se explica pelos interesses econômicos envolvidos.

Com efeito, além da classe proprietária, oriunda da burguesia, que administrava e alugava as ilhas e pátios, destacam-se nesse mercado figuras influentes na política nacional. Grandes companhias, empresários, representantes da Igreja também possuem nessa época

rendimentos ligados ao mercado da habitação informal. Entre eles, estão a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, que possuía investimentos em pátios, ou a própria Igreja, que por intermédio do Coração de Jesus administrava, entre outros, o Pátio das Freiras de Santa Marta. Investiam também no negócio figuras da aristocracia e da alta burguesia, tais como o Marquês de Ponte de Lima, dono de um pátio que ostentava seu título, ou o Conde de Burnay, grande barão do liberalismo português e proprietário da vila operária de Santo Antonio, na Junqueira (GONÇALVES, 1978, p. 27). Em suma, estavam vinculados ao mercado imobiliário dos pátios e ilhas – como proprietários ou inquilinos – todas as classes e grupos que disputavam seus interesses ao longo da conturbada Primeira República portuguesa: da aristocracia à alta e pequena burguesia, passando pela Igreja e pela classe operária. O conflito político crescente entre esses diferentes grupos será inclusive um dos fatores a selar o fim da República, em um momento de forte crise econômica e social, como veremos no próximo tópico.



Fig. 22: Ilha do Porto, acervo da Câmara Municipal (CMP, 1966).

4.1.3 A “casa portuguesa” e os bairros econômicos no Estado Novo

A Primeira República portuguesa, que se estende de 1910 a 1926, é marcada por sucessivas crises políticas e pela instabilidade governamental. Segundo a historiadora Raquel Varela, tais crises são reflexos do embate constante entre “frações distintas da burguesia”, a velha aristocracia e o movimento operário, tendo por pano de fundo “um confronto de regime” entre o modelo “republicano e monárquico”. A essa situação, adiciona-se uma profunda crise econômica com períodos de forte inflação, instabilidade do valor da moeda e aprofundamento das desigualdades sociais, especialmente no cenário urbano. Perante sua “incapacidade à estabilizar o país”, um importante setor da burguesia portuguesa optará por uma saída pelo viés do autoritarismo, que Varela (2014, p. 26) resume desta forma: “abdicar do poder executivo para manter o poder econômico” por meio de um regime de tipo “bonapartista”.

Em 1926, apoiados por parte da burguesia, os militares se apropriam do poder, organizando eleições de sufrágio direto, mas mediante lista única, por meio da qual os oficiais do exército vão se revezar no poder. Em 1928, o general Oscar Cármona, então presidente, convida um professor de economia da Universidade de Coimbra, especializado em finanças públicas, António de Oliveira Salazar, para assumir o cargo de ministro das Finanças. Adotando uma severa política de austeridade, com aumentos súbitos de impostos e criação de novas taxas, adiamento de obras e congelamento de salários, Salazar consegue equilibrar as contas públicas em seus primeiros anos de função. Enquanto a imprensa, controlada pela censura, o exalta como o “salvador da pátria”, esse se torna uma figura forte do regime que os militares não podem mais dispensar. Opondo-se ao regresso ao Parlamentarismo e à Democracia da Primeira República, Salazar cria em 1930 a União Nacional, visando ao estabelecimento de um regime de partido único. Ao mesmo tempo, grande parte dos partidos e movimentos políticos de oposição é proibida pelo regime de atuar politicamente, tais como o Partido Comunista ou a anarco-sindicalista Confederação Geral do Trabalho, que passam a atuar no exílio ou na clandestinidade. Enquanto os interesses econômicos da burguesia eram beneficiados pelas medidas de austeridade, os movimentos que defendiam os interesses dos trabalhadores, cujos direitos eram diretamente atingidos pela nova política econômica, estavam neutralizados pela repressão. Ao mesmo tempo, o regime também afirmava seu autoritarismo com sua política imperialista nas colônias que mantinha na África: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, além das ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Promulgado em 1926, o Estatuto do Indígena excluía da categoria de cidadão a maioria dos negros africanos do “Império português”,

enquanto o Ato Colonial de 1930 marcava “uma nova era no relacionamento de Portugal com as colônias”. Este último restringia a “autonomia das administrações coloniais” de modo que “todo o sistema pudesse ser gerido a partir de Lisboa” (LAINS, 1998, p. 485). Dessa forma, o Império apostava no trabalho forçado generalizado e na sobre-exploração da mão de obra e das matérias-primas africanas para a economia da metrópole, ainda muito voltada para a exportação do que era produzido em suas colônias.

Em 1932, é publicado o projeto de uma nova Constituição que será aprovada em 1933, marcando o início do Estado Novo e do poder autocrático de Salazar no comando do país. Nasce então uma ditadura personalista, que será a mais duradoura da Europa no século XX, de inspiração fascista, nacionalista, colonialista e com viés cristão e tradicionalista. Outra característica importante da ditadura salazarista é seu caráter corporativista. Inspirado na Itália fascista, o corporativismo se caracteriza por uma atribuição do Poder Legislativo às corporações representativas de interesses econômicos, industriais ou profissionais, nomeadas por intermédio de associações de classe. Dessa forma, as principais elites econômicas do país ganhavam maior representatividade política, beneficiando-se ao mesmo tempo de uma proteção do Estado. Além disso, todos os meios de produção se encontram de certa forma vinculados ao Estado, segundo o lema: “tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado”. Por meio desse funcionamento, o Estado ditatorial salazarista dá continuidade à missão iniciada pela ditadura de 1926, e que Varela (2014, p. 26) resume com os seguintes objetivos: “acumular o capital”, “disciplinar a força de trabalho” e “arbitrar a concentração da propriedade em poucos grupos econômicos”.

Com o intuito de aliar disciplinarização da força de trabalho e controle econômico e moral da população trabalhadora, o Estado Novo também vai inaugurar uma intervenção no campo da política habitacional. As concepções da ditadura portuguesa em torno do tema da habitação social assemelham-se à política defendida na mesma época pela Alemanha nazista. Com efeito, a propaganda do regime hitlerista defende em seus primeiros anos a construção de casas operárias unifamiliares (Fig. 23), com poucos espaços de convivência comunitária e socialmente amparadas pela Igreja local, no âmbito de um projeto social que tinha por essência disciplinar os trabalhadores e valorizar a família. Tal política almejava desenvolver uma habitação popular que seria a antítese dos grandes conjuntos habitacionais coletivos construídos em países socialistas desde a década de 1920, que valorizavam, pelo contrário, a massa operária urbana como sujeito histórico (GONÇALVES, 1978, p. 39).

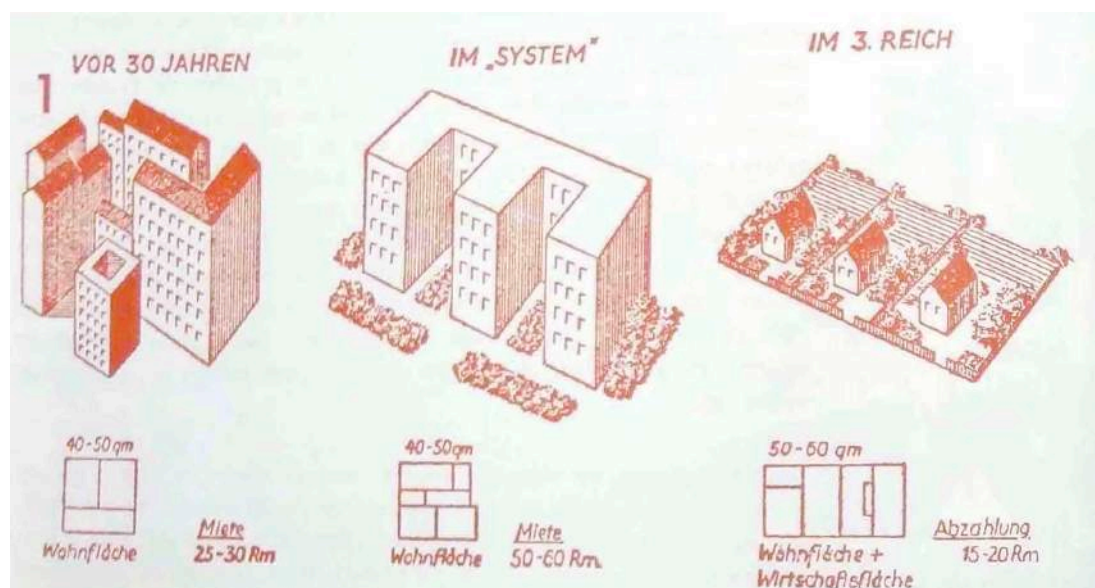


Fig. 23: Modelo de casa unifamiliar promovido pelo Terceiro Reich (direita) em comparação com o conjunto habitacional de tipo soviético (meio) e os prédios alemães do início do século XX (esquerda). Este modelo inspirará a política habitacional da ditadura salazarista em Portugal (GONÇALVES, 1978).

Um dos principais exemplos desse tipo de conjuntos na época é sem dúvida o imponente Conjunto Habitacional Karl Marx Hof, construído em Viena entre 1927 e 1930, sendo o edifício mais emblemático da “Viena vermelha”, na época em que a cidade era dirigida por um governo socialista. Buscando também produzir uma alternativa habitacional popular radicalmente oposta a esse modelo e em consonância com a ideologia do regime, a ditadura salazarista vai formular seu próprio ideal de habitação popular por meio da ideia da “casa portuguesa”. Desde os primeiros anos do regime, essa expressão passa a ser enfatizada pela propaganda como imagem romantizada da habitação popular típica da família portuguesa, modelo social e motivo de orgulho da identidade nacional. A “casa portuguesa” seria um lar modesto e independente onde a família tradicional portuguesa – mesmo que muito humilde – pode encontrar seu equilíbrio e sua felicidade em torno da propriedade privada. Essa ideologia é resumida nas próprias palavras de Salazar em um discurso de 1935:

A intimidade da vida familiar pede aconchego, pede isolamento, numa palavra exige a casa independente, a nossa casa (...) não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária (...) para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família. (SALAZAR, 1935 *apud* GONÇALVES, 1978, p. 37)

A construção da imagem da “casa portuguesa” terá vida longa, sendo mesmo popularizada no país e internacionalmente na voz da célebre fadista Amália Rodrigues, que

cantou em 1953 a alegria da *Casa portuguesa* em uma canção que muitos verão como propaganda velada do paternalismo salazarista (PELLERIN, 2015). Criticada por sua aparente simpatia pelo regime, a fadista retoma na letra da famosa canção diversos traços do lar português idealizado pelo ditador, uma casa humilde onde “pão e vinho sobre a mesa” bastam para encarnar “a alegria da pobreza”:

No conforto pobrezinho do meu lar
Há fartura de carinho
A cortina da janela e o luar
Mais o sol que bate nela

Basta pouco poucoquinho pra alegrar
Uma existência singela
É só amor pão e vinho
E um caldo verde verdinho
A fumar...
(RODRIGUES, “Uma casa portuguesa”, 1953)

Ainda nos primeiros anos do regime salazarista, serão lançadas na cidade do Porto as bases da intervenção estatal no campo habitacional, inspiradas na ideologia da casa portuguesa, com a criação das casas econômicas, por meio do Decreto-lei n. 23.052. Nessa primeira experiência, são reunidos grupos oriundos de um estrato social mediano, em sua maioria vinculados ao setor terciário, cujos comportamentos serão vigiados por fiscais do regime presentes em cada novo bairro criado:

A implantação dos 12 bairros económicos no Porto, a partir de 1935, prolongando-se por três décadas, em fases distintas, imita esta tendência, isolando famílias nucleares na periferia semi-rural da cidade, distribuídas categorialmente conforme o seu vencimento, mais elevado que o das classes populares e operariado. Estas “pequenas aldeias”, que são os bairros de casas económicas, reproduzem, até à década de 1950, a ordem proposta e imaginada pelo regime, cujos desvios morais e políticos seriam acautelados pelos fiscais colocados em cada agrupamento. (ALMEIDA, 2010b, p. 505)

Como evidenciado por Paulo Almeida (2010b), a própria organização espacial dos bairros e a disposição das casas refletem o projeto político e social imaginado pela ditadura. Estes são envolvidos em “uma malha urbana muito díspar mas onde se mantém predominantemente a função habitacional” e “revelam uma posição hierárquica importante, enquanto lugar urbano: conjuntos habitacionais de implantação ortogonal compostos por moradias unifamiliares em propriedade privada, todas com quintal e jardim, testemunho de um programa político-ideológico”. No entanto, essa política não influi de forma significativa na realidade habitacional dos populares da cidade, pelo fato de esse projeto contemplar uma

categoria muito específica da população. Além de as famílias selecionadas serem de estrato econômico mais privilegiado, as famílias contempladas são escolhidas também por ter perfis susceptíveis de fidelidade ao regime, sendo muitas delas “ligadas ao funcionalismo público e sector dos serviços, com profissões liberais integradas na máquina do Estado”. Por meio de um programa habitacional que se revela como uma “recompensa ou favor” para um setor vinculado ao governo, a ideia é de estabilizar, pela aquisição da propriedade privada, uma base social de apoio ao regime, um grupo “tendencialmente conservador” que possa se tornar “moderador da radicalidade política e social”. Esse perfil das famílias alojadas nos bairros econômicos e o grau de vigilância exercida sobre elas podem ser observados nos “ficheiros individualizados das famílias”, organizados pelos fiscais de cada bairro (ALMEIDA, 2010b, p. 511).

Essa capacidade de controle social dos fiscais do regime revela um traço marcante da ditadura salazarista, que se mantinha no poder também em razão de uma rígida estrutura de controle da informação em uma sociedade atravessada pela vigilância e pela censura. Para tal, mantinha como principal órgão de repressão e vigilância a sua polícia política, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) – que se intitulava PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) até 1945. Esta se manteve até os últimos anos do regime, quando chegou a contar com mais de 2.000 agentes e o auxílio de uma ampla rede de informantes, presentes em todos os níveis da sociedade, tal como lembrado pelo historiador Valério Arcary (2012, p. 20).

Assemelhando-se à figura do informante, presente em quase todos os regimes autoritários, a função singular do fiscal do bairro tem a peculiaridade de deslocar a incumbência da vigilância para a esfera íntima da vida doméstica e comunitária. Como veremos, essa função continuará ocupando um papel central nas políticas habitacionais salazaristas a partir da década de 1950. Nesse sentido, a experiência dos bairros econômicos com seus fiscais fornece uma boa ilustração da forma pela qual o poder, no regime salazarista, visa penetrar os aspectos mais íntimos e pessoais da vida dos cidadãos. Com a implementação dessa política habitacional, visava-se experimentar um ideal de controle da vida de cada sujeito em seus mais diversos aspectos: econômico, social e disciplinar – que devia garantir a produtividade desses trabalhadores –, além de um controle na esfera das ideias e até na conduta moral dos indivíduos em suas relações sociais. Perante essa propensão da ditadura em penetrar todos os aspectos mais íntimos da vida, o poeta Fernando Pessoa ironiza e critica na época, em textos pessoais, o que ele denomina como “a militarização dos pensamentos e das emoções”:

De oravante, presumo ou concludo, ninguém poderá amar, gozar ou sofrer senão corporativamente. Se o leitor me perguntar como que é que tal se faz, terei que responder que não sei. É a lei. Que o rapaz que vai passear pelo campo com sua rapariga se não esqueça nunca que o que fizer deverá ser tudo pela Nação, e nada contra a Nação. Se um louvável esforço para contribuir para o aumento da população está ou não dentre destes critérios, é coisa que não me compete decidir (PESSOA, 2018, p. 376)

Apesar de a propaganda do regime exaltar a política das casas económicas como um programa habitacional para humildes trabalhadores, essa não terá resultados efetivos para solucionar o défice habitacional, já que as camadas mais pobres da população não são contempladas. Na mesma época, as iniciativas no campo da habitação social continuam raras e oriundas da esfera não estatal.

A ausência de real alternativa habitacional para a população mais pobre adicionada ao forte crescimento demográfico das grandes cidades portuguesas nessas décadas resulta no aprofundamento das carências habitacionais já existentes. Em 1939, um novo levantamento, realizado desta vez pela Câmara Municipal do Porto, revela a existência de cerca de 13.000 casas de ilhas na cidade, onde viveriam cerca de 20% da população do Porto (CONCEIÇÃO; VAZQUEZ, 2015, p. 14). Essa situação levará finalmente o poder municipal da cidade a tomar medidas contundentes contra as ilhas, medidas que se manifestam somente a partir da década de 1950, como veremos em detalhes no próximo tópico.

4.2 DAS ILHAS AOS BAIRROS CAMARÁRIOS

4.2.1 A nação contra o casebre

Diante do agravamento da situação habitacional e do crescimento urbano no período que se segue à Segunda Guerra Mundial, o défice de moradia e a consequente expansão do urbanismo informal sob suas diversas formas passam a ser debatidos publicamente e apontados como problemas sociais urgentes em diversos países da Europa. Tais debates também ocorrem em Portugal, onde, com o crescimento urbano, outros tipos de urbanismo informal começam a ganhar espaço e visibilidade nas grandes cidades. Enquanto o fenómeno de adensamento que evocamos se mantém em forte crescimento – sobretudo na cidade do Porto, onde o número de ilhas vem aumentando a cada ano – estendem-se em algumas regiões os chamados *bairros de latas*, construídos pelos próprios moradores em terrenos ocupados, semelhantes às favelas brasileiras, chamados também em Portugal de

bairros de barracas. Em 1948, é realizado o Primeiro Congresso dos Arquitetos Portugueses, com o tema da habitação como foco das discussões, inspiradas pelas reflexões levantadas pelo Movimento da Arquitetura Moderna no resto do continente e do mundo. Nessa ocasião, os debates enfatizam a ideia de que os arquitetos devem se engajar socialmente em torno da questão habitacional.⁸⁵

Ao longo da década de 1950, o regime salazarista passa a considerar a questão do urbanismo informal uma preocupação social premente para o país, anunciando uma nova fase de políticas públicas urbanas. O presente tópico propõe analisar os projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal do Porto nesse período, em consonância com a ideologia do regime, a começar pela implantação do chamado Plano de Salubridade das Ilhas, em 1956, que prevê a construção e gestão dos bairros camarários nas décadas seguintes. Antes de descrever detalhadamente as ações que marcam essa política municipal, faremos primeiramente uma breve análise dos discursos e projetos de intervenção no espaço urbano debatidos no seio do Estado salazarista naquela época. Essa breve digressão nos permitirá compreender melhor os fundamentos teóricos e políticos das medidas que serão analisadas nas próximas páginas.

Tais discursos e debates podem ser investigados com base em alguns documentos produzidos pelas autoridades portuguesas sobre o problema social da moradia em Lisboa e no Porto. Para analisar essas narrativas, nós nos baseamos principalmente em dois documentos. O primeiro é o relatório da comissão encarregada de estudar a situação dos *bairros de lata*, encomendado pelo regime Salazarista e concluído em março de 1958. Trata-se de um levantamento sociológico sobre os *bairros de lata* da capital portuguesa que visa sobretudo identificar as “causas que favorecem” o seu crescimento e seus “problemas” no intuito de apontar as “medidas adequadas à sua eliminação” (PC, 1958, p. 1). Esse estudo, encomendado pelo governo, foi realizado por uma equipe da qual se destaca a participação do famoso geógrafo português Orlando Ribeiro. Mesmo que não tenha se afirmado publicamente como apoiador do regime, o trabalho do geógrafo era, além de reconhecido academicamente fora do país, fortemente apreciado pelo governo de Salazar, que o contratou em outras ocasiões para realizar missões e relatórios de estudo, inclusive nas colônias de Goa e Moçambique. Era certamente apreciada pelo regime a aparente “neutralidade” do geógrafo, que se autoafirmava como “completamente afastado da acção

⁸⁵ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

política”. Além disso, o seu discurso, em suas missões, correspondia em certos aspectos à propaganda do regime acerca de sua missão civilizadora ou moralizadora, seja em relação às colônias, como identificado por Lucas Mestrinelli (2017, p. 18), seja em relação às classes populares, como veremos mais adiante. Outro documento analisado por nós é o Plano de Salubridade das Ilhas do Porto, publicado pela Câmara Municipal do Porto (CMP) em 1956, cuja gestão era então politicamente alinhada ao regime. Tal plano estabelece um panorama da situação das ilhas e apresenta o plano municipal para que sejam “demolidas e substituídas por novas construções obedecendo aos requisitos mínimos atuais em matéria de urbanismo e habitabilidade” (CMP, 1956, p. 7). Em complemento a esses documentos, também nos baseamos em algumas correspondências entre o ministro do Interior e o ministro da Saúde e Assistência do regime, no início da década de 1960, sobre o tema da pobreza urbana e da mendicância.

O discurso produzido nesses documentos fornece matéria muito rica e interessante para o trabalho do historiador. Na medida em que estes documentos anunciam ou antecedem uma operação política e econômica de reordenamento e planificação do espaço urbano, eles ilustram o que chamamos de “narrativa plana” sobre o espaço urbano (URVOY, 2015). Utilizamos essa expressão para definir uma prática discursiva recorrente no âmbito de políticas centralizadas de reformas urbanas ou de repressão ao chamado urbanismo informal. Para planificar ou remanejar o espaço urbano, a instância de poder – seja ela municipal ou estatal - tem de produzir previamente uma representação simplificada do território, em duas dimensões: representação achatada do urbano, homogeneizada e dando geralmente a ver uma ordem urbana ameaçada ou a ser protegida. Esse *discurso plano* que identificamos em nossas fontes, enquanto ficção narrativa formada a partir de intenções e estratégias específicas, constitui uma chave que permite ao historiador um melhor entendimento do projeto político de cidade que se revela por trás de tais operações.

Nesse sentido, um dos temas recorrentes no seio dos documentos analisados é a ideia de que o urbanismo informal ou irregular representaria uma ameaça direta à ordem urbana, em suas dimensões social, sanitária, moral ou política. Sobre esse ponto, o Plano de Salubridade das Ilhas do Porto inicia-se com uma epígrafe muito significativa, em francês no texto: “Le taudis est un crime contre la nation”, isto é, “O casebre é um crime contra nação” (CMP, 1956, p. 1). Essa citação, tomada de empréstimo do escritor francês Marc Blancpain, ilustra um componente importante desse discurso, no qual a existência da ilha ou do *bairro de lata* constitui em si um crime, uma agressão, que atinge o conjunto da sociedade. Um crime

até então impune, mas que como todo crime exige uma resposta firme e urgente. Marc Blancpain é um escritor e jornalista francês que atua nessa época como dirigente da Alliance Française pela promoção internacional da francofonia, função que ocupa desde a década de 1940. Nesse período, ele se torna um dos propagadores de uma teoria segundo a qual a França e a sua cultura estariam em grave declínio perante o efeito de diversas ameaças. Segundo Blancpain, não seria apenas a nação, mas a “civilização francesa” – expressão popularizada por ele –, que se encontraria diante de uma ameaça significativa que poderia resultar historicamente em sua “extinção”. Tal ameaça seria resultado da chegada maciça de trabalhadores africanos que teriam transformado a França “no país dos casebres e das favelas”, onde “o casebre cresce” permanentemente representando uma “ferida social e moral” que “ameaça” o conjunto da nação (BLANCPAIN, 1966, p. 369). É interessante observar que essa ideia de “ferida social” e de “ameaça”, no sentido biológico da epidemia, perpassa também o discurso das autoridades portuguesas nos documentos que analisamos. Segundo a Câmara Municipal do Porto, as ilhas da cidade seriam uma “chaga habitacional (...) habitabilidade defeituosa e de promiscuidade social conducente ao rebaixamento moral da família e da sociedade” (CMP, 1956, p. 8). No relatório sobre os *bairros de lata*, diz-se que as barracas desses bairros representariam “graves focos de infecção física e moral onde qualquer ambiente verdadeiramente familiar não tem condições de existência” (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, 1958, p. 1). Nessas palavras, a habitação irregular e insalubre dos *bairros de lata* ou das ilhas aparece como uma antítese absoluta da casa portuguesa, idealizada pela ditadura salazarista e evocada por nós no tópico anterior, enquanto ambientes de promiscuidade e de baixa moralidade, nocivos ao equilíbrio da família portuguesa. O chamado “problema” da moradia popular informal não estaria relacionado apenas com a necessidade de assistência social a pessoas mal alojadas, mas representaria antes de tudo um perigo moral e político para a ordem social.

No tocante à origem de tal “ameaça”, também encontramos semelhanças entre o discurso do intelectual francês e o das autoridades portuguesas. Segundo essas, uma causa importante da multiplicação dessas “habitações promíscuas” se situa num fator externo: “o afluxo desordenado” de uma população pobre “marginal e desajustada” vinda do campo para a cidade, onde ela vive “de ocupações irregulares e dos socorros da Assistência” (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, 1958, p. 6). O Relatório sobre Bairros de Lata aponta inclusive a urgente necessidade de “obstar ao aumento” dessa população “por todos os modos” como uma das principais medidas para impedir a expansão do urbanismo informal.

Para tanto, os autores sugerem impedir o êxodo rural por meio de um “condicionamento das emigrações internas” inspirado na política territorial da Itália fascista da década de 1930 (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, 1958, p. 19). Se essa sugestão não teve êxito por ser dificilmente aplicável, interessa-nos aqui analisar a maneira pela qual a preocupação política com a moradia informal leva as autoridades a produzir uma visão e um discurso estratégicos sobre o espaço, inspirando um possível reordenamento do território e da cidade como um todo. Esse aspecto nos ajuda a entender a reforma habitacional realizada em seguida na cidade do Porto, que analisaremos mais adiante.

A terceira medida defendida nesses documentos consiste em uma política de repressão à “mendicidade” e “vadiagem” para permitir um controle social da pobreza urbana, além de uma contenção das migrações internas e de um combate ao urbanismo informal. Nesse sentido, conforme as ideias defendidas no Relatório sobre Bairros de Lata, uma nova política de “luta contra mendicidade” passará a integrar a agenda do governo a partir do fim da década de 1950. Para essa finalidade, o governo nomeia uma vasta comissão de “estudo do problema da mendicidade”, composta por pessoas de perfis diversos, em sua maioria vinculadas ao regime: representantes das forças policiais – Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR) –, militares vinculados ao Ministério da Marinha ou das Obras Públicas, médicos ligados ao Ministério da Saúde e Assistência, ou ainda representantes da Igreja e de entidades católicas de caridade. Em 1960, o ministro da Saúde e Assistência, Henrique Martins de Carvalho, anuncia uma “reactivação da luta contra a mendicidade” alocando verba extra para permitir uma campanha em “larga escala”, que deve aliar “repressão policial” e “recolha de mendigos” para albergues geridos conjuntamente pela polícia e por seu próprio ministério (MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSÍSTENCIA, 18/04/1960).

A análise dos diferentes documentos levantados nos revela uma investida, nesse período, do regime de Salazar no sentido de combater a informalidade urbana em seus diversos níveis. A partir de um desejo de levantamento, identificação e controle social das populações urbanas mais pobres e marginalizadas, desenham-se, para além dos discursos, novas políticas de repressão ao urbanismo informal ou às populações em situação de rua. A ampla política de “salubridação” e remoção das ilhas que analisaremos na seguir constitui, sem dúvida, a realização mais concreta no âmbito dessa agenda política do regime.

4.2.2 A guerra contra a “chaga habitacional”

Além de analisar as grandes linhas que sustentam o discurso das autoridades portuguesas sobre a questão da habitação e do urbanismo informal, interessa-nos compreender como essas ideias serão aplicadas na prática. Em razão disso, concentramos nossa pesquisa na maior operação de remanejamento urbano e repressão ao urbanismo informal levada a cabo pelo regime salazarista: o Plano de Salubridade das Ilhas do Porto, realizado a partir de 1956, sob coordenação do engenheiro desenvolvimentista⁸⁶ José Albino Machado Vaz,⁸⁷ então presidente da Câmara Municipal da cidade. Para tal, uma das fontes utilizadas por nós é o próprio Plano de Salubridade das Ilhas, que constitui um plano estratégico para realização da política de “extinção das ilhas” - expressão usada pela Câmara Municipal do Porto para resumir o teor dessa reforma urbana (CMP, 1960). Para compreendermos e acompanharmos essa vasta operação que se estende por mais de uma década, utilizamos também outros documentos produzidos sobre o assunto pela Câmara Municipal do Porto, principalmente o livreto *O problema da extinção das Ilhas*, de 1960, e o *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, 1956-1966*, de 1966.

A política de “extinção das ilhas” prevê uma gigantesca operação de demolição das ilhas e de remoção de seus moradores para cerca de 6.000 moradias a serem construídas ao longo de dez anos, e que constituirão os futuros bairros camarários. No entanto, é importante notar que essa vasta operação de reforma não é fruto de nenhum levantamento ou inquérito direto visando à compreensão da realidade das ilhas e de seus moradores nessa década. Sob o pretexto da “premência” desse “problema angustiante”, o texto do Plano de Salubridade anuncia essa vasta operação urbana sem a prévia “execução de um minucioso e laborioso

⁸⁶ Como lembrado pelo historiador Fernando Rosas, os efeitos da Grande Depressão de 1929 contribuem para o fortalecimento das ideias desenvolvimentistas em Portugal a partir da década de 1930. Segundo Rosas, os engenheiros se afirmam então como “ideólogos dessa doutrinação desenvolvimentista”, defendendo um incentivo estatal ao desenvolvimento e modernização da economia nacional mediante um “fomento industrial”. No entanto, somente a partir da década de 1940, em consequência do “cerco econômico originado pelo segundo conflito mundial”, os defensores dessa doutrina chegariam de fato ao poder, “mais sob a pressão imediata das terríveis contingências” econômicas do que “por clara opção industrialista por parte de Salazar” (ROSAS, 1994, p. 872). Dentre estes, e para o período que nos interessa, podemos citar Eduardo Arantes de Oliveira, ministro das Obras Públicas de 1954 a 1967, além de José Albino Machado Vaz, que, após deixar a presidência da Câmara Municipal de Porto em 1967, sucedeu à Arantes e Oliveira nesse ministério. Ambos eram engenheiros de formação.

⁸⁷ Nascido em 1903, José Albino Machado Vaz é engenheiro de formação. Foi presidente da Câmara Municipal do Porto entre 1953 e 1962, tendo sido nesse período coordenador do Plano de Salubridade das Ilhas e do Plano de Melhoramentos do Porto, os quais resultam na remoção de milhares de moradores das ilhas da cidade em direção aos bairros camarários, construídos então na zona periférica. Em 1967, foi nomeado ministro das Obras Públicas de Salazar, deixando o cargo após o remanejamento do governo operado por Marcello Caetano, em 1968. Faleceu poucos anos depois no Porto, em 1973.

inquérito que teria o inconveniente grave de consumir um longo período de tempo” (CMP, 1956, p. 9).

Esta gigantesca operação de demolição e remoção populacional será elaborada apenas com base nos números extraídos do levantamento de 1939 (QUEIRÓS, 2016, p. 45). A esses números, são adicionadas e subtraídas estimativas aproximativas feitas pela Câmara sobre os 15 anos que se passaram desde a realização do levantamento. Posteriormente, os autores conseguem, no entanto, prever que a operação se concentrará na “área central” da cidade, onde a maioria das ilhas deverão ser demolidas, resultando na “deslocação” estimativa de “25 a 30 mil almas” (CMP, 1956, p. 10). Tais aspectos do Plano de Salubridade revelam o seu caráter arbitrário oriundo de uma decisão política unilateral, ao ignorar completamente a realidade social dessas habitações e as aspirações e necessidades das famílias que nelas viviam. Nesse sentido, o Plano de Salubridade pode ser lido como uma vasta operação policial de repressão à moradia irregular e de reordenamento urbano, apesar de apresentar-se, no discurso produzido pela Câmara Municipal, como política social de amparo às populações urbanas mais vulneráveis.

Segundo as previsões do plano, as populações removidas deveriam ser realojadas em cerca de 6.000 habitações construídas para esse efeito, os bairros camarários. Estes são descritos no plano como conjuntos de apartamentos unifamiliares, preferencialmente de três quartos, devido às especificidades estatísticas da família portuguesa, considerando que “geralmente o casal português tem filhos, e geralmente dos dois sexos” (CMP, 1956, p. 20). O plano ainda prevê que tais conjuntos tenham superfícies reduzidas de “utilidade comum” a fim de se “atenuar a promiscuidade” e obter uma “densidade populacional aceitável” (CMP, 1956, p. 22). O formato das novas moradias reproduz, em alguns aspectos, a ideia de moradia veiculada pela ideologia da casa portuguesa, mas sem o acesso à propriedade privada. Essa constitui uma das diferenças importantes entre os bairros camarários e as casas econômicas unifamiliares construídas pelo Regime de Salazar na década de 1930, uma vez que os primeiros abrigam de fato um estrato da população com condições financeiras mínimas, que dificilmente poderia assumir o pagamento de prestações exigidas para o acesso à plena propriedade.

Inicialmente, o Plano de Salubridade também prevê que um sexto desses novos alojamentos seja construído na área central, próximo às regiões das ilhas demolidas. Em compensação, o restante seria construído em áreas periféricas da cidade (CMP, 1956, p. 22). O mapa (Fig. 24) reproduzido abaixo, extraído do Plano de Salubridade de 1956, representa as

principais ilhas a serem demolidas, identificadas com a cor vermelha no mapa. Podemos ver que a grande maioria se localiza na região central ou em suas adjacências:

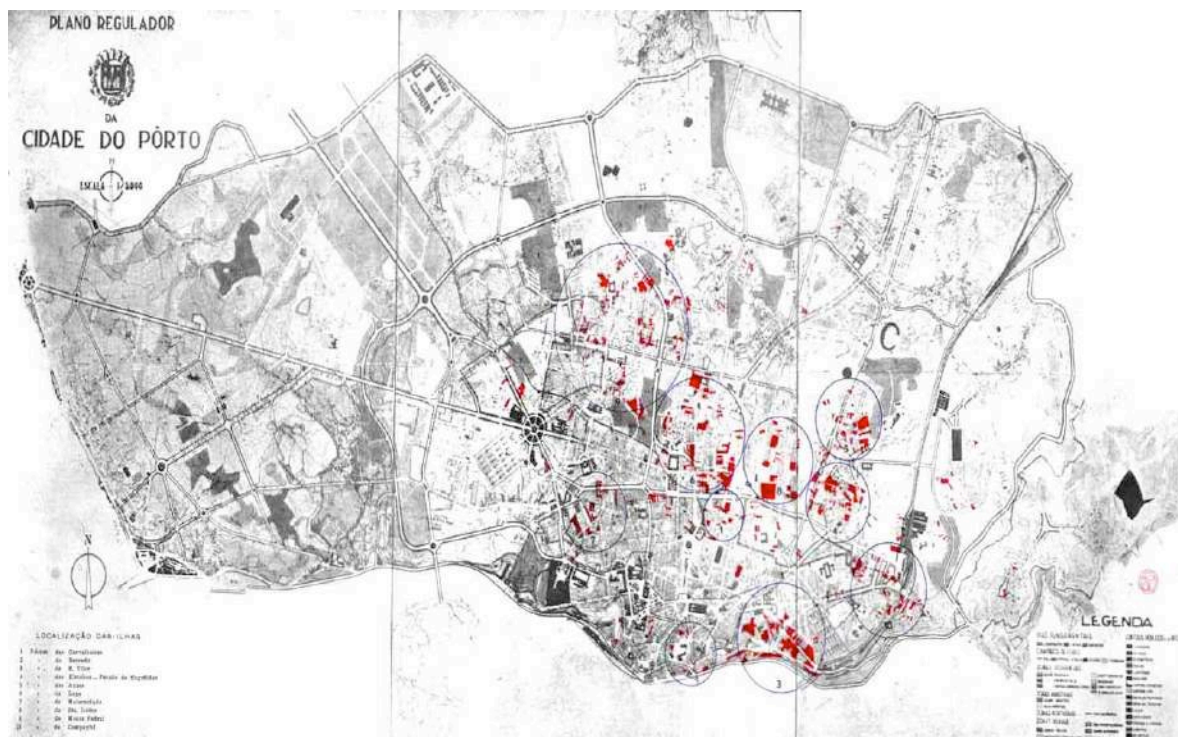


Fig. 24: Mapa das ilhas a serem demolidas, sinalizadas em vermelho, segundo o Plano de Salubridade da Câmara Municipal (CMP, 1956).

Quando olhamos para a localização dos bairros camarários efetivamente construídos dez anos depois, percebemos que a imensa maioria dos novos conjuntos está localizada nas periferias, alguns deles muito afastados. Neste segundo mapa (Fig. 25), podemos observar em vermelho a localização dos novos bairros construídos e em rosa as zonas ocupadas pelas ilhas que foram demolidas.

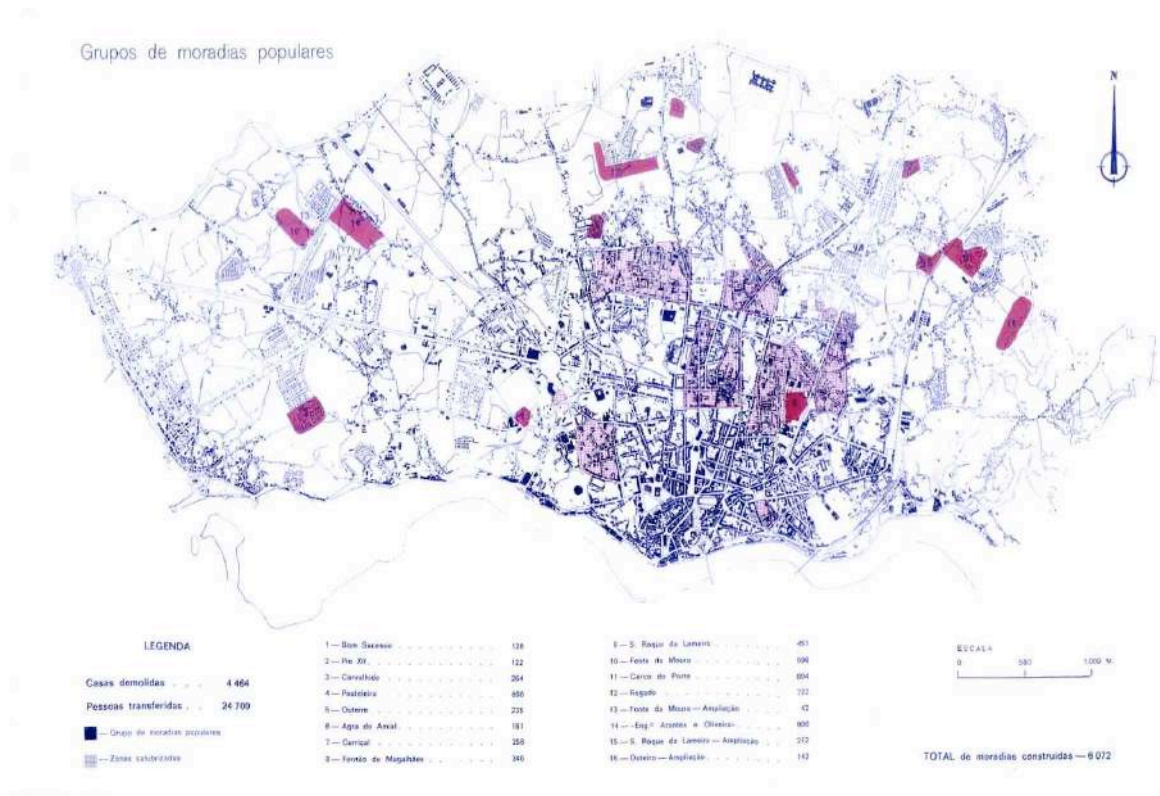


Fig. 25: Mapa dos bairros camarários construídos ou em construção em 1966 (CMP, 1966). As manchas vermelhas representam os novos bairros construídos enquanto as manchas rosas representam as zonas de ilhas demolidas.

Nesse mapa, podemos ver, assinalada com a cor vermelha, a localização dos 16 bairros camarários inicialmente projetados. Apenas dois entre eles, o Bairro de Bom Sucesso e o Bairro Fernão de Magalhães, estão situados em zonas próximas à região central, enquanto a ampla maioria está localizada em zonas periféricas. Alguns destes, como o bairro do Cerco do Porto (Fig. 26), situado no extremo leste do mapa, são edificados em zonas isoladas, fora do perímetro urbano. O próprio nome do bairro já revela sua posição geográfica periférica, remetendo simbolicamente ao cerco da cidade realizado em 1899 pelo exército para evitar o alastramento da pestilência que se iniciou nas regiões centrais em decorrência da insalubridade que vigorava na zona naquela época. O bairro do Cerco, assim como todos os bairros municipais mais povoados – tais como Fonte da Moura, Carriçal ou o Regado –, situa-se no território que marca o fim da cidade, localizado nas imediações da Estrada da Circunvalação, que servia desde o início do século como barreira alfandegária, para taxaço dos bens de consumo que entravam na cidade. Tal estrada marca até hoje a divisão terrestre com os concelhos vizinhos. Ao nomear um dos maiores bairros camarários – devendo este receber inicialmente mais de 800 habitações – com o nome Cerco do Porto, a política de

realojamento camarária tende a se inscrever simbolicamente na herança histórica das medidas higienistas de combate à informalidade urbana tomadas pelas autoridades portuguesas no início do século.



Fig. 26: Bairro camarário do Cerco do Porto (CMP, 1966).

Alguns dos outros nomes escolhidos pelas autoridades camarárias na época também carregam uma simbologia histórica. Entre eles, podemos mencionar o nome atribuído ao bairro Pio XII, referência ao papa conhecido por sua postura tradicionalista e anticomunista – qualidade que lhe causava a simpatia de alguns regimes conservadores autoritários – e que também foi homenageado pela ditadura brasileira em suas políticas habitacionais, como vimos no capítulo anterior. O maior e mais populoso dos bairros municipais, o bairro Engenheiro Arantes e Oliveira (Fig. 27), por sua vez, ganhou o nome do engenheiro militar mais estreitamente ligado à ditadura: Arantes e Oliveira, ministro das Obras Públicas, tendo sido nomeado ao cargo pelo próprio Salazar, função que ele ocupará durante mais de dez anos. Essa homenagem não é fortuita e revela a proximidade que existia entre o ministro e o presidente da Câmara Municipal do Porto, José Albino Machado Vaz, igualmente engenheiro de formação e que atribuirá seu nome a um dos bairros municipais. Sendo ambos empenhados desenvolvimentistas, eles terão um papel fundamental na contundente política urbana intervencionista encabeçada pelo regime a partir dessa década, sendo talvez a reforma habitacional do Porto a mais significativa realização nesse sentido (QUEIRÓS, 2016, p. 43). Essa associação direta entre o nome do maior bairro camarário e o ministro eminente do regime não representa uma nomenclatura meramente ilustrativa. A proximidade política entre o Poder Executivo e a Câmara Municipal do Porto reflete-se no próprio projeto habitacional

camarário, que será oficialmente apresentado como obra do regime, vinculada à missão histórica de Salazar perante o povo português. Segundo as palavras introdutórias do Plano de Melhoramentos, que faz o balanço da política habitacional camarária no seu décimo aniversário:

Projectado no 30º aniversário da Revolução Nacional, o Plano de Melhoramentos conclui-se, com antecipação sobre a data prevista e com excesso sobre o número de fogos indicado, no 40º aniversário da mesma Revolução. É sobretudo com esta realização que o Porto se associa às comemorações de acontecimento histórico, que restituiu à Portugal o sentido da sua dignidade, das suas possibilidades e da sua grandeza. (...) O Porto cumpriu honradamente o encargo que assumiu e que continuará trabalhando com o mesmo esforço e tenacidade na obra que corresponde à necessidade fundamental que Salazar um dia definiu como a de “um lar para todos”. (CMP, 1966, p. 5)

Ao final da operação de remoção e realojamento, o número das habitações construídas próximas à região central representava menos da metade da meta inicial, sendo a imensa maioria da ex-população das ilhas removida para as periferias. No entanto, no início da operação, a Câmara Municipal tinha plena consciência das razões sociais pelas quais essa população havia se estabelecido na região central. Tais razões são elencadas no próprio Plano de Salubridade de 1956: “proximidade do trabalho e dos centros de abastecimento, facilidades de serviços coletivos etc.” (CMP, 1956, p. 10).

Portanto, o projeto de construção dos bairros camarários implica uma periferização maciça da população mais pobre do Porto. Esse processo que consiste em redefinir, mediante uma remoção forçada, o local de vida de diversos grupos sociais representa também um ato político significativo operado pelo Poder. Em suas reflexões sobre o urbanismo informal, Rafael Soares Gonçalves (2017, § 3) identifica a escolha do local de vida como um dos recursos urbanos mais estratégicos por ser aquele que permite o acesso a todos os outros – saúde, educação, trabalho, lazer etc. –, tendo, pois, uma dimensão política, social e econômica. Ao final da operação de “extinção das ilhas”, são demolidas mais de 4.000 casas de ilhas, quase todas na área central do Porto, e cerca de 25.000 pessoas removidas para os novos bairros (CMP, 1966, p. 16). Se comparamos esse número com os censos demográficos realizados na cidade em 1950 e 1960, podemos concluir que cerca de 8,5% da população do Porto é removida de seu local de moradia no âmbito dessa operação (INE, 1950-1960). Pelo número de bairros construídos, isso resulta também em um inevitável espalhamento e separação de muitas famílias alargadas e vizinhos que viviam juntos, sendo este um dos

aspectos da difícil adaptação dos moradores às novas moradias, como apontado em pesquisas sociológicas feitas na época junto aos moradores.⁸⁸



Fig. 27: Bairro camarário Engenheiro Arantes e Oliveira (CMP, 1966).

Essa periferização teve sem dúvida motivação econômica. Como apontado pelo próprio Plano de Salubridade, a erradicação das ilhas permitiu à Câmara adquirir uma grande quantidade de terrenos localizados nas áreas centrais que permitiriam com o tempo a entrada de capitais privados e comércios em zonas estrategicamente situadas. Segundo o referido Plano, toda a área liberada após a demolição de uma ilha e julgada não adequada para futura construção seria expropriada pela Câmara, enquanto essa deveria pagar ao proprietário uma indenização referente apenas ao valor do terreno (CMP, 1956, p. 15). Enquanto isso, a Câmara economizava na construção dos novos bairros escolhendo construir a maior parte deles em terrenos muito afastados do centro, adquiridos a baixo custo. A operação poderia representar economicamente um ganho significativo no âmbito do mercado fundiário em um contexto urbano já marcado, naquela época, por especulação imobiliária e hipervalorização do solo no centro da cidade. Como assinalado pela própria Câmara, o valor do metro quadrado podia então variar, da periferia para a região central, de 30 para 400 CR\$ (CMP, 1956, p. 22). Dessa maneira, satisfaziam-se também os anseios da elite portuense, que, por meio da operação, via ser afastada uma população tão pobre de uma região tão valorizada, oferecendo à cidade, nas palavras da Câmara: “uma oportunidade de valorização porventura não igualada até agora” (CMP, 1966, p. 5).

⁸⁸ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

A retirada dessas populações abrirá espaço “para operações urbanísticas vocacionadas para a afirmação da área enquanto polo de comércios e serviços” (QUEIRÓS, 2016, p. 55). Como assinalado por Raquel Varela, esse processo de intervenção dos poderes públicos no mercado imobiliário, formando “um novo mercado, um mercado à volta do solo”, não caracteriza apenas a cidade do Porto nesse período, mas constitui um dos fundamentos da nova política urbana do regime na década de 1960. Segundo a historiadora, ao interferir no mercado imobiliário e fundiário, o Estado vai também facilitar a aquisição de solos urbanizáveis pelo setor privado, promovendo a partir dessa época uma “captura privada da mais valia” (VARELA, 2015, p. 36).

Além do aspecto econômico, identificamos uma motivação política e social por trás desse processo de periferização da população que vivia nas ilhas. No âmbito do plano de 1956, a própria Câmara preconiza a “disseminação das construções de forma a não criar núcleos populacionais de grande extensão com igual classe ou categoria dos seus elementos” (CMP, 1956, p. 11). Esse aspecto nos remete às palavras de Henri Lefebvre (1968, p. 19), que vê como um elemento recorrente das reformas urbanas, desde o século XIX, o processo de “periferização” da população mais pobre, entendido como uma “estratégia de classe”, aliando ao mesmo tempo interesses políticos e econômicos.

Já evocamos no início deste capítulo o temor expressado por alguns representantes da classe política perante as “comoções perigosas e violentas” e a ameaça à ordem social que a miséria urbana em excesso poderia ocasionar. Na década de 1950, as autoridades camarárias associam mesmo – na mesma linha que as ideias de Blancpain – as operações de remoção a um gesto necessário de salvaguarda civilizatória, devido à ameaça social que as ilhas representam, já que estas “não permitem que seus ocupantes adquiram os hábitos que a civilização actual impõe para toda as classes” (CMP, 1966, p. 7). Percebemos, portanto, que o plano de erradicação e remoção das ilhas se inscreve, na perspectiva dos poderes públicos, em um projeto político e social que vai muito além da fiscalização e do combate ao urbanismo informal.

É interessante, no entanto, mencionar a ambivalência que emana do discurso produzido pela Câmara Municipal do Porto nos dois documentos citados, discurso por vezes tecnocrático e ideologicamente carregado pelo projeto político-urbano do regime e por vezes atento a alguns detalhes da dimensão social. Tal ambivalência pode ser lida na própria referência que conclui o Plano de Salubridade. Após ter sido aberto com a epígrafe do intelectual nacionalista Marc Blancpain, o plano se encerra com uma citação de Abbé Pierre,

também em francês no texto: “une foi que (*sic*), cette fois-ci, au lieu de renverser les montagnes, doit faire pousser les maisons”, isto é, “uma fê que, desta vez, ao invés de mover montanhas, deve fazer brotar casas” (CMP, 1956, p. 32). Padre francês que militou durante muitos anos a favor da população em situação de rua, no país e internacionalmente, Abbé Pierre assume na década de 1950 uma postura mais próxima da esquerda e dos movimentos de cristãos socialistas, além de um discurso internacionalista, sendo portanto bem distinto da figura de Blancpain. Se tal ambivalência traduz a ambiguidade da postura ao mesmo tempo assistencialista – com um viés paternalista – e conservadora-autoritária assumida pelo regime desde seus primórdios perante os populares, ela pode também ser um rastro de outro fator. Como em todo produto escrito e concebido a várias mãos, a ambiguidade do discurso que emana do Plano de Salubridade, de 1956, bem como do Plano de Melhoramentos, de 1966, pode também ser lida como reveladora das contradições e diversidade de posturas entre os diferentes atores envolvidos em tais projetos.

Como lembrado por João Queirós, as políticas urbanas municipais no Porto nas últimas décadas do regime eram também atravessadas por tensões internas ao campo burocrático, crescentemente permeado por conflitos e contradições emanados de agentes sociais que adotavam posturas distintas, um ambiente “onde agentes formados na ortodoxia do regime passavam a conviver com jovens técnicos” que pensavam poder diminuir o caráter antissocial da urbanização proposta (QUEIRÓS, 2016, p. 62). No entanto, se tais contradições podem ser percebidas em trechos do discurso produzido, elas pouco interferiram nas reformas urbanas realizadas, que, atendendo sobretudo às diretrizes das altas esferas da Câmara, traduzem um projeto de reordenamento urbano excludente e politicamente orientado segundo a ideologia das elites do regime, como analisaremos no tópico a seguir.

4.2.3 Controle social e reordenamento moral

Com efeito, a periferização das classes populares no Porto vai além dos objetivos econômicos e políticos citados, participando de um amplo processo de reordenamento moral e social da cidade. Nesse sentido, o plano de “extinção das ilhas” e de construção dos bairros camarários traduz uma política de controle social que alia *exclusão, reabilitação e purificação* da população das ilhas, vista como “classe perigosa” pela ameaça que representa para o corpo social, como evocado anteriormente. Essa dimensão política e coercitiva da reforma urbana do Porto se reflete em algumas linhas estratégicas do projeto municipal.

Primeiramente, a demolição das ilhas e a remoção de seus moradores para os bairros municipais vai permitir ao regime de Salazar operar uma seleção e triagem social dessa população vista como problemática. Como vimos anteriormente, o discurso da Câmara nos deixa entender, com base na citação de Blancpain, que “a ilha é um crime”. Contudo, o discurso das autoridades não explicita exatamente quem seria o autor desse crime e, no caso, se o morador das ilhas seria a vítima, o suspeito ou o culpado. Na verdade, é o próprio Poder que vai estabelecer essa distinção entre as famílias que o Estado salazarista – com uma postura paternalista – vai isolar e reabilitar moralmente através de sua intervenção, e, por outro lado, os indesejados que serão excluídos do processo de realojamento nesses novos bairros. Essa ideia da distinção e seleção operada pelo poder no seio das populações urbanas está expressa no Relatório sobre Bairros de Lata, que preconiza uma distinção entre os núcleos populacionais “verdadeiramente familiares” – que não podem encontrar nesse tipo de habitações condições adequadas de existência – e os indivíduos problemáticos propensos à “vadiagem”, “profissões irregulares”, “vendedores ambulantes”, “mulheres de trapo” e “prostitutas”, que devem ser alvo da “repressão do maior rigor” ou direcionados para “campos de trabalhos para reeducação” (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, 1958, p. 19). Poucos anos depois, inspirado pelas ideias propostas nesse relatório, encontramos um semelhante projeto de gestão da pobreza urbana nas correspondências entre o ministro do Interior, Arnaldo Shulz, e o ministro de Saúde e Assistência do Regime, Henrique de Miranda Vasconcelos Martin de Carvalho. No âmbito da “reativação” da “luta contra mendicância” e “vadios ou equiparados”, este último expõe as metas de sua política segundo as distintas etapas: “recolha policial dos mendigos” (grifos do autor original) para em seguida permitir a “triagem e seleção” da população detida, feita pela própria Polícia de Segurança Pública (P.S.P). Tal triagem definiria o destino dos indivíduos visados, conforme o perfil, segundo três opções distintas: “colocação familiar”, internação “em estabelecimentos apropriados” ou em “campos de trabalho” (MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA, 18/04/1960). Essa política de distinção e seleção voltada para as populações urbanas mais pobres, que se revela como um padrão da gestão social salazarista, também pode ser observada na política de realojamento dos moradores removidos das ilhas. Esse aspecto pode ser lido primeiramente no próprio projeto arquitetônico interior dos bairros, onde são previstos apartamentos unifamiliares (Fig. 28) feitos segundo a tradição do regime para receber predominantemente “famílias” em detrimento dos moços ou moças solteiras e outras situações suspeitas de baixo nível moral. Além da preferência dada a uma imagem idealizada da família portuguesa, descrita no próprio plano – o já citado “casal português” com “filhos dos dois sexos” –, a

Câmara opera uma “seleção social apertada” no processo de “escolha dos moradores originais”. Como lembrado por uma moradora do bairro camarário do Bom Sucesso, naquela época: “não vinha ninguém assim... não, escolhiam era a dedo. Agora vem tudo parar aqui...” (PEREIRA, 2016, p. 138).

Em segundo lugar, os bairros projetados pela Câmara vão permitir também um enquadramento religioso e moral dos novos habitantes, especialmente da juventude e das mulheres. Como afirmado pelo Plano de Melhoramentos de 1966, nos novos bairros construídos, a Diocese deve se tornar responsável por se encarregar da “educação das raparigas” e da “assistência moral que desvia da rua a juventude mal preparada” (CMP, 1966, p. 21).

Por fim, compreendemos o isolamento geográfico dos novos núcleos habitacionais como um aspecto importante dessa política, já que esses bairros funcionam como *locus* de reabilitação moral de famílias extraídas, graças ao regime, de um ambiente moralmente nocivo e contagioso. Com efeito, esses bairros se tornarão locais onde vigorará um regime excepcional de vigilância e disciplina. Esse regime de exceção aplicado apenas a esses espaços pode ser lido no “Regulamento das Habitações do Plano de Melhoramento”, publicado pelo regime com a construção dos primeiros bairros camarários, e na forma como este é aplicado. O regulamento estipula em primeiro lugar que “a ocupação da habitação é cedida à título precário”, definindo uma regra que se aplica tanto aos espaços públicos como aos privados, de forma indistinta. No artigo 9º, obriga-se o morador a “ter bom comportamento moral e civil”, sendo completado pelo artigo seguinte que “os ocupantes das habitações podem ser desalojados sempre que se tornem indignos do direito concedido” ou se houver importante variação de sua situação econômica. Para assegurar a observância dessas regras, é nomeado em cada prédio um “fiscal”, um morador contratado para “vigiar” os comportamentos dos outros (CMP, 1958).

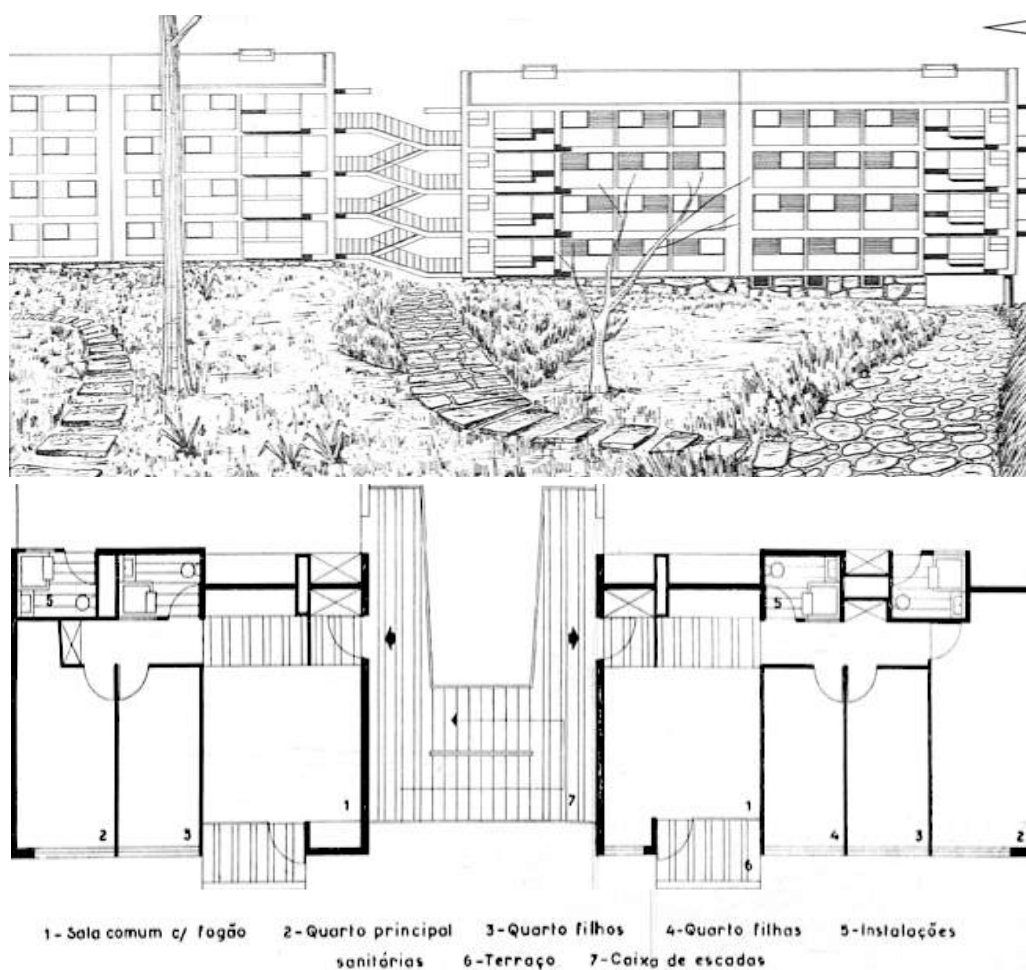


Fig. 28: Cortes e plantas básicas indicativas para construção dos bairros camarários. Nota-se nas plantas a disposição dos apartamentos adaptados para famílias apenas com filhos ou para famílias com crianças dos dois sexos (CMP, 1956).

Enquanto legislação de exceção, parte de seus efeitos e da sua esfera de aplicação não é oficialmente escrita, mas apenas presente nas entrelinhas. Assim não se define claramente no regulamento onde começa e onde termina a observação do “bom comportamento”, evocado no artigo 9º. A extrema violência do regulamento vai se traduzir explicitamente na forma como ele será aplicado. Com base em outras fontes a que tivemos acesso, tais como os Boletins Municipais, encontramos a publicação de alguns dos processos disciplinares dirigidos contra moradores dos bairros camarários acusados de infringir o regulamento. Por meio de tais processos e de depoimentos de moradores e de testemunhas que participaram nessa época de levantamentos sociológicos nesses bairros, pudemos observar a vigilância dos fiscais onipresente na vida dos moradores, adentrando desde a esfera econômica e meios de subsistência de cada família – para verificar a veracidade das rendas declaradas – até as opiniões e posições políticas, passando pelo comportamento “moral” na vida íntima e afetiva.

Na próxima parte do capítulo, analisaremos a complexa experiência de mudança para os novos bairros por parte dos removidos, em meio ao sistema de controle social e vigilância imposto pelo poder municipal.

4.3 VIGILÂNCIA E CONTESTAÇÃO NA FLORESTA DE CONCRETO

4.3.1 O fiscal, a galinha ilegal e as andorinhas

Para grande parte dos moradores removidos para os bairros camarários recém-construídos, a adaptação ao novo modo de vida não será fácil. Para muitos deles, a melhoria do conforto estrutural básico dos apartamentos não compensará a perda da convivência e do espírito comunitário e de solidariedade que havia nas ilhas. Uma senhora entrevistada por nós no bairro da Pasteleira (Fig. 29), ao se lembrar de sua mudança para o bairro, afirma:

Eu vim de uma ilha, lá no Carvalhido. Toda minha família era de lá. Eu achava melhor... Vivia-se bem nas ilhas. Era pequeno, um cubículo, mas era família. Tudo era família, amigos... Aqui é diferente, não há amizade. Por isso em certo sentido, era melhor lá na ilha, pois no bairro, sabe como é. A gente é que faz o ambiente, não é? Pois aqui uns canalhas uns com uns outros.⁸⁹

A senhora também se lembra da presença dos fiscais, que, morando em determinado bloco do bairro, vigiavam e controlavam os comportamentos e o respeito ao regulamento municipal, de modo que, segundo ela, “nem um candeeiro se podia pôr no teto”.⁹⁰ Outra moradora do bairro entrevistada conta que: “por conta dos fiscais, no início, era tudo proibido, isso só mudou depois do 25 de Abril”⁹¹.

Em um artigo coletivo publicado na revista *Cidade-Campo* por um grupo de arquitetos que acompanhou, por meio de inquéritos e trabalhos de campo, os primeiros anos de vida nos bairros camarários na década de 1960, os autores – entre os quais Álvaro Siza, Alexandre Alves Costa e Manuel Correia Fernandes – divulgam trechos de anotações feitas em fichas de moradores por fiscais de um bairro que fornecem um interessante testemunho do grau de vigilância cotidiana que se instaurava na vida dos moradores:

⁸⁹ Entrevista realizada com MORADORA A no bairro da Pasteleira, em 12/02/2018. As três senhoras entrevistadas por nós no bairro da Pasteleira preferiram não ter seus nomes identificados no trabalho. Por esse motivo, elas serão respectivamente nomeadas como MORADORA A, B e C.

⁹⁰ Entrevista realizada com MORADORA A no bairro da Pasteleira, em 12/02/2018.

⁹¹ Entrevista realizada com MORADORA B no bairro da Pasteleira, em 12/02/2018.

- Participação por motivo de amante, isto no tempo de solteira
 - Tem uma galinha ilegal
 - (...)
 - Roupas na placa da varanda, frangos a divagar.
 - Insultos e piadas ao fiscal.
 - Não retirou as andorinhas de casa.
 - (...)
 - Entraram no bairro vindo da Bouça. Tem uma neta inconstitucional
 - Recebe um homem
 - Tem dois pintos o que não é permitido.
 - Críticas ao fiscal. Árvores partidas (serão os filhos?)
- (COSTA *et al.*, 1979, p. 29)

Segundo uma terceira moradora entrevistada por nós, também no bairro da Pasteleira, que chegou depois de o bairro já ter sido construído, esse clima de vigilância e denunciamento permaneceu como um traço de convivência social. De origem africana, ela conta ter sofrido com o individualismo, o racismo e o preconceito quando se mudou para a Pasteleira: “Aqui não se podia pôr um prego na parede, não podia fazer nada. Se fazia tinha de pagar multa... E hoje não é muito diferente”. Ela relata ter sido denunciada, nos últimos anos, por vizinhos que afirmaram a representantes da Câmara que ela teria feito obras sem autorização: “Aqui até hoje as pessoas não são nada amigas, ninguém é amigo de ninguém, quem puder vigia e denuncia os outros... Claro, não é toda gente, mas a maioria...”.⁹²



Fig. 29: Bairro camarário da Pasteleira (CMP, 1960).

Tal como essa senhora, alguns moradores do bairro do Bom Sucesso, entrevistados em seu recente trabalho pelo sociólogo Virgílio Pereira, relatam o fato de a cultura da vigilância ter se estendido às relações de vizinhança, para além da “ação fiscalizadora do município”,

⁹² Entrevista realizada com MORADORA C no bairro da Pasteleira, em 12/02/2018.

que a imprimiu como norma nesses espaços urbanos desde os anos 1960. Estes lembram como o clima de vigilância também adentrava a esfera econômica da vida dos moradores, já que, por ser um bairro social, quem aparentava ter boas condições materiais tornava-se suspeito e eventualmente passível de ser despejado caso um controle de suas finanças revelasse algum tipo de fraude. O casal entrevistado relata o fato de um senhor ter sido despejado por esse motivo. Segundo eles, o modo de vida do homem teria sido inicialmente objeto de fofocas e rumores na vizinhança, até as suspeitas chegarem aos fiscais. Em suas palavras, ele teria sido:

(...) outra vítima dos bufas (...) Diziam que tinham muito dinheiro, tinha carro, não sei quê... Esse senhor vivia muito bem, tinha uma fábrica de máquina de costura, e antigamente, quem viesse para aqui, não podia ter carro. Não podia ter um carro não, era... Isto é um bairro social. Hoje já não é, hoje é para os ricos! Agora já tem dois e três carros aqui, naquela altura não se podia. Não podia nada, denunciava-se (PEREIRA, 2016, p. 136).

Em consequência dos rumores e das denúncias, ainda segundo os entrevistados, os fiscais do bairro “foram ver às finanças” e, constatando que sua condição financeira não se encaixava nas exigências da Câmara, “o homem foi obrigado a sair daqui, foi obrigado a pedir dinheiro. (...) ficou à rasca, mas teve de sair daqui” (PEREIRA, 2016, p. 138).

Apesar do clima de vigilância e do regulamento, esse mesmo casal relata ter feito melhorias em sua casa, já que a Câmara não assumia as reformas esperadas pelos moradores: “a gente é que teve de fazer obras na casa, que a Câmara nunca me pôs nadinha aqui nesta vida (...) nós aqui embelezámos isso...”, e seu marido completa: “se você estivesse aqui há vinte anos, isto parecia um barraco...” (PEREIRA, 2016, p. 138).

Alguns outros moradores entrevistados no bairro Bom Sucesso relatam o estigma social que acompanha o processo de segregação espacial e social da população agrupada nos bairros. Um dos moradores entrevistados resume desta forma o que seria, segundo ele, a sensação compartilhada por muitos moradores que passaram a viver no bairro:

Achavam que, perante os outros, ao olhar dos outros, morar num bairro social já seria uma anátema, compreende? E, por isso disfarçavam de qualquer modo, dizendo que não moravam no Bairro, moravam na rua Gonçalo Sampaio. (...) A palavra “bairro” é uma palavra muito conotada não é? É quase como uma anátema: “Ora, ali vai aquele que mora ali no gueto”, percebe? (PEREIRA, 2016, p. 135)

Concomitantemente, o mesmo relato demonstra que a identidade vinculada aos novos bairros é por vezes reapropriada e ressignificada pelos próprios moradores, a partir do

sentimento de comunidade ali recriado. Como afirmado também pelo mesmo morador citado: “O facto de [a população] se manter durante muitos anos já é... já é bom. São pessoas que já estão aqui há muitos anos, conhecem-se todas, raramente aparece uma cara nova, não é? E damo-nos todos bem! (...) Eu digo com todo orgulho que eu moro aqui! É aqui que eu gosto de estar” (PEREIRA, 2016, p. 135).

No próximo tópico, analisaremos mais especificamente as formas de punições que eram aplicadas aos moradores considerados como infratores do regulamento.

4.3.2 Multas, despejos e banimento urbano

As punições aplicadas aos moradores em decorrência de infração ao regulamento variavam de acordo com cada situação, desde multas à remoção e perda da moradia. No entanto, encontramos em nossas fontes a menção a um tipo específico de *punição* que reteve nossa atenção. A chamada “transferência de bairro” em decorrência de “processo disciplinar”, que consistia em transferir alguns moradores acusados de faltas graves, ou reincidentes nessas, para outro bairro (CMP, 1971, p. 85). Nesse caso, a escolha, pelas autoridades, do local de transferência constituía um dos aspectos da punição. Para os casos considerados mais graves, o infrator era removido para o bairro São João de Deus⁹³, conjunto habitacional afastado e em piores condições do que a maioria dos outros – por ser de construção mais antiga, anterior ao plano de 1956. Enquanto local de banimento simbólico, esse bairro recebeu dos moradores o apelido de *tarrafal* – em referência à Colônia Penal instituída em uma ilha de Cabo Verde por Salazar em 1936, para onde eram mandados os presos políticos da ditadura. Essa transferência de bairro pode ser lida como um rebaixamento social simbólico, que parece ao mesmo tempo cumprir a função de purificar, uma vez mais, o bairro camarário, extirpando os infratores mais problemáticos antes que eles influenciassem o restante do grupo e, ao mesmo tempo, conferir uma chance de redenção aos culpados antes da aplicação da pena máxima, que seria a perda total da habitação. O arquiteto português Alexandre Alves Costa,⁹⁴

⁹³ A localização geográfica dos principais bairros citados nesta pesquisa é indicada nos mapas que constam no Anexo 2, nas páginas 475 e 476.

⁹⁴ Nascido no Porto em 1939, Alexandre Alves Costa graduou-se em arquitetura na Escola de Belas Artes do Porto (ESBAP) em 1966. Em 1972, começou a lecionar arquitetura na ESBAP, tornando-se posteriormente professor catedrático na Faculdade de Arquitetura do Porto em 1996. Após a Revolução dos Cravos, em 1974, participou da criação e posteriormente da coordenação do Serviço Ambulatório de Apoio Local da região norte (SAAL-Norte), estabelecido como programa de apoio técnico aos movimentos de moradores para produção de habitação social. Esteve envolvido na coordenação do programa até sua extinção, em 1976. A experiência do SAAL-Norte será analisada em detalhes no capítulo 5.

entrevistado por nós no âmbito da nossa pesquisa, e que se graduou em arquitetura em 1966 na Escola Superior de Belas Artes no Porto, relembra nestes termos a segregação social e racial praticada pelo regime no bairro São João de Deus, onde viviam:

(...) as pessoas que achavam que se portavam mal, mas também as minorias étnicas, por exemplo viviam os ciganos, viviam as pessoas africanas, que eles não queriam misturar com o resto da população. Portanto o São João de Deus era para o poder uma espécie de arremate, de lixo, era como dizer: “vamos por ali os ciganos, os pretos, as pessoas mal comportadas”, e como é evidente as pessoas não gostavam de ir para lá.⁹⁵

É interessante notar que o apelido *tarrafal* conferido pelos moradores ao bairro São João de Deus é uma alusão histórica pertinente que parece ilustrar a dimensão simbólica da remoção forçada dos moradores das ilhas pela ditadura. Pelo processo de purificação social e reabilitação moral que eles representam, podemos ver tanto no Plano de Salubridade das Ilhas quanto no regulamento disciplinar dos bairros camarários uma continuidade histórica com o processo de banimento praticado pela ditadura salazarista desde a sua primeira década, com o envio de seus presos políticos para a Colônia do Tarrafal, em Cabo Verde. Essa prática é historicamente enraizada na pena tradicional do degredo aplicada pelo Poder Imperial Português durante todo o período moderno, enviando alguns de seus condenados para territórios situados à periferia do Reino, sejam os *coutos* localizados nas fronteiras de Portugal ou as próprias colônias do “ultramar”.

Como aponta a historiadora Thais Tanure em seu trabalho sobre a prática do degredo, essa pena se baseou historicamente no mito do bode expiatório, que nos parece constituir uma chave de leitura interessante para compreendermos a dimensão coercitiva da política habitacional de demolição das ilhas e remoção de seus moradores. Segundo esse mito, a cura do corpo social passa pelo sacrifício e “execração unânime daquele que torna a sociedade doente”. Na mesma medida, “alguns degredados são afastados para locais recônditos para a purificação de seu corpo – e também do corpo social” enquanto “alguns outros deixam de o ser” para que a sociedade possa se reafirmar harmoniosa (TANURE, 2018, p. 33).

Em caso de falta de pagamento do aluguel, a sanção máxima também era o despejo, acompanhada da perda da casa e por vezes da confiscação da mobília. Como lembrado por uma das moradoras que entrevistamos no bairro da Pasteleira, essa sanção era comum e a ela não cabia recursos, a não ser o pagamento das dívidas perante à Câmara Municipal: “O

⁹⁵ Entrevista realizada com Alexandre Alves Costa, no bairro da Boavista, na cidade do Porto, em 26/01/2018.

despejo não tinha recurso, pegavam a mobília e levavam toda para um armazém, e depois iam buscar quando se tinha o dinheiro para pagar o que devia”⁹⁶.

Em nossas pesquisas nas atas e relatórios que constam dos Boletins da Câmara Municipal do Porto, encontramos alguns registros de processos disciplinares realizados contra moradores de bairros municipais. Um deles visou Antonio Rodrigues, ele próprio fiscal de bairro camarário, com título de “Vigilante de Primeira Classe da Direção do Serviço de Habitação”, que foi denunciado às autoridades camarárias, aparentemente por colegas fiscais. Esse episódio nos lembra que, por serem também moradores dos bairros, os fiscais eram igualmente vigiados e podiam ser alvo de sanções disciplinares caso transgredissem o regulamento.

Em seu processo, Antonio Rodrigues é acusado de ter mantido uma “coabitação ilegal” com Maria de Carmo Barreiros Gonçalves, sem os dois estarem casados. Aparentemente, o acusado já tinha sido interpelado sobre o fato e tinha anunciado que se casaria, sem que as autoridades camarárias encontrassem qualquer “motivo para tal adiamento”.

Segundo o relator do processo disciplinar, concluído em abril de 1971, tal atitude constituía uma “desobediência escandalosa ao Regulamento das Habitações”, cuja observância cabia ao arguido fazer cumprir em todo o bairro, representando uma “negligência grave e demonstrativa de falta de zelo pelo serviço”:

Perante estes factos e tendo em atenção os reflexos directos do comportamento moral do arguido na população do Bairro e considerando a sua qualidade de Vigilante, concordo com as penas propostas pelo Instrutor: 20 dias de suspensão de trabalho e ao pagamento de 4 selos fiscais de Esc. 6\$00. Deverá o vigilante António Rodrigues ser imediatamente transferido para outro Bairro, onde a coabitação de Maria do Carmo Barreiros Gonçalves só será consentida se, como é óbvio, tiver casado com o arguido. (CMP, maio-junho 1971, p. 535)

Exatamente dois anos depois, é aberto novamente novo processo disciplinar contra Antonio Rodrigues, que, aparentemente, se recusou a cumprir a ordem de transferência para outro bairro. O mesmo relato cita o caso de outro vigilante, João Lima de Sousa, que também se encontrava alvo de um processo disciplinar por ter desobedecido a uma ordem de transferência. Segundo o relato do processo: “A atitude obstrutiva dos vigilantes fez-lhes perder razão e a possibilidade de imediata apreciação das suas situações particulares ou

⁹⁶ Entrevista realizada com MORADORA A no bairro da Pasteleira, em 12/02/2018.

familiares, que aliás só poderiam ser consideradas na medida em que não afectassem o interesse do serviço municipal, determinado superiormente” (CMP, maio-junho 1973, p. 786).

Os dois são então incumbidos a obedecer à ordem de transferência, sob ameaça de “dispensa de serviço”, sendo mencionado que “é com muita benevolência que, por agora, não se adopta penalidade mais grave”. No caso de Antonio Rodrigues, é especificado que a perda de trabalho “não lhe implicar(ia) perda de moradia, uma vez que é concessionário particular da casa de bairro”. Essa especificação nos deixa entender que, no caso em que o acusado fosse inquilino e não proprietário da casa, que era a situação da imensa maioria dos moradores dos bairros municipais, a sanção sofrida em caso de desobediência grave resultaria na perda do serviço assim como da moradia. Ao lermos o relato desse processo, percebemos que Antonio Rodrigues se beneficiou de circunstâncias atenuantes por ser vigilante de 1ª classe, mas também proprietário de sua moradia.

Para se ter uma noção quantitativa dessa política disciplinar, segundo um relatório publicado nos Boletins da Câmara Municipal, apenas para o ano de 1970, foram julgados “408 processos disciplinares”, resultando em “32 transferências de bairro” e “9 despejos”, 8 destes por “ocupações abusivas” e “o restante por concubinato do concessionário”. Se considerarmos que, segundo o mesmo relatório, existiam nesse ano 8.653 moradias administradas pela Câmara, podemos concluir que, ao longo do ano de 1970, cerca de 5% das famílias vivendo em bairros camarários foram alvo de um processo disciplinar, ou seja, 1 em cada 20 famílias (CMP, setembro-novembro 1971, p. 85).

Segundo Manuel Correia Fernandes,⁹⁷ arquiteto portuense entrevistado por nós, que participou de inquéritos de moradores nos bairros camarários nessa época, a vigilância em torno do regulamento permitia também ao regime monitorar as ideias e comportamentos em oposição a ele. Nesses casos, a transferência em decorrência de processos disciplinares servia também como forma de afastar de determinado bairro elementos considerados subversivos para que estes não influenciassem o resto da comunidade: “Quando se verificava que um elemento, num bairro camarário, era subversivo, ou tinha ideias revolucionárias, usava-se do

⁹⁷ Nascido em Espinho, em 1941, Manuel Correia Fernandes graduou-se em arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1966. Em 1972 começou a lecionar arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e, seguidamente, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, onde esteve até 2009. É atualmente professor catedrático aposentado dessa faculdade. Ele passou a se envolver diretamente junto aos movimentos de moradores ao integrar o Serviço Ambulatório de Apoio Local da região norte (SAAL-Norte) a partir de sua criação em 1974, após a Revolução dos Cravos. Nessa ocasião, ele atuou mais especificamente na região de São Pedro da Cova, situada no concelho de Gondomar, no grande Porto. A experiência do SAAL-Norte e do movimento de moradores de São Pedro da Cova será descrita e analisada em detalhes no capítulo 5.

argumento que ele supostamente se comportava mal, ou insultava os vizinhos ou tratava mal a casa para poder mudá-lo para outro local”.⁹⁸ Nessas situações, como já evocamos, os casos considerados politicamente mais problemáticos eram também transferidos para o bairro São João de Deus. Dessa forma, evitava-se o alastramento de ideias consideradas subversivas ao mesmo tempo que esses moradores continuavam ao alcance da vigilância do poder municipal.

Ao depararmos com o complexo sistema de vigilância e punições que vigora nos bairros regidos pela administração municipal, identificamos outro exemplo de espacialização do conceito de estado de exceção, em consonância com as reflexões já levantadas no Capítulo 2 com relação à política urbana da ditadura brasileira. Segundo Giorgio Agamben, cujas reflexões acerca do tema já foram citadas anteriormente, a soberania moderna tem como uma de suas características operar um novo “ordenamento do espaço”. Neste, o Poder soberano define rigorosamente os limites entre “o espaço no qual o ordenamento jurídico normal se opera” e o resto, “o fora”, traçando entre ambos um “limiar” que é justamente o “Estado de exceção”, o espaço onde a lei comum pode ser subvertida pelo próprio Poder (AGAMBEN, 2014, p. 25).

Nesse sentido, o projeto de remoção das ilhas aplicado no Porto pelo poder municipal e pelo Regime de Salazar constitui-se em uma *territorialização* do projeto político do regime para a cidade e para a sociedade. No início deste capítulo, resumimos alguns dos principais objetivos de tal projeto nestes termos: “disciplinar a força de trabalho” e “arbitrar a concentração da propriedade” nas mãos de alguns “poucos grupos econômicos” (VARELA, 2014, p. 26). Ao mesmo tempo, e de modo que poderia parecer contraditório, por meio de um projeto político que pretende erradicar um regime específico de informalidade urbana, foi criada uma outra *cidade informal*, um espaço urbano periférico socialmente isolado, regido por suas próprias normas mediante um dispositivo legal de exceção, sacrificado para resguardar uma ordem urbana da qual ele é excluído.

4.3.3 A decadência de um império

Em 1968, a ditadura de António Oliveira Salazar, que se mantinha no mais alto cargo do poder desde 1933, estava próxima de completar seu 36º ano. No entanto, em agosto, uma cadeira de lona iria precipitar o destino da ditadura autocrata mais duradoura da história

⁹⁸ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

européia. Nesse mês, no Forte de Santo António, no Estoril, perto de Lisboa, Salazar sofre uma violenta pancada na cabeça ao cair de uma cadeira de lona que cede debaixo de seu peso. Ao mostrar sinais de lesão cerebral em decorrência da queda, o ditador é afastado de suas funções no mês seguinte, sendo substituído por Marcello Caetano, ex-ministro de Salazar e fiel ao regime desde suas primeiras horas, tendo sido inclusive um dos autores de sua Constituição fundadora, em 1933.

É o começo da chamada Primavera Marcelista. Enquanto o novo chefe do governo promove uma incipiente liberalização política, incluindo algumas poucas iniciativas no campo social, grande parte da população vê sinais de uma possível mudança de regime. Este se encontra desgastado por diversos fatores, não apenas pelo atraso econômico e a precária situação social do país, mas também pela guerra colonial que perdura desde o início da década de 1960. Desde 1961, a hegemonia do regime salazarista nas colônias portuguesas africanas vem sendo desafiada militarmente pelos levantes independentistas que emergem em Angola e Guiné-Bissau – também em Moçambique, a partir de 1964. Além de iniciar o processo de declínio da autoridade do regime salazarista, a Guerra Colonial Portuguesa – qualificada pela ditadura de Guerra do Ultramar – provoca forte descontentamento na metrópole ao forçar a mobilização de grande parte da juventude em prol de uma guerra fortemente impopular. O caso, citado mais acima, de desobediência às ordens da hierarquia camarária por parte de dois vigilantes de bairros pode ser lido também como um reflexo do clima de contestação crescente e perda de controle das autoridades, que caracteriza a última fase da ditadura salazarista, a partir do fim da década de 1960.

Ao mesmo tempo, a gestão do novo presidente Marcello Caetano vai também inaugurar algumas novas medidas políticas adotadas em nível nacional, sobretudo no campo econômico, mas também, mesmo que de forma limitada, no plano social. Entre estas, inicia-se uma nova fase de intervencionismo governamental na política habitacional, com a criação do Fundo de Fomento à Habitação, em 1969, como parte do Terceiro Plano de Fomento (1968-1973), que marca o início da nova política econômica do Estado Novo (BARRETO; GONTIJO; PAULA, 2010, p. 631). Em continuidade com os primeiros Planos de Fomento lançados pelo regime a partir da década de 1950, este visava sobretudo à maior integração ao capitalismo europeu e mundial de uma economia portuguesa que, até então, se voltava sobretudo para exportação dos produtos oriundos de seu Império colonial. Nesse sentido, o governo de Caetano busca promover um desenvolvimento da indústria privada como setor da economia nacional, que teria por consequência a consolidação dos grandes grupos

econômico-financeiros, bem como o crescimento do setor terciário, incluindo uma intervenção no campo das transformações urbanas e habitacionais. Essa política deveria marcar uma nova etapa no processo de modernização da economia do país, iniciado desde o pós-Guerra, no âmbito do que a historiadora Raquel Varela (2014, p. 26) chama de “marcha modernizadora do capitalismo português, feita sob as botas da ditadura salazarista”.

O investimento habitacional do Terceiro Plano de Fomento encontrava-se na continuidade dos investimentos públicos no setor iniciados pelo Plano Intercalar de Fomento de 1965, sendo reforçados pela política de Marcello Caetano. No início da década de 1970, os fundos estatais liberados para o setor habitacional por meio do Fundo de Fomento servirão para financiar a continuidade da política habitacional camarária na cidade do Porto, abarcando “[o prosseguimento das] obras incluídas no Plano de Melhoramentos”, as obras de manutenção e ampliação dos bairros camarários existentes, ou ainda “a continuação de realojamentos de moradores em “ilhas” destinadas à demolição” (CMP, setembro-outubro 1973, p. 525).

Apesar dos esforços financeiros almejados pelos diferentes Planos de Fomento, a questão habitacional continuava se destacando como um problema político e social para a cidade do Porto. No fim da década de 1960, 15 anos após o início do Plano de Melhoramentos e da construção dos novos bairros municipais, os balanços feitos pela própria Câmara Municipal demonstram certo desapontamento, sem vislumbrar solução próxima para o problema, apesar das políticas empreendidas ao longo da década.

Os relatórios sobre habitação popular publicados anualmente pela Câmara e os discursos dos vereadores sobre o assunto sublinham a dificuldade da “volumosa e ingrata missão” assumida pela Câmara de administrar os bairros populares e de acabar com o urbanismo informal, missão que aparece sempre incompleta e com insuficiência de recursos (CMP, março-abril 1972, p. 573). Sem nunca o afirmar explicitamente, tais constatações parecem revelar certo pessimismo quanto à eficiência da política, anunciada pelo Plano de Salubridade, de erradicação completa do urbanismo informal e de reeducação “moral” dessas populações. Uma das dificuldades apontadas é o fato de novas ilhas surgirem à medida que uma nova população proveniente do interior aflua na cidade, população essa que o ritmo de produção das habitações camarárias não consegue absorver. Logo após ter concluído o relatório municipal de 1970, o relator aponta que, no ano seguinte, caberá à Repartição de Ocupação das Casas da Câmara Municipal não somente “a administração das 9.077 casas dos Bairros Camarários que no ano de 1971 estarão ocupadas; com os problemas que há de pôr a acção disciplinar a exercer em tão vasto aglomerado de famílias, oriundas a maioria, das mais

baixas camadas da população da Cidade”, como também deverá dar conta das “operações de realojamento de cerca de 600 famílias provenientes das ‘ilhas’ a demolir” (CMP, maio-junho 1971, p. 300).

No fim de 1971, o balanço realizado pela Câmara municipal sobre as políticas de habitação social iniciadas em 1956 é categórico: “Tem-se agravado (...) o problema da habitação a despeito dos enormes esforços da Câmara Municipal do Porto nessa matéria, mas com objectivos limitados e em quantidade forçadamente insuficiente, o que nem sempre tem merecido a compreensão pública”. Mais adiante, o relatório ressalta a dificuldade de administração das moradias, que se explicaria, segundo este, pelo perfil específico daquela população e pela limitação dos recursos disponíveis. Desta forma, as dificuldades de gestão dos bairros seriam “agravados pela natureza própria dos seus ocupantes (...) são extremamente graves, por vezes, os problemas morais e socio-econômicos a resolver, com insuficiência de meios” (CMP, setembro-novembro 1971, p. 83).

Nesse mesmo sentido aponta o discurso do vereador Rolando Van-Zeller, médico portuense renomado, então ex-presidente da Associação Católica do Porto e ex-presidente do Conselho Regional da Ordem dos Médicos da cidade. Segundo este, o “magno problema das habitações econômicas” da cidade, problema “já em si complexo”, seria “agravado ainda por motivos de vária ordem”. Um deles estaria ligado ao fato de a Câmara alojar nessas habitações os “grupos populacionais economicamente débeis”, muitos deles com “demorados atrasos de pagamentos, que chegam a atingir um ano” – nem sempre sendo “desalojados por esta falta” –, o que explicaria a precária “rentabilidade” de tais alojamentos “em relação ao rendimento previsto”. Tal situação causaria um ônus importante para a Câmara, “senhorio tão rico” que apenas receberia, em troca de todo seu trabalho, “encargos, dificuldades e ingratidões” (CMP, jul-ago 1970, p. 595). Em relação à perpetuação do problema da moradia informal no Porto, ele acrescenta:

Tudo estaria muito certo se as populações fossem estáveis, mas infelizmente isso não acontece pois estão sujeitas a flutuações por contínuo afluxo de gentes que constantemente fogem da província para a cidade à procura de melhores condições de vida. (...) E como não tem casas, constroem barracos, insinuam-se em pardieiros, alojam-se onde podem, apesar das possíveis e aturadas fiscalizações, e, uma vez instalados, começam a reclamar alojamentos. (CMP, jul.-ago. 1970, p. 595)

Van-Zeller conclui solicitando a mobilização de uma força-tarefa de especialistas para estudar o problema, apontando a necessidade de inspirar-se em experiências desenvolvidas em torno do assunto do outro lado do Atlântico: “creio que no Brasil estudos foram já

realizados nesse sentido e postos em prática com certo êxito”. Mal parecia ele conhecer a situação daquele momento histórico no Brasil, onde, como vimos nos capítulos anteriores, as estratégias experimentadas pela ditadura – do desfavelamento progressivo ao remocionismo – também se revelavam insuficientes em fornecer soluções para um problema social com raízes bem mais profundas.

O discurso de Van-Zeller é interessante em diversos níveis. Enquanto médico reconhecido, inserido na vida política e intelectual portuense, formado no Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa, ao se posicionar publicamente pela racionalização do espaço urbano e pelo combate ao urbanismo informal, este se insere na herança intelectual direta de médicos como Ricardo Jorge, citado no início do capítulo. Interessa-nos aqui perceber os principais motivos apontados por ele para explicar as dificuldades enfrentadas pela Câmara Municipal em sua política habitacional. O vereador expõe dois principais motivos.

Um deles remete à “instabilidade” dessa população pobre na cidade sobre a qual ele expressa sua preocupação, apontando-a como fator que impediria um problema já “complexo” de encontrar solução. Nesse sentido, ele reitera quase nos mesmos termos as inquietudes sobre a questão já demonstradas anteriormente pelo regime e mencionadas neste capítulo, a respeito da dificuldade de controlar e localizar uma população sempre flutuante, devido ao afluxo contínuo de migrantes pobres vindo do campo. Percebemos que, cerca de 15 anos após a implantação do Plano de Melhoramentos, a política instaurada pela Câmara visando à remoção da população que vivia em ilhas, com objetivo de fixá-la nos novos bairros camarários, encontra-se frustrada ao deparar com o surgimento, a cada ano, de novas ilhas e moradias informais na região central. Nesse aspecto, a gestão camarária se defronta com as limitações da política adotada, que, ao trazer uma resposta principalmente quantitativa e disciplinar sobre a questão, não influi na estrutura social urbana desigual que gere a exclusão social e precarização de toda uma parte da população. Na realidade, o aprofundamento da crise urbana e habitacional era, na época, diretamente ligado à política econômica e laboral da ditadura, que promovia uma pauperização generalizada e um aprofundamento das desigualdades no contexto urbano. Como origens desse cenário estavam a forte proletarização que caracterizou as décadas de 1950 e 1960, inclusive no campo, ou ainda o incentivo do Estado à criação de um mercado privado de especulação imobiliária que fazia disparar os custos da habitação e a carestia de modo geral (VARELA, 2015, p. 35).

Assim como observamos no caso brasileiro, a ideia de imputar o problema apenas ao fenômeno – preocupante e incontrolável aos olhos das autoridades – da migração de pobres

interioranos em direção à cidade permite apresentá-lo como fruto de um elemento externo. Dessa forma, evita-se olhar para a estrutura econômica que produz e reproduz tal forma de exclusão social. A situação de grande pobreza nas cidades portuguesas nesse período não é consequência colateral do êxodo rural, mas ligada diretamente ao momento histórico do país, mantido pelo regime ditatorial em uma situação de “crise crônica”. Enquanto a maior parte dos outros países da Europa ocidental viviam igualmente um forte êxodo rural e crescimento urbano no pós-guerra, suas economias viviam a prosperidade dos chamados Trinta Gloriosos, prosperidade desconhecida em Portugal, que via sua economia alternar entre oscilação, fraco desempenho e estagnação. Essa mesma economia ainda se encontrava baseada principalmente em dois eixos, a “exploração colonial e a atividade exportadora”, gerando uma “sobre-exploração do trabalho manual” de trabalhadores pouco qualificados nas cidades, agravada pelas “sequelas sociais da guerra” colonial (ARCARY, 2012, p. 20). Com a crise gerada pelas guerras de independência nas colônias, a pobreza e a exploração que já caracterizavam a vida nas cidades coloniais reproduziam-se nas grandes cidades da metrópole. Nesse contexto, a presença dessa classe de trabalhadores – muito pobre e pouco qualificada – era cada vez maior nos centros urbanos, frustrando as autoridades em seu projeto de controle social generalizado. Apesar da experiência e da extensão da polícia política da ditadura e de seus informantes, a profunda crise econômica tornava cada vez mais árdua a tarefa de contra-revolução permanente que caracterizava o fascismo “defensivo” do regime salazarista (ARCARY, 2012, p. 17).

É nesse sentido que podemos entender a outra motivação apresentada pelo vereador Van-Zeller como entrave ao sucesso da política habitacional. Retomando um argumento recorrente nos relatórios produzidos pela Câmara no período, Van-Zeller aponta a “natureza” problemática das populações alojadas nos bairros econômicos. Em suas palavras, essas populações “economicamente débeis”, por serem responsáveis por inadimplências sistemáticas, frustram o retorno de rendimento esperado pela Câmara e, conseqüentemente, pesam no equilíbrio financeiro ao saturá-lo com “encargos”. Essa constatação vai ao encontro do discurso da Câmara Municipal que aponta, em diversas ocasiões, a natureza supostamente “problemática” desta população, como vimos em trechos de fontes já citados por nós neste tópico. No entanto, vale a pena retermos aqui nossa atenção na expressão utilizada pelo vereador, que se refere a tais populações como sendo “economicamente débeis”. Tal expressão, ao ser utilizada em seu discurso político sobre o tema, não é fortuita e remete a uma categoria sociojurídica da população, criada alguns anos antes pelo regime salazarista em

contexto colonial. Como lembrado no trabalho dos cientistas sociais portugueses Nuno Domingos e Elsa Peralta, a expressão foi cunhada em 1962 como categoria social pelo Código do Trabalho Rural do Ultramar, que se destinava a enquadrar um tipo específico de trabalhadores nas colônias portuguesas, qualificados de “economicamente débeis”. Tal designação visava denominar a posição de indivíduos no sistema econômico substituindo-se as “classificações culturalistas e racialistas, evitando-se contudo a linguagem politizável das classes”. Em tal grupo, estavam “os trabalhadores tidos como rurais, mas também todos aqueles que, ocupando atividades diversas, não eram especializados”, reduzindo seu trabalho à “simples prestação de mão-de-obra”. Essa categoria incluía sobretudo “os trabalhadores que habitavam as periferias das cidades” nas colônias, uma população “na sua enorme maioria africana” (DOMINGOS; PERALTA, 2013, p. 59).

Esses trabalhadores não qualificados que povoavam a periferia das grandes cidades africanas do “império lusitano” – Lourenço Marques (rebatizada Maputo após a independência), Luanda, Bissau – constituíam o principal motor braçal da produção de riqueza do mundo colonial português. Como lembrado por Raquel Varela, o sistema econômico do império colonial português foi talvez o que mais usou, “de forma sistemática e por mais tempo, várias formas de trabalho forçado”, especialmente de trabalhadores não qualificados, e isto até seus últimos anos de existência. Obviamente, tal fonte de acumulação de riqueza dificilmente poderia existir sem uma ditadura e sua experiência para “gerir a força de trabalho” e impedir por meio da repressão que a produção fosse interrompida por greves ou movimentos sociais (VARELA, 2014, p. 24). Fonte braçal do capital do império, nota-se que são esses mesmos trabalhadores cujo “excedente” passará nessa época a migrar cada vez mais para as grandes cidades da metrópole, formando posteriormente a mão de obra barata do país alojada nas periferias de Porto, Lisboa e das outras cidades portuguesas.

Antes ainda de povoar as periferias de Portugal após as independências de seus países, essa população “economicamente débil” das colônias já preocupava a classe política portuguesa à medida que crescia nas periferias urbanas. Ao examinar as atas da Câmara dos Deputados portuguesa dessa época, vemos que o crescimento urbano no “ultramar” causava semelhantes preocupações àquelas expressas pelo vereador Van-Zeller no Porto. Em 1966, o deputado Neto de Miranda se expressava nestes termos na Assembleia Nacional da República:

Vou agora entrar propriamente na essência do problema (...) problema habitacional das classes economicamente débeis em Angola. Este facto assume maior relevância se pensarmos que grande parte da população que se avoluma em volta das cidades é o produto de um desenraizamento tribal, com todos os seus problemas e ligado a formas

primitivas de habitação. À medida que aumenta a massa branca, verifica-se um maior afluxo da população autóctone para as cidades, onde se acumula sem vigilância e engrossa o número de desempregados. (REPÚBLICA PORTUGUESA, Sessão nº31 da Assembleia Nacional; 10/02/1966)

Tais inquietudes no seio da classe política portuguesa e do próprio regime se reforçam no decorrer da década de 1960, já que são esses mesmos trabalhadores que constituem o fermento das revoltas sociais nas colônias. Será o caso por exemplo da greve dos trabalhadores do porto de Pidjiguiti, em Guiné-Bissau, em 1959; da luta dos Macondes do norte de Moçambique contra o trabalho forçado em 1960; ou ainda da greve dos algodoeiros da Baixa do Cassange, no norte de Angola, em 1961, todos esses episódios sendo brutalmente reprimidos pelas autoridades portuguesas. Como lembrado por Varela (2014, p. 25), essas revoltas dos trabalhadores mais explorados – e sua repressão – constituem o estopim das revoluções anticolonialistas africanas, impulsionando ou alimentando a emergência dos movimentos independentistas nesses países. Entendemos, portanto, por que o estrato social equivalente dessa população “economicamente débil” na metrópole, não qualificada, alojada nas ilhas ou nos novos bairros periféricos, vivendo de trabalhos precários e informais, era visto como uma população sensível que devia, na perspectiva da ditadura, ser disciplinada e constantemente vigiada de perto de forma a antecipar e prevenir qualquer distúrbio social. Nas palavras utilizadas pela Câmara Municipal do Porto, essa “vasta” população exigia das autoridades um “delicado” trabalho de “acção assistencial e disciplinar a exercer permanentemente” (CMP, setembro-outubro 1973, p. 526). Tal expressão resume bem a característica do autoritarismo lusitano do regime Salazarista –que também define a postura social da ditadura militar brasileira, que, como forma de gestão das populações mais pobres, oferece com uma mão um amparo social de viés paternalista, segurando ao mesmo tempo com a outra as algemas coercitivas do autoritarismo para aqueles que não obedeciam conforme o esperado.

O uso por Van-Zeller de uma categoria sociojurídica criada em contexto colonial não é portanto fortuito e revela um aspecto importante para entendermos melhor a formação histórica das políticas urbanas camarárias e do discurso construído pelo poder público sobre os moradores de bairros econômicos periféricos. Ademais, essas palavras também ilustram os intercâmbios políticos entre o espaço da metrópole e o espaço das colônias. Como lembrado por Domingos e Peralta, as políticas urbanas e laborais da ditadura portuguesa nas colônias e na metrópole são historicamente e estruturalmente interligadas:

a dinâmica de urbanização colonial e pós-colonial no espaço português se integra num conjunto de tendências estruturais que acompanha a formação de uma economia globalizada e de um sistema mundial, perceptível no quadro do funcionamento de uma divisão internacional do trabalho e da produção, em lógicas de estratificação social. Nas cidade, tais tendências ganham uma tradução espacial evidente e que, no universo colonial, foram caracterizadas por poderosos processos de racialização e categorização que instituíram formas de cidadania desiguais. É na cidade que a ordem espacial dos projetos e imaginações imperiais é concretizada. (DOMINGOS; PERALTA, 2013, p. X)

Nesse sentido, as políticas econômicas e sociais desenvolvidas pela ditadura portuguesa nos espaços urbanos coloniais africanos contribuíram fortemente para moldar as políticas urbanas desenvolvidas na metrópole, influência legível especificamente na segregação do espaço, ilustrando uma profunda estratificação e desigualdade social. Da mesma forma que a cultura portuguesa de produção do espaço e da arquitetura imprimiu suas características nos espaços colonizados (MILHEIRO, 2012), além de um modo de planificação e “ocupação do território como instrumento de controle e poder” que reflete o projeto socioeconômico da ditadura portuguesa (MOASSAB, 2013), esse processo funcionou também no sentido inverso, das colônias para a metrópole. Em outras palavras, como já previa Fernando Pessoa nos primeiros anos da ditadura: “É a fatalidade de todos os povos imperialistas que, ao fazer os outros escravos, a si mesmo se fazem escravos” (PESSOA, 2018, p. 348). Dessa forma, não são apenas modos de projeção e produção do espaço, mas também modos de produção de categorias sociológicas e de tecnologias de controle social, que circulam entre o espaço colonial português e sua metrópole, em ambos os sentidos.

Essa digressão pela história colonial de Portugal é indispensável para entender a realidade social do país nessa época e nos permite melhor compreender a formação do discurso político sobre a categoria da população alojada nos bairros camarários. Assim podemos analisar mais profundamente as inúmeras referências à “natureza” problemática e peculiar dos moradores desses bairros, fazendo dela uma categoria à parte, com natureza própria, que exige “pesada tarefa” de “administração” (CMP, setembro-outubro 1973, p. 526). No início da década de 1970, o discurso camarário sobre essa população cuja “natureza” implica “problemas morais” “extremamente graves” inscreve-se na continuidade do discurso já produzido na década anterior sobre a mesma população, que, ao ser removida das ilhas, precisava ser urgentemente reeducada segundo os “hábitos” da “civilização actual” (CMP, 1966, p. 7). Condiz com tais descrições o retrato feito pelo vereador Van-Zeller de uma população que endivida continuamente o poder público ao “construir barracos” de forma incontrolada, em qualquer local, para em seguida “reclamar alojamentos” cujos aluguéis,

mesmo que baixos, não terá condições de pagar em dia. Em suma, o discurso proferido na Câmara Municipal retrata tal população como naturalmente *inadequada* à ordem econômica e urbana idealizada pela ditadura salazarista, e por isto mesmo fonte de preocupações de ordens diversas por parte dos poderes públicos. É justamente a “natureza” problemática de tal população, demograficamente “instável”, politicamente imprevisível, moral e socialmente analfabeta na perspectiva do regime e da elite, que justifica a criação da jurisdição de exceção a ela destinada, concretizada por meio do regulamento camarário analisado anteriormente por nós. Essa situação de intenso controle social nos bairros aliada às carências urbanas sofridas e à crescente impopularidade do governo serão o fermento dos primeiros episódios de revolta de moradores nesses espaços, como veremos em detalhes no próximo tópico.

4.3.4 Um barril de pólvora na cidade

Apesar da modesta liberalização política empreendida pelo governo e das incipientes políticas sociais implantadas, incluindo investimentos na área da habitação, a abertura ensaiada por Marcello Caetano não diminuiu o descontentamento popular perante o regime. Com o passar dos anos, a autoridade da ditadura se via seriamente abalada pela impopularidade das guerras coloniais e pela miséria social vivida por muitos na metrópole, crise cujos sinais já se faziam sentir na década de 1960. O crescente clima de oposição ao regime será portanto outro traço dos últimos anos da ditadura, sob gestão governamental de Caetano. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1990, p. 17), “foi em 1969 que rigorosamente se iniciou a crise final da forma organizativa do Estado e, com ela, uma profunda crise de legitimação e de hegemonia”.

Como lembrado por Manuel Correia Fernandes, a desigualdade urbana e a situação habitacional crítica nas grandes cidades constituíam fermentos da contestação crescente nessa época, visível tanto pelas mobilizações nas Escolas de Arquitetura, nos Sindicatos de Arquitetos, como nos bairros populares: “entramos na chamada Primavera Marcelista, que já é um período onde muitos sentiam um possível fim do Regime”.⁹⁹ Ainda segundo ele, sinais de descontentamento e desobediência popular também se fazem sentir nos bairros camarários do Porto, sendo sistematicamente “reprimidos” e “sempre resolvidos de forma autoritária”. No início da década de 1970, mobilizações de moradores contra as medidas repressivas impostas pela Câmara se tornam mais frequentes. Em algumas ocasiões, tais mobilizações

⁹⁹ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

conseguem até impedir operações de despejo visando moradores do bairro. Em setembro de 1973, no bairro da Pasteleira, pela primeira vez moradores protestam coletivamente contra um despejo. No bairro São João de Deus, ocorrem também protestos contra a autoridade camarária nesse mesmo ano, que serão lembrados no jornal da Comissão de Moradores do Outeiro, poucos anos depois:

Em novembro 1973, no bairro de São João de Deus, os moradores impedem um despejo, a camionete que transportaria a mobília para o canil, pois eram para o canil que eram transportados os seus haveres, essa camionete desta vez foi vazia, pois os moradores assim decidiram (VOZ DO BAIRRO, fev. 1976, p. 5).

É também nesse período que emerge, nos bairros municipais do Porto, a primeira associação de moradores visando defender seus direitos e necessidades perante a autoridade camarária. No conjunto habitacional da Previdência de Ramalde, um dos primeiros destinado às classes populares, construído pela Câmara Municipal do Porto na década de 1950, moradores se organizam para constituir a primeira comissão de moradores como forma de atender às inúmeras carências urbanas do bairro e pressionar a Câmara para que as necessidades dos moradores sejam atendidas. Como exposto na Câmara Municipal pelo vereador Hugo Rocha em junho 1972, a recém-formada “comissão dos moradores” do bairro, que representa cerca de 400 famílias, mobiliza-se a partir de carências de vários tipos, entre as quais a falta de água em algumas partes do bairro, ausência de transporte e limpeza pública, ou ainda o estado deplorável das ruas e dos terrenos não construídos e dos jardins do bairro. Os moradores mobilizados ainda queriam pressionar a Câmara para exigir a construção de equipamentos coletivos, tais como parque infantil, espaços esportivos para os jovens ou ainda um centro social que permitiria, segundo um dos moradores, “formar um tanto mais a consciência da população local” (CMP, março-abril 1973, p. 163). É a primeira vez que o sentimento de injustiça urbana e espacial sofrida por moradores de bairros populares de gestão municipal inspira a formalização desse tipo de associação reivindicativa.

Esta constitui a primeira formação histórica de uma comissão de moradores identificada por nós em nossas fontes nos bairros populares do Porto, sendo talvez uma das únicas, formalmente criada ainda antes do 25 de Abril. Como veremos no próximo capítulo, a formação de comissões de moradores – inicialmente nos bairros municipais e em seguida em todos os bairros populares da cidade – marcará o início do maior movimento social urbano do período revolucionário que se segue ao 25 de Abril e à queda da ditadura salazarista.

No entanto, as críticas e mobilizações sociais em reação à política urbana da Câmara não se manifestam apenas nos bairros de habitação social. As amplas transformações urbanas decorrentes da aplicação do Plano de Melhoramentos e a construção dos novos bairros impacta também fortemente as regiões visadas e as zonas adjacentes. No decorrer do ano de 1973, são novamente encaminhadas à Câmara reivindicações de moradores, desta vez oriundas da rua Álvaro Gomes, na região da Pasteleira, em uma zona próxima ao bairro camarário recém-construído com esse nome. Os moradores se queixam “que tão encantadora zona se tem transformada em uma “floresta” de edifícios rodeados pela aridez de alguns arruamentos” e reclamam de uma “urbanização que (...) parece não ter seguido as regras de salvaguarda do ambiente residencial” e de proteção da saúde pública. Eles reivindicam que seja criada na região “uma vasta zona verde, que poderia (e deveria) constituir um verdadeiro “pulmão” para uma população de alguns milhares de almas que ali vivem”. Ainda segundo eles, tal zona, além de trazer um espaço de repouso e lazer para o bairro, poderia oferecer “um filtro verdadeiramente eficiente para a poluição química e sonora” (CMP, maio-junho 1974, p. 83). Tais reivindicações, assim como aquelas dos moradores do bairro da Providência de Ramalde, evidenciam como a radical transformação e recomposição do espaço urbano imposta tanto aos realojados como aos moradores das regiões vizinhas dos novos bairros geram debates e mobilizações locais. Essas populações que se veem afetadas diretamente por essas mudanças sem terem sido consultadas pelos poderes públicos se organizam em diferentes ocasiões para levar até a Câmara projetos urbanos que possam atender seus próprios anseios e necessidades.

Mais especificamente, o último caso citado também indica como a construção desses novos bairros impactou diversas regiões periurbanas do Porto, inclusive ao provocar a diminuição drástica das áreas verdes ou não construídas substituídas por conjuntos de edifícios. Em poucos anos, bairros antigos encontravam-se rodeados pela “floresta” de concreto evocada pelos moradores da rua Álvaro Gomes, modificando sua inserção no tecido urbano. Para permitir essas amplas operações urbanas, também foram necessárias desapropriações de alguns moradores desses bairros, provocando adensamento e mudanças na vida local. Nesse aspecto, podemos citar como exemplo um despacho publicado pela Câmara em março de 1972 visando à desapropriação de uma parcela de área verde para permitir estudos urbanísticos nas adjacências do bairro Contumil, que sofria intensas transformações com a construção de habitações camarárias na zona. O despacho citado, além de decretar a desapropriação de uma parcela pertencente à senhora Ana de Assunção de Santos e seu

marido, moradores do bairro, intima, em nome da polícia municipal, o morador Antonio dos Santos Pinto, “que ocupa a parcela com o cultivo de centeio e erva” a desocupar a área no prazo de 60 dias “sob pena de procedimento coercitivo” (CMP, março-abril 1972, p. 1013). Esse caso nos permite entrever algumas das transformações sociais provocadas pelas amplas realizações imobiliárias encabeçadas pela Câmara nessas zonas periurbanas. Por estarem situadas fora do centro da cidade, elas conservavam por vezes alguns traços de transição entre o rural e o urbano, inclusive modos informais de ocupação do solo ou pequenas hortas comunitárias, tal como a do senhor dos Santos Pinto, que as novas periferias projetadas pela Câmara iriam cobrir de concreto. Assim como os exemplos previamente citados, o caso da desapropriação da horta de Antonio dos Santos Pinto nos oferece mais uma amostra das intensas transformações causadas pela política habitacional camarária na época, mais especificamente na vida dos populares.

Como evocamos anteriormente, a precariedade da situação habitacional, que vinha se aprofundando desde a década de 1950, gerava um descontentamento crescente nos bairros populares do Porto nos anos que antecedem a revolução. E isso não apenas nos bairros camarários, como também nas ilhas remanescentes ou nos prédios sobreocupados do centro da cidade. Nesses prédios, chamados popularmente de “subalugas”, proprietários se aproveitavam da procura decorrente do déficit habitacional para subalugar quartos ou camas por durações muito curtas e sem garantia nenhuma para o inquilino¹⁰⁰. Em decorrência da extinção progressiva das ilhas, esse tipo de contrato precário e informal multiplica-se, causando novo fator de adensamento em algumas zonas centrais, especialmente no centro histórico, através desse fenômeno de sublocação, também apelidado por alguns de “casas-colmeias”. No fim de 1973, um vereador da Câmara Municipal expressa nestes termos sua viva preocupação diante da expansão desse tipo de moradia na zona de Miragaia, que ele descreve como “parte da zona superpovoada da cidade velha”. Em seu discurso, ele cobra reação por parte das autoridades perante o “alastramento para este bairro da nódoa que tanto entenebrece outros: as chamadas albergarias ou colmeias” e acrescenta “não perceber porque não é possível um severo controle desta forma de habitar (...) Exige-o a saúde moral da Cidade” (CMP, julho-agosto 1974, p. 17). Com efeito, a precariedade social e as carências urbanas não caracterizam apenas a realidade dos bairros periféricos, mas também das zonas populares da região central da cidade, sendo estes o fermento da revolta dos moradores do

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

Porto que alimentará um amplo movimento social urbano a partir da Revolução de 1974, como veremos em detalhes no próximo capítulo.

Ao longo das últimas páginas, pudemos analisar a evolução da questão habitacional na cidade do Porto, configurando um crescimento das ilhas e habitações informais na região central ao longo do século XX, apesar das legislações normativas instauradas na cidade no início do século. A partir da década de 1950, mesmo as contundentes políticas urbanas de remoção dos moradores das ilhas para os bairros camarários não lograram erradicar totalmente a informalidade urbana no centro, resultando por outro lado em uma ampla periferação da população pobre da cidade na zona suburbana do Porto. Ao administrar esses bairros por meio de um regulamento exclusivo e de um complexo sistema de vigilância e punições, as políticas municipais configuravam esses bairros como espaços periféricos de exceção. A população removida das ilhas era então tratada como categoria à parte de cidadão que exigia uma “delicada” tarefa de gestão e policiamento: entre vigilância, procedimentos coercitivos e ação social visando reeducá-la conforme os hábitos exigidos pela “civilização” idealizada pelo regime. Enquanto tais medidas reforçavam a exclusão social dessas populações deslocadas de seus bairros de origem, agravavam-se no período a pauperização da sociedade e a precariedade da situação habitacional, gerando crescentes tensões sociais que se traduziam no espaço urbano.

Tais tensões e carência urbanas se tornam palpáveis em diversos níveis e regiões no fim da década de 1960: superadensamento de bairros centrais em decorrência de ilhas remanescentes e de edifícios sobreocupados em razão do regime informal de sublocação; continuação do processo de remoção e demolição das ilhas remanescentes; desapropriações periféricas e transformação da vida periurbana pela expansão constante dos novos bairros municipais; estrito controle disciplinar exercido pela Câmara nesses bairros, resultando em transferências e despejos de moradores; e, por fim, crescente descontentamento e revolta por parte de moradores, que se manifesta com mobilizações coletivas e formação de movimentos reivindicatórios. Em decorrência de todas essas situações, às vésperas da Revolução de Abril 1974, os bairros populares da cidade do Porto – do centro histórico às zonas periurbanas – se assemelhavam, segundo os termos do arquiteto Manuel Correia Fernandes, a um grande

“barril de pólvora”¹⁰¹. Tal situação nos permite melhor compreender a irrupção de um amplo movimento de moradores em maio de 1974, nas semanas que se seguem à Revolução dos Cravos, movimento que se organiza primeiramente nos bairros camarários e que será o objeto de nosso próximo capítulo.

¹⁰¹ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

CAPÍTULO 5 | O MOVIMENTO DE MORADORES APÓS O 25 DE ABRIL

5.1 A REVOLUÇÃO E OS MOVIMENTOS DE MORADORES NO PORTO

5.1.1 O 25 de Abril e os bairros populares

No dia 25 de abril de 1974, uma sedição militar articulada por jovens capitães do exército, com apoio de ampla maioria da população, marca o fim da ditadura salazarista, que vigorava desde 1933, a mais longa da Europa no século XX. O episódio resultou de uma articulação corporativa causada pelo crescente descontentamento entre os médios e baixos escalões do exército português, promovendo a emergência do Movimento das Forças Armadas (MFA), que, em poucas horas, conseguiu obter a rendição do regime. Tal ação revolucionária, que ficou conhecida como a Revolução dos Cravos, teve sua origem em diversos fatores históricos. Em seus últimos anos de existência, o regime ditatorial encontrava-se profundamente desgastado e abalado, enfraquecido militarmente e economicamente por uma longa guerra colonial contra os levantes independentistas em curso nas colônias portuguesas africanas – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe –, então chamadas de “províncias ultramarinas” pelo governo português. Além da crescente impopularidade dessas guerras coloniais no seio da população portuguesa e das próprias forças armadas, ainda havia como sementes da revolta a situação de miséria social e de obscurantismo cultural mantida pelo regime ao longo de décadas de ditadura. A insatisfação crescente ressentida por grande parte da população já mostrava sinais de esgotamento do Regime. O levante do MFA concretizou a sua queda.

Ao longo do presente capítulo, analisaremos o amplo movimento de moradores que emerge na cidade do Porto a partir da data histórica do 25 de Abril. Para tal, contextualizaremos primeiramente esse movimento como parte do período revolucionário aberto por esse evento histórico, levando a uma profunda transformação da sociedade portuguesa.

O movimento do 25 de Abril desencadeou uma ampla revolução social que se alastrou por todo o país a partir desse dia, enquanto a população ocupava as ruas com seus clamores e suas esperanças. Como lembrado pelo historiador Valério Arcary (2012, p.14): “filha da

revolução colonial africana” e dos levantes populares nas colônias portuguesas, a “revolução social” portuguesa do pós-25 de Abril foi uma consequência histórica inesperada pelos capitães que articularam a queda do regime: “a insurreição militar precipitou a revolução”. Esse período de efervescência social ficou conhecido como o Período Revolucionário em Curso (PREC), cuja fase mais intensa se estende de 25 de abril de 1974 a 25 de novembro de 1975, encerrando-se com a expulsão da tendência revolucionária das forças armadas pela ala moderada rumo à normalização da vida política no país. Tal período foi marcado por intensas mobilizações sociais, com experiências profundas de poder popular e conflitos entre diferentes tendências políticas, incluindo tentativas de golpes contra-revolucionários pelos setores conservadores. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1992, p. 26), esses três semestres da história portuguesa viram emergir o movimento social “mais amplo e profundo da Europa do Pós-Guerra”, a última grande revolução social da Europa no século XX, de acordo com a historiadora Raquel Varela (2015).

No dia do 25 de abril, surpreendido pela Revolução, o governo de Marcello Caetano se refugia no Quartel do Carmo. Diante da notícia, o Quartel é cercado pelo Movimento das Forças Armadas e por uma multidão de manifestantes que exigem conjuntamente a sua rendição. Após a rápida renúncia de Caetano, é instituída uma Junta de Salvação Nacional (JSN), junta militar que deve temporariamente assumir o comando do Estado até a instalação de um governo provisório que iria se formar no mês seguinte. A junta é encabeçada pelo general Spínola. Antigamente fiel ao regime, Spínola tinha se desvinculado politicamente deste desde 1973, posicionando-se publicamente contra sua política colonial e contra a continuação da guerra nas colônias africanas.

Nas semanas que se seguem ao 25 de Abril, emergem amplos movimentos sociais populares que expressam, na prática, uma vontade de repensar a sociedade em todos os seus aspectos: criações de comissões de trabalhadores e greves em diferentes setores trabalhistas – siderurgia, têxtil, transporte –, greves estudantis, ou ainda mobilizações pela libertação dos presos políticos em Portugal e nas colônias africanas (SANTOS, 1997).

Nesse contexto, movimentos de moradores se formam em bairros populares de todo o país a fim de buscar soluções para as carências habitacionais e as necessidades mais prementes de cada bairro. Tais iniciativas podem ser vistas como uma consequência direta da precária situação habitacional e social na qual se encontrava grande parte da população urbana. Com efeito, o caráter “explosivo” da situação nos bairros populares não caracterizava apenas a realidade urbana da cidade do Porto, mas todas as grandes cidades do país, como

apontado, entre outros, pelo historiador Rui Canário (2014a). Na cidade de Lisboa, desde o início do século, parte da população mais pobre já vivia nos *bairros de lata*, compostos de pequenas casas feitas de materiais recuperados e construídos pelos próprios moradores em terrenos ocupados. Com o forte crescimento urbano que caracteriza as décadas pós-Segunda Guerra, além de surgirem novos bairros de lata, aparecem os *bairros clandestinos*, loteamentos clandestinos estabelecidos por pequenos proprietários fora das normas ou da regulamentação urbana. Garantindo uma possibilidade mais perene e duradoura que a habitação autoconstruída, estes atraíam parte da população dos bairros de lata que tinha alguma possibilidade de investimentos e alguns imigrantes recém-chegados à capital portuguesa. Dessa forma, na década de 1960, ao mesmo tempo que se constituía a zona metropolitana de Lisboa, e que parte da cidade se modernizava, as suas fortes desigualdades urbanas tornavam-se cada vez mais visíveis no território, configurando uma “cidade-metrópole dualista”, segundo a expressão usada pelo arquiteto Nuno Portas (NUNES, 2013).

As consequências sociais dessa situação urbana não tardaram a se revelar publicamente. Em 1967, as chuvas diluvianas que se abateram sobre a cidade provocaram enchentes que tiveram consequências trágicas em muitos bairros informais da periferia de Lisboa. Houve um número elevado de mortes e mais de mil pessoas ficaram desalojadas. Mesmo que o governo tenha tentado ocultar o episódio mediante censura, isto não impediu uma forte onda de solidariedade, provocando uma mobilização vinda de outros bairros e dos estudantes universitários da cidade, “colocando a nu o problema social da habitação” (CANÁRIO, 2014a, p. 5).

Em Setúbal, outro grande polo operário e industrial do país, a situação habitacional da população pobre também era crítica, caracterizando-se por um forte adensamento e compartilhamento informal dos espaços de vida alugados a um preço elevado para os trabalhadores. Como lembrado por Rui Canário (2014a, p. 7): “espaços exíguos e sobrelotados, húmidos e mal cheirosos, insalubridade, má qualidade de construção, preços elevados, são estes os qualificativos mais frequentes utilizados na imprensa para descrever o alojamento dos trabalhadores”.

As informações colhidas por meio do Primeiro Recenseamento Geral da População Residente e da Habitação, realizado em 1970, retratam, em nível nacional, essa realidade habitacional do país no fim da ditadura. Segundo o levantamento citado, havia em 1970 em Portugal, para uma população de cerca de 8 milhões de pessoas, mais de 2,5 milhões de pessoas morando em condições insalubres, ou seja, quase um terço da população; 35.780

famílias vivendo em barracas – em *bairros de lata* ou bairros clandestinos –, enquanto 68.515 famílias viviam em quartos ou em parte de casa compartilhada. De todas as moradias existentes, menos da metade possuía água encanada, menos de um terço possuía banho ou ducha e apenas 44% tinham eletricidade. Dessas moradias, 601.635 eram alojamentos superlotados (BANDEIRA, 1978).

Essa precariedade que caracteriza a vida dos populares nas grandes cidades não se limita apenas à questão da habitação, mas a todos os outros aspectos da vida: falta de infraestruturas, péssimo estado dos transportes e das vias de acesso aos bairros, falta de saneamento básico e de equipamentos coletivos de atendimento à população, como creches ou farmácias. Tais carências não atingiam apenas os bairros de barracas, mas também “os setores operários ou médios” (VARELA, 2015, p. 35). No caso do Porto, já evocamos o isolamento periférico, a vigilância dos fiscais e a rigidez do regulamento nos bairros camarários, assim como a ausência de transportes públicos e equipamentos coletivos, conjunto de condições que ocasionou episódios de revolta e mobilização por parte de moradores ainda antes do 25 de Abril. Todo esse quadro nos permite melhor entender a rápida emergência de um amplo movimento de moradores nos bairros populares das grandes cidades do país, ainda nos primeiros dias que se seguem à Revolução, como veremos no próximo tópico.

5.1.2 O movimento pioneiro dos bairros camarários

No Porto, assim como nas outras cidades, a população se apropria espontaneamente das ruas a partir do dia 25 de abril. Segundo o temor expresso por Marcello Caetano: “o poder caiu na rua” (BANDEIRINHA, 2014, p. 46) e foi logo reapropriado pelos mais diversos grupos da população, contrariando as diretrizes do MFA, que pedia: “que o povo se mantenha calma e que se recolha às suas residências” (VARELA, 2014, p. 34). Nos dias após o 25 de Abril, os comunicados distribuídos pelo movimento sindical e operário resumiam bem o espírito que reinava nas ruas da cidade. Em vez de esperar passivamente para a “transição” de governo desejada pelo MFA e outras forças políticas, estes apelavam para “ampla participação das massas populares” para “libertação total do povo português” (RODRIGUES, 1999, p. 82). Nas marchas e ações populares que se sucediam dias após dias desde então, estava ainda tudo por fazer, mas ainda não se sabia como iria ocorrer, na prática, a libertação do povo por ele mesmo. A eclosão do movimento de moradores nos bairros camarários, nessa mesma semana, apontou por alguns caminhos, sendo considerada uma experiência pioneira para os bairros populares no país. Foi no bairro São João de Deus, conjunto habitacional

camarário que sofria mais diretamente as carências urbanas e o autoritarismo da Câmara e do regime, que o primeiro movimento de moradores iria se estruturar. Segundo o jornal militante *Combate*, no dia 30 de abril, moradores do bairro promovem “a abertura de alguns Centros sociais até aí encerrados à população” onde “elementos dos mais activos (...) resolveram reunir-se” (COMBATE, julho 1974, p. 7). Em assembleia, estes formam uma comissão de moradores – a primeira a se estruturar após o 25 de Abril – e elaboram conjuntamente um primeiro caderno reivindicativo. No dia 1º de maio, juntando-se em cortejo à ampla manifestação que tomou as ruas da cidade nessa data, a primeira comissão de moradores criada na esteira da Revolução entregou seu caderno de reivindicações ao Quartel Geral do Porto. Nessa mesma manifestação, juntaram-se aos moradores de São João de Deus os moradores do bairro da Pasteleira, também em processo de organização. A partir desse dia, comissões de moradores se organizam em diversos outros bairros camarários (COMBATE, julho 1974, p. 7).

No dia 26 de maio, as diversas comissões já criadas organizam um grande protesto em frente à Câmara Municipal do Porto. Será a primeira grande ação de convergência e articulação do movimento. Será então entregue à Câmara um novo documento reivindicativo, mais completo, elaborado conjuntamente pelas comissões de diferentes bairros. Intitulado “nota reivindicativa dos moradores dos bairros camarários”, o texto exige “a satisfação dos direitos devidos aos mesmos” tendo como primeira reivindicação a “anulação imediata” do “regulamento que rege a ocupação dos bairros municipais”, assim como a “demissão imediata” do chefe “da Direção de Serviços de Habitação (...) (que) tem procedido com perfeito espírito fascista” em seu trabalho.

Se a bibliografia costuma mencionar, de fonte indireta, esse documento – geralmente chamado de “caderno reivindicativo” – fazendo apenas menção à exigência de revogação do regulamento, a leitura desse manifesto revela na verdade um conjunto bem mais amplo de exigências. Pelas reivindicações listadas, podemos observar a afirmação da coletividade dos moradores dos bairros enquanto base de um poder popular local, anunciando o espírito que conduzirá o movimento de moradores no Porto. Além do repúdio ao regulamento e à gestão camarária, os moradores exigem a reintegração nos bairros de “todos os ex-moradores dos bairros camarários, despejados sem justa causa, em face do regulamento”, o “congelamento” e “redução de todas as rendas” e a criação “de conselhos de bairros”, eleitos e composto por moradores que substituirão “os actuais fiscais” para resolver os

assuntos de cada bairro (BAIROS CAMARÁRIOS, “Nota reivindicativa dos moradores dos Bairros Camarários”, s.d.).

A própria história desses bairros municipais, desde sua criação até a Revolução dos Cravos, relatada em nosso último capítulo, permite-nos entender as sementes da revolta dos seus moradores, mas também o grau de organização e conscientização que se manifesta nesse movimento logo após o eclodir da revolução. Mencionamos anteriormente como a gestão autoritária da Câmara Municipal, assim como as múltiplas carências urbanas existentes nesses conjuntos habitacionais, já tinham inspirado mobilizações locais por parte de moradores ainda durante a ditadura, incluindo episódios de revolta popular contra a ameaça de remoção que pairava sob a vida de muitos moradores. Esses eventos nos ajudam a entender a rápida organização de comissões em alguns bairros camarários após o 25 de Abril. É significativo, pois, o fato que os dois bairros que tinham sido o palco das mais visíveis revoltas nos anos anteriores sejam os pioneiros na luta dos moradores após a Revolução: o bairro da Pasteleira e São João de Deus.

Além disso, vimos que pelo menos em um dos bairros municipais, o bairro da Providência de Ramalde, uma primeira organização local de moradores que se batizou comissão de moradores, já havia sido formada no período que antecede a Revolução dos Cravos, e isto em reação às inúmeras carências sofridas pelos habitantes. Essa primeira experiência pode ter sido a raiz histórica dos movimentos de moradores no Porto, que irrompeu e se estruturou em muito pouco tempo nos bairros camarários em maio de 1974, para logo em seguida se estender a todos os bairros populares da cidade.

Nossa leitura histórica, que parte da realidade específica dos bairros municipais desde a década de 1960, tem o interesse de evidenciar algumas raízes sociais e organizacionais do movimento de moradores pós-25 de Abril, enquanto a leitura historiográfica do PREC apresenta por vezes o surgimento dos movimentos sociais mais radicalizados como experiências singulares e quase que “espontâneas”, como fruto inesperado da euforia popular que seguiu a Revolução. Como identificado pelo historiador Valério Arcary (2012), uma leitura comum sobre o pós-25 de Abril e os períodos revolucionários da era contemporânea tende a analisar tais eventos a partir de seu desfecho, reduzindo-os a súbitos experimentos revolucionários logo derrotados pelo curso da história. Pelo contrário, consideramos fundamental compreender e reinserir tais eventos no curso da história social e política em que se encontram. Como apontado nesse aspecto por Arcary (2012, p. 13): “toda revolução é uma luta em processo, uma disputa, uma aposta em que reina a incerteza. Na história, não se pode

explicar o que aconteceu considerando somente o desfecho. (...) É uma ilusão de ótica do relógio da história”. Tal observação se faz importante para uma plena compreensão histórica do movimento de moradores que emerge na Revolução portuguesa, já que sua força e singularidade também são fruto de um processo histórico. Como lembra Rui Canário (2014b, p. 7), a luta dos moradores dos bairros populares portugueses se inscreve num tempo histórico longo que remonta ao surgimento da sociedade industrial no país, influenciada por uma tradição de associativismo e de organização comunitária nas bases, que se manteve viva até mesmo durante a ditadura.

No entanto, a especificidade do movimento dos moradores também é resultado das contradições específicas da cidade portuguesa naquele período, enquanto palco de profundas desigualdades. Como apontado por Maria Rodrigues (1999, p. 68): “a diversidade sócio-ecológica das condições de alojamento” das populações pobres em cada cidade, em Porto, Lisboa ou Setúbal, “condicionou as diferentes dinâmicas das acções coletivas nesses territórios urbanos” no período que segue a Revolução. Enquanto no Porto a revolta dos moradores dos bairros camarários assume um papel central, na cidade de Lisboa, são os moradores dos *bairros de lata* que terão inicialmente um protagonismo decisivo. Na mesma semana em que a primeira comissão de moradores se forma no Porto, as primeiras ocupações de casas devolutas ocorrem em Lisboa, sendo iniciadas por moradores de *bairros de lata*. Nos últimos dias do mês de abril, moradores de barracas do bairro da Boavista, na capital portuguesa, ocupam casas vagas em um bairro social recém-construído e ainda inabitado, na mesma região. Poucos dias depois, em 2 de maio, uma semelhante ação coletiva é realizada, enquanto uma ampla manifestação de moradores de bairros de *barracas* investia as ruas da freguesia da Ajuda. Ao alcançar um conjunto habitacional recém-construído pelo governo da ditadura, mas ainda não habitado, o chamado bairro Fundação Salazar, os manifestantes adentram os edifícios e ocupam o conjunto de casas com o intuito de nelas permanecerem (CANÁRIO, 2014a, p. 7).

Após a ocupação, o conjunto habitacional é rebatizado bairro 2 de Maio, substituindo a memória da ditadura pela memória da ocupação, enquanto os novos ocupantes passam a se organizar coletivamente para a gestão interna dos espaços. Apagando o vestígio da memória imposta pelo poder de posto, personalizada na figura do ditador, marca-se o início de uma outra era cuja data da ocupação constitui o marco fundador, em que emerge o protagonismo de um sujeito coletivo ainda em processo de formação. Ao longo do mês de maio de 1974, na esteira das mobilizações iniciadas pelos moradores de bairros de barracas na capital

portuguesa, diversas assembleias de moradores se formam nos bairros de Lisboa, formando as primeiras comissões de moradores da capital. Na cidade de Setúbal, os moradores de *bairros de lata* também promovem ocupações de casas nesse período. Segundo José Hipólito dos Santos (2014, p. 71), nas primeiras semanas que seguem o 25 de Abril, cerca de 2.000 casas devolutas teriam sido ocupadas em todo o país, a maioria delas pertencente a entidades públicas, como a Previdência, o município ou o Fundo de Fomento à Habitação.

Perante o tamanho do fenômeno, a Junta de Salvação Nacional (JSN) publica um comunicado que condena oficialmente as ocupações de casas vazias. No entanto, estas continuam ocorrendo nos dias seguintes. A JSN publica então outro comunicado, no dia 14 de maio, que anuncia a legalização das ocupações existentes, afirmando ao mesmo tempo a proibição de qualquer ocupação a partir daquela data (SANTOS; CRUZEIRO, 1997, p. 98).

As ocupações realizadas ao longo dessa primeira fase do movimento de moradores, nos meses que se seguem à Revolução, visam essencialmente edifícios destinados à habitação social que se encontravam desocupados. À leitura da bibliografia sobre o tema, os relatos que encontramos sobre tais ações se concentram principalmente em Lisboa e Setúbal, sendo protagonizadas sobretudo pelos moradores de barracas (HIPÓLITO SANTOS, 2014, p. 129). Em nossas fontes, identificamos no entanto a ocorrência de ocupações feitas na cidade do Porto, nessa primeira fase pós-revolucionária, nos próprios bairros camarários. Sem dúvida, estas participam do clima de mobilização coletiva que havia nesses bairros desde maio de 1974, mostrando a forte ligação entre a criação de comissões de moradores e a reapropriação das habitações devolutas na cidade desde essa época. Ao percorrer os relatórios mensais da Câmara Municipal, observamos que a primeira manifestação conjunta realizada pelos moradores dos bairros camarários em fim de maio de 1974 inspirou uma onda de dezenas de ocupações tendo por alvo as moradias desocupadas dos edifícios camarários. Esta vai se estender ao longo de todo o mês de junho, a ponto de em meados de julho a Direção dos Serviços de Habitação Camarária informar, por meio de um comunicado, não haver mais “casas disponíveis”, esclarecendo que “foram ocupadas abusivamente, a partir de 24 de Maio até a presente data, 97 moradias em diversos bairros camarários” (CMP, julho-agosto 1974, p. 469).

Dois dias após a publicação do comunicado, no dia 15 de julho, reúne-se o primeiro Plenário das Comissões de Bairro, com a presença de grupos oriundos de diversos bairros camarários. Na ocasião, representantes de quase todos os bairros municipais da cidade revogam oficialmente o regulamento imposto a eles pelo regime e aprovam, no lugar, uma lista de “Princípios Fundamentais Reguladores dos bairros camarários da cidade do Porto”. O

documento, bem com a “Nota reivindicativa” citada por nós anteriormente, constitui uma fonte de premente interesse. Ainda pouco explorados pelos historiadores, trata-se dos primeiros documentos escritos coletivamente a partir da articulação de um conjunto de comissões de moradores. Ambos são assinados por um sujeito coletivo, sem nomeação explícita de representantes: “Pelos habitantes dos bairros municipais” (ou “camarários”), aspecto que permanecerá como característico do modo de expressão pública das comissões de moradores da cidade nos anos seguintes. Também constituem-se nos poucos documentos produzidos através dos quais moradores de diversos bairros expressam conjuntamente uma narrativa crítica sobre a vida nesses locais e sobre a política habitacional da Câmara. Vejamos o conteúdo dos “Princípios fundamentais” publicados pela assembleia do dia 15 de julho. Após terem reafirmado, no primeiro artigo, a necessária revogação, “por completo e para sempre”, do regulamento camarário, o texto expõe os principais motivos pelos quais este se enquadra, segundo os moradores, “como um regulamento fascista”. Conforme o artigo 2º do documento, como princípio norteador da gestão camarária nos bairros municipais, tal regulamento:

- Colocou todos os habitantes dos Bairros camarários numa situação de insegurança quanto aos seus direitos à uma habitação;
- Criou um regime arbitrário e opressor que dominou a vida de todos da forma mais violenta, injusta e desumana;
- Retirou aos habitantes dos Bairros camarários todo e qualquer poder de iniciativa e decisão sobre os graves problemas referentes aos mesmos bairros;
- Desenvolveu um clima de medo e subserviência que muito prejudicou as relações entre os habitantes de cada bairro e entre os diversos bairros;
- Transformou um sistema de habitação social numa fonte de rendimento e de opressão camarários. (BAIRROS CAMARÁRIOS, 15/07/1974)

Os seguintes artigos afirmam a substituição do “regime arbitrário” imposto pela Câmara pelo poder de decisão coletiva dos moradores, sendo que “a vida nos bairros camarários deverá ser regulada pelos próprios habitantes” graças a “um sistema de comissões (de habitantes) eleitas democraticamente”.

Em seguida, o texto enumera uma série de medidas que visa reverter os efeitos da política municipal denunciada, das quais podemos citar algumas. O artigo 6º visa principalmente pôr fim à “insegurança” e precariedade criadas pelo regime camarário em relação ao direito à habitação. Sobre esse aspecto, afirma-se que “as habitações deverão passar à propriedade plena e incondicional dos seus actuais ocupantes”. Mais adiante, os moradores também afirmam querer acabar com o regime de aluguel tal como ele existe, já que este seria uma “fonte de rendimento” da Câmara, devendo essas rendas “ser revistas de acordo

a evitar injustiças e passarão a ser consideradas como mera participação nas despesas de manutenção dos edifícios”.

No artigo 8º, como forma de reduzir a situação de injustiça social vivida nos bairros, o documento reivindica o “apetrechamento” dos bairros com “estruturas escolares” e “de apoio social, cultural, desportivo a definir de acordo com a vontade de seus habitantes”, assim como a “criação de transportes públicos que sirvam os habitantes em condições de comodidade, rapidez, e economia”. Também podemos observar uma vontade de acabar com a situação de isolamento vivida por algumas famílias devido à perda da teia de relações que possuíam nas ilhas. Nesse sentido, o artigo 9º reivindica a: “cedência de casa aos filhos dos moradores que contraíram matrimônio, dando lhes prioridade em relação a outros inquilinos” e “desdobramento familiar (...) sempre que possível em casas juntas”, como forma de permitir uma transmissão geracional da segurança da posse assim como o ajuntamento de famílias estendidas nos mesmos bairros.

A primeira parte dos Princípios menciona também “o clima de medo e subserviência que muito prejudicou as relações entre os habitantes de cada bairro e entre os diversos bairros”, aspecto que também observamos em depoimentos de moradores dos bairros, que descrevem o clima de vigilância e individualismo sentido por alguns dentre eles. Sobre essa questão, alguns artigos do documento procuram combater o espírito de competitividade e individualismo e promover a igualdade e solidariedade entre os moradores dos bairros. O artigo 18, por exemplo, exige a “igualdade de circunstâncias e classificação das famílias, na entrada para qualquer bairro, eliminando a escolha e classificação de bairro”, enquanto outro artigo defende um amparo aos moradores mais necessitados com a “entrega imediata da casa sem qualquer encargo, aos moradores que vivem com dificuldades econômicas, por motivo de doenças, velhices, morte do outro cônjuge etc.”.

Por fim, um dos últimos artigos exige a “anulação do nome Machado Vaz”, que tinha sido atribuído a um dos bairros municipais, “ficando somente Bairro de São Roque da Lameira”. Como já mencionado por nós, Machado Vaz, engenheiro de formação e presidente da Câmara Municipal do Porto a partir de 1953, era responsável pela política de remoção das ilhas e pela construção dos novos bairros. Politicamente, era também próximo do ministro das Obras Públicas de Salazar, o engenheiro Arantes e Oliveira, que substituiria nesse cargo em 1967. Mais uma vez, a ressignificação do espaço urbano retomado pelos moradores passa também, inicialmente, pela substituição de um nome que personifica o poder. Neste caso, o

nome repudiado simboliza, para os moradores, o autoritarismo da Câmara e, portanto, a retirada do poder deles próprios sobre o bairro no qual habitam.

Os princípios defendidos pelo plenário do movimento dos bairros camarários visam construir um projeto de reorganização da vida nesses espaços urbanos que se afirma como uma antítese da política de gestão da Câmara. Em tal projeto, a organização horizontal e coletiva dos moradores, a solidariedade entre eles e a segurança da posse substituem a lógica da separação, do individualismo, o espírito de vigilância e denunciamento e a precariedade do regime de habitação. Contudo, se consideramos representativos os depoimentos colhidos recentemente em bairros municipais, e citados no capítulo anterior, o movimento de moradores não parece ter logrado instaurar seu projeto de forma perene nesses bairros. Além do fato de não termos encontrado nenhum resquício visível das comissões criadas na década de 1970, alguns dos aspectos da vida rechaçados continuam visíveis nos depoimentos recentes de alguns moradores. Como veremos mais adiante, os efeitos concretos dos movimentos de moradores foram efetivamente mais expressivos nos bairros populares que não dependiam diretamente da gestão camarária.

O grau de mobilização, consciência e organização dos bairros municipais do Porto nessa época marca sem dúvida a constituição do movimento de moradores na cidade. Essa experiência traça algumas linhas que vão se reafirmar no trabalho das comissões que se espalham pelos bairros nos meses seguintes: autonomia dos moradores perante os poderes públicos, autogestão da vida local a partir do próprio bairro e da organização coletiva, horizontalidade e apoio mútuo, afirmação da população do bairro enquanto sujeito coletivo. A luta dos bairros camarários será retratada nas canções populares do Grupo de Ação Cultural (GAC), grupo criado nas semanas que se seguem à Revolução por cantores que queriam colocar suas vozes a serviço da população com intuito de apoiar “as reivindicações do povo trabalhador e do movimento democrático popular”. Integrando inicialmente cantores ilustres tais como José Afonso, José Mário Branco ou Fausto, a experiência marca os primeiros passos da “Canção de intervenção” no país no pós-25 de Abril (CASTRO, 2012, p. 103).

Entre seus primeiros “cantos de luta”, o GAC realiza uma música em homenagem à luta nos bairros, que, segundo José Maria Branco, teria sido realizada a pedido dos próprios moradores do bairro São João de Deus, que queriam ver sua luta retratada musicalmente (CASTRO, 2012, p. 108). Em uma forma que remete à poesia épica, os versos da canção relatam a luta dos moradores camarários como um passo histórico no caminho da libertação do povo português:

Os fascistas cá do Porto, fazem bairros camarários
 Escondem nossa miséria nas costas dos seus palácios
 E opressão aos moradores, nas costas do alvará
 A opressão tem mil caras, tudo rouba e nada dá
 (...)
 Em Portugal libertado tudo isso acabará
 Moradores, povo unido. Tudo junto mudará
 Atiremos pra lixeira, a camionete e o fiscal
 Ajudaremos assim a libertar Portugal
 E gritemos todos juntos pra ajudar o movimento
 Abaixo o Abel Monteiro¹⁰² mais o seu regulamento
 (GAC, 1975)

Como lembrado pelo arquiteto Alexandre Alves Costa no decorrer das entrevistas que tivemos ocasião de realizar com ele, o movimento dos bairros camarários teve um papel histórico importante não apenas ao abrir o caminho para outras mobilizações de moradores na cidade, mas também ao denunciar publicamente a dificuldade de se viver nos novos bairros periféricos. Tal fato evidenciava para os moradores de aluguel da região central a importância de preservar as teias de relações constituídas em seus bairros e de se mobilizar para neles permanecerem. Segundo as palavras do arquiteto:

O movimento dos bairros camarários, que foi bastante espontâneo e iniciou-se antes do 25 de abril, foi muito importante porque funcionou como uma espécie de pedagogia para as pessoas das ilhas, mas também das outras zonas da cidade. (...). O movimento dos bairros camarários fez as pessoas das ilhas entender que mais valia permanecer no centro da cidade do que ir para periferia que tinha enormes inconvenientes do ponto de vista dos transportes, do ponto de vista da vigilância política e do ponto de vista da perda do sistema de interajuda entre vizinhos.¹⁰³

Após esse primeiro semestre, no qual o protagonismo da luta de moradores emana sobretudo dos bairros municipais, diversas comissões e movimentos de moradores começam a se organizar em outros locais da cidade, nos bairros populares da região central, nas zonas de subalugas, assim como nas periferias. No entanto, o Plenário dos Bairros Camarários continuará ocupando um papel de articulação do movimento na cidade do Porto ao longo de todo o primeiro ano do Período Revolucionário. No próximo tópico, veremos como, a partir dessa primeira fase de luta nos bairros que dependiam da administração municipal, o movimento de moradores se estende a todos os bairros populares da cidade.

¹⁰² Ex-diretor da Repartição de Ocupação de Casas da Câmara Municipal do Porto, Abel Monteiro era considerado pelos moradores um dos responsáveis pelo regulamento.

¹⁰³ Entrevista realizada com Alexandre Alves Costa, no bairro da Boavista, na cidade do Porto, em 26/01/2018.

5.1.3 Da Lei das Rendas ao verão quente

Diante da intensidade dos movimentos de moradores em todas as cidades do país, o governo provisório vai se ver obrigado a tomar algumas medidas no sentido de satisfazer as reivindicações da população. A primeira entre elas intervém no campo do mercado da habitação. No fim de maio de 1974, é publicado um decreto-lei que anuncia as primeiras medidas econômicas do governo, incluindo um congelamento das rendas urbanas, como forma de resposta ao movimento de moradores (DIÁRIO DO GOVERNO, 27/05/1974).

No mesmo período, um conjunto de arquitetos engajados na luta por habitação estuda a possibilidade de uma política de Estado que permita produzir habitação a partir das demandas e necessidades dos próprios moradores, como forma de apoiar os movimentos que emergem nos bairros. Essas discussões se inscrevem na continuidade dos debates que existiam nas Escolas de Arquitetura a respeito do necessário engajamento social da profissão no campo da habitação social, ideia popularizada a partir do Primeiro Congresso dos Arquitetos Portugueses, de 1948.¹⁰⁴ Entre os arquitetos mais engajados nas discussões, encontram-se Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, formado na Escola de Belas Artes do Porto e secretário de Estado da Habitação e Urbanismo no então governo provisório. Eles idealizam então uma forma de o Estado financiar uma estrutura descentralizada de apoio aos movimentos de moradores para concepção e construção de habitação nos bairros.

Tais reflexões inspiram-se em experiências e ideias vindas de diversos locais do mundo: desde as práticas populares de autoconstrução na América Latina às ideias do arquiteto britânico John Turner, passando pela teoria do *advocay planning*, desenvolvida pelo estadunidense Paul Davidoff, que defendia um urbanismo participativo a serviço das comunidades. Influenciado por essas diversas experiências, é criado no fim de julho de 1974 em Portugal o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), mediante um despacho do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social. O projeto do SAAL é idealizado por Portas e Teotónio Pereira com envolvimento de diversos outros arquitetos e arquitetas (SARDO, 2014, p. 27).

Para o Porto e sua região, é criada uma seção específica nomeada SAAL-Norte, que se organiza em brigadas técnicas de profissionais que devem atuar de acordo com as demandas dos bairros necessitados e trabalhar conjuntamente com as organizações de

¹⁰⁴ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

moradores. Coordenado pelos arquitetos Alexandre Alves Costa, Margarida Coelho e Mário Brochado Coelho, o SAAL-Norte desenvolve desde seu início “um programa de envolvimento efectivo com as populações”, tendo seus primeiros trabalhos se iniciado no fim de setembro de 1974 nos bairros de Antas, Sé e Leal (SARDO, 2014, p. 36). Outra atitude tomada pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo de Nuno Portas visa trazer uma resposta às greves de aluguéis e ocupações de casas devolutas que ocorrem nas diferentes cidades do país desde maio de 1974. No dia 12 de setembro, a secretaria publica o Decreto-Lei n. 445/74, que obriga os proprietários de bens imobiliários a disponibilizar para aluguel as casas ou apartamentos devolutos em condição de uso em um prazo de 120 dias, decreto que ficou conhecido como Lei das Rendas (DIÁRIO DO GOVERNO, 12/09/1974; DL 445/74, art. 5.).

Nesse período, o governo provisório passa por transformações decorrentes de embates e contradições entre as diferentes tendências políticas que o compunham. Naquele momento, conviviam no seio do campo estatal desde tendências progressistas moderadas a setores mais radicais ou revolucionários. Estes últimos haviam de compor com as tendências conservadoras, representadas por alguns generais da Junta de Salvação Nacional (JSN), a começar pelo chefe do governo provisório: o general Spínola. Perante a radicalização das ruas e do processo revolucionário em curso, parte do campo conservador e nacionalista planeja, para o fim de setembro de 1974, uma ampla manifestação da “maioria silenciosa” em apoio à tendência conservadora representada pelo general. Este, por sua vez, lograva alcançar maior concentração de poder em suas mãos para encabeçar a normalização da vida política e o encerramento da aventura revolucionária. Entre os articuladores da manifestação encontram-se alguns dos generais mais conservadores da JSN, como Manuel Diogo Neto e Carlos Galvão de Melo, este mesmo que, poucos meses antes, havia causado uma polêmica ao efetuar uma calorosa visita diplomática ao governo militar brasileiro durante a qual comparou o 25 de Abril com o golpe de 1964 (SANTOS; CRUZEIRO; 1997, p. 112). No dia 27 de setembro de 1974, membros do Comando Operacional do Continente (COPCON), grupo militar ligado ao MFA que representava a tendência mais à esquerda das forças armadas, descobrem a manifestação planejada para o dia seguinte e o projeto de golpe contra-revolucionário. Os principais organizadores da manifestação e políticos ligados ao Estado Novo são presos. Derrotados, Spínola e os generais que compunham a ala conservadora da JSN se veem obrigado a renunciar no dia 30 do mesmo mês.

Como identificado pelo historiador Fernando Rosas (2012, p. 273), a derrota do golpe spinolista, que saneava o governo provisório de suas tendências mais conservadoras, abrirá uma nova fase no período revolucionário português, com uma “radicalização do processo à esquerda”. Tais acontecimentos são acompanhados de perto por alguns observadores internacionais, causando inclusive preocupação entre os setores dirigentes do mundo ocidental, no contexto da Guerra Fria. Em julho de 1974, Henry Kissinger, então secretário de Estado do presidente estadunidense Richard Nixon, já tinha afirmado à imprensa que a situação em Portugal estava causando “a preocupação da América”. Como forma de tentar manter certa influência econômica e controle sobre a situação social do país, os Estados Unidos direcionam ao governo português, no fim do ano, ajuda econômica num valor de 75 milhões de dólares, para ser aplicado no campo da habitação, transporte, agricultura, ensino e saúde (SANTOS; CRUZEIRO, 1997, p. 126; 166).

Enquanto isso, no decorrer do segundo semestre de 1974, o movimento de moradores se estrutura e se implanta de forma mais organizada em muitos bairros do país. No Porto, estende-se progressivamente a diversos bairros da cidade, fora dos bairros camarários, inspirando a formação de associações e comissões de moradores. Na região central, grupos de moradores começam a se organizar em movimentos na zona da rua da Bouça e de Massarelos assim como os moradores das chamadas “casas-colmeias” ou subalugas. No dia 30 de novembro, estes saem às ruas em manifestação e ocupam o edifício da Câmara Municipal para obter um diálogo com sua Comissão Administrativa sobre a situação dos prédios superlotados e subalugados da cidade (COELHO, 1986, p. 651).

Entre o fim de 1974 e ao longo de 1975 se organizam e se estruturam comissões de moradores em todos os cantos e periferias da cidade do Porto. O comunicado elaborado durante o Plenário do SAAL-Norte em 18 de março de 1975, assinado por representantes de diversas comissões de moradores e brigadas técnicas da cidade, permite-nos estabelecer um levantamento dos principais bairros organizados enquanto movimento naquela época. Assinam tal comunicado comissões e associações de 29 bairros do grande Porto, incluindo alguns situados nas zonas centrais da Bouça, da Lapa, da Sé, mas também em regiões mais afastadas do leste, como em Contumil, e do oeste, em Matosinhos¹⁰⁵. Também já integravam a lista comissões formadas por moradores de alguns dos distritos mais periféricos do Grande Porto: como em Vila Nova de Gaia, na margem sul do Douro, ou no

¹⁰⁵ A localização geográfica dos principais bairros citados nesta pesquisa é indicada nos mapas que constam no Anexo 2, nas páginas 475 e 476.

concelho de Gondomar (SAAL-NORTE, 18/03/1975). Vale lembrar que não constam nesse levantamento as comissões dos bairros que não trabalhavam nesse momento com o SAAL-Norte, tais como as comissões dos bairros camarários. Nos meses que se seguem a esse plenário, continuarão surgindo novas comissões, tais como em Pedrouços, Candal ou Campanhã.

A essa altura, para a maioria das comissões, o projeto de construção de habitação elaborado conjuntamente com o SAAL-Norte representava apenas um dos aspectos do trabalho realizado, e ainda de forma incipiente. Enquanto as brigadas técnicas procuram se colocar a serviço das comissões para atender suas necessidades, estas encontram diversos obstáculos que dificultam a concretização do programa. Segundo o comunicado anteriormente citado, tais dificuldades iriam desde a “sabotagem política” do funcionalismo municipal à “burocracia e resistência do próprio Fundo de Fomento de Habitação” (SAAL-NORTE, 18/03/1975).

Nesse período, as comissões e associações se organizam sobretudo em torno das necessidades prementes de cada bairro, em uma perspectiva de gestão coletiva e local da vida pelos próprios moradores, ideia que pode ser resumida por este lema, citado no jornal da Comissão de Contumil: “façamos por nossas mãos tudo que a nós diz respeito” (MORADORES EM LUTA, agosto-setembro 1975, p. 7). Organizadas de forma autônoma, a partir do bairro, tais comissões visavam ser reconhecidas “no decorrer do processo revolucionário” como “legítimos representantes do povo” (MORADORES EM LUTA, agosto-setembro 1975, p. 3) para conquistar “tudo a que tem direito” rumo à construção de um “poder popular” (BOLETIM, n. 4, 1975). Em Massarelos, em março de 1975, o edifício de um antigo armazém frigorífico de peixe, na margem do Rio Douro, é ocupado e transformado pela associação de moradores em creche e centro esportivo voltado para toda a população, e especificamente para as crianças e adolescentes. Em muitas zonas populares da região central, a questão da assistência à pequena infância aparece de fato como uma das reivindicações mais prementes. No mesmo mês, outro edifício é ocupado na freguesia de Bonfim, também transformado pelos moradores em infantário para atender as crianças da zona de São Victor e adjacências, sendo esta uma região que ainda contava com muitas ilhas e “subalugas” (RODRIGUES, 1999, p. 111). Outros infantários populares serão também organizados por moradores em outras zonas nos meses seguintes, em Candal ou ainda em Antas (CANDAL MARCO, s.d.).

No bairro da Foz do Douro, um antigo quartel de bombeiro desocupado será ocupado pela comissão de moradores com o intuito de transformá-lo em posto de saúde com consultas gratuitas voltadas para a população do bairro (COMBATE, dezembro 1975, p. 2). Essa demanda por descentralização da saúde também ressurte em muitas dos jornais e boletins editados pelas associações de moradores da cidade, inspirando outras experiências de ambulatórios e clínicas populares organizadas pelos próprios moradores. Em outros bairros, as experiências coletivas de moradores se voltarão inicialmente para o campo da educação e da cultura, como no bairro central da Vitória, como relatado no segundo número do órgão informativo criado pela associação do bairro: “Foi criado um sector de alfabetização que funcionou com pleno êxito durante todo o ano. Foram exibidos 17 filmes culturais e 6 peças de teatros e realizadas palestras e colóquios. Brevemente contamos pôr em funcionamento a biblioteca” (VITÓRIA EM LUTA, n. 2; s.d.).

A busca pela concretização dessas demandas em escala local se equipara, como bem lembra Maria Rodrigues (1999, p. 116), a uma luta pela transformação do cotidiano em vista de uma profunda “transformação da sociedade” através da “apropriação coletiva do espaço urbano”. Tal apropriação do espaço se articula na experiência do movimento com uma reapropriação do tempo e da própria vida, como ressaltado por estes versos publicados no *Boletim* da comissão de moradores de Contumil:

A luta pela habitação
É uma luta invulgar
É a luta da razão
Entre viver e vegetar

Se não queres vegetar
Se de fato queres viver
Junte-te a nós, vem lutar
Com certeza de vencer
(MORADORES EM LUTA, 1975, p. 9)

Essa transformação da vida, por sua vez, resultaria em uma ressignificação da realidade que seria repensada em todos seus aspectos, como evocado com certo humor no jornal da comissão de moradores do Pegô Negro, citado por Rodrigues: “o nosso primeiro jornal, decidimos chamar-lhe “realidade”, pois a realidade é bem má, e é preciso modificá-la” (A REALIDADE, 1976 *apud* RODRIGUES, 1999, p. 117).

Nesse sentido, o movimento de moradores do pós-25 de Abril foi talvez a experiência coletiva que mais levou a cabo o lema “transformar a vida para transformar o

mundo”, que atravessou diversos movimentos sociais a partir do fim da década de 1960. Popularizado pelas revoltas francesas de Maio de 1968, a frase concluía então alguns dos panfletos anônimos distribuídos pelas ruas de Nanterre e Paris. Distanciando-se da postura marxista tradicional e do projeto socialista defendido pelo Partido Comunista, grande parte da geração que toma as ruas em muitos lugares do mundo nessa época adere à ideia de que a transformação do mundo e da sociedade deveria começar por uma transformação da vida cotidiana, e não por uma tomada do poder do Estado – seja pela via partidária seja pela luta armada. Na França, tal ideia foi teorizada em alguns escritos da Internacional Situacionista, na revista de mesmo nome, e nos trabalhos do sociólogo Henri Lefebvre. No decorrer da década de 1960, estes desdobram a partir dela uma crítica radical do urbanismo segundo a qual “mudar a vida” implicaria primeiramente “transformar a cidade” (URVOY, 2019).

Tais debates nos ajudam a entender as divergências de perspectivas que podiam haver, no seio da revolução portuguesa, entre a parte da extrema-esquerda que apostava na via partidária, representada principalmente pelo Partido Comunista Português, e os grupos que defendiam uma revolução em ato que devia se concretizar com a retomada da vida cotidiana, dos meios de organização social e de produção. Tal divergência será um dos elementos que alimentará um crescente conflito de legitimidade entre os diferentes campos da esquerda portuguesa ao longo do PREC, como veremos.

Além das experiências de organização de centros sociais e equipamentos coletivos pelo movimento de moradores, ocorrem também outras ocupações de casas no intuito de atender mais especificamente a demanda por habitação. No início de 1975, enquanto o governo não adota atitude expressiva para efetivar o decreto que obrigava os proprietários a disponibilizar as casas vazias – a chamada Lei das Rendas –, ocorre uma nova onda de ocupações de prédios e casas vazias em todo o país. Na cidade do Porto, passado o prazo de 120 dias estipulado pelo governo para os proprietários colocarem as casas não habitadas no mercado, a Comissão de Burgães e de Bouça realiza a ocupação de um prédio composto por 32 habitações que se encontravam vazias há cerca de uma década (HIPÓLITO SANTOS, 2014, p. 108).

No mesmo período, o movimento de moradores reforça sua articulação na escala da cidade, aprofundando suas reivindicações e radicalizando sua trajetória. No início de abril de 1975, uma assembleia plenária realizada no Palácio de Cristal reúne comissões de moradores de todo o Porto, assim como brigadas técnicas e coordenadores do SAAL. O plenário se encerra com uma manifestação em direção à Câmara Municipal e ao Quartel-

General, para onde são levadas algumas das principais reivindicações dos bairros organizados. Entre elas:

- Exigir a nacionalização dos solos urbanos e urbanizáveis e gestão popular desses terrenos através das respectivas Associações de Moradores.
- Exigir a concretização imediata de todos os processo de desapropriação.
- Imediata ocupação, organizadas pelas Associações de Moradores, das casas abandonadas, indevidamente vazias, e situadas nas respectivas zonas para benefício dos moradores necessitados. (COMBATE, abril-maio 1975, p. 8)

A nota publicada pelo plenário ainda sugere que “todos os moradores que moram nas zonas de intervenção SAAL, já com processos de expropriação entregue ao governo, deixem de pagar as rendas a partir desta data”, assim como todos os moradores de subalugas. Também constam nas reivindicações o reconhecimento imediato das comissões de moradores enquanto entidade representativa dos bairros pela Câmara Municipal e uma reorganização da Câmara que incluísse participação direta das comissões, além de autonomização do SAAL em relação ao Fundo de Fomento da Habitação (BOLETIM, n. 4, 1975, p. 5). A radicalização e estruturação do movimento em escala regional não ocorrem apenas no Porto, mas também em outros locais do país. No mesmo período são organizadas assembleias plenárias “Intercomissões” em Lisboa e na região de Sintra e Oeiras (SANTOS; CRUZEIRO, 1997, p. 204).

Nesse contexto, perante a pressão das classes proprietárias, setores ligados ao governo veem como urgente a necessidade de conter a onda de ocupação e radicalização ou de pelo menos enquadrá-la dentro da legalidade. Membros do Comando Operacional do Continente (COPCON), conjuntamente com a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), encaminham ao governo um projeto de lei no intuito de legalizar a prática das ocupações, desde que estas sejam organizadas por comissões de moradores e estipulem o pagamento de uma renda de acordo com as possibilidades dos moradores. O projeto é rejeitado pelo governo, que no lugar publica no dia 14 de abril de 1975 um decreto-lei que reconhece e autoriza as ocupações já realizadas, mas que ao mesmo tempo proíbe qualquer nova ocupação de edifício sob ameaça de pena de dois anos de prisão para qualquer novo ocupante (DIÁRIO DO GOVERNO, 14/04/1975).



Fig. 30: Manifestação de moradores na região central do Porto, sem data (Acervo fotográfico da associação de Massarelos).

Forte em sua articulação na escala regional e nacional, o movimento de moradores traz uma resposta contundente e coordenada a esse decreto-lei organizando amplas manifestações em todo o país ao longo da primavera. Em Porto, em Lisboa e Setúbal, os manifestantes exigem a revogação do que qualificam como o “decreto anti-ocupações” (HIPÓLITO SANTOS, 2014, p. 111) e seguem levantando palavras de ordem que denunciam as carências habitacionais, entre as quais: “casas sim, barracas não!”. Poucos dias após a publicação do decreto-lei, um conjunto de comissões articuladas no seio do SAAL-NORTE publica um documento que afirma o seguinte:

Milhares de casas vazias foram ocupadas em todo país por famílias necessitadas de uma habitação decente e digna. Foi um amplo movimento dirigido contra os abusos intoleráveis dos proprietários que mantinham casas vazias em bom estado e habitáveis, apenas em nome de seu “direito de propriedade”. Os trabalhadores procuraram resolver pelas próprias mãos um problema que lhes diz respeito. (...) Sucedeu, porém, que tal esperança saiu “furada”. Mais uma vez, os interesses dos senhorios souberam passar a frente do que é justo e a lei “revolucionária” saiu contra o povo e suas conquistas. É o decreto Lei nº198A 75 de 14 de abril (...) arma dos senhorios contra o povo e por isso exigimos sua revogação imediata. (SAAL-NORTE, 17/05/1975)

Como podemos ler por meio desse comunicado, as lutas contra o decreto-lei de 14 de abril são reflexos de um conflito político que opõe os partidos de esquerda e grupos políticos que compunham o governo aos movimentos populares urbanos em torno da legitimidade

“revolucionária”. Diante da publicação do decreto, o movimento de moradores se sentia traído pelo campo da esquerda institucional e a acusava de se apropriar do poder para neutralizar a revolução popular. Com efeito, a radicalização dos movimentos de moradores e dos movimentos sociais que emanavam das ruas ocorria em meio a um contexto de disputa política intensa entre diferentes grupos políticos que divergiam sobre os rumos a seguir no decorrer do processo revolucionário. Como lembrado pelo historiador Fernando Rosas, a partir dos primeiros meses de 1975, o chamado Período Revolucionário em Curso no país é marcado por dissensos entre distintos grupos e partidos de esquerda. Entre estes, alguns defendem uma normalização institucional pela via partidária, tais como o Partido Comunista Português (PCP) – para “avançar ordeiramente” rumo a uma democracia popular inspirada no socialismo de Estado soviético – e o Partido Socialista (PS) – que queria instalar uma democracia popular pluralista à ocidental. Por outro lado, outros grupos defendiam a efetivação do poder popular pela via revolucionária, entre os quais, grupos de esquerda radical, maoístas e libertários, ou ainda movimentos da sociedade civil que apostavam na autogestão local, como era o caso de muitas comissões de moradores. A tendência favorável a este último campo, no seio das Forças Armadas, era representada pelo COPCON, que considerava que o MFA devia seguir defendendo a via revolucionária iniciada com o 25 de Abril (ROSAS, 2012, p. 273).

Em consequência dessas divergências de opiniões, os campos que compartilhavam o poder institucional passavam por sucessivas crises de legitimidade e conflitos internos, opondo diferentes partidos e setores políticos. Após uma nova tentativa falha de ofensiva contra-revolucionária encabeçada por Spínola, em 11 de março de 1975, a esquerda institucional se reafirma no poder. Constitui-se então o Conselho da Revolução, que consagra uma aliança entre o MFA e alguns partidos políticos no intuito de prosseguir com os objetivos da Revolução de 1974. Em 25 de abril de 1975, ocorrem as primeiras eleições para Assembleia Constituinte. Os resultados favorecem a posição do Partido Socialista (PS) e do Partido Popular Democrático (PPD – hoje conhecido como PSD), que defendiam uma normalização da vida política e um fortalecimento do governo e da Assembleia como bases do poder. Enquanto isso, o Partido Comunista Português (PCP) e os outros partidos de extrema-esquerda se tornam minoritário na Assembleia. Tal episódio vai acirrar o conflito entre as diferentes legitimidades políticas propostas: a dos partidos, que disputam o poder e a Assembleia; a do MFA, que segue no governo; e a das ruas, representada por aqueles que defendiam o horizonte revolucionário e rejeitavam o processo eleitoral denunciado como

tentativa de usurpar o poder popular. Após as eleições de abril de 1975, pela primeira vez, a legitimidade dos partidos moderados encontrava-se em posição para se contrapor à legitimidade das ruas e aos partidos de esquerda radical, conforme lembra Rosas (2012, p. 277): “Não tendo tido força para impedir a realização das eleições constituintes, o PCP e a esquerda radical veem a legitimidade revolucionária que invocavam para liderar o processo ser desafiada pela política e simbolicamente fortíssima legitimidade das urnas”.

É precisamente nesse contexto de tensões políticas que as pautas levantadas pelo movimento de moradores tocam em assuntos que cristalizam os debates, entre os quais, a questão da propriedade privada. A partir de uma luta pelo direito à moradia e contra as carências urbanas, o movimento de moradores questiona diretamente a concentração da propriedade privada e dos meios de produção entre uma classe minoritária, mais especificamente, no contexto urbano. De certa forma, tratava-se de uma resposta histórica dada à sociedade moldada por décadas de ditadura salazarista. Como vimos no capítulo anterior, a concentração do capital entre as classes proprietárias, que apoiavam o regime, e a consagração da propriedade privada estavam entre os fundamentos da política econômica e habitacional de Salazar. Como bem lembrado pelo historiador Valério Arcary (2012, p. 13): “O regime que mantém Portugal como o mais pobre país europeu é o resultado de um longo processo de reação das classes proprietárias e seus aliados nas classes médias proprietárias”. A partir da década de 1960, em um momento de forte expansão urbana, essa concentração da propriedade privada é incentivada com a emergência de um novo mercado em torno do solo urbano, enquanto o Estado facilita a “captura da mais-valia” gerada por esse mercado pelo setor privado. Segundo Raquel Varela (2015a, p. 36): “Este protagonismo do peso das mais-valias - em forma de renda - do mercado imobiliário foi posto em cheque durante a revolução, por um dos processos de dualidade de poderes que nasceu mais cedo e se disseminou mais depressa: as ocupações de casas e a constituição de comissões de moradores”. Ainda segundo a historiadora, através desse movimento social urbano – e das outras experiências de “ocupações” praticadas por trabalhadores em suas fábricas ou por camponeses na zona rural – “a Revolução dos Cravos foi a última revolução europeia a colocar em causa a propriedade privada dos meios de produção” (VARELA, 2015b).

Segundo Hipólito Santos, a prática de ocupação de casas e imóveis pelos movimentos sociais urbanos foi o acontecimento que, desde o início da revolução, mais surpreendeu o governo, as forças armadas e até mesmo os sindicatos, sendo condenada por todos os partidos, tanto de direita como de esquerda, “por ela ferir o sacro santo direito à propriedade, que devia

ser ‘uma liberdade’ garantida e protegida pela revolução”. Muitos sindicatos receavam apoiar as ocupações ou a condenavam explicitamente, seja em defesa da propriedade privada, seja pelo argumento de que estas prejudicariam a indústria da construção civil. O Partido Comunista Português, por sua vez, nunca apoiou explicitamente as ocupações, segundo alguns por não querer colocar a pequena burguesia urbana contra o proletariado nessa fase da revolução. No seio das próprias forças armadas havia divergências sobre a questão. Enquanto alguns setores condenavam uma prática que estava deturpando a “revolução” a favor da “anarquia”, uma conspiração conduzida por inimigos da revolução para desestabilizar a economia, outros setores ligados ao COPCON apoiavam as ocupações (HIPÓLITO SANTOS, 2014, p. 123).

Apesar da perplexidade da esquerda partidária perante os acontecimentos e do decreto de abril 1975, ocupações de edifícios continuam acontecendo enquanto as comissões de moradores ganham força e conseguem impor-se como representante legítimo dos bairros populares do Porto. Atendendo algumas das reivindicações do plenário de abril, as comissões de moradores são finalmente reconhecidas como “órgãos de colaboração e participação nas decisões da Presidência da Câmara do Porto”, no fim do mês de maio (SANTOS; CRUZEIRO, 1997, p. 216). Em julho, é criado na Câmara Municipal o novo Conselho Municipal do Porto, que integra representantes das comissões de moradores dos bairros camarários, das juntas de freguesia e das comissões de trabalhadores da Câmara, conselho cuja criação foi idealizada e pautada pelo movimento de moradores. Nesse mesmo mês, também é criado o Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto (CRMP), entidade independente de articulação entre as diferentes comissões e associações de moradores da cidade, no intuito de conservar um espaço de convergência independente da Câmara Municipal e do governo. Este, devia permitir ao movimento de moradores da cidade se constituir como “força organizada”. Segundo o documento fundador do CRMP, o conselho deveria ser composto “por 2 representantes de cada comissão ou associações de moradores do Conselho do Porto, pertencentes ou não ao SAAL-NORTE” que se reuniriam semanalmente para “tomar decisões sobre todos os assuntos que digam respeito ao interesse dos moradores” (CONSELHO REVOLUCIONÁRIO DOS MORADORES DO PORTO, 09/07/1975).

Esse período, que ficou conhecido como o verão quente de 1975, é marcado pela dificuldade do quarto governo provisório e da Assembleia Constituinte em assentar a legitimidade do campo institucional e por uma conseqüente radicalização das ruas. De junho a agosto: aumentam não somente as ocupações de casas e edifícios vazios, como também as

ocupações de fábricas e as greves promovidas por trabalhadores. No campo, são organizadas as primeiras ocupações de grandes propriedades rurais por camponeses, nas regiões do Alentejo e do Ribatejo, tendo por pano de fundo debates sobre a urgência de uma reforma agrária no país. Ao mesmo tempo, as fortes mobilizações realizadas pelos movimentos populares enfrentam em alguns locais uma resposta ofensiva promovida por grupos de extrema-direita, ocasionando conflitos políticos diretos entre militantes de tendências opostas (SANTOS; CRUZEIRO, 1997, p. 202). Essas crescentes tensões são um dos fatores que pressionam a ala moderada dos militares no sentido de impor uma normalização política da vida do país, de maneira a pôr fim ao Período Revolucionário em Curso, como veremos no próximo tópico.

5.1.4 A “contenção pactuada” e o arrefecimento das ruas

No dia 25 de novembro, sob pretexto de uma tentativa de golpe militar, que seria planejada desta vez pela ala esquerdista das forças armadas, a ala moderada do MFA – conhecida como o Grupo dos Nove – põe em ação um plano militar que lhe permite assumir o controle do Estado e da situação política. O episódio sela a derrota da tendência revolucionária das forças armadas que é consagrada com a extinção do COPCON. A data marca o fim do chamado Processo Revolucionário em Curso e o início de uma “normalização” da vida política do país por meio de uma aliança entre o Partido Comunista Português e o Grupo dos Nove em vista de uma “contenção pactuada do processo revolucionário”. A partir das semanas que seguem, segundo as palavras de Fernando Rosas (2012, p. 280), “a tropa volta a obedecer ao Estado e regressa aos quartéis e a mobilização popular arrefece e desmobiliza”.

Enquanto a vida política se normaliza e o novo governo procura extinguir os rastros do período revolucionário atravessado, inicia-se uma série de operações de despejos visando as casas e edifícios ocupados ao longo do ano anterior. O movimento de moradores, cuja mobilização diminui progressivamente, tenta instigar suas forças na resistência contra os despejos. A palavra de ordem do momento traduz a postura defensiva doravante adotada: “Ninguém sai das casas ocupadas”. Enquanto a repressão judicial e policial contra as ocupações aumenta, alguns proprietários não hesitam em recorrer a homens armados para desalojar os ocupantes sem esperar a conclusão do processo judicial. Por outro lado, militantes de extrema-esquerda e apoiadores externos aos bairros se juntam para ajudar a defender as ocupações. Redes de solidariedade se organizam para prestar apoio às famílias

desalojadas. Segundo Hipólito Santos (2014, p. 117), no mês de abril de 1976 já havia cerca de 6.000 processos judiciais de despejos em espera de execução na cidade do Porto.

No mesmo período, parte das comissões de moradores emprega também suas energias para levar a cabo o processo de coprodução e cogestão de bairros populares iniciado por meio do SAAL. Visando sempre os mesmos objetivos traçados desde a sua criação, o SAAL segue atuando conjuntamente com as comissões, defendendo um processo horizontal de planejamento urbano e de construção habitacional. Apesar das dificuldades decorrentes do contexto político, os seus integrantes continuam trabalhando com os moradores, independentemente da mudança de governo. Tal programa passa a ser então alvo de críticas por grupos conservadores e setores ligados ao governo, que veem a proximidade do serviço com os movimentos sociais como uma ameaça à ordem restabelecida. Segundo tais críticas, o SAAL teria escapado ao controle do Estado, tornando-se uma ferramenta militante que reforça o poder local das comissões de moradores em detrimento da autoridade do Estado. Segundo as palavras de Alexandre Alves Costa, que era então um dos coordenadores do SAAL-Norte, tal situação gerava um “conflito latente, entre a direção do Fundo de Fomento, a Câmara municipal, e o SAAL”¹⁰⁶.

Entre janeiro e março de 1976, parte das instalações do SAAL-Norte e o automóvel de Alves Costa são destruídos por atentados a bombas atribuídos a grupos de extrema-direita. Em abril, as instalações do SAAL-Norte são alvo de buscas e investigações pela Polícia de Segurança Pública, sob pretexto de uma denúncia segundo a qual o local serviria de esconderijo para “estrangeiros em situação irregular”, “armamento clandestino” e “outro material suspeito”, de acordo com o mandado de busca assinado pelo major responsável (POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 10/04/1976). Tal gesto é identificado pela coordenação do programa como mais uma tentativa de intimidação contra os trabalhadores do SAAL-Norte, que, no mês anterior, já denunciavam a “sabotagem e paralisação” do programa, com conivência do governo e das autoridades municipais do Porto (SAAL-Norte, 08/03/1976). Enquanto isso, a maioria dos projetos do SAAL-NORTE encontra-se de fato paralisada em razão de entrave ministerial aos processos de expropriação fundiários que devem permitir a construção dos novos bairros, como lamentado em correspondência escrita pela coordenadora do serviço, Margarida Coelho, à direção nacional do programa em Lisboa (SAAL-Norte, 15/09/1976).

¹⁰⁶ Entrevista realizada com Alexandre Alves Costa, no bairro da Boavista, na cidade do Porto, em 26/01/2018.

Em outubro do mesmo ano, um despacho ministerial decreta a extinção do SAAL. No próprio texto do despacho afirma-se, como motivo da decisão, a crescente autonomia tomada pelo serviço em relação ao governo e a conseqüente perda de controle da situação por este. Conforme o texto publicado na ocasião no Diário da República:

após dois anos de experiência, conclui-se que algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandavam organizar, actuando às margens do Fundo de Fomento à Habitação e das próprias autarquias locais, que deveriam ser os principais veículos da condução do processo (DIÁRIO DA RÉPUBLICA, 28/10/1976).

Ao longo do ano, as ações de repressão e intimidação se estendem não apenas às casas ocupadas e ao SAAL-Norte, mas ao movimento de moradores de modo geral. Sob pretexto de denúncias anônimas de posse de drogas ou de armas, algumas comissões de moradores são também alvo de buscas e apreensões por parte da polícia. Em resposta ao movimento de resistência aos despejos, o governo publica no início de 1977 um decreto que penaliza oficialmente qualquer tentativa de resistência a um processo de reintegração de posse. Tal decreto prevê pena de prisão de até dois anos para qualquer pessoa que impeça um processo de despejo, e multas altíssimas para qualquer comissão de moradores que apoie tal tipo de ação (HIPÓLITO SANTOS, 2014, p. 118). Com a extinção do SAAL, a criminalização das ocupações e do movimento de moradores, o novo governo formado assinala claramente sua intenção de restabelecer sua autoridade e garantir a defesa da propriedade privada nos bairros.

Em conseqüência da repressão, da energia dispensada para impedir os despejos e devido às divisões políticas acirradas pelo envolvimento de partidos que procuravam uma base eleitoral nos bairros, as comissões de moradores se desmobilizam progressivamente. Grande parte encerra suas atividades nesse período.

As organizações que federam as comissões de moradores e associações de bairros seguem um caminho semelhante. Em setembro de 1977, diferentes movimentos federativos de bairros de todo o país, incluindo o CRMP, e entidades baseadas em Lisboa, sob iniciativa da Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), reúnem-se na capital portuguesa com intuito de traçar um plano estratégico comum sobre o futuro do movimento. Segundo Hipólito Santos (2014, p. 121), presente nesse dia enquanto membro da AIL, o evento serviu sobretudo para reafirmar a “dispersão” do movimento e “a predominância de interesses partidários”. O CRMP, a AIL e a comissão dos ocupantes de Lisboa, no entanto, afirmam entre si sua determinação em continuar mobilizadas e trabalham conjuntamente em um projeto de lei popular pela legalização

de todas as ocupações que não sofreram ainda processo de reintegração de posse. Em abril de 1978, uma petição reunindo milhares de assinaturas é apresentada à Assembleia da República em favor da aprovação do projeto, sem encontrar resposta.

Até o ano seguinte, a maioria desses movimentos e das comissões de moradores encerra progressivamente suas atividades. Apenas algumas poucas comissões de bairros do Porto continuarão suas atividades e conseguirão se manter ativas até os dias de hoje, como é o caso das associações de Massarelos e de Campo Alegre.

Por sua extensão quantitativa e geográfica, pela duração no tempo, o movimento de moradores que irrompeu nas cidades portuguesas ao longo do Processo Revolucionário em Curso foi sem dúvida uma das mais profundas experiências de autogestão urbana do século XX na Europa e no mundo. Esta ocasionou uma das maiores ondas de ocupações de casas e edifícios por populares na história contemporânea. No âmbito europeu, poderia talvez apenas ser comparado com o movimento autogestionário que irrompe em Barcelona durante a revolução de 1936 (EALHAM, 2014) ou ainda com o movimento de ocupações e greves de aluguel que surge em algumas cidades italianas nos anos 1960 e 1970 (COLLONDES; RANDAL, 1976). Considerando o grau de participação e a diversidade de tal movimento no Porto, assim como no resto de Portugal, não existe ainda trabalho de longo fôlego que tem se debruçado especificamente em narrar sua história, tendo como foco central o movimento dos moradores nos bairros populares. Como apontado por Hipólito Santos (2014, p. 11), “com exceção da experiência do SAAL”, que tem sido o enfoque da maior parte da bibliografia sobre o tema, poucos trabalhos se debruçaram especificamente sobre a experiência dos movimentos de moradores nos bairros, sobre a organização das comissões de moradores ou ainda sobre o movimento de ocupações de casas devolutas.

Ainda assim, mencionamos as principais publicações realizadas sobre o assunto, cuja leitura foi fundamental para a realização deste trabalho. Para a cidade de Setúbal, existe o amplo trabalho de Chip Downs (1978), realizado a partir de uma observação participante pelo autor na década de 1970. Sobre o caso de Lisboa, e como panorama, o trabalho de José Hipólito Santos (2014), que foi membro ativo da AIL e que neste aspecto também foi testemunho direto de muitos fatos relatados. Por fim, para a cidade do Porto, a pesquisa de mestrado de Maria Rodrigues, publicada em 1999 e muito bem documentada, constitui até hoje o trabalho mais completo existente sobre o movimento na cidade, oferecendo uma visão geral dele. Se Rodrigues utilizou como uma de suas fontes os periódicos editados pelas comissões de moradores, ainda não temos conhecimento de outra pesquisa que articule essas

publicações com outras fontes no intuito de uma compreensão mais profunda desses movimentos: comunicados, correspondências e panfletos; acervo fotográfico das associações; ou ainda a história oral, que permite explorar a memória dos próprios moradores e protagonistas dos movimentos. É justamente nesse sentido que a abordagem proposta no presente trabalho espera abrir caminhos para outras futuras pesquisas sobre o assunto.

Por outro lado, não possuímos ainda – em nosso conhecimento – um levantamento quantitativo e cartográfico de todas as comissões e associações de moradores criadas no Porto e nas cidades portuguesas entre 1974 e 1976. Como assinalado por Raquel Varela (2015a, p. 37), um amplo levantamento de todas as ocupações realizadas resta também por ser feito. Tais movimentos, enquanto experiências de retomada da vida política no bairro, deixaram, no entanto, uma marca expressiva na vida de muitos bairros portugueses. Em nosso tempo de vivência em Lisboa e no Porto, no âmbito de nosso trabalho de campo, deparamos, em mais de uma ocasião, por vezes por coincidência, com creches, escolas ou equipamentos coletivos ainda em funcionamento que nasceram graças à mobilização local de moradores após o 25 de Abril.

É precisamente por esse motivo que propomos, na segunda parte deste capítulo, aproximar nosso olhar para procurar entender o modo de emergência, organização e manutenção desses movimentos na escala microlocal dos bairros. Escolhemos para tal duas localidades que utilizamos neste trabalho como estudo de caso: a associação de moradores de Massarelos, cujas raízes da formação remontam ao fim de 1974 e que se encontra em atividade até os dias de hoje, e o Centro Revolucionário de São Pedro da Cova, situado no Grande Porto, no concelho de Gondomar, e que federou as atividades de diversas comissões de moradores da zona entre 1975 e 1979.

5.2 O MOVIMENTO NARRADO A PARTIR DO PRÓPRIO BAIRRO: DE MASSARELOS A SÃO PEDRO DA COVA

5.2.1 Massarelos: a transformação de um bairro próximo à região central

O bairro de Massarelos é localizado próximo à região central do Porto, na beira do rio Douro, entre o bairro histórico de Miragaia, por um lado, e a ponte da Arrábida, por outro. A partir do segundo semestre de 1974, o bairro é palco de algumas das mobilizações de moradores mais duradouras e organizadas da região central da cidade.

Às vésperas do 25 de Abril, a situação do bairro reflete bem a realidade urbana de boa parte da zona central do Porto naquela época, já evocada por nós anteriormente. Entrevistada por nós em nossas pesquisas sobre o bairro, Ana Borges,¹⁰⁷ que trabalha na Associação de Moradores de Massarelos, descreveu nestes termos a realidade do bairro na época, a partir dos levantamentos que ela realizou nos arquivos da associação:

(...) 3.500 moradores na zona, constituindo 975 famílias, dispoño apenas de 900 habitações. Sendo que 180 constituídas unicamente por um quarto, 260 não tinham os lotes, 280 não tinham água, 40 não tinham luz elétrica, 286 não tinha sequer retreta (*latrina*) e 17 não tinham cozinha. (...) 35 viviam amontoados em barracos, 100 amontoados em ilhas, e 125 estavam sujeitos à subalugas (...), casas subalugadas, as pessoas alugavam as casas e depois subalugavam parte das casas a famílias que vinham aqui para ficar mais perto do centro da cidade. (...) Era uma realidade terrível.¹⁰⁸

Como em muitos desses bairros antigos do centro da cidade, existia uma significativa vida comunitária na zona naquela época. Pelas ruas e cafés do bairro, grupos de moradores já costumavam se encontrar e conversar sobre as carências e necessidades da região. Após o 25 de Abril, vendo as mobilizações realizadas por moradores em outros bairros, habitantes de Massarelos decidem se organizar localmente. Algumas primeiras reuniões são organizadas no salão paroquial da igreja do bairro. Nesse primeiro grupo de moradores estavam José Camilo,¹⁰⁹ torneiro mecânico que habita o bairro desde seu casamento, e Manuel Pinto Lopes,¹¹⁰ nascido e criado no bairro. Ambos são até os dias de hoje ativos participantes da associação do bairro. Ao longo do nosso trabalho de campo no bairro, tivemos ocasião de conhecê-los e entrevistá-los acerca da história do associativismo local a partir do 25 de Abril.

Segundo eles, nessas primeiras reuniões realizadas na Igreja de Massarelos, além dos problemas relativos à precariedade das habitações do bairro, são discutidas queixas sobre a

¹⁰⁷ Ana Borges nasceu no bairro de Aldoar, na cidade do Porto. Começou a trabalhar no infantário da associação de moradores de Massarelos em 1982, no âmbito do centro de ATL (Atividades de Tempos Livres), cargo que ela ocupa até hoje. Permanece ativa na vida da associação.

¹⁰⁸ Entrevista realizada com Ana Borges, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹⁰⁹ José Camilo de Almeida nasceu no bairro Fernão de Magalhães, na freguesia do Bonfim. Mudou-se para a zona de Massarelos logo após seu casamento, na década de 1950. Torneiro mecânico de profissão, ele se tornou ativo na vida comunitária do bairro, tendo participado da fundação da associação de moradores de Massarelos, em fins de 1974. Vive até os dias de hoje no bairro, sendo atualmente presidente da associação.

¹¹⁰ Manuel Pinto Lopes nasceu no bairro de Massarelos. Foi ativo na vida comunitária do bairro e um dos fundadores da associação de moradores, em 1974. Deixou o bairro após ter se casado, mudando-se para o bairro de Carvalhido, onde vive até hoje. Continua ativo na associação de Massarelos, onde trabalha como tesoureiro.

falta de equipamentos coletivos e estrutura de amparo social, principalmente no tocante à educação e acompanhamento de jovens e crianças. Devido à falta de creches e opções de escolas, muitos pais não tinham com quem deixar suas crianças enquanto iam trabalhar.

Nesse aspecto, o processo de organização inicial da associação se aparenta ao processo observado em outros bairros por José Hipólito Santos e descrito desta forma em seu trabalho:

Na sua gênese, ao longo de 1974, estiveram (envolvidos no movimento) essencialmente moradores que, na rua, na padaria ou na mercearia, no café ou na tasca, falavam agora, no pós-revolução, em voz alta, denunciando as suas condições de habitação. A ideia de convocar uma reunião alargada a toda a vizinhança, que vivia a mesma condição, rapidamente se concretizava. Fazia-se, então, uma lista das queixas de cada um e do que queriam ver mudar, designava-se uma comissão para dar seguimento ao que fora decidido, ir aos jornais, a outros bairros, a rádios locais, ao comando militar da zona, (...) De uma maneira geral, não se pedia: exigia-se uma solução, e que fosse imediata (HIPÓLITO SANTOS, 2014, p. 77)

Em paralelo a essas reuniões, os moradores mobilizados realizam inquéritos junto a outros moradores do bairro para entender as suas necessidades, nos quais a questão do amparo às crianças novamente aparece como fundamental. Como lembra Manuel Pinto Lopes, “uma das principais questões eram as crianças que não tinham pra onde ir (...) na época, como agora, as pessoas iam trabalhar e não tinham onde pôr os miúdos. (...) Ficavam aqui soltas. Aconteceu algumas vezes de algumas caírem e se afogar no rio, ou de outras serem salvas às vezes de última hora”. Sobre isso José Camilo acrescenta: “tínhamos muita necessidade de um infantário, pois havia muitas crianças que andavam na rua”.¹¹¹ Essa forte presença de crianças nas ruas caracteriza na época muitos dos bairros populares do centro, sendo inclusive visto como fator problemático por integrantes da Câmara Municipal. Como testemunho desse fato, citamos o discurso de um vereador datado do fim do ano de 1973, que encontramos nas atas da Câmara. O vereador lamenta a falta, na região da Miragaia, de espaços de lazeres e brinquedos para acolher o grande número de “crianças que vagabundeiam nos lajedos sujos dos becos”, além de uma piscina “que substituiria os banhos tantas vezes fatais da Ribeira” (CMP, julho-agosto 1974, p. 17).

A partir dessas primeiras reuniões realizadas no salão paroquial da igreja de Massarelos, surge portanto um consenso em torno de duas necessidades mais urgentes: a de um espaço maior para os moradores poderem se reunir e se organizar, “um espaço onde reunir toda gente

¹¹¹ Entrevista realizada com Manuel Pinto Lopes e José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

para poder conversar”, e de um infantário.¹¹² Essas necessidades encontram-se resumidas nestes termos em um dos boletins publicados na época pela associação de Massarelos:

A luta por melhores condições de habitação, não pode ser reduzida à conquista de casas onde as pessoas se alojem. Essa luta passa pela exigência de espaços e equipamentos que permitam às populações trabalhar para viver, e não viver para trabalhar (...) enquanto os filhos dos ricos frequentam jardins infantis deixando tempos às mães para jogar a canasta, as mães trabalhadoras de Massarelos são obrigadas a fechar os filhos em casa, enquanto trabalham o dia inteiro (...) enquanto os clubes dos patrões têm belas sedes, pagas com o suor dos trabalhadores, o povo de Massarelos não tem local seu onde se reunir para decidir os seus problemas (BOLETIM, n. 4, 1975, p. 1)

Em busca de um espaço próprio que poderia atender essas necessidades, o grupo começa a planejar a ocupação dos antigos armazéns frigoríficos de Massarelos (Fig. 31), amplo edifício situado na avenida que beira o rio. Construídos na década de 1930 pelo arquiteto Januário Godinho, com influências do estilo Art Déco, os armazéns estavam então desocupados, pertencentes ao António de Sommer Champalimaud. Empresário português, figura incontornável do empresariado nacional que ganhou fama de ser o homem mais rico do país, Champalimaud construiu seu império industrial ao longo da ditadura salazarista, chegando a acumular negócios, terras e imóveis em todo o país, mas também em Brasil, Moçambique e Angola. Sua história representa um exemplo paradigmático do enriquecimento da alta burguesia proprietária ao longo do Estado Novo, tendo consolidado seu capital com a produção de cimento para construção civil. Em 1975, como oitava fortuna da Europa, Champalimaud afastou-se do clima revolucionário português para se instalar no Brasil, onde soube aproveitar dos anos desenvolvimentistas da ditadura militar para estender seus negócios e suas relações políticas. Os armazéns frigoríficos de Massarelos pertenciam desde 1960 à sua empresa Cimento de Leiria, que utilizava apenas as caves do edifício como depósito de cimento.

Após diversas reuniões de preparação, a ocupação do edifício será realizada no mês de março de 1975, seguindo um plano definido minuciosamente de antemão, conforme os relatos dos participantes. Segundo José Camilo: “A ideia de ocupar aquilo foi de nós todos. Foi um trabalho de porreiro. Meu posto de vigilância era ali onde é a Universidade do Porto, lá em cima. Outros estavam do outro lado. E quem arreventou a porta foi um senhor que já morreu, Sr. Amadeu, e Lopes”. Manuel Pinto Lopes prossegue com o relato: “Foi eu e o Amadeu, fomos nós dois. (...) Quando arrombamos a porta, lançamos três foguetes que era para população se juntar. E veio logo jornalistas e tudo... (...) A ocupação aqui foi toda

¹¹² *Ibidem*.

programada”. E José Camilo conclui: “Veio jornalistas, veio o responsável da SINPOL aqui no Porto. Apareceu logo, teve uma reunião conosco. E pronto. Se deixa de estar. Tivemos de limpar aquilo tudo que nos deus um trabalho...”¹¹³.

Segundo o *Boletim*, jornal da associação de moradores, os projetos iniciais previstos para o espaço ocupado incluem a implantação no local de “uma creche”, “salas de convívio”, “salas de reunião”, “salas para cinema e teatro”, “biblioteca”, além de um “ginásio” esportivo (BOLETIM, n. 4, 1975, p. 2). Esses diversos espaços serão desenvolvidos ao longo dos primeiros meses da ocupação, com ênfase inicial para a creche, o espaço esportivo e de reunião, além de criada no local uma ludoteca – sendo esta, segundo alguns membros da associação, uma das primeiras ludotecas do Porto –, contando também posteriormente com um ambulatório médico para atender a população do bairro.



Fig. 31: Entrada dos Armazéns Frigoríficos de Massarelos que se tornaram sede da associação de moradores após a ocupação do edifício realizada em março de 1975 (Espólio fotográfico Alexandre Alves Costa – Centro de Documentação 25 de abril).

¹¹³ Entrevista realizada com Manuel Pinto Lopes e José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

5.2.2 A emergência de outros olhares, outras paisagens

A partir da ocupação do antigo frigorífico, interessa-nos como as ações e atividades da associação de moradores passam a se expandir para o resto do território do bairro, influenciando sobre a relação da população com a sua paisagem. Através da memória de Manuel Pinto Lopes, assim como no testemunho do vereador da Câmara citado anteriormente, percebemos como o rio Douro, enquanto parte da paisagem do bairro, constituía um elemento marcante da geografia local: espaço de lazer, mas também de perigo para as crianças, quando, longe dos olhos dos adultos, os banhos improvisados de rio se tornavam por vezes “fatais”. Nesse aspecto, a associação de Massarelos vai cultivar e reforçar essa relação da comunidade com o rio, ao abrir acessos mais seguros e controlados para a beira d'água. Como lembra Ana Borges: “O Edifício do Hotel tinha um túnel que atravessa a alameda até o rio, portanto tinha uma ligação direta ao rio, daí começaram as primeiras atividades com o rio...”¹¹⁴. Segundo Manuel Pinto Lopes, após reabrirem a passagem que se encontrava abandonada, criaram uma estrutura para oferecer um acesso seguro ao rio e desenvolver atividades esportivas para os jovens: “nós fomos os primeiros a inaugurar as atividades de canoagem aqui no Douro, hoje em dia isso virou muito comum”.¹¹⁵ As atividades fluviais se tornaram um destaque importante da vida esportiva da associação, que passou a construir suas próprias canoas e outros tipos de embarcações, vendendo-as e disponibilizando-as, mais adiante, para outras associações que passaram a adotar a prática. Segundo José Camilo: “tinha as canoas, tínhamos os barquitos pequenitos que se faziam.... os caiaques”.¹¹⁶

Com efeito, o convívio permitido nesses espaços abertos pela associação, e especialmente as atividades esportivas, vão contribuir para a dinamização da vida coletiva, para afirmação do bairro enquanto comunidade, mas também para criação de vínculos com outros grupos sociais e bairros. Essa dimensão pode ser observada por meio da leitura do jornal da associação, que ressalta a importância dos espaços de convívio como espaços: “onde todos nós possamos conversar, dialogar, para que nós sintamos como uma verdadeira família”, com atenção especial ao esporte pensado como o: “melhor fermento para uma sociedade mais sã e coesa” (BOLETIM, n. 4, 1975, p. 6).

¹¹⁴ Entrevista realizada com Ana Borges, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹¹⁵ Entrevista realizada com Manuel Pinto Lopes e José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹¹⁶ *Ibidem*.

Além do infantário, o ginásio poliesportivo está entre os primeiros espaços organizados pelos moradores no edifício ocupado, lembrado nestes termos por José Camilo:

A gente tava num pavilhãozito, onde os miúdos vinham jogar a bola, o Furdial, que é um clube, centenário, chegou a fazer um jogo de bola no nosso pavilhão... que não dava para mais nada, oficialmente não dava para mais nada, dava pra bola. E a gente fazia uns torneios de futebol de salão, com miúdos, e vinha muita gente, era tudo sempre cheio.¹¹⁷

Manuel Fernandes de Sá,¹¹⁸ arquiteto da Brigada do SAAL-Norte que trabalhou em Massarelos, entrevistado por nós, também menciona o esporte e a “bola” como elemento de socialização entre os moradores e a primeira equipe de arquitetos que atuou no bairro, em 1975. Ele relembra nestes termos a “inauguração” do espaço poliesportivo, logo após a ocupação do edifício: “Meteram logo lá naquela sala grande uma iluminação, e fizemos um jogo de futebol entre a Brigada (do SAAL) e a população, entre nós e eles, e apanhamos é claro...”.¹¹⁹ Tais atividades esportivas também serão ocasião de encontros com moradores de outros bairros e associações comunitárias por meio de torneios de futebol, competições de caiaques e de outros esportes que serão sediados pela associação de Massarelos e por comissões de outros bairros, e nos quais as equipes de Massarelos serão representadas.

Aos poucos, a ocupação do território pela associação vai investindo os espaços externos, no entorno do edifício ocupado. Além da aproximação com o rio, um terreno baldio situado nas alturas, que oferecia uma vista sobre o bairro e o rio Douro, será apropriado como espaço de lazer e sociabilidade. São então realizados no local diversas festas comunitárias, eventos comemorativos e piqueniques, que contavam com a participação de todas as gerações e de convidados externos ao bairro, entre os quais o cantor Janita Salomé, que, assim como outros artistas do movimento de canção engajada do pós-25 de Abril, tais como José Afonso, Fausto, Sérgio Godinho ou Vitorino, visitava a associação de Massarelos.

¹¹⁷ *Ibidem.*

¹¹⁸ Manuel Pinheiro Fernandes de Sá nasceu no Porto, em 1943. Formou-se em Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1968. Integrou o programa SAAL-Norte a partir de sua criação, em 1974, sendo então membro da Brigada SAAL da zona de Massarelos. Além de criar fortes laços com a associação de moradores do bairro, coordenou a elaboração coletiva dos projetos habitacionais dos dois bairros de habitação construídos pela associação na zona. Foi professor de arquitetura na ESBAP (1972-1986) e posteriormente na FAUP, de 1986 até os dias de hoje. Continua atualmente próximo da associação de moradores de Massarelos, auxiliando como arquiteto na manutenção dos bairros gerenciados pela associação.

¹¹⁹ Entrevista realizada com Manuel Fernandes de Sá, no bairro da Lapa, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

Ao se localizar entre o bairro e seus morros e o rio, a nova sede da associação – sendo o edifício dos armazéns frigoríficos ocupado - faz de certa forma o elo entre estes e os diferentes elementos que compõem sua paisagem. Essa reapropriação pelos moradores da natureza urbana que compunha a paisagem do bairro, desde o rio e suas margens ao morro coberto de vegetação onde ocorria os piqueniques, pode ser vista também como a afirmação de um modo de vida urbana que valoriza a cidade enquanto “ecossistema” que abriga uma “improvável diversidade” (ARNOULD *et al.*, 2011). Enquanto, como evocamos anteriormente, as amplas reformas urbanas promovidas pela Câmara Municipal no centro da cidade e nas suas periferias criavam “florestas de cimento” e reduziam drasticamente as áreas informais de plantio urbano e de vegetação, provocando descontentamento de parte dos habitantes, a territorialidade produzida pelo movimento de moradores de Massarelos tende a aproximar o bairro dos elementos naturais que o atravessam. Essa importância dada aos espaços livres e à natureza urbana presente no bairro ressaí fortemente em outra fonte analisada por nós: o acervo de fotografias históricas coletadas junto à associação.

Entre as fontes relacionadas aos movimentos de moradores do Porto que analisamos, deparamos com um importante acervo de fotografias, muitas vezes anônimas, feitas por moradores em meio a festas, celebrações, reuniões e passeatas. No caso do movimento de moradores de Massarelos, grande parte dessas fotografias retrata atividades realizadas pela associação ao ar livre ou nos vastos espaços que compõem o edifício ocupado. Ao tomar tal acervo como fonte histórica, as fotografias nos informam sobre a vida da associação naquela época, dando a ver uma representação de eventos e do cotidiano da associação capturada por alguns de seus integrantes. Na maior parte das imagens, vemos uma profusão de corpos investindo diferentes espaços do bairro e da própria fotografia. Em uma delas, dois adolescentes carregam uma canoa até a água do rio Douro; no segundo plano outra dupla já adentra na água com sua canoa, enquanto ao longe três outras canoas já estão remando em direção à margem oposta do rio (Fig. 32).



Fig. 32: Grupo de adolescentes faz canoagem no rio Douro (Acervo fotográfico da Associação de Moradores de Massarelos).

Em outra fotografia, um grupo de mais de vinte pessoas, adultos, jovens e crianças, compartilha um piquenique na grama, em pé, sentados ou deitados, com uma vista para o rio Douro e a margem oposta do rio em último plano (Fig. 33). Em uma terceira foto, uma dezena de homens e mulheres toca instrumentos de cordas em torno de um homem de bigode tocando adufe – percussão típica portuguesa – com olhar compenetrado para o horizonte; no segundo plano, um morro coberto de vegetação sobre o qual, em terceiro plano, um grupo conversa apoiado em um automóvel (Fig. 34). Ainda em outra, uma criança sorridente anda em equilíbrio por cima de uma viga dentro de um galpão cercada por um grupo de crianças e adolescentes que estão rindo (Fig. 35).

Interessa-nos aqui colocar tal levantamento fotográfico em perspectiva com o levantamento fotográfico que tivemos ocasião de consultar sobre os bairros populares e as ilhas da zona central do Porto, do início do século à década de 1960. Com efeito, no decorrer de nossas pesquisas sobre a história habitacional do Porto popular, chegamos a realizar um primeiro levantamento das fotografias existentes sobre essa realidade, das primeiras ilhas da cidade aos movimentos de moradores do pós-25 de Abril. Como podemos constatar através do levantamento publicado pela Câmara Municipal do Porto na ocasião da exposição histórica *Habitação social no Porto*, em 1999, a grande maioria dos registros fotográficos disponíveis sobre os bairros populares da cidade provém da própria Câmara, de alguns trabalhos

jornalísticos ou científicos (FERREIRA, 1999). Em seu próprio levantamento fotográfico, o fotógrafo português Renato Roque chega a semelhante conclusão (ROQUE, s.d.).¹²⁰ Ao ver as fotos inventariadas nos dois levantamentos citados, os espaços dos bairros populares são sempre representados nas fotografias disponíveis como estreitos, confinados, antros de corpos miseráveis ou doentes, que adotam predominantemente uma posição estática, quase que passiva. Como observado por Roque (s.d.), tais fotos marcam a tradição da chamada “fotografia social no Porto”, que, ao traduzir “a perspectiva da nova burguesia ascendente”, construía um olhar de classe sobre esses espaços urbanos, transmitindo ora uma ideia de miséria, ora um sentimento de “organização e ordem”, quando a posição dos corpos e dos elementos corresponde a uma cidade idealizada pelas elites.



Fig. 33: Piquenique organizado pela associação de moradores em um terreno baldio próximo à sede da associação, podemos ver o rio Douro em segundo plano (Acervo fotográfico da Associação de Moradores de Massarelos).

Como lembrado pela historiadora brasileira Ana Maria Mauad:

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sógnica. (...) Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar. (MAUAD, 1996, p. 11)

¹²⁰ Algumas das fotografias históricas de ilhas aqui evocadas foram reproduzidas no capítulo anterior. Ver Figs. 21 e 22 do tópico 4.1.2, no Capítulo 4.

Tal aspecto também pode ser observado nas representações fotográficas veiculadas pela Câmara Municipal do Porto em todas as suas publicações referentes à habitação popular nas décadas de 1950 e 1960 (CMP, 1956-1966). As fotos que acompanham as fontes camarárias referentes às ilhas e ao *Plano de salubridade* de 1956 participam do mesmo registro. Enquanto “fotografias oficiais”, tais representações “permitem a construção da representação simbólica do poder político” no intuito de fortalecer o discurso das autoridades municipais em sua missão de erradicação contra o urbanismo informal (MAUAD, 1996, p. 11). Assim como as vozes dos seus moradores são totalmente silenciadas nesses documentos e no âmbito do referido Plano, na cidade popular representada pela fotografia oficial camarária, os corpos também desaparecem, como se já tivessem abandonado as casas de ilhas, que esperariam apenas o momento em que serão demolidas. Nos diferentes levantamentos mencionados, é possível portanto identificar “a construção do outro através das fotografias” (MAUAD, 1996, p. 11), seja pela encenação seja pelo apagamento do seu próprio corpo, especificamente quando este se torna objeto das políticas habitacionais camarárias.



Fig. 34: O cantor Janita Salomé e moradores do bairro durante uma festa da associação de moradores (Acervo fotográfico da Associação de Moradores de Massarelos)

O que interpela o olhar ao ver a série de fotografias disponíveis no acervo da associação de Massarelos é a profusão de representações do bairro e da cidade sob outras perspectivas. Nessas fotografias, o olhar se depara com um território urbano diverso e vasto, no qual os ambientes externo e interno – que somos acostumados a associar com as categorias de “público” e “privado” – parecem se confundir. Nesses espaços amplos, personagens se amontoam – em uma desordem que parece denotar certa espontaneidade no momento do

retrato –, sendo estes de idades diversas, mesmo que seja possível observar uma presença maciça de jovens e crianças.

Como elucidado mais uma vez por Mauad (1996, p. 14), a fotografia – ao ser utilizada como fonte histórica – não dá a ver apenas uma “captação do olhar”, mas também um “arranjo espacial”, ambos situados socialmente e historicamente a partir do autor da fotografia. Nesse sentido, as fotografias do acervo da associação são marcas de uma reorganização “cultural” do espaço geográfico que não necessariamente reflete a realidade cotidiana da associação de Massarelos, mas corresponde a momentos de reunião importantes para a vivência simbólica da comunidade. Elas testemunham a reapropriação dos espaços do bairro não apenas pelos corpos, mas também pelo olhar.

Como lembrado por Migliorin *et al.*, a experiência compartilhada de captura da sua própria imagem por um grupo social, seja através do cinema seja da fotografia comunitária, também é uma forma de “experimentar o mundo” e de “narrar o próprio território”. Nesse processo, as imagens capturadas, ao marcar os limites entre o que fica “dentro” e “fora do quadro”, levam a refletir sobre “o que é parte da comunidade”, o que é valorizado ou o que se “quer ser visto” na imagem. Ao mesmo tempo, através de tal experiência, a imagem também revela “a comunidade como lugar de experimentação e crescimento”, fazendo surgir “formas de ver e inventar mundos que ainda não (se sabiam) possível” (MIGLIORIN *et al.*, 2016, p. 6).

5.2.3 A emergência de sujeitos políticos

Além das perspectivas singulares ofertadas sobre o bairro e seus espaços e sobre os corpos que neles habitam, é interessante perceber a forte presença nas fotos de crianças e adolescentes. Esse aspecto nos ajuda a evidenciar outra dimensão importante dos movimentos de moradores que ocorrem em Portugal nessa época, que tendem a abrir espaço para o protagonismo social e político de atores tradicionalmente marginalizados em uma sociedade fortemente marcada pelo patriarcado. No capítulo anterior, descrevemos em detalhes a evolução das políticas habitacionais da ditadura salazarista destinadas a classes populares e médias, sempre vinculadas à produção de um discurso político sobre a família portuguesa. De acordo com esse discurso, a família, enquanto primeiro território de implantação do poder salazarista, deveria corresponder a uma certa ordem cuja figura masculina do “chefe de família” seria o principal guardião, por vezes com auxílio de representantes da igreja ou de fiscais do regime (ALMEIDA, 2010b, p. 511). Tais ideias se expressavam mais

especificamente por meio da política de habitação municipal camarária implantada a partir da década de 1950, que previa na organização dos novos bairros camarários medidas para o enquadramento da família e da juventude no intuito de “desviar da rua a juventude mal preparada”, e mais especificamente as “raparigas”, segundo as próprias palavras utilizadas pela Câmara Municipal (CMP, 1966, p. 21).

Essa preocupação específica em relação à juventude dos bairros populares, e à jovem população feminina especialmente, é um traço que também identificamos na primeira parte deste trabalho, no segundo capítulo, em relação aos projetos habitacionais da ditadura militar brasileira para as classes populares.

Ao abrir brechas no imaginário tradicional e conservador da família patriarcal guiada pelo seu “chefe”, existente na própria sociedade portuguesa e reforçado durante décadas pelo regime salazarista, o período da revolução portuguesa também visibiliza o protagonismo político de outros sujeitos. Em consonância com dinâmicas que ocorriam em outras partes do mundo desde a década de 1960, as mulheres e os jovens, principalmente, destacam-se como figuras incontornáveis dos movimentos sociais urbanos da revolução portuguesa, como demonstrado em seu trabalho por Raquel Varela (2014). Em relação às primeiras, a idealização masculina do “chefe de família”, assim como o ditado “homem na praça e mulher em casa”, ambos popularizados no contexto cultural conservador do Estado Novo, serão rechaçados na prática pela participação massiva das mulheres nos movimentos de moradores, na luta contra a carestia ou ainda nas lutas relacionadas ao trabalho, e não apenas no que concerne à pauta da igualdade salarial (VARELA, 2014, p. 371). Esse aspecto se reflete localmente na realidade do movimento comunitário em Massarelos. As fontes e os depoimentos recolhidos sobre a organização interna do movimento de moradores são enfáticas sobre a parte da comunidade que mais se envolvia nas atividades cotidianas: “eram mais as mulheres, senhoras. Porque o bairro é o bairro das mulheres. As casas estão todas em nome das mulheres”, afirma José Camilo.¹²¹ Segundo Ana Borges, essa importância do protagonismo social feminino no bairro permaneceu como um traço premente ao longo do tempo, refletindo-se no processo de titularização do conjunto de casas que serão construídas pela associação: “é mesmo engraçado, porque as casas estão nos nomes das mulheres.

¹²¹ Entrevista realizada com José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

Interessante ver que é um bairro de 76 casas e na maior parte delas os sócios titulares são as mulheres”.¹²²

Se já existem diversos trabalhos que evidenciaram o forte protagonismo feminino nos movimentos políticos que surgem nos bairros populares nas décadas do Pós-Guerra – protagonismo também identificado por nós no contexto brasileiro –, os estudiosos dos movimentos dessa época têm menos refletido sobre a ruptura social etária representada por estes. Não nos referimos a uma ideia de juventude geralmente associada aos movimentos estudantis, mas a um protagonismo ativo dos mais jovens: crianças e adolescentes, especificamente.



Fig. 35: Crianças e adolescentes fazem atividades esportivas no ginásio da sede da associação (Acervo fotográfico da Associação de Moradores de Massarelos)

No caso da associação de moradores de Massarelos, as crianças e os jovens adolescentes ocupam um lugar central não apenas como objeto das primeiras iniciativas – seja a creche seja as atividades esportivas –, mas também enquanto protagonista social que se

¹²² Entrevista realizada com Ana Borges, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

reapropria dos espaços e das discussões abertas pelo movimento de moradores. Ademais, esse grupo também facilita ou propicia o contato com outros grupos sociais, sendo por vezes o primeiro interlocutor acessível para aqueles que se aproximam do bairro. Assim como os rostos e olhares dessas crianças são o primeiro elemento que aparece ao analisarmos o acervo fotográfico da associação, a presença destes e suas vozes também aparecem em outras fontes. Segundo o depoimento do arquiteto Manuel Fernandes de Sá, o primeiro contato produtivo que se estabeleceu no local entre a equipe de arquitetos vinculados ao SAAL – dos quais ele fazia parte – e os habitantes do bairro se deu por intermédio das crianças:

Foi engraçada a maneira pela qual chegamos a mobilizar a população. Começou pelas crianças, que depois iam falar aos pais que era porreira fazer uma casa, e se organizar. Portanto o movimento saiu um pouco dessa experiência. Andávamos com as crianças pelas ruas do bairro e conversávamos, aí primeiro fizemos a creche. Pronto e os pais interessaram-se imediatamente, como é obvio, portanto foi possível começar a mexer por essa via.¹²³

Após ter sido realizado o processo de ocupação do antigo armazém frigorífico, onde a creche e as outras atividades se estruturaram, tal espaço continuou ao longo do tempo sendo utilizado e reapropriado pelos mais jovens da comunidade, mesmo fora das atividades escolares ou lúdicas a eles destinadas. Testemunha esse fato o relato da visita ao bairro de integrantes do jornal militante *Combate*, de tendência marxista-libertária, em fevereiro de 1976. Na ocasião, o grupo faz uma visita ao frigorífico ocupado, sede da associação de Massarelos, com a intenção de entrevistar alguns de seus membros. Deparam-se então com um conjunto alegre de ocupantes cujos mais velhos não passavam da primeira adolescência. Segundo as próprias palavras do jornal: “verificamos então que a maioria dos frequentadores (da associação) tinha idade inferior aos 14 anos. Por outro lado, apercebemo-nos de que grande parte do trabalho que ali se realiza visa directamente os jovens”. Diante do fato, a equipe do jornal decide realizar uma entrevista com estes “permitindo assim que exprimem seus pontos de vista, as suas experiências, as suas aspirações”. A entrevista será publicada quase in extenso no mesmo mês, apesar das dificuldades da ousada empreitada jornalística, consistindo em transcrever de forma legível um depoimento simultâneo de “mais de 4 a 5” entrevistados falando permanentemente “ao mesmo tempo” (COMBATE, fevereiro 1976, p. 8).

Ao ler a entrevista, percebemos a situação ambígua de crianças com idades entre 8 e 13 anos, divididas entre uma exigência de responsabilização devido a tarefas de participação e

¹²³ Entrevista realizada com Manuel Fernandes de Sá, no bairro da Lapa, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

manutenção da associação, a caminho para vida adulta, e a liberdade e despreocupação que caracterizam o tempo de criança. Ao serem perguntadas sobre sua participação efetiva na associação, uma das crianças responde, não sem provocação: “Às vezes ajudamos, às vezes não ajudamos (...). Às vezes fazemos é este lindo serviço (*mostra a parede suja*)... Mas nós também ajudamos”. Tal ambivalência é vinculada por alguns ao dilema de sua condição social, conforme o depoimento de Peres, que, com 11 anos, já vivencia algumas responsabilidades da vida adulta no seu cotidiano:

Tenho 11, eu já trabalho de picheleiro, já ganho dinheiro... (...) Já fiz muitas coisas. Arranjei o telhado desta e fiz coisas de eletricitas. No telhado desta subi lá em cima e arranjei-o e ninguém se acreditava que foi eu. (...) às vezes (sinto-me) um homem, às vezes sinto-me mais criança. Mas faço o trabalho que alguns homens não fazem. Subo aos beirais, e não malho cá em baixo (COMBATE, fevereiro 1976, p. 8).

No entanto, a maioria das crianças frequentadoras da associação entrevistadas enfatizam a predominância do brincar no seu cotidiano, relatando as novas atividades lúdicas permitidas pela existência da associação no espaço ocupado, como afirmado por um grupo: “Fazemos desenhos, eu gosto é de jogar bola, matrecos, fazer ginástica... (...) e molharmos, gosto de nos molharmos”. Enquanto outro acrescenta: “Antes eu ia para rua, atrás dos elétricos (*bondes*)”, mas, “deste que este caiu e ficou desmaiado, tenho medo (...) agora não, venho é para aqui”.

Esse entusiasmo não impede, no entanto, de relatarem certo sentimento de injustiça perante a autoridade dos mais velhos no seio da associação e da ocupação. Tais palavras transparecem o sentimento ambíguo de ver um espaço ser aberto para as crianças, sem se verem no entanto atribuir um poder de decisão igualado aos adolescentes ou adultos: “Os mais grandes não nos deixem fazer nada, nem jogar a bola nem nada. E as educadoras não ralham a eles, é só a nós. Ainda levamos porrada. (...) Uns têm 13, outros têm 14 anos, isto não é para eles, é para nós”.

A participação direta dos jovens de idade mais avançada, a partir do meio da adolescência, é um aspecto importante no movimento de moradores na cidade. Em alguns bairros, a jovem geração terá um papel central no desencadear do movimento, como no bairro de Pedrouços, na periferia norte da cidade, como relatado no primeiro jornal publicado pelo movimento: “Como se formou esta Comissão de Moradores? Aqui está a verdade nua e crua. Um grupo de moradores (...), todos eles jovens, pois o mais velho tinha vinte anos, lançaram-se honestamente na tarefa de construir cá também uma Comissão de moradores” (A VOZ

DOS MORADORES, n. 1, Dezembro 1975). No âmbito da efervescência vivida nos bairros populares após a revolução, uma nova geração, historicamente apartada das decisões e da organização social, seja na esfera pública seja no espaço doméstico, passa a se afirmar como sujeito político.

5.2.4 Lutas pela legitimidade e pela autonomia

Ao ouvir o discurso dos membros da associação de Massarelos por nós entrevistados, os aspectos mais positivos e produtivos da experiência de mobilização local nos primeiros anos são enfatizados, enquanto as dificuldades por eles mencionados parecem surgir somente no fim da década, após os últimos suspiros do movimento de moradores naquela cidade. No entanto, ao ler as fontes escritas produzidas sobre a atividade da associação naquela época, podemos perceber que tensões e dificuldades decorrentes de disputas em torno da legitimidade política local da associação surgiram já desde seu primeiro ano de existência. Em seu segundo número, publicado em início de 1975, o jornal da associação de Massarelos, o *Boletim*, denuncia uma manobra da Junta de Freguesia, órgão executivo local vinculado à Câmara Municipal, que teria incentivado a criação de outra comissão de moradores no bairro a ela vinculada, no intuito de disputar a legitimidade local da associação. Segundo o *Boletim*:

A tentativa de divisão da população já começou a ser feita pela Junta de Freguesia que, acenando com uma dúzia de casas de bairros camarários, pretendia formar uma nova Comissão de moradores que se substituiria às três comissões existentes na Freguesia “Massarelos, Vilar e Parceria” (BOLETIM, n. 2, 1974, p. 1).

Outro comunicado elaborado por essas três associações, e publicado em um panfleto no ano seguinte, faz novamente menção a um conflito da mesma natureza, denunciando uma tentativa de usurpação do nome das associações por um grupo isolado (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSARELOS, “Esclarecimento”, s.d.). No entanto, tais tentativas de criação de comissões paralelas pela Junta de Freguesia não parecem ter tido êxito. Ao consultar a monografia histórica realizada sobre o bairro por Júlio Couto (1993), as associações de moradores citadas como parte efetiva da zona são apenas três: a de Massarelos, ora estudada por nós, a da rua de Vilar e a de Campo Alegre, criada em 1976 com o apoio das duas outras. Compartilhando semelhantes objetivos e modos de organização, as três funcionarão em parceria durante vários anos.

Esse tipo de ingerência por parte da Junta de Freguesia no movimento de moradores não constitui um caso isolado nesse período. Como lembrado pelo arquiteto Alexandre Alves Costa, então coordenador do SAAL-Norte, à medida que o movimento de moradores e o SAAL passam a ganhar influência em muitos bairros da cidade, era comum que setores ligados aos poderes públicos tentassem criar entraves a estes. Segundo as palavras de Alves Costa: “Os serviços públicos que restavam do fascismo eram fortemente reacionários e fortemente contra-revolucionários então, estavam lá para boicotar (...) Enquanto nós queríamos ter autonomia total de decisão, entre nós e os moradores”.¹²⁴ Ainda segundo ele, tal conflito teria se intensificado à medida que as atividades do movimento de moradores e do SAAL-Norte se ampliavam, enquanto o poder municipal e estatal se preocupava de ver que estes “tomavam conta da cidade” e “eventualmente teriam tendência a se substituir à Câmara Municipal, porque geriam a cidade toda, dos moradores para cima”.¹²⁵

Outra dificuldade enfrentada pela associação resulta da tentativa de ingerência de alguns partidos políticos. Em um texto escrito por membros da associação, reproduzido no jornal *Combate*, é explicitamente denunciada a vontade de “instrumentalização política da Associação a fins partidários por alguns oportunistas” (COMBATE, dezembro 1975). Esse aspecto também é recordado por Manuel Pinto Lopes, que afirma que: “numa altura que a Associação tinha muito nome, e ainda tem. Os partidos queriam se aproveitar, para depois ter aqui a sua bandeira. Mas eram todos, não se pode falar nome. Eram todos. Da direita à esquerda”.¹²⁶

Sobre esse aspecto, José Camilo reforça a importância de ter mantido a independência da associação para focar as necessidades locais do bairro:

Cada um tinha seu partido, mas ali dentro, nosso partido era fazer bem para as pessoas que necessitavam, as crianças, os velhotes, as pessoas que precisavam de casa. Cada qual tem sua ideologia, e vota no partido que quer, mas dentro da Associação não. (...) Nós vamos resolver problemas de partidos? Temos que resolver os problemas da Associação.¹²⁷

¹²⁴ Entrevista realizada com Alexandre Alves Costa, no bairro da Boavista, na cidade do Porto, em 26/01/2018.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ Entrevista realizada com Manuel Pinto Lopes, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018

¹²⁷ Entrevista realizada com José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018

A tentativa de recuperação partidária constitui um ponto sensível não apenas para os movimentos de moradores, como para o conjunto de movimentos sociais da Revolução portuguesa, representando muitas vezes um desafio para sua autonomia. Como lembrado por Fernando Rosas (2012), no contexto dos conflitos partidários que pontuam o ano de 1975, alguns grupos disputavam a legitimidade política que emanava das ruas e dos movimentos sociais. A tentativa de recuperação política e eleitoral dessas bases populares estava no cerne da estratégia de fortalecimento de alguns partidos, especialmente o PCP e o PS, que vão encontrar no entanto “dificuldades em controlar setores civis embalados pela onda de crescimento da mobilização radical” (ROSAS, 2012, p. 279).

O conflito pela legitimidade política parece ter se refletido localmente no movimento associativo de Massarelos, como observado por Manuel Fernandes de Sá, em seu relato: “numa associação dessa havia logo os partidos de esquerda que queriam controlar: partido comunista, a extrema esquerda, toda gente”. Não obstante essas tentativas, a associação teria conseguido manter certa autonomia em relação aos partidos, fato que segundo ele teria contribuído para a manutenção do movimento comunitário ao longo do tempo, mesmo após o fim do PREC:

Penso que uma das coisas mais importante que aconteceu, e tenho impressão que foi por isso que a Associação de Massarelos manteve uma força, que ainda tem, enquanto a maior parte das outras desapareceram, é que eles sempre recusaram o controle partidário. (...) E tenho impressão que isso aumentou a capacidade de sobrevivência desta associação e deu-lhe uma força, por que realmente, como não estavam infiltrados conseguiam representar e falar à população toda não é? Eles conseguiram proteger essa independência.¹²⁸

Como já mencionamos, o ano de 1975 é marcado por uma forte disputa entre partidos e movimentos de esquerda e da sociedade civil, e portanto entre diferentes projetos de sociedade. A partir de 25 de novembro desse ano, com a “contenção pactuada” da experiência revolucionária liderada pelo PCP e pela ala moderada das forças armadas, “a legitimidade revolucionária cede definitivamente o passo à legitimidade das urnas” (ROSAS, 2012, p. 280).

Essa difícil equação vivida por alguns movimentos, entre dependência e autonomia, e as inevitáveis divisões partidárias que resultaram do momento da normalização da vida política coincidem com a desmobilização dos movimentos populares. Essa desmobilização progressiva também foi vivida pelo movimento de moradores de Massarelos, sendo ainda marcada por algumas tensões políticas internas ao bairro. Nesse processo, parte da

¹²⁸ Entrevista realizada com Manuel Fernandes de Sá, no bairro da Lapa, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

comunidade se desmobiliza aos poucos e delega aos que estão mais envolvidos na vida associativa a maior parte das responsabilidades, criando uma divisão de funções que dificulta o projeto coletivo idealizado inicialmente. A separação parece ter sido influenciada por divergências de opiniões no seio do próprio bairro a partir de críticas oriundas de parte dos moradores que não se sentiam representados pela associação.

No fim de 1975, o jornal *Combate* republica textos do jornal da associação que expõem as dificuldades encontradas por esta diante do processo de desmobilização. Os autores se queixam do fato de “muitas pessoas no bairro criticar a associação e criar divisões falando do ‘os da associação’ como se esta foi um corpo estranho, separado do bairro” enfatizando o fato “que os moradores do bairros é que fazem a Associação” (COMBATE, dezembro 1975). Esse tipo de tensões internas, inerentes a qualquer comunidade, aparece por vezes indiretamente em nossas fontes e nos lembram que um bairro, mesmo durante um processo de mobilização, nunca constitui um espaço político homogêneo e isento de controvérsias. Mesmo um órgão de decisão popular idealizado de forma horizontal pode ser visto por alguns como uma fonte arbitrária de decisões, ser atravessado por tensões internas e relações de poder.

Segundo os membros da associação, esse processo foi se intensificando com o tempo, marcando a transição de um amplo movimento comunitário a uma experiência associativa localizada. Segundo as lembranças de José Camilo: “com o tempo foi se acabando...”.¹²⁹ E Ana Borges acrescenta: “Foi um grande movimento que foi se perdendo com o tempo”.¹³⁰

5.2.5 Ocupar, resistir e construir

Enquanto o “grande movimento” foi se perdendo, algo da mobilização local, no entanto, permaneceu vivo. A associação de Massarelos é uma das poucas que se manteve ativa ao longo do tempo até os dias de hoje, como observado por Manuel Fernandes de Sá, mesmo que as dificuldades e os obstáculos encontrados tenham forçado a associação a rever a pretensão de seu projeto ao longo do tempo.

¹²⁹ Entrevista realizada com José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹³⁰ Entrevista realizada com Ana Borges, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

No decorrer de sua trajetória, esta conseguiu desenvolver por um tempo uma dinâmica de organização local e coletiva do bairro a partir de modos de produção da cidade e da articulação de relações sociais singulares, na contramão do modelo do Estado e do mercado. No entanto, no decorrer desse percurso, também foi obrigada a renunciar a algumas escolhas que garantiam a autonomia de seu projeto. A sua trajetória de luta em torno da habitação constitui um bom exemplo desse processo.

Além da criação de serviços coletivos desenvolvidos a partir do edifício ocupado, a associação teve por objetivo, desde seu princípio, criar condições para diminuir as carências habitacionais do bairro. Para esse fim, algumas casas devolutas também foram ocupadas para servir de habitação, mobilizações foram realizadas para impedir despejos ou ainda para denunciar e pressionar os proprietários que lucravam com a sublocação compartimentada de casas ou prédios superlotados. Sobre esse aspecto, José Camilo afirma que a mobilização da associação teria permitido praticamente extinguir essa prática no bairro, em suas próprias palavras: “custou muito, mas acabamos com todos os subalugas aqui na zona”.¹³¹

Com esse mesmo objetivo de oferecer habitação decente para todos que viviam na zona, foi também desenvolvido um projeto de construção de casas para os moradores mais necessitados do bairro, com o apoio do SAAL-Norte.

Esse projeto resulta, em uma primeira fase, na construção de 76 casas, que serão concluídas em 1982. Manuel Fernandes de Sá foi o principal arquiteto a acompanhar esse processo, inicialmente enquanto membro da Brigada do SAAL e individualmente após a extinção do SAAL, em 1976. Segundo as suas próprias palavras: “foi a única experiência que vivi onde vi realmente um processo de mobilização pública em torno de um projeto”.¹³² Como lembra por sua vez Manuel Pinto Lopes, a associação teve de batalhar muito para garantir que as casas fossem construídas no terreno escolhido, um terreno altamente valorizado e cobiçado pelo mercado imobiliário devido a sua localização estratégica. Além de se situar ao lado da Faculdade de Arquitetura, na parte mais alta do bairro de Massarelos, o terreno oferecia uma vista panorâmica para o rio Douro e sua foz, e para o outro lado da cidade, a outra margem do rio. Segundo Lopes: “a Câmara chegou a sugerir que o terreno não fosse este, mas que fosse um outro mais afastado. Mas nós recusamos”. Apesar da pressão exercida pela Câmara e por empreiteiras para dificultar a expropriação daquele terreno, a associação do bairro se manteve

¹³¹ Entrevista realizada com José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹³² Entrevista realizada com Manuel Fernandes de Sá, no bairro da Lapa, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

firme em sua escolha, afirmando que este pertencia ao bairro e devia portanto beneficiar seus moradores. Ainda segundo Lopes: “Isto é uma coisa que a gente sempre lutou, para que os moradores que fossem realojados pudessem permanecer no bairro, onde tem suas sociabilidades, suas famílias, seus trabalhos, e não enviados para periferia”.¹³³

Nessa primeira fase, a associação do bairro assume a titularização das casas e dos terrenos, e dessa forma se responsabiliza pelos encargos e pagamento das prestações. Isso permitia que fosse alojada no bairro, de fato, a população mais necessitada e que ela estivesse protegida contra situação de inadimplência ou eventual risco de despejo. O contrato também previa que as casas não pudessem ser vendidas a particulares, permanecendo sempre como patrimônio da associação, de modo a evitar um processo de especulação no bairro e a perda de seu caráter social ao longo do tempo.



Fig. 36: Primeiro conjunto habitacional construído pela associação de moradores, projetado com apoio do SAAL-Norte. Situado na parte mais alta do bairro de Massarelos, o projeto foi coordenado pelo arquiteto Manuel Fernandes de Sá (Fotografia tirada em 2018 pelo autor).

Após a conclusão de um conjunto habitacional de 76 apartamentos, resultante da primeira fase de construção, em 1982, a associação de moradores de Massarelos inicia os procedimentos que permitiriam construir a segunda fase do bairro. Nesse momento, descobrem no entanto que não há mais possibilidade legal de assumir a construção e gestão habitacional enquanto associação, em decorrência da nova legislação prevista pelo Decreto-

¹³³ Entrevista realizada com Manuel Pinto Lopes, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

Lei n. 454, de 9 de outubro de 1980, também conhecido como Código Cooperativo. Segundo as normas previstas por tal decreto, a partir dessa data, apenas uma cooperativa legalmente constituída conforme as normas previstas por esse – e não uma associação ou outra entidade da sociedade civil – poderia legalmente se tornar responsável por um processo de construção habitacional. Os membros da associação de Massarelos decidem portanto se reestruturar legalmente enquanto cooperativa, a partir de 1984, no intuito de continuar o projeto de construção habitacional.

O Decreto-Lei n. 454/80 é oficialmente criado no intuito de regulamentar e oferecer “uma cobertura legislativa” ao trabalho das cooperativas e entidades comunitárias, e especialmente aquelas formadas no contexto da revolução. Segundo o texto do decreto, este teria sido motivado pelo “desenvolvimento do cooperativismo (...) nos últimos 6 anos”, desde a revolução, que permitiu a “luta contra o desemprego”, a reanimação “de atividades em crise”, “a construção de habitações econômicas”, o “aumento da produção agrícola” ou ainda o desenvolvimento de novas atividades. O texto ainda reconhece os esforços de tais iniciativas para “aceitar os desafios do Mercado Comum” e “estreitar os laços com as autarquias locais”, “inserindo-se no esforço comum para melhoria da qualidade de vida”. A partir de tais constatações, o Código Cooperativo visa uma padronização e centralização do funcionamento e financiamento dessas iniciativas locais, por meio de uma estrutura oriunda do Estado segundo as normas aplicadas nas outras democracias parlamentares europeias, contando inclusive com a criação de um “caixa central” e de um “banco cooperativo à semelhança dos que existem nos países do Mercado Comum” (DIÁRIO DA RÉPUBLICA, 09/10/1980, p. 3227).

No artigo n° 2, o Código define cooperativa como toda entidade de:

peçoas coletivas, de livre constituição (...) que visam através da cooperação e entreaajuda dos seus membros e na observância dos princípios cooperativos, a satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades econômicas, sociais ou culturais destes (...) podendo, a título complementar, realizar operações com terceiro. (DIÁRIO DA RÉPUBLICA, 09/10/1980, p. 3244)

Essa definição abrangia a maior parte das organizações locais que se constituíram ao longo do período revolucionário – sejam de trabalhadores ou de moradores – e que ainda estavam envolvidas em um processo de produção ou operações econômicas. Estas haviam então “um prazo de cento e oitenta dias para se adaptarem às normas deste Código” (DIÁRIO DA RÉPUBLICA, 09/10/1980, p. 3244). Isso incluía de fato todas as comissões ou

associações de moradores que, apesar da extinção do SAAL, ainda atuavam concretamente na produção ou manutenção de habitação, inclusive a associação de Massarelos.

Apesar de se mostrar como “instrumento jurídico que garanta a sua independência perante o Estado e a sua autonomia face ao sector privado e ao sector público”, o código criava na realidade um vínculo legal normativo e restritivo no qual eram forçadas por lei a se enquadrar grande parte das organizações populares locais. Ao silenciar, obviamente, o contexto socialmente conflituoso do cooperativismo local, que se desenvolveu a partir de diversas experiências singulares, e os esforços de muitas dessas experiências em romper com o modelo econômico capitalista centralizador, tratava-se de normalizar e padronizar – economicamente e politicamente – as experiências locais de trabalho e de produção que floriram desde 1974 e escapavam ao controle do Estado e do mercado.

O exemplo de Massarelos constitui uma boa amostra dos efeitos práticos locais dessa política nos projetos desenvolvidos pelos movimentos de moradores. No processo de construção da segunda fase de habitação social, já em conformidade com o enquadramento legal cooperativo, não era mais possível a operação econômica coletiva inventada pela associação no decorrer da primeira fase, que permitia de fato tornar as habitações acessíveis aos mais necessitados e proteger os inquilinos de eventual despejo ou endividamento perante a Caixa. Pelo contrário, seguindo as normas do mercado imobiliário comum, as operações de aquisição das casas, na segunda fase, serão individualizadas, o que impedia que a associação do bairro tivesse qualquer controle sobre os beneficiados, sendo o processo de aquisição regulado pela lógica da oferta e da demanda. Como resultado, as prestações iniciais foram muito mais altas que o previsto, permitindo a aquisição das casas não por cidadãos dos bairros realmente necessitados, mas por uma população de estrato mediano, na sua maior parte estrangeira ao bairro. Ademais, o processo não impedia mecanismos de especulação individual acerca das casas adquiridas. Tais diferenças nesse novo processo foram logo observadas pela associação, como testemunha José Camilo:

O terreno [da segunda fase] foi comprado com o dinheiro da Associação (...) Acertamos tudo em Lisboa. Quando voltamos, já haviam 100 moradores que não eram daqui, mas queriam mudar pro bairro. O que importava para eles é quanto eles iam pagar ao fim do mês, de prestação. (...) Houve cooperantes que nem entraram nas casas, e fizeram um negócio. As casas ficaram por 10.000, prontas, cada casa. E eles venderam 20 000, 30 000, sem nem entrar dentro. (...) Aí falei pros outros da

Associação: “No que eu me meti? Se eu soubesse que era isso nem me metia. Eu fiquei arrependido pessoalmente de me meter na cooperativa...”¹³⁴

Ao individualizar a aquisição de cada casa, que podia ser vendida sem regulação dos preços pela associação, o bairro construído ao longo da segunda fase se tornava fonte de especulação imobiliária. Como assinalado por José Camilo em seu depoimento, se as prestações iniciais já não contemplavam os moradores do bairro mais necessitados em termos de habitação, o valor de revenda podia se tornar cada vez mais excludente. Assunto sobre o qual Ana Borges acrescenta: “é o que aconteceria também no bairro [da primeira fase] se lá pudessem vender”.¹³⁵

Para Manuel Fernandes de Sá, as novas normas impostas pelo Código Cooperativo refletem então a tentativa, pelo Estado, de “burocratizar e controlar” o processo de produção da habitação popular no qual as associações estão envolvidas: “há essa obrigatoriedade, pouco a pouco, [de os movimentos de moradores] se meter na linha, de entrar no eixo”.¹³⁶ José Camilo, por sua vez, identifica essa política de uniformização como forma de cercear o poder de atuação do movimento de moradores. Segundo suas palavras: “eles viram que as associações estavam se expandindo demais. E achavam que quem devia construir eram as Câmaras e não éramos nós”.¹³⁷

Segundo Fernandes de Sá, o decreto que cria o Código Cooperativo em outubro de 1980 se inscreveria, nesse sentido, na mesma lógica de atuação estatal que o despacho que extinguiu o SAAL em outubro de 1976: “Fazia parte desta luta pelo controle, não é? O controle dos movimentos, e pá foi assim... o SAAL acaba, e passa para as cooperativas, no fundo é este o movimento, uma forma do Estado controlar o movimento popular”.¹³⁸

Além dessas dificuldades, o processo de financiamento previsto via cooperativa, na segunda fase de construção, também estabelecia juros altos, que, ao longo do tempo, dificultaram e prolongaram o pagamento das dívidas por alguns moradores. Como esclarecido

¹³⁴ Entrevista realizada com José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹³⁵ Entrevista realizada com Ana Borges, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹³⁶ Entrevista realizada com Manuel Fernandes de Sá, no bairro da Lapa, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

¹³⁷ Entrevista realizada com José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹³⁸ Entrevista realizada com Manuel Fernandes de Sá, no bairro da Lapa, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

por Ana Borges: “entretanto como nos primeiros anos ia pagando muito menos, foi se criando juros. E cada casa foi ficando muito mais cara do que aquilo que devia ter ficado. Por isso é que se prolongou o período de pagamento, por mais tempo”.¹³⁹ Ainda segundo José Camilo, quando moradores se recusavam ou se encontravam na impossibilidade de pagar tais juros, a responsabilidade financeira recaía naturalmente na associação, que por sua vez se encontrou endividada: “Teve um morador que não concordou, e como não concordou, a gente que começou a pagar aqui, fomos nós a endividar. Começamos a pagar aquilo, e eles aumentavam os juros. Criando juros... até nos assustar. Nós pagávamos mais juros do que o custo das casas. É verdade...”¹⁴⁰

Se a fórmula encontrada no âmbito da primeira fase de construção constituía um experimento prático, relativamente bem-sucedido, no intuito de conceber uma produção da habitação que não pudesse ser capturada pelo mercado, para atender verdadeiramente os interesses da população, a segunda fase já não pôde repetir a mesma experiência. A normalização desse processo de acordo com o mercado do solo urbano, conforme as regras previstas pelo Código Cooperativo, extinguiu a possibilidade de gestão associativa e coletiva do novo bairro, para o interesse da população mais necessitada, permitindo a entrada do mercado como regulador sob enquadramento legal do Estado. O caso de Massarelos constitui, neste aspecto, um bom exemplo da forma pela qual a gestão coletiva do solo urbano, do bairro ou da produção da habitação desenvolvida pelas comissões e associações de moradores vai progressivamente ser impossibilitada pelo novo Estado que se consolida, e que vai procurar capturar ou proibir as práticas que escapam ao seu controle.

A despeito dessas dificuldades, a associação se mantém em atividade até os dias de hoje e continua gestora dos dois bairros de habitação social de Massarelos que projetou, ainda com o auxílio do arquiteto Fernandes de Sá. Conseguiu se manter no armazém ocupado até 2013, tendo lutado durante muitos anos para ser realojada em outro local pela Câmara Municipal em caso de reintegração de posse. Em um contexto de forte especulação imobiliária, insuflado pelo aumento do turismo de massa em Portugal e na cidade do Porto, a associação teve finalmente de deixar o edifício, sendo, no entanto, realocada em outro prédio menor situado nas adjacências. O antigo armazém frigorífico foi comprado por um grande grupo hoteleiro espanhol e

¹³⁹ Entrevista realizada com Ana Borges, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹⁴⁰ Entrevista realizada com José Camilo, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

transformado em um hotel quatro estrelas. Instalada em sua nova sede, a associação de Massarelos continua funcionando como creche e centro de convívio para a terceira idade.

5.2.6 São Pedro da Cova: retomar a mina, ocupar a memória¹⁴¹

Neste tópico, que também conclui a parte dedicada à vertente portuguesa de nossa pesquisa, terminaremos com a apresentação de outro estudo de caso relativo às lutas de moradores do Porto. Afastando-se da zona central da cidade, nós nos debruçaremos sobre uma experiência de mobilização comunitária mais periférica, qual seja, a irrupção do movimento de moradores da cidade mineira de São Pedro da Cova, no Grande Porto, com a criação do Centro Revolucionário Mineiro a partir de maio de 1975. Para isso, apresentaremos primeiramente um breve histórico de formação desse núcleo urbano.

A história do município de São Pedro da Cova, localizado no concelho de Gondomar, na parte leste da área metropolitana do Porto, é intimamente vinculada à indústria mineradora desde o final do século XVIII. Nessa época, inicia-se no local o primeiro empreendimento de extração do carvão após a descoberta de jazidas do mineral. A mina de São Pedro da Cova é então criada e passa, nas décadas seguintes, a depender da jurisdição da Coroa. Sua capacidade de extração conhece um importante crescimento nesse período fazendo desta, a partir da década de 1830, uma das maiores minas de Portugal (ROCHA, 2016, p. 35).

A mina passa por diversos tipos de concessões até a criação, em 1921, da Companhia das Minas de Carvão de São Pedro da Cova. A essa altura, a cidade tem sua economia fortemente dependente da companhia, já que cerca de 70% dos empregados da mina são oriundos de São Pedro da Cova. A companhia passa a administrar um bairro inteiro da cidade, tendo um significativo impacto econômico e urbano sobre o município. Segundo depoimento concedido pelo arquiteto Manuel Correia Fernandes, que atuou em São Pedro da Cova a partir de 1974 no âmbito do programa SAAL:

Como todo Couto Mineiro, era praticamente um Estado dentro de um Estado: a empresa havia exclusividade de gestão daquele território no qual toda vida pessoal dos mineiros e suas famílias estava organizada e vinculada às minas: da escolaridade

¹⁴¹ Parte da pesquisa apresentada neste tópico já foi mencionada em um artigo publicado em 2019 (IDIHIA; URVOY, 2019).

à aposentadoria. Uma espécie de “familistério” repressivo com moradias, escola, igreja, centro desportivo...¹⁴²

Na década de 1920, a mina de São Pedro da Cova já é a maior mina de carvão do país e conhece um significativo aumento de sua produção, sendo também o palco de importantes movimentos sociais. Em 1923, os trabalhadores da mina realizam uma greve que dura cerca de dois meses exigindo melhorias salariais e de suas condições de trabalho. Na metade da década de 1930, favorecida pelas medidas protecionistas da ditadura de Salazar, a mina representa cerca de 90% da produção nacional de carvão. Sua produtividade será ainda fortemente estimulada pela demanda em carvão do mercado europeu durante a Segunda Guerra Mundial. Após o fim da guerra, uma nova greve é deflagrada pelos mineiros em 1946, tendo fim após intensos episódios de repressão que resultam na prisão de diversos grevistas. Esse período do pós-guerra marca também o início da decadência das atividades da mina, principalmente em razão da influência crescente das petrolíferas no mercado da produção energética. Essa situação levará ao encerramento da mina em 1970, deixando cerca de mil trabalhadores desempregados em uma situação social e urbana muito precária. Segundo Correia Fernandes, parte do Couto Mineiro se torna então uma “cidade-fantasma” enquanto a parte ainda habitada do bairro das minas sobrevive em meio a fortes carências urbanas:

As minas tinham casas próprias onde os mineiros viviam, mas a sua extinção determina a extinção dos direitos, inclusive o direito de moradia dos mineiros. As minas tinham interesse em que os mineiros saíssem para poder negociar e revender os terrenos. Alguns dos mineiros são, portanto, obrigados a sair, e vão viver em um bairro clandestino autoconstruído nos arredores, e outros se mantêm nas casas no bairro mineiro. Em ambos os bairros havia problemas de insalubridade e uma imensa carência urbana.¹⁴³

Apesar de abandonar a administração urbana do bairro mineiro, a companhia continua a cobrar os aluguéis daqueles que permanecem em suas casas, muitas vezes em situação de insalubridade. Alguns anos depois, um representante do movimento de moradores de São Pedro da Cova resumirá desta forma a situação urbana do bairro das minas, em uma intervenção perante delegações de outros movimentos de moradores da cidade:

O encerramento (das minas) em cumplicidade com o fascismo permitiu ao patronato mineiro de São Pedro da Cova a prática da exigência do pagamento das rendas dos tugúrios onde viviam os mineiros quer fosse casas de pedra quer fosse de madeira, já

¹⁴² Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

¹⁴³ *Ibidem*.

velha rodeada da maior espécie de bicharada desde os percevejos às baratas, essas casas já cem vezes pagas com seu suor, sangue, doença e morte. (CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO, Janeiro 1976)

Alguns meses após o 25 de Abril, no fim de 1974, momento em que movimentos de moradores se organizam em muitos bairros do grande Porto, as primeiras comissões de moradores se formam no município e em cidades vizinhas de São Pedro da Cova: no município de Bela Vista, em bairros habitados por mineiros como Passal e Silveirinhos. A partir das primeiras organizações, o movimento de moradores local ganha força em meados de 1975, com a criação do Centro Revolucionário Mineiro.



Fig. 37: Bairro de “barracas” na zona do Passal, em São Pedro da Cova, 1975 (Acervo Luís Gaspar – Museu mineiro de São Pedro da Cova).

Em maio de 1975, professores e alunos da escola local, junto a um grupo de teatro, organizam a ocupação dos antigos edifícios da companhia da mina, abandonados desde 1970, no momento de seu encerramento. Maria Odete Cortes Lima,¹⁴⁴ moradora de São Pedro da Cova que participou da ocupação, rememora a importância da participação das

¹⁴⁴ Nascida em 1950 em São Pedro da Cova, Maria Odete Cortes Lima cresceu em uma família fortemente marcada pela luta dos mineiros da cidade. Aos 12 anos, viu o pai, que militava a favor dos direitos dos mineiros, ser preso pelo regime salazarista. Em 1975, participou diretamente da ocupação do Centro Revolucionário Mineiro, no qual foi ativa até seu encerramento. Vive até os dias de hoje em São Pedro da Cova.

crianças no processo de ocupação, que era uma forma de evitar uma reação violenta por parte da Guarda Militar:

Acho que era uma terça feira de manhã. A ocupação foi feita com os miúdos da escola, e o professor, o Rangel, que levou os miúdos para ocupar. Com os miúdos, era mais fácil. De princípio, veio a guarda, mas os miúdos mantiveram-se ali, eram nossa segurança (...) e depois chegamos a ter credenciados para manter aquilo ocupado. (...) Tivemos problemas, com algumas pessoas, porque nem toda gente concordava. Haviam até mineiros que não concordavam...¹⁴⁵

A ocupação logo mobilizou o conjunto da comunidade, como afirmado então pelo comunicado oficial enviado à Câmara Municipal de Gondomar pelo comitê de ocupação:

Na tarde do dia 22 do corrente, foi desencadeada a ocupação das instalações da Companhia das Minas de São Pedro da Cova, por um grupo de Professores e alunos da Escola Preparatória Dom Afonso V, pelo grupo de teatro “Circulo” e elementos da população de São Pedro da Cova (...) ação imediatamente apoiada por algumas comissões de moradores já existentes (...) A ocupação destes edifícios mobilizou desde logo toda a população de tal forma que, como se referiu, durante a noite do 22 e todo dia do 23 foram as instalações visitadas e literalmente ocupadas por centenas, senão milhares de moradores, e sobretudo antigos mineiros. (COMITÉ DE OCUPAÇÃO, 26/05/1975)

Por sua vez, Manuel Correia Fernandes, que vivia em São Pedro da Cova à época, lembra-se nestes termos do momento em que foi informado da ocupação, na noite do 22 de maio de 1975, tendo se juntado em seguida ao movimento:

É interessante ver a simplicidade em que as coisas complexas acontecem. Eu estava em casa, era nove da noite, batem à porta, e eram duas pessoas: um professor, que conhecia, e um operário: “Eh pá, nós ocupamos as minas de São Pedro da Cova, nós partimos a porta e entramos. A malta juntou-se, e decidi que não podia esperar mais, e entramos”. (...) Esse momento é um momento de grande comoção para toda esta gente. Pois as minas tinham uma importância não apenas na região mas para todo o norte do país.¹⁴⁶

Com efeito, a ação de ocupação é vivida por muitos moradores e ex-mineiros como uma resposta histórica à violência sofrida pela população local por parte da Companhia das Minas durante décadas de ditadura. Como afirmada por Maria Odete, cujo pai foi preso durante muitos anos por apoiar as lutas dos mineiros:

¹⁴⁵ Entrevista realizada com Maria Odete Cortes Lima no Museu Mineiro de São Pedro da Cova em 14/03/2015. Entrevistadora: Micaela Santos.

¹⁴⁶ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

Foi um momento histórico para São Pedro da Cova, principalmente, e depois para mim, foi uma grande vitória porque eu desde muito nova que eu ouvia falar nos mineiros. Como meu pai foi preso, foi um homem que lutou, ele chegou a fazer parte da luta dos mineiros aqui, e ele ia nos explicando. Portanto, quando se ocupou o Centro Revolucionário Mineiro, eu chorei, com uma alegria enorme... chorei porque o dia que fechou as minas, eu vi muita guarda a cavalo, muita gente em volta dos bairros mineiros, e aquilo revoltou-me, quase que explodi neste dia. Nunca me esqueço, havia ali um mineiro, não me lembro o nome dele, que estava em silêncio porque não podia dizer nada. Nem sequer podia revoltar-se contra a mina que ia fechar. (...) Na altura de ocupar o Centro Revolucionário Mineiro, achei que aquilo era uma libertação para os mineiros, e para São Pedro da Cova (...) acho que os mineiros tinham o direito àquilo, àquilo que lhe foi tirado.¹⁴⁷

Ao atrair grande número de moradores da região, é realizada no local uma assembleia que reúne, de acordo com o movimento, cerca de 3.000 moradores. Nessa ocasião, o edifício é rebatizado de Centro Revolucionário Mineiro (CRM), sendo decidida a utilização do local para três principais funções, resumidas no comunicado à população da cidade elaborado após o plenário. A primeira se refere às importantes carências habitacionais e estruturais sofridas pelos que habitam o bairro mineiro. Perante essa situação: “cerca de 3000 pessoas (em grande parte moradores dos bairros) decidiram (neste) plenário, ACABAR COM O PAGAMENTO DAS RENDAS À MINA, e utilizar esse dinheiro em favor da melhoria desses bairros, em favor dos antigos mineiros, em favor da população e classe trabalhadora que aí habita!”(COMITÊ DE OCUPAÇÃO, 27/05/1975). No lugar das rendas que eram pagas à companhia das minas, o CRM instaura uma coleta local – adaptada às capacidades de cada um e gerenciada pelo movimento de moradores – que permita financiar a reforma das moradias insalubres e suprir as principais carências urbanas nas zonas mais necessitadas.

A segunda decisão, em relação ao uso dos edifícios ocupados, visa “promover a instalação imediata de serviço de caráter Social, nomeadamente, uma Creche, um Centro de Saúde, uma Biblioteca, e um Centro de Documentação Mineira” (COMITÊ DE OCUPAÇÃO, 25/05/1975). Nesse mesmo sentido, o Centro Revolucionário Mineiro passará a funcionar como espaço de organização e articulação entre os movimentos já existentes na região, servindo de sede para comissões de moradores da zona, bem como para a brigada local do SAAL-Norte.

Por fim, outra decisão tomada no plenário diz respeito mais especificamente à memória e à situação social dos antigos mineiros:

¹⁴⁷ Entrevista realizada com Maria Odete Cortes Lima no Museu Mineiro de São Pedro da Cova em 14/03/2015. Entrevistadora: Micaela Santos.

(...) na sequência do plenário, foi convocada e realizada uma reunião de antigos mineiros em que foi eleito uma comissão representativa constituída por oito elementos com a finalidade de dar imediatamente início a um trabalho de levantamento a todos os níveis da situação em que se encontravam como vítimas da desenfreada exploração que desde sempre foram sujeitos e por forma a que possam finalmente ser reparadas as gritantes injustiças contra eles cometidas a coberto das leis fascistas. (COMITÊ DE OCUPAÇÃO, 25/05/1975)

Com efeito, ao adentrar no edifício, os ocupantes deparam com um imenso acervo documental em grande parte vinculado à vida dos antigos trabalhadores: fichas de mineiros, documentação administrativa e relatórios profissionais, disciplinar ou de saúde a respeito deles. Toda uma documentação que, até então, era guardada exclusivamente pela companhia. Como lembrado por Manuel Correia Fernandes, ao relatar sua primeira visita ao edifício logo após a ocupação:

Haviam dentro dos locais, arquivados, toda documentação pessoal dos mineiros: fichas de trabalho, histórico de saúde. Os mineiros eram como uma espécie de escravos da companhia das minas, portanto toda sua vida pessoal e da família estava agarrada às minas: desde escolaridade, segurança social. (...) Há portanto a criação de um Centro de Documentação para cuidar e organizar toda a documentação encontrada no local.¹⁴⁸

A ocupação do antigo edifício da Companhia das Minas vai também representar, pois, uma reapropriação da memória social de São Pedro da Cova pelo movimento de moradores. Este último aspecto, que constitui uma das peculiaridades da experiência do CRM, é que nos interessa mais especificamente analisar neste tópico. A importância dada à memória local se traduz de diversas maneiras, primeiramente na dimensão estética e cultural.

¹⁴⁸ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.



Fig. 38: Entrada do CRM. No segundo plano, o cavalete do poço de São Vicente, elemento emblemático da mina de São Pedro da Cova (Acervo fotográfico de Alexandre Alves Costa – Centro de Documentação 25 de Abril).

Nos primeiros dias de ocupação, o cavalete de Poço de São Vicente, estrutura arquitetônica emblemática, é enfeitado com um faixa de tecido vermelho, gesto simbólico que marca esteticamente a reapropriação física do local. Enquanto isso, o amplo espaço livre em frente ao cavalete e no entorno do principal edifício ocupado se torna o local predileto não apenas para as assembleias, mas também para as festas populares em que se reúne a comunidade. O espaço é investido periodicamente pelos encontros de dança, certames, bandas de sopro regional ou comemorações em homenagem a Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, cujo altar ainda se encontra presente junto às ruínas que hoje sobraram dos edifícios ocupados pelo CRM. A ampla participação popular nessas festas impregnadas do folclore local pode ser observada em diversos clichês do acervo fotográfico do CRM, consultado por nós. Essa dimensão festiva própria ao movimento local também se faz presente nos momentos em que o CRM se junta às grandes manifestações periódicas de moradores, investindo as ruas do centro do Porto, como lembra Manuel Correia Fernandes: “esta gente passa a vir para o centro do

Porto toda vez que há grandes manifestações, com forte visibilidade do folclore mineiro que é integrado às manifestações: com sua tradição musical e festeira”.¹⁴⁹



Fig. 39: Manifestação cultural promovida pelo CRM em São Pedro da Cova (Acervo fotográfico de Manuel Correia Fernandes – Museu Mineiro de São Pedro da Cova).

A importância dada à cultura e memória local ressoa no conteúdo do jornal publicado pelo CRM a partir de setembro de 1975, intitulado *O Diálogo*. Ao comparar seu conteúdo com outros periódicos publicados à época por comissões de moradores, percebemos a presença recorrente de textos relativos à história local, com transcrição de depoimentos de ex-mineiros ou operárias das minas, homenagens a personagens da comunidade ou a eventos históricos significativos, tais como a greve mineira de 1923 (*O DIÁLOGO*, n. 6, fevereiro 1976). Nas páginas de *O Diálogo*, podemos ter acesso à parte do trabalho de levantamento histórico realizado pelo Centro de Documentação Mineira, então criado, com intuito de organizar a documentação encontrada no CRM.

O Centro de Documentação conta, entre seus mais ativos membros, com Serafim Gesta,¹⁵⁰ oriundo de uma família de mineiros e grande entusiasta da história local. Serafim,

¹⁴⁹ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

¹⁵⁰ Serafim Gesta, conhecido popularmente como “Mazola”, nasceu em São Pedro da Cova, em 1936, em uma família de mineiros. Após ter feito sua formação escolar na Escola das Minas, ingressou jovem no mundo do trabalho como marceneiro, serralheiro na construção civil, ou ainda vendedor em comércio. Passou a atuar como jornalista e historiador autodidata na sua comunidade, envolvendo-se ativamente no Centro de Documentação e no jornal *O Diálogo*, do Centro Revolucionário Mineiro, a partir de 1975. Realizou diversas publicações sobre a história social das minas e de sua cidade a partir de 1981. Atualmente, vive ainda em São

desde sua mocidade, é mais conhecido pelas ruas da cidade pelo apelido de “Mazola”, inspirado pelo famoso jogador italiano Valentino Mazzola, capitão do clube de futebol de Torino, tendo contribuído pelo prestígio do time na década de 1940. Historiador e jornalista autodidata, Mazola de São Pedro da Cova começa então, com sua própria equipe, um trabalho de pesquisa focalizando primeiramente os acervos de documentos encontrados nos antigos edifícios da companhia: fichas de identificação dos mineiros, relatórios de contabilidade e documentos administrativos. Em seguida, ele e seus companheiros iniciam um trabalho de coleta da memória local que vai fornecer um complemento indispensável às informações encontradas nos acervos e dar vida às fotos amareladas que constam nas fichas dos ex-mineiros. Eles reencontram as vozes dos mineiros ainda vivos ou a memória deles por meio de seus parentes. Como relatado em um dos primeiros exemplares do jornal publicado pelo CRM: “todos os sábados, aparecem no Gabinete de documentação homens e mulheres, cada qual com uma história diferente, mas sempre dolorosa e triste” (O DIÁLOGO, n. 6, fevereiro 1976).

O trabalho de sistematização das informações contidas nas fontes escritas vai oferecer materialidade a essas memórias e vozes silenciadas. Graças aos documentos coletados, o CRM vai encabeçar uma luta pelos direitos sociais dos ex-mineiros e de suas famílias, exigindo as devidas indenizações e aposentadorias com base nos documentos, antes monopolizados pela companhia, que comprovam os anos de serviço de seus pais e parentes nas minas de carvão. Por sua vez, a oralidade coletada vai permitir dar corpo à memória desses trabalhadores, sobrepondo vozes e histórias de vida à frieza e aos silêncios – por vezes voluntários – dos documentos administrativos. Por meio dos depoimentos coletados, os integrantes do Centro de Documentação Mineira procuram evidenciar a violência de anos de miséria e exploração: as condições indignas de alojamento e de trabalho e o efeito dessas sobre os corpos – muitas vezes contaminados pela silicose, doença pulmonar causada pela inalação de pó de sílica – e sobre os espíritos.¹⁵¹

Em abril de 1976, o Centro de Documentação do CRM lança sua primeira publicação: *Vozes do subsolo, lutas operárias em São Pedro da Cova*, que reproduz um manifesto escrito em 1932 pelo movimento mineiro, denunciando suas condições de vida, de trabalho e de alojamento, com o intuito de transmitir as vozes dos “explorados e oprimidos deste país” (CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO, 1976, p. 4). Entre outras publicações nos anos

Pedro da Cova, continuando ativo no trabalho de memorialista local, tendo reunido o que é considerado um dos maiores acervos particulares de arquivos sobre a região.

¹⁵¹ Entrevista realizada com Serafim Gesta “Mazola”, no domicílio do entrevistado, em São Pedro da Cova, em 26/01/2018.

seguintes, o CRM lança, em fevereiro de 1978, uma seleção das entrevistas realizadas junto aos antigos mineiros apresentadas como “documento vivo da exploração de todo um povo” (CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO, 1978). Esses depoimentos permitem ao CRM reforçar suas reivindicações referentes ao direito à moradia digna para as famílias dos mineiros, mas também de alargá-las, exigindo o pagamento de indenizações para as famílias de vítimas da silicose.

No mês seguinte, uma primeira parte desse acervo é organizada sob forma de um pequeno museu criado no CRM com o intuito de mostrar ao público a história da mina do ponto de vista dos trabalhadores. Em um texto então publicado por Carlos Fonseca, membro do Centro de Documentação, no jornal *O Diálogo*, este idealiza o espaço como ferramenta para necessária transformação da história comunitária local:

Façamos deste Museu uma singela homenagem a todos quanto sofreram nas minas. Que possam fazer lembrar agora e no futuro o ambiente de trabalho em que estes homens e mulheres estiveram sujeitos, dando a compreender que se aspiramos criar uma sociedade nova, mais justa, temos que acabar com a exploração do homem pelo homem (O DIÁLOGO, n. 9, maio 1976, p. 6).

Das festas oriundas do folclore mineiro ao trabalho do Centro de Documentação, vemos como a experiência do CRM, a partir da ocupação do edifício, reativa a memória social local como “representação do passado (...) carregada por grupos vivos” que “emerge do grupo que ela une” (NORA, 1997). De certa forma, a produção coletiva dessa memória opera aqui como mecanismo que permite a ressignificação social dos edifícios da Companhia das Minas, *locus* da exploração humana na região que se encontrava abandonado desde seu encerramento, em 1970. O trabalho realizado acerca da memória do sofrimento e da exploração operária nas minas representa, pois, a operação coletiva indispensável à reconstrução de um espaço-tempo outro, “sociedade nova” que, para a comunidade de São Pedro da Cova, se inicia com a construção de uma história social independente do funcionamento da mina.

Ao transformar parte do edifício das minas em museu composto pela documentação e artefatos levantados no local, o movimento de moradores estabelece uma distância simbólica entre a sua experiência e uma memória coletiva que deve ser superada. Como evidenciado pelo sociólogo Carlos Fortuna, a respeito do processo de patrimonialização dos fragmentos do passado: “a criação desta distância temporal é essencial para que se possa nomear e dar significado próprio ao património” (FORTUNA, 2012). Da mesma forma, ao criar distância

com os objetos, fatos e documentos levantados, organizados segundo uma narrativa destinada ao público – seja por meio do museu seja pelas publicações propriamente histórica do CRM –, a produção coletiva da memória se desloca para uma experiência singular, e comunitária, de escrita da história. Ao mesmo tempo, outros aspectos da memória social são valorizados pelo CRM, por meio de suas festas e comemorações, conservando uma relação de proximidade com traços da cultura local.

Para além do tom e conteúdo trágico dos depoimentos, outro modo de expressão cultural que se encontra nas publicações do CRM, principalmente nas páginas de *O Diálogo*, é a poesia em verso, cuja presença se manifesta de diversas formas: em poesias de tom épico sobre a história do CRM ou das minas, em homenagem a poetas locais da região, ou ainda na publicação de poemas escritos pelos alunos da escola (O DIÁLOGO, n. 9, maio 1976).

Essa forte presença da cultura oral e poética como modo de transmissão da memória local no movimento de moradores de São Pedro da Cova nos parece também estar vinculada a traços culturais locais. Esse aspecto emergiu das entrevistas que realizamos com Serafim Gesta Mazola, no âmbito de nossa pesquisa. Segundo ele, antes da Revolução e do fim da ditadura, já existia na região uma tradição das comunidades de se reunirem para resolver seus problemas, muitas vezes em meio às festas populares. Na ocasião, ocorriam encontros de fadistas e poetas populares que já veiculavam frequentemente, segundo Mazola, um conteúdo politicamente engajado:

Antes do 25 de abril, as comunidades acudiam com seu povo e resolviam determinados problemas. E havia uma coisa muito curiosa. Aquela gente promovia espetáculos, certames, festas com fadistas. E segundo as características culturais do nosso fado, os padrões de sua poesia não eram muito favoráveis ao regime, nem consentidos por ele, porque o poema ia ao fundo das questões. E o governo fascista não gostava muito que alertasse para a consciência das pessoas os problemas mais graves do povo.¹⁵²

Tradição da cultura portuguesa, as poesias populares que compunham os repertórios dos *fadistas* – cantoras e cantores de fado – eram na maioria das vezes anônimas e transmitidas oralmente através das gerações. Marcado por essa cultura oral e poética, Mazola se revelou ele mesmo, ao longo dos nossos encontros, parte dessa corrente de transmissão geracional, como poeta cujos versos eram inspirados pela história de sua cidade e de seu povo. Em grande parte de seus versos, que ele compartilhou conosco, Mazola revisita a

¹⁵² Entrevista realizada com Serafim Gesta “Mazola”, no domicílio do entrevistado, em São Pedro da Cova, em 26/01/2018.

história de sua cidade na perspectiva das lutas de seus trabalhadores, costurando entre elas a memória social coletiva e sua memória afetiva pessoal do território:

Sou de uma terra onde o povo é quem manda e dita leis
Seiva, raiz, país novo como todo voís sabeis

Sou de uma terra onde as rosas nunca passam do que são
pois são gente operosas que do suor fazem pão

Terra de barro vermelho, moldando o rumo da gente,
Numa viela ou num quelho, o rumo é sempre em frente.

Não tem palácios, nem reis, nem paredes brazonadas
mas nem as asas escoceses nos ganham nas caminhadas¹⁵³

O CRM fecha finalmente as portas no final da década de 1970, marcando o fim de todas suas atividades, e do trabalho do Centro de Documentação. No entanto, Mazola continua seu trabalho de pesquisa e publica nos anos seguintes outra coletânea de depoimentos, em livro cujo título evoca o caráter simbólico da oralidade revelada publicamente: *Minas de São Pedro da Cova, um grito rompe o silêncio*. Na ocasião, relembra o trabalho de pesquisa realizado no âmbito do CRM, que, segundo ele, não poderia ter acontecido sem “o clima de liberdade de expressão criado pela Revolução do 25 de abril”, que inspirou uma resposta coletiva e local, em atos, ao mutismo de uma companhia que abandonou “mais de 800 trabalhadores” à mercê de uma “indenização irrisória” (GESTA, 1981, p. 7). De fato, o trabalho do CRM e de Mazola representa um testemunho histórico sobre essa gigantesca “tomada da palavra” de toda uma parte da sociedade portuguesa nessa época, segundo a expressão utilizada por Michel de Certeau (1968) em referência ao movimento de Maio de 1968 na França.

Outras informações cruciais sobre o CRM surgiram em nossas entrevistas com Micaela Santos,¹⁵⁴ atual curadora do Museu da Mina de São Pedro da Cova, que nos ajudou a entender a temporalidade complexa e difusa da experiência do CRM: seu vínculo com as memórias passadas dos mineiros e seu legado para os dias atuais e os tempos futuros. Descobrimos que a ocupação das instalações da mina não se encerrou totalmente com o fim do CRM, em 1980. Nos anos seguintes, um grupo de moradores ocupou novamente os edifícios da mina com um intuito específico. Segundo ela, o principal objetivo da nova

¹⁵³ Entrevista realizada com Serafim Gesta “Mazola”, no domicílio do entrevistado, em São Pedro da Cova, em 26/01/2018.

¹⁵⁴ Micaela Joana Cruz Santos, nascida em São Pedro da Cova, é atualmente curadora do Museu Mineiro de São Pedro da Cova.

ocupação era “preservar todo este acervo de documentação encontrado no local, mantê-lo em boas condições e impedir que este caia nas mãos da companhia”.¹⁵⁵ Graças a esse trabalho de conservação e à mobilização da comunidade local, o acervo é transferido em 1989 para um outro edifício da companhia, que é expropriado pela Junta da Freguesia para se tornar o Museu da Mina de São Pedro da Cova, espaço que funciona até os dias de hoje não apenas como museu, mas também como centro de arquivo voltado para a história social da mina: as condições de trabalho e de vida cotidiana dos trabalhadores e as suas lutas, das primeiras greves ao encerramento do CRM.

Em São Pedro da Cova, se a experiência do CRM se encerrou com o período revolucionário português, seu propósito de luta por moradia e por direitos sociais se desdobrou, ao longo do tempo, em uma luta pelo direito à memória que ainda se perpetua. Em outros termos, a reapropriação física do espaço urbano e laboral pelo CRM permitiu também a reapropriação coletiva da memória social da cidade.

Parece-nos particularmente interessante encerrar este capítulo com a experiência do movimento de moradores de São Pedro da Cova, que nos leva a refletir sobre os modos possíveis de construção da memória e da história urbana, e suas diversas metodologias e possibilidades, a partir de uma mobilização comunitária enraizada na experiência cotidiana da cidade. Tais reflexões dialogam diretamente com a análise da arquiteta Rita Velloso, segundo a qual alguns levantes populares e movimentos sociais urbanos, na história contemporânea, seriam capazes de inventar um espaço-tempo historicamente singular, uma *outra* cidade “única”, “provisória” e “revolucionária” no sentido em que esta permite a criação de “uma linguagem comum” e a “construção de uma memória coletiva” (VELLOSO, 2017, p. 8). Em outros termos, o movimento de São Pedro da Cova, assim como a grande maioria dos movimentos de moradores que emergem no Porto no pós-25 de Abril, não levam apenas a coletividade a reformular e repensar sua relação com o espaço, mas também com o tempo, reapropriando-se da memória social que reúne a comunidade em torno de uma narrativa em comum. A espacialidade e a memória local da cidade foram, por meio da experiência de São Pedro da Cova, repensadas coletivamente sob a influência da temporalidade singular do

¹⁵⁵ Entrevista realizada com Micaela Santos no Museu Mineiro de São Pedro da Cova em 26/01/2018.

período pós-revolucionário português, período histórico durante o qual, segundo a memória de Correia Fernandes: “o tempo era elástico e um único dia podia parecer uma eternidade”.¹⁵⁶

Ao longo desta segunda parte do nosso trabalho, dedicada à cidade do Porto, vimos como a questão da habitação social tem sido um campo de debates políticos intensos na cidade desde o início do século, sendo objeto de uma significativa intervenção do poder municipal somente a partir da década de 1950. Nessa época, um amplo projeto de reordenamento do espaço urbano é levado a cabo pela Câmara Municipal da cidade, a partir do Plano de Salubridade das Ilhas, com a remoção de milhares de moradores vivendo em *ilhas* para os novos bairros camarários, construídos na periferia da cidade. Em sintonia com a ditadura salazarista, que se encontra então no poder, tais políticas urbanas configuram um exemplo emblemático do que qualificamos em nosso trabalho de urbanismo autoritário, no sentido de que este reflete espacialmente o projeto repressivo do regime salazarista. Nesse projeto, vemos a atribuição da habitação monofamiliar se tornar uma ferramenta de controle social e enquadramento paternalista das populações, assentado em valores religiosos e morais.

No presente capítulo, vimos como o *espaço de exceção* social e político configurado por esses novos bairros periféricos, os bairros camarários, é também o primeiro espaço de estruturação de um amplo movimento de moradores após a Revolução dos Cravos, a partir de maio de 1974. No âmbito desse movimento, coletivos de moradores se reapropriam do espaço urbano do bairro, sendo este ressignificado por meio de suas lutas como espaço político de organização e constituição de uma comunidade que experimenta a construção de um projeto social em comum.

Ao se expandir para além dos bairros camarários, a outras zonas da cidade, a experiência de reapropriação do espaço urbano aprofunda-se, construindo-se por vezes a partir de antigas relações de vizinhanças, como em Massarelos, ou ainda a partir de uma memória comunitária reapropriada, como no caso de São Pedro da Cova. Com essas duas experiências sobre as quais retemos mais especificamente nossa atenção, pudemos analisar como a emergência de movimentos locais de moradores voltados inicialmente para uma resolução prática e coletiva dos problemas cotidianos – carências urbanas e habitacional, falta de espaços educativo para as crianças etc. – se expande para uma luta de longo fôlego que toma múltiplas formas.

¹⁵⁶ Entrevista realizada com Manuel Correia Fernandes, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018.

Ao permitir uma experiência de organização política que adentra todos os aspectos do cotidiano, esses movimentos levam as duas comunidades a reinventar profundamente suas relações com o espaço – explorando, no caso de Massarelos, novas formas de se organizar, usar e habitar seu território – e com o tempo – ressignificando a memória social local, no caso de São Pedro da Cova. De modo mais geral, nossas análises nos levam a considerar a experiência singular levada a cabo pelo movimento de moradores do Porto como um marco na história dos movimentos urbanos contemporâneos, pelo fato de constituírem uma sementeira de experiências coletivas que se concretizaram no espaço urbano, propiciando formas singulares de se organizar politicamente e coletivamente na cidade.

No Epílogo a seguir, que encerra o nosso trabalho, faremos uma análise comparativa dos nossos estudos de caso –no Brasil e em Portugal–, ao confrontar as principais conclusões e observações realizadas em nossa pesquisa em cada uma das duas cidades estudadas.

EPÍLOGO | UM PERCURSO ENTRE DUAS CIDADES EM DISPUTA

O ESPAÇO URBANO DISPUTADO: OCUPAR, CONSTRUIR, RESSIGNIFICAR

O primeiro interesse deste trabalho comparativo é compreender de que maneira, mesmo em contextos geográficos e sociais muito distintos, a questão da habitação e do urbanismo destinado às classes populares é eminentemente política nas décadas do pós-guerra. Mais especificamente ao longo das décadas de 1960 e 1970, percebemos nos capítulos anteriores de que modo, nos dois países observados, a cidade se configura como um espaço em disputa, onde diferentes grupos sociais vão desenvolver projetos de organização socioespaciais antagônicos ao longo dos anos. Vimos que tais projetos às vezes coexistem em um mesmo espaço, configurando, por meio do conflito social, a cidade contemporânea como o mosaico político e social que conhecemos nos dias de hoje. Neste Epílogo, propomos algumas conclusões a partir do cruzamento das análises do nosso objeto nas duas cidades estudadas – Belo Horizonte e Porto.

Ao interrogar diferentes fontes, memórias e perspectivas sobre o conflito social em relação ao espaço urbano, a presente pesquisa histórica permite identificar sucessivas camadas de narrativas e projetos urbanos que se sobrepõem em uma cidade feita palimpsesto, dos discursos hegemônicos *planos* sobre o espaço a narrativas *obíquas* – práticas cotidianas de emancipação e resistência – que esboçam outras cidades possíveis nas entrelinhas do desenho planejado. Como vimos, o campo institucional, que projeta o *urbanismo autoritário* analisado, bem como o campo social e comunitário, que atua na luta por moradia, estão longe de serem estanques, uniformes e homogêneos, o que implica camadas sucessivas de projetos e ressignificações, propostas às vezes por grupos adversos no seio de um mesmo campo, gerando mais um fator na complexidade desse processo histórico.

O conflito pela cidade, então, revela-se um objeto polimórfico que opera em diferentes escalas – e não somente de forma binária –, com frentes e trincheiras múltiplas e por vezes instáveis. Nesse contexto, a luta comunitária por moradia abraça o conjunto das necessidades básicas e cotidianas – habitação, educação, saúde, transporte etc. – questionando o *status quo* em diversos níveis do campo social, desde a escala microlocal do espaço doméstico, da rua, do bairro, até a escala da política municipal, com ações e narrativas que atingem a cidade como um todo.

Tanto no Porto como em Belo Horizonte, por meio de um conflito social difuso, vimos diversos espaços urbanos serem sucessivamente construídos – por vezes após terem sido projetados –, reconstruídos, conquistados, retomados e ressignificados, pelo poder ou pelas classes populares, pelo viés da repressão ou pela dinâmica coletiva das lutas sociais. Em paralelo a esses processos, identificamos como a ideia contemporânea de *periferia* foi sendo fabricada historicamente por políticas urbanas e medidas normativas, bem como pelo discurso hegemônico que constrói determinadas representações sobre a cidade e seus habitantes.

É justamente nessa perspectiva que reside o interesse do estudo comparativo entre as duas cidades. A comparação empreendida entre os movimentos de moradores e a repressão ao urbanismo informal em Belo Horizonte e no Porto, entre as décadas de 1960 e 1970, permitiu-nos observar dois processos de produção da cidade periférica semelhantes em muitos aspectos. Na verdade, se os processos de desenvolvimento do nosso objeto nas duas cidades são parecidos, eles seguem inicialmente um caminho simetricamente oposto, como se nossos dois campos de pesquisa estivessem olhando um para o outro através de um espelho.

De um lado, no caso brasileiro – estudado em Belo Horizonte –, vimos emergir bairros populares ocupados, construídos e criados por cidadãos em luta por moradia, no início da década de 1960, e que depois do Golpe Militar de 1964 serão momentaneamente reocupados, renomeados, ressignificados e remodelados pelo regime militar. Em seguida, a intervenção do regime militar no campo urbano e habitacional – na escala local como nacional, por intermédio do BNH – abre o caminho para um amplo reordenamento da cidade e de seus bairros, alimentando um conflito pelo território que ressurgiu em diferentes locais e de diversas formas ao longo da década de 1970.

Do outro lado, no caso português, estudado na cidade do Porto, deparamos com um processo histórico inverso. Observamos nessa cidade primeiramente uma produção de bairros periféricos destinados às classes populares, organizados e vigiados socialmente pelo poder municipal, a partir do fim da década de 1950, no âmbito da ditadura salazarista. Em seguida, esses bairros são ressignificados politicamente pelo movimento de moradores, a partir de 1974. Da mesma forma que em 1964 em Belo Horizonte, a retomada dos bairros populares pelo poder se inicia nas então recentes ocupações urbanas para logo se estender a todas as favelas da cidade, a retomada dos bairros pelos moradores no Porto, a partir de 1974, parte dos bairros camarários para se estender a quase todos os bairros populares da cidade.

Nesse cruzamento histórico, duas datas emergem em cada campo de pesquisa como marcos de rupturas históricas em termos de produção do espaço urbano periférico. De um

lado, os anos de 1956, no Porto, e de 1964, em Belo Horizonte – como em todo o Brasil –, constituem-se em dois momentos significativos em que se iniciam amplas experiências de políticas urbanas de produção habitacional popular, estreitamente atreladas a um projeto de fixação e controle social das populações pobres na cidade. De outro lado, os anos de 1963, em Belo Horizonte, e de 1974, no Porto, como em todo Portugal, surgem como dois momentos históricos de retomada dos espaços urbanos pelos populares por meio de ações coletivas reivindicadas publicamente, pela primeira vez, como alternativa às regras impostas sobre o solo urbano pelo Estado ou pelo mercado imobiliário. No caso brasileiro, a segunda parte da década de 1970 constitui também um momento importante de reorganização e estruturação dos movimentos populares urbanos, apresentando continuidades com as experiências populares iniciadas antes da ditadura militar.

Para qualificar o contexto histórico singular de emergência dos movimentos analisados no decorrer da pesquisa, citamos aqui as palavras de um ocupante de casas devolutas de uma geração mais recente, a respeito de sua própria experiência: “entre dois programas governamentais de reestruturação urbana, houve um hiato que foi ocupado” (MAUVAISE TROUPE, 2014, p. 201). Com efeito, tais movimentos de mobilização nos bairros irrompem em uma brecha ao mesmo tempo espacial e temporal no seio de malhas urbanas em intenso processo de transformação naquele período. Nas duas cidades, em um período marcado por importantes políticas de intervenção urbana, tais movimentos desenharam um espaço-tempo singular que imprimiu sua marca de forma perene no território. Nos dias de hoje, em Portugal, os bairros construídos pelas associações de moradores por intermédio do SAAL – bem como a vida associativa em muitos locais remanescentes – são uma realidade do espaço urbano não só em Massarelos, Campo Alegre e na Bouça, como em diversos outros bairros do Porto e do resto do país. Da mesma forma, em Belo Horizonte, os movimentos de ocupações urbanas e as dinâmicas de resistência contra as políticas de remoção permitiram a existência e permanência de inúmeros bairros populares que compõem hoje a cidade: da Pedreira Prado Lopes ao Cabana do Pai Tomás e Vista Alegre, do Aglomerado Santa Lúcia às vilas CEMIG ou 31 de Março. Atualmente, o movimento popular de ocupações urbanas continua sendo um ator político incontornável no processo de expansão e transformação urbana.

Por meio de tais conflitos, esses bairros populares e/ou periféricos serão portanto produzidos – no nível concreto e simbólico – e em seguida remodelados, parcialmente ressignificados, reapropriados e reocupados, seja por representantes do poder do Estado seja pelas populações. Ao concretizar no território disputas entre ideias e projetos políticos que já

surgiam nos debates e nas primeiras iniciativas em torno da habitação popular, tais bairros se configuram como campos de batalhas entre distintos grupos e projetos de vida na cidade. Enquanto espaço urbano em disputa, os bairros populares objeto desta pesquisa se tornam também laboratórios singulares da vida social urbana, territórios onde podem surgir novas formas políticas de organização da sociedade – tanto no campo da emancipação coletiva como no âmbito da repressão e do controle. Retomando a afirmação de Henri Lefebvre (1999, p. 86), segundo o qual “a cidade se torna, em lugar da terra, o grande laboratório das forças sociais”, acrescentamos que os bairros populares representam, na segunda metade do século XX, o ponto nevrálgico desse laboratório.

Se já existem diversos trabalhos historiográficos que abordam as novas políticas habitacionais e urbanas do pós-guerra no Brasil e em Portugal nesse período, a presente pesquisa evidencia dois aspectos ainda pouco estudados da história urbana contemporânea, e que serão analisados em dois tópicos sucessivos neste Epílogo. O primeiro diz respeito à forma pela qual essas intervenções governamentais no campo habitacional, no Brasil e em Portugal, serão acompanhadas de uma investida do Estado no campo social, cultural e simbólico que configura o que qualificamos de *invenção da periferia contemporânea* enquanto espaço urbano de exceção, processo que analisaremos com vagar no próximo tópico.

Em seguida, abordaremos a forma pela qual, à revelia das contundentes intervenções dos regimes autoritários no campo urbano, a cidade nesse período foi também sendo moldada, produzida, ressignificada, pelas práticas coletivas dos movimentos de moradores. Dessas práticas coletivas emergem territórios singulares que apontam para outras cidades possíveis. Tal processo será analisado detalhadamente na última parte deste Epílogo. No próximo tópico, portanto, ao analisar a intervenção *plana* do poder sobre o espaço, delinearemos as principais etapas desse processo de produção hegemônica da cidade periférica baseando-se nas conclusões elaboradas ao longo do trabalho.

A INVENÇÃO DA PERIFERIA CONTEMPORÂNEA

No decorrer da pesquisa comparativa, identificamos sucessivas etapas e formas de intervenção de um *urbanismo autoritário* nos espaços urbanos populares, que constituem um momento histórico de produção e invenção da periferia urbana contemporânea. Com base nas análises realizadas em Belo Horizonte e no Porto, observamos processos – em muitos aspectos semelhantes – pelos quais o poder do Estado, por meio de representantes na esfera

municipal, investe e reordena os bairros populares de acordo com determinados interesses políticos e econômicos. Ao longo desse processo, identificamos três momentos distintos.

No primeiro momento, há uma intervenção física do poder no espaço, geralmente mediante ação policial. Essa intervenção física permite a primeira investida do Estado nesses bairros se concretizando ora pela remoção de habitações ditas informais, visando às ilhas na cidade do Porto e às favelas em Belo Horizonte, ora pela intervenção policial, como ocorre por meio da repressão ao movimento favelado da capital mineira após o golpe militar de 1964 no Brasil.

Em um segundo momento, a ação do poder visa ao silenciamento e à ressignificação dos bairros populares, que atingem tanto o ambiente habitado como os espaços de expressão e organização política, mediante ações e discursos que falem sobre e em nome de seus habitantes.

Em um terceiro momento, a página em branco aberta por esse processo de silenciamento permite a produção de um novo texto urbano, uma reorganização da cidade e redefinição de seus lugares, que atende a interesses políticos e econômicos hegemônicos. Esse reordenamento dos espaços, dos corpos e dos espíritos, que atua no campo físico mas também no campo das subjetividades, como veremos, representa, conforme nossa análise, um momento histórico de *invenção* da periferia contemporânea como espaço *sui generis* na cidade, cujos habitantes se tornam oficialmente alvo de um modo singular de gestão pelo poder. Esses três momentos sucessivos de produção e transformação da cidade pelo *urbanismo autoritário* serão analisados nas próximas páginas.

Intervir nos bairros populares

Ao longo do período estudado por nós, identificamos nas cidades do Porto e de Belo Horizonte dois episódios cruciais de investida física do poder no conjunto dos espaços populares da cidade. Tais episódios marcam nas duas cidades o início de uma intervenção política contundente dos regimes autoritários português e brasileiro no campo urbano. No que diz respeito à cidade do Porto, analisamos no Capítulo 4 a vasta política de remoção das moradias informais da região central da cidade iniciada a partir de 1956 por meio do Plano de Salubridade das Ilhas. Em Belo Horizonte, investigamos no Capítulo 2 a intervenção federal do regime militar, que, ao visar inicialmente à Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte e às Uniões de Defesa Coletiva nas favelas, se desdobra em uma operação que atinge

diretamente mais de 50 vilas e favelas de toda a cidade, nos meses que se seguem ao Golpe Militar de 1964.

Esses dois episódios constituem um primeiro momento da intervenção do Estado em relação aos bairros populares da cidade, com a retomada física desses territórios, que se traduz em uma violência explícita e direta. As justificativas para tais intervenções são distintas em cada local. No Porto, a Câmara municipal legitima o programa de remoção das ilhas aliando argumentos filantrópicos com a necessidade de proteção da ordem moral e social da cidade. Trata-se, segundo as próprias palavras utilizadas pelas autoridades municipais, de desferir “um golpe decisivo” contra uma “chaga habitacional” que conduziria “ao rebaixamento moral da família e da sociedade”. O plano de “salubridade” e remoção previsto articula dessa forma uma dimensão social – reabilitação habitacional dos removidos – e policial – manutenção da ordem urbana –, fornecendo uma resposta imperativa contra a existência do “crime contra a nação” que o “casebre” representa (CMP, 1956).

Em Belo Horizonte, encontramos semelhante articulação entre argumentos políticos, sociais e filantrópicos. Em primeiro lugar, a Intervenção federal de 1964 nas vilas e favelas afirma atender à garantia da segurança nacional, no âmbito da era de exceção aberta pela ditadura e pela promulgação do seu primeiro Ato Institucional, o AI-1. Nas próprias palavras de seu coordenador, o coronel Gradinor Soares, no início e na conclusão de seu trabalho, tal intervenção visa “extirpar a subversão nas vilas e favelas” e “[expurgar] os agitadores e exploradores” que promovem a “comunização do operariado favelado” (DM, 20/05/64, 31/07/64, 20/08/64). Ao extinguir as entidades comunitárias faveladas e proibir novas formações, que, segundo ele, incentivam “a luta de classe” e promovem a “invasão de terrenos”, a ação deveria também permitir o “combate à ampliação dos favelamentos ou instalação de novos”, em decorrência da incúria dos órgãos municipais responsáveis pelo assunto. Tal postura, no entanto, é acompanhada também de argumentos filantrópicos, pois uma vez eliminados das favelas os profissionais da subversão que, segundo o discurso policial, agitavam, confundiam e subjugavam os favelados, estes seriam abraçados pela ação do poder público por meio de um “órgão protetor” que deveria “atender aos interesses da classe favelada” (DM, 31/07/64).

Cabe ressaltar que a violência estatal – seja pela remoção e repressão, seja pelas proibições – bem como as medidas de controle social que visam exclusivamente aos bairros populares no seio dessas operações não constituem um elemento histórico totalmente novo. Esse aspecto é particularmente nítido no caso brasileiro, onde as vilas e favelas sempre representaram

um espaço sociologicamente estigmatizado e segregado da cidade, alvo de um tratamento díspar pelo Estado, inclusive por meio do controle social e da violência policial. Como já evocado no início de nosso trabalho, desde as primeiras décadas de existência de Belo Horizonte, a implantação dos principais quartéis da Polícia Militar ou do Exército nas imediações de bairros e vilas populares, como nos bairros Barro Preto e Santa Efigênia, consistiu em uma forma de facilitar o controle social desses locais, de modo a “manter ordem naquela heterogênea aglomeração humana”, como lembrado por Berenice Guimarães (1990, p. 85).

No entanto, a especificidade das operações estatais analisadas em nossa pesquisa é de que elas representam, nas duas cidades, o primeiro programa coordenado de intervenção do poder visando a um amplo conjunto de bairros populares, da região central às zonas periurbanas. Na cidade do Porto, trata-se de uma vasta operação urbana levada a cabo ao longo de mais de dez anos, que resulta na demolição de cerca de 4.000 casas de ilhas situadas ao redor da região central da cidade e na remoção de cerca de 25.000 pessoas que ali habitavam. Tais remoções atingem diretamente cerca de 8,5% da população da cidade apenas nos primeiros anos da operação. Para realojar tais populações, são construídos mais de 15 novos bairros, espalhados pela zona periférica da cidade, a oeste, norte e leste da região central.

Em Belo Horizonte, a intervenção federal promovida pela ditadura, tendo por alvo as organizações políticas faveladas, resulta na primeira ação coordenada de repressão visando ao conjunto de vilas e favelas da capital mineira. São mais de 70 bairros da cidade que se tornam objeto de medidas coercitivas excepcionais – a começar pela extinção de entidades associativas e proibição de formação de novas associações comunitárias –, representando uma população de aproximadamente 120.000 pessoas, cerca de 15% da população da cidade, de acordo com o censo de 1965 (DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR, 1966). De todas essas vilas e favelas, mais de 50 são diretamente afetadas pelas batidas policiais realizadas e pela extinção das Uniões de Defesa Coletiva locais. Nove lideranças faveladas são presas enquanto diversos militantes ou estudantes ativos junto ao movimento favelado são investigados ou incriminados naquela ocasião, sendo considerados os principais elementos propagadores da “subversão” nas vilas e favelas.

A ampla proporção dessas operações se explica também pelo fato de contarem com um incentivo – financeiro e político – inédito por parte do Estado, já que se articulam com políticas adotadas em nível nacional naquele período, alinhando-se ao mesmo tempo com os preceitos ideológicos do regime em vigor. Em Portugal, o plano de melhoramentos da cidade do Porto inseria-se nas políticas desenvolvimentistas adotadas pelo regime de Salazar a partir

da década de 1950, beneficiando-se de um importante aporte financeiro estatal desde seu início. Para além da linha econômica adotada no período, os Planos de Salubridade e Melhoramentos do Porto atendiam também às preocupações políticas do regime quanto à manutenção da ordem urbana e vigilância social e política de populações julgadas instáveis. No caso brasileiro, a intervenção do regime militar nas vilas e favelas ocorre em meio a um contexto inédito de repressão aos movimentos sociais, populares, sindicatos e grupos alinhados à esquerda, como parte da guerra contra-subversiva desencadeada pelo regime militar no país a partir do Golpe de 1964.

Consequentemente, entendemos esse conjunto de medidas como parte do que qualificamos de *urbanismo autoritário*, no sentido de que traduzem territorialmente o autoritarismo e a ideologia defendida pelas ditaduras nos dois países. Em paralelo a essa investida física e contundente do Estado no território, e como consequência dela, observamos também uma atuação estatal no campo do discurso e das representações que resulta em um silenciamento dos grupos sociais visados, como veremos no próximo tópico.

Investir no campo das representações

Para além da intervenção física do Estado que impacta imediatamente os bairros visados, identificamos uma investida do poder no espaço urbano que atua no campo simbólico e cultural, no nível do discurso, do imaginário e das representações. Esse processo de retomada simbólica do território começa pelo *nome* conferido pelo Estado a determinados espaços urbanos, agindo no primeiro significante que determina o que este deve representar daí em diante. Nesse aspecto, a decisão tomada desde o início pela Intervenção federal nas vilas e favelas de Belo Horizonte se revela como gesto altamente significativo: a substituição dos nomes das quatro ocupações urbanas surgidas em 1963 por uma nova nomenclatura escolhida pelo representante do regime militar. Como vimos no Capítulo 2 a respeito dessa decisão, os nomes escolhidos pelos movimentos comunitários que traziam uma referência explícita a figuras ou ideais da luta popular – Operário-Estudantil, Frei Josafá, Padre Lage e Padre Alípio – são então substituídos por nomes ou aparentemente neutros ou vinculados à memória do golpe militar – Curral del Rey, 31 de Março, Pio XII e Castelo. Na cidade do Porto, no âmbito da política de remoção das ilhas, a nomenclatura dos novos bairros camarários construídos, onde passam a viver os removidos, desempenha semelhante papel. Alguns desses nomes, inclusive, exaltam duas figuras centrais da política desenvolvimentista

do regime: o presidente da Câmara Municipal do Porto, Machado Vaz, e o ministro das Obras Públicas de Salazar, Arantes e Oliveira.

Tal afirmação simbólica da autoridade por meio do nome conferido ao espaço se vincula, inevitavelmente, ao processo de silenciamento imposto pelo poder aos habitantes dos territórios populares. Como identificado por Antônio Bispo dos Santos (2018, p. 44), a ação do Estado de conferir um nome a um espaço ocupado por posseiros ou populares é um primeiro passo para tornar tal território objeto de sua atuação: “o nome coisifica”, abrindo espaço para a “situação de dominação” e imposição de normas jurídicas definidas por ele, processo recorrente de afirmação espacial de seu poder adotado por parte dos Estados colonialistas. Ao definir ou redefinir o nome e o regimento político dos bairros populares, o Estado *coisifica* esses bairros e seus habitantes, tornando-os dessa forma permeáveis a seus métodos de repressão e controle social. A *coisificação*, segundo o termo utilizado por Aimé Césaire (2004, p. 23), dos sujeitos populares e de seus territórios pelo Estado é uma etapa fundamental da afirmação ou reafirmação de seu poder sobre o espaço urbano. Nesse aspecto, o processo de *nomear* e *coisificar* é acompanhado necessariamente de um silenciamento das vozes das populações visadas.

Tal silenciamento das populações permite a quem o impõe – seja o poder municipal seja o estadual – falar em nome delas, desenvolvendo no lugar das perspectivas locais, singulares, *obliquas*, o discurso plano que anuncia e justifica a operação de reestruturação política e urbana em curso. No caso do Porto, toda a operação deflagrada a partir do Plano de Salubridade das Ilhas de 1956 nem sequer considerou realizar um levantamento ou inquérito prévio sobre as populações visadas, populações cujas vozes se encontram totalmente ausentes da documentação municipal oficial sobre o programa. Ao citar os números de levantamentos mais antigos, as publicações municipais sobre o assunto produzem um discurso unilateral sobre as medidas a serem tomadas. No Plano de Melhoramentos da Câmara Municipal do Porto, publicado em 1966, estas são descritas como “classes humildes” que, por terem vivido muito tempo em locais “insalubres”, “focos de imundície e de doença”, não teriam adquirido “os hábitos que a civilização actual impõe para toda as classes” (CMP, 1966, p. 7).

Em Belo Horizonte, a repressão às organizações políticas faveladas é acompanhada pela produção de um discurso formulado por representantes do poder – pelo DOPS mas também pela intervenção federal – e amplamente veiculado pela imprensa. Em nossa análise, tal discurso tem entre suas principais funções a construção e a disseminação de uma ideia do indivíduo “favelado” enquanto inimigo interno. Mais especificamente, é publicizada nessa

ocasião a representação de um tipo de *favelado*, como promotor da “subversão” que ameaça a cidade: o “líder favelado”, apresentado como agitador autoritário, interesseiro e perigoso. Tal imagem é associada à construção de outro estereótipo: a figura da mulher favelada, que, não sendo devidamente orientada e enquadrada, levaria muitas vezes ao rebaixamento moral de sua comunidade. Por meio da divulgação desse tipo de discurso em veículos de mídia de grande alcance, identificamos a construção e reafirmação histórica de um imaginário social excludente, associado muitas vezes a preconceitos raciais e compartilhado por grande parte da classe urbana média e alta, que associa os moradores e moradoras de periferia à insegurança e imoralidade.

No caso brasileiro, a figura construída do “líder favelado” ávido de lucro e poder, que manipula ou explora a comunidade de forma autoritária e de acordo com seus interesses, assemelha-se em diversos aspectos à figura publicizada atualmente pela mídia do “chefe do tráfico”. Como lembrado por Júlia Valente (2016), podemos ver, portanto, uma continuidade histórica entre as diversas figuras do inimigo interno construídas pelo Estado brasileiro ao longo do século XX, dos “comunistas” e “inimigos do regime” de ontem aos “traficantes” de hoje. A publicização de tais figuras permitiu e permite, em diferentes contextos históricos, justificar perante a opinião pública operações de repressão estatal contra os grupos sociais temidos pelo regime vigente. Nesse aspecto, a publicização da figura do “líder favelado” enquanto elemento perigoso, como forma de justificar a intervenção militar nas favelas em 1964, ocupa um papel semelhante ao discurso midiático sobre o “traficante” ou “bandido”, inimigo nº1 da sociedade brasileira desde os anos 1990. Em suma, podemos dizer que a “guerra contra a subversão” da ditadura militar – e suas figuras do inimigo subversivo – foi substituída após a década de 1980 pela “guerra às drogas”, permitindo a manutenção de um nível alto de repressão e de um estrito enquadramento policial das populações pobres (VALENTE, 2016, p. 100). Nesse aspecto, a construção do discurso enquadrando o favelado como inimigo interno após o Golpe de 1964 constitui, a nosso ver, uma etapa fundamental do processo histórico de “produção” da favela como “espaço criminalizado”, segundo a expressão usada por Andreilino Campos (2011).

Sobre este último aspecto, o silenciamento das entidades políticas faveladas durante a ditadura militar pode ser até mesmo considerado um dos fatores que facilitou a emergência do tráfico como novo ator hegemônico na vida social das vilas e favelas a partir da década de 1980. Segundo a análise de Campos, que se concentra sobre a cidade do Rio de Janeiro, a postura do “poder público” perante as favelas “durante os anos de chumbo” – sendo estas abandonadas socialmente pelo Estado, fora dos episódios de repressão e remoção – teria

tornado tais territórios mais permeáveis a “outros atores, diferentes do Estado (...) dispostos a tirar proveitos da situação” (CAMPOS, 2011, p. 131). Se o autor faz referência ao abandono das favelas por parte do poder público no período, entendemos que, em Belo Horizonte, a repressão às organizações faveladas pela ditadura, bem como a institucionalização delas a partir da década de 1980 contribuem para um mesmo esvaziamento político que facilita a hegemonia local de novos atores. Como apontado por Mário Brum (2006) em sua dissertação de mestrado, ainda sobre o caso do Rio de Janeiro, a progressiva institucionalização do associativismo nas favelas em vista da “urbanização” a partir da década de 1980 favoreceu uma maior inclusão de algumas lideranças no Estado sem necessariamente pautar a sua “transformação”. Nesse contexto, as associações de moradores passaram a atuar sobretudo como “prestadoras de serviços” atreladas ao poder público, deixando de lado a importância da “participação da comunidade” e da “luta pela terra”. Esse esvaziamento da vida política comunitária teria facilitado, ainda segundo o autor, a influência crescente de “novos atores políticos nas favelas, como as ONGs e o tráfico de drogas” a partir das décadas de 1980 e 1990 (BRUM, 2006, p. 198). Nesse aspecto, a “produção do espaço criminalizado” na cidade, como processo histórico, opera, a nosso ver, não apenas na elaboração de um discurso pejorativo sobre as classes perigosas que habitam esses bairros, mas passa também pelo silenciamento e esvaziamento dos órgãos comunitários de decisão e organização.

Em Portugal, a situação não é diferente, se olharmos para a continuidade entre os discursos pejorativos produzidos pelas fontes que consultamos sobre as ilhas e posteriormente sobre os moradores dos bairros camarários da década de 1960 até os dias de hoje. O discurso político e midiático, neste caso, justificou e justifica um tratamento social de exceção que se perpetua sobre outras formas no período atual. A semelhança entre as expressões e os argumentos de ontem e de hoje é eloquente. Enquanto em 1956 a Câmara Municipal do Porto descrevia as ilhas como “chaga habitacional” que ameaçava a sociedade de “rebaixamento moral” para justificar sua remoção, a gestão municipal de Rui Rio, em 2008, qualificou oportunamente um bairro camarário – o do Aleixo – como “chaga social (...) com reflexos inequívocos na segurança urbana” para justificar a sua demolição e a transferência de seus moradores. A política de demolição de alguns bairros camarários a partir da década de 2000, por parte da Câmara, é então fortemente apoiada por um discurso midiático sensacionalista que apresenta tais bairros como “centro do tráfico” onde a cultura do “tráfico de drogas passa de pais para filhos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/08/2019), como forma de respaldar tais intervenções.

Ao tornar esses territórios e seus habitantes elementos inertes cuja natureza singular – ora vítimas ora suspeitos – exige uma intervenção específica do Estado, o poder os silencia para falar em nome deles e inscrever em seguida no espaço um texto urbano hegemônico que atende a interesses políticos e econômicos. Tal processo de silenciamento visa não apenas aos sujeitos, mas a partes inteiras do território, sendo também operado através da cartografia oficial da cidade. O fato de constarem manchas brancas no lugar das favelas de Belo Horizonte nos mapas da prefeitura durante a ditadura militar representa também o aprofundamento da imaterialidade e vulnerabilidade dessa parte da cidade no período, facilitando a remoção das vilas todas as vezes que esta tenha sido considerada necessária. Da mesma forma, na cidade do Porto, apenas após a remoção das ilhas é que estas passam a ser representadas em um mapa oficial do poder municipal, como manchas vermelhas que assinalam áreas doravante vazias. Sobre essa página em branco aberta no território vislumbram-se os bairros populares recém-construídos, ou retomados pelo poder, como um território virgem para o desenvolvimento de um projeto sociopolítico singular: a inscrição de sua autoridade sobre o espaço urbano, como veremos no próximo tópico.

A produção da exceção urbana: reordenar os corpos e os espaços

Finalmente, uma vez operada a retomada do controle político – no campo físico e no campo simbólico – sobre os populares ou sobre os territórios por eles ocupados, opera-se uma reescrita do espaço urbano pelo poder, mediante uma “reorganização” social e política dos territórios, termo utilizado pelo próprio coordenador da intervenção federal em Belo Horizonte para sintetizar o seu trabalho (DM, 20/08/64). Em Belo Horizonte, essa “reorganização” dos espaços favelados em 1964 passa, como vimos, primeiramente por uma redefinição das regras políticas e econômicas locais, através da publicação de portarias excepcionais que se aplicam apenas aos espaços favelados: proibição de formar associações locais de moradores após a extinção das entidades comunitárias existentes, proibição do regime de aluguel, fiscalização dos comércios e vendedores informais com sanções anunciadas para aqueles que trabalham sem licença ou fora dos preços tabelados pela Sunab. Além dessas primeiras medidas, é previsto que, em um segundo momento, a intervenção estatal nas vilas e favelas se torne perene, com a criação de um novo órgão municipal, a Divisão Educacional-Social e Imobiliária (Desi). Instalada em todas as vilas e favelas, esta permitiria coordenar a implantação de um conjunto de medidas em longo prazo: desapropriação dos barracos alugados, seleção dos novos moradores que poderiam adquirir

esses barracos, construção de postos policiais, urbanização e remoção das habitações que comprometem as obras públicas necessárias, educação familiar, formação laboral para os desempregados, instalação de ambulatório médico, assistência social etc. Para contribuir com o financiamento dessas medidas, seria instituída uma taxa destinada exclusivamente aos favelados. O projeto de criação da Desi acabará por não sair do papel, em parte pela importante mobilização de recursos que ela implicaria. No entanto, algumas ideias presentes no projeto e no trabalho da interventoria nas favelas serão retomadas no âmbito da política de remoção da Chisbel, a partir de 1971.

Na cidade do Porto, esse agenciamento disciplinar do espaço se manifesta com a construção e organização dos novos bairros camarários, espalhados pela periferia da cidade, para onde são transferidos os moradores removidos das ilhas. Tais bairros são submetidos a um estrito regulamento interno próprio, sendo que o bom comportamento – moral e político – dos habitantes é vigiado em cada bairro por fiscais vinculados à Câmara. O regime de ocupação dos imóveis é então precário, as infrações ao regulamento são punidas pela aplicação de multa, transferência para outros bairros ou até mesmo despejo. Por outro lado, a entrada de novas famílias nesses bairros é submetida a um processo de seleção operado pelo serviço social, que também deve zelar, em conjunto com a Diocese, pelo enquadramento da juventude nesses locais.

Como vimos, o reordenamento dessas comunidades e a reeducação moral dos corpos que as habitam têm como horizonte a racionalização econômica do espaço por meio da fiscalização dos bens e dos capitais que nele circulam, inclusive do capital humano: trata-se também, fundamentalmente, de reinserir os corpos doentes ou desocupados no rol da produtividade. A dimensão laboral torna-se aqui ao mesmo tempo ferramenta e meta do dispositivo disciplinar. Para sintetizar o *modus operandi* de tal dispositivo, que atua simultaneamente sobre o espaço urbano e sobre os corpos que nele vivem, podemos citar as palavras da pesquisadora americana Kristin Ross, que resume o mecanismo de dominação do poder estatal sobre o território da seguinte forma: “as relações de poder são inscritas sobre os corpos” enquanto o “espaço é estratificado em uma única direção” pelo Estado, que tem como um de seus principais objetivos: “fixar, sedentarizar, e regulamentar o trabalho”, em suma: “criar uma força de trabalho” (ROSS, 2013, p. 109).

A *urbe* reordenada que se desenha tanto por meio da interventoria do regime militar nas favelas de Belo Horizonte, em 1964, como aquela que se concretiza na construção dos bairros camarários do Porto, a partir de 1956, representa a idealização desse projeto de

racionalização econômica e política do território. Essa cidade experimental, percorrida por assistentes sociais, educadores familiares, fiscais e policiais enquadrando os diferentes aspectos da vida, representa a utopia de um bairro popular mantido sob controle absoluto pelo Poder. Nas palavras de Foucault, a ideia de um espaço urbano “todo atravessado de hierarquias, de vigilância, de olhar, de escrita”, governado “por um poder extensivo que se aplica – de forma distinta – a todos os corpos individuais, é a utopia da cidade perfeitamente governada” (FOUCAULT, 2004, p. 521).

Em Belo Horizonte, a possibilidade de uma gestão política e policial total dos espaços favelados é experimentada pontualmente, no tempo da intervenção militar de 1964, mas o projeto que permitiria a perenização da experiência não será aplicado nos anos seguintes. No entanto, vimos como, em diversos aspectos, a ideia de um *desfavelamento* que atinge, além dos barracos removidos ou reabilitados, os corpos e os espíritos permanecerá em alguns aspectos nas políticas remocionistas da Chisbel na década de 1970. Como vimos no Capítulo 3, aliando as operações policiais ao trabalho de assistentes sociais com apoio de um centro de triagem dos removidos, a atuação da Chisbel conserva a ideia – já presente na intervenção de 64 – de *agir sobre a subjetividade* dos favelados removidos. Vimos como essa dimensão psicológica do trabalho da Chisbel alterna entre uma responsabilização das famílias “frente ao problema vivenciado” (PBH; RELATÓRIOS, 1973, p. 153), uma orientação a adquirir um “lote próprio” visando a mudança do seu “status” (PBH; RELATÓRIOS, 1976, p. 321) ou ainda uma conscientização junto aos removidos sobre a importância da operação, no intuito de “diminuir sua resistência” (PBH; RELATÓRIOS, 1978, p. 239).

No caso brasileiro, o Golpe de 1964 parece marcar uma etapa histórica a partir da qual o campo psicológico das populações mais pobres no espaço urbano é investido ativamente pelo poder com o objetivo de controle social e manutenção da ordem. Tais esforços se inspiram diretamente na doutrina da guerra contra-subversiva, que considerava a guerra psicológica junto às populações civis um aspecto fundamental da luta contra a subversão. Essa ação psicológica se manifesta então nos mais diversos níveis, para além do trabalho de assistência social, como forma de readaptar as mentes dos favelados, como analisamos ao longo do Capítulo 2. Constatamos também nas fontes sobre as quais nos debruçamos a inserção nas favelas de grupos civis apoiadores do regime militar que, a partir de um trabalho religioso e social nas comunidades, operam como informantes e realizam debates no intuito de apresentar “ao povo os motivos da revolução”, participando dessa forma do trabalho de legitimação do golpe militar junto à população (DOPS, 3932, p. 40). Participa também desse

trabalho psicológico em relação à opinião pública, favelada ou não, o discurso midiático, que divulga e exalta, semanas após semanas, as ações do DOPS ou da intervenção federal nas favelas, além de tornar públicas as figuras do “inimigo interno”, conforme evocamos, ainda no segundo capítulo.

Na cidade do Porto, vimos no Capítulo 4 como a política de controle social aplicada nos bairros camarários também participava de uma ação do poder sobre os corpos e os espíritos, e portanto sobre as subjetividades dos moradores. Essa ação se traduz através do enquadramento religioso dos habitantes pela Diocese, que devia zelar pela “educação das raparigas” e “assistência moral” da juventude “mal preparada” (CMP, 1966, p. 21), mas também pelo clima de vigilância e denunciamento instaurado pelo Regulamento das Habitações Camarárias, segundo o qual cada morador deveria se atentar pelo “bom comportamento moral e civil” de seus vizinhos. Dessa forma, a inauguração dos bairros camarários pela gestão Machado Vaz, a partir da década de 1950 no Porto, espacializa a política salazarista de enquadramento moral das populações urbanas julgadas perigosas ou inadaptadas, política que preconizava na mesma época a internação da população de rua em “campos de trabalhos para reeducação” (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, 1958, p. 19). Interessa-nos observar que, nos projetos desenvolvidos pelos regimes autoritários para a população pobre no espaço urbano, encontramos semelhante articulação entre a ideia de “reeducação”, inclusive valendo-se de um controle moral e por vezes sanitário que tem os corpos femininos como alvo privilegiado, e de inclusão econômica: que permite transformar uma população “desempregada”, “economicamente débil” e propensa à “vadiagem” em força de trabalho. Nesse processo de “reorganização” dos territórios populares e dos corpos que os habitam, parte fundamental da racionalização econômica do espaço urbano na escala metropolitana, a produção de determinada subjetividade participa da inserção do cidadão supostamente marginalizado no mundo da produtividade. A produção cultural de narrativas sobre esses territórios – inclusive através do discurso midiático, do enquadramento moral e da formação laboral –, aqui, participam de um mesmo dispositivo de poder. Como identificado por Félix Guattari e Suely Rolnik, no que tange aos campos investidos pelo poder do Estado no contexto capitalista: “o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura da sujeição subjetiva” já que “é a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16). Naquele momento, a ideologia que caracteriza o nível *plano* do discurso sobre o espaço urbano penetra

a dimensão *obliqua*, do cotidiano, adentrando a intimidade do espaço comunitário, familiar ou doméstico para adequar os espíritos e disciplinar os corpos de acordo com o processo de racionalização imposto ao território. Diferentemente dos modos anteriores de higienização social do espaço urbano pelo Poder, não se trata aqui de apenas “retirar” os corpos indesejados de certa parte da cidade, mas de “vigiar os sujeitos para reintegrá-los da melhor forma”. Opera-se um duplo processo, visando ao mesmo tempo o sujeito como um todo e seu ambiente habitado, processo resumido desta forma por Anne Cauquelin (1979, p. 132): “reintegrar o sujeito e refazer a cidade: dois métodos de ‘cura’, um deles, psico-sociológico, o outro, urbanístico que, cada um a sua maneira, saneiam e normalizam”.

No contexto brasileiro, à medida que as limitações da política remocionista como forma de erradicar a totalidade das favelas foram se tornando evidentes, a ideia de transformar e disciplinar o morador de favela em sua própria comunidade volta a ganhar força. No mesmo sentido das propostas defendidas pela Intervenção federal em Belo Horizonte em 1964, a ideia de uma investida do poder nas comunidades, trabalhando ao mesmo tempo sobre os corpos e os espíritos, ainda se faz presente nos debates sobre a questão na década seguinte.

No Estado da Guanabara, na década de 1970, diversas vozes salientam a necessidade de uma real política de enquadramento familiar e social nas favelas. Em 1974, um jornal mineiro católico afirma que em Minas Gerais a população favelada estaria próxima de 600.000, enquanto 18.000 crianças nasceriam a cada ano nas favelas. A esse respeito, o professor Walter Rodrigues, da UFRJ, citado pelo jornal, observa que essa taxa de crescimento demográfico “torna difícil implantar um programa de desfavelização”, acrescentando que a eliminação progressiva das favelas e cortiços exigiria que fossem implantadas nas favelas as “modernas técnicas do planejamento familiar e inculcada no meio a mentalidade da paternidade responsável” (VOZ DIOCESANA, 31/01/1974).

Tais argumentos condizem com a linha adotada por grandes instituições financeiras internacionais, que passam a preconizar, nessa época, um maior controle dos Estados sobre a expansão da pobreza no mundo, no contexto da globalização. Desde o início da década de 1960, programas de financiamentos estadunidenses, tal como a Aliança para o Progresso, criada em 1961 pelo presidente Kennedy, custeavam políticas sociais em países considerados subdesenvolvidos no contexto da Guerra Fria. Esse tipo de ajuda financeira visava evitar uma expansão incontrolável da pobreza que poderia favorecer o avanço do comunismo. Evocamos, ao longo deste trabalho, os subsídios estadunidenses fornecidos no campo habitacional e social tanto no Brasil, inclusive para apoiar políticas de “desfavelamento”, como em Portugal,

após a Revolução dos Cravos. Na década de 1970, semelhantes preocupações inspiram uma reorientação da política do Banco Mundial, incluindo dessa vez a ideia de controle demográfico das populações pobres do Terceiro Mundo. Na gestão de Robert S. McNamara (1968-1981) como presidente do banco, a instituição adota uma política de “foco na pobreza” visando “aumentar a produtividade dos mais pobres, por meio da ‘valorização’ do ‘capital humano’” bem como “promover a extensão de serviços básicos mínimos a essa população”. Entre esses serviços, o banco passa a defender investimentos nos “aspectos sociais e políticos, associados à planificação familiar, à urbanização e ao desemprego” no intuito de estabilizar demográfica, geográfica e economicamente essas populações (FIGUEIREDO, 2008).

No Brasil como em Portugal, vimos como essa investida do poder nos espaços periféricos e as políticas urbanas e habitacionais que a acompanham participam também de um dispositivo de contra-subversão deflagrado pelos regimes autoritários dos dois países contra a população urbana pobre e os possíveis “inimigos internos” que ela pode abrigar. As batidas e inserção policiais nas favelas de Belo Horizonte a partir de 1964, bem como a política de vigilância e denunciamento difundida nos bairros camarários do Porto a partir de 1956 têm entre seus objetivos a identificação e o isolamento dos elementos subversivos, para evitar que suas ideias e práticas se alastrem em meio a uma população considerada sensível.

No entanto, cabe ressaltar que essa dimensão contra-subversiva das políticas urbanas que reconfiguram as periferias urbanas a partir da década de 1960 não é, a nosso ver, exclusiva à realidade de regimes autoritários ou ditatoriais naquela época. Em outro trabalho, estudamos semelhantes dispositivos de controle social articulados com a doutrina de guerra contra-insurrecional nas periferias de uma democracia europeia: a França. Na ocasião, analisamos a continuidade entre a estratégia de contra-subversão desenvolvida pelo exército francês no âmbito da guerra da Argélia e as políticas urbanas desenvolvidas para as periferias de Paris como forma de facilitar o enquadramento e controle dos imigrantes norte-africanos (URVOY, 2018). Essa continuidade também já foi apontada pelo sociólogo Matthieu Rigouste (2011).

Portanto, levantamos aqui a hipótese de que essa configuração da periferia contemporânea como laboratório urbano de uma contra-insurreição permanente pode ser observada em diversos países do Ocidente nas décadas do pós-guerra, seja sob regimes autoritários seja sob regimes ditos democráticos. No entanto, nos regimes autoritários por nós estudados, tais iniciativas vão atingir uma proporção inédita por se beneficiar de amplos financiamentos, na medida em que participam de um projeto político estatal de reorganização

do território e disciplinarização da sociedade. A dimensão coercitiva dessas experiências é também facilitada pelo quadro político do autoritarismo, que admite a realização de remoções ou de operações policiais nos bairros em larga escala. Consequentemente, a experiência das duas ditaduras no que se refere a políticas urbanas e habitacionais nas décadas do pós-guerra constitui, sem dúvidas, um momento histórico chave para a configuração das periferias contemporâneas e de sua gestão estatal no mundo lusófono, tendo também forte influência sobre outros países do Ocidente. No caso do Brasil, o país é considerado hoje internacionalmente uma referência em termo de “pacificação” de favelas, da mesma forma que, a partir da década de 1960, era visto por outros países como referência em termos de política de remoção e gestão do urbanismo informal.

As experiências de urbanismo autoritário analisadas nas duas cidades estudadas, entre o fim da década de 1950 e a década de 1970, constituem portanto um laboratório histórico de produção da periferia contemporânea como espaço submetido a um regime específico de regras, proibições e obrigações, aplicado exclusivamente a certas zonas do espaço urbano. A intervenção militar nas favelas de Belo Horizonte, em 1964, e o Plano de Salubridade das Ilhas no Porto, aplicado a partir de 1956, abrem nesse sentido um precedente histórico nas duas cidades, ao definir politicamente as periferias como espaços singulares de intervenção e atuação do Poder, com objetivo explícito de controle social e contra-subversão. Por meio de tais políticas, inicia-se o que identificamos como *invenção da periferia contemporânea* enquanto espaço de exceção.

O conceito de *espaço de exceção* aqui utilizado inspira-se nas reflexões do filósofo italiano Giorgio Agamben, segundo o qual a configuração contemporânea do território inclui diversas formas de espacialização da exceção política. A sua reflexão sobre o tema inscreve-se na continuidade do trabalho de Michel Foucault sobre a relação entre Estado e população. Como apontamos anteriormente, Foucault considera a emergência da *biopolítica*, termo que ele usa para qualificar a entrada da vida e do corpo humano na esfera de governabilidade do Estado, como elemento fundador da soberania moderna. No entanto, segundo Agamben, a “política ocidental” moderna vai além, fundando-se em um duplo movimento que se alterna entre “inclusão” do *bios* na esfera política e sua “exclusão” do ordenamento jurídico (AGAMBEN, 2014, p. 15). Uma das características ambíguas do soberano seria, portanto, de poder ao mesmo tempo proteger a vida dos sujeitos e decidir, em casos específicos, sobre sua necessária exterminação. A soberania moderna se afirmaria dessa forma ao traçar o limite entre os corpos que podem ser objeto da gestão *biopolítica* e os corpos “matáveis”, as “vidas

que não merecem viver”. O “estado de exceção”, característica fundamental desse poder soberano, seria justamente “esta zona de indistinção entre externo e interno”, espaço político no qual um mesmo corpo pode ser sucessivamente objeto de *inclusão* e *exclusão*, sendo colocado dentro ou fora da esfera de proteção do ordenamento jurídico de acordo com a decisão soberana (AGAMBEN, 2014, p. 16-132).

De acordo com Agamben, o século XX teria inaugurado experiências históricas de delimitação espacial desse estado de exceção, a começar pelo campo de concentração que ele descreve desta forma:

(...) o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra. (...) é um pedaço de território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, mas não é, por causa disso, simplesmente um espaço externo. Aquilo que nele é excluído é, segundo o sentido etimológico da palavra exceção, *capturado fora*, incluído através de sua própria exclusão.

Ainda segundo o filósofo, “o campo” se destaca enquanto “matriz oculta da política em que ainda vivemos” e teria deixado sua marca em inúmeras formas de organizar o espaço pelo poder, que deveríamos aprender a reconhecer “através de todas as suas metamorfoses”, das “*zones d’attentes* de nossos aeroportos” até as “periferias de nossas cidades” (AGAMBEN, 2014, p. 165-171).

Ao seguir o pensamento de Agamben para pensar os modos singulares de gestão estatais das periferias analisadas em nossa pesquisa, percebemos como tais bairros não são apenas locais de segregação e exclusão social, mas se constituem como objetos específicos de um certo modo de governabilidade. Como já apontado pelo sociólogo Loic Wacquant (2007), a exclusão política e econômica dos bairros periféricos não é fruto de um comunitarismo praticado por grupos sociais à margem do sistema. Pelo contrário, ela é o resultado de processos sócio-históricos e de políticas estruturais, sendo também reforçada pelo discurso construído pelas elites que tende a naturalizar a desigualdade social, como argumenta Janice Perlman (2002). Ainda segundo Wacquant, no final do século XX, as periferias urbanas são os primeiros territórios onde o Estado penal neoliberal é experimentado de forma concreta. Nesses locais, “a imposição da lei” se assemelha progressivamente à deflagração de uma “guerra com seus moradores”, incluindo não apenas a força física, como também métodos de “espionagem”, “controle de fronteiras”, “contagem de corpos” e a “vil demonização do ‘inimigo’ pela mídia e pelas autoridades” (WACQUANT, 2007, p. 216). Em nossa pesquisa, os anos de 1960 e 1970 se revelam como momento-chave desse processo histórico nas duas cidades estudadas, nas

quais os bairros periféricos são configurados pelo Poder – nos níveis urbano, político, jurídico e simbólico – como território *sui generis*, (re)modelado por um dispositivo urbano-habitacional que possibilita uma estratégia de contra-subversão permanente. Nessa parte da cidade, os corpos dos sujeitos tornam-se alvo direto do Poder – seja de forma coercitiva, podendo ser removidos, transferidos, presos ou torturados, seja por uma reeducação, no intuito de serem reabilitados conforme o sistema produtivo e formal de trabalho.

Se é comum hoje que as periferias contemporâneas sejam associadas à ideia de ausência de direito, sendo inclusive qualificadas em francês como *zones de non-droit*, vimos nas duas cidades estudadas como se tratam na verdade de espaços construídos sob um conjunto de normas e direitos singulares, que se aplicam exclusivamente a essa parte delimitada da cidade. Nesse aspecto, tais periferias constituem, a nosso ver, o primeiro laboratório histórico da “cidade de exceção” evocada por Carlos Vainer (2011, p. 9) para qualificar a urbe contemporânea moldada por um planejamento urbano estratégico e competitivo. Por meio das medidas adotadas nas vilas e favelas a partir da intervenção federal de 1964 em Belo Horizonte e da política de remoção durante a ditadura militar, ou ainda do regulamento específico que vigorou nos bairros camarários do Porto a partir de 1956, identificamos instrumentos históricos dessas políticas municipais de exceção.

Essas medidas jurídicas *sui generis*, que se aplicam a certos indivíduos ou a certos territórios urbanos, contribuem por sua vez para criar uma categoria diferenciada de cidadão urbano: o morador de periferia. Isso ocorre por meio da descrição do *favelado* no Brasil pelos órgãos responsáveis pelo “desfavelamento” – da intervenção federal à atuação da Chisbel ou Chisam. Ou, em Portugal e nas colônias africanas portuguesas, por meio da categoria jurídica de indivíduos *economicamente débeis*. Percebemos como essa categoria à parte de cidadão urbano foi também sendo construída histórica e politicamente. Ademais, vimos que essa categorização tem origens históricas em diferenciações étnico-raciais ligadas à história colonial de cada um dos dois países. Como assinalado pelo historiador Achille Mbembe (2015), no fim do século XX, os dispositivos de poder desenvolvidos em contexto colonial tendem a se generalizar para franjas cada vez maiores do território e da população no ocidente. Em seu trabalho, o autor identifica entre os elementos dessa estratégia de dominação a “bestialização dos grupos inferiores” e a invenção de métodos de “gestão dos fluxos e da mobilidade” humana. Por um lado, ele observa a “sanctuarização” de alguns territórios a serem protegidos e, por outro, a estigmatização de categorias de indivíduos considerados suspeitos ou problemáticos. A presente pesquisa nos permite observar o ponto de emergência,

no espaço urbano, da periferia contemporânea enquanto dispositivo governamental que, ao permitir uma ampla “tomada de poder sobre um corpo biológico”, ao mesmo tempo múltiplo e em movimento, visa garantir uma segurança absoluta da cidade e de sua economia (MBEMBE, 2015, p. 39-42).

Por meio das políticas urbanas analisadas nas duas cidades, identificamos, portanto, um complexo processo histórico de *invenção da periferia contemporânea* por parte de dois regimes autoritários que remoldaram o território urbano de acordo com ideais de controle social estreitamente articulados com projetos político-econômicos de governabilidade.

ENSAIOS COLETIVOS DE UMA OUTRA CIDADE

Evidenciar as “possibilidades suprimidas” da história urbana

Nas páginas precedentes, vimos como o reordenamento *plano* e racionalista das metrópoles pelo Poder participa do processo histórico de produção da periferia contemporânea como espaço de exceção política e exclusão social. No entanto, a presente pesquisa nos permite também constatar como a configuração desse espaço pelo Poder não se deu de forma pacífica e consensual, mas foi fruto – nas duas cidades estudadas – de uma disputa histórica entre diferentes grupos sociais e distintos modos de habitar o espaço urbano. Em diversas ocasiões, as políticas de controle e repressão que enquadram espacialmente as novas periferias se desenham como resposta direta a práticas sociais e ações políticas dos movimentos populares que estudamos. No presente tópico, delinearemos as características da territorialidade insurgente que se desenha através desse conflito, a partir da relação que os movimentos de moradores constroem com o espaço urbano. Retomando aqui algumas das problemáticas levantadas na Introdução e ao longo deste trabalho, a diversidade dos casos estudados nos leva às seguintes perguntas: como podemos caracterizar os territórios singulares que emergem dos movimentos de moradores e ocupações urbanas no Porto e em Belo Horizonte nas décadas de 1960 e 1970? De que formam essas experiências conseguem – ou não – desconstruir as relações de dominação e dependência impostas pela estrutura social urbana, desenvolvendo discursos e ações que propõem outras formas de morar e viver na cidade?

Com suas narrativas e práticas, os movimentos de moradores estudados se contrapunham em diversos aspectos a uma narrativa urbana hegemônica. Como vimos, as

décadas do pós-guerra no mundo ocidental se caracterizam por um florescimento de discursos *planos* que visam a uma ampla reorganização do espaço urbano de acordo com os interesses do capital, defendidos principalmente pelos setores privados, pela classe empresarial e industrial por intermédio da elite política municipal. Analisamos, ao longo do trabalho, a construção de um discurso sobre o espaço urbano que visa justificar e legitimar uma contundente intervenção do poder público com intuito de “modernizar” a cidade na sua escala metropolitana e “civilizar” as classes populares.

Tais práticas intervencionistas nas grandes cidades condizem com a história de expansão e reorganização urbana do pós-guerra que já conhecemos. Trabalhos realizados em diversas áreas abordaram o processo de reconfiguração urbana pelo Estado e pelo capital nesse período, tendo sido estudado sob diferentes perspectivas. No entanto, o estudo histórico dos movimentos de moradores que emergem entre as décadas de 1950 e 1970 nos leva a considerar outra dimensão do processo histórico de reconfiguração urbana que marca o período. Em suas práticas, ações e narrativas, identificamos vozes e gestos que se contrapõem às políticas urbanas hegemônicas aplicadas nas cidades, possibilitando experimentar localmente outras formas de habitar, conceber a habitação e mesmo construí-la em uma estrutura urbana em expansão. Para além de uma mera postura defensiva ou de táticas de sobrevivência, a articulação desses movimentos de bairros permitiu em diferentes ocasiões formular outros projetos possíveis de organização social do espaço urbano, que nos leva a considerar não apenas a rua – na escala microlocal – mas toda a cidade como terreno político de experimentação e emancipação.

Desse modo, analisaremos neste tópico os principais aspectos dessa outra cidade experimentada ou imaginada no seio dos movimentos. Estas observações, realizadas com base em duas cidades e contextos distintos, conduzem-nos a pensar a história da cidade contemporânea e dos conflitos sociais urbanos como um repositório de *outras cidades possíveis*. Retomamos aqui a ideia de cartografia noturna, levantada em nossa introdução, que consiste em construir um olhar histórico-geográfico atento às urbanidades insurgentes que se desenham no conflito social. Destacamos que não concebemos estas como utopias apenas projetadas, mas como experiências socioespaciais reais que foram construídas e habitadas coletivamente.

Nesse aspecto, a história desses movimentos de moradores, e de sua repressão, pode também ser lida como um levantamento acerca de “possibilidades suprimidas” da história urbana, reutilizando aqui a expressão de Aimé Césaire (2004, p. 23). Se a ideia de “possibilidades suprimidas” evoca o cerceamento e encurtamento dessas experiências pelos

modos de repressão e cooptação por nós analisados, ela deixa no entanto rastros concretos na formação da cidade contemporânea, abrindo caminhos para práticas coletivas e movimentos sociais de emancipação ainda em curso nos dias de hoje.

Nos próximos tópicos, analisaremos as principais características identificadas como elementos que perpassam todas as lutas comunitárias analisadas e os territórios que emergem a partir delas. Destacamos aqui três principais elementos: a crítica à propriedade privada e à apropriação estatal do solo urbano, a relação construída com o meio ambiente e o fortalecimento da teia de relações que constitui a comunidade enquanto sujeito coletivo. Veremos como, a partir dessas singularidades, os movimentos criam uma territorialidade política conforme as práticas cotidianas de seus habitantes, apesar das tensões e divergências que atravessam muitas vezes o próprio bairro.

Propriedade privada e transmissão do solo urbano

No momento atual, marcado por uma crise global do sistema capitalista, diversas pesquisas no campo das ciências humanas têm explorado o modelo ocidental de relação com o território, a partir de um deslocamento de perspectiva cultural e histórica. Entre elas, reflexões oriundas da antropologia procuraram historicizar a diferenciação entre *natureza* e *cultura* adotada pela sociedade ocidental (DESCOLA, 2005), enquanto outras repensaram a relação das comunidades humanas com o ambiente habitado a partir de outras epistemes não ocidentais e não hegemônicas, sejam elas indígenas (VIVEIROS DE CASTRO, 2009; KRENAK, 2019) ou quilombolas (DOS SANTOS, 2015), em uma perspectiva decolonial.

No campo da história, mas também da geografia, alguns trabalhos de resgate histórico têm sido feitos no sentido de questionar a origem da nossa relação com o planeta e mais especificamente a nossa relação com o solo, mediante uma historicização da relação com a propriedade. Em seu trabalho, que se limita, no entanto, à realidade e pontos de vistas europeus ou estadunidenses, Frédéric Graber e Fabien Locher relembram o processo sócio-histórico de consolidação da propriedade privada no Ocidente, inclusive a partir da emergência da burguesia como classe dominante no século XIX. Por outro lado, também apontam para as múltiplas “trajetórias da propriedade”, crescente objeto de conflito social inspirando práticas sociais diversas no período contemporâneo, das lutas ambientalistas às experiências de propriedade coletiva (GRABER; LOCHER, 2018). O geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012), por sua vez, tem se interessado em historicizar as

relações antagônicas existentes no seio dos territórios em contextos coloniais ou pós-coloniais. No entanto, a grande maioria desses trabalhos citados tem se concentrado principalmente em estudar a relação comunidade humana-território com base em uma realidade extraurbana, partindo de um contexto rural ou de culturas ou sociedades que evoluem principalmente “à margem do desenvolvimento capitalista” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 53). Ainda são raras as pesquisas que procuram historicizar a construção e a conformação da territorialidade hegemônica e os conflitos que a perpassam no ambiente urbano.

No entanto, citamos ao longo do presente estudo alguns autores cujas reflexões já apontam nessa direção (CAMPOS, 2011; ZIBECHI, 2011). Sobre esse aspecto, a observação do nosso objeto ao longo da pesquisa suscita uma primeira constatação: o conflito social entre distintas formas de habitar e ocupar o espaço urbano pelos grupos sociais no segundo século XX – no mundo ocidental – mantém fortes relações, diretas ou indiretas, com a realidade colonial que fundamenta o capitalismo global.

Como já apontado por Porto-Gonçalves (2012, p. 42), a “colonialidade interna” praticada no seio dos Estados-nações ocidentais no período contemporâneo se reflete na conformação das relações sociais tanto “nas periferias urbanas do primeiro mundo” como na estrutura social dos ex-países colonizados. Essa relação histórica entre a configuração das periferias urbanas e o fato colonial, mais especialmente no caso brasileiro, torna-se um elemento basilar para entender os conflitos acerca da propriedade privada e as relações sociais divergentes com o solo urbano que observamos em nossa pesquisa.

Ao contextualizarmos, no início do Capítulo 1, o surgimento das primeiras ocupações informais de terras no Brasil urbano no fim do século XIX, percebemos que a formação das favelas, cafuas, vilas, palhoças e outros espaços apropriados e construídos pelos populares se inscreve na continuidade histórica da realidade colonial. Dito de outro modo, o processo de dominação étnico-racial do Brasil colônia passa a se refletir na estruturação socialmente desigual e racialmente segregada do espaço urbano. Como apontado por Campos (2011), vemos então uma continuidade histórica entre o conflito pelo solo urbano e os conflitos territoriais da época colonial que opunham a legitimidade da *posse*, nos territórios apropriados pelos populares tais como os quilombos, à propriedade lavrada por um título oficial, reforçada com base na Lei de Terra de 1851. Nesse aspecto, a história das ocupações coletivas de terras urbanas em uma cidade como Belo Horizonte pode ser vista como reflexo indireto de antigos conflitos fundiários coloniais.

No caso português, também encontramos a crítica à propriedade privada e à gestão hegemônica dos solos urbanos como um dos fios condutores da luta dos moradores portugueses a partir de 1974. Nesse país, tais críticas encontram-se mais especificamente ligadas a um conflito de classe, contra a alta concentração de capital nas mãos da burguesia urbana reforçada ao longo de décadas de ditadura salazarista.

Muitos dos movimentos de moradores estudados por nós, nos dois países, têm como ponto de partida uma ação coletiva que questiona a *propriedade* exclusiva do solo urbano. É o caso dos movimentos comunitários iniciados na Vila Frei Josafá-31 de Março e na Vila Operário-Estudantil, em Belo Horizonte, que se fundam sobre uma ação coletiva de ocupações de terras privadas pertencentes ao maior proprietário de terra da cidade: Antonio Luciano. Também é o caso dos movimentos de bairros estudados por nós no Porto, em Massarelos e em São Pedro da Cova, que se estruturam a partir de um ato de ocupação. Nesses locais, ocorreram ocupações de edifícios privados devolutos – o antigo Frigorífico de Peixe, em Massarelos, e a sede das Companhia das Minas, em São Pedro da Cova.

Na base de todas essas experiências de ocupação, encontramos semelhante narrativa, por parte dos ocupantes e movimentos, de crítica à propriedade privada de bens devolutos que, legitimamente, deveriam servir à população. No caso de Belo Horizonte, citamos no Capítulo 1 as menções recorrentes, por parte dos grupos que ocupam as terras urbanas em Belo Horizonte, ao fato de que aquela terra “é de ninguém”, já que “o terreno ali tava vazio”. Uma terra que cabe legitimamente ao povo necessitado já que “ninguém era dono”¹⁵⁷. Nas palavras de Vicente Gonçalves, as ocupações de terras por trabalhadores se justificam como uma dívida de classe histórica que perpassa toda a história da cidade: “as favelas não foram invadidas. O pessoal veio, construiu Belo Horizonte e foi largado às traças. (...) aquilo era de trabalhador”¹⁵⁸.

Em relação à ocupação dos Armazéns Frigoríficos pelo movimento de moradores de Massarelos, na cidade do Porto, podemos ler semelhante narrativa de legitimação. Pouco tempo após a ocupação, um texto publicado no jornal da associação sintetiza nestes termos a legitimidade da ação: “as casas construídas à custa do povo devem pertencer ao povo” (BOLETIM, n. 4, 1975, p. 2).

¹⁵⁷ Entrevista realizada com Neuzolina Antonia da Silva, na Vila 31 de Março, em Belo Horizonte, em 25/09/2015.

¹⁵⁸ Entrevista realizada com Vicente Gonçalves por Samuel Oliveira Rodrigues de Oliveira, em 2008. Citada pelo entrevistador em OLIVEIRA, 2012.

Nos dois países, a opção coletiva pela ocupação, independentemente de qualquer procedimento legalista, traduz uma descrença na capacidade do poder público de efetivar, por ele mesmo, processos de expropriação legais anunciados. Em Belo Horizonte, as ocupações ocorrem após a publicação, pelo prefeito Jorge Carone, de um decreto anunciando a expropriação de algumas terras devolutas da capital, que ainda não tinha sido efetivada. No caso de Massarelos, no Porto, a ocupação – bem como muitas outras nesse período no país – ocorre após a não concretização do decreto conhecido como a Lei das Rendas, que, adotado pelo governo provisório em setembro de 1974, pretendia proibir a manutenção de apartamentos devolutos em condição de uso. Após o esgotamento do prazo anunciado, sem que a lei tivesse sido efetivada, as ocupações dispararam. Nesse sentido, o movimento de moradores de Massarelos justifica a opção pela ação direta de expropriação em virtude da ineficiência da via institucional, já que “os entraves burocráticos que se levantam em processos de expropriação, são apenas uma das armas de que a burguesia se serve para enterrar a luta das populações por melhores condições de vida, decidiu-se (...) que a população tomasse conta do que legitimamente lhe pertence” (BOLETIM, n. 4, 1975, p. 2).

Uma vez os movimentos solidificados, a luta contra a propriedade privada ou exclusiva enuncia-se também por experiências e reivindicações que extrapolam os limites da única ocupação ou bairro, incluindo uma crítica à especulação imobiliária sobre o solo urbano. Por meio de entidades que federam entre si diferentes bairros, são sugeridas outras formas de gestão do solo urbano na escala da cidade, para além das normas impostas pelo mercado imobiliário e com participação direta dos moradores.

No caso de Belo Horizonte, a Federação dos Trabalhadores Favelados foi pioneira nesse sentido ao propor, a partir de 1962, uma vasta greve dos aluguéis nas favelas “contra a odiosa exploração” dos “trabalhadores favelados” pelos “tubarões de tamanco”. Nesse mesmo ano, é popularizada, no Congresso dos Trabalhadores Favelados, a ideia de expropriação em larga escala de todos os latifúndios urbanos, com participação direta da população. Na esteira desses debates, o movimento de ocupações de terras de 1963 participou dos debates sobre os modos de concretização da reforma urbana, como parte das reformas de base defendidas por grande parte da população e movimentos sociais à época.

No Porto, a Assembleia Plenária dos movimentos de moradores da cidade, em abril de 1975, formula uma série de reivindicações radicais que pauta uma mudança de paradigma quanto à gestão dos solos urbanos, na escala da cidade como um todo. Como já mencionado no Capítulo 5, as principais exigências nesse sentido são então: “a nacionalização dos solos

urbanos e urbanizáveis e gestão popular desses terrenos através das respectivas Associações de Moradores”, ou ainda a “imediate ocupação, organizadas pelas Associações de Moradores, das casas abandonadas, indevidamente vazias, e situadas nas respectivas zonas para benefício dos moradores necessitados” (COMBATE, abril-maio 1975, p. 8).

Em São Pedro da Cova, vemos a emergência de outra experiência coletiva sobre o tema, qual seja, a criação de um modo local de financiamento da habitação e urbanização que subverte a lógica de exploração de aluguel em larga escala. A partir de maio de 1975, a primeira assembleia do Centro Revolucionário Mineiro decide pela interrupção do pagamento de aluguéis por parte dos moradores do bairro mineiro à Companhia de São Pedro da Cova, substituído por um financiamento coletivo – adaptado às possibilidades de cada família – e centralizado pelo CRM, no intuito de financiar as melhorias urbanas e habitacionais necessitadas pelos moradores do bairro.

Para além das ocupações e de suas críticas à concentração privada do solo urbano, outros movimentos citados por nós, nos dois países, constituem-se a partir de uma recusa da propriedade exclusiva do Estado sobre os territórios habitados pelas comunidades. É o caso das comissões de moradores dos bairros camarários, no Porto, que se formam a partir de uma rejeição da autoridade da Câmara Municipal e do Estado ao repudiar o regulamento imposto a esses locais pela Lei Municipal. Também é o caso de boa parte dos movimentos de moradores que se estruturam na região metropolitana de Belo Horizonte, no período estudado e mesmo anteriormente, que se formam a partir da resistência coletiva à reintegração de posse, em terrenos reivindicados pelo Estado ou por entidades privadas. Tal situação foi a origem, por exemplo, da formação da primeira União de Defesa Coletiva (UDC) da cidade, fundada na Vila dos Marmiteiros em 1948 e que inspira a formação de UDCs em mais de 50 outras favelas da cidade, nos anos seguintes, até sua extinção pelos militares em 1964. Ameaças ou tentativas de despejos também marcam a organização de movimentos na Vila Cemig ou Santo Antônio, em Contagem, na década de 1970, ou ainda da Favela do Imbiruçu, em Betim, em 1980, como mencionado no Capítulo 3.

Os casos mencionados evidenciam que a recusa da propriedade exclusiva não leva tão somente a questionar a propriedade privada – de companhias ou particulares –, como também a propriedade dita “pública” de responsabilidade do Estado ou do município. Nesse aspecto, os diferentes movimentos citados se encontram muitas vezes em um processo de luta contra atores privados e contra o poder público ao mesmo tempo, cujas figuras muitas vezes se confundem: como é o caso na remoção do Pindura Saia em Belo Horizonte, onde o fato de

não se saber “se os pretensos donos era de uma Companhia ou gente do governo” aumentava a desinformação e dificuldade de articulação dos moradores, segundo Conceição Evaristo (EVARISTO, 2017, p. 116). Essa confusão entre os atores públicos e privados se traduz, por vezes, em uma parceria oficial, como na Cidade Industrial de Contagem, onde as desapropriações em grande número das vilas e favelas na década de 1970 foram fruto de um “convênio assinado entre a Prefeitura de Contagem e a Companhia dos Distritos Industriais de Minas Gerais”, que permitiu liberar áreas públicas para a expansão da indústria (JORNAL DOS BAIRROS, n. 17, 1977, p. 6).

Essa proteção e promoção dos interesses privados por meio de amplas políticas de reestruturação urbana alcança um patamar inédito no período estudado, seja no Brasil seja em Portugal. Tanto o vasto programa de remoção das ilhas, levado a cabo no Porto a partir de 1956, como a política habitacional do BNH no Brasil e a política remocionista iniciada em Belo Horizonte a partir de 1971 ao mesmo tempo favorecem o mercado imobiliário nas regiões centrais e valorizadas, bem como incentivam o mercado da construção civil com a produção de novas unidades.

Inclusive, alguns dos grandes empresários que enriquecem nesse contexto fazem circular seus empreendimentos e seu capital entre os dois países, e pelo mundo lusófono como um todo. É o caso de António de Sommer Champalimaud, um dos maiores empresários portugueses do século XX, cujo capital se consolidou durante a ditadura de Salazar, proprietário dos Armazéns Frigoríficos ocupados pelos moradores de Massarelos em 1975. Nessa época, marcada pelo período revolucionário português, Champalimaud já havia deixado o país e se instalado no Brasil, onde expandia seus negócios favorecidos pelo “milagre econômico” da ditadura brasileira. Desde 1969, já havia fundado, em Vespasiano, uma das novas zonas de investimento industrial da região metropolitana de Belo Horizonte, a produtora de cimento e empresa de mineração Soeicom (atual Cimentos Liz), uma das maiores produtoras de cimento de Minas Gerais. No sentido inverso, as medidas protecionistas da ditadura brasileira naquele período permitiram o enriquecimento considerável e a internacionalização da construtora Odebrecht, que passará então a investir em Portugal ou ainda em Angola, construindo estradas, pontes e barragens hidroelétricas, como lembrado por Pedro Henrique Pedreira Campos (2015).

Essa crescente imbricação, nesse período, entre os empreendimentos públicos e privados anuncia a generalização no Brasil, a partir dos anos 2000, das operações urbanas consorciadas (OUC) que permitem as parcerias público-privadas (PPPs). Essas PPPs serão a

partir de então a origem de boa parte das grandes obras urbanas e das consequentes operações de remoção de favelas realizadas no país nos anos que antecedem a Copa do Mundo de 2014.

De forma compreensível, tal imbricação crescente entre os atores públicos e privados nas políticas urbanas do pós-guerra nos ajudam a entender como esses passam a representar, muitas vezes, a figura de um inimigo comum pelos movimentos. Nesse aspecto, o poder de ambos e suas lógicas de gestão do solo urbano são substituídos pontualmente por uma terceira via, que será experimentada pelos movimentos. Além de defender a legitimidade da posse do solo devoluto, mediante o ato da ocupação, os movimentos estudados, em diversas ocasiões, experimentam formas coletivas e singulares de gestão de áreas ou espaços comunitários. É o que observamos em vilas e favelas de Belo Horizonte com a construção de espaços destinados ao uso comunitário: grupo escolar, ambulatório médico, sedes das associações, quando não é – na falta de espaço adequado – a própria rua que é usada como espaço de assembleia comunitária, como ocorria nas Vilas 31 de Março e Operário-Estudantil. Nos movimentos de bairros analisados no Porto, a ocupação de edifícios devolutos permitiu a criação de espaços comunitários polivalentes e em ampla escala, tais como os Armazéns Frigoríficos de Massarelos ou o Centro Revolucionário Mineiro de São Pedro da Cova, composto por um conjunto de vários edifícios.

Tais experiências vão ao encontro de reflexões recentes que invocam o termo “comum” para qualificar uma relação política com os bens e os territórios para além da dicotomia entre “privado” e “público”. “Nem privado nem público”, o “comum” seria fruto de uma atividade conjunta e coletiva dos grupos humanos a partir da ideia de que “o direito de uso” deve prevalecer sobre a ideia de propriedade (DARDOT; LAVAL, 2014).

Essa crítica à propriedade exclusiva do solo urbano – nas ocupações e comunidades – é entendida por nós como o primeiro gesto por meio do qual a comunidade passa a adotar uma postura “ativa” em relação ao espaço urbano que a cerca. Fruto desse inconformismo, o enfrentamento ao *status quo* que rege o processo de transmissão fundiária na grande cidade constitui o primeiro passo pelo qual a comunidade se afirma como agente de mudança social. Em virtude dessa postura “ativa” adotada em relação ao solo urbano e à moradia, o ambiente urbano habitado passa também a se tornar um elemento fundador da estrutura de relacionamento da comunidade, elemento não humano central na teia de relações sociais locais. Esse ambiente habitado, com o qual e por meio do qual a comunidade se relaciona ativamente, inclui também o ambiente natural urbano de modo geral, como veremos no próximo tópico.

O ambiente habitado como elemento da comunidade

Em diversos momentos da pesquisa, pudemos constatar que o questionamento ou recusa da propriedade exclusiva no espaço urbano, seja privada seja estatal, implicam uma mudança de paradigma não apenas na relação comunidade-solo urbano, e sim mais amplamente na relação entre esta e o conjunto do ambiente ocupado, ou seja, com todos os elementos que preexistam à atividade humana e subsistam no espaço urbano.

Um dos exemplos mais recorrentes em nosso trabalho nesse sentido é a forma como algumas das comunidades estudadas convivem com os rios urbanos. No caso de Belo Horizonte, percebemos na pesquisa que essa relação existe desde a formação dos primeiros bairros populares, enquanto as primeiras ocupações informais de terras urbanas permitiram implantação das primeiras vilas de cafuas nas imediações do Ribeirão Arrudas e do Córrego do Leitão. Já nessa época, vimos, com base na recordação de um ex-morador da vila de cafua que existia no Barro Preto, Seu Alfredo Gonçalves, como o rio integrava o território social da comunidade, local onde se reuniam as mulheres para lavar as roupas ou as crianças para brincar.¹⁵⁹ Mais de meio século depois, os rios urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte já não permitem o mesmo tipo de convivência, muito deles canalizados e tamponados ou fortemente poluídos. As imediações do rio já se tornam, pelo contrário, muitas vezes um fator de perigo. Na década de 1970, os rios e córregos urbanos já apresentavam um nível de poluição e contaminação cada vez maior, “causada por influentes industriais e domésticos”, como alertado na época pelos estudos da Plambel (1984b, p. 43), enquanto o assoreamento e a extensão dos solos construídos não permeáveis aumentavam as ocorrências de enchentes: no Ribeirão Arrudas, no Riacho das Pedras ou ainda no Ribeirão do Onça e no Córrego Vilarinho. Por meio dos relatos de moradores da Vila Cemig ou da Vila dos Marimbondos, vemos rastros de destruição causados pela subida das águas nesse período. No Bairro Industrial, situado na Avenida Tereza Cristina, especificamente, mostramos a mobilização dos moradores após as chuvas terem derrubado “por completo a ponte” existente sobre o Ribeirão Arrudas onde, devido à situação, “crianças caíram dentro do rio e quase [morreram] afogadas”. Após sucessivas mobilizações dos moradores junto à prefeitura e ao poder estadual, alertando não apenas sobre as enchentes e a queda da ponte, mas também sobre a crescente erosão no bairro nos períodos de chuvas, os moradores decidem solucionar a situação por eles mesmos diante da inação dos poderes públicos: “11 moradores do bairro,

¹⁵⁹ Entrevista realizada com Alfredo Maurício Gonçalves no domicílio do entrevistado, no bairro Cachoeirinha (Belo Horizonte), em 13/10/2015.

depois que ninguém tomassem providência, resolveram organizar um mutirão e fazer uma ponte sobre o ribeirão” (JORNAL DOS BAIRROS, n. 3, 1976 – n. 4, 1976).

Na cidade do Porto, em Massarelos, observamos semelhante esforço da comunidade para domesticar e se apropriar do rio vizinho ao bairro para transformá-lo de espaço de perigo a espaço de uso comunitário. Como relatado pelos membros da associação do bairro por nós entrevistados, mas também em nossas fontes escritas, as águas do Rio Douro costumavam atrair as crianças, que se arriscavam em brincadeiras que podiam se tornar “fatais”, algumas delas tendo se afogado nessas ocasiões. Após a mobilização da comunidade e a ocupação dos Armazéns Frigoríficos, no entanto, o rio será apropriado como espaço de lazer seguro. Ao permitir um acesso mais confiável ao rio, o edifício ocupado se tornará a base de um clube local de canoagem utilizado por todas as gerações, inspirando aquela comunidade e a dos bairros vizinhos a explorar as águas do Douro.

A relação com a atmosfera do ambiente habitado e a questão da qualidade do ar, bem como a preservação da vegetação urbana, também se constituem em objeto de preocupação e de reivindicação dos moradores, conforme analisado em nossa pesquisa. Na cidade do Porto, moradores assustados com o adensamento urbano causado pela construção dos novos conjuntos habitacionais camarários na zona da Pasteleira, transformando o bairro em uma “floresta” de concreto, reivindicaram a criação de “uma vasta zona verde, que poderia (e deveria) constituir um verdadeiro pulmão” para a população da região oferecendo “um filtro verdadeiramente eficiente para a poluição química e sonora” (CMP, maio-junho 1974, p. 83). No contexto específico de São Pedro da Cova – cidade fortemente afetada pela atividade industrial e extrativista –, encontramos preocupações sobre o tema nas páginas do jornal do movimento de moradores, *O Diálogo*. Em um texto publicado na rubrica “somos o amanhã”, destinada aos alunos da Escola Preparatória Dom Afonso V, um deles descreve “o fumo das fábricas, dos carros, o cheiro do lixo” em sua cidade, enquanto “a água está poluída, no rio Ferreira não há peixe porque uma fábrica deita para lá o lixo”, ainda que, segundo ele, “a poluição sentiu-se mais (...) quando as minas funcionavam. As principais vítimas da poluição foram os mineiros. Alguns morreram e outros ficaram doentes por causa do pó de carvão”. Mais adiante, um integrante da equipe do jornal defende que a preservação e o plantio de árvores na zona integram o trabalho das comissões de moradores que deveriam “mobilizar grupos de pessoas encarregadas de plantar” (O DIÁLOGO, n. 9, maio 1976).

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os efeitos avassaladores da urbanização acelerada e da industrialização também foram denunciados por movimentos de moradores.

Mais especificamente, na região da Cidade Industrial, onde vimos como a mobilização de moradores contra a poluição atmosférica causada pelas fábricas obrigaram o fechamento da Companhia de Cimento Portland Itaú, em Contagem. Com base nas páginas do *Jornal dos Bairros*, também citamos as denúncias frequentes contra poluição causada pelos dejetos industriais e domésticos que se acumulam em locais impróprios. No bairro Camargos, os moradores conseguiram, inclusive, mediante mobilização, a efetivação de uma coleta de lixo, além de organizar mutirões de plantios de árvores por todo o bairro (JORNAL DOS BAIRROS, n. 3, 1976; n. 5, 1976; n. 13, 1977).

Percebemos como a questão ecológica, articulada à luta social, integrou as pautas dos moradores cujos movimentos já denunciavam publicamente a calamidade causada pelo modelo intensivo de produção e urbanização, sendo o assunto considerado grave questão de saúde pública. Como apontado pelo texto publicado no *Diálogo* que ressalta o fato de as primeiras “vítimas da poluição” das minas terem sido os próprios mineiros, vemos como os efeitos adversos causados ao meio ambiente no espaço urbano atingem, já naquela época, predominantemente as zonas mais pobres da cidade. Tal realidade constitui mais um aspecto da desigualdade estrutural que vigora nos grandes centros urbanos. Na região metropolitana de Belo Horizonte, por sua vez, vimos que relatórios da Plambel produzidos na década de 1980 já apontavam os efeitos, por vezes irreversíveis, causados pelo “modo de implantação dos novos loteamentos” urbanos, pelo “congestionamento industrial e pela defasagem entre as medidas de proteção ambiental adotadas e os reais problemas existentes” (PLAMBEL, 1984b, p. 48). Por outro lado, mobilizações comunitárias denunciavam, desde a década anterior, a crescente ocorrência de erosão, enchentes e contaminação dos solos e do lençol freático, que afetavam – e ainda afetam – em primeiro lugar as vilas e favelas devido à localização dos terrenos ocupados: zonas de encostas, beira de córregos, vias de tráfego intenso ou zonas industriais. De fato, as dramáticas consequências das enchentes ocorridas nos últimos anos em Belo Horizonte atingiram fortemente vilas, favelas e bairros populares das zonas citadas por nós, como a Vila Itaú e a Vila Barraginha, em Contagem, ou ainda o Bairro Industrial, em Belo Horizonte.

Esses exemplos de mobilizações de moradores sobre o tema dialogam com outros trabalhos já realizados sobre a emergência de movimentos ecológicos em grandes cidades do mundo, após 1968, que afirmam a necessária transformação da sociedade perante as mudanças sociais e urbanas em curso (CASTELLS, 1973, p. 73). Tais exemplos indicam como os movimentos locais de moradores ou de estudantes foram, nessa época, os primeiros a

alertar e a se mobilizar publicamente, nas ruas e nas comunidades, sobre as consequências ambientais do modelo de crescimento urbano adotado. Apesar de alguns autores apontarem a articulação entre pauta ambiental e social como um elemento novo (NAEGEL, 2017), os movimentos de moradores por nós analisados já miravam uma interligação entre as pautas ecológicas e sociais. Todos esses casos são interessantes por explicitar como a ecologia política de transformação social surge na década de 1970, não como uma pauta de grupos partidários, forma pela qual ela nos aparece por vezes hoje, mas como uma das reivindicações vitais que integravam a defesa de comunidades locais. Como apontado por Castells (1973, p. 77), não se trata então mais, como era feito no seio das sociedades de proteção do meio ambiente que florescem nos Estados Unidos e em outros países a partir do fim do século XIX, de proteger uma natureza, compreendida como elemento externo do qual queremos usufruir. Para as comunidades pobres urbanas atingidas diretamente pelas enchentes e pela contaminação dos solos e dos rios, tratava-se, com efeito, de uma luta pela vida, anunciando uma palavra de ordem defendida atualmente por parte dos militantes ecológicos: “não defendemos a natureza, somos a natureza lutando para se defender” (BLOCH, 2015).

Por fim, essa intensa relação construída pela comunidade com o ambiente natural que a cerca se relaciona também com a questão da autonomia alimentar, já que as comunidades populares urbanas valorizavam formas de acesso direto à água potável e à alimentação no meio urbano. Como mostramos, o uso da *biquinha* e das torneiras públicas canalizando fontes naturais de água constituíram durante muito tempo o principal acesso à água – inclusive para o consumo – nos bairros populares de Belo Horizonte, bem como no restante do Brasil. Esse mecanismo será dificultado no seio dos processos de remoção – como no caso da favela Pindura Saia, onde as torneiras são retiradas à medida que a favela vai sendo removida – e de adensamento urbano, como no bairro Lindéia, onde jovens moradores do bairro alertam para a contaminação da água que escorre das torneiras. Essa rarefação também atinge a produção de alimentos no meio urbano, já que a possibilidade da existência de um quintal familiar nas vilas e ocupações urbanas também permitia a existência de hortas, como lembrado por Evaristo (2017, p. 160): “No pedacinho de terra que havia em volta do barraco, plantavam mandioca, milho e verduras. Havia pé de manga, banana e mamão. E na época das frutas, a fome era menor”. Após o despejo, a remoção para conjuntos habitacionais ou para favelas cada vez mais adensadas impossibilitam ou dificultam a manutenção dos quintais. Na cidade do Porto, do mesmo modo, vimos como a existência de hortas urbanas implantadas em

terrenos devolutos é progressivamente dificultada pelas remoções e políticas de expansão urbana nas décadas de 1960 e 1970.

Nesse aspecto, a relação com o ambiente habitado traduz-se também pela valorização deste como provedor de alimentos, diminuindo – mesmo que de forma mínima – a dependência de alguns moradores da economia de consumo para acesso ao alimento ou ao tratamento municipal de água sujeito a cobrança. A normatização do espaço urbano pelas políticas urbanas de remoção representa também a perda dessas condições mínimas de autonomia e subsistência que a organização popular ou a posse informal dos terrenos devolutos propicia, como já apontado por Zibechi (2011, p. 23).

A construção dessa relação com o ambiente natural ocupado pela comunidade tende – como vimos com base nos exemplos citados – à ideia de “biointeração” que Antonio Bispo dos Santos identifica como um modo de relação construído pelas comunidades tradicionais oriundas de culturas não colonialistas. Segundo o autor, tal relação não se pauta pela “expropriação” ou “sintetização” dos elementos do ambiente habitado, mas em uma relação de extração e uso, “de forma integrada”, e inspirada no princípio de “confluência”, semelhante àquele que “rege a relação de convivência entre os elementos da natureza” (DOS SANTOS, 2015, p. 89).

Entendemos que essa “confluência” das inter-relações construídas no território, que inclui por vezes os elementos não humanos que compõem o ambiente habitado, é consequência de outra característica fundamental que perpassa todos os movimentos estudados: a centralidade dos laços comunitários preexistentes e construídos no seio do movimento, como veremos no próximo tópico.

Os laços comunitários como força política

Uma das características que muitos dos movimentos estudados possuem em comum é a importância da teia de relações comunitárias para a organização da mobilização. No caso brasileiro, vimos como a preexistência de uma rede de relações, a partir de vínculos sociais ou familiares, torna-se um dos fatores indispensáveis para a organização das ocupações de terras urbanas por nós estudadas. Tal aspecto é ligado ao fato de que a ocupação somente consegue resistir ao despejo ao reunir certo número de pessoas em barracos construídos “da noite para o dia”, como apontado por Enedino Soares, ocupante da Favela dos Baianos, criada em Belo Horizonte no bairro Carlos Prates, em 1964 (DM, 19/08/1964). Segundo Soares, uma das

táticas aplicadas para garantir a permanência da ocupação consiste na formação de um grande número de barracos em um menor tempo possível, já que, segundo uma ideia compartilhada pelos ocupantes, “casebre habitado” não se derruba. Isso exige, naturalmente, uma mobilização importante de pessoas em um tempo curto.

Observamos a importância dessas redes de relações preestabelecidas pelos depoimentos e trajetórias dos ocupantes em diversas vilas e ocupações. Além da Favela dos Baianos, percebemos esse aspecto na Vila Frei Josafá-31 de Março (bairros Dom Cabral-Dom Bosco, 1963), na qual uma de nossas entrevistadas, Dona Neusa, chegou a participar da ocupação do terreno – com seus filhos – a convite do cunhado. Nas ocupações realizadas em torno da Vila Operário-Estudantil (Cabana do Pai Tomás, 1963), José do Carmo – que se tornará vice-presidente da UDC local – chegou à comunidade por intermédio de seus irmãos, que já habitavam a vila desde a sua criação. Por sua vez, a Favela dos Baianos, que será finalmente despejada, começou a partir de um único barraco ocupado por um casal, que passou a construir no local outros barracos “para receber amigos que vieram da Bahia” (DM, 16/08/64 – 19/08/64).

No caso português, percebemos também a importância desses vínculos preexistentes para a formação dos movimentos de moradores, sendo que a maior parte das comissões de moradores são iniciadas por grupos que mantinham laços de vizinhanças “na rua, na padaria ou na mercearia, no café ou na tasca”, que puderam se expressar “em voz alta” e se organizar politicamente a partir da Revolução de 1974, alargando aos poucos a mobilização “a toda a vizinhança” (HIPÓLITO SANTOS, 2014, p. 77). Como vimos, foi dessa forma que a mobilização ocorreu em Massarelos assim como em São Pedro da Cova, onde houve também uma participação importante de um grupo de teatro e de uma escola, núcleos de sociabilidade que já existiam antes da emergência do movimento local. Da mesma forma, a preservação e o aprofundamento desses vínculos passam a se tornar um dos objetos da luta. Uma das consequências mais negativas para a comunidade que sofre a remoção é “a perda do sistema de interajuda entre vizinhos”¹⁶⁰, como vimos no caso das ilhas do Porto ou ainda no processo de remoção da favela do Pindura Saia, em Belo Horizonte. Conforme lembrado por Manuel Pinto Lopes, da associação de moradores de Massarelos, a proteção desses vínculos comunitários se torna também um objeto da luta local por habitação, que terá como um de

¹⁶⁰ Entrevista realizada com Alexandre Alves Costa, no bairro da Boavista, na cidade do Porto, em 26/01/2018.

seus ideais o fato de que os moradores possam permanecer no bairro, “onde tem suas sociabilidades, suas famílias, seus trabalhos, e não enviados para periferia”¹⁶¹.

Nesse aspecto, o movimento de moradores visa, também, intensificar o senso de comunidade e a criação de vínculos. Como esclarecido por um texto publicado no boletim da associação de moradores da Vitória, bairro do Porto:

(...) moramos próximos uns dos outros, mas, ao mesmo tempo, estamos longe uns dos outros. (...) É que sempre nos quiseram isolar uns dos outros e nos incitaram a buscar solução para os nossos males, não de forma colectiva mas individual (...) Hoje sabemos por experiência, que este não é um saudável modo de viver (...) pois para males colectivos só valem soluções também colectivas (...) havemos também de encontrar maneira de nos ligarmos a todos os moradores de Portugal e do mundo que estão em situações semelhantes às nossas. Assim junto é que poderemos experimentar a Força que anda dentro de nós. (VITÓRIA EM LUTA, s.d., p. 2)

O intenso senso de coletividade desenvolvido no seio do movimento também é evocado pelo arquiteto Alexandre Alves Costa, que participou de brigadas locais do SAAL em vários bairros do Porto. Segundo ele: “a nossa vida neste momento foi muito intensa. Eu acho que não dormíamos. Ou se dormíamos, dormíamos uns com os outros para não perder as discussões”¹⁶².

A criação desses vínculos e do sentimento de coletividade ultrapassa por vezes os limites da comunidade, sendo a solidariedade entre os bairros facilitada com ações concretas de moradores. Na região metropolitana de Belo Horizonte, citamos o caso dos grupos de amigos criados por iniciativa de alguns moradores, cujos objetivos são resumidos desta forma por Seu Augusto, morador da Vila Santo Antônio, citado nas páginas do *Jornal dos Bairros*: “o que a gente tem feito é ajudar ao pessoal a tomar consciência (...). Queremos mostrar que o grupo, além de ser pobre, pode fazer as coisas e o grupo se propõe a lutar com todo mundo”. O primeiro desses grupos, criado inicialmente nessa vila, trabalhou para estabelecer contatos com vilas vizinhas, tal como a Vila São Nicodemos, incentivando a criação de grupos semelhantes. Além do trabalho de conscientização, tais grupos organizam mutirões nas partes mais necessitadas das vilas (JORNAL DOS BAIRROS, n. 83, 1979). Como outro exemplo de iniciativas de solidariedade, desenvolvida apesar do clima de repressão e vigilância da ditadura, também mencionamos o apoio logístico do movimento local do bairro Cabana do Pai Tomás às famílias que procuravam ocupar terrenos em outras regiões da cidade. Após a

¹⁶¹ Entrevista realizada com Manuel Pinto Lopes, na Associação de Moradores do bairro Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018.

¹⁶² Entrevista realizada com Alexandre Alves Costa, no bairro da Boavista, na cidade do Porto, em 26/01/2018.

ação ter falhado, tendo sido descoberta pela polícia, a associação de moradores do Cabana organiza a hospedagem dessas famílias na favela até estas encontrarem outra solução.

Nesse aspecto, alguns bairros passam a ocupar um papel federador, estendendo o espírito de ajuda mútua comunitária para uma escala regional mais ampla: é o caso do Cabana do Pai Tomás, mas também do bairro Lindéia ou ainda da Vila Imperial, ambos situados no Barreiro. No caso específico da Cidade Industrial, vemos a solidariedade se tecer entre bairros de naturezas distintas: bairros populares oriundos de loteamentos, vilas e favelas, ou ainda conjuntos habitacionais, um desafio resumido desta forma por um morador da Vila Santo Antônio em 1979, em Contagem: “temos que pensar bem: procurar união não só entre o povo das vilas, mas vilas e bairros” (JORNAL DOS BAIRROS, n. 83, 1979, p.6). É importante lembrar que, até os dias de hoje, o elo de solidariedade entre diversas vilas da região se manteve, sendo que algumas destas continuam lutando conjuntamente contra as ameaças de remoção que pesam sobre elas. Em junho de 2019, participaram conjuntamente de uma audiência pública em Contagem moradores das vilas Santo Antônio, PTO, Itaú, São Nicodemos e outras, juntando-se na luta contra remoção com ocupações urbanas mais recentes, tal como a ocupação Guarani-Kaiowá, nascida em 2013 no Ressaca (CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM, 2019).

Na cidade do Porto, um papel semelhante é ocupado por alguns movimentos de bairros. Em Massarelos, a partir de sua experiência pioneira, a comissão de moradores do bairro fornece um apoio logístico e jurídico para a criação de outras comissões em bairros vizinhos, tais como do Vilar e do Campo Alegre. Esta última continua, como a de Massarelos, ativa até os dias de hoje. Semelhante papel é ocupado pelo Centro Revolucionário Mineiro de São Pedro da Cova, que, a partir de 1975, se torna um espaço de organização e apoio para diversas comissões de moradores da região, tais como a de Passal ou Bela Vista. A partir do CRM, o movimento de moradores e as brigadas do SAAL levam apoio técnico e humano às zonas urbanas mais necessitadas dos municípios: não apenas os antigos bairros mineiros, como também o bairro de barracas autoconstruído. Toda essa dinâmica de interajuda que vem se construindo através dos movimentos estudados, não apenas dentro dos bairros como entre diferentes bairros de uma mesma região, demonstra a criação de uma “rede de intercâmbio”, segundo a expressão da antropóloga Larissa de Lomnitz. A autora identifica esse tipo de rede como uma característica importante dos movimentos populares comunitários, por meio da qual, a partir da reciprocidade, o movimento ampliado se torna uma “comunidade efetiva” e

alargada de indivíduos que lutam para viver de forma digna no espaço urbano (LOMNITZ, 1975, p. 223).

Todas essas experiências de criação de vínculos, no seio do bairro e entre os diferentes bairros da cidade, permitem quebrar o isolamento e o individualismo de um urbanismo hegemônico que tende cada vez mais a “isolar uns dos outros”. de acordo com o que vimos, as políticas habitacionais para as classes populares, dos bairros camarários portugueses aos projetos de conjuntos do BNH no Brasil, tinham em comum um ideal de sociedade individualizada e vigiada por representantes do poder. Trata-se sempre, nos dois países, de um conjunto de moradias unifamiliares, com poucos espaços livres de convívio entre os moradores do bairro e com vigilância por parte de fiscais ou informantes ligados aos regimes autoritários. Nesse aspecto, tais projetos habitacionais reuniam as características denunciadas pelos críticos ao movimento do urbanismo moderno desde o seu surgimento. Já na década de 1950, os membros da Internacional letrista – organização de onde alguns membros fundarão depois a Internacional situacionista – descreviam esse novo modelo de habitação popular nestes termos: “Hoje em dia, a prisão se tornou a habitação modelo (...) Este é o programa: a vida definitivamente dividida em ilhas fechadas, em sociedades controladas; o fim das chances de insurreição e encontros; resignação automática”. Ao entrever o urbanismo dos grandes conjuntos habitacionais como uma possível ferramenta de contra-insurreição, as observações dos autores parecem anunciar as intervenções urbanas analisadas por nós no Brasil e Portugal na década de 1960. Essa realidade do urbanismo moderno inspirará os situacionistas em sua crítica radical à ideologia da *separação* difundida pelo capitalismo, separação das atividades humanas em categorias de produção distintas, bem como dos indivíduos entre si (SIMAY, 2008). Essa crítica em ato ao isolamento dos indivíduos, e de seus problemas, no urbanismo do pós-guerra se traduz de forma mais direta nos movimentos de moradores analisados por nós em conjuntos habitacionais: seja em Belo Horizonte, como vimos com o movimento do Conjunto Nações Unidas, em Sabará, seja nos bairros camarários, no Porto, ambos na década de 1970.

Essa construção de uma vida comunitária como potência política aparece, portanto, como ponto inicial e objeto da luta de muitos movimentos de moradores estudados. Após a crítica à propriedade exclusiva do solo e a construção de uma relação ativa com o ambiente habitado, esta surge como terceiro elemento que permite a emergência de uma territorialidade política insurgente. A partir do fortalecimento dos laços comunitários, o conjunto de

moradores envolvidos passa a se posicionar como um sujeito coletivo portador de um desejo comum de emancipação, como veremos no próximo tópico.

Emergência e afirmação do sujeito coletivo

Conforme discorreremos ao longo de nossa pesquisa, o efeito e a força política dos movimentos de moradores estudados se situam em grande parte no campo da construção de uma narrativa portadora de um projeto político comum, que marca a emergência da comunidade enquanto sujeito coletivo. Evocamos em nosso primeiro capítulo a novidade histórica trazida pelas ocupações coletivas de terra de 1963 em Belo Horizonte e pelas ações do movimento favelado em torno delas. Como demonstramos, já existiam práticas de ocupações de terras baldias por populares na cidade desde a fundação da capital mineira, que participavam de um conflito social pelo espaço urbano. No entanto, uma das novidades trazidas pelas ocupações coletivas de terras urbanas a partir de agosto de 1963 é, além de envolver uma rede de apoiadores e um grau organizativo maior desde os primeiros dias de ocupação, o fato de uma coletividade assumir publicamente uma reivindicação política na cidade, produzindo uma narrativa pela qual o gesto de ocupar se afirma com ação de emancipação coletiva.

Anteriormente às primeiras manifestações públicas que serão realizadas pelo movimento, o primeiro momento dessa narrativa se expressa pela autodenominação das quatro comunidades criadas. Pela reivindicação que carrega, o nome *Operário-Estudantil* ou *Frei Josafá* se torna também uma palavra de ordem materializada através da vila criada. Uma parcela da cidade que se torna uma reivindicação política em ato. O que nasce a partir de agosto de 1963 não é necessariamente a ocupação coletiva da terra, mas a sua reivindicação como ato de transformação social e, portanto, a afirmação da vila criada enquanto *espaço político* que aponta para uma radical transformação social.

Da mesma forma, o nome articula a escala política local – de um movimento voltado antes de tudo para as necessidades locais da comunidade – à escala global – com demandas amplas de transformação social. Em alguns movimentos estudados, a renomeação política de um espaço – tal como operada pelo poder com a mudança de nome das vilas – é também adotada pelos movimentos comunitários. Essa prática será especialmente recorrente no movimento de moradores portugueses que segue a Revolução de 1974. Por exemplo, quando o movimento dos moradores dos bairros camarários inclui em seus Princípios Fundadores a

retirada “do nome Machado Vaz” – nome do ex-presidente da Câmara Municipal que se tornou depois ministro de Salazar – atribuído a um dos bairros municipais. Isso também ocorre quando os ocupantes do Conjunto Habitacional Fundação Salazar, em Lisboa, o rebatizam Conjunto 2 de Maio (nome que possui até hoje) ou ainda quando a sede ocupada da Companhia das Minas, em São Pedro da Cova, é rebatizada Centro Revolucionário Mineiro. Trata-se também, nesses gestos, de apagar a memória e o poder simbólico da ditadura salazarista ou da Companhia das Minas, substituindo-a pelo protagonismo dos moradores, de maneira a marcar o início de um novo momento histórico. Mais uma vez, a luta de representações que atua no campo das narrativas coletivas é parte fundamental do conflito social em curso.

Nesse aspecto, os movimentos de moradores estudados carregam traços já presentes historicamente em movimentos urbanos insurgentes ou revolucionários, que participavam de uma retomada política – física e simbólica – da cidade como território e laboratório de uma transformação social profunda. Como observado por Kristin Ross (2013) em seu trabalho sobre a Comuna de Paris, a peculiaridade desse evento histórico foi ter inventado uma outra nomenclatura para a capital francesa, conferida pelos próprios insurgentes. Nessa ocasião, o próprio nome “Comuna” atribuído à cidade – fazendo referência à comuna insurrecional criada em Paris durante a Revolução Francesa – já sugeria uma ressignificação política do espaço urbano e de sua história, carregado de afetividade política: “a carga afetiva do nome acaba por superar seu conteúdo semântico” (ROSS, 2013, p. 208). Assim como acontece com a autodenominação das vilas em Belo Horizonte – prática recorrente até os tempos atuais nos movimentos de ocupações urbanas no Brasil – ou dos edifícios ocupados em Portugal, a força do novo nome reside nas ideais e nos *desejos* coletivos e políticos que ele carrega: “Não trata-se de transmitir uma significação precisa, mas de expressar desejos suscitados por uma situação específica”, desejos que poderão assim sobreviver “sob uma forma lapidar (...) para serem ressuscitados” anos ou décadas depois (ROSS, 2013, p. 208).

Com efeito, a prática de batizar as ocupações com nomes ou expressões que remetem à luta popular constituirá uma marca constante do movimento de ocupações urbanas em Belo Horizonte, quando ressurgirá na década de 1990 ganhando força e visibilidade política, sobretudo a partir da década de 2000. Como toda palavra de ordem, a função da narrativa política assumida publicamente é tornar suas ideias contagiosas e, portanto, perigosas, já que a: “força de uma ideia reside antes de tudo em sua capacidade de deslocamento” (ROSS, 2013, p. 211). Essa capacidade de deslocamento da prática de ocupação, a partir dos

acontecimentos de agosto 1963, será uma das grandes preocupações apontada por figuras políticas ou pelo alto escalão da polícia militar. Evocamos os alertas da bancada da oposição na Assembleia Legislativa, que, pouco tempo após as ocupações dos eucaliptais do Antônio Luciano, advertia que a situação já constituía uma ameaça para o restante da capital e do estado, trazendo não apenas “centenas de favelados que perambulam pela cidade”, além de apresentar o “perigo das invasões se alastrarem ao interior” (EM, 08/09/1963). Por sua vez, o coronel Gradinor Soares Filho considerará agosto de 1963 o “início de um período de intranquilidade” em que os “núcleos favelados” se espalharam e cresceram por toda a cidade “com invasão e pilhagens de plantações (...) num surto incontrolável (...) a despeito de quantos vigias foram empregados, e quantas medidas policiais acauteladoras adotadas” (DOPS, 3932, p. 144). Apesar do quadro alarmista e exagerado apresentado por esses discursos, percebemos que o “deslocamento” das ideias e dos corpos indesejados constitui desde então uma preocupação por parte dos responsáveis políticos.

Em um segundo momento, vimos como as medidas da Intervenção federal procuravam manter certo controle demográfico que permitisse evitar a circulação dos favelados de um local para outro, bem como a expansão das vilas existentes, com a vinda de novos moradores. Ao retirar os nomes das ocupações, extinguir todas as UDCs e manter as favelas sob o controle do poder municipal ou da vigilância policial, visa-se sobretudo – como evocamos anteriormente – “fixar”, “sedentarizar” essa população como “força de trabalho” manual. A existência das vilas e dos bairros populares pode apenas, portanto, ser tolerada se estes são configurados pelo Poder enquanto *periferia*, espaço subalterno, habitado por trabalhadores individualizados, mantido sob controle e dependência, nomeado e qualificado política e juridicamente exclusivamente pelo Estado. Dessa forma, podemos entender por que o esforço de retomada política dos territórios favelados, empreendido pela intervenção federal em 1964 em Belo Horizonte, não incluiu a remoção das vilas como prioridade. Se o Poder não se preocupa sempre em remover fisicamente as comunidades das ocupações, é que sua prioridade consiste em eliminar em primeiro lugar o fato político possibilitado pelo movimento: a construção de um *sujeito coletivo* e a afirmação, pela prática, de sua *territorialidade política*, normatizando esses espaços como *periferia*, espaço subjugado enquadrado pelo poder mediante um tratamento exclusivo.

Contudo, essa articulação das pautas locais com uma narrativa política mais ampla se torna também um dos pontos de tensão que insere tais territórios em um conflito com outros atores externos. Essa *territorialidade política* em construção no nível local, como veremos no

próximo tópico, enfrenta não apenas a repressão do Estado, mas também uma tentativa de recuperação, aproveitamento e cooptação por parte de entidades partidárias ou militantes externos, gerando uma outra linha de tensão no seio do conflito social em curso.

Entre o horizonte local e a verticalidade

A articulação a partir de pautas locais e construção comunitária encontra-se em constante tensão e conflito com esferas externas de poder político: não apenas a instituição e o Estado, como também movimentos partidários ou militantes que incentivam a centralização e verticalização da mobilização social. Portanto, a disputa pela cidade é operada também no seio dessa tensão constante entre tentativas de organização local – que tendem por vezes à autonomia ou à horizontalidade organizacional – e uma pressão para centralização do movimento em torno de partidos ou figuras políticas hegemônicas. Esse aspecto do conflito foi observado por nós em quase todos os movimentos estudados em nossa pesquisa.

Em Belo Horizonte, por exemplo, militantes do PCB procuraram implantar células vinculadas ao partido nas ocupações realizadas a partir de 1963. Também havia divergências entre o movimento comunitário do Cabana do Pai Tomás – voltado antes de tudo para as necessidades locais – com alguns movimentos de esquerda durante a ditadura – tais como MR-8 e PCdoB. Analisamos, ademais, o processo de institucionalização e tentativa de aparelhamento das associações de moradores a partir de 1980, no âmbito do programa municipal Profavela e por parte do poder estadual.

Na cidade do Porto, apontamos a tensão constante – vivida pelos movimentos de moradores – entre a construção política comunitária e a tentativa de instrumentalização do movimento tendo em vista interesses partidários, especialmente por parte de membros do PCP ou do PS. Analisamos também a institucionalização progressiva de muitas associações a partir das novas regras previstas pelo Código Cooperativo de 1980. A afirmação da legitimidade partidária e institucional, em detrimento da legitimidade das ruas e dos movimentos populares independentes, foi um dos principais motivos de desarticulação dos movimentos de moradores. Processo que Serafim Gesta, de São Pedro da Cova, resume nestes termos: “À medida que o poder estadual nasce das eleições e dos votos, nós vamos, progressivamente, sendo substituídos legalmente pelo poder estabelecido, à custa do voto popular (...) Fomos a perder terreno”.¹⁶³ Dificilmente poderia ser encontrada melhor expressão que aquela usada por nosso interlocutor.

¹⁶³ Entrevista realizada com Serafim Gesta “Mazola” em São Pedro da Cova, em 26/01/2018.

Com o processo de institucionalização ou burocratização da vida política na cidade, o movimento literalmente vai *perdendo terreno*, uma vez que a *territorialidade política* singular vai sendo dificultada pelo processo de normalização em curso.

Ademais, relações políticas hegemônicas também atravessam os movimentos localmente, para além da influência de atores externos. Em diversos movimentos estudados, a permanência de relações desiguais de gênero pode ser observada. Apesar de todos os nossos entrevistados – bem como as fontes que pesquisamos – apontarem para o protagonismo central das mulheres em todos esses movimentos, sempre ativas na linha de frente, observamos que a maioria dos coordenadores ou presidentes oficiais de associação encontrados por nós são de sexo masculino – o que podemos constatar tanto em Belo Horizonte, nas direções das UDCs e da FTFBH, como no Porto, em Massarelos, Campo Alegre ou São Pedro da Cova. A dimensão mais *institucional* do movimento parece ter dificuldade, apesar de esforços expressos por alguns, em promover uma paridade de gênero nos órgãos associativos, como sublinhado por alguns de nossos interlocutores na região de Massarelos.

A tendência à centralização e a uma unificação forçada das lutas, que nega ou ignora a existência de dissensos e de conflitos que podem atravessar o movimento, parece também fragilizar as mobilizações comunitárias ao torná-las mais facilmente cooptadas pelo poder público, por partidos ou neutralizadas pela repressão. Com o episódio de repressão ao movimento favelado deflagrado após o golpe militar de 1964, em Belo Horizonte, pudemos constatar que o primeiro alvo dos militares foram as lideranças mais reconhecidas de algumas favelas e mais ativas no seio da Federação dos Trabalhadores Favelados, além da própria Federação como entidade responsável pela subversão nas favelas. No entanto, vimos que nas comunidades onde havia uma dinâmica comunitária forte, para além da existência da UDC, a mobilização local perdurou durante a ditadura e apesar da repressão. É o que observamos na Vila Frei Josafá-31 de Março, onde o movimento foi mantido localmente pelas mulheres da comunidade. Vimos também como, na Pedreira Prado Lopes, a postura considerada autoritária de Francisco Nascimento – liderança da associação de moradores desde o fim da década de 1950 – levou outra liderança comunitária, Dona Lúcia Bruzaferro, a criar sua própria associação na década de 1970. Nesse momento, a existência de outra associação local possivelmente permitia a satisfação de determinadas necessidades locais da comunidade, enquanto Francisco Nascimento – também presidente da União dos Trabalhadores da Periferia – orientava a luta quase que exclusivamente para a legalização fundiária da favela.

Como apontamos anteriormente, a tendência de centralizar a luta em torno da UTP e da luta pela legalização fundiária, que desemboca na Lei do Profavela, será o primeiro passo para a institucionalização progressiva das lideranças faveladas, que resulta em um esvaziamento das mobilizações comunitárias locais. Enquanto isso, as mobilizações de moradores nos bairros e vilas do Barreiro e de Contagem, em torno da Cidade Industrial, conservaram uma tendência forte à descentralização dos movimentos e pluralidade das pautas. Esse fato pode explicar a manutenção, até os dias de hoje, de um forte movimento comunitário em diversos locais da região: seja na luta das vilas de Contagem contra a remoção, já evocada por nós, seja na mobilização comunitária remanescente em bairros como o Camargos ou o Lindéia, seja ainda no movimento de ocupações de terras urbanas do Barreiro, fortemente ativo entre as décadas de 1990 e 2010. Nesse local, observa-se atualmente um dos mais sólidos movimentos de ocupações de terras urbanas, fortemente impulsionado pelo Fórum da Moradia do Barreiro a partir da década de 2000, com a concentração de cinco ocupações urbanas reunindo centenas de famílias próximo ao Distrito Industrial do Jatobá, no sul do Barreiro, conhecido popularmente como o Vale das Ocupações. O movimento comunitário do Barreiro, por meio de experiências pioneiras como a ocupação Corumbiara (1996) e posteriormente a ocupação Camilo Torres (2008) e Irmã Dorothy (2010), teve papel significativo na rearticulação do movimento de ocupação de terras urbanas em Belo Horizonte, muito ativo na última década.



Fig. 40: Vale das ocupações urbanas do Barreiro, em Belo Horizonte. Ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy vistas da ocupação Paulo Freire, em 2015 (Fotografia do autor).

Reinventar o território urbano

Por meio de uma análise comparativa dos movimentos de moradores estudados e seu efeito sobre o espaço urbano, delineamos a singularidade política desses movimentos e dos territórios que se configuram por suas ações. O que retém especificamente nossa atenção é o fato de tratar-se de movimentos que, a partir da luta por moradia, acabam por abarcar em seu domínio de atuação os mais diversos aspectos do cotidiano: acesso à infraestrutura urbana, educação, transporte, saúde, lazer e esporte, sustento econômico, passando pela conscientização e organização política da comunidade etc. Ao mesmo tempo, essa reformulação do político a partir da escala local é permitida pela implicação direta de atores tradicionalmente marginalizados das instâncias políticas ou dos movimentos sociais tradicionais, implicação que a mobilização também favorece: as mulheres, principalmente, bem como as crianças, adolescentes ou ainda os idosos e desempregados. Ao discutir o fato político a partir do território e de suas necessidades, bem como de uma transformação e ressignificação do ambiente habitado, tais movimentos evidenciam a “natureza social do espaço” (MORSEL, 2006), tornando o solo urbano e o ambiente natural que abraça a comunidade parte da teia de relações políticas em construção. Nesse contexto, vimos que o solo urbano, apropriado por seu valor de uso e por vezes como fonte de sustento alimentar, os rios urbanos ou as águas de nascentes, os espaços de vegetação bem como a rua, de modo geral, tornam-se parte de uma comunidade política com a qual o movimento local passa a desenvolver uma “biointeração” *ativa* e recíproca.

Por outro lado, ao questionar de forma profunda a hegemonia da propriedade privada ou da propriedade exclusiva do Estado sobre os solos urbanos e os espaços construídos, tais movimentos – sobretudo através da prática da ocupação ou da resistência aos despejos – levantam uma questão política universal que podemos resumir desta forma: como se habita, se constrói e se reproduz a cidade? Por meio da experiência de federação e articulação da luta de diferentes bairros e comunidades da mesma cidade, das narrativas e nomenclaturas políticas adotadas, os movimentos locais também visam a uma transformação social radical e ampla da cidade e da sociedade, transformação ensaiada em práticas, experiências locais e concretas. Essa tentativa de articulação política ampla, com base nas decisões e necessidades locais, esbarra frequentemente na tentativa de recuperação, instrumentalização ou institucionalização dessas lutas por entidades partidárias ou vinculadas ao Estado.

Portanto, essa extensão do fato político a todos os aspectos da vida cotidiana e local, apontando ao mesmo tempo para a transformação profunda do social e da vida urbana em escala mais ampla, permite-nos observar no seio dos movimentos comunitários uma *universalização do político*, semelhante àquela levantada por Pierre Clastres em seu trabalho (CLASTRES, 1974; ABENSOUR; KUPIEC, 2011, p. 11).

Por meio dessa “universalização do político”, de uma mobilização enraizada no local e que perpassa todos os aspectos do cotidiano, os movimentos de moradores tornam-se terrenos de experimentação de uma outra organização social da vida urbana, gerida por eles próprios e suas redes de apoiadores e relações. Em contraposição com a organização política hegemônica do espaço urbano e sua perspectiva *plana*, pautada pela verticalização, burocratização e dependência – em relação ao mercado, aos poderes públicos ou ainda a alguns movimentos partidários ou militantes –, experimenta-se em alguns movimentos estudados uma organização local que tende à horizontalidade e autonomia. Destacamos mais especificamente, nesse sentido, algumas das experiências comunitárias estudadas por meio de nossas fontes.

Em Belo Horizonte, a Vila Frei Josafá-31 de Março nos pareceu ser uma experiência pioneira em termos de organização local comunitária com uma forte experiência de autogestão das necessidades coletivas, desde os primeiros meses de sua criação, facilitada por uma rede diversa de apoiadores externos: criação de um departamento de cultura, que desenvolve um curso de alfabetização; de um departamento de engenharia, auxiliando na construção e manutenção dos barracos; e de um departamento de saúde, contando todos com a participação de estudantes oriundos dessas áreas. Mesmo com a repressão ao movimento de moradores e extinção das UDCs pela intervenção militar a partir de 1964 e o consequente afastamento da rede de apoiadores, vimos que a dinâmica local conseguiu se manter. Após 1964, o movimento comunitário leva a cabo a construção de um grupo escolar, a criação de uma cooperativa de lavadeiras e a instalação através de mutirão de uma rede de água e de saneamento. Na década de 1970, observamos esse tipo de mobilização comunitária que visa atender localmente e coletivamente as necessidades da comunidade em diversos movimentos locais de moradores na região da Cidade Industrial. Entre eles, se destaca a organização local do bairro Lindéia, onde mutirões regulares de moradores permitiram não apenas a construção de casas, mas também de um ambulatório médico. Por outro lado, a mobilização comunitária local se organiza neste bairro em torno das necessidades em infraestruturas, em transporte e se traduz também por meio da expressão cultural, com grupos de teatro, música popular e

congado. Em todos os movimentos citados, observamos uma experiência de federação entre diferentes vilas, ocupações ou bairros, no intuito de articular entre si as lutas de diferentes locais da cidade.

Na cidade do Porto, por sua vez, as experiências de auto-organização dos moradores nos bairros, entre 1974 e 1978, são profundas e numerosas. No Capítulo 5, analisamos mais especificamente a experiência de Massarelos, que, a partir da instalação de sua sede no edifício dos Armazéns Frigoríficos ocupado, desenvolveu uma creche, uma ludoteca, um centro poliesportivo, um posto de saúde e um espaço cultural, além de funcionar como espaço de organização e resolução das carências urbanas e habitacionais locais. Esta mobilização articulava-se com um amplo conjunto de bairros de todas as regiões do Porto, por meio do plenário dos movimentos de moradores da cidade.

Permitindo a articulação de uma organização territorial ainda maior, a criação do Centro Revolucionário Mineiro (CRM) em São Pedro da Cova representa a mais profunda experiência de auto-organização local levantada por nós, ao servir de local de organização e articulação para diversas comissões de moradores da zona – Bela Vista, Passal, Silveirinho – e para as brigadas locais do SAAL. Além de desenvolver um sistema de financiamento local de melhorias urbanas e habitacionais para os bairros mineiros da cidade, o CRM permitiu a criação local de diversos serviços de atendimento à população organizados pelos próprios moradores, resumidos desta forma por Serafim Gesta:

(...) tinha escola, tinha uma farmácia, tinha a sala de reunião do SAAL, tinha o nosso departamento com os cadastros e a folha de cada operário, para saber a vida dele e resolver o problema de cada um, era uma equipe a trabalhar com sucesso em cada um das direções, e era também o local onde as comissões de moradores planeavam aquilo que haviam de fazer em sua zona: a comissão de Passal, Bela Vista, era como um governo. Aquelas casas, aquele escritório das Minas, era uma assembleia da República, era onde se reuniam, se discutiam, e se atuava.¹⁶⁴

Uma vez que todas essas experiências se encontravam articuladas territorialmente com movimentos de outros bairros, elas extrapolaram a experiência microlocal para abranger o conjunto da cidade e de sua zona metropolitana. Nesse processo de federação, alguns locais ocuparam um papel federador em sua região: é o caso, em Belo Horizonte, da Vila Frei Josafá-31 de Março, mas também da Vila Operário-Estudantil, que centralizou a organização política de várias favelas. No Porto, é o caso da associação de moradores de Massarelos, que apoiou a formação de outras associações na zona, e do CRM de São Pedro da Cova, que articulou

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Serafim Gesta “Mazola” em São Pedro da Cova, em 26/01/2018.

diversos movimentos de moradores do concelho de Gondomar. Nesse sentido, tais mobilizações comunitárias configuram esses bairros como um novo centro, revertendo a condição periférica imposta pelo poder a esses espaços. Seguindo as reflexões de Antonio Bispo dos Santos (2018), os espaços historicamente ocupados pelas classes subalternas, dessa forma, não podem ser pensados apenas pela ideia de *periferia*. Segundo o autor, já que as periferias só podem existir em relação a um centro, tais territórios deixam de existir enquanto periferia se pensados enquanto sociedades outras, que teriam se constituído historicamente fundamentadas em princípios sociais e referências culturais distintos daqueles hegemônicos. A imposição ou superação da condição periférica, a nosso ver, torna-se um dos objetos centrais da disputa territorial em curso nos conflitos urbanos estudados ao longo deste trabalho.

Essa nova centralidade política encontra-se estreitamente interligada com a singularidade das relações existentes e construídas no seio de cada comunidade e com seu entorno. Segundo Raúl Zibechi (2003), os movimentos populares na América Latina, diferentemente dos movimentos sociais tradicionais europeus, não se articulam inicialmente em torno do “controle e exploração do trabalho” a partir de relações trabalhistas e “relativamente homogêneas”. Em virtude da “heterogeneidade histórico-estrutural” das sociedades colonizadas na América Latina, o autor identifica que as mobilizações populares muitas vezes se caracterizam como “sociedades outras que se movem não apenas para reclamar o fazer valer seus direitos perante o Estado, mas que também constroem realidades distintas daquelas hegemônicas”. Por esse motivo, propõe, no lugar da expressão de “movimento social”, a expressão “sociedades em movimento” (ZIBECHI, 2003). Entendemos, portanto, os movimentos estudados por nós tanto no Brasil quanto em Portugal como “sociedades em movimentos”, que se constituem sempre a partir de uma “apropriação comunitária do território” (MORSEL, 2006) e que, em diversas ocasiões, espacializa um projeto radical de emancipação social no contexto enrijecido da estrutura urbana.

Enquanto o poder de Estado tende a definir, em nível macro e de cima para baixo, diretrizes políticas percebidas muitas vezes pelos habitantes como conceitos “abstratos”, um “signo a ser consumido”, as lutas comunitárias analisadas partem de “necessidades determinadas, concretas, reais” e cotidianas (CAUQUELIN, 1979, p. 190). Nesse sentido, a construção de suas pautas políticas ganha uma força singular não por elas serem diferentes daquelas que atravessam o restante da sociedade, mas por partirem de “outro lugar”. Trata-se em muitos aspectos de uma “ruptura” com o modo de expressão e organização política do poder. Partindo de necessidades locais, de determinados “elementos da vida urbana”, são lutas

que acabam também por questionar um “modo de vida”, e suas “condições de existência” ou de “felicidade”. Através de práticas cotidianas, delinea-se uma “reivindicação global, não fracionada em necessidades específicas” (CAUQUELIN, 1979, p. 190). Como já apontado por Carlos Fortuna (2019), o ato de “ocupar física e simbolicamente diversos espaços” na cidade se constitui historicamente como forma de “curto-circuitar as políticas de regulação estatal através da informalidade e da liberdade dos seus usos”. Os movimentos por nós estudados concretizam esse “exercício de refundação prática dos espaços, feita de acordo com as necessidades das pessoas” na qual se destaca a “autonomia pessoal” de reformular os significados, “alterando também a qualidade física e as configurações sociais do entorno” (FORTUNA, 2019).

Por meio de experiências concretas e profundas, tais movimentos recriam uma gramática de organização política centrada inicialmente nas demandas do bairro, mas que dialoga e se articula também com bairros vizinhos ou afastados geograficamente. Esboça-se, dessa forma, uma rede de territorialidades contra-hegemônicas distribuída pela cidade. Em outros termos, percebemos que o foco da mobilização comunitária não é apenas a terra ou a habitação onde se possa morar, mas também – e sobretudo – o território, o enraizamento no espaço de uma comunidade que constrói as possibilidades de outras condições de vida no espaço urbano. Essa ideia corrobora as observações feitas pelo geógrafo Porto-Gonçalves em seu trabalho sobre os movimentos populares na América Latina, que identifica como característica recorrente a primazia da dimensão territorial, resumida por ele nas palavras de um camponês encontrado em seu trabalho de campo no norte da Bolívia: “não queremos terra, queremos território”. Tal observação o leva a conceituar a ideia de “reinvenção dos territórios” como processo social transformador que, sob influência de culturas ou sujeitos populares subalternos, “[incorpora] novas dimensões” nas quais o encontro entre “natureza, cultura e território” desenha uma nova “territorialidade” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 49-54).

À pressão no sentido de exclusão, controle e segregação social que visa configurar os espaços populares como “periferia”, concluimos que esses movimentos respondem apontando, por meio da mobilização da comunidade, para uma radical “reinvenção do território” urbano. Se as experiências mais profundas de autogestão urbana se concretizam de fato nos movimentos mais duradouros, sendo dificultada pela repressão enfrentada por todos os movimentos, podemos dizer que a mínima experiência de ocupação ou resistência a um despejo, ao questionar a propriedade exclusiva que dita as regras do Estado ou do mercado sobre o espaço urbano, já abre uma brecha para essa outra cidade possível.

Relembremos aqui a frase de Raimunda Pereira, moradora de ocupação urbana, que abriu a introdução deste trabalho e que afirma a necessidade das ocupações de terras como fator de transformação da cidade: “A cidade só cresce com invasão (...) E se fosse só os ricos, como que era uma cidade dessa?”.¹⁶⁵ Nesse momento, somos tentados a pensar que a ideia deste trabalho, provavelmente, nasceu em meio à nossa longa conversa, sentados em um tronco de árvore em frente ao seu barraco, na ocupação urbana do Mutirão, em Altamira, no Pará. Chegou o momento de lhe devolver a pergunta, que também se direciona a todos os nossos interlocutores nos bairros, vilas e favelas estudados: “E se fossem só vocês, como seria uma cidade dessa?”.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com Raimunda Pereira em Altamira (Pará) em 20/09/2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar de forma comparativa as pesquisas realizadas em Belo Horizonte e no Porto, pudemos apontar um conjunto de semelhanças entre os conflitos sociais em torno da moradia em ambas as cidades, apesar de corresponderem a contextos geográficos e políticos radicalmente distintos. Nesse aspecto, a perspectiva comparativa escolhida nos convida a “*desnacionalizar*” *nossa reflexão*, permitindo uma análise “transversal” do espaço urbano (FORTUNA, 2019), estudado aqui como campo de conflito. O principal interesse de tal comparação foi perceber como em duas localidades com realidades históricas tão diferentes a cidade é produzida, no seio de um embate constante, por meio de uma “disputa entre territorialidades” antagônicas das quais emergem modos diversos de habitar o espaço social e organizá-lo (DOS SANTOS, 2015, p. 89).

Como vimos, tal conflito não produz uma cidade binária, dualista, onde se oporiam formalmente espaços formais-informais, mas opera por meio da sobreposição de projetos, intervenções, discursos e memórias que se depositam em camadas, produzindo um texto urbano denso e por vezes confuso. Uma cidade cujo relevo é constituído por múltiplas “dobras do tempo” e “rugas do passado”, que, ao atentar o nosso olhar, se tornam “visíveis de forma simultânea”, permitindo-nos melhor entender a complexidade da trama urbana (CAUQUELIN, 1982, p. 23). A representação da cidade pelo discurso hegemônico, por meio da cartografia oficial, mas também de outros suportes, produz um discurso *plano* que destaca determinadas camadas desse espaço urbano. Portanto, um breve olhar direcionado para a cidade deixa à primeira vista ao observador a impressão de um território moldado exclusivamente pelo Poder e pelo capital, de acordo com os interesses das elites, perspectiva comumente compartilhada por muitos estudiosos da questão urbana. No entanto, um olhar atento às dinâmicas e práticas coletivas locais, aos discursos e representações *obíquas* da cidade vivida e habitada, propicia perceber a persistência de inúmeras territorialidades contra-hegemônicas que também moldaram e moldam a cidade que conhecemos na atualidade.

Por meio da presente pesquisa, pudemos ver que, nas duas cidades estudadas, alguns bairros populares foram objeto de sucessivos processos de retomadas e ressignificações, seja por

parte do poder municipal, seja por parte de movimentos de moradores. Vimos em Belo Horizonte bairros construídos e organizados pelos próprios moradores serem alvo de um reordenamento simbólico e político pela ditadura militar brasileira. Observamos no Porto bairros construídos pelo poder municipal segundo o ideal de controle social e disciplina do regime ditatorial português serem momentaneamente ressignificados por seus próprios moradores. Em suma, vimos como a escala microlocal de um bairro, de uma vila, pode se tornar um campo complexo de batalha entre distintos projetos e territorialidades políticas portadoras de profundas experiências de emancipação ou de sofisticadas utopias de controle social. Nas duas cidades, tais disputas locais reverberam para o conjunto da malha urbana, traçando as linhas de um conflito que marca de forma irreversível o processo de transformação e expansão da cidade.

Ao estudar as duas cidades, identificamos, por um lado, como a intervenção do Poder nos bairros populares durante as ditaduras, ao longo das décadas do pós-guerra, constituiu um laboratório político de invenção da periferia contemporânea. Por meio de amplos projetos de reordenamento urbano e da produção de um conjunto de medidas políticas, jurídicas, policiais, de representações e discursos, os bairros populares foram sistematizados enquanto *periferia*: espaço de exclusão e dependência social, alvo de um regime de exceção política territorialmente delimitado.

Por outro lado, o estudo das experiências dos movimentos de moradores estudados no Brasil e em Portugal expõe a emergência de uma territorialidade política singular, muitas vezes articulada em rede que possibilita uma esfera local de decisão e organização social. Ao criticar a propriedade exclusiva do solo urbano e se constituir por vezes em “confluência” com o ambiente natural urbano, tais movimentos constroem uma relação ativa com o espaço habitado a partir de seu valor de uso. Concomitantemente ao fortalecimento dos laços comunitários, observamos a emergência de um sujeito coletivo que aponta muitas vezes para um projeto político de emancipação para além das necessidades locais e imediatas dos moradores e das fronteiras de cada bairro. Ao investir todos os aspectos da vida cotidiana, a experiência desses movimentos carrega em si propostas de transformação radical da organização social, que se realizam em algumas ocasiões com experiências concretas de autogestão local. Essa “universalização do político”, enraizada em práticas e necessidades locais e cotidianas, leva, a nosso ver, a uma “reinvenção do território” urbano. Tal “reinvenção” coletiva do social advinda do espaço local seria talvez o verdadeiro objeto do conflito analisado por nós – para além da pauta da moradia ou

do acesso a direitos ou à infraestrutura urbana – e o principal alvo da repressão operada pelo Poder contra esses movimentos. No entanto, a emergência dessas cidades reinventadas não constitui experiências isoladas que nossa pesquisa teria o privilégio de resgatar. Pelo contrário, acreditamos que, ao longo da história urbana, territorialidades insurgentes nunca cessaram de contrapor à produção hegemônica da cidade outras cidades possíveis, que deixaram sua marca no tecido urbano.

Ao chegar a esta altura do nosso texto, é provável que o leitor se pergunte, de forma prática: mas o que restou dessa territorialidade na cidade contemporânea que conhecemos hoje? A seguir, citamos alguns exemplos dos mais significativos para cada uma das cidades estudadas por nós ao longo deste trabalho.

OUTROS TERRITÓRIOS URBANOS POSSÍVEIS, ONTEM E HOJE

Em relação à cidade de Belo Horizonte, mencionamos, no início da nossa introdução e ao longo do Epílogo, o recente movimento de ocupações urbanas que representa, atualmente, um ator incontornável do processo de transformação e extensão da cidade. Na última década, são mais de 25 vilas que emergiram de ocupações organizadas de terras urbanas em toda a região metropolitana da cidade, com milhares de casas de alvenaria construídas pelos próprios moradores. Tais ocupações permitiram o acesso à moradia para mais de 15 mil famílias, todas com renda entre zero e dois salários mínimos, com maior eficiência quantitativa do que o programa de moradia social do governo no mesmo período. Ademais, muitas dessas ocupações foram fruto de uma articulação em rede dos ocupantes com apoiadores externos – envolvendo vizinhos, advogados, arquitetos, geógrafos, estudantes, ativistas etc. – e permitiram um encontro entre saberes e táticas difusas. Por esses aspectos, tais ocupações se inscrevem na continuidade histórica daquelas estudadas por nós no início da década de 1960 nessa mesma cidade.

Por sua vez, entendemos que as ocupações de terras estudadas no Capítulo 1 foram pioneiras ao inaugurar as primeiras ações desse tipo reivindicadas publicamente como ato político na cidade, bem como por permitir experiências de autogestão urbana, articuladas com uma rede de bairros e de apoiadores externos. No entanto, a realidade do conflito pela terra no contexto urbano transformou-se ao longo das últimas décadas. As ocupações, no período atual, devem ainda enfrentar uma multiplicidade de desafios: à luta contra a ameaça de despejo e a

repressão policial, adiciona-se a luta contra hegemonias adversas no seio da própria comunidade – entre as quais o tráfico de drogas – e contra a especulação imobiliária nas ocupações.



Fig. 41: Ocupação Dandara iniciada em 2009, no bairro Céu Azul, em Belo Horizonte (Acervo Ocupação Dandara).

Esse último aspecto evidencia o fato de a propriedade do solo e a sua superação ainda representarem um objeto central do conflito. Segundo uma regra compartilhada por muitas dessas ocupações urbanas no momento de sua criação, é estipulado pela assembleia de moradores que cada casa construída somente poderia ser vendida pelo custo de sua construção, devendo beneficiar pessoas carentes de habitação, no intuito de impedir a especulação imobiliária e a concentração de terrenos nas mãos de um mesmo dono. No entanto, tal regra é dificilmente mantida no decorrer do tempo, ainda mais quando novos moradores, desvinculados da luta inicial pela terra, passam a integrar a ocupação. Esse assunto é muitas vezes objeto de sérios conflitos, gerando dificuldades por parte da associação ou assembleia de moradores em fazer respeitar as suas decisões. Em abril de 2015, Manuel Bahia, liderança da ocupação Vitória, situada em Santa Luzia, na região metropolitana de Belo Horizonte, foi assassinado após ter tentado impedir a especulação em torno de alguns terrenos da comunidade. Em novembro do mesmo ano, Kadu, outra liderança local, foi assassinado por ter criticado a presença do tráfico de drogas na entrada da ocupação.

Tais fatos revelam outro desafio enfrentado pelos movimentos de ocupações e moradores nas periferias de uma grande cidade brasileira como Belo Horizonte. Enquanto tais movimentos

desenvolvem práticas de resistência perante a violência da economia de mercado e as desigualdades que ela produz em contexto urbano, também devem lidar com a violência da economia informal e ilícita local. Tal economia representa um “capitalismo da margem” que, como lembrado pela filósofa colombiana Eliana Herrera-Vega (2006), funciona como um “espelho”, na escala local, da economia capitalista oficial e mundializada.



Fig. 42: Aglomerado Cabana do Pai Tomás, região oeste de Belo Horizonte (Fotografia de Marcus Vieira - detalhe, acervo particular do fotógrafo).

Para além dessas ocupações urbanas recentes, existem hoje mais de 200 vilas e favelas no município de Belo Horizonte, que abrigam cerca de 20% da população da cidade, sem contar o conjunto da região metropolitana. Algumas dessas favelas mais antigas, próximas à região central, têm cerca de um século de existência – tal como a Pedreira Prado Lopes, o Aglomerado Santa Lúcia ou o Aglomerado da Serra – e somente puderam permanecer historicamente graças às lutas travadas por seus moradores contra as tentativas de remoção. Em muitas das vilas de toda a região metropolitana da cidade, hoje, grupos de moradores continuam se opondo à propriedade exclusiva do solo, ao se mobilizar contra as políticas de remoção previstas no âmbito de programas municipais ou estaduais.

Na cidade do Porto, as experiências dos movimentos de moradores após o 25 de Abril marcaram de forma irreversível a morfologia e a vida de muitos bairros da cidade. Mais de 15 conjuntos de habitação foram construídos a partir de 1975 pelo SAAL, permitindo o acesso à moradia digna para milhares de habitantes, com projetos elaborados conjuntamente com os habitantes do próprio bairro. Cada um desses projetos possui sua identidade própria, seja no

bairro da Bouça, das Antas, em Massarelos, Boavista, Contumil ou Miragaia. Em alguns desses bairros, as associações de moradores criadas após o 25 de Abril subsistem e seguem oferecendo um trabalho cultural e social desenvolvido pelos próprios habitantes há décadas. É o caso da zona do Campo Alegre, onde a associação mantém um espaço comunitário que compreende um espaço esportivo, um café associativo, um espaço de jogos para crianças e um espaço de reunião, além do pequeno conjunto habitacional construído pela associação via SAAL. Também é o caso em Massarelos, onde, em sua nova sede, a associação de moradores coordena uma creche e um centro de atividades para a terceira idade, assumindo também a manutenção e gestão dos dois conjuntos de habitação construídos por iniciativa da associação na zona.



Fig. 43: Parque infantil e conjunto habitacional construído e gerido pela associação de moradores do bairro Campo Alegre, no Porto (Fotografia tirada pelo autor em 2018).

No entanto, a remoção da antiga sede da associação, que acabou sendo forçada a deixar os Armazéns Frigoríficos ocupados desde 1975 para ceder o espaço a um grande grupo hoteleiro, é paradigmática da situação vivida pela cidade nos últimos anos.

Com efeito, na última década, o governo de Portugal apostou deliberadamente no turismo em massa e no incentivo à vinda de investidores estrangeiros como forma de superar a crise econômica de 2008. Tal escolha política tem tido consequências diretas e devastadoras sobre a realidade da habitação nas grandes cidades do país. Entre as medidas que tiveram impacto

irreversível nesse sentido, destaca-se a concessão, autorizada pelo governo a partir de 2012, de visto permanente – o chamado “golden visa” – a estrangeiros em troca de compra de imóveis ou de investimentos no país. Essa decisão política incentivou muitos particulares e empresas estrangeiras a comprar imóveis ou deslocar suas atividades em Portugal, provocando um aquecimento do mercado e uma forte inflação imobiliária. Muitos desses compradores adquiriram bens imobiliários, às vezes prédios inteiros, em bairros históricos no intuito de posteriormente alugar apartamentos para turistas por meio de plataformas digitais como Airbnb. Com o súbito aumento do valor dos imóveis e dos aluguéis nesses bairros em decorrência dessa situação, muitos moradores foram forçados a deixar suas casas, sendo condenados a se mudar para a periferia devido à alta dos preços do mercado. Muitos inquilinos impossibilitados de acompanhar o aumento dos aluguéis sofreram despejos de suas casas no Porto, assim como em Lisboa, nos últimos anos. Nas duas cidades, o acesso à habitação para os portugueses de baixa renda ou mesmo de classe média tem sido cada vez mais difícil.

Perante essa situação, grupos e associações de moradores têm se mobilizado contra a especulação imobiliária e a expulsão progressiva dos antigos moradores dos bairros mais visados pelo turismo. Em setembro de 2018, após assembleia pública com moradores despejados e ameaçados de despejo no Porto, foi criada a Associação de Moradores do Centro Histórico do Porto, com intuito de enfrentar coletivamente o problema. Em abril como em setembro desse mesmo ano, manifestações foram organizadas por diferentes grupos, tais como o Coletivo O Porto Não se Vende, a Assembleia de Moradores do Porto e o movimento Direito à Cidade, para denunciar a crescente onda de despejos e defender o direito à habitação. Perante as críticas da sociedade civil, mas também da União Europeia, o governo português anunciou, no fim de 2019, querer acabar com o “golden visa”. No entanto, os conflitos em torno do acesso à habitação na cidade não parecem perto de chegar ao fim.



Fig. 44: Conjunto habitacional Pedro Ramalho, construído através do SAAL-Norte em 1975 conjuntamente com a comissão de moradores das Antas, no Porto (Fotografia tirada pelo autor em 2018).

Em diversos aspectos, esses movimentos atuais que resistem a práticas hegemônicas que impactam a transformação da cidade inscrevem-se na continuidade das experiências históricas analisadas ao longo de nossa pesquisa. Os movimentos de ontem como os de hoje por nós evocados têm em comum o fato de articular reivindicações ligadas a necessidades e direitos básicos com uma crítica ampla a um modelo de vida urbana historicamente imposto por relações de forças econômicas e políticas. A trajetória histórica e consolidada das experiências de moradores analisadas em nossa pesquisa nos permite relativizar a ideia segundo a qual a formação da cidade contemporânea no século XX teria se dado ao longo de um processo histórico unilateral e pacífico.

Segundo Paul Veyne (1998), um dos objetivos e interesse da pesquisa histórica seria justamente permitir relativizar os elementos que compõem nossa realidade e cuja existência tende a aparecer como fato natural. Em seu olhar, ao explorar o fato *político* fora do campo tradicionalmente delimitado como *a política*, podemos decifrar o processo histórico de construção dos objetos com os quais convivemos. Em suas palavras:

É preciso desviar-se ‘da’ política, para distinguir uma forma rara, um bibelô político de época cujos arabescos inesperados constituem a chave do enigma. Dito de outra maneira, é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela (VEYNE, 1998, p. 243).

Tal reflexão se aplica perfeitamente, a nosso ver, à história da estrutura urbana contemporânea, composta por elementos e tensões que são muitas vezes retratados como produto natural de um crescimento demográfico incontrolado e não planejado. Como apontado pelo antropólogo estadunidense Jesse Mumm, os processos de exclusão social, periferização e gentrificação nos grandes centros urbanos nos são apresentados muitas vezes como parte de um destino “inevitável”, fruto de uma “força natural” no seio do processo de expansão urbana, enquanto elas são na realidade frutos de “anos e anos de planejamento” (MUMM, 2019). Em nossa pesquisa, pudemos observar como tais dinâmicas são parte – nas duas cidades estudadas – de um direcionamento político e econômico que se impôs historicamente e que deciframos por meio de nossas múltiplas fontes.

Da mesma forma, um discurso comum nos grandes veículos de comunicação brasileiros atuais apresenta os indícios de violência ou as recorrentes catástrofes ambientais e humanas nas grandes cidades como *apenas* resultado de “falta de planejamento” e do crescimento demográfico desenfreado e “desordenado” (G1, 05/07/2019). Tal discurso restaura as narrativas encontradas ao longo de nossa pesquisa – no Brasil e em Portugal – que apontam como principal responsável pelo crescimento do urbanismo informal a convergência contínua de pobres vindos do interior para os centros urbanos. Ao apresentar a problemática conjuntura urbana que conhecemos hoje como resultado exclusivo de uma ausência de planejamento, de uma falta de controle ou restrições, tais discursos ocultam as reais decisões políticas e escolhas históricas que reforçam e reproduzem uma estrutura urbana desigual e dependente, que ao longo dos anos vai revelando cada vez mais sua fragilidade e insustentabilidade.

Entre essas escolhas históricas, analisamos algumas das opções de planejamento tomadas pelo poder público municipal nas décadas do pós-guerra, que deliberadamente privilegiaram investimentos em certos setores e regiões em detrimento de outros. Por outro lado, deslocava-se ou invisibilizava-se a reprodução da miséria urbana por meio de episódios pontuais de repressão e remoção. Um dos apontamentos da presente pesquisa é entender como o cerceamento das experiências comunitárias locais que, em diversos aspectos, denunciavam e procuravam solucionar as contradições do modelo hegemônico de expansão das metrópoles participa dessa produção histórica do colapso urbano que conhecemos hoje.

Esse outro lado da história aparece como principal interesse dos territórios insurgentes que emergem no seio dos conflitos sociais urbanos analisados. A experiência – pontual ou duradoura – de formação e organização desses territórios nos leva a repensar alguns fundamentos da organização coletiva na vida urbana, sujeita a debates e conflitos no período estudado por nós. Analisamos no Epílogo as principais características dessa *outra cidade possível* edificada ou experimentada pelos movimentos objeto de nossa pesquisa. Destacamos então como principais aspectos considerados: a crítica à propriedade privada ou exclusiva do solo urbano, a relação ativa com o ambiente natural urbano e o fortalecimento dos laços comunitários. Orientados por essas particularidades, observamos por meio dos movimentos a emergência de uma territorialidade política insurgente construída com base nas necessidades e práticas cotidianas e apesar de uma tensão entre a esfera de decisão local e a imposição de formas verticalizadas e centralizadas de organização por entidades externas ao bairro.

Entre todas essas dimensões políticas examinadas, a primeira se destaca como ponto de partida inicial que a maioria desses movimentos tem em comum: a crítica em ato à propriedade *exclusiva* do solo urbano – de uma entidade privada ou do Estado. Tal crítica se traduz em uma postura *ativa* em relação ao espaço urbano construído ou a construir, optando por vezes pela ação política direta, ou seja, pelo ato de ocupar ou de intervir coletivamente no espaço. A crítica ou a desobediência perante o caráter absoluto da propriedade urbana, enquanto denominador comum, diferencia a nosso ver os movimentos que se situam apenas no campo da *reivindicação* (de caráter mais legalista) daqueles que se situam no campo da *ação*. Em outros termos, a crítica em ato ao princípio de propriedade privada ou propriedade pública (de responsabilidade do Estado) é o ponto inicial de um *agir coletivo* que faz da comunidade um movimento atuante.

Por outro lado, esse gesto fundador que se nega a reconhecer uma autoridade externa considerada opressora é acompanhado de uma ação coletiva afirmativa. Em outros termos, ao recusar a legitimidade política da autoridade estatal ou municipal, outra força política local se substitui a esta através do movimento formado. O caráter *destituente* do ato político inicial – a desobediência coletiva que permite ocupar uma terra, um edifício ou se recusar a cumprir a reintegração de posse – desdobra-se em uma operação coletiva *constituente*, a formação de *outra* esfera de organização e decisão sobre o território, sendo esta o movimento. Esse deslocamento pode ser observado, por exemplo, pela experiência do movimento dos moradores dos bairros camarários do Porto em 1974, que, ao revogar o regulamento imposto pela Câmara e rejeitar a

autoridade dela sobre os bairros, instaura seus próprios “Princípios Fundamentais Reguladores dos Bairros”, entre os quais a gestão dos bairros por um “sistema de comissões (de habitantes) eleitas democraticamente” (BAIRROS CAMARÁRIOS, 15/07/1974).

Em sua relação *ativa* com o ambiente que os cerca, os movimentos de moradores estudados vão além da simples denúncia sobre o modelo urbano imposto para experimentar coletivamente alternativas locais a este. Entre as diversas experiências estudadas, mencionamos iniciativas comunitárias em torno de temas variados como a habitação, a educação, a saúde ou ainda a degradação do ecossistema urbano. No tocante a este último aspecto, destacamos experiências locais que visaram remediar os efeitos nefastos do modelo hegemônico de expansão urbana: mutirão de proteção contra as enchentes, plantio de árvores, controle local da qualidade da água etc. Na região metropolitana de Belo Horizonte, esse traço ainda se faz presente no movimento de luta por moradia que persegue, de forma mais sofisticada, esse tipo de experiências em ocupações urbanas atuais. Movimentos tais como Agroecologia na Periferia têm atuado com os moradores para concretizar a implantação de hortas comunitárias ou sistemas de saneamento ecológicos nas ocupações da Izidora (Santa Luzia) ou na ocupação Tomás Balduino (Ribeirão das Neves).

Portanto, outro ponto em comum importante identificado em todos os movimentos estudados é a formação de uma luta coletiva que parte de necessidades locais, a começar pelo direito à habitação, mas que também reivindica ou reinventa outra configuração possível do território urbano habitado. De certa forma, tais movimentos ampliam a ideia de luta por moradia, inventando localmente uma definição singular, profunda e radical da ideia de *morar* na cidade. Ao revestir a luta inicial por moradia com as invenções e táticas locais que se desenham na experiência coletiva, eles afirmam e reivindicam – a partir de cada bairro – um modo próprio de *habitar* o território. Desse processo, resulta uma noção ampla de *habitar* que integra a experiência singular de “apropriação e vivência no espaço” da comunidade (CAVALCANTE, 2012, p. 58). O espaço social se expande de tal forma que não somente a casa mas também a rua, o bairro, passam a representar um “ponto de refúgio, de tranquilidade, de festa”, bem como um “espaço onde se encontram pessoas”, *locus* de alfabetização e organização política onde um devir contra-hegemônico em comum pode se inventar (CAVALCANTE, 2012, p. 58).

E é justamente essa territorialidade orgânica, insurgente, esse modo coletivo de habitar, resistir e lutar que é o principal alvo da remoção e da repressão, mais do que a materialidade das casas construídas ou ocupadas. Em nossa pesquisa, pudemos também identificar o processo histórico de emergência da periferia contemporânea inventada e configurada, nas décadas do pós-guerra, enquanto território urbano da contra-subversão. Com efeito, a continuidade entre nosso objeto de pesquisa e o momento contemporâneo não se situa apenas no campo das mobilizações sociais urbanas, mas também no âmbito dos métodos de controle social e territorial desenvolvidos e sistematizados pelo Estado na cidade periférica. Cabe agora nos debruçarmos sobre a continuidade entre as políticas urbanas autoritárias por nós analisadas, desenvolvidas a partir das décadas de 1950 e 1960 nos dois países estudados, e os modos singulares de gestão dos bairros populares pelo Estado nos dias de hoje.

A PERIFERIA: LUGAR DA EXCEÇÃO PERMANENTE

Por meio dos nossos dois objetos de estudo, pudemos analisar o processo histórico de invenção e construção da periferia contemporânea enquanto *espaço de exceção* ao longo das décadas de 1960 e 1970, com a investida do poder do Estado em diversos campos. Esse processo foi analisado no âmbito de políticas habitacionais, mas também de práticas repressivas e coercitivas, seja mediante o emprego da violência direta e explícita seja mediante um controle social mais difuso. Também expomos a produção de normas e legislações de exceção que se aplicam especificamente a esses territórios e seus habitantes. Nesse aspecto, o principal legado histórico das políticas produzidas no período pode ser encontrado no modo de gestão atual dos territórios periféricos nos dois países, cujos habitantes gozam de um tratamento *sui generis* pelo Poder e pela mídia, em uma realidade na qual violência policial e produção de um discurso sensacionalista andam lado a lado.

A extrema violência do Estado nas periferias pobres da cidade é particularmente visível no caso brasileiro. O país tem atualmente uma das mais altas taxas do mundo de letalidade policial, em crescimento constante nos últimos anos. Apenas em 2018, 6.160 pessoas foram mortas por policiais em serviço, sendo o Rio de Janeiro a capital que concentra a maioria dos registros (G1, 19/04/2019). Em sua ampla maioria, as vítimas são jovens negros de periferia. No estado de Minas Gerais, a taxa anual de letalidade policial aumentou consideravelmente na última

década, com um crescimento bruto de 228% entre 2009 e 2017, passando de 50 para 164 (ZILLI, 2018). No município de Belo Horizonte, sem considerar o conjunto da região metropolitana, foram 37 ocorrências apenas no ano de 2017 (O TEMPO, 20/08/2018). Tais homicídios que ocorrem na Grande Belo Horizonte em decorrência de ação policial atingem principalmente a juventude negra oriunda de vilas e favelas. Não raro, a violência policial desperta revolta e mobilizações por parte das comunidades, como ocorreu inclusive nos últimos anos em duas favelas citadas ao longo desta pesquisa. Na Pedreira Prado Lopes, por meio do movimento “Cadê o Matheus”, moradores organizaram atos em 2014 para denunciar o desaparecimento de Matheus de Souza Lopes, de 15 anos, durante uma operação policial. No Aglomerado Cabana do Pai Tomás, em 2016, a morte de Wemerson Rodrigues de Moraes, pintor e morador da comunidade, assassinado pela polícia durante uma operação, gerou revolta e forte protesto por parte dos habitantes. No que toca mais especificamente às ocupações urbanas da região metropolitana, elas também são alvo constante da violência policial, segundo denúncias recorrentes de seus moradores.

No caso de Portugal, denúncias sobre casos de violência e racismo policial nas periferias pobres das grandes cidades são recorrentes, tendo inspirado inclusive recentes protestos em diversos locais do país. Em setembro de 2018, manifestantes tomaram as ruas de Porto, Lisboa e Braga para denunciar “as agressões policiais a negros, ciganos e imigrantes” que acontecem principalmente nos bairros populares. Os protestos foram organizados em reação ao processo histórico aberto contra 17 policiais acusados de tortura e racismo contra jovens negros, no bairro popular da Cova da Moura, em Lisboa (G1, 16/09/2018). Se a violência policial é corriqueira nesses locais, é muito raro que os agentes responsáveis sejam incriminados. Por outro lado, como apontado por Otávio Raposo e Pedro Varela, os bairros periféricos das grandes cidades portuguesas passaram, a partir da década de 2000, a ser objeto de uma hipervisibilidade midiática fortemente racializada – associada à imigração africana –, sendo sua juventude vinculada aos arquétipos do traficante e do criminoso. Os dois autores evocam um mapa publicado em 2010 pelo jornal *Diário de Notícias* sobre os “principais bairros problemáticos de Lisboa e do Porto” enquanto narrativa “emblemática da forma como o discurso público criminaliza parte significativa dos moradores da periferia”, representando alguns de seus bairros como potencial ameaça à ordem social (RAPOSO; VARELA, 2017). Nos dois países, o enquadramento pelo Estado dos moradores de periferia como potencial inimigo interno, categoria *sui generis* da

população a ser vigiada e reprimida, persiste desde o período por nós estudado até os dias de hoje.

Se no caso do Brasil podemos obviamente constatar que a favela constitui, historicamente, um espaço de exceção política, a ditadura militar – a nosso ver – é o primeiro regime a tentar definir um modo sistêmico de atuação que permita ora erradicar, ora controlar todas as favelas de uma cidade e a potencial subversão contida nesses espaços. Tal ideal de atuação conjunta se manifesta não apenas na intervenção militar de 1964 ou na atuação da Chisbel, em Belo Horizonte, como também nas amplas políticas remocionistas coordenadas pela Chisam no Rio de Janeiro ou por outros órgãos municipais em outras capitais, na década de 1970.

A particularidade histórica da intervenção federal nas favelas de Belo Horizonte em 1964, no entanto, foi de ter inaugurado um modo de gestão dos bairros populares que investiu ao mesmo tempo no campo cultural, psicológico, social, policial e econômico. Nesse aspecto, ela pode ser vista como um prenúncio histórico de programas aplicados em favelas a partir da década de 2000, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), dos quais citaremos aqui dois exemplos: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro e o Programa Vila Viva em Belo Horizonte.

Implantadas a partir de 2008 em favelas do Rio de Janeiro, as UPPs pretendem instituir órgãos permanentes de policiamento comunitário visando substituir a presença do poder do tráfico pelo poder do Estado nessas comunidades. Em muitos casos, as UPPs são instituídas após uma contundente operação policial contra a presença local do tráfico, com a retomada física do poder do Estado sobre a favela, que é considerada então “pacificada”. Um caso emblemático nesse sentido é a instalação da UPP no Complexo do Alemão, em 2011, após a realização de uma gigantesca operação de guerra contra o tráfico local, transmitida ao vivo e de modo sensacionalista pela mídia. Em alguns casos, como no Complexo do Alemão ou na Favela da Maré, a operação de pacificação marca o início de uma presença duradoura do Exército na comunidade, representando uma verdadeira militarização da vida cotidiana. Nas comunidades já “pacificadas”, as UPPs devem em teoria marcar o início de um policiamento comunitário, visando a uma aproximação entre a polícia e a população, inclusive mediante a oferta de aulas de esporte ou ginástica ministradas voluntariamente por policiais. Essas medidas também são acompanhadas pela repressão e criminalização de manifestações culturais locais consideradas indesejáveis pela corporação policial,

por exemplo, a proibição de bailes funk. Ao mesmo tempo, as UPPs facilitam a implantação ou continuação de projetos de regularização urbanística e urbanização nas favelas, – seja através de programas municipais como o Morar Carioca seja de obras federais do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento).

Ao aliar ações de amparo social com operações repressivas, incluindo táticas de guerra deflagradas contra um inimigo interno teoricamente inserido em meio à população, a política de “pacificação” inaugurada pelas UPPs se assemelha às operações de contra-subversão comunitária teorizadas e desenvolvidas durante a ditadura militar. Essa semelhança entre as UPPs e a ideia de “contra-subversão” é inclusive mencionada por um diplomata estadunidense em um telegrama confidencial revelado pela organização Wikileaks. No documento, ele estabelece um paralelo entre a experiência e a doutrina de contra-insurreição aplicada pelos Estados Unidos no Oriente Médio. Segundo o diplomata: “o Programa de pacificação das favelas retoma algumas das características da doutrina e da estratégia de contra-insurreição dos Estados Unidos em Afeganistão e Iraque” (FOLHA DE SP, 07/12/2010).

Como ainda observado pelo autor do telegrama, existe uma nítida dimensão econômica por trás da política de pacificação, que visa também reintegrar os territórios favelados no circuito de circulação do capital na cidade, em um período de intensificação de políticas urbanas neoliberais às vésperas da realização da Copa do Mundo de 2014:

Se, no entanto, o programa logra conquistar os “espíritos e os corações” dentro das favelas e se ele continuar beneficiando do apoio efetivo do Governador e do Prefeito, bem como das empresas privadas, atraídas pela oportunidade de reintegrar um milhão de residentes de favelas dentro dos circuitos comerciais, então o programa será capaz de refazer o tecido econômico e social do Rio de Janeiro. (FOLHA DE SP, 07/12/2010)

Como argumentado pelas sociólogas Livia de Tommasi e Dafne Velazco (2013), a política de implantação das UPPs, além da manutenção da ordem, permite a racionalização econômica do território favelado ao representar a entrada dos serviços públicos e privados – incluindo ligações regulares de energia e água, bem como serviços de empresas de telefonia e internet – em detrimento do mercado informal ou das ligações irregulares que permitiam a muitos moradores o acesso a esses serviços. Todo o mercado de consumo que antes se encontrava na informalidade vai sendo incluído, desse modo, no mercado formal. Segundo as autoras, a esse processo se adiciona a promoção nas favelas pacificadas, pelo governo, de um

“empreendedorismo comunitário”. Nesse aspecto, a UPP participaria da formação de um novo “regime discursivo” sobre a cidade, que visa adaptar os territórios favelados de acordo com a “racionalidade neoliberal” através da “ampliação do mercado consumidor interno”, mas também da “conformação da subjetividade empreendedora” junto aos jovens dessas comunidades. Sem tocar na desigualdade estrutural, trata-se antes de tudo, ainda segundo as autoras, de incluir possíveis “cidadãos-empreendedores” no ciclo de consumo e de produtividade (DE TOMMASI; VELAZCO, 2013).

Em suma, a UPP representa a concretização dessa experiência de governabilidade total, e ao mesmo tempo excepcional, aplicada exclusivamente nos territórios periféricos, adentrando todas as esferas da vida: acesso aos bens de consumo cotidiano, sustento financeiro, vida cultural etc. Interessa-nos observar uma série de paralelos entre o projeto da intervenção militar nas favelas de Belo Horizonte e o projeto de pacificação das UPPs, uma vez que ambos articulam uma investida do Poder nos territórios favelados que, a partir de uma suposta missão “contra-subversiva” levada a cabo pelo Estado contra um “inimigo interno”, abre caminho para a racionalização econômica do território.

Se as UPPs, no Rio de Janeiro, constituem sem dúvida a experiência mais completa de policiamento comunitário articulado a projetos de urbanização e normalização econômica do espaço urbano, as experiências nesse sentido não se limitam a essa cidade. Na mesma década de criação das UPPs, programas semelhantes de intervenção do poder público em vilas e favelas foram implantados em outras capitais, inclusive em Belo Horizonte. Na capital mineira, é criado em 2005, pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), o programa Vila Viva. Com foco mais especificamente na regularização urbana, o projeto alia “urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária”, mas também ações de “construção de moradias, erradicação de áreas de risco, remoção de famílias”. O Vila Viva representa hoje o maior programa de urbanização de favelas em curso no país. Apesar do foco em urbanização, ele inclui também “intervenções sociais no campo da saúde, educação, assistência social”, “educação sanitária”, “inclusão produtiva” e “geração de trabalho e renda”, além de, em alguns casos, “ações de combate à violência e tráfico de drogas” (CARMO; LUZ; SILVEIRA, 2019).

Segundo Ana Paula Baltazar *et. al.*, com base em um conjunto de pesquisas sobre a atuação do programa nas três maiores favelas de Belo Horizonte (Santa Lúcia, Serra e Pedreira Prado

Lopes), o Vila Viva teria priorizado, em sua primeira década de atuação, obras que atendem vias e áreas estratégicas para a cidade e para o mercado imobiliário, em detrimento das demandas e necessidades dos habitantes. Em outros termos, a ação do programa teria por principal efeito a entrada da “favela no mercado imobiliário formal” e a “valorização dos imóveis”, “com tendência à gentrificação de favelas localizadas nas áreas mais centrais de Belo Horizonte”. Portanto, o programa teria por consequência a intensificação do déficit habitacional e a “expulsão dos pobres para a periferia”, seja através de remoções diretas acompanhadas de indenizações irrisórias, seja através da remoção indireta causada pelo aumento do custo de vida nas favelas centrais. Os bairros de classe média situados no entorno da comunidade, objetos de valorização imobiliária, seriam os principais beneficiados pelo programa (BALTAZAR *et al.*, 2017). Uma avaliação semelhante sobre o programa foi feita pelo próprio Ministério Público Federal (MPF), que entrou com ação civil pública para paralisar remoções em curso no âmbito do Vila Viva.

Valendo-se de críticas semelhantes, moradores de favelas e ocupações urbanas se mobilizaram em diversas ocasiões contra os programas de remoção impostos pelo Vila Viva, como na ocupação Izidora, em Santa Luzia, e na Vila São Bento, na região Centro-Sul. Ainda no início do programa, em 2007, um manifesto publicado por diversas associações comunitárias, ocupações urbanas e movimentos populares intitulado *Vila Viva ou Vila Morta?* denunciava o caráter perverso de um programa que se utilizaria de um discurso de amparo social em prol “da qualidade de vida das pessoas que se aglomeram nas favelas” para realizar intervenções “orientadas pelos interesses do capital imobiliário” (MANIFESTO, “BH – Programa Vila Viva ou Vila Morta? ”, 2008).

Esses exemplos citados para o caso brasileiro, das UPPs ao Vila Viva, mostram diferentes projetos de governabilidade de exceção, seja projetos estaduais seja projetos municipais desenvolvidos especificamente para certos espaços periféricos. Tais como as intervenções estatais analisadas ao longo do presente trabalho, esses projetos aliam discursos e medidas de amparo social com práticas coercitivas arbitrárias – operações policiais, remoções, proibições, rumo ao reordenamento político e racionalização econômica dos territórios favelados.

No tocante à realidade portuguesa, um *modus operandi* de exceção do poder municipal nas periferias do Porto também pode ser observado até os dias de hoje. É o que constatamos ao analisar a recente política de demolição de dois bairros camarários do Porto: São João de Deus e

o bairro do Aleixo. Ambos foram demolidos entre 2008 e 2013, sob o pretexto de terem se tornado perigosos centros de tráfico de drogas. Ao acompanhar os debates em torno dessas demolições, percebemos a continuidade de um estigma produzido sobre seus habitantes pelas narrativas municipais, dos documentos analisados por nós na década de 1960 ao discurso midiático e político das décadas de 2000 e 2010. O bairro São João de Deus conservou, até o seu fim, o apelido de “tarrafal”, sendo associado no período recente à imagem pejorativa de um gueto social marcado pela criminalidade e pelo tráfico, “pior bairro de Portugal” segundo expressão usada pela imprensa. Por sua vez, o bairro do Aleixo ganhou o apelido de “supermercado da droga” por parte da imprensa portuguesa (PÚBLICO, 17/12/2008). Como forma de lutar contra o tráfico de entorpecentes nesses dois bairros, a gestão municipal de Rui Rio (2002-2013) prometeu demolir os bairros após remover seus moradores do local. Cumprindo suas promessas, a Câmara demoliu a totalidade dos blocos habitacionais do São João de Deus, em 2008, e posteriormente do Aleixo, entre 2011 e 2013, enquanto seus moradores foram transferidos para outros locais. No Aleixo, a associação de moradores local se mobilizou contra a remoção acusando o presidente da Câmara de agir apenas por “interesses imobiliários”, já que a demolição do bairro permitiria a aquisição de uma zona valorizada por um fundo especial de investimento imobiliário (FEII), parceiro da Câmara (JORNALISMO PORTO NET, 16/07/2008). No entanto, a mobilização dos moradores não conseguiu impedir a demolição do bairro.

Interessante notar que nos novos bairros camarários construídos a partir da década de 2000, tal como o da Pasteleira Nova – para onde foram transferidos parte dos ex-moradores do São João de Deus –, a Câmara assegurava privilegiar a instalação de “famílias selecionadas” no intuito de impedir o acesso ao bairro a “quem estivesse já referenciado por tráfico de droga”. No entanto, como observado por um representante da associação de moradores do bairro, após as demolições, o tráfico apenas se mudou para outro local (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/08/2019). Com esses exemplos emblemáticos, vemos como a prática de demolição-remoção, incluindo uma triagem dos moradores oriundos dos bairros considerados problemáticos, inaugurada pela CMP em 1956, continua sendo utilizada como tentativa de manutenção da ordem urbana. Da década de 1950 aos anos 2000, observamos semelhante investida do poder sobre moradores que, seja em ilhas seja em conjuntos habitacionais, continuam sendo alvo de um tratamento político que alia autoritarismo e paternalismo.

Tanto no Brasil como em Portugal, observamos, portanto, uma continuidade – da década de 1960 aos dias de hoje – entre políticas urbanas que concretizam a periferia contemporânea e seus moradores enquanto *sujeito* e *espaço* de exceção, alvo de dispositivos singulares de governabilidade que atuam no campo urbano, social e cultural. Essa governabilidade de exceção, desenvolvida ontem e hoje nos territórios urbanos periféricos, assemelha-se à análise feita por Achille Mbembe (2006) tomando como base o modo de ocupação colonial do território. Uma “espacialização” do poder onde a “soberania vertical” pode operar à vontade, sendo aqui a “soberania” entendida como a “capacidade de definir o que tem importância, ou não”, “o que tem valor, ou não”, o que pode ser removido, eliminado ou substituído, seleção que pode se aplicar a moradias, comunidades inteiras ou aos sujeitos. Em outros termos, trata-se de um modo de ocupação do território que se caracteriza por uma articulação entre uma ação “disciplinar”, “biopolítica” e “necropolítica”.

Percebemos que o modo de gestão das periferias pelas ditaduras na década de 1960, no Brasil e em Portugal, constituem-se como o momento histórico da *invenção da periferia contemporânea* como espaço de exceção, inaugurando – em suas grandes linhas – a governabilidade urbana desenvolvida nos dias de hoje pelos gestores municipais e estatais sociodemocratas em contexto neoliberal.

UMA REESCRITA TÁTICA DA HISTÓRIA URBANA

Difícilmente podemos chegar ao fim deste trabalho sem abordar o modo pelo qual as experiências de moradores estudadas nos convidaram a repensar nossas próprias práticas em relação à escrita da história urbana. Não é fortuita, nesse aspecto, a escolha das palavras e relatos que abrem e encerram nossa análise. A nossa introdução iniciou-se com a frase de Dona Raimunda Pereira, moradora de ocupação urbana, afirmando a perspectiva de quem *de fato*, segundo ela, permite a construção, expansão e transformação de uma cidade, que, em suas palavras, “só cresce com invasão”. Por fim, no Capítulo 5, concluímos nossa análise dos movimentos com a experiência singular de São Pedro da Cova, que representa uma reapropriação coletiva da escrita da história urbana por moradores. Trata-se aqui também de homenagear dois encontros que abriram e encerraram, respectivamente, nosso trabalho de campo e que, inevitavelmente, provocam e questionam a relação do historiador urbano com seu objeto.

A frase que sela o primeiro encontro, com Dona Raimunda, dialoga com outras palavras que abrem o Capítulo 1, as de Alfredo Gonçalves, pedreiro e morador da primeira vila de cafuas de Belo Horizonte, que nos confiou: “as pessoas passam por essas ruas, encostam nessas casas, nesses prédios, mas nem sabem quem construiu tudo isto não é?”.¹⁶⁶ Essas duas reflexões, oriundas de moradores e trabalhadores que contribuíram para, literalmente, moldar a cidade em que habitam a partir de suas próprias mãos, de suas práticas cotidianas e das lutas nas quais se envolveram, lançam uma provocação a nossas concepções usuais sobre a história urbana. Por um lado, a visão marxista, já citada ao longo deste trabalho, costuma considerar as forças do capital econômico como principal motor relevante de expansão e transformação da cidade. Por outro lado, a concepção de patrimônio urbano construída a partir da história da arquitetura considera em primeiro lugar – em seu processo de tombamento – os edifícios planejados e projetados por profissionais, que correspondem a algum campo estilístico reconhecido por especialistas, do barroco ao contemporâneo, passando pelo neoclássico. No Brasil como em Portugal, um dos primeiros critérios para o tombamento de edifícios urbanos e sua classificação como patrimônio baseia-se na existência prévia de um projeto elaborado por um arquiteto reconhecido podendo ser classificado em determinado estilo estético.

No entanto, toda uma parte da cidade escapa necessariamente a essas classificações, sendo esta fruto de autoconstrução, seja ela individual e isolada seja coletiva, experiências tais como aquelas estudadas ao longo desta pesquisa nas quais o “habitar produz o espaço habitado” (ZIBECHI, 2011, p. 74). Segundo a arquiteta Priscila Musa, “a nossa concepção de patrimônio arquitetônico e urbano encontra-se em defasagem com a realidade brasileira”, ao ressaltar que, “segundo uma pesquisa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Brasil, mais de 80% da população brasileira realiza obras sem participação de engenheiros ou arquitetos” (MAYER; MUSA, 2019). Ao longo do presente trabalho, o estudo dos movimentos de moradores que se apropriam do direito a construir e organizar o espaço urbano nos fornece algumas chaves para repensar, justamente, algumas de nossas concepções sobre a história urbana. Tais experiências apontam para a importância de historicizar as formas de participação direta de moradores e trabalhadores no processo de construção da cidade. Tal participação começa, como lembrado por Alfredo Gonçalves, pelos gestos dos trabalhadores que edificam

¹⁶⁶ Entrevista realizada com Alfredo Maurício Gonçalves no domicílio do entrevistado, no bairro Cachoeirinha (Belo Horizonte), em 13/10/2015.

os prédios de uma cidade e abrem suas ruas. Se na arquitetura vernacular e regional brasileira, inclusive nas casas de cafuas que compunham a vila habitada por ele, cada construção carrega a marca das mãos do seu construtor, a construção moderna de alvenaria tende a seguir um padrão uniformizado, onde a participação do trabalhador deve se tornar invisível na obra final, deixando em destaque apenas a obra do arquiteto ou do engenheiro.

Em um outro momento histórico, essa participação opera a partir de uma agência coletiva, por meio das ações dos movimentos de moradores que, em suas diversas práticas, moldam a cidade de acordo com seus desejos e necessidades. Em alguns desses movimentos, como vimos especificamente no caso brasileiro, bairros inteiros são criados a partir da ocupação, autoconstrução e organização do espaço iniciada por grupos de moradores.

Em decorrência dessas reflexões, podemos concluir que as práticas de moradores vão além da “(re)apropriação) do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” identificada por De Certeau (1990, p. XL) em seu trabalho sobre as maneiras de fazer. Não se trata apenas da “reapropriação” de um corpo arquitetônico e urbanístico inicialmente estranho e pronto ao uso. As lutas de moradores pelo espaço urbano representam tanto a afirmação de um direito a um complexo de edifícios construído braçalmente pelas classes populares como também um direito a criar partes inteiras da cidade a partir de necessidades específicas. Como afirmado por Vicente Gonçalves, liderança da luta favelada em Belo Horizonte: “Eram trabalhadores que construíram essa cidade, portanto, nós tínhamos direito à participação igual os moradores dos bairros chiques”.¹⁶⁷

Por outro lado, a experiência de São Pedro da Cova estudada por nós constitui um exemplo concreto de reapropriação da história urbana pelo movimento de moradores. A partir da ocupação das minas e da criação do Centro Revolucionário Mineiro, em 1975, a apropriação comunitária da memória local se desdobra em uma prática coletiva de escrita da história social da cidade. Tal prática se expressa em diversas publicações feitas entre 1975 e 1982, sobre as lutas e a vida dos mineiros mas também sobre a história do município antes da fundação da mina ou sobre o folclore local. Em um segundo momento, essa reapropriação local da história permite a

¹⁶⁷ Entrevista realizada com Vicente Gonçalves por Samuel Oliveira Rodrigues de Oliveira, em 2008. Citada pelo entrevistador em OLIVEIRA, 2012.

criação de um lugar de memória perene, quando um dos antigos edifícios da Companhia das Minas se torna oficialmente o Museu Mineiro de São Pedro da Cova.

Para além do caso paradigmático de São Pedro da Cova, a prática de apropriação da memória ou história local é também observada em outros movimentos de moradores e fontes estudadas por nós. Esta pode ser identificada nas ocupações de terras urbanas em Belo Horizonte, onde o nome dado às vilas criadas visa inscrever a luta vivenciada na história da cidade. Ela também se manifesta na experiência da publicação do *Jornal dos Bairros*, que em diversos números se propõe a reescrever a história da Cidade Industrial e sua região a partir da perspectiva dos moradores dos bairros. Portanto, observamos que a apropriação política do território urbano se acompanha muitas vezes de “uma reescrita táctica”, tanto da história como do espaço, “que desloca o primeiro texto do qual ela é originária” (ZINE, 2010, § 10).

Dessa forma, as ações dos movimentos contribuem para “resguardar a biografia sociopolítica dos lugares, das ruas e praças da cidade, conferindo-lhes uma relevância sócio-histórica e cultural”. Para os estudiosos e estudiosas da história urbana, tais experiências representam um “convite a desaprender a cidade formal” (FORTUNA, 2019). Com efeito, a pesquisa histórica sobre esses movimentos e territórios, ao representar uma inscrição perene de suas vozes e narrativas, pode contribuir para reforçar a materialidade desses bairros e de suas experiências singulares. Como mencionado na Introdução deste trabalho: “arquivar documentos sobre esses bairros é reconhecer seu lugar na história e na própria cidade” (AMOROSO; BRUM; GONÇALVES, 2015, p. 3).

Difícilmente poderíamos terminar este trabalho sem sublinhar o protagonismo de muitos moradores encontrados na pesquisa, não apenas na construção desta, como também no próprio processo de escrita da história urbana. Essa apropriação da história urbana participa da prática política dos movimentos, ao desenvolver uma narrativa indispensável para embasar a legitimidade de lutas e movimentos futuros. Trata-se de um gesto fundamental para a transmissão geracional da experiência vivida da cidade pelo movimento. Em suma, tais narrativas contribuem para alargar o campo da imaginação política e narrar experiências que deslocam os desejos coletivos do nível da utopia para aquele da realidade cotidiana.

Nas duas cidades estudadas, essa “reescrita táctica” da história urbana contribui para a disputa pela cidade e pela memória de seus habitantes mais pobres contra o silenciamento das

vozes marginalizadas. Essa dimensão da disputa, inclusive, prossegue através de diversas experiências atuais. No Porto, a recém-criada Associação dos Moradores do Centro Histórico questiona uma museificação dessa parte da cidade – que atende à indústria do turismo de massa e se acompanha de um apagamento das vidas e das vozes daqueles que habitam a região há gerações, e que estão sendo forçados progressivamente a deixar o local.

Em Belo Horizonte, existem também diversas experiências de reapropriação comunitária da história urbana no período recente. Entre elas, o Museu dos Quilombos Vilas e Favelas (Muquifu), situado na Vila Estrela, no Aglomerado Santa Lúcia, uma das mais antigas favelas de Belo Horizonte. Idealizado pelo padre Mauro Luiz Silva, o Muquifu faz desde 2012 um trabalho voltado pela salvaguarda da memória e do patrimônio imaterial das favelas da cidade, com um acervo composto inclusive por objetos pessoais de moradores ou elementos que remetem a suas memórias e trajetórias de vida. Outra iniciativa importante nesse aspecto é o projeto História em Construção, criado em 2011 por moradoras da Vila das Antenas, situada também na região Centro-Sul de Belo Horizonte. O projeto nasce de um esforço de resgate da história e memória da favela, iniciado por algumas de suas moradoras, com intuito de lutar contra um processo de remoção que parte da vila vinha sofrendo no âmbito do Programa Vila Viva. A partir desse trabalho de resgate da memória local, nasceu o grupo História Em Construção, formado por moradores da vila e com o auxílio de professores e alunos da Escola de Arquitetura da UFMG. O grupo acredita “que é fundamental o envolvimento e engajamento da comunidade no levantamento, no registro e na construção da história do seu espaço cotidiano”, já que “o resgate da história do lugar ajuda os moradores a valorizarem as práticas de produção autônomas do espaço, o que pode estimular a mobilização, fortalecer os laços comunitários e levar a outras iniciativas de autoprodução” (HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO, 2011). O grupo continua ativo não apenas no trabalho de resgate histórico, mas no fomento de atividades sociais e educativas na comunidade.

Por fim, existem também nessa cidade experiências nas quais, por meio de uma reapropriação da memória e da história de determinado local, o processo de tombamento previsto pela direção do patrimônio municipal se tornou uma ferramenta que fortalece o direito à moradia e à permanência na cidade. O exemplo mais recente e emblemático nesse aspecto é o caso do Quilombo Souza, localizado no bairro Santa Tereza. Ameaçadas por um processo de reintegração de posse, apesar de encontrar-se legalmente assentadas no local há cerca de um século, as

famílias do quilombo iniciaram um trabalho de resgate histórico da comunidade no intuito de barrar a ordem de despejo. O terreno de instalação das famílias tinha sido adquirido no início da década de 1920 por um ex-escravizado e sua esposa, nascida sob a Lei do Ventre Livre, que tinham se mudado para a cidade para trabalhar na construção da Igreja da Boa Viagem. Resgatando os documentos e a trajetória dos seus antepassados, a comunidade conseguiu, em julho de 2019, o reconhecimento pela Fundação Palmares como quilombo urbano, além de se beneficiar de um processo de tombamento imaterial por parte da Direção do Patrimônio de Belo Horizonte. Tais decisões permitiram reforçar a comunidade local e participaram do impedimento de uma ação de reintegração de posse que se anunciava iminente.

Se os movimentos de moradores ganham ao investir e disputar o campo da história urbana, os pesquisadores de tais campos também só tendem a enriquecer seus trabalhos se souberem dialogar e se envolver com essas narrativas historiográficas que emanam das ruas. Para além do trabalho individual de um pesquisador, dialogando principalmente com o mundo acadêmico e a partir deste, tais experiências nos convidam a reinventar nossas formas de construção e compartilhamento de saberes, já que uma cidade e suas ruas não são feitas apenas de edifícios, mas antes de tudo de práticas, palavras e memórias difusas.

Em nosso Prólogo, mencionamos o processo de letramento político e social vivido pelo autor deste trabalho, como por muitos de nós, em contato imediato com um espaço urbano efervescente, repleto de práticas e narrativas contestatórias. Sublinhamos então a importância desse primeiro contato, das curiosidades e indignações vividas nas ruas da cidade que nos levaram até a presente pesquisa. Devemos agora evidenciar a ocorrência do movimento inverso, ao reforçar o quanto esta pesquisa e as inúmeras vozes encontradas ao longo dela nos transformaram não só como pesquisador, mas, e talvez sobretudo, como morador da cidade. Esse outro processo de letramento político, vivenciado pelo contato com as fontes e com nossos interlocutores, voltará inevitavelmente para o espaço da cidade e suas ruas uma vez encerrado o presente trabalho, ao reverberar em cada passo e práticas cotidianas do autor. O mesmo acontecerá, esperamos, com o leitor.

Em uma época em que as possibilidades concretas de pesquisa em ciências humanas se encontram seriamente ameaçadas, especialmente no país onde estas linhas estão sendo escritas, inspiremo-nos nos movimentos estudados, lutando pela preservação de espaços que permitam a

circulação de todas as vozes e formas de vida. Tal como o fadista evocado por Serafim Gesta, o pesquisador em história tem um papel a cumprir na preservação desses espaços, ao se tornar parte de uma corrente de transmissão de vozes e experiências sociais silenciadas ou esquecidas. Esperamos, por fim, que o eco das vozes citadas neste trabalho possa inspirar outras tomadas de palavras, já que, como diriam alguns: “não precisamos tanto de grandes narrativas, mesmo que elas sejam de libertação, mas de um povo de contadores” (MAUVAISE TROUPE, 2014, p. 15).

FONTES E ACERVOS CONSULTADOS

A) Fontes e acervos consultados no Brasil:

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)

Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH)

CMBH - Anais de sessão ordinária e extraordinária da Câmara Municipal de Belo Horizonte - 1963 - 1964.

CMBH - Lista de resoluções aprovadas / Câmara Municipal de Belo Horizonte - 1963 - 1964.

CMBH - Lista de projeto de Leis transformados em Leis / Câmara Municipal de Belo Horizonte - Anos 1963 - 1964.

CMBH - Requerimento do vereador Dimas Perrin sobre as “invasões de terras” ocorridas na cidade – 23/08/1963.

CMBH - Projeto de Lei nº 64/64 do 15/06/1964. “Cria a Divisão Educacional-social e Imobiliária, no Departamento de Habitações e Bairros Populares, e dá outras providências” apresentado pelo vereador Rui da Costa Val à Câmara Municipal de Belo Horizonte, 15/06/1964.

Fundo Departamento de Habitação e Bairros Populares:

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR (DHP). **Levantamento da população favelada de Belo Horizonte**, Belo Horizonte: Departamento de Habitação Populares - Governo do Estado de Minas Gerais, 1966. 63 p.

Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital:

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL (CCNC). Planta Geral da Cidade de Minas / Estado de Minas Gerais, 1895.

Acervos fotográficos:

-Acervo ASCOM.

-Coleção José Goes

Arquivo Público Mineiro (APM)

Fundo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS):

- Pasta 0119 [Movimento dos Favelados] 1959-1964.
- Pasta 0121 [Movimentos dos Favelados] 1961-1964.
- Pasta 3932 [Favelas] 1963-1964.
- Pasta 0226 [Raimundo Gil da Silva] 1964.
- Pasta 0173 [Padre Francisco Lage Pessoa] 1961-1965.
- Pasta 0934 [Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COAB(*sic*)-MG] – 1968-1971.

Fundo audiovisual:

CINESUL. **Habitação**. Imagem East Color, 35 mm, 1975.

PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). **Administração Sousa Lima**. Forma Filme, 35 mm, Dezembro 1970.

PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). **A Grande Cidade 1**. Exata prod. fotográficas e cinematográficas, 35 mm, 1971.

PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). **A Grande Cidade 2**. Exata prod., Imagem East Color, 35 mm, Dezembro 1973.

SECRETARIA DE ESTADO E CULTURA DE MINAS GERAIS. **80 anos de Belo Horizonte**. Minas Filme, 35 mm, 1977.

Acervo fotográfico:

- Fotografias avulsas.

Periódicos:

Coleção da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais (anos consultados):

DIÁRIO DE MINAS - DM (1963-1965)

DIÁRIO DA TARDE - DT (1963-1964)

ESTADO DE MINAS - EM (1963-1964)

Periódicos avulsos (anos consultados):

CORREIO DA MANHÃ (1964-1968)

JORNAL DO BRASIL (1962-1968)

O GLOBO (1964-1968)

VOZ DIOCESANEA (1964-1974)

ÚLTIMA HORA (1962-1964)

Imprensa alternativa (anos consultados):

JORNAL DOS BAIRROS (1976-1980)

Prefeitura de Belo Horizonte (PBH):

Relatórios de prefeitos (1947 - 1978)

PBH – Relatório do prefeito Otacílio Negrão de Lima, 1948. Gestão 1947-1951.

PBH – Relatório de 1963 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Jorge Carone Filho. Fevereiro de 1964.

PBH – Relatório de 1964 apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte pelo Sr. Prefeito Oswaldo Pieruccetti. 1964

PBH – Relatório de 1965 apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Fevereiro de 1966

PBH – Relatório do exercício de 1966 enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Janeiro de 1967.

PBH – Relatório do exercício de 1967 enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Janeiro de 1968.

PBH – Relatório do exercício de 1968 enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Março de 1969.

PBH – Relatório do exercício de 1969 enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Luiz de Sousa Lima. Março de 1970.

PBH – Relatório do prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima para o ano de 1970. 1970.

PBH –Relatório do exercício de 1971 enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pierucetti. Março de 1972.

PBH – Relatório do exercício de 1972 enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pierucetti. Março de 1973.

PBH – Relatório do exercício de 1973 enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pierucetti. Março de 1974.

PBH – Relatório do quadriênio 1971-1974. Enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pierucetti. Março de 1975.

PBH – Relatório do exercício de 1975. Enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1976.

PBH – Relatório do exercício de 1976. Enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1977.

PBH – Relatório do exercício de 1977. Enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1978.

PBH – Relatório do exercício de 1978. Enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Março de 1979.

Legislação:

Legislação municipal:¹⁶⁸

PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). Lei nº 557, de 10 de agosto de 1956. “Estrutura o departamento municipal de habitação e bairros populares”, 1956.

PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). Decreto nº 1104, de 02 de Julho de 1963. “Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel constituído pelos lotes 3, 5, 7, e 9, do quarteirão 6, da vila das Oliveiras, na forma do Art. 6º e seu §, da Lei municipal nº 557, de 10-VIII-56”, 1963.

PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). Decreto nº 1150, de 08 de Julho de 1963. “Declara de interêsse social, para efeito de desapropriação, áreas de terrenos destinados a construção de casas populares e obras e serviços públicos”, 1963.

PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). Decreto nº 1290, de 25 de Fevereiro de 1965. “Decreta a intervenção no Departamento Municipal de Transportes Coletivos (D.M.T.C.)”, 1965.

PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE). Lei nº 1745, de 3 de Dezembro de 1969.

¹⁶⁸Todos os Decretos e Leis municipais citados podem ser consultados no site: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/1530/leis-de-belo-horizonte/> Acesso em 15/03/2020.

“Transforma o Departamento Municipal de Transporte Coletivo em Superintendência Municipal de Transportes e adota outras providências”, 1969.

Legislação Federal:

BRASIL. Lei nº4.132, de 10 de setembro de 1962. “Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação”, 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4132.htm. Acesso em 12/06/2017.

BRASIL. Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964. “Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa”, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em 10/06/2018.

BRASIL. Lei nº4.380, de 21 de agosto de 1964. “Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências”, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm. Acesso em 10/06/2018.

BRASIL. Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968. “São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências”, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em 10/06/2018.

BRASIL. Lei nº10 257, de 10 de julho de 2001. “Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”,(Lei conhecida como Estatuto da cidade) 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 10/05/2017.

Entrevistas e memórias:

Depoimentos de moradores da Vila 31 de Março:

Neuzolina Antonia da Silva (Dona Neusa) - entrevista realizada no domicílio da entrevistada, em 25/09/2015. Entrevistador: Philippe Urvoy

Noemi da Silva (Dona Noemi) - entrevista realizada no domicílio da entrevistada, em 25/09/2015. Entrevistador: Philippe Urvoy

Gonçhalvo Vicente da Silva (Seu Gonçhalvo) - entrevista realizada no domicílio do entrevistado, em 25/09/2015, em 15/09/2015. Entrevistador: Philippe Urvoy

Depoimentos de moradores do Aglomerado do Pai Tomás:

José do Carmo - entrevista realizada no domicílio do entrevistado em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

Dona Meire - entrevista realizada no domicílio da entrevistada em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

Seu Liberato - entrevista realizada no domicílio do entrevistado em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

Etelgina Madalena de Jesus - entrevista realizada no domicílio da entrevistada em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

Sr. Vicente - entrevista realizada no domicílio do entrevistado em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

Seu Inácio - entrevista realizada no domicílio do entrevistado em 2016. Entrevistadores: Marcus Vieira e Eustáquio Almeida.

Outros depoimentos:

Alfredo Maurício Gonçalves - Entrevista no domicílio do entrevistado, no bairro Cachoeirinha (Belo Horizonte), em 13/10/2015. Entrevistador: Philippe Urvoy

Raimunda Pereira - entrevista realizada no domicílio da entrevistada, na ocupação urbana Mutirão em Altamira (Pará) em 20/09/2011. Entrevistador: Philippe Urvoy

Pier Luigi Bernareggi (Padre Pigi) – entrevistas realizadas na Paróquia do bairro Primeiro de Maio (Belo Horizonte) em 11/11/2014 e 09/06/2015. Entrevistador: Philippe Urvoy

Obras autobiográficas:

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017, 200 p.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, 320 p.

PERRIN, Dimas. **Depoimento de um torturado**. São Paulo: Nova Cultural, 1979, 180 p.

Fundação João Pinheiro - Acervo Plambel:

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Panorama de Belo Horizonte em 1953 - Atlas Histórico.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

PLAMBEL. **Áreas ocupadas por favelas no aglomerado metropolitano** (MAPA - Escala 1:100.000). Belo Horizonte: PLAMBEL, 1967.

PLAMBEL. **Áreas ocupadas por favelas no aglomerado metropolitano** (MAPA - Escala 1:100.000). Belo Horizonte: PLAMBEL, 1972.

PLAMBEL. **Bases para uma política de urbanização em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1974a. 29 p.

PLAMBEL. **Informações básicas da região metropolitana de Belo Horizonte – Caderno I.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1974b. 115 p.

PLAMBEL. **Relatório de pesquisa de critérios de avaliação de estrutura metropolitana. Funções.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1974c. 145 p.

PLAMBEL. **Relatório da pesquisa-piloto da vida associativa de defesa de interesse em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1974d. 129 p.

PLAMBEL. **Áreas ocupadas por favelas no aglomerado metropolitano** (MAPA - Escala 1:100.000). Belo Horizonte: PLAMBEL, 1977.

PLAMBEL. **Informações básicas da região metropolitana de Belo Horizonte – Caderno II.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1978. 112 p.

PLAMBEL. **Processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1979. 336 p.

PLAMBEL. **Áreas ocupadas por favelas no aglomerado metropolitano** (MAPA - Escala 1:100.000). Belo Horizonte: PLAMBEL, 1981.

PLAMBEL. **Favelas da Região metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1983, 39 p.

PLAMBEL. **O meio natural no processo de organização do espaço da RMBH.** Belo Horizonte: PLAMBEL, 1984. 81 p.

PLAMBEL. **Evolução de Favelas - 1967-1981** (MAPA - Escala 1:50.000). Belo Horizonte: PLAMBEL, s.d.

PLAMBEL. **Favelas** (MAPA - Escala 1:50.000). Belo Horizonte: PLAMBEL, s.d.

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. **Levantamento Histórico – Aglomerado Cabana do Pai Tomás.** Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, Governo do Estado de Minas Gerais, 1984. 216 p.

URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte):

URBEL. **Profavela, o morro já tem vez.** Belo Horizonte: Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, 1988. 58 p.

URBEL. **Mapa: Áreas e atuação da URBEL – Assentamentos existentes.** Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, Prefeitura de Belo Horizonte, 2010.

Outras fontes e documentos:

Documentos audiovisuais:

AGÊNCIA NACIONAL. **Vida nova sem favela.** Brasil Hoje nº 2, Reportagem produzida pela Agência Nacional mostrando aspectos da favela no Rio de Janeiro e transferência dos seus habitantes para conjuntos residenciais, Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional, 1971.

VIEIRA, Déa; VIEIRA, Marcus. **Da Iona ao Pai Tomás.** Filme documentário, Produção: Estúdio Arte Imagem, 2016.

Acervo UNISANTOS:

-Fotografias do Conjunto habitacional General Dale Coutinho (Santos) levantada no jornal **Cidade de Santos** a partir da pesquisa realizada por Walder Rueda em 2008. Acessível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos227b.htm> Consultado em 01/02/2020.

Acervo do arquiteto Joel Campolina:

-CAMPOLINA, Joel. “Conjunto Habitacional Estrela d'Alva”, Belo Horizonte: Joel Campolina Associados Ltda. 1984. 28 p.

Artigos de imprensa e relatórios sobre cidades brasileiras na década de 2010:

ANCOP. **Dossiê Megaeventos e violação de direitos humanos no Brasil.** Brasil: ANCOP, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM. “Audiência Pública discute problemas das vilas de Contagem”, por Lorena Carazza, 27/06/2019, Acessível em : <http://www.cmc.mg.gov.br/?p=14720>. Consultado em 15/02/2020.

ESTADÃO. “MTST batiza ocupação a 4 km do Itaquerão de 'Copa do Povo””, artigo escrito por Diego Zanchetta e publicado em 04/05/2014. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mtst-batiza-ocupacao-a-4-km-do-itaquerao-de-copa-do-povo,1162222> Consultado em 05/06/2017.

EXAME, “Mortes pela polícia do RJ crescem 127% em 4 anos: como frear a escalada?” por Clara Cerioni, 20/10/2019. Acessível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/mortes-pela->

policia-do-rj-crescem-127-em-4-anos-como-frear-a-escalada/ Consultado em 01/02/2020.

FOLHA DE SP. “Doutrina de combate a insurgência é usada no Rio, dizem EUA”. por Wikileaks Especial, São Paulo, 07/12/2010. Acessível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2010/12/841774-doutrina-de-combate-a-insurgencia-e-usada-no-rio-dizem-eua-leia-em-ingles.shtml?origin=folha> Consultado em 20/02/2020.

G1/GLOBO, “Relatório do ISP mostra aumento de mortes durante confronto com PMERJ”. Por G1 Rio, 02/05/2014. Acessível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/relatorio-do-isp-mostra-aumento-de-homicidios-por-autos-de-resistencia.html> Consultado em 01/02/2020.

G1 / GLOBO. “Sem-teto protestam para pedir aprovação do Plano Diretor em São Paulo”, artigo escrito por Livia Machado e Roney Domingos para G1 São Paulo e publicado em 26/06/2014. Acessível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/sem-teto-protestam-para-pedir-aprovacao-do-plano-diretor-em-sp.html> Consultado em 05/06/2017.

G1 / GLOBO. “Número de pessoas mortas pela polícia no Brasil cresce 18% em 2018; assassinatos de policiais caem”, por Clara Velasco, Gabriela Caesar e Thiago Reis, 19/04/2019. Acessível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/19/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-no-brasil-cresce-em-2018-assassinatos-de-policiais-caem.ghtml> Consultado em 20/02/2020.

G1 / GLOBO. “Como o crescimento desordenado das grandes cidades afeta a mobilidade urbana”, artigo escrito por Companhia de Concessão de Rodovias (CCR), 05/07/2019. Acessível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/inovacaoemmovimento/ccr/noticia/2019/07/05/como-o-crescimento-desordenado-das-grandes-cidades-afeta-a-mobilidade-urbana.ghtml>. Consultado em 20/02/2020.

INDISCIPLINAR (CNPQ / EA-UFGM). “Declaração de apoio ao ResisteIsidoro pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar_EAUFGM”, 2014. Acessível em: <http://blog.indisciplinar.com/declaracao-de-apoio-ao-resiste-isidoro/> Consultado em 20/02/2017.

LE MONDE. “L'envers du stade: Sao Paulo ou l'impossibilité d'une ville”, artigo escrito por Nicolas Bourcier e publicado em 11/06/2014. Disponível em: http://www.lemonde.fr/coupe-du-monde/article/2014/06/11/l-envers-du-stade-sao-paulo-ou-l-impossibilite-d-une-ville_4433708_1616627.html Consultado em 05/06/2017.

MANIFESTO. “Programa Vila Viva ou Vila Morta”, texto-manifesto coletivo, Belo Horizonte, 2008. Acessível em: <https://fr.scribd.com/document/37354738/Artigo-Vila-Viva-Ou-Vila-Morta>. Consultado em 20/02/2020.

O TEMPO. “Estado tem recorde de mortes ligadas a ações de policiais”, artigo escrito por Rafael Mansur, 20/08/2018. Acessível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/estado-tem-recorde-de-mortes-ligadas-a-acoes-de-policiais-1.2016082> Consultado em 20/02/2020.

REDE BRASIL ATUAL. “Cresce o número de ocupações no extremo sul de São Paulo”, artigo escrito por Rodrigo Gomes publicado em 11/08/2013 Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/cresce-o-numero-de-ocupacoes-no>

extremo-sul-de-sao-paulo-3246.html>. Consultado em: 02/06/2017.

THE GUARDIAN. “The World Cup is really just for the people in helicopters”, artigo escrito por Owen Gibson e publicado em 11/06/2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/jun/11/world-cup-helicopters-streets-sao-paulo>>. Consultado em 05/06/2017.

THE NEW YORK TIMES. “Brazil on Edge as World Cup Exposes Rifts”, artigo escrito por Simon Romero e publicado em 9/06/2014. Disponível em: <<https://mobile.nytimes.com/2014/06/10/world/americas/apprehension-and-apaty-competite-with-excitement-in-world-cup-host-brazil.html>>. Consultado em 05/06/2017.

B) Fontes e acervos consultados em Portugal:

Arquivo Municipal do Porto - Casa do Infante

Planos e Regulamentos da Câmara Municipal Porto (CMP):

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP). **Plano de Salubridade das Ilhas do Porto**. Porto: CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 1956.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP). **Regulamento do Plano Director da cidade do Porto**. Separata do Boletim Municipal nº 1036, de 18 de fevereiro de 1956. Porto: CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 1956.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP). **Regulamento das habitações construídas em execução do Plano de Melhoramentos**. Separata do Boletim Municipal nº 1144, de 15 de março de 1958. Porto: CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 1956.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP). **Plano Director da Cidade do Porto**. Porto: CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 1962.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP). **Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto – 1956-1966**. Porto: 1966.

Boletins da Câmara Municipal Porto (Anos consultados):

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP). **Boletins Municipais** - (1968-1974).

Biblioteca Nacional (Lisboa):

Decretos-Leis e Despachos

DIÁRIO DO GOVERNO. Decreto Lei nº 217/74 de 27 de maio de 1974 (Medidas

econômicas do novo governo), por Presidência do Conselho de Ministros, DG n°123, 27/05/1974.

DIÁRIO DO GOVERNO. Despacho ministerial do 06 de agosto de 1974 (Criação do SAAL), por Presidência do Conselho de Ministros, DG n°182, 06/08/1974.

DIÁRIO DO GOVERNO. Decreto-Lei DL n°198-A/75 de 14 de abril de 1975 (Decreto sobre as ocupações de casas), por Ministérios da Administração Interna, da Justiça, do Equipamento Social e do Ambiente, 14/05/1975.

DIÁRIO DO GOVERNO. Decreto-Lei n° 232/75 de 16 de maio de 1975 (Decreto sobre o regime das subalugas na Zona do Porto), por Ministérios da Justiça e do Equipamento Social e do Ambiente, DG n°113, 16/05/1975.

DIÁRIO DA RÉPUBLICA. Despacho ministerial do 28 de outubro de 1976 (Extinção do SAAL), por Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção, DR n°253, 28/10/1976.

DIÁRIO DA RÉPUBLICA. Decreto-Lei n° 454/80 de 09 de outubro de 1980 (Código cooperativo), por Presidência do Conselho de Ministros, DR n°234, 09/10/1980.

SAAL-NORTE

-Arquivo do SAAL Norte (Cota: SC.36013 P).

Centro de Documentação 25 de Abril (Coimbra)

Acervos particulares

-Espólio Alexandre Alves da Costa (1974-1976) - SAAL Norte:

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (PSP) – Setor técnico. “Mandado de busca”, 10/04/1976.

SAAL-NORTE (Comissões de moradores integradas no processo SAAL-NORTE). “Milhares de casas vazias”, 17/05/1975.

SAAL-NORTE (Grupo Coordenador Saal Norte). “Comunicado”, Porto, 18/03/1975.

SAAL-NORTE. “Moção”, Ofício n°192/SAAL – 9, Porto 08/03/1976.

SAAL-NORTE. “Busca nas instalações do SAAL/NORTE - Informações ”. Carta assinada pela arquiteta Margarida Santos Coelho, responsável pelo SAAL-NORTE, 15/09/1976.

-Espólio Alexandre Alves da Costa (1974-1976) - Fotografias.

Comunicados e Panfletos

Bairros Camarários

-Consulta de toda documentação da pasta “Bairros Camarários” incluindo os documentos:

BAIRROS CAMARÁRIOS. “Nota reivindicativa dos movimentos dos Bairros Camarários”, Pelos moradores dos bairros municipais, Porto, S/D.

BAIRROS CAMARÁRIOS. “Princípios Fundamentais Reguladores dos Bairros camarários da cidade do Porto”, Documento aprovado em plenário no dia 15/07/1974.

Centro Revolucionário Mineiro (CRM) – São Pedro da Cova

-Consulta de toda documentação da pasta “CRM” incluindo os documentos:

COMITÊ DE OCUPAÇÃO - CRM. “Sem título”, São Pedro da Cova, 25/05/1975

COMITÊ DE OCUPAÇÃO - CRM. “À comissão administrativa da Câmara Municipal de Gondomar”, São Pedro da Cova, 26/05/1975

COMITÊ DE OCUPAÇÃO - CRM, “Aos moradores dos bairros da companhia das minas”, São Pedro da Cova, 27/05/1975

CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO. “Caiu o império das minas”, intervenção de Mateus Oliveira, membro da delegação de representantes do CRM, durante a viagem à Lisboa da delegação de integrantes do movimento de moradores Portuense eleita durante o Plenário das Comissões e Associações de Moradores do Norte, janeiro de 1976.

Conselho Revolucionário dos moradores do Porto (CRMP):

-Consulta de toda documentação da pasta “CRMP” incluindo o documento:

CONSELHO REVOLUCIONÁRIO DOS MORADORES DO PORTO, 09/07/1975, (Documento fundador da entidade).

Massarelos

-Consulta de toda documentação da pasta “MASSARELOS” incluindo o documento:

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSARELOS. “Esclarecimento”, Porto, S/D.

Documentação governamental (anos consultados):

REPÚBLICA PORTUGUESA, SECRETARIA-GERAL DA ASSEMBLEIA NACIONAL, DIÁRIO DAS SESSÕES (1966).

DIÁRIO DO GOVERNO (1974-1975).

DIÁRIO DA RÉPÚBLICA (1976-1980).

Entrevistas e memórias:Arquitetos vinculados ao SAAL-NORTE:

Alexandre Alves Costa (Membro da coordenação do SAAL-Norte entre 1974 e 1976) - Entrevista realizada no local do trabalho do entrevistado, no bairro da Boavista, na cidade do Porto, em 26/01/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

Manuel Correia Fernandes (Coordenador da Brigada técnica do SAAL-Norte no município de São Pedro da Cova entre 1974 e 1980) - Entrevista realizada no local do trabalho do entrevistado, no bairro da Belavista, na cidade do Porto, em 11/02/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

Manuel Fernandes de Sá (Coordenador da Brigada técnica do SAAL-Norte no bairro de Massarelos entre 1974 e 1983) - Entrevista realizada no local do trabalho do entrevistado, próximo ao bairro da Lapa, na cidade do Porto, em 11/02/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

Bairro da Pasteleira:¹⁶⁹

MORADORA A - Entrevista realizada no bairro da Pasteleira, em 12/02/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

MORADORA B - Entrevista realizada no bairro da Pasteleira, em 12/02/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

MORADORA C - Entrevista realizada no bairro da Pasteleira, em 12/02/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

São Pedro da Cova:

Serafim Gesta Mazola - Entrevistas realizadas no domicílio do entrevistado em São Pedro da Cova, em 26/01/2018 e 10/02/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy

Micaela Santos (Moradora de São Pedro da Cova e funcionária do Museu Mineira de São

¹⁶⁹ As três moradoras entrevistadas por nós no bairro da Pasteleira preferiram não ter suas identidades divulgadas neste trabalho.

Pedro da Cova) - Entrevista realizada no Museu Mineiro de São Pedro da Cova em 26/01/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy

Maria Odete Cortes Lima (Moradora de São Pedro da Cova e ex-membra do Centro Revolucionário Mineiro) - Entrevista realizada no Museu Mineiro de São Pedro da Cova em 14/03/2015. Entrevistadora: Micaela Santos.

Zona de Massarelos e Campo Alegre:

José Camilo (Associação de Moradores de Massarelos) - Entrevista realizada na sede da Associação de Moradores do bairro de Massarelos, em Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

Manuel Pinto Lopes (Associação de Moradores de Massarelos) - Entrevista realizada na sede da Associação de Moradores do bairro de Massarelos, em Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

Ana Borges (Associação de Moradores de Massarelos) - Entrevista realizada na sede da Associação de Moradores do bairro de Massarelos, em Massarelos, na cidade do Porto, em 22/01/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

Paulo Jardim (Associação dos Moradores de Campo Alegre) - Entrevista realizada na sede da Associação de Moradores de Campo Alegre, em Campo Alegre, na cidade do Porto, em 23/01/2018. Entrevistador: Philippe Urvoy.

Fundos e acervos particulares:

Acervo Associação de moradores de Massarelos:

- Acervo fotográfico.
- Documentação administrativa e histórica da Associação.

Acervo Associação de moradores de Campo Alegre:

- Acervo fotográfico.
- Documentação administrativa e histórica da Associação.

Acervo Serafim Gesta (São Pedro da Cova):

- Acervo fotográfico.
- Cartazes, comunicados e panfletos - Centro Revolucionário Mineiro.

-Documentação administrativa e correspondências - Centro Revolucionário Mineiro.

-Documentos administrativos da Companhia das Minas de São Pedro da Cova.

-Escritos e poesias de Serafim Gesta.

-Fichas de trabalhadores das Minas de São Pedro da Cova.

-Periódicos (O DIÁLOGO, JORNAL DA BELA VISTA).

-Escritos e publicações:

CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO. **Vozes do subsolo, lutas operarias em São Pedro da Cova.** São Pedro da Cova: CRM, 1976.

CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO. **Mataram o Farramôna – Lutas operárias em S. Pedro da Cova – 2a parte.** São Pedro da Cova: CRM, Nov. 1976.

CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO. **De Gondomar, a primeira mulher de Camilo.** São Pedro da Cova: CRM, 1977.

CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO. **Operários da morte, documento vivo da miséria e exploração de todo um povo.** São Pedro da Cova: CRM, 1978.

GESTA, Serafim “Mazola”. **Esta nossa bandeira.** São Pedro da Cova: Editado pelo autor, 1979.

GESTA, Serafim “Mazola”. **Minas de São Pedro da Cova: um grito rompe o silêncio.** São Pedro da Cova: Editado pelo autor, 1981.

GESTA, Serafim “Mazola”. **Gondomar, os confrontos sociais no alto do Conselho.** São Pedro da Cova: Editado pelo autor, 1982.

Periódicos e imprensa alternativa:

A REALIDADE, Jornal da Comissão de moradores de Pegô Negro, Porto. (1975).

A VOZ DOS MORADORES, Jornal da Comissão de moradores de Pedrouços, Porto. (1975).

BOLETIM, Associação de moradores de Massarelos. Porto. (1974-1975).

CANDAL MARÇO, “Infantário popular”. Cartaz. s.d.

COMBATE (Jornal), Lisboa/Porto. (1974-1978).

JORNAL DA BELA VISTA, Boletim da Comissão de moradores de Bela Vista, Gondomar. (1975).

MORADORES EM LUTA, Comissão de moradores de Contumil, Porto. (1975-1976)

O DIÁLOGO, Comissão de Dinamização do Centro Revolucionário Mineiro. S. Pedro da Cova, Gondomar. (1975-1977).

VITÓRIA EM LUTA, Boletim de Comissão de moradores da Vitória. Porto. (1975).

VOZ DO BAIRRO, Jornal da Comissão de moradores do bairro do Outeiro, Porto. (1976).

Museu mineiro de São Pedro da Cova:

Acervo audiovisual, imagético e fotográfico.

CORREIA, Ana Paula; SANTOS, Micaela. *CRM – Exposição temporária*. Catálogo de exposição, São Pedro da Cova: Museu mineiro de São Pedro da Cova, 2015.

SAAL-Norte

CONSELHO NACIONAL DO SAAL. **Livro branco do SAAL 1974-1976**. Porto: FAUP Publicações, 1976. 477 p.

Torre do Tombo (Arquivo Nacional – Lisboa):

Pasta “Bairros de lata e luta contra a mendicidade”:

-AUTOR DESCONHECIDO, Composição da “Comissão de Recuperação Social”, Sem Data.

-MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA, “Ofício n° 918/60”. Lisboa, 18 de Abril 1960.

-MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA, “Confidencial e pessoal”. Lisboa, 26 de Abril 1960.

-MINISTÉRIO DO INTERIOR, “Ofício n°1395, ASS-2, 60”. Lisboa, 9 de Abril 1960.

-PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, “Relatório da comissão encarregada de estudar os problemas relativos aos Bairros de Lata”. Lisboa, 1958.

Outras fontes e documentação:

Artigos de imprensa sobre Porto e cidades de Portugal nas décadas de 2000/2010:

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Bairros do Porto. O tráfico de droga passa de pais para filhos”, por David Mandim, 29/08/2019. Acessível em: <https://www.dn.pt/pais/bairros-do-porto-o-trafico-de-droga-passa-de-pais-para-filhos-11244202.html> Consultado em: 02/02/2020.

G1/GLOBO. “Manifestantes denunciam racismo e violência policial em Portugal”, por Radio France Internationale (RFI), 16/09/2018. Acessível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/16/manifestantes-denunciam-racismo-e-violencia-policial-em-portugal.ghtml> Consultado em: 02/02/2020.

JORNALISMO PORTO NET. “Bairro do Aleixo vai ser demolido até 2013 em troca de habitações espalhadas pelo Porto”, por Pedro Rios, 16/07/2008. Acessível em:

<https://jpn.up.pt/2008/07/16/bairro-do-aleixo-vai-ser-demolido-ate-2013-em-troca-de-habitacoes-espalhadas-pelo-porto/> Consultado em: 02/02/2020.

PÚBLICO. “Rui Rio conclui demolição de “pior bairro do Portugal”, por Aníbal Rodrigues, 17/12/2008. Acessível em: <https://www.publico.pt/2008/12/17/jornal/rui-rio-concluiu-a-demolicao--do-pior-bairro-de-portugal-288265> Consultado em: 02/02/2020.

Fontes sonoras:

GAC (Grupo de Acção cultural – Vozes na luta). “A luta nos bairros Camarários”. In: **A Luta Dos Bairros Camarários/A Luta do Jornal do Comércio** - VL 1004, Lisboa/Porto: 1975.

RODRIGUES, Amália. **Uma casa portuguesa**. Música: Vasco Matos Sequeira e Artur Fonseca Letra: Reinaldo Ferreira, Altafonte Music Distribution, Thumb Media Music (em nome de Edições Valentim de Carvalho, 1953).

Outras:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICAS DE PORTUGAL (INE), *Censos*, 1864-1960.

REFERÊNCIAS

Bibliografia específica:

ALMEIDA, Daniela Lacerda de. **A voz [popular] que informa**: ecos de um discurso político nas páginas do Jornal dos Bairros (1976-1981). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ALMEIDA, Francisco Gonçalves de. **A política habitacional do regime militar e a construção da moradia em Belo Horizonte (1964-1986)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Programa de Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ALMEIDA, Paulo. **Favor, recompensa e controle social**: os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965). Dissertação (Mestrado em História contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2010a.

ALMEIDA, Paulo. **Bairros económicos do Porto**: a casa como arma política. Comunicação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010b.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005. 424 p.

AFONSO, Mariza Rezende; SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

AFONSO, Mariza Rezende; AZEVEDO, Sérgio de. Cidade, poder público e movimento de favelados. In: POMPERMAYER, Malori José; LE VEN, Michel Marie (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro**: extensão, remodelação, embelezamento. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1930.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de; SILVA, Regina Helena Alves da. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

AGUIAR ARANTES, Rafael de. A cidade do medo: segregação, violência e sociabilidade urbana em Salvador. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 235, p. 45-73, 2015.

AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. **Caminhos do lembrar**: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

AMOROSO, Mauro Henrique de Barros; GONÇALVES, Rafael Soares. Golpe militar e remoções das favelas cariocas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 209-226, jan-jun. 2014.

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. O advogado e os “trabalhadores favelados”: Antoine de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 707-724, 2016.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas, representações ambivalentes da cidade moderna**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

ANDRADE, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ARAÚJO, Alexis Nascimento. Desenvolvimentismo e meio ambiente: a poluição atmosférica na região metropolitana de Belo Horizonte durante a Ditadura Militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., **Anais...** São Paulo: USP, julho 2011.

ARCARY, Valério. A revolução solitária. In: VARELA, Raquel (Org.). **Revolução ou transição**: história e memória da Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand Editora, 2012. p.13-31

BALTAZAR, Ana Paula; COSTA, Márcia H. B. C.; CREVELS, Éric; FURIATI, Lucas; MELO, Cíntia de Freitas. Política habitacional de interesse social em Belo Horizonte: projetos viários, investimentos nos capitais e remoções X melhoria das condições sócio- espaciais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ENAPUR, 17., São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2017.

CARMO, Rose Ferraz; LUZ, Zélia Maria Profeta da; SILVEIRA, Danielle Costa. O planejamento de quatro áreas do Programa Vila Viva na cidade de Belo Horizonte, Brasil: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1165-1174, mar. 2019.

BANDEIRA, José Sá. Crise na habitação – Aspectos na sociedade capitalista portuguesa. **Cidade Campo: Cadernos da Habitação ao Território**, n. 1, Lisboa, fevereiro de 1978.

BANDEIRINHA, José Antonio. **O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. 452 p.

BARRETO, Raquel de Oliveira; GONTIJO, Felipe Marques Carabetti; PAULA, Ana Paula Paes de. As limitações da política de habitação portuguesa: reflexões sobre a importância da intersectorialidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 4, artigo 4, Rio de Janeiro, dezembro 2010.

BITTENCOURT, Rafael Reis; NASCIMENTO, Denise; GOULART, Fabricio Frederico. **Ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PRAXIS, 2016.

BONDUKI, Nabil. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lucio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 95-131

BONDUKI, Nabil; KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lucio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.133-165.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação liberdade, 2004.

BOSCHI, Renato Raul (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. (Debates Urbanos, n.º 5).

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos, uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scotercci, 2012.

BRUM, Mário Inácio. **“O povo acredita na gente”**: ruptura e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas, nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. **Cidade Alta**: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BRUM, Mario Sergio. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, v. 29, p. 179-207, 2013.

CANÁRIO, Rui. Movimentos de moradores e educação popular na revolução portuguesa de 1974. **Trabalho Necessário**, ano XII, n. 18, 2014a. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso em: 25/08/2014.

CANÁRIO, Rui. Prefácio. In: SANTOS, José Hipólito. **Sem mestres nem chefes, o povo tomou a rua. Movimentos de moradores no Pós 25 de abril**. Lisboa: Letra livre, 2014b.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAMPOS, Rebekah. **O outro loteador popular**: os loteamentos associativos liderados pelo padre Piggli Bernareggi. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CASTRO, José Hugo Pires. **Discos na luta**: a canção de protesto na produção fonográfica em Portugal nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado em Ciências Musicais, variante de Etnomusicologia), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUI, Marilena. Prefácio. In: SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

COELHO, Mário Brochado. Um processo organizativo de moradores (SAAL/NORTE 1974-1976). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 18/19/20, p. 645-671, fevereiro de 1986.

COHN, Amélia. Verbetes: Brasil Urgente. **Acervo FGV/CPDOC**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/brasil-urgente>>. Acesso em: 01/05/2017.

CONCEIÇÃO, Paulo; VAZQUEZ, Isabela Breda (Org.). **“Ilhas” do Porto, levantamento e caracterização**. Porto: Município do Porto, 2015.

CORREIA, Osvaldo Manoel. **Misticismo e resistência na Cabana do Pai Tomás**. Belo Horizonte: FUMEC – C/Arte, 2004.

COSTA, Alexandre Alves da; GUIMARÃES, Carlos; MOURA, Eduardo Souto; FERNANDES, Manuel Correia; SIZA, Alvaró. SAAL / Norte. **Cidade-Campo, Cadernos da Habitação do Território**, n. 2, p. 16-60, 1979.

COSTA, Pedro. Cidades e Urbanização em Portugal: Uma Sociologia, Geografia ou Economia Urbanas? **SOCIUS Working papers**, Lisboa, n. 4/93, 1993.

COSTA Mauricio Mesurini da; DIRSCHNABEL, Leandro. A doutrina da segurança nacional: justificação do governo militar e perseguição do "inimigo". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 5., IBHD. **Anais...** Curitiba:IBHD/UFPR, 2013.

COTTA, Francis Albert; SILVA, Marcilene da. Um olhar para a periferia: o processo de favelização na região metropolitana de Belo Horizonte. **Igualitária - Revista do curso de história da Estácio BH**, n. 7, 2016.

COUTO, Júlio. **Monografia de Massarelos – Porto**. Porto: Junta de Freguesia de Massarelos, 1993.

CUNHA, Flávio Saliba. Movimentos sociais urbanos e a redemocratização, a experiência do movimento favelado de Belo Horizonte. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 35, São Paulo, março 1993. p.133-143.

DE TOMMASI, Livia; VELAZCO, Dafne. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** [online], n. 56, p. 15-42, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. Narrativas de (re)existências: conferência de abertura. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL - NARRATIVAS DE (RE)EXISTÊNCIAS: corpo-oralidades, antirracismo e educação, 13., UFRJ, Rio de Janeiro, 25/09/2019.

FARIA, Carlos V. De. Movimentos sociais urbanos em Portugal, algumas reflexões para a dinamização do estudo desta área. In: Congresso Português de Sociologia, Coimbra, 2000, 4., **Anais...** Coimbra: APS, 2000. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462deb9324a70_1.PDF>. Acesso em: 20/08/2014.

FERREIRA, Vitor Matias. A cidade e o campo — uma leitura comparada do movimento social 74-75. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 18/19/20, p. 553-555, 1986.

FERREIRA, José Antonio (Org.). **Habitação social no Porto**. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1999.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. PROFAVELA: Conquistas e limites do movimento favelado em Belo Horizonte na transição democrática na década de 1980. **Revista de Direito à Cidade**, v. 10, n. 2, 2018.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Belo Horizonte: a cidade descrita**. Documentos de uma história urbana. Belo Horizonte: Gomes, 2011.

GOMES, Gláucia Carvalho. A (re)produção social do espaço de Belo Horizonte e de sua região metropolitana no contexto da modernização urbano-industrial de Minas Gerais. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24, n. 2, p. 197-210, mai/ago. 2012.

GONÇALVES, Eliseu. O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da casa familiar ao bloco comunitário. In: PEREIRA, Virgílio Borges. **A habitação social na transformação da cidade**. Porto: Afrontamento, 2016.

GONÇALVES, Fernando. A mitologia da habitação social, o caso português. **Cidade/Campo, Cadernos da habitação ao território**, Lisboa, v. 1, p. 21-83, 1978.

GONÇALVES, Rafael Soares. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **Journal des Anthropologues**, n. 104-105, 2006.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas – Puc RIO, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. L'informalité comme une ressource urbaine? Le cas des favelas de Rio de Janeiro. **EchoGéo** [online], n. 39, 2017.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario; Habitação e Direito à Cidade: favelas, subúrbios, periferias e assentamentos informais. **Libertas** (online), UFJF, v. 15, p. 1-4, 2015.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Outras armas para enfrentar a ameaça comunista. O Exército brasileiro e a assistência social no combate à guerra revolucionária. In: PATTO, Rodrigo Sá Motta (Org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 143-166.

GUTERRES, António Brito. **A cidade invisível de Lisboa**. Palestra realizada no âmbito do TEDxLisboa, Lisboa, dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oFn7oJz__z8>. Acesso em: 05/05/2017.

HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. A promoção estatal da moradia em Manaus: os conjuntos habitacionais de Flôres e da Raiz e o desmanche da cidade flutuante em 1967. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 23., Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

HIPÓLITO SANTOS, José. **Sem mestres nem chefes, o povo tomou a rua**: movimentos de moradores no Pós 25 de abril. Lisboa: Letra livre, 2014.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 18-34, 1º semestre de 1987.

JORGE, Ricardo. **Higiene social aplicada à Nação Portuguesa**: conferências feitas no Porto. Porto: Livraria Civilização, 1885.

JORGE, Ricardo. **Demographia e higiene da cidade do Porto**: clima-população-mortalidade. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara, 1899.

KAPP, Silke. Uma tipologia de espaços cotidianos. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (online), v. 15, p. 5-37, 2012.

KAPP, Silke. A cidade como espaço teórico. In: DUARTE, Rodrigo; FREITAS, Romero; SERRA, Alice (Org.). **Imagem, imaginação, fantasia**: vinte anos sem Vilém Flusser. 1. ed. Belo Horizonte: Relicário, 2014. v. 1, p. 191-202.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KOWARICK, Lucio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE VEN, Michel Marie. **As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **Sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, julho de 2014.

LUCCHESI, Bianca Melzi de Domenicis. Transformações urbanas e habitação no final do século XIX: proibição e permanência dos cortiços na cidade de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 23., Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar – Do Milagre Econômico à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. A terra é um nó na sociedade brasileira. **Revista Cultura**, Petrópolis: Ed. Vozes, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Basci (Org.). **Urbanização brasileira – redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 78-96

MATOS, Fátima Loureira de; RODRIGUES, Rosa Maria Veloso Vieira. As Ilhas do Porto: Lugares de Resistência. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 33-57, jan. 2009.

MELO, José Mário Delaiti de. A função social da propriedade. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 108, jan. 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12660&revista_caderno=7>. Acesso em: jun. 2017.

MELO, Wanderson Fabio de. A ditadura, a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro da Habitação. **Verinioto - Revista Internacional de Ciências Humanas** (online), ano IX, n. 17, abr./2014.

MILHEIRO, Ana Vaz. O Portugal rural de Salazar transforma-se nas colônias num Portugal urbano. Entrevista realizada por Diane Teixeira no jornal Público em 24/12/2012. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2012/12/24/culturaipsilon/noticia/construir-para-os-tropicos-em-tempo-de-ditadura-1576351>>. Acesso em: 01/11/2019.

MOURA, Heloisa Soares de. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE MOR, Roberto Luis; LEMOS, Celina Borges; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MARQUES, Yara Landre. **Belo Horizonte, espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994.

NASCIMENTO, Denise Morado (Org.). **Saberes (auto)construídos**. Belo Horizonte: C/Arte, 2017.

NETO, José Maria Almeida. O cotidiano dos sujeitos pobres na cidade de Fortaleza-CE (1893-1932). In: ENCONTRO EM PESQUISA HISTÓRICA – EHPIS / UFMG, 5., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: EHPIS/UFMG, 2016.

NUNES, João Pedro Silva. O programa Habitações de Renda Económica e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969). **Análise Social**, Lisboa, n. 206, p. 82-100, jan. 2013.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. O movimento de favelas de Belo Horizonte e as representações do passado (1960-1980). **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, Belo Horizonte, v. I, n. 1, março de 2009.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Política urbana e movimento de favelas em Belo Horizonte (1947-1964). **sÆculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 24, p. 39-54, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, p. 100-120, janeiro-junho de 2012.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Trabalhadores Favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014a.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960. **Revista Mosaico**, v. 5, n. 8, 2014b.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. Tensões no espaço público. **REAPCBH – Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**, n. 1, p. 7-20, maio de 2014.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova capital mineira. **Temporalidades, Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 38-52, ago./dez. 2009.

PEREIRA, Virgílio Borges. **A habitação social na transformação da cidade**. Porto: Afrontamento, 2016.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**: favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINTO, Pedro Ramos. Associativismo e política popular em Lisboa da ditadura à democracia. In: SILVA Manuel Carlos da *et al.* (Org.). **X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto**. Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho, Braga, 2009.

POMPERMAYER, Malori José; LE VEN, Michel Marie (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes y de Territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 8, n. 22, p. 121-136, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. México: Universidade Autónoma de México – Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

QUEIRÓS, João. O “Plano de melhoramentos para a cidade do Porto” de 1956: Enquadramento político social e elenco de realizações. In: PEREIRA, Virgílio Borges (Org.). **A habitação social na transformação da cidade**. Porto: Afrontamento, 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. **Arquitextos**, n. 109.07, ano 10, jun. 2009.

RODRIGUES, Maria. **Pelo direito à cidade: o Movimento de Moradores no Porto 1974-76**. Porto: Campo das Letras, 1999.

ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares a colonização da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei, legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

ROLNIK, Raquel. Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 31-36, abril-junho 2016. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000200012>>. Acesso em: 01/06/2017.

ROSAS, Fernando. Notas para um debate sobre a revolução e a democracia. In: VARELA, Raquel (Org.). **Revolução ou transição – História e memória da Revolução dos Cravos**. Lisboa: Bertrand Editora, 2012. p. 251-283.

SALAZAR, António Oliveira de. **Discursos**. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 11, p. 9-59, maio de 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e a sociedade em Portugal**. Porto: Afrontamento, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; Coimbra, Maria Natércia. **O pulsar da revolução: cronologia da revolução de 25 de Abril (1973/1976)**. Porto: Afrontamento, CD25A/UC, 1997.

SANTOS, Cynthia de Souza. **A política habitacional para população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Área de concentração: Habitat), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SARDO, Delfim (Org.). **O Processo SAAL, arquitetura e participação -1974-1976**. Porto: Serralves, 2014.

SILVA, Regina Helena Alves da. **O legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público**. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998.

SILVA, Regina Helena Alves da; SOUZA, Cirlene Cristina de. A favela como lugar da experiência urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., Rio de Janeiro. **Anais...**, v. 2, p. 972-978, 2001.

SILVA, Regina Helena Alves da (Org.). **Ruas e redes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SILVA, Regina Helena Alves da; ZIVIANI, Paula (Org.). **Cidade e Cultura Rebatimentos no espaço público**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. **Reivindicações urbanas em Belo Horizonte e a política**. Dissertação para concurso de Professor Titular, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. Efeitos do Golpe militar sobre o associativismo urbano. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, n. 38, p. 44-55, jan/dez.2004.

SOUSA, Maria José Rodrigues de. **Associativismo urbano: o protagonismo das Associações de Moradores na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação Serviço Social, Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRSA), Recife, 2011.

TEIXEIRA, Manuel. As estratégias de habitação em Portugal 1880-1940. **Análise Social**, v. XXVII, n. 115, p. 65-89, 1992.

TURNER, John. **Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments**, Ideas in progress. London: Marion Boyars, 1976.

URVOY, Philippe. A cidade sem o Estado: mMovimentos de bairros e luta pelo direito à cidade na periferia de Belo Horizonte (1964-1983). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 28., Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2015a.

URVOY, Philippe. O plano e o oblíquo: ocupações de terras e movimentos de moradores em Belo Horizonte nos anos 1960 - reflexão sobre duas escritas distintas do espaço urbano. **Libertas** (online), UFJF, v. 15, artigo 4, 2015b.

URVOY, Philippe. Les occupations de terres urbaines à Belo Horizonte, au Brésil: une forme d'organisation collective face à l'injustice spatiale. In: BIENNALE DE LA SOCIOLOGIE DE L'URBAIN ET DES TERRITOIRES, 2., Toulouse, Association française de sociologie/RT9. **Annales...** Toulouse: Université du Mirail, 2016.

URVOY, Philippe. Por uma cartografia noturna: escrever a história dos territórios que não cabem no mapa. **Revista Indisciplinar**, n. 3, v. 2, p. 109-124, dez. 2016.

URVOY, Philippe. Informalidade urbana e “espaços de exceção”: as políticas socioespaciais da Ditadura portuguesa. **O Social em questão**, ano XXI, n. 42, p. 57-82, set-dez 2018.

URVOY, Philippe; IDIHIA, Hanane. Memória social e lutas urbanas nas cidades mineradoras: de Lens (França) a São Pedro da Cova (Portugal). In: MAIA, André Casa Nova (Org.). **História oral e direito à cidade**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção, reflexão a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VALENTE, Julia. **UPPs: governo militarizado e a ideia de pacificação**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.

VALLADARES, Licia. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela, do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Licia; MEDEIROS, Lídia. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro (1906-2000), uma bibliografia analítica**. Rio de Janeiro: URBANDATA-Brasil, IUPERJ/UCAM, Relume Dumará, 2003.

VARELA, Raquel (Org.). **Revolução ou transição**: história e memória da Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

VARELA, Raquel. **História do povo na revolução portuguesa**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

VARELA, Raquel. “Aqui fica a creche” - propriedade do solo, lutas urbanas e comissões de moradores na Revolução. **Trabalho Necessário**, ano XIII, n. 22, 2015a.

VARELA, Raquel. Entrevista com Raquel Varela: Revolução dos Cravos, condições de trabalho e vida em Portugal, realizada por LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antonio da. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 123-130, junho 2015b.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, v. xxix (127), (3.º), p. 581-597, 1994.

VILAÇA, Helena. As Associações de Moradores enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social. **Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, n. 4, p. 49-96, 1994.

WACQUANT, Loic. Rumo à militarização da marginalização urbana. **Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 15/16, p. 203-220, 2007.

WARD, Colin. **Cotters and squatters, Housing's Hidden History**. Edinburgh: AK Press, 2005, 176 p.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, n. 9, jan. 2003.

ZIBECHI, Raul. **Territorios en resistencia: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas**. Malaga: Zambra, 2011.

Bibliografia geral:

ABÉLÈS, Marc. **Penser au-delà de l'Etat**. Paris: Belin, Collection: Anthropolis, 2014.

ABENSOUR, Migiel; KUPIEC, Anne. **Cahier Pierre Clastres**. Paris: Sens & Tonka, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer, o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

AGIER, Michel. **Esquisses d'une anthropologie de la ville, Lieux, situations, mouvements**. Louvain la neuve: Academia Bruylant, 2009.

AGIER, Michel. **La condition cosmopolite: l'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire**. Paris: La Découverte, 2013. 211 p.

ANHEIM, Etienne; GATTINARA, Enrico Castelli. Jeux D'echelles. Une Histoire Internationale. **Revue de Synthèse**, Springer Verlag/Lavoisier, v. 130, n. 4, p. 661-677, 2009.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARANTES, Paulo. O futuro que passou. Entrevista feita por Ivan Marsiglia, **O Estado de S. Paulo**, 22 jun. 2013. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-que-passou,1045705>. Acesso em: 12/01/2015.

ARAUJO, Tadeu. Coronel José Geraldo de Oliveira e o Comando da Polícia Militar de MG. **Ibom**, Bom Despacho, 24/03/2016. Disponível em: '<<http://www.ibom.com.br/exibeNoticias.php?id=1202>>. Acesso em: 01/07/2019.

ARNOULD, Paul; DODANE Clément; LE LAY, Yves François; MÉLIANI, Inès. La nature en ville: l'improbable biodiversité. **Géographie, Économie, Société**, v. XIII, n. 1, p. 45-68. 2011.

ASSUNÇÃO, Rôsangela Pereira de Abreu. **DOPS/MG, Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado em História e cultura políticas), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, junho 2006.

BACHELARD, Gaston. **La poétique de l'espace**. Paris: Les Presses universitaires de France, 1961. 266 p.

BARCLAY, Ahmad; LAMBERT, Léopold. Graphic and Information Design as a Political Instrument. In: **The Funambulist podcast**. Conversation recorded with Ahmad Barclay in Beirut on February 6, 2015. Disponível em: <<https://thefunambulist.net/podcast/ahmad-barclay-graphic-and-information-design-as-a-political-instrument>>. Acesso em: 10/02/2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BELLESA, Mauro. Os significados e as consequências de um movimento de movimentos. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 24/07/2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/movimento-de-movimentos>>. Acesso em: 05/06/2017.

BENJAMIN, Walter. **Paris, la capitale du XIXème siècle**. Paris: Payot & Rivages, 2013.

BERENSTEIN, Paola Jacques; PEREIRA, Margareth da Silva (Org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico, Tomo 1 – Modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018.

BLANC-CHALÉARD, Marie-Claude. Les quotas d'étrangers en HLM: un héritage de la guerre d'Algérie? Les Canibouts à Nanterre (1959-1968). **Métropolitiques**, 16/03/2012. Disponível em: <<http://www.metropolitiques.eu/Les-quotas-d-etrangers-en-HLM-un.html>>. Acesso em: 05/06/2017.

BLANCPAIN, Marc. **1000 "billets du parisien"**. Paris: Pierre Fanlac, 1966.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de Synthèse Historique**, n. 46, p. 15-50, 1928.

BLOCH, Marc. **Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre**. Paris: Allia, 2012.

BLOCH, Nadine. COP21 actions go ahead: 'We are not defending nature - we are nature defending itself. **Ecologist, The journal for the Post-Industrial Age** (online), 28/11/2015. Disponível em: <<https://theecologist.org/2015/nov/28/cop21-actions-go-ahead-we-are-not-defending-nature-we-are-nature-defending-itself>>. Acesso em: 01/01/2020.

BOUCHER, Jacques. Les mouvements sociaux : réflexion à partir des théories de l'action collective et de la régulation. **Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES)**, Montréal: Bibliothèque nationale du Québec, Collection Études théoriques, n. ET9003, 1990,

BOUTINET, Jean-Pierre. Éditorial – Les apprentissages informels dans la formation pour adulte. **Savoirs**, Paris, L'Harmattan, v. 2, n. 2, 2013.

BOURDIEU, Pierre; RAPHAEL, Lutz. Sur les rapports entre la sociologie et l'histoire en Allemagne et en France. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 106-107, mars 1995. p. 108-122

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.183-191.

BUENO, Laura Machado Mello. **Projeto e Favela: metodologia para projeto de urbanização**. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BURGELIN, Olivier. Censure et société. **Communications**, 9, La censure et le censurable, p. 122-148, 1967.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA - ANPUH, 5., Campinas, setembro 1969. **Anais...** Campinas: ANPUH, 1969.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação de História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Os Odebrecht, os Camargo e os Andrade: as grandes famílias brasileiras da construção civil. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 28., Florianópolis, 2015. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015.

CANDIOTTO, César. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Luttes urbaines et pouvoir politique**. Paris: Maspéro, 1973.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CAUQUELIN, Anne. **Cinévilles**. Paris: 10/18, 1979.

CAUQUELIN, Anne. **Essai de philosophie urbaine**. Paris: P.U.F, 1982.

CAUQUELIN, Anne. Anne CAUQUELIN, Outubro 1999. Entrevista realizada por Thierry Pacquot em outubro de 1999. Disponível em: <http://urbanisme.u-pec.fr/servlet/com.univ.collaboratif.utils.LectureFichiergwID_FICHER=1259768720186&ID_FICHE=38696>. Acesso em: 25/10/2015.

CAVA, Bruno. A copesquisa militante no autonomismo operaísta. **Lugar Comum**, n. 37-38, p. 17-38, 2013.

CAVALCANTE, Tiago Vieira. Poética do habitar: pensando a casa como categoria geográfica. **Revista Espaço Acadêmico**, Universidade Estadual de Maringá, n.132, ano XI, Maio de 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris: Présence Africaine, 2004. 92 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. 244 p.

CHARTIER, Roger. Le monde comme representation. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, année 1989, v. 44, n. 6, p. 1505-1520, 1989.

CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. Moderniser la répression politique: la stratégie de formation de "l'homme de renseignement" sous la dictature brésilienne. **Histoire@Politique – Revue électronique du Centre d'Histoire de Sciences Po**, n. 34, janvier-avril 2018.

CHOMSKY, Noam. **History of US Rule in Latin America; Elections and Resistance to the Coup in Honduras**. Communication at Massachusetts Institute of Technology, 12/15/2009.

CLASTRES, Pierre. **La société contre l'État**. Paris: Éditions de minuit, 1974.

COLLAS, Emmanuelle. In: FARINE, Manou. Poésie et migrations. Entrevista realizada no programa **Poésie et ainsi de suite**, no canal de rádio France Culture, 23/03/2017.

COLLONDES, Yves; RANDAL, Pierre-Georges. **Les autoréductions**. Paris: Christian Bourgeois, 1976.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Volume 1, Recurso eletrônico, Brasília: CNV, 2014a.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Volume 2, Recurso eletrônico, Brasília: CNV, 2014b.

CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**. Nova versão do Dicionário realizado sob a coordenação de Christiane Jalles de Paula e Fernando Lattman-Weltman. Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 01/03/2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Commun, essai sur la révolution au XXIème siècle**. Paris: La Découverte, 2014.

DAVIS, Mike. **Le pire des mondes possibles, de l'explosion urbaine au bidonville global**. Paris: La Découverte, 2007.

DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien, Tome 1 : Arts de faire**. Paris: Folio Essais, 1990.

DE CERTEAU, Michel. Pour une nouvelle culture, le pouvoir de parler. **Études**, tome 408, n. 5, p. 628-635, 2008.

DE OLIVEIRA, Rayanne Danielle Costa Cardoso. **O sigilo profissional dos assistentes sociais**. Um estudo dos Códigos de Ética e da concepção de profissionais. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2011.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Dialogues**. Paris: Flammarion, 1978, réed. 1995.

DESCOLA, Philippe. **Par delà nature et culture**. Paris: NRF, 2005

DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria municipal de cultura, 1995.

DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (Org.). **Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2013.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, Porto, I série, v. X/XI, p. 5-18, 1994.

DOS SANTOS, Antonio Bispo. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília: UNB, 2015.

DOS SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018a.

DOS SANTOS, Antonio Bispo. **Confluências da Periferia: Significações da periferia: representações, confluências e transgressões**. Apresentação realizada no Instituto Maria e João Aleixo, Galpão Bela Maré, novembro 2018b.

DOSSE, François. Paul Ricœur révolutionne l'histoire. **Espaces Temps**, 59-61. "Le temps réfléchi. L'histoire au risque des historiens", 1995. p. 6-26

EALHAM, Chris. **Barcelone contre ses habitants, 1835-1937. Quartiers ouvriers de la révolution**. Toulouse: CMDE Éditions, 2014.

ENGELS, Friedrich. **La question du logement**. Paris: Editions sociales, 1976.

ESPADA, Martin. Poetry and political imagination. In: CAMP, Jordan T.; HEATHERTON, Christina. **Policing the planet**. New York: Verso, 2016.

FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**. Paris: La Découverte, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, São Paulo, 2004.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. A centralidade em educação e em saúde básicas: a estratégia político-ideológica da globalização. **Pro-Posições** (online), v. 19, n. 1, p. 173-187, 2008.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 123-148, 2002.

FORTUNA, Carlos. Patrimônio, turismo e emoção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 97, p. 23-40, 2012.

FORTUNA, Carlos. Urbanidades invisíveis. **Tempo social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 135-151, abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702019000100135&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 abril de 2020.

FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. Entrevista a Michel Foucault, realizada por Alessandro Fontana e Pasquale Pasquino, em junho 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica del potere: interventi politici**, Torino: Einaudi, 1977. p. 3-28.

FOUCAULT, Michel. **Philosophie, anthologie**. Paris: Folio Essais, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Freedom and knowledge**. Amsterdam: Fons Elders, Entrevista realizada em 1971, Publicada em 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANK, Robert. La mémoire et l'histoire. **Cahier de l'IHTP**, n. 21: La bouche de la Vérité ? La recherche historique et les sources orales, novembre 1992.

GARCIA, Patrick. Essor et enjeux de l'histoire du temps présent au CNRS. **La revue pour l'histoire du CNRS** (online), 9 | 2003, publicado online em 23/02/2006. Disponível em: <<http://histoire-cnrs.revues.org/562>>. Acesso em: 10/08/2014.

GIARD, Luce (Org.). **Michel Foucault, lire l'oeuvre**. Paris: Jérôme Millon, 2012.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social. Uma avaliação da ação governamental na área de habitação**. São Paulo: Annablume, 1995.

GRABER, Frédéric; LOCHER Fabien (Org.). **Posséder la nature. Environnement et propriété dans l'histoire**. Paris: Éditions Amsterdam, 2018. 350 p.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica, cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

HAERINGER, Philippe. Systèmes autoritaires et refondation urbaine. In: HAERINGER, Philippe (Org.). **La refondation mégapolitaine : une nouvelle phase de l'histoire urbaine ? 1. L'Eurasie post-communiste: Moscou, Shanghai, Hongkong**. Paris: Ministère de l'Équipement, des Transports, du Logement, du Tourisme et de la Mer, 2002. p. 9-13.

HARVEY, David. **Discours d'ouverture Réforme Urbaine - Forum Social Mondial de Belém**, 29 janvier 2009. Laboratoire d'Urbanisme Insurrectionnel. Disponível em: <www.laboratoireurbanismeinsurrectionnel.blogspot.com>. Acesso em: 01/07/2015.

- HARVEY, David. **Capitalisme contre le droit à la ville**. Paris: Amsterdam, 2011.
- HARVEY, David. O Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.
- HAUSMANN, Georges Eugène. **Mémoires du baron Hausmann**. Paris: Victor Avard, 1890.
- HERRERA-VEGA, Eliana. **Trafic de drogue et capitalisme**. Paris: L'Harmattan, 2006.
- HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO. **Vou me acabar aqui**. Vídeo produzido a partir de depoimentos de moradores da Vila das Antenas (Morro das Pedras, Belo Horizonte, MG), como parte do projeto História em Construção, Belo Horizonte, 2011.
- INSTITUT DE L'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT (IHTP). **Écrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida**. Paris: CNRS Éditions, 1993. p. 35-41.
- JACQUOT, Sébastien; SIERRA, Alexis; TADIÉ, Jérôme; Informalité politique, pouvoirs et envers des espaces urbains. **L'Espace Politique** (online), n. 29 | 2016-2, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacepolitique/3805>>. Acesso em: 25/06/2018.
- JULIEN, Élise. Le comparatisme en histoire, Rappels historiographiques et approches méthodologiques. **Hypothèses**, Paris: Publications de la Sorbonne, v. 1, n. 8, p. 191-201, 2005.
- KLINK, Jeroen; ROLNIK, Raquel. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 89, p. 89-109, Mar. 2011.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LABORATOIRE D'URBANISME INSURRECTIONNEL. **Duflot, Cités de Transit d'Hier & "Mission Bidonvilles" de Demain**. Disponível em: <<http://laboratoireurbanismeinsurrectionnel.blogspot.com.br/2014/02/duflot-cites-de-transit-dhier-mission.html>>. Acesso em: 20/08/2014.
- LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. **Análise Social**, v. Xxxiii (146-147), p. 463-496, 1998.
- LANGUE, Frédérique. L'histoire des sensibilités et l'Amérique latine: une autre mani re d'écrire l'histoire au Venezuela et ailleurs. **Caravelle**, L'Amérique latine et l'histoire des sensibilités, n. 8, v. 200, p. 13-30.
- LAVORATTI, Liliana. Muito mais que um simples teto In: **IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica aplicada**, publicações online, 06/07/2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=117:muito-mais-que-um-simples-teto&catid=1:dirur&directory=1>. Acesso em: 01/02/2020.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. **La révolution urbaine**. Paris: Gallimard, 1970.

- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: De Paulo Editora, 1999.
- LOMNITZ, Larissa De. **Como sobrevivem los marginados?** Mexico: Siglo XXI, 1975.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MACEDO PINTO, José Ferreira de. **Medicina administrativa e legislativa – primeira parte: higiene pública**. Coimbra: Imprensa da universidade, 1862.
- MAGNAGHI, Alberto. **La biorégion urbaine, petit traité sur le territoire bien commun**. Paris: Eterotopia, 2014.
- MANGIN, David. **La ville franchisée, formes et structures de la ville contemporaine**. Paris: Éditions de la Villette, 2004.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.
- MAUVAISE TROUPE (Collectif). **Constellations, trajectoires révolutionnaires du jeune 21ème siècle**. Paris: L'éclat, 2014.
- MAYER, Joviano; MUSA, Priscila. Memórias, resistências, processos. In: CONGRESSO DO ARQUISUR, 23., Belo Horizonte, 2019. **Anais...** Belo Horizonte: Arquisur, 2019.
- MBEMBE, Achille. Néropolitique. **Raisons politiques**, v. 21, n. 1, p. 29-60, 2006.
- MBEMBE, Achille. **Critique de la raison nègre**. Paris: La Découverte, 2015.
- MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo**, v. 1, n. 1, jul/dez 2013, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- MELO, Inês Quental e. **O mercado de arrendamento: principais oportunidades e fragilidades face ao mercado de habitação própria**. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Território), Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.
- MENGIN, Christine. La solution des grands ensembles. **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, Paris, n. 64, p. 105-111, octobre-décembre 1999.
- MESTRINELLI, Lucas. Às vésperas do fim: visões sobre o futuro de Goa. Dissertação (Mestrado em História), - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- MIGLIORIN, Cezar (et al.). **Cadernos do inventar: cinema, educação e direitos humanos**. Niterói (RJ): UFF/Kumã, 2016.
- MOASSAB, Andréia. Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola. **Buala**, 15 de fevereiro 2013. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cidade/algumas-linhas-sobre-a-urbanizacao-colonial-em-angola>>. Acesso em: 14/10/2019.

MOISES, José Alvaro (Org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 86 p.

MONGIN, Olivier. **La condition urbaine, la ville à l'heure de la mondialisation**. Paris: Points, 2007. 352 p.

MONS, Alain. “Décrire la ville”. In: Seminário **Frontières et mouvements de la ville**, Institut interdisciplinaire d’anthropologie du contemporain - Laboratoire d’anthropologie urbaine / EHESS, Paris, 15/05/2014.

MONTENEGRO, Antonio. História e memória, combates pela história. **Revista História Oral da Associação Brasileira de História Oral**, v. 10, 2º semestre de 2007.

MORIN, Richard; ROCHEFORT, Michel. Quartier et lien social: des pratiques individuelles à l'action collective. **Lien social et Politiques**, Montréal: Érudit, n. 3, p. 103-114, 1998.

MORSEL, Joseph. Appropriation communautaire du territoire, ou appropriation territoriale de la communauté? Observations en guise de conclusion. **Hypothèses**, v. 9, n. 1, p. 89-104, 2006.

MUMM, Jesse. Battle for the Near Northwest Side: Ground Zero in the Chicago Gentrification War. In: POLITICAL GEOGRAPHIES OF CHICAGO; DEBATE HELD DURING THE CHICAGO ARCHITECTURE BIENNIAL, December of 2019. **Annales**. Chicago, 2019. Acessível em: <https://thefunambulist.net/podcast/the-funambulist-events-political-geographies-of-chicago> Consultado em 01/02/2020.

NAEGEL, Paul. “Lier la question sociale à la question écologique”. **Archives ouvertes en science de l’homme et la société**, 2017. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01493749/document>>. Acesso em: 01/02/2020.

NASSIF, Luís. O Grupo Gente Nova. **Folha de São Paulo**, Domingo, 18 de abril de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi18049905.htm>>. Acesso em 01/11/2019.

NAVA, Pedro. **Balão cativo (Memórias/2)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire, la problématique des lieux. In: **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997. p. 23-43.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

PATTO, Rodrigo Sá Motta (Org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

PATTO, Rodrigo Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PELLERIN, Agnès. Le fado et la dictature : les figures de la "victime". **Nuevo Mundo Mundos Nuevos - Questions du temps présent** (online), 18/09/2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/68239>>. Acesso em: 14/10/2019.

PEREIRA, Nuno Teotónio. Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. **Análise Social**, v. Xxix (127), p. 509-524, 1994 (3.º).

PESSOA, Fernando. **Sobre o fascismo, a ditadura portuguesa e Salazar**. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2018.

PEREIRA, Francisco Ruy Gondim. O saque de 04 de fevereiro de 1988: noções de direitos e resistência camponesa (Itapiúna / CE). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 18., NATAL RN, 2013. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

PINOL, Jean-Luc. Pour une "histoire générale et comparée" des villes européennes. Conférence donnée à l'École Normale Supérieure de Lyon le 09 novembre 2006 dans le cadre du cycle **Vivre et imaginer la ville, entre cité et métropole**, ENS Lyon, 2006.

PINTO COSTA, Rui Manuel. **Ricardo Jorge: ciência, humanismo e modernidade**. Coimbra: Imprensa da universidade, 2018.

PORTELLI, Alessandro. La mémoire, introduction. In: PORTELLI, Alessandro. **L'ordine è già stato eseguito**. Trad. Olivier Favier. Roma: Donzelli, 1999. Disponível em: <<http://dormirajamais.org/ordre/>> Acesso em: 06/06/2017.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **O desenvolvimento econômico brasileiro e a caixa: Palestras**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Caixa Econômica Federal, 2011. p. 23-34.

PROST, Antoine. Une histoire urgente: le temps présent des villes. **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, Paris, n. 64, octobre-décembre 1999. pp. 121-126

RAFFESTIN, Claude. Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité. **Espaces et sociétés**, n. 41, 1982.

RAPOSO, Otávio; VARELA, Pedro. Faces do racismo nas periferias de Lisboa. Uma reflexão sobre a segregação e a violência policial na Cova da Moura. **Actas do IX Congresso Português de Sociologia**, Portugal território de territórios, Universidade do Algarve, Faro, 2017.

RICOEUR, Paul. Remarques d'un philosophe. **IHTP, écrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida**, IHTP. Paris: CNRS éditions, 1993. p. 35-41.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

RIGOUSTE, Matthieu. **L'ennemi intérieur**. Paris: La Découverte, 2009.

RIGOUSTE, Matthieu. Une généalogie coloniale de la police française. Entretien réalisé par Léopold Lambert pour **The Funambulist magazine**, 22/01/2017. Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/leopold-lambert/blog/200117/entretien-avec-mathieu-rigouste-une-genealogie-coloniale-de-la-police-francaise>>. Acesso em: 01/05/2017.

ROCHA, Cátia Alexandra Nunes. A Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova Estudo Orgânico-funcional e descrição Arquivística. Dissertação (Mestrado em História e Património – Arquivos Históricos), Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2016.

ROQUE, Renato. O Cerco – sobre a epidemia de peste bubónica no Porto em 1899 e a sua documentação fotográfica. [s.d.]. Disponível em: <https://www.academia.edu/27864083/O_Cerco_sobre_a_epidemia_de_pestes_bubônica_no_Porto_em_1899_e_a_sua_documentação_fotográfica>. Acesso em: 01/10/2019.

ROSAS, Fernando. Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, v. XXIX (128), n. 4, p. 871-887, 1994.

ROSS, Kristin. **Rimbaud, la Commune de Paris et l'invention de l'histoire spatiale**. Paris: Les prairies ordinaires, Edição original : 1988, Edição francesa : 2013.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SADER, Émir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SASSEN, Saskia. **Expulsions, Brutalité et complexité dans l'économie globale**. Paris: NRF Essais, 2016. 384 p.

SILVA, Regina Helena Alves; FONSECA, Claudia Graça da; FRANCO, Juliana de Oliveira Rocha; MARRA, Pedro da Silva; GONZAGA, Milene Migliano. Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-Compós*, Brasília, v. 11, n. 1, jan/abr. 2008.

SIMAY, Philippe. Une autre ville pour une autre vie. Henri Lefebvre et les situationnistes. *Métropoles* (online), v. 4, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/metropoles/2902> ; DOI>. Acesso em: 01/01/2019.

SCOTT, James. **Seeing like a state: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1999.

SZIJÁRTÓ, István. Puzzle, fractale, mosaïque. Pensées sur la micro-histoire. *L'Atelier du Centre de recherches historique*, 09 | 2012, publicado online no dia 10/02/2012. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/4241> ; DOI : 10.4000/acrh.4241>. Acesso em: 10/09/2014.

TANURE, Thaís. Nas terras remotas o diabo anda solto: degredo, inquisição e escravidão no mundo atlântico português (séculos XVI a XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

TENENBAUM, Élie. Coopération et rivalités occidentales dans la lutte antisubversive en Amérique latine et aux Caraïbes (1959-1969). *Histoire@Politique – Revue électronique du Centre d'Histoire de Sciences Po*, n. 34, janvier-avril 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **La guerre des forêts, luttés sociales dans l'Angleterre du XVIIIème siècle**. Paris: La Découverte, 2014.

TOURAINE, Alain (Org.). **Mouvements sociaux d'aujourd'hui**. Paris: Ed. Ouvrières, 1982.

TOURAINE, Alain. Les mouvements sociaux: objet particulier ou problème central de l'analyse sociologique ? **Revue Française de Sociologie**, v. 25, n. 1, p. 3-19, 1984.

VELOSO, André. **O ônibus, a cidade e a luta**. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2017.

VELLOSO, Rita. O tempo do agora da insurgência: memória de gestos e política do espaço, segundo Walter Benjamin. In: BERENSTEIN, Paola Jacques, BRITTO, Fabiana Dutra (Org.). **Corporidade, Gestos urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

VERSCHUUR, Christine. Mouvements de quartier, genre et justice sociale: réinvention culturelle du politique par les femmes. **Revue internationale des sciences sociales**, Paris, v. 3, n. 193-194, p.459-471. 2007.

VERSCHUUR, Christine. **Genre, mouvements populaires urbains et environnement**. Paris: L'Harmattan, 2007. (Cahiers genre et développement n°6.)

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Métaphysiques cannibales**. Paris: PUF, 2009.

VONAU, Elsa. **La fabrique de l'urbanisme**: Les cités-jardins, entre France et Allemagne, 1900-1924. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade na história**. São Paulo: Companhia das Letras / Edição de bolso, 2011.

ZILLI, Luis Felipe. Letalidade e vitimização policial: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros. **Boletim de análise político-institucional**, IPEA, n. 17, dezembro 2018.

ZINE, Mohammed C. La pensée et l'action dans la perspective sociologique de Michel de Certeau. **Laval théologique et philosophique**, v. 66, n. 2, p. 407-423, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 | TABELAS: LEVANTAMENTO DOS MOVIMENTOS DE BAIRROS

As tabelas a seguir listam os principais movimentos de bairros identificados ou citados ao longo da pesquisa nas duas cidades estudadas.

Tabela 1: Região Metropolitana de Belo Horizonte – Movimentos de bairros

BAIRRO (Tipo de bairro)	LOCALIZAÇÃO	CIDADE	INÍCIO DA ATUAÇÃO	ATIVIDADES
Vila São Vicente de Paulo (Vila dos Marmiteiros) (Favela)	Bairro Padre Eustáquio (região noroeste)	Belo Horizonte	1948	Resistência à tentativas de remoção, criação da primeira União de Defesa Coletiva da cidade (UDC) da cidade.
Vila Nosso Senhor dos Passos (Favela)	Favela Pedreira Prado Lopes (Lagoinha – região noroeste)	Belo Horizonte	1956	Apoio a outras favelas, criação de uma UDC, atuação na Federação dos Trabalhadores Favelados (FTFBH) e na União dos Trabalhadores da Periferia (UTP), luta pela regularização fundiária.
Vila Santa Rita de Cássia (Favela)	Aglomerado Santa Lúcia / Morro do Papagaio (região centro-sul)	Belo Horizonte	1959	Apoio a outras favelas, criação de uma UDC, atuação na FTFBH e na UTP, luta pela regularização fundiária.
Vila Nossa Senhora dos Anjos (Favela dos Perrela)	Bairro Santa Efigênia (região leste)	Belo Horizonte	1960	Apoio a outras favelas, criação de uma UDC, atuação na FTFBH, luta contra remoção.
Vila Operário-Estudantil (Ocupação/favela)	Aglomerado Cabana do Pai Tomás (região oeste)	Belo Horizonte	1963	Ocupação de terreno, organização comunitária, resistência contra remoção, apoio a outros movimentos de favelados.
Vila Frei Josafá - 31 de Março e Vila Padre Alípio - Castelo (Ocupações/favelas)	Bairro Dom Bosco – Dom Cabral (região noroeste)	Belo Horizonte	1963	Ocupação de terrenos, organização comunitária, construção de infraestruturas e grupo escolar, resistência contra remoção, cooperativa de lavadeiras
Vila Padre Lage - Pio XII (Ocupação/favela)	Atual bairro Vista Alegre (região oeste)	Belo Horizonte	1963	Ocupação de terreno, resistência contra remoção.
Conjunto IAPI – Gameleira (Conjunto habitacional)	Cidade Industrial	Contagem	1963	Ocupação de edifício, construção comunitária de infraestruturas e resistência contra remoção.
Favela dos Baianos (Ocupação)	Carlos Prates (região noroeste)	Belo Horizonte	1964	Ocupação de terreno e resistência contra remoção.
São Bernardo (Bairro de classe média-baixa)	Pampulha (região norte)	Belo Horizonte	1966 (primeira menção em nossas fontes)	Mobilização contra carências urbanas, resistência contra remoção visando famílias do bairro.

Nações Unidas (Conjunto habitacional)	Bairro Nações Unidas	Sabará	1971	Mobilização contra carências urbanas, resistência contra despejos visando moradores do conjunto.
Camargos (Loteamento popular)	Barreiro	Belo Horizonte	1976 (primeira menção em nossas fontes)	Organização comunitária, mobilização contra carências urbanas e acesso a infraestruturas, plantio de árvores.
Lindéia (Loteamento popular)	Barreiro	Belo Horizonte	1976 (primeira menção em nossas fontes)	Organização comunitária, construção em mutirão de habitações, ambulatório médico, grupo escolar, melhoria da infraestrutura urbana e transporte coletivo, mobilização cultural.
Vila dos Marimbondos (Favela)	Regional Eldorado	Contagem	1976 (primeira menção em nossas fontes)	Mobilização contra carências urbanas (transporte, saúde, saneamento etc.).
Vila Imperial (Loteamento popular)	Madre Gertrudes (região oeste)	Belo Horizonte	1976 (primeira menção em nossas fontes)	Mobilização contra carências urbanas, apoio à vilas e bairros vizinhos.
Eldorado (Loteamento)	Regional Eldorado	Contagem	1976 (primeira menção em nossas fontes)	Mobilização contra carências urbanas, apoio à Vila dos Marimbondos, vizinha ao bairro.
Vila CEMIG (Favela)	Regional Eldorado	Contagem	1977 (primeira menção em nossas fontes)	Ocupação de terreno, resistência contra remoção.
Vila Santo Antônio (Favela)	Cidade Industrial	Contagem	1977 (primeira menção em nossas fontes)	Mutirões de moradores, criação de um grupo de apoio destinado a reforçar a solidariedade com os bairros vizinhos.
Imbiruçu (Favela)	Bairro Imbiruçu	Betim	1980	Ocupação de terreno, resistência contra remoção.

Tabela 2: Região Metropolitana de Belo Horizonte – Entidades que federam movimentos

NOME	CIDADE	BAIRROS OU GRUPOS ENVOLVIDOS	PERÍODO DE ATIVIDADE	OBJETIVOS
Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH)	Belo Horizonte	Vila São Vicente do Paulo, Sta Rita de Cássia, Nosso Sr. dos Passos, Nossa Sra. dos Anjos e 50 outras favelas da cidade.	1959-1964	Luta contra remoção de favelas, melhorias urbanas, denúncias contra violência policial, realização do Congresso dos Trabalhadores Favelados em 1962, projeto de legalização das vilas e favelas e apoio às ocupações urbanas a partir de 1963.
União dos Trabalhadores da Periferia (UTP)	Belo Horizonte	Vila Sta Rita de Cássia, Marçola, Pedreiro Prado Lopes e outras favelas da cidade.	1974-1983	Luta pela legalização das favelas de Belo Horizonte e em defesa dos moradores de vilas e favelas.
Pastoral de Favelas	Belo Horizonte	Representantes da Igreja católica.	1978-1983	Luta pela legalização das favelas de Belo Horizonte.

Conselho das associações de moradores de Ibirité	Ibirité	17 associações de moradores da cidade.	Década de 1970	Mobilização contra carências urbanas e em defesa dos moradores dos bairros envolvidos.
Associação Vila Imperial	Belo Horizonte - Contagem	Vila Imperial, Vila CEMIG, Conjunto IAPI, Magnesita, Vila São José.	Década de 1970	Melhorias urbanas, luta contra remoção das vilas.

Tabela 3: Área Metropolitana de Porto – Movimentos de bairros

BAIRRO (Tipo de bairro)	CIDADE	INÍCIO DA ATUAÇÃO	ATIVIDADES
Bairro da Providência de Ramalde (Bairro camarário)	Porto	1972	Criação de uma comissão de moradores em 1972 (a primeira mencionada em nossas fontes), mobilização contra carências urbanas e pela criação de um centro social, conscientização dos moradores.
São João de Deus (Bairro camarário)	Porto	1973	Luta contra os despejos e contra o regulamento camarário, luta pela auto-organização dos moradores conjuntamente com o Plenário dos bairros camarários.
Pasteleira (Bairro camarário)	Porto	1973	Luta contra os despejos e contra o regulamento camarário, luta pela auto-organização dos moradores conjuntamente com o Plenário dos bairros camarários.
Rua Álvaro Gomes (Bairro de classe média)	Porto	1973	Mobilização pela criação de uma zona verde no bairro.
São Victor (Bairro da região central com muitas ilhas e subalugas).	Porto	1974	Luta contra os subalugas, ocupação de uma casa para implantar uma creche, organização comunitária, construção de um conjunto habitacional através do SAAL-Norte, criação de um jornal comunitário.
Massarelos (Bairro popular próximo à região central)	Porto	1974	Ocupação dos Armazéns Frigoríficos de Massarelos utilizados como sede da associação, implantação de uma creche, ginásio, espaço cultural, ocupação de casas para fins de moradia, construção de dois conjuntos de habitação. Criação de um jornal comunitário. Ativa até os dias de hoje.
Campo Alegre (Bairro popular próximo à região central)	Porto	1975	Ocupação de uma casa utilizada como sede da associação e centro comunitário, construção de um conjunto habitacional, implantação e gestão de parque infantil, espaços esportivos e café associativo no bairro. Ativa até os dias de hoje.
Foz do Douro (Bairro de classe média-baixa)	Porto	1975	Ocupação de um antigo quartel de bombeiro transformado em centro de saúde comunitário.
Vitória	Porto	1975	Organização de um setor de alfabetização, de um centro cultural e de uma biblioteca voltados para a população do bairro. Criação de um jornal comunitário.

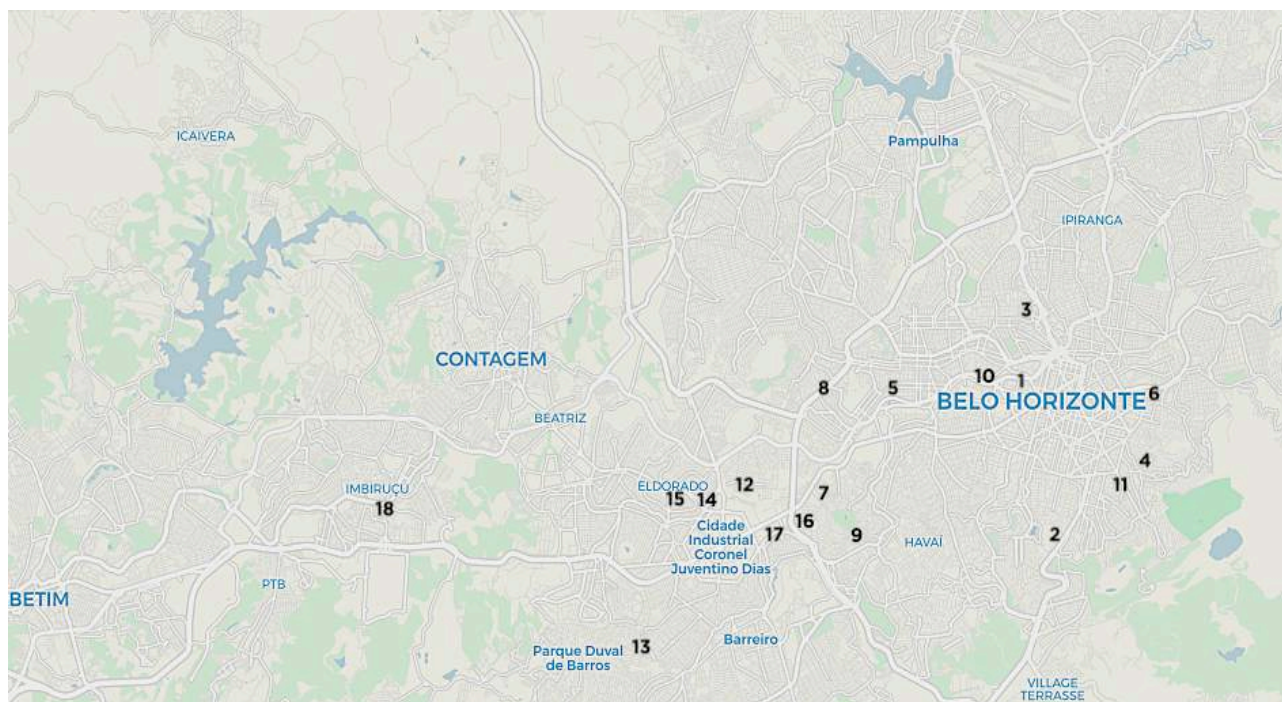
Contumil (Bairro popular)	Porto	1975	Construção de um pavilhão comunitário para servir de sede para associação, mobilização pela resolução das carências urbanas e habitacionais, construção de um conjunto habitacional com apoio do SAAL-Norte, criação de um jornal comunitário.
Pedrouços (Bairro popular)	Porto	1975	Ocupação de uma antiga escola utilizada como sede da associação, organização comunitária contra carências urbanas e habitacionais, criação de um jornal comunitário.
São Pedro da Cova (Bairro mineiro, bairro de barracas autoconstruídas, bairros populares e zonas semi-rurais)	Gondomar	1975	Ocupação dos edifícios das Companhia das Minas de São Pedro da Cova, implantação do Centro Revolucionário Mineiro, mobilização contra carências urbanas e habitacionais, luta pelos direitos dos mineiros e suas famílias, creche comunitária, centro cultural, centro de saúde, centro de documentação e memória, apoio a bairros vizinhos, realização de obras urbanas com apoio do SAAL-Norte.
Antas (Bairro popular)	Porto	1975	Creche comunitária, construção de um conjunto habitacional através do SAAL-Norte.

Tabela 4: Área Metropolitana de Porto – Entidades que federam movimentos

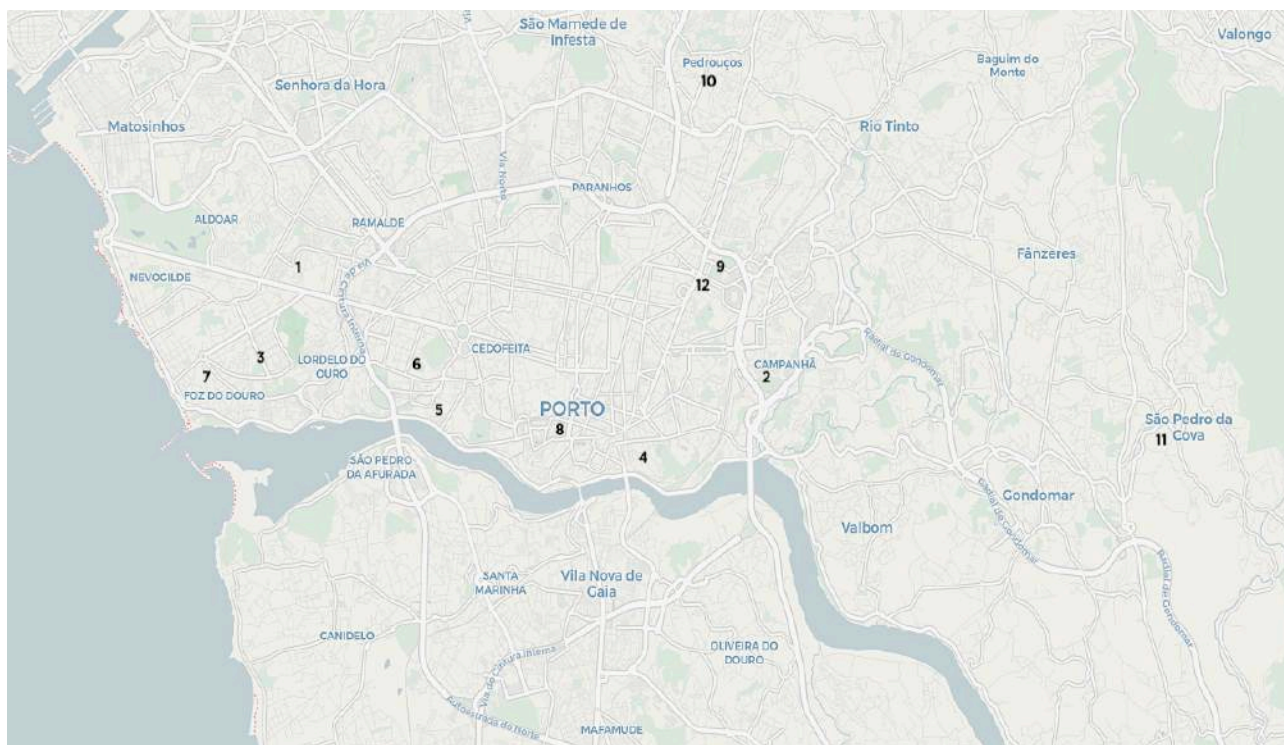
NOME	CIDADE	BAIRROS OU GRUPOS ENVOLVIDOS	PERÍODO DE ATIVIDADE	OBJETIVOS
Plenário dos Bairros Camarários	Porto	São João de Deus, Pasteleira, São Roque da Lameira e outros bairros camarários.	1974-1976	Articulação dos movimentos de moradores dos bairros camarários, luta contra os despejos e contra o regulamento camarário, luta pela auto-organização dos moradores e pela resolução de carências urbanas.
Plenário do SAAL-Norte	Porto		1975-1976	Assembleia de articulação entre as diferentes comissões e associações de moradores da cidade trabalhando em parceria com o SAAL-Norte
Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto (CRMP)	Porto	Comissões e associações de moradores de toda cidade.	1975- 1978	Entidade independente de articulação entre as diferentes comissões e associações de moradores da cidade do Porto, vinculadas ou não ao SAAL-Norte.
Centro Revolucionário Mineiro (CRM)	São Pedro da Cova (Concelho de Gondomar)	Bela Vista, Passal, bairros mineiros de São Pedro da Cova, Grupo de Teatro O Círculo, Escola Dom Afonso V...	1975-1979	Articulação política entre as comissões de moradores existentes na região de São Pedro da Cova, atuar frente às carências urbanas e habitacionais sofridas pelos diferentes bairros da zona, luta pelos direitos dos mineiros e suas famílias, realização de obras urbanas com apoio do SAAL-Norte.

ANEXO 2 | MAPAS: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS PRINCIPAIS BAIROS CITADOS

Mapa 1: Região Metropolitana de Belo Horizonte



- | | |
|---|--|
| 1- Favela do Córrego do Leitão - Barro Preto | 11- Pindura Saia |
| 2- Vila Santa Rita de Cássia - Aglomerado Santa Lúcia | 12- Camargos |
| 3- Vila Nosso Senhor dos Passos - Favela Pedreira Prado Lopes | 13- Lindéia |
| 4- Vila Marçola e Nossa Sra da Conceição - Aglomerado da Serra | 14- Vila dos Marimbondos (atual Vila Marimbondo) |
| 5- Vila São Vicente de Paulo (Vila dos Marmiteiros) | 15- Eldorado |
| 6- Vila Nossa Senhora dos Anjos (Favela dos Perrela) | 16- Vila Imperial |
| 7- Vila Operário-Estudantil - Aglomerado Cabana do Pai Tomás | 17- Vila CEMIG |
| 8- Vila Frei Josafá – 31 de Março / Vila Padre Alípio – Castelo | 18- Favela do Imbiruçu |
| 9- Vila Padre Lage – Curral Del Rey (atual Bairro Vista Alegre) | |
| 10- Favela dos Baianos (removida em 1964) | |

Mapa 2: Área metropolitana do Porto

1- Bairro da Providência de Ramalde

2- São João de Deus.

3- Pasteleira.

4- São Victor

5- Massarelos

6- Campo Alegre

7- Foz do Douro

8- Vitória

9- Contumil

10- Pedrouços

11- São Pedro da Cova

12- Antas

ANEXO 3 | ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Roteiro das entrevistas direcionadas a moradores dos bairros estudados

Nome completo, data e local de nascimento da senhora/do senhor.

Como a senhora/o senhor (ou a família da senhora/do senhor) chegou ao bairro?

Onde viveu a senhora/o senhor antes de morar no bairro? (caso não nasceu no local)

Poderia me descrever a situação do bairro antes da formação da associação/do movimento de moradores do bairro? Como era a situação habitacional e urbana?

Quando se formou a associação/o movimento de moradores do bairro?

Como foi o processo de formação da associação/do movimento de moradores?

Quais eram as primeiras atividades ou reivindicações?

De que forma a senhora/o senhor chegou a se envolver no seio da associação/do movimento? A senhora/o senhor chegou a ocupar algum cargo específico?

Onde se reuniam os moradores envolvidos na associação/no movimento? Como se organizavam as tomadas de decisões e ações?

Segundo a senhora/o senhor, quais foram as realizações mais importantes da associação/do movimento?

Como se davam as relações da associação/do movimento com os bairros vizinhos? Havia parcerias ou interações? E com outras associações/outros movimentos de bairros?

Como eram as relações da associação/do movimento com as entidades articuladoras ou apoiadoras externas? (FTFBH / SAAL-Norte / CRMP / Partidos ou grupos de esquerda de modo geral)

Como eram as relações da associação/do movimento com representantes do Estado: com o poder municipal? Com a polícia? A senhora/o senhor se lembra de episódios de repressão ou cerceamento da atuação política dos moradores? Existia algum tipo de vigilância?

Segundo a senhora/o senhor, quais eram as principais dificuldades enfrentadas pela associação/movimento? Havia conflitos internos no seio do movimento? No seio do bairro? De que natureza?

Segundo a senhora/o senhor quais foram os principais pontos positivos e legados da atuação do movimento?

A senhora/o senhor deseja comentar algum outro fato que julgar interessante?